SISTEMA GERENCIADOR DE PUBLICAÇÕES LEGAIS
DIÁRIO OFICIAL
DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE
FEMURN
FEDERAÇÃO DOS MUNICÍPIOS DO RIO GRANDE DO NORTE

Rio Grande do Norte , 18 de Agosto de 2026 • Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVII | Nº 3858

Expediente:
Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN

DIRETORIA
BIÊNIO 2025-2027.

PRESIDENTE:JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO – Prefeito de Portalegre/ RN

1º Vice-Presidente:VAGO

2º Vice-Presidente: FERNANDO ANTÔNIO BEZERRA - Prefeito de Acari/ RN

3º Vice-Presidente: JUSSARA SALES DE SOUZA – Prefeita Municipal de Extremoz/ RN

4º Vice-Presidente: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES - Prefeito de Tangará/ RN

5º Vice-Presidente: LEONARDO TEIXEIRA DA CUNHA - Prefeito de São Miguel do Gostoso/ RN

Secretário Geral: ARTHUR RODRIGUES DO VALE - Prefeito de Governador Dix-Sept Rosado/ RN

2ª Secretária: MARINA TEODORO DA TRINDADE- Prefeita de Pedro Avelino/ RN
Tesoureiro Geral (1º Tesoureiro): CLEITOM JÁCOME DA COSTA – Prefeito de Venha Ver/RN

2º Tesoureiro: FRANCISCO ANDRÉ REGIS JÚNIOR- Prefeito de Itaú/ RN

1º Conselheira Fiscal: MARIA ELCI MAFALDO DE PAIVA FERNANDES - Prefeita de Major Sales/ RN

2º Conselheira Fiscal: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA- Prefeita de Maxaranguape/ RN

3º Conselheiro Fiscal: JOSÉ NILDO GALDINO- Prefeito de Lagoa de Velhos/RN

O Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte é uma solução voltada à modernização e transparência da gestão municipal.

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DA ARP Nº 040/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 343/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 033/2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE FARDAMENTO DESTINADO AOS PROFISSIONAIS DA ATENÇÃO BÁSICA E ENDEMIAS DO MUNICÍPIO DE ACARI-RN.

CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, CNPJ Nº 11.826.099/0001-00, COM SEDE AV. DR. JOSÉ AUGUSTO, 54, CENTRO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000.

CONTRATADO: PROPAG COMERCIO E SERVICOS LTDA, CNPJ Nº 57.405.254/0001-07, COM SEDE NA RUA JOÃO CORDEIRO DE SOUZA, 96, TERREO SALA B, VASSOURAL, CARUARU-PE CEP: 55.030-025.

VALOR: R$ 28.990,00 (VINTE E OITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA REAIS).

VIGÊNCIA: DA ASSINATURA DO CONTRATO A 29 DE JULHO DE 2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 06 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; 10.301.0007.2018.0000 MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMARIA A SAÚDE; 03.3.90.32.00 – MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA; FONTE: 15001002, 26003110.

BASE LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, 30 DE JULHO DE 2026.

Fundo Municipal de Saúde
CNPJ Nº 11.826.099/0001-00
MARINEIDE ALVES DANTAS
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:5260CE4F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA ELETRÔNICA Nº 035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 420/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS, CENOGRÁFICAS E HOUSE MIX DESTINADAS À FESTA DE AGOSTO NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, CENTRO, CEP: 59.370-000 - CNPJ/MF: 08.097.008/0001-20.
CONTRATADO(A) LOTE I: WALMIR PEREIRA DE SOUZA JUNIOR-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 19.149.744/0001-09, SEDIADO NA RUA ANTÔNIO MAXIMIANO DA COSTA, Nº 313, MARIA TERCEIRA, PARELHAS/RN – CEP 59.360-000.
VALOR GLOBAL: R$ 18.995,89 (DEZOITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).
CONTRATADO(A) LOTE II: FELIPE PONTES PRAXEDES-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 31.741.476/0001-07, SEDIADO NA RUA TIRADENTES, Nº 31, LUIZ GONZAGA, ACARI/RN – CEP 59.370-000**.**
VALOR GLOBAL: R$ 23.500,00 (VINTE E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 04 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; 04.122.0004.2008.0000 - MANUTENCAO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – CONTRIBUIÇÕES; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, 27 DE JULHO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:015B9B4B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 067/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 420/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS, CENOGRÁFICAS E HOUSE MIX DESTINADAS À FESTA DE AGOSTO NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, CENTRO, CEP: 59.370-000 - CNPJ/MF: 08.097.008/0001-20.

CONTRATADO(A): WALMIR PEREIRA DE SOUZA JUNIOR-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 19.149.744/0001-09, SEDIADO NA RUA ANTÔNIO MAXIMIANO DA COSTA, Nº 313, MARIA TERCEIRA, PARELHAS/RN – CEP 59.360-000.

VALOR GLOBAL: R$ 18.995,89 (DEZOITO MIL NOVECENTOS E NOVENTA E CINCO REAIS E OITENTA E NOVE CENTAVOS).

VIGÊNCIA: DA ASSINATURA DO CONTRATO A 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTE; 04.122.0004.2008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.31 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRA; FONTES: 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

BASE LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, 27 DE JULHO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:9CA96E7B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 068/2026 - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 035/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 420/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 035/2026

OBJETO: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS, CENOGRÁFICAS E HOUSE MIX DESTINADAS À FESTA DE AGOSTO NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE ACARI/RN, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, Nº 100, CENTRO, CEP: 59.370-000 - CNPJ/MF: 08.097.008/0001-20.

CONTRATADO(A): FELIPE PONTES PRAXEDES-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 31.741.476/0001-07, SEDIADO NA RUA TIRADENTES, Nº 31, LUIZ GONZAGA, ACARI/RN – CEP 59.370-000**.**

VALOR GLOBAL: R$ 23.500,00 (VINTE E TRÊS MIL E QUINHENTOS REAIS).

VIGÊNCIA: DA ASSINATURA DO CONTRATO A 25 DE SETEMBRO DE 2026.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTE; 04.122.0004.2008 – MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES; ELEMENTO DE DESPESA: 3.3.90.31 – PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRA; FONTES: 500 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS.

BASE LEGAL: ART. 75, II, DA LEI FEDERAL Nº 14.133/21.

ACARI/RN, 27 DE JULHO DE 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:42983CF9

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO CONTRATO Nº 089/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 398/2026

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 041/2026

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA AQUISIÇÃO DE KIT DE LIVROS DA "BIBLIOTECA DE TODOS" PARA COMPOR O ACERVO BIBLIOGRAFICO DA BIBLIOTECA MARIA JESUS BEZERRA DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

CONTRATANTE: **MUNICÍPIO DE ACARI/RN**, ATRAVÉS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES, COM SEDE NA RUA NAPOLEÃO ANTÃO, nº 100, ARY DE PINHO, ACARI/RN, CEP: 59.370-000 CNPJ/MF: **08.097.008/0001-20.**

CONTRATADO: EDITORA LUME LTDA, CNPJ Nº 37.569.205/0001-00, COM SEDE NA **ESTRADA DA TABATINGA, 336, LETRA A, TABATINGA, IGARASSU/PE, CEP: 53.605-810**.

VALOR: R$ 12.075,54 (DOZE MIL SETENTA E CINCO REAIS E CINQUENTA E QUATRO CENTAVOS).

VIGÊNCIA:DA ASSINATURA DO CONTRATO A 06 DE AGOSTO DE 2027.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: 08 - SECRETARIA DE TIBUTAÇÃO E EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTES; 13.392.0016.2057 – AQUISIÇÃO DE LIVROS PARA ACERVO DA BIBLIOTECA; NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.30.00 – MATERIAL DE CONSUMO; FONTE: 15000000.

BASE LEGAL: ART. 74, I, DA LEI FEDERAL 14.133/21.

ACARI/RN, 07 DE AGOSTO DE 2026.

MARIA SUELLY SILVA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Educação, Cultura e Esportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:B79A77D4

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
PROCESSO FRACASSADO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 038/2026

O Município de Acari/RN, por meio da Comissão de Contratação, torna público o resultado da Dispensa Eletrônica nº 038/2026, objeto:

AQUISIÇÃO DE 01 (UM) EQUIPAMENTO LIMPA FOSSAS CAPACIDADE DE 6.000 LITROS ACOPLADO A TRATOR COM ACIONAMENTO POR TOMADA DE FORÇA, COM BOMBA DE ALTA PRESSÃO E VAZÃO, o qual teve como data de abertura da sessão no dia 06/08/2026, às 08h01, no sistema eletrônico: www.portaldecompraspublicas.com.br, deflagrou-se **FRACASSADA**.

Acari/RN, 17 de agosto de 2026.

PAULO CÉSAR RODRIGUES DE ARAÚJO
Agente de Contratação Direta

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:63D6F2EB

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 422/2026

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CALDEIRA VERTICAL A LENHA, NOVA E SEM USO, DESTINADA À GERAÇÃO DE VAPOR/ÁGUA QUENTE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.**

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

ADJUDICOos vencedores da**Dispensa Eletrônica Nº 036/2026**, com sessão inicial realizada em 05 de agosto de 2026, a saber:

a) MIRAINOX LTDA, inscrita no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas sob o nº**02.627.690/0001-39**,saiu vencedora do certame, totalizando o valor de **R$60.373,00 (sessenta mil trezentos e setenta e três reais)**;

Acari (RN), 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:784C7282

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO – DISPENSA ELETRÔNICA Nº 035/2026

Considerando o parecer jurídico emitido pela Assessoria Técnica/Jurídica, no que concerne a contratação conforme o objeto informado a seguir**.**

Considerando o que dispõe o artigo 75,inciso II da Lei Federal nº 14.133, de 01 de julho de 2021.

RATIFICO e **RECONHEÇO** o processo de **DISPENSA ELETRÔNICA**, e, por conseguinte a contratação da(s) pessoa(s) jurídica(s) a seguir:

Contratado(a) Lote I: WALMIR PEREIRA DE SOUZA JUNIOR-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 19.149.744/0001-09, sediado na Rua Antônio Maximiano da Costa, Nº 313, Maria Terceira, Parelhas/RN – CEP 59.360-000.
VALOR GLOBAL: R$ 18.995,89 (dezoito mil novecentos e noventa e cinco reais e oitenta e nove centavos).
Contratado(a) Lote II: FELIPE PONTES PRAXEDES-ME, INSCRITO(A) NO CNPJ/MF SOB O Nº 31.741.476/0001-07, sediado na Rua Tiradentes, Nº 31, Luiz Gonzaga, Acari/RN – CEP 59.370-000**.**
VALOR GLOBAL: R$ 23.500,00 (vinte e três mil e quinhentos reais).
Objeto: PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE LOCAÇÃO DE ESTRUTURAS DECORATIVAS, CENOGRÁFICAS E HOUSE MIX DESTINADAS À FESTA DE AGOSTO NO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.

Acari/RN, 27 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário Municipal de Administração e Transportes

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:B89E8E84

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 079/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 0,5 (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**MARIA SUELLY DA SILVA MEDEIROS**			
CARGO:	**Secretária de Educação, Cultura e Esportes**			
MATRÍCULA:	2000			
DOCUMENTOS:	CPF: 444.090.364-91		RG: 782.749	
LOTADO (A):	Secretária de Educação			
HORÁRIO DE SAÍDA:	05h:30			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Capacitação Presencial do Programa SESI Interiorização da Educação, promovida pelo SESI/RN, conforme convite institucional. A participação tem por finalidade fortalecer a gestão educacional municipal, por meio da atualização técnica e do alinhamento das ações relacionadas à implementação do Programa SESI Interiorização da Educação no âmbito da Rede Municipal de Ensino.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	22/07/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$95,00 (noventa e cinco reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 20 de julho de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:B2AD0D99

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 080/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 0,5 (meia) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**DIOGO BEZERRA DUARTE**	
CARGO:	**Secretário de Desenvolvimento Econômico**	
MATRÍCULA:	6166	
DOCUMENTOS:	CPF: 008.554.814-63	RG: 1.545.940 SSP-RN
LOTADO (A):	Secretária de Desenvolvimento Econômico e Turismo.	
HORÁRIO DE SAÍDA:	02h:30	
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial	
OBJETIVO DA VIAGEM:		

Entrevista na Rádio 96FM - Tema: Turismo. E Reunião na RJ Assessoria para acompanhamento do projeto "Acari Cidade da Moda".				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
0,5	Natal/RN	29/07/2026	R$190,00	R$95,00

Importa a quantia de R$95,00 (noventa e cinco reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 29 de julho de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:5374CFCE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 081/2026 – SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174, de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO 1,0 diária (uma) diária, ao (à):

SERVIDOR (A):	**Maxwell Edival Nogueira da Silva**			
CARGO:	**Secretário Adjunto de Gestão das Unidades de Saúde**			
MATRÍCULA:	50140			
DOCUMENTOS:	CPF: 878.365.804-15	RG: 1.339.117 SSP/RN		
LOTADO (A):	Secretaria Municipal de Saúde			
HORÁRIO DE SAÍDA:	23h:00			
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial			
OBJETIVO DA VIAGEM:				
TRANSPORTAR PACIENTE AO HOSPITAL DO CORAÇÃO- PARA FAZER PROCEDIMENTO CIRURGICO.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
1,0	Natal/RN	02/08/2026	R$190,00	R$190,00

Importa a quantia de R$190,00 (cento e noventa reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 02 de agosto de 2026

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:8993CBAE

SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO E ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 082/2026 - SMAT

O SECRETÁRIO DE ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas e nos termos do Decreto nº 174 de 19 de janeiro de 2026, que institui valores para concessão de Diárias.

RESOLVE

FAZER CONCESSÃO de 2,0 (duas) diárias, ao (à):

SERVIDOR (A):	**ADRIANA LINHARES FERNANDES DE BRITO**	
CARGO:	**Controladoria**	
MATRÍCULA:	5051	
DOCUMENTOS:	CPF: 007.818.704-45	RG: 1611597-SSP/RN
LOTADO (A):	Controladoria	
HORÁRIO DE SAÍDA:	09:00h	
TIPO DO TRANSPORTE:	Oficial – PLACA: TSV-6A23	

OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do Conexão CNM - Especialista Certificado e-compras CNM - Edição Natal/RN, que abordará temas técnicos fundamentais para a gestão pública e acontecerá em Natal/RN nos dias 11 e 12/08/2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
2,0	NATAL/RN	11/08/2026 a 13/08/2026	R$190,00	R$380,00

Importa a quantia de R$380,00 (trezentos e oitenta reais).

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Acari/RN, 07 de agosto de 2026.

ROSISTER MEDEIROS FILHO
Secretário de Administração e Transportes

Publicado por:
Virgínia Lélia Cunha Galvão
Código Identificador:1F61D69B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE AFONSO BEZERRA

LICITAÇÃO
COMUNICADO DE RERRATIFICAÇÃO DO EXTRATO DO 5° TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 075/2022

Na publicação do extrato do termo dia 14/08/2026, Edição:3856, códigos identificadores: 0BC41C6C, no Diário Oficial dos Municípios do RN - FEMURN, corrija-se: **Onde lê: CONTRATADA:** EXTRATO DO 1º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 075/2022 **Leia-se: CONTRATADA:** EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO 075/2022

Publicado por:
Luiz Felipe Viera Moreno
Código Identificador:553D98A4

LICITAÇÃO
EXTRATO DE CONTRATO 55/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2266/2026

EXTRATO DE CONTRATO 55/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 2266/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICÍPAL DE AFONSO BEZERRA/RN - CNPJ:08.294.688/0001-71, **CONTRATADA**: AMA COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA, CNPJ nº 51.689.269/0001-68,
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de kits de enxoval/maternidade, destinados às gestantes acompanhadas pelos serviços e programas ofertados pelo Centro de Referência de Assistência Social – CRAS, vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação.
VALOR GLOBAL: R$ 58.251,50 (cinquenta e oito mil, duzentos e cinquenta e um reais e cinquenta centavos).
VIGÊNCIA: O presente contrato vigorará da data de sua assinatura até 31/12/2026.
BASE LEGAL: 14.133/2021
DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA:
Órgão: 04 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
Unidade: 001 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
Função: 08 Assistência social
Subfunção: 244 Assistência comunitária
Programa: 0009 MAIS ASSISTENCIA
Ação: 2036 MANUT DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOcial
Natureza da Despesa / Fonte de recursos
3.3.90.32 -Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita
1.500.0000 - Recursos não Vinculados de Impostos
Assinaturas em 10/08/2026, **Pela Contratante:** Haroldo José Bezerra da Paz,CPF nº 049.***.***-00 e **Pela Contratada**: Gilcelia Amanda Maria Lima Muniz, CPF nº 849.***.***-49.

Publicado por:
Jarivam Ferreira de Lima
Código Identificador:D6F97F44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA-0186/2026 – GC, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

A PREFEITA MUNICIPAL DE ANTÔNIO MARTINS, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas Atribuições Constitucionais que lhe são conferidas no caput do Art.57, IX, da Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1° Conceder Licença-Prêmio por 90 (noventa) dias ao servidor municipal FRANCISCO FAGNER AMORIM DA SILVA, matrícula nº 010052-8, ocupante do cargo de Auxiliar de Serviços Gerais – ASG, com lotação na Secretaria Municipal de Educação, referente ao período aquisitivo a que faz jus, nos termos da legislação municipal vigente.
Art. 2º A Licença-Prêmio será usufruída no período de 17 de agosto de 2026 a 14 de novembro de 2026, totalizando 90 (noventa) dias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na da de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete Civil da Prefeitura Municipal de Antônio Martins RN, 17 de agosto de 2026.

JÉSSICA IRIS FERREIRA DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Lucinaldo da Silva
Código Identificador:C64E80B7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DA LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO REGISTRO DE PREÇO Nº014/2026

O Pregoeiro da Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ: 08.349.011/0001-93, no uso de suas atribuições legais, torna público que às 08:00 horas do dia 01 de setembro de 2026, fará realizar a licitação na modalidade PREGÃO ELETRÔNICO SRP nº 014/2026 – Tem como objeto **PREGÃO ELETRÔNICO SRP PARA CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS DE INFORMÁTICA, destinados atender as necessidades das secretarias do Município de Apodi/RN. Conforme especificações e quantidades estabelecidas no Termo de Referência e neste Edital e seus** Anexos. O Edital encontra-se a disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br.; https://licitafacil.tce.rn.gov.br/. https://pncp.gov.br/app/editais e no link: https://apodi.rn.gov.br/licitacaolista.php. Informações e esclarecimentos: na sala da Comissão de Licitação, localizada na Praça Francisco Pinto, nº 56 – Centro – Apodi/RN, de segunda a sexta-feira, das 08h00min às 13h00min, Solicitar através do Email: cpl.pmapodi@gmail.com ou na página do pregão no www.portaldecompraspublicas.com.br.

Apodi/RN, 17 de agosto de 2026.

LAZARO BANDEIRA E SOUSA
Pregoeiro
Portaria 1075/2026

Publicado por:
Sonaly Cinthya de Lima Souza
Código Identificador:54E18BDF

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000025/000002/2026

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
PREGÃO ELETRÔNICO N.º 002/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO N.º 000025/000002/2026

O CONSÓRCIO INTERMUNICIPAL MULTIFINALITÁRIO DOS MUNICÍPIOS DO OESTE POTIGUAR – CIMOP, por meio do Pregoeiro, torna público, para conhecimento dos interessados, que o Edital do Pregão Eletrônico n.º 002/2026 (Processo Administrativo n.º 000025/000002/2026), cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada para implementação de projeto pedagógico estruturado, com fornecimento de materiais didáticos, recursos pedagógicos, implantação de ambientes educacionais e inclusivos no modelo parque infantil tipo playground, além da capacitação dos profissionais da educação, **fica RETIFICADO**, em decorrência da análise das impugnações apresentadas pelas empresas Arte Sutil Persianas e Cortinas Ltda., Igor Chermack, Paulo Cesar Barbosa e Martins Oliveira Comercial Ltda., nos termos a seguir resumidos:

1. DAS RETIFICAÇÕES NO EDITAL
1.1. O quadro-resumo do Edital, no campo "GARANTIA DE PROPOSTA", passa a constar **"SIM (1% do valor estimado da contratação, nos termos do item 5.6 do Termo de Referência)"**, onde antes constava "NÃO".
1.2. O quadro-resumo do Edital, no campo "VALOR ESTIMADO", passa a constar **R$ 75.741.120,00**, onde antes constava R$ 75.720.960,00 (correção de mero erro material de consolidação).

2. DAS RETIFICAÇÕES NO TERMO DE REFERÊNCIA
2.1. O item referente ao componente decorativo do Item 1 (playground), antes descrito como "1 coqueiro decorativo com 8 (oito) folhas diâmetro de 1300mm", passa a ser descrito como **"1 elemento lúdico temático integrado ao brinquedo, compatível com a proposta pedagógica do playground, com dimensão compatível com a estrutura à qual se acopla"**, mantidas inalteradas as demais especificações técnicas do item.
2.2. O item 12.24 e o subitem 12.24.1, que tratavam do "Quantitativo Mínimo de 50%" para fins de qualificação técnica, passam a exigir **quantitativo mínimo de 25%**, correspondendo, exemplificativamente, a 63 (sessenta e três) unidades do Item 1 e a 5.040 m² do Item 2, em substituição aos quantitativos anteriormente fixados (126 unidades e 10.080 m², respectivamente).
2.3. O item 5.4.1, que dispunha não haver exigência de amostra, passa a prever a **possibilidade de exigência de amostra circunscrita ao material pedagógico do Item 1**, a ser solicitada ao licitante provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos e prazos já previstos no item 10.14 do Edital, permanecendo dispensada a exigência de amostra quanto aos demais componentes da solução.
2.4. O item 6.12, que remetia o prazo de garantia unicamente ao Código de Defesa do Consumidor, passa a prever expressamente a obrigação da contratada de **fornecer garantia mínima para materiais, equipamentos e estruturas**, com reparos, substituições ou correções sem ônus para a Administração durante o período de garantia, e **prazo mínimo de garantia contratual não inferior a 12 (doze) meses, contado do recebimento definitivo do objeto**, sem prejuízo da aplicação subsidiária do CDC.

3. DA NOVA DATA DA SESSÃO PÚBLICA
Em razão de as retificações acima descritas — especialmente a exigência de garantia de proposta — impactarem a elaboração das propostas pelos licitantes, fica **reaberto o prazo** para apresentação de propostas e documentos de habilitação, nos termos do art. 55, §1º, da Lei nº 14.133/2021, ficando estabelecido o seguinte novo cronograma:

Item	Data / Horário
Nova data limite para impugnações/esclarecimentos	Até 3 (três) dias úteis antes da nova data da sessão
Nova data/hora limite para cadastro de proposta	31/08/2026 – 07h59 (horário de Brasília)
Nova data/hora de abertura da sessão pública	31/08/2026 – 08h00 (horário de Brasília)

4. DAS DEMAIS DISPOSIÇÕES

4.1. Permanecem inalteradas todas as demais disposições do Edital e de seus anexos que não tenham sido expressamente modificadas por este Aviso.
4.2. O Edital retificado, com o Termo de Referência e o Estudo Técnico Preliminar atualizados, encontra-se disponível, na íntegra, no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), no site www.cimop.com.br e na plataforma de realização da sessão (www.portaldecompraspublicas.com.br).
4.3. Ficam convocados todos os interessados a tomar conhecimento do inteiro teor das alterações antes da elaboração de suas propostas.
Portalegre/RN, na data da assinatura eletrônica.

EUFRASIO DANTAS ROCHA JUNIOR
Pregoeiro do CIMOP

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D809F27E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA DECRETO MUNICIPAL Nº 0278/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Luis Sabino da Costa Neto – Prefeito Municipal de Apodi, Estado do Rio Grande do Norte, usando das atribuições legais, que lhe são conferidas pelo art. 66, XII, da Lei Orgânica do Município de Apodi e o disposto nos artigos 40, 41, 42 e 43, da Lei nº 4.320/64, de 17 de março de 1964, e

CONSIDERANDO a autorização para a abertura de crédito adicional especial, concedida pela Lei Municipal nº 2.385, de 14 de agosto de 2026, publicada na edição nº 3857 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte em 17 de agosto de 2026,

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto crédito adicional especial, no exercício corrente, em favor da **Secretaria Municipal de Urbanismo e Serviços Urbanos**, no valor de R$ 1.000,00 (mil reais), nos termos que dispõem os arts. 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320/64, com a finalidade de criar ação orçamentária específica destinada à "Revitalização e Modernização de Espaços Públicos", conforme especificações orçamentárias a seguir:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.031	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SERVIÇOS URBANOS**				
Função	15	Urbanismo				
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Programa	0006	Cidade Viva: Esporte, Lazer e Urbanismo				
Ação	1063	Revitalização e Modernização de Espaços Públicos				
Natureza da Despesa	4	Despesas de Capital				
Grupo de Natureza de Despesa	44	Investimentos				
Modalidade de Aplicação	4490	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	449051	Obras e Instalações	Fonte de Recurso	15000000	R$	1.000,00
Total do Crédito Adicional Especial (R$)						**1.000,00**

Art. 2º O Crédito adicional especial aberto no artigo anterior será coberto com recursos provenientes de **anulação parcial ou total de dotações orçamentárias**, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, em conformidade com o que se segue:

2000 – PODER EXECUTIVO

Unidade Orçamentária	02.031	**SECRETARIA MUNICIPAL DE URBANISMO E SERVIÇOS URBANOS**				
Função	15	URBANISMO				
Subfunção	451	INFRA-ESTRUTURA URBANA				
Programa	0001	Apoio Administrativo às Ações do Município				
Ação	2060	Manutenção das Ações de Limpeza Pública				
Natureza da Despesa	3	Despesas Correntes				
Grupo de Natureza de Despesa	31	Pessoal e Encargos Sociais				
Modalidade de Aplicação	3190	Aplicações Diretas				
Elemento de Despesa	319013	Obrigações Patronais	Fonte de Recurso	15000000	R$	1.000,00
Total da Anulação (R$)						**1.000,00**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito, Palácio Francisco Pinto, em Apodi/RN, 17 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:27FD6D62

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025.1

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 018/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 018/2025.1, itens 01,2,3,4 e 6,** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 15/08/2025, pag. 204 à 207 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3603, de 15/08/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. **Fornecedores: ROBERTO LEITE GAMA - ME – CNPJ: 40.807.695/0001-32** - Valor global(estimado): **R$ 311.950,00** - Período vigência: 14/08/2026 A 14/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Roberto Leite Gama pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, 14 de agosto de 2026.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:AA313811

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 018/2025.2

EXTRATO DO TERMO DE RENOVAÇÃO DE VIGENCIA DE ATA DE REGISTRO (ART 84, Lei 14.133/21), ORIUNDO DO PREGAO ELETRONICO 018/2025. Contratante: Prefeitura Municipal de Apodi, CNPJ/MF Nº: 08.349.011/0001-93, OBJETO: Termo Aditivo, RENOVAÇÃO DA VIGENCIA E MANTENDO VALORES CONFORME ATA DE REGISTRO DE PREÇO **Nº 018/2025.2, item 09,** DA PREFEITURA MUNICIPAL DE APODI publicada em 15/08/2025, pag. 207 à 210 do Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte • ANO XVI | Nº 3603, de 15/08/2025, EM CONFORMIDADE COM O ART 84, DA LEI 14.133/21. **Fornecedores:** ANA`S Empreendimentos LTDA **– CNPJ:** 10.673.808/0001-93 - Valor global(estimado): **R$ 295.000,00** - Período vigência: 14/08/2026 A 14/09/2027. Amparo Legal: ART 84, Da Lei 14.133/21. Assinam: Luis Sabino da Costa Neto pela Contratante e Ana Luiza Maia Melo Morais pela(s) contratada(s).Local e data: Apodi RN, 14 de agosto de 2026.

Publicado por:
Antonio Francisco de Oliveira
Código Identificador:342EB86E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA LEI MUNICIPAL Nº 2387/2026 DE 17 AGOSTO DE 2026

PLL nº. 0183/2026, Ronaldo Adriane de Oliveira e Silva

"Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES DO ASSENTAMENTO PORTAL DA CHAPADA, do município de Apodi – Rio Grande do Norte".

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN faz saber, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pelo Art. 66, inciso IV da Lei Orgânica, e eu sanciono a seguinte Lei

Art. 1º - Fica declarada de utilidade pública a entidade civil com natureza jurídica de associação privada, denominada Associação dos Produtores do Assentamento Portal da Chapada, inscrita no Cadastro Nacional da Pessoa Jurídica - CNPJ sob N° 04.728.112/0002-14, com sede e foro no município de Apodi-RN.

Parágrafo Único. Ficam assegurados à entidade declarada de utilidade pública todos os direitos decorrentes do reconhecimento perfectibilizado por esta lei, nos ternos da legislação vigente.

Art. 2º - Esta lei entra em vigar na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Apodi/RN, em 17 de agosto de 2026

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração e Planejamento
Portaria Nº 0001/2025

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:0C525324

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO - SEMA
PORTARIA Nº 1312/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Designa Gestor e Fiscais de Contratos Administrativo do Executivo Municipal de Apodi - RN derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE APODI-RN, **LUIS SABINO DA COSTA NETO,** no uso das suas atribuições legais e tendo em vista o que dispõe Art. 66, IV e VIII da Lei Orgânica do Município e legislação pertinente.

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117, Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, dispondo que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração especialmente designados conforme requisitos estabelecidos no art. 7º da referida Lei, ou pelos respectivos substitutos, permitida a contratação de terceiros para assisti-los e subsidiá-los com informações pertinentes a essa atribuição;

CONSIDERANDO, que os órgãos públicos devem manter fiscal formalmente designado durante toda a vigência dos contratos/convênios celebrados pela entidade.

RESOLVE:

Art. 1º - Designar, para atuar como **GESTOR** e **FISCAIS DE CONTRATROS E CONVÊNIOS**, exercendo todas as funções inerentes e designadas em Legislação pertinente e nesta Portaria, competindo-lhes gerenciar todas as atividades pertinentes à execução contratual derivados da Lei Federal nº 14.133/2021, no âmbito da Prefeitura Município de Apodi - RN, os servidores abaixo especificados, nas respectivas funções:

JOSÉ ALCIDES NORONHA, para exercer a função de **GESTOR DE CONTRATOS**, competindo-lhe gerenciar todas as atividades pertinentes à execução contratual derivadas da Lei Federal nº 14.133/2021;

ANA PAULA DE FREITAS GOIS, **Matrícula/Portaria: 0744/2025 assessora de Tributos e Finanças,** com graduação em direito, para exercer a função de **FISCAL TITULAR DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de locações de softwares para os setores de Tributação e Finanças, consultorias jurídicas no âmbito da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

LEOMÁRIA FERREIRA BEZERRA DE MIRANDA (Matrícula: 1723871), com graduação em administração para exercer a função de **FISCAL SUPLENTE DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de locações de softwares para os setores de Tributação e Finanças, consultorias jurídicas no âmbito da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

LEOMÁRIA FERREIRA BEZERRA DE MIRANDA (Matrícula: 1723871), com graduação em administração para exercer a função de **FISCAL TITULAR DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de contabilidade pública e consultoria no âmbito da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

ANA PAULA DE FREITAS GOIS, **Matrícula/Portaria: 0744/2025 assessora de Tributos e Finanças,** com graduação em direito, para exercer a função de **FISCAL SUPLENTE DOS CONTRATOS e CONVÊNIOS** administrativos e de prestação de serviços relacionados aos contratos de contabilidade pública e consultoria no âmbito da Secretaria Municipal de Tributação e Finanças, com a finalidade de acompanhar e fiscalizar a execução contratual, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021;

Art. 2º - Cabe ao GESTOR DE CONTRATOS a observância do disposto na Lei 14.133/2021 e regulamentos do Município de Apodi e, em especial:

I - Gerenciar a parte administrativa da execução contratual, no intuito de que o contrato transcorra de forma regular, gerindo o cumprimento do cronograma físico-financeiro, pela contratada;
II - Avaliar a condução contratual e, quando necessário, balizado pelas diretrizes contratuais, sugerir métodos de racionalização de atividade e gastos inerentes ao contrato de sua responsabilidade;
II - Gerir a vigência dos contratos sob sua responsabilidade, a necessidade de prorrogação ou de nova contratação e tomar as providências cabíveis que estiverem na esfera de sua atribuição;
IV - Solicitar à autoridade competente da área interessada, para que esta promova a elaboração de novo projeto Básico ou Termo de Referência, com a antecedência mínima necessária à realização da nova contratação;
V - Conferência do adequado cumprimento das exigências da prestação das respectivas garantias contratuais
VI - Consultar, com 90 (noventa) dias de antecedência do término da vigência dos contratos de serviços/fornecimentos continuados, os fiscais técnicos e a contratada sobre interesse na prorrogação e, em havendo interesse mútuo e adequação jurídica, promover a respectiva prorrogação;
VII - Demonstrar a vantajosidade econômica na manutenção do preço contratado frente ao mercado, quando se tratar da prorrogação contratual;
VIII - Informar à Direção do órgão o percentual de aumento dos contratos, sob sua gestão, decorrentes de convenções coletivas;
IX - Acompanhar a execução orçamentária dos contratos sob sua gestão, demandando da Contabilidade, quando for o caso, o remanejamento de recursos entre estes contratos.
X - Antes de formalizar ou prorrogar o prazo de vigência do contrato, deverá verificar a regularidade fiscal do contratado, consultar o Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e o Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), emitir as certidões

negativas de inidoneidade, de impedimento e de débitos trabalhistas e juntá-las ao respectivo processo.
XI - Manifestar-se sobre quaisquer solicitações da contratada, em especial aquelas pertinentes a valores do contrato e devolução de prazos, submetendo-as à autoridade competente;
XII - Informar a área requisitante, em prazo hábil, quando prever ou verificar necessidade de acréscimos, supressões ou outras alterações no objeto do contrato e promover as respectivas alterações;
XIII - Propor à Autoridade competente, de forma motivada e fundamentada e com base nas anotações da fiscalização contratual, a abertura de processo administrativo para aplicação de penalidades ao contratado, conforme previsto no contrato e dar início a esse processo;
XIV - Prestar esclarecimentos e apresentar soluções técnicas a seu cargo para ocorrências que surgirem durante a execução do contrato e propor medidas que melhorem a execução do mesmo.

Art. 3º - Cabe ao **FISCAL DO CONTRATO** a observância do disposto na Lei 14.133/2021 e regulamentos do Município de Apodi e, em especial:

I - Conhecer detalhadamente o processo de contratação, de modo a acompanhar fielmente o cumprimento do contrato (objeto, proposta comercial da empresa, forma de execução, fornecimento de material, vigência contratual, sanções, formas de pagamento);
II - Solicitar formalmente à contratada a indicação de um preposto (representante da contratada);
III - Fiscalizar a execução do serviço (fornecimento de materiais na quantidade e qualidade adequada, acompanhar o recebimento e o estoque dos itens, pessoal, obrigações trabalhistas, forma de prestação do serviço), zelando pelo efetivo cumprimento das obrigações contratuais assumidas e pela qualidade dos produtos fornecidos e dos serviços prestados à Administração;
IV - Acompanhar saldo do contrato;
V - Avaliar a execução do objeto do contrato, podendo utilizar o Instrumento de Medição de resultado (IMR), para aferição da qualidade da prestação dos serviços, devendo haver o redimensionamento no pagamento com base nos indicadores estabelecidos, sempre que a contratada:
1. Informar ao Gestor sobre atrasos ou outros problemas que estejam fora de sua área de atuação;
2. Não produzir os resultados, deixar de executar ou não executar com a qualidade mínima exigida.
3. Deixar de utilizar os materiais e recursos humanos exigidos para a execução do serviço, ou utilizar com qualidade ou quantidade inferior.

VI - Manter o controle das ordens de serviços emitidas e cumpridas;
VII - Atestar as notas fiscais e faturas correspondentes, emitindo relatório para autorizar o pagamento certificado a manutenção da regularidade fiscal do contratado.
VIII - O fiscal poderá realizar a avaliação diária, semanal ou mensal, desde que o período seja suficiente para avaliar ou aferir o desempenho e qualidade da prestação dos serviços.
IX - Informar ao Gestor do Contrato o eventual descumprimento dos compromissos pactuados, que poderá ensejar a aplicação de penalidades;
X - Providenciar, quando necessário ou termo circunstanciado referente ao recebimento do objeto do contrato e pagamento do preço ajustado, conforme definido no instrumento contratual;
XI - Registrar todas as ocorrências, qualitativas e quantitativas, relacionadas com a execução do contrato pelo qual for responsável, prestando nos autos os esclarecimentos que se fizerem necessários;
XII - Manter permanente vigilância sobre as obrigações da Contratada, definidas nos dispositivos contratuais e condições editalícias e, fundamentalmente, quanto à observância aos princípios e preceitos consubstanciados na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com suas alterações.

Art. 4º - A designação dos gestores e fiscais de contratos de que trata esta Portaria observará os requisitos e vedações previstos no art. 7º da Lei Federal nº 14.133/2021 e no art. 10 do Decreto regulamentador, devendo os agentes públicos designados:

I – ser, preferencialmente, servidor efetivo ou empregado público dos quadros permanentes da Administração Pública;
II – possuir atribuições relacionadas à gestão e fiscalização de contratos ou formação compatível, ou qualificação atestada por certificação profissional emitida por escola de governo criada e mantida pelo Poder Público;
III – não ser cônjuge ou companheiro de licitantes ou contratados habituais da Administração, nem possuir com eles vínculo de parentesco, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, ou vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil.

§ 1º Para os fins do inciso III deste artigo, consideram-se contratados habituais as pessoas físicas e jurídicas cujo histórico recorrente de contratação com o órgão ou a entidade evidencie significativa probabilidade de novas contratações.
§ 2º A vedação prevista no inciso III aplica-se ao agente público que atue em processo de contratação cujo objeto pertença ao mesmo ramo de atividade em que atue o licitante ou o contratado habitual com o qual mantenha o relacionamento referido no inciso III.
§ 3º A autoridade competente deverá observar o princípio da segregação de funções, sendo vedada a designação do mesmo agente público para atuação simultânea em funções mais suscetíveis a riscos, de modo a reduzir a possibilidade de ocultação de erros e de ocorrência de fraudes na respectiva contratação.
§ 4º Os gestores e fiscais designados deverão comunicar imediatamente à autoridade competente a superveniência de qualquer hipótese de impedimento, conflito de interesses ou incompatibilidade que comprometa o exercício imparcial de suas atribuições, para fins de substituição.
§ 5º Aplicam-se, no que couber, as disposições deste artigo aos respectivos substitutos eventualmente designados.

Art. 5º - Ficam revogadas todas as Portarias e demais disposições em contrário que disponham sobre a designação de gestores e fiscais de contratos e convênios no âmbito Administração Pública Municipal, especialmente aquelas cujas disposições sejam incompatíveis com a presente Portaria.

Art. 6º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 7º - Dê-se ciência aos interessados, a saber, o Gestor e o Fiscal ora designados, que deverão apor o CIENTE no campo próprio abaixo.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Palácio Francisco Pinto, em Apodi-RN, 17 de agosto de 2026.

LUIS SABINO DA COSTA NETO
Prefeito Municipal de Apodi-RN

LÁIZA CRISTINA CARLOS FREIRE MONTEIRO
Secretária de Administração
Portaria nº 0001/2025

Ciente,

_____
Gestor de Contrato

_____
Fiscal do Contrato

Publicado por:
Airton Bandeira e Souza
Código Identificador:D4977035

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 0129/2026 – GP

A PREFEITA MUNICIPAL DE BAÍA FORMOSA-RN, no uso de suas atribuições legais, CONSIDERANDO a Lei nº 181/2000, Art. 32, combinado ao Decreto nº 305/2025, Art. 1º e 2º.
RESOLVE:
Art. 1º - Autorizar a concessão de recurso a título de diária ao(s) servidor(es) do município, abaixo relacionado(s), depois de observadas as exigências estabelecidas na Lei Federal nº. 4.320/64 de 17.03.1964, na importância abaixo mencionada, nas importâncias abaixo mencionadas, correspondente a 0,5 (meia) diária, para fazer face às suas despesas quando de seu deslocamento à cidade de Natal/RN, para participar do *Seminário Estadual Agosto Lilás: 20 anos da Lei Maria da Penha*, no dia 18 de agosto de 2026.
1. DEYSE DANIELLE DUARTE DA SILVA – Secretária de Trabalho, Habitação e Assistência Social, Matrícula 00570, Diária: R$ 120,00 (cento e vinte reais);
2. HEULLA MARIA DE ARAUJO ANACLETO – Supervisora Chefe – Criança Feliz, matrícula 12297, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
3. JOÃO PEDRO FIGUEIREDO DO NASCIMENTO – Coordenador CREAS, Matrícula 0013587, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos);
4. OTACILIA DE SOUZA NETA – Coordenadora do CRAS, Matrícula: 0011746, Diária: R$ 62,50 (sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e cumpra-se.

Baía Formosa/RN, 17 de agosto de 2026.

CAMILA VERAS DE MELO
Prefeita

Publicado por:
Sara Greyse Duarte da Silva Martins
Código Identificador:38D05629

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARAÚNA

SECRETARIA MUNICIPAL DE GESTÃO ADMINISTRATIVA E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE SUSPENSÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 016/2026

A Pregoeira Oficial da Prefeitura Municipal de Baraúna/RN, nomeado pela Portaria nº 038/2026-GP, de 06 de janeiro de 2026, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte (FEMURN) em 07 de janeiro de 2026, no uso de suas atribuições legais, torna público que o Pregão Eletrônico nº 016/2026 – Processo Administrativo nº 06040001/2026, anteriormente aprazado para o dia 18 de agosto de 2026, às 08h01min, cujo objeto é a CONTRATAÇÃO DE PESSOA JURÍDICA VISANDO À AQUISIÇÃO DE RECURSOS TERAPÊUTICOS E MATERIAL ESPORTIVO DESTINADOS A ATENDER ÀS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BARAÚNA/RN, fica **SUSPENSO** até ulterior deliberação, em razão da necessidade de ajustes e modificações técnicas para o aperfeiçoamento do Termo de Referência, a fim de garantir maior adequação do objeto licitado às necessidades da Administração Pública. Demais informações encontram-se disponíveis no Portal de Compras Públicas: www.portaldecompraspublicas.com.br

Baraúna/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA ALICIA COSTA PEREIRA BARBOZA
Pregoeira

Publicado por:
Maria Aparecida Oliveira Bezerra
Código Identificador:A38ACAA0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCELONA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE RATIFICAÇÃO E AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DE CONTRATO VERBAL.

Consoante o art. 72, VIII da Lei n. 14.133/2021, Ratifico por este termo, a seguinte contratação por contrato verbal, e autorizo a Contratação de empresa especializada para fornecimento de licença de uso da plataforma Cesta de Preços, destinada a subsidiar a realização de pesquisas de preços e a formação de estimativas de custos dos processos de contratação pública do Município, em atendimento às demandas do setor de licitações, que tem como escolhida empresa do ramo pertinente ao objeto Cesta de Preços Soluções Tecnológicas, inscrito no CNPJ n° 26.776.175/0001-89, sediada no município de Mossoró/RN, com o valor total de R$ 12.500,00 (doze mil e quinhentos reais), com base no Art. 95, parágrafo II da Lei n°14.133/2021.

Barcelona/RN, 03 de agosto de 2026.

FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:94808FB1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIAS Nº 17080001, DE, 17 DE AGOSTO DE 2026.

"DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS, e dá outras providências."

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE BARCELONA – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, *no uso de suas atribuições legais e, em conformidade com a Lei Orgânica Municipal, bem como o* ***DECRETO MUNICIPAL Nº 014, DE, 20 DE MARÇO DE 2025, etc...***

CONSIDERANDO*a necessidade de deslocamento de pessoal para a resolução de assuntos de interesse da edilidade:*

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDERa Sua Senhoria o/a Senhor/a **MARIA NELY DA SILVA FERREIRA,**, MD., Secretária de Saúde do município de Barcelona/RN, já devidamente qualificado nos autos do PAD, (Procedimento administrativo), ½ (meia) diária/s no valor unitário de R$ 100,00 (Cem reais), totalizando o valor global de R$ 100,00 (Cem reais), a fim de custear despesas com sua estada, a(s) qual(is), faz-se-á(ão) necessária(s) ao seu deslocamento, objetivando a **PARTICIPAR de EVENTO, conforme consignado em quadro demonstrativo infra sintetizado:**

EVENTO/S	DATA	LOCAL
PARTICIPAR de REUNIÃO temática do COSEMS, com o tema: Eficiência e resolutividade na prática da atenção especializada, execução e implementação as ofertas de cuidados. (OCis).	19 de agosto de 2026.	Auditório do Centro Administrativo Federal – Avenida – Alexandrino de Alencar, 1402, Tirol – Natal/RN.

Art. 2º. REVOGAM-SEas disposições em contrário e, em especial, o**DECRETO MUNICIPAL Nº 006, DE, 06 DE MAIO DE 2024.**

PUBLIQUE-SE!CUMPRA-SE, com as cautelas legais de praxe.

Edifício Manoel Guedes da Fonseca – Município de Barcelona/RN - Gabinete do Prefeito Constitucional, documento confeccionado e assinado na data de sua expedição.

(Documento Assinado de Forma Digital)
FABIANO LOPES PEREIRA
Prefeito Constitucional/Município de Barcelona/RN

Publicado por:
José Josivaldo da Silva
Código Identificador:C1DF4FB8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
DECRETO Nº 087/2026

DECRETO Nº 087/2026

DECRETA LUTO OFICIAL DE 3 (TRÊS) DIAS NO MUNICÍPIO DE BENTO FERNANDES/RN, EM VIRTUDE DO FALECIMENTO DO SENHOR ANTONIO DANIEL PINHEIRO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BENTO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o falecimento do Senhor **ANTONIO DANIEL PINHEIRO**, ocorrido em **16 de agosto de 2026**;

CONSIDERANDO os relevantes serviços prestados pelo Senhor Antônio Daniel Pinheiro ao Município de Bento Fernandes, onde exerceu suas funções como servidor público municipal, inclusive na **Guarda Municipal**;

CONSIDERANDO sua trajetória de dedicação ao serviço público e sua contribuição para a comunidade de Bento Fernandes;

CONSIDERANDO o sentimento de pesar que acomete os familiares, amigos, colegas de trabalho e toda a população do Município;

DECRETA:

Art. 1º Fica decretado **Luto Oficial por 3 (três) dias** no Município de Bento Fernandes/RN, a contar de **17 de agosto de 2026**, em sinal de profundo pesar pelo falecimento do Senhor **Antônio Daniel Pinheiro**.

Art. 2º Este Decreto representa o reconhecimento do Município de Bento Fernandes aos serviços prestados pelo Senhor Antônio Daniel Pinheiro à Administração Pública Municipal e à sociedade, especialmente durante o exercício de suas funções na Guarda Municipal.

Art. 3º Fica determinada a ciência deste Decreto aos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal, para os devidos fins.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retoagindo seus efeitos ao dia 17 de agosto de 2026..

Gabinete do Prefeito Municipal de Bento Fernandes/RN, em 17 de agosto de 2026.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:AC2BA2BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 177/2026 - GP

PORTARIA N° 177/2026 - GP Bento Fernandes/RN, em 07 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido o Senhor **FABIO JUNIOR BARBOSA DO NASCIMENTO**, CPF Nº 050.381.254-41, Mat. Nº 1310834-1**,** ocupante do cargo comissionado de A**SSESSORIA ADMINISTRATIVA - CC6,** lotado (a) na **SECRETARIA MUN DO TRAB HAB ASSIST SOCIAL E JUV** do Município de Bento Fernandes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 07/08/2026, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

.

JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:7C61959B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO, PLANEJAMENTO E FINANÇAS
PORTARIA N° 181/2026 - GP

PORTARIA N° 181/2026 - GP Bento Fernandes/RN, em 17 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a exoneração de ocupante de cargo de provimento em comissão e dá outras providencias.

O Prefeito Municipal de Bento Fernandes Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina o Art. 70 da Lei Orgânica do Município;

R E S O L V E:

Art. 1º Exonerar a pedido a Senhora **SUSANNE DANTAS DO VALE**, CPF Nº 062.824.334-01, Mat. Nº **1300274-1,** ocupante do cargo comissionado de A**SSESSORIA ADMINISTRATIVA - CC6,** lotado (a) na **SECRETARIA MUN DO TRAB HAB ASSIST SOCIAL E JUVENTUDE,** do Município de Bento Fernandes.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

.
JOLLEMBERG SOARES DANTAS
Prefeito Constitucional de Bento Fernandes/RN

Publicado por:
João Batista do Nascimento Viana
Código Identificador:A096A320

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE SESSÃO

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 017/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº:1016/2026

O **MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN**, por intermédio da sua Pregoeira, torna público, para conhecimento dos interessados, que, em razão da **retificação do Edital do Pregão Eletrônico nº 017/2026**, decorrente do acolhimento de impugnação e da necessidade de adequação das exigências de qualificação técnica previstas no item 7.25.2, fica **REAPRAZADA a sessão pública** do referido certame.
O certame tem por objeto a **formação de Registro de Preços para futura contratação de empresa para aquisição de materiais de limpeza, higiene e descartáveis, para suprir as necessidades das Secretarias e Fundos Especiais do Município de Boa Saúde/RN**.

Dessa forma, ficam estabelecidas a seguinte nova data da sessão pública de abertura às **09h00min do dia 28 de agosto de 2026**.
As propostas serão recebidas exclusivamente por meio eletrônico, através do endereço: **www.portaldecompraspublicas.com.br**.
A alteração decorre da necessidade de **reabertura do prazo para apresentação das propostas**, em razão da modificação promovida no instrumento convocatório.
As demais disposições do Edital e seus anexos permanecem **inalteradas**, salvo aquelas expressamente modificadas pela Retificação do Edital.
O Edital retificado e seus anexos encontram-se disponíveis nos mesmos meios de divulgação do instrumento convocatório original.

Boa Saúde/RN, 17 de agosto de 2026.

FERNANDA CLENDIA DA SILVA GOMES
Pregoeira Municipal.

Publicado por:
Fernanda Clendia da Silva Gomes
Código Identificador:3DC47D01

PREFEITURA MUNICIPAL DE BOA SAÚDE
PORTARIA Nº 132, 17 DE AGOSTO DE 2026.

Portaria nº 132, 17 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a concessão de Licença Prêmio por assiduidade a Servidor e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BOA SAÚDE/RN, no uso de suas atribuições legais, conforme o que determina a Lei Orgânica e com fundamentos no Art. 95 da Lei Complementar nº 001/1997, que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município, institui o respectivo Estado e dá outras providências

R E S O L V E:

Art. 1º - CONCEDER a Servidora **MARIA DE JESUS LIMA DE MESQUITA**, matrícula nº **120143-3**, ocupante do Cargo de Provimento Efetivo de **PROFESSORA**, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Licença Prêmio Por Assiduidade pelo período de 03 (três) meses, com vigência a partir de **18 de agosto de 2026 a 18 de novembro de 2026.**
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Boa Saúde/RN,17 de agosto de 2026.
-
-

JOÃO MARIA MESQUITA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Joana Darc Moreira da Silva
Código Identificador:4CAFFC77

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BODÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ARP

Processo Administrativo n° 718/2026
Pregão Eletrônico n° 18/2026

O Gabinete do Prefeito através da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Bodó/RN, **CONVOCA** o(s), representante(s) legal(is) da(s) empresa(s):
1. A. DE S. WANDERLEY LTDA (CNPJ: 04.279.658/0001-35), com sede na AV Capitao Mor Gouveia, 3614, Lote 211, CEP 59.063-400, Lagoa Nova, Natal/RN, saiu vencedora em todos os lotes (01 a 07), com o valor global de R$ 4.891.739,47 (quatro milhões oitocentos e noventa e um mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)
nos termos da Cláusula 16ª do Edital, para assinatura a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Maiores informações podem ser obtidas através do correio eletrônico: cpl@bodo.rn.gov.br.

Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:EADAA48E

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DA ARP

Processo Administrativo n° 953/2026
Pregão Eletrônico n° 17/2026

O Gabinete do Prefeito através da Comissão de Pregão da Prefeitura Municipal de Bodó/RN, **CONVOCA** o(s), representante(s) legal(is) da(s) empresa(s):
G FONSECA DA SILVA (CNPJ: 26.690.106/0001-58), com sede R Aldemar De Sa Leitão, 201, Bloco A, CEP 59.650-000, São João, Assu/RN, saiu vencedora no lote único, com o valor global de R$ 218.680,00 (duzentos e dezoito mil e seiscentos e oitenta reais)
nos termos da Cláusula 16ª do Edital, para assinatura a Ata de Registro de Preços, no prazo de 05 (cinco) dias úteis. Maiores informações podem ser obtidas através do correio eletrônico: cpl@bodo.rn.gov.br.

Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:F1730443

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE DISPENSA - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 24/2026

DISPENSA ELETRÔNICA nº 24/2026
Processo Administrativo n° 835 /2026

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL E FUTURA LOCAÇÃO DE TRATOR AGRÍCOLA, COM OPERADOR E COMBUSTÍVEL, PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE SILAGEM, VISANDO ATENDER ÀS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Bodó, CNPJ: 01.612.374/0001-20, com Sede Administrativa na Rua Joel Assunção, 340, Centro, Bodó/RN, CEP: 59.528-000.
CONTRATADO(A): O A DE MEDEIROS JUNIOR EMPREENDIMENTO (CNPJ nº 44.739.924/0001-80)
.
VALOR GLOBAL: R$ 37.000,00 (trinta e sete mil reais)

BASE LEGAL: ART. 75, II da Lei Federal nº 14.133/21.
Bodó/RN**,** 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSE DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:6478E870

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 25/2025

Contratante: Município de Bodó/RN, inscrito no CNPJ: **01.612.374/0001-20**.

Contratada: IRILENE DA SILVA MATIAS
CNPJ: 34.310.563/0001-06

Objeto: Prorrogar a vigência da Ata De Registro De Preço nº 25/2025, até o dia 18/08/2027, cujo o objeto Aquisição de materiais de limpeza, higiene e itens descartáveis, destinados a atender às necessidades das diversas secretarias e demais órgãos públicos vinculados à Prefeitura Municipal de Bodó/RN.
Fundamentação: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021 c/c art. 74 do Decreto Municipal nº 001/2024

Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Cristina Medeiros Ferreira
Código Identificador:6F8F6214

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 - SRP

ADJUDICO, o vencedor do Pregão Eletrônico nº 17/2026, realizado em 31/07/2026, a saber:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN

G FONSECA DA SILVA (CNPJ: 26.690.106/0001-58), com sede R Aldemar De Sa Leitão, 201, Bloco A, CEP 59.650-000, São João, Assu/RN, saiu vencedora no lote único, com o valor global de R$ 218.680,00 (duzentos e dezoito mil e seiscentos e oitenta reais)

Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:DCC49702

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 - SRP

ADJUDICO, o vencedor do Pregão Eletrônico nº 18/2026, realizado em 05/08/2026, a saber:

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA EVENTUAL E FUTURA AQUISIÇÃO DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA, MATERIAL HOSPITALAR, MATERIAL ODONTOLÓGICO, MATERIAL LABORATÓRIO E PSICOTRÓPICOS PARA ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN

A. DE S. WANDERLEY LTDA (CNPJ: 04.279.658/0001-35), com sede na AV Capitao Mor Gouveia, 3614, Lote 211, CEP 59.063-400, Lagoa Nova, Natal/RN, saiu vencedora em todos os lotes (01 a 07), com o valor global de R$ 4.891.739,47 (quatro milhões oitocentos e noventa e um mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)

Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:B558ECD6

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2026 - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇO PARA FUTURA E EVENTUAL A AQUISIÇÃO DE CESTAS BÁSICAS, DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS DEMANDAS DA SECRETARIA DE MUNICIPAL DE TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE BODÓ/RN

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação do tipo **Pregão Eletrônico nº 17/2026,** com início em **21 de julho de 2026**, com sessão realizada em **31 de julho de 2026,** nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:

1) G FONSECA DA SILVA (CNPJ: 26.690.106/0001-58), com sede R Aldemar De Sa Leitão, 201, Bloco A, CEP 59.650-000, São João, Assu/RN, saiu vencedora no lote único, com o valor global de R$ 218.680,00 (duzentos e dezoito mil e seiscentos e oitenta reais)
Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Bodó/RN
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:FD5B52E1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 18/2026 - SRP

OBJETO: A. DE S. WANDERLEY LTDA (CNPJ: 04.279.658/0001-35), com sede na AV Capitão Mor Gouveia, 3614, Lote 211, CEP 59.063-400, Lagoa Nova, Natal/RN, saiu vencedora em todos os lotes (01 a 07), com o valor global de R$ 4.891.739,47 (quatro milhões oitocentos e noventa e um mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)

Homologo pelo presente termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento do pregoeiro e equipe de Apoio, referente à licitação do tipo **Pregão Eletrônico nº 18/2026,** com início em **24 de julho de 2026**, com sessão realizada em **05 de agosto de 2026,** nos termos do artigo 28, inciso I, da Lei Federal nº 14.133/21, exarada no processo licitatório proveniente da licitação supramencionada, em favor da(s) empresa(s) relacionada(s) a seguir:

1) A. DE S. WANDERLEY LTDA (CNPJ: 04.279.658/0001-35), com sede na AV Capitão Mor Gouveia, 3614, Lote 211, CEP 59.063-400, Lagoa Nova, Natal/RN, saiu vencedora em todos os lotes (01 a 07), com o valor global de R$ 4.891.739,47 (quatro milhões oitocentos e noventa e um mil setecentos e trinta e nove reais e quarenta e sete centavos)
Bodó/RN, 17 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Bodó/RN
CNPJ: 01.612.374/0001-20
HORISON JOSÉ DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Celuzia Beatriz Albino Tavares
Código Identificador:E5F3AA25

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BOM JESUS

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO
PORTARIA Nº232/2026 – SMG DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EFETIVA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

PORTARIA Nº232/2026 – SMG

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO A SERVIDORA EFETIVA E ADOTA OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE BOM JESUS, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo art. 78, incisos VII e na forma do art. 34, inciso II, alínea "g", todos da Lei Orgânica do Município, concomitante com o art. 90, caput, da Lei nº 176/97 – que dispõe sobre o Regime Jurídico do Servidor Municipal

R E S O L V E:

Art. 1º Conceder o pedido de Licença Prêmio a servidora **MARIA CRISTINA DO NASCIMENTO SILVA,** portadora do CPF nº XXX.606.334-XX, vinculada a matrícula nº 123, exercendo a função de RECEPCIONISTA, lotada na Secretaria Municipal de Saúde o gozo de licença prêmio pelo período de 90 dias, contados a partir do dia 01/07/2026 com término em 28/09/2026**.**
Art. 2º- Esta Portaria entra em vigor na data de 01/07/2026. Revogadas as disposições em contrário.

Secretaria Municipal de Governo, Bom Jesus/RN, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ NILSON PEREIRA DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Lindson Abdias de Lima
Código Identificador:3C23049D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE BREJINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 130/2026-GP

PORTARIA Nº. 130/2026-GP

O**PREFEITO MUNICIPAL DE BREJINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei.

RESOLVE:

Art. 1º - CONCEDER, nos termos dos Art. 128 e seus itens, da Lei Municipal nº 13/1997, que dispõe o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais, licença sem vencimentos para interesse particular, por um período de 02(dois) ano, a servidora **ELAYNE CRISTINA DA SILVA GOMES**, Mat. 85-1, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar de Serviços Gerais, lotada na Secretaria Municipal de Administração e Planejamento deste Município.

Art. 2º.– Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Publique-se,

Registre-se e

Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito - Brejinho -RN em, 17 de agosto de 2026.

JEFERSON RODOLFO GOMES COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Abraão Azevedo Lopes
Código Identificador:671904D3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N.º 151, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a mudança no dia da realização da feira livre durante o Tradicional Passeio Motociclismo dos Feras da Estrada no âmbito do Município de Caiçara do Norte/RN.

O **PREFEITO DE CAIÇARA DO NORTE**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, e,

CONSIDERANDO *a competência do Município para disciplinar, por meio de ato normativo, os assuntos de interesse local;*

CONSIDERANDO *que é de conhecimento público e notório a tradição do Passeio Motociclismo dos Feras da Estrada neste Município, o qual ocorre há quase 20 anos;*

CONSIDERANDO *que é de conhecimento público e notório que as feiras livres realizadas durante os eventos tradicionais têm pouquíssima adesão de feirantes e consumidores.*

D E C R E T A:

Art. 1º Fica remanejada a feira livre que aconteceria no dia 06 de setembro de 2026 (domingo), para o dia 05 de setembro de 2026 (sábado).

Art. 2° Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, revogando as disposições em sentido contrário.

DÊ-SE CIÊNCIA, REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Caiçara do Norte/RN, em 17 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:1D950AAE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 182/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidora Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Ordinária Municipal Nº 291, que Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 2 (duas) 1/2 (meias) diárias à servidora **MARCIA ADRIANA BEZERRA**, Secretária Municipal de Assistência Social, CPF: 585.077.604-49, Matrícula nº 01515-6, ao preço unitário de R$: 300,00 (trezentos reais), totalizando um valor de R$ 300,00 (trezentos reais) para custear despesas com alimentação e translado em Natal/RN, nos dias 20 e 21 de agosto do corrente ano.

Justificativa: • Participar e representar Caiçara do Norte/RN no Seminário Estadual sobre Primeira Infância no SUAS,promovido pela SETHAS e que acontecerá no Auditório do IDEMA, em Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 17 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:4DF1F559

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 183/2026-GP-PMCN

Conceder pagamento de diárias à Servidora Pública do município de Caiçara do Norte, estado do Rio Grande do Norte.

O Prefeito do Município de Caiçara do Norte, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais conferidas pelo Art. 46 da Lei Orgânica Municipal 07 de novembro de 1997, e,

CONSIDERANDO *a Lei Ordinária Municipal Nº 291, que Estabelece normas para o pagamento de diárias aos agentes públicos e dá outras providências;*

CONSIDERANDO *a Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020, na sua subseção V, que dispõem da composição do processo de realização das despesas de Diárias.*

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder o pagamento de 2 (duas) 1/2 (meias) diárias à servidora **ERIVANIA DA SILVA BATISTA**, Assistente Social do CRAS da Secretaria Municipal de assistência Social, CPF: 016.879.984-77, Matrícula nº 01251-3, ao preço unitário de R$: 200,00 (duzentos reais), totalizando um valor de R$ 200,00 (duzentos reais) para custear despesas com alimentação e translado em Natal/RN, nos dias 20 e 21 de agosto do corrente ano.

Justificativa: • Participar e representar Caiçara do Norte/RN no Seminário Estadual sobre Primeira Infância no SUAS,promovido pela SETHAS e que acontecerá no Auditório do IDEMA, em Natal/RN, conforme programação em anexo.

Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.

Art. 3°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação no Diário Oficial do Município, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se,
publique-se e
cumpra-se.

Gabinete do Prefeito de Caiçara do Norte/RN, em 17 de agosto de 2026.

ALCÉLIO FERNANDES BARBOSA
Prefeito

Publicado por:
Edson Ramon de Freitas Tavares
Código Identificador:DDF28816

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAIÇARA DO RIO DO VENTO

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 20/2026

A Prefeita Constitucional do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal declara **INEXIGÍVEL** o procedimento licitatório nos termos do Art. 74, inciso III, da Lei Federal nº 14.133/2021, para custear despesa relativa a contratação de pessoa jurídica especializada para prestação de serviços técnicos profissionais especializados de assessoria e consultoria jurídica e técnica na área administrativa, com enfoque em licitações e contratos administrativos, para atendimento das necessidades do Município de Caiçara do Rio do Vento/RN, no valor total de R$ 54.000,00 (cinquenta e quatro mil reais), em favor de RACKEL DE FREITAS FRONIVAL MIRANDA - SOCIEDADE INDIVIDUAL DE ADVOCACIA, inscrita no CNPJ nº 43.000.998/0001-37, processo administrativo nº 162/2026.

Publique-se.

Caiçara do Rio do Vento/RN, 17 de agosto de 2026.

CONCEIÇÃO DE MARIA GOMES LISBOA ROCHA
Prefeita

Publicado por:
Leonardo Tavares Crisanto
Código Identificador:899DF22D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
CERTIDÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

CONCORRÊNCIA PRESENCIAL Nº 001/2026 - PROCESSO LICITATÓRIO MC/ RN N° 2025.06.17.0059

CERTIDÃO DE NÃO RECEBIMENTO DE RECURSO E CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

A **COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO DO MUNICÍPIO DE CAICÓ/RN**, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com as disposições do Edital da Concorrência Nacional nº 001/2026, **CERTIFICA**, para os devidos fins, que, conforme consignado na Ata da Segunda Sessão Pública, realizada em **11 de agosto de 2026**, foi concedido às licitantes o prazo de **03 (três) dias úteis** para eventual interposição de recurso em face do resultado do julgamento das Propostas Técnicas.

Certifica-se, ainda, que o referido prazo transcorreu nos dias **12, 13 e 14 de agosto de 2026**, no horário estabelecido no instrumento convocatório, **sem que tenha sido protocolado qualquer recurso administrativo** perante a Comissão de Contratação.

Dessa forma, considerando o **decurso do prazo recursal sem a apresentação de recurso**, fica encerrada a fase recursal referente ao julgamento das Propostas Técnicas, estando o certame apto a prosseguir para a etapa subsequente, nos termos do Edital.

CONVOCAÇÃO PARA SESSÃO PÚBLICA

Em razão do encerramento da fase recursal, a Comissão de Contratação **CONVOCA** as licitantes participantes da Concorrência Nacional nº 001/2026 para a realização de **Sessão Pública destinada à abertura dos Envelopes "D" – Propostas de Preços**, a ser realizada nos seguintes termos:

Data: 21 de agosto de 2026 (sexta-feira)
Horário: 09h00min
Local: Auditório da Prefeitura Municipal de Caicó/RN, situado à Avenida Coronel Martiniano, nº 993, Centro, Caicó/RN.

Na oportunidade, serão abertos os **Envelopes "D" – Propostas de Preços** das licitantes habilitadas na fase técnica, sendo assegurado aos representantes presentes o acompanhamento dos atos, a conferência dos documentos apresentados e a respectiva rubrica, na forma estabelecida no Edital.

Após a abertura, a Comissão de Contratação suspenderá a sessão para análise detalhada das Propostas de Preços, observadas as disposições do instrumento convocatório, com posterior divulgação do resultado do julgamento e classificação das licitantes.

A presente Certidão e a convocação para a sessão pública serão divulgadas pelos meios oficiais previstos no Edital, para conhecimento de todos os interessados.

Caicó/RN, 17 de agosto de 2026.

TIAGO GLAYDSON DA SILVA SANTOS
Presidente da Comissão Permanente de Contratação

TIAGO DOUGLAS CAVALCANTE CARNEIRO
Presidente Substituto da Comissão Permanente de Contratação

LUCIVAN FRANCISCO DOS SANTOS
Agente de Contratação da Comissão Permanente de Contratação

Publicado por:
Tiago Glaydson da Silva Santos
Código Identificador:8E95DBC8

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2026 - INEX. Nº 031/2026

EXTRATO DO TERMO DE CREDENCIAMENTO Nº 021/2026
PROC. ADMINIST SMSC/RN N° 2026.04.23.0050– INEXIGIBILIDADE Nº 031/2026

CREDENCIANTE: Município de Caicó – RN; **CREDENCIADA: UPDATE CAICÓ LTDA**, CNPJ Nº 02.766.875/0002-05; **OBJETO:** Credenciamento de Pessoa Física e/ou Pessoa Jurídica, com valores obtidos com remuneração através da Tabela SUS e Tabela Diferenciada fixada pelo Município, para prestação de serviços especializados de Média Complexidade, tais como: Ultrassonografias Simples e de Fluxo Obstétrico com Dopller Colorido; Ecodopller Venoso dos Membros Inferiores e Superiores; Eletroneuromiografias; Exames de Anatomia Patológica Ambulatorial e Hospitalar e Imunohistoquímica; Consultas Especializadas em Urologia, Endocrinologia, Angiologia, Endocrinologia, Angiologia, Ortopedia, Gastroenterologia, Ginecologia, Oncologia, Cardiologia, Reumatologia, Psiquiatria, Dermatologia e outras especialidades que venham a ser necessárias; além de Exames Laboratoriais de Análises Clínicas diversos, tendo em vista que o Município não dispõe de todos os serviços, especialistas e nem de equipamentos suficientes para atender as demandas pactuadas com esta municipalidade; VIGÊNCIA: 17 de agosto de 2026 a 08 de maio de 2027; **SUBSCRITORES**: Judas Tadeu Alves dos Santos – pelo Credenciante e Pedro de Oliveira Cavalcanti Filho – pela Credenciada.

Caicó/ RN, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Pereira de Araújo Neto
Código Identificador:F5BCCBBF

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1259/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1259/2026
A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO: de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**JULIANA TARGINO DOS SANTOS NETA**
CARGO:	Enfermeira
MATRÍCULA:	1997831 / 1
DOCUMENTOS:	CPF: 076.xxx.xxx-08
LOTADO (A):	CER - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Oficial da SMS**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:ADBA1C2B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1260/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1260/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 02(duas) diária (s) com pernoite e 01(uma) diária (s) sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**RAFAEL ARAÚJO LIRA**
CARGO:	**TERAPEUTA OCUPACIONAL**
MATRÍCULA:	191612-3
DOCUMENTOS:	CPF: 013.xxx.xxx-55
LOTADO (A):	CER - CENTRO ESPEC. DE REABILITACAO III - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Oficial da SMS**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:E292C788

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1261/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1261/2026

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):		**ARETA MUNIZ DE ARAÚJO**		
CARGO:		**Terapeuta ocupacional - CER**		
MATRÍCULA:		15.398		
DOCUMENTOS:		CPF: 087.xxx.xxx-35		
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		05:00 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Oficial da SMS**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:AB86F021

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1262/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1262/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):		**KATIA DANIELE DE AZEVEDO**		
CARGO:		**FONOAUDIÓLOGA**		
MATRÍCULA:		0014709 / 1		
DOCUMENTOS:		CPF: 049.xxx.xxx-71		
LOTADO (A):		CER - CENTRO ESPEC. DE REABILITACAO III - SMS		
HORÁRIO DE SAÍDA:		05:00 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Oficial da SMS**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:5427D056

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1264/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1264/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO: de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):		**FRANCISCO DE ASSIS BEZERRA DOS SANTOS**		
CARGO:		PSICOLOGO		
MATRÍCULA:		14708		
DOCUMENTOS:		CPF: 007.xxx.xxx-64		
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde		
HORÁRIO DE SAÍDA:		05:00 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Oficial da SMS**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:82317421

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1265/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1265/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO: de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):		**MARIA DAS VITÓRIAS ANDRADE PEREIRA**		
CARGO:		PSICOLOGA		
MATRÍCULA:		002833967		
DOCUMENTOS:		CPF: 087.xxx.xxx-06		
LOTADO (A):		Secretaria Municipal de Saúde - CER		
HORÁRIO DE SAÍDA:		05:00 horas		
TIPO DO TRANSPORTE:		**Veículo Oficial da SMS**		
OBJETIVO DA VIAGEM:				
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.				
QUANT.	**DESTINO**	**DATA**	**V. UNIT. R$**	**V. TOTAL R$**
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:6DFFE20D

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1266/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1266/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO: de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**CLAUDIANA MEDEIROS DE SOUZA**
CARGO:	**FISIOTERAPEUTA**
MATRÍCULA:	195027-1
DOCUMENTOS:	CPF: 035.xxx.xxx-73
LOTADO (A):	CER - CENTRO ESPEC. DE REABILITACAO III - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Oficial da SMS**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:99AFA70C

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1267/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1267/2026
A SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**TATIANE CARLA DE LIMA SILVA**
CARGO:	COORDENADORA
MATRÍCULA:	1119796
DOCUMENTOS:	CPF: 059.xxx.xxx-44
LOTADO (A):	CER - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Oficial da SMS**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 180,00**	**R$ 360,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 90,00**	**R$ 90,00**

Importa a quantia de R$ 450,00 (Quatrocentos e Cinquenta Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE
Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:368AE98E

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 439 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do município, art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 261/2026 - SMA;

R E S O L V E:

Art. 1º - DESIGNAR a servidora **LEILIANE LOUISE LUCENA DA COSTA**, para desenvolver, provisoriamente, suas atividades profissionais na 6ª Delegacia (Junta de Serviço Militar) deste Município, durante o período de afastamento da servidora MARIA IRIS DE MORAIS, matrícula nº 1.0873/1, ocupante do cargo de Assistente Administrativo, lotada na Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º - A presente designação terá caráter temporário e vigorará enquanto perdurar o afastamento da servidora MARIA IRIS DE MORAIS, decorrente de procedimento cirúrgico agendado para o dia 17 de agosto de 2026, cessando automaticamente com o retorno da titular às suas atividades, salvo disposição em contrário.

Art. 3º - Esta Designação entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 17 de agosto de 2026.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:4A8BB772

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA N° 440 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V e de conformidade com o Ofício nº 429/2026 – GS/SEMED,

R E S O L V E:

Art. 1º - **NOMEAR**, a servidora **ANNE KARINY DOS SANTOS**, matrícula nº 1.5342/1, para o cargo de Provimento em confiança de Vice - Diretora da Creche Municipal Gente Feliz, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:110B0DC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 430 / 2026

O Prefeito Municipal de Caicó/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, de conformidade com a Lei n° 425, de 28.11.68 - Estatutos dos Funcionários Públicos do Município de Caicó/RN, e de conformidade com o Processo nº **2026.05.22.0087**;

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER** Licença sem remuneração, por motivo de interesse particular, por um período de **02 (dois) anos,** a funcionária **RAUÊNIA FERREIRA DE ARAÚJO,** Técnica em Enfermagem, Matrícula n° 1.5682/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:F0A21E10

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 431 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.03.26.0006;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **RENILVA MARIA DE MEDEIROS**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1.4191/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:A6EB9FDB

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 432 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.08.06.0062;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **FRANCIMAR NEMEZIO DA FONSECA**, Gari, matrícula nº 1.4542/1, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:39A09FC2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 433 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.01.0008;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **ROSANE MONTEIRO DA SILVA**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1.4194/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:54D4FAB2

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 434 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.05.27.0029;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **PEDRO PEREIRA DA SILVA**, Agente de Endemias, matrícula nº 1.4244/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:1173684B

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 435 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.20.0011;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **GLÍCIA MARIA FERNANDES DE MEDEIROS**, Professora PEM-LP/EII, matrícula nº 1.4880/1, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:0D7404A4

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 436 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.05.22.0084;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **JOSILEIDE DE OLIVEIRA BARROS**, Auxiliar de Serviços Gerais - ASG, matrícula nº 1.5043/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:C1F6C117

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 437 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2025.12.11.0047;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses a funcionária, **MARIA CLEIDE DA SILVA MAIA**, Agente Comunitário de Saúde, matrícula nº 1.4162/1, lotada na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:AF2A8386

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 438 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, art. 57, inciso V, e de conformidade com os autos do **Processo n° 2026.07.08.0009;**

R E S O L V E:

Art. 1º - **CONCEDER,** Licença Prêmio por um período de 03 (três) meses ao funcionário, **MAGNUN MATHEUS DOS SANTOS**, Agente de Trânsito e Transportes, matrícula nº 1.4578/1, lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura e Serviços Urbanos.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:9B2DC21A

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº. 441 / 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, usando de atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 57, inciso V;

R E S O L V E:

Art. 1º - NOMEAR, **EDINÍSON MELO DA SILVA**, inscrito no CPF nº XXX.973.904-XX, para o cargo de Provimento em Confiança

de Administrador dos Equipamentos da Praça D. José de Medeiros Delgado, da Secretaria Municipal de Juventude, Esporte e Lazer.

Art.2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal

CINTHIA DE LELIS ARAÚJO SANTOS
Secretária Municipal de Administração

Publicado por:
Ricardo Antonio Silva de Araujo
Código Identificador:084D6A9B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 720/2026 - GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

"Dispõe sobre concessão de licença-prêmio a Servidores Municipais".

O PREFEITO MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Orgânica do Município de Carnaúba dos Dantas/RN,

CONSIDERANDO o Art. 108 e Art. 109 do Estatuto dos Servidores Públicos da Prefeitura Municipal de Carnaúba dos Dantas.

CONSIDERANDO o teor do requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Planejamento em 13/08/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder ao Servidor **VALTER JOSÉ DANTAS**, matrícula nº 124, ocupante do cargo Professor de Ensino Fundamental, uma Licença-prêmio por Assiduidade por 03 (três) meses – no período de 18/08/2026 a 15/11/2026, referente ao período aquisitivo de 20/07/2011 a 19/07/2016.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Valdemar Cândido de Medeiros, Carnaúba dos Dantas/RN, em 17 de agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Leandro Dantas
Código Identificador:63CF915A

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2026

TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 4903/2026 - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2026

CONSIDERANDO os elementos contidos no presente processo de dispensa de licitação, que foi devidamente justificado, tanto pela razão da escolha do prestador do serviço, quanto pela justificativa dos preços, vez que a empresa apresentou o menor preço global;

CONSIDERANDO que o processo foi instruído com os documentos e requisitos que comprovam que o contratado possui habilitação mínima para celebrar o contrato, conforme preconizado no art. 75 da Lei Federal 14.133/2021;

CONSIDERANDO que a Declaração de Dispensa da Comissão de Licitação prevê que a dispensa de Licitação está em conformidade ao disposto no seguinte art., Inciso e item da Lei Federal 14.133/2021:

Art. 75. É dispensável a licitação:
II - para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco
mil quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras;
CONSIDERANDO que o Parecer Jurídico atesta que foram cumpridas as exigências legais e os requisitos mínimos de contratação;

No uso das atribuições que me foram conferidas, em especial ao disposto no art. 72 da Lei Federal nº 14.133/2021, RATIFICO A DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 48/2026, nos termos descritos abaixo:

Objeto: AQUISIÇÃO DE KITS DE ENXOVAL DE BEBÊ, DESTINADOS A CONCESSÃO DE AUXILIO NATALIDADE.

MORGANA LUANE DANTAS - Não Exclusivo

Código	Descrição	Unid	Qtd	Vlr Estimado	Vlr Total
36792	KIT DE ENXOVAL PARA RECÉM - NASCIDO. OS ITENS QUE COMPÕE O KIT ESTARÁ EM ANEXO.	Kit	50,0000	R$ 340,00	R$ 17.000,00
				Total:	R$ 17.000,00

Contratado: MORGANA LUANE DANTAS, inscrita no CNPJ 35.429.397/0001-16.

Prazo de vigência: 12 meses

Determino, ainda, que seja dada a devida publicidade legal ao contrato, em atendimento ao preceito do artigo 72, parágrafo único da Lei 14.133/2021.

Carnaúba Dos Dantas/RN, Segunda-feira, 17 de Agosto de 2026.

KLEYTON MEDEIROS DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:38A0C4E9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 099/2026 – FMAS C. DOS DANTAS/RN, 17 DE AGOSTO DE 2026.

A GESTORA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE CARNAÚBA DOS DANTAS/RN, conforme Portaria Nº 907/2025-GP, no uso de suas atribuições legais e em conformidade com a legislação em vigor e conforme Base Legal: art. 10 e 16 da Resolução nº 028/2020 – TCE de 15 de dezembro de 2020 e Lei Municipal nº 885/2015, que dispõe sobre concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais e dá outras providências;

RESOLVE:

Art 1° - Conceder a Sr.ª **VALESKA RADMYLLA DANTAS**, matrícula: 18371, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, exercendo o cargo de Motorista, **meia diária**, na importância de R$ 20,00 (vinte reais), no valor unitário de R$ 40,00 (quarenta reais), ficando a servidora autorizada a viajar para a cidade de Caicó/RN, no dia 17/08/2026, a fim de realizar deslocamento de usuárias carnaubenses até aquela localidade.

Art. 2° - A servidora beneficiária de que trata o art. 1°, desta Portaria, fica obrigada à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de Dezembro de 2020.

Art. 3° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se.
Publique-se.
Cumpra-se.

ELISANGELA FERREIRA DOS SANTOS
Gestora do Fundo Municipal de Assistência Social
Portaria Nº 907/2025-GP

Publicado por:
Dailma Joana de Medeiros
Código Identificador:DF6E114A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2082 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N° 2082 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Adja Faela Florêncio de Oliveira, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Coordenador de Urgência e Emergência, junto à Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:79DBCA5D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 2083 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N° 2083 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:

Art. 1º Nomear **Giussuanny Gabrielly Simião**, para ocupar o cargo de provimento em comissão de **Coordenador de Programas de Saúde,** junto **à Secretaria Municipal de Saúde.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:1CBA6531

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2077 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 2077 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear Marcos Antônio da Silva Maia, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado da Seção de Limpeza (Meio Ambiente), junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:688FD6CF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2078 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 2078 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Marileide Almeida da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Projetos e Estudos, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8A3EF594

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2079 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 2079 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de

conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear Leide Cristina de Lima, para ocupar o cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Projetos e Estudos, junto à Secretaria Municipal de Meio Ambiente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:266C872D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2080 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 2080 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Exonerar Luciano Rodrigues da Silva, ocupante do cargo de provimento em comissão de Encarregado do Setor de Departamento de Gestão de Veículos e Abastecimento, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:747FE2FF

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N. º 2081 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA N. º 2081 DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE CEARÁ-MIRIM, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições e de conformidade com a Lei Orgânica Municipal, Capítulo III, Seção II, artigo 39, inciso II.

RESOLVE:
Art. 1º Nomear Rosivania Maria da Silva, para ocupar o cargo de provimento em comissão deEncarregado do Setor de Departamento de Gestão de Veículos e Abastecimento, junto à Secretaria Municipal de Administração.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Executivo Municipal em Ceará-Mirim/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:A5E1C4DA

GABINETE DO PREFEITO
REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 364 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

REPUBLICADA POR INCORREÇÃO - PORTARIA Nº 364 DE 18 DE FEVEREIRO DE 1998.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CEARÁ-MIRIM/RN, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o inciso VIII do art. 39 da Lei Orgânica Municipal, art. 10, inciso I, art. 11, inciso I e art. 12 da Lei Municipal n.º 1.196 de 07 de agosto de 1991, combinado com o artigo 6.º da Lei Municipal n.º 1.284 de 31 de outubro de 1997,

RESOLVE:

Nomear **MARIA DAS DORES DE GOES ALVES**, aprovada em Concurso Público Municipal, com ordem de classificação em 107º lugar, para o Cargo Efetivo de Professora Polivalente do Grupo de Nível Médio, padrão B, nível I, da carreira inicial da Secretaria Municipal de Educação e Desportos.

NOTA DE RETIFICAÇÃO: Onde se lê **MARIA DAS DORES DE GOES ALVES**, leia-se **MARIA DAS DORES DE GOIS ALVES**, procedendo-se à devida correção do nome da servidora nomeada.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Palácio Municipal Antunes Pereira, em Ceará-Mirim/RN, 14 de agosto de 2026.

ANTONIO HENRIQUE CÂMARA BEZERRA
Prefeito

Publicado por:
Marcílio Bartolomeu Silva e Souza
Código Identificador:8319418D

SAAE
EXTRATO DO CONTRATO Nº 011/2026

CONTRATANTE: SAAE DE CEARÁ-MIRIM, inscrito no CNPJ sob o nº 08.120.370/0001-74.
CONTRATADA: SANTOS & FERNANDES LTDA, inscrita sob o CNPJ nº 02.909.308/0001-80.
OBJETO: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de locação de veículos tipo pick-up, sem motorista, para atendimento das necessidades operacionais do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN.
VALOR TOTAL: R$ 320.400,00 (trezentos e vinte mil e quatrocentos reais).
RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS/FINANCEIROS: As despesas para atender à presente contratação estão programadas em dotação orçamentária própria, prevista no Orçamento do SAAE para o presente exercício e exercícios subsequentes através do Elemento Orçamentário "3.3.90.39 – Outros serviços

DATA: 14 de agosto de 2026.

ASSINATURAS: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral/Pela Contratante e Edeuza Maria Santos Fernandes/Titular/Pela Contratada.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:DDC7AB37

SAAE
EXTRATO DO TERMO DE AUTORIZAÇÃO – DISPENSA DE ELETRÔNICA Nº 008/2026.

Willi Lopes do Nascimento Júnior, Diretor Geral do SAAE de Ceará-Mirim/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei, considerando toda documentação constante nos autos do Processo Administrativo n° 11.841/2026, em especial ao parecer Jurídico, AUTORIZA, com fundamento no Art. 75, II, da Lei nº 14.133/2021, a DISPENSA ELETRÔNICA Nº 008/2026 nos termos a seguir descritos: Objeto: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de telecomunicações para fornecimento de acesso à internet em fibra óptica, incluindo instalação, configuração, fornecimento em comodato dos equipamentos necessários, disponibilização de IP público fixo para ponto específico, manutenção preventiva e corretiva, suporte técnico especializado e disponibilidade do serviço, visando atender às necessidades do Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ceará-Mirim/RN. Vencedores: BRISANET SERVIÇOS DE TELECOMUNICAÇÕES LTDA (CNPJ: 04.601.397/0001-28); saiu vencedora dos itens 01, 02 e 03 com valores de R$ 119,37 (cento e dezenove reais e trinta e sete centavos); R$ 197,95 (cento e noventa e sete reais e noventa e cinco centavos); e R$ 82,67 (oitenta e dois reais e sessenta e sete centavos), respectivamente.

Ceará-Mirim/RN, 17 de agosto de 2026.

Assinatura: Willi Lopes do Nascimento Júnior/Diretor Geral.

Publicado por:
Elmano Campos Tito
Código Identificador:2402B670

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO

O Município de Ceará-Mirim/RN, através do Setor de Compras, torna público para conhecimento **Contratação, por meio de licitação na modalidade Pregão Eletrônico, de Empresa especializada para prestação de serviços de fornecimento de sistema de ponto eletrônico em ambiente web (software como serviço – SaaS), contemplando licenciamento mensal, suporte técnico remoto e presencial, implantação remota, treinamento presencial de usuários e locação dos aparelhos de ponto eletrônico a serem fornecidos, instalados e mantidos pela contratada para serem utilizados na secretaria municipal de saúde e na secretaria municipal de educação,** especificado no Termo de Referência que estará disponível através do e-mail: compras.cmirim@yahoo.com.br. As propostas deverão ser apresentados até dia 20/08/2026, através do endereço eletrônico acima ou na Coordenadoria Executiva de Compras e Contratos Governamentais do Município, situado na Rua General Varela, n.º 635, centro – Centro administrativo. Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

Ceará-Mirim/RN, 17 de agosto de 2026.

CRISTIANO RÉGIS ALEXANDRE DE MEDEIROS
Coordenador Executivo de Compras e Contratos Governamentais

Publicado por:
Cristiano Regis Alexandre de Medeiros
Código Identificador:0ECE0772

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 132 DE 14 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **JOARACY COSTA DE LIMA PEIXOTO** - Matrícula nº **0073521**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 3º período aquisitivo, a contar de **27/07/2026 a 24/10/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 27/07/2026.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 14 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:27001897

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 133 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **MARIA DA CONCEIÇÃO NETA DE MELO** - Matrícula nº **0062473**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 1º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:963C61BD

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 134 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **MARIA JACQUELINE BARBOSA** - Matrícula nº **0051994**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 2º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:C9EC4E39

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 135 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **ANTONIO SERGIO DE MEDEIROS SILVEIRA** - Matrícula nº **0073301**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 4º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:49476F4B

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 136 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **LUCIANA FREIRE SOBRAL** - Matrícula nº **0074901**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 2º período aquisitivo, a contar de **19/08/2026 a 16/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:3CFCDAA5

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 137 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **JOSE BEZERRA JACOME** - Matrícula nº **00747311**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 3º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:19D9B58D

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 138 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **MÁRCIA MARIA FERREIRA DA ROCHA** - Matrícula nº **0062431**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 2º período aquisitivo, a contar de **19/08/2026 a 16/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:411F0587

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 139 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **ANA CARLA GOMES DA SILVA** - Matrícula nº **0062465**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 2º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:735B15EF

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO BÁSICA
PORTARIA – SMEB Nº 140 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

A Secretária Municipal de Educação Básica de Ceará-Mirim, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com a Lei Orgânica do Município e Lei Municipal nº 2.056 de 28 de abril de 2021:

R E S O L V E:

Art. 1º. Conceder a(o) servidor(a) **FRANCISCA SORIENE DANTAS** - Matrícula nº **0060880**, categoria funcional **Professor**, integrante do quadro de pessoal da Secretaria Municipal de Educação Básica, Licença Prêmio de 90 (noventa) dias, referente ao 2º período aquisitivo, a contar de **18/08/2026 a 15/11/2026**.
Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Sala dos Despachos do Gabinete da Secretária Municipal de Educação Básica, em Ceará-Mirim/RN, aos 17 de Agosto de 2026.

MARIA MARGARETH DA SILVA PEREIRA
Secretária Municipal de Educação Básica

Publicado por:
Sara Regina de Lima Batista
Código Identificador:410B8760

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO-CORÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N° 053/2026.
DISPENSA ELETRÔNICA 021/2026.

PROCESSO n° 1462/2026. **DISPENSA ELETRÔNICA** n° 021/2026 – SRP. **OBJETO:** registro de preços para o eventual fornecimento de Massa Asfáltica Usinada a Frio (MAUF), destinada à execução de serviços de conservação e manutenção de pavimentos asfálticos, para aplicação em operações de tapa-buracos e remendos superficiais para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN. **PARTES SIGNATÁRIAS:** MUNICIPIO DE CERRO CORÁ/RN, CNPJ 08.173.502/0001-26 como órgão gerenciador e a empresa detentora da ata B. M. SANTANA LTDA, CNPJ/MF nº 32.069.570/0001-24, com o valor total de R$ 46.798,80 (quarenta e seis mil, setecentos e noventa e oito reais e oitenta centavos). **VIGÊNCIA:** 18/08/2026 a 18/08/2027. **DATA DE ASSINATURA:** 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Raimundo Ozair Tenan
Código Identificador:7793CFCF

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 58/2026 PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2024

EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO N° 58/2026
PREGÃO ELETRÔNICO N° 016/2024

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ
CNPJ: 08.173.502/0001-26
CONTRATADA: BRITO AUTO PEÇAS LTDA EPP
CNPJ: 08.155.867/0001-28

OBJETO: AQUISIÇÃO DE PEÇAS E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO VEICULAR, DESTINADOS A SUPRIR AS NECESSIDADES DA FROTA DE VEÍCULOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE CERRO CORÁ/RN.

VALOR GLOBAL: O valor do presente Termo de Contrato é de R$ 81.279,14 (oitenta e um mil duzentos e setenta e nove reais e quatorze centavos).

VIGÊNCIA: Inicia-se em 29 de julho de 2026 à 31 de dezembro de 2026.

Cerro Corá/RN, em 29 de julho de 2026.

***MACIEL DOS SANTOS FREIRE* –**
Prefeito

***JANAILTON ALEXANDRE DE MEDEIROS* –**
Representante Legal da Empresa

Publicado por:
Klinton Kennendy Ramos da Silva
Código Identificador:9CAC7557

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GABINETE
PORTARIA DE CONCESSÃO DE DIÁRIA Nº. 609/2026/SEMAG

Concede diária ao Servidor da Prefeitura Municipal de Cerro Corá/RN que especifica e dá outras providências.

O Prefeito municipal de Cerro Corá – RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais em conformidade com a Lei Orgânica do município.

RESOLVE:

Art. 1 – Conceder ao servidor (a) **Regina Célia Guimarães,** matricula nº. 0011517 – Secretária – SEMSA - Conforme Portaria nº. 031/2025-GP - CPF: XX4.084.804-X4, a concessão de **1/2 (meia)** diárias sem pernoite, para se deslocar a capital do estado, no dia, **19 de agosto de 2026 –** Objetivo - Participar da Reunião Temática do COSEMS/RN – Eficiência e resolutividade na prática da Atenção Especializada: Execução e implementação as Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs). Local: Auditório do Centro Administrativo Federal: Av. Alexandrino de Alencar, 1402- Tirol, Natal/RN, CEP: 59.015-350.
Art. 2 – O referido pagamento será no valor **R$ 100,00 (Cem reais),** correspondente a **1/2 (meia)**, diárias sem pernoite, de acordo com o **Art. 60, da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o Decreto nº. 414/2024 de 31 de janeiro de 2024.**

Art. 3 – Está Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Cientifique-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

MACIEL DOS SANTOS FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Márcia Santos Felisberto
Código Identificador:85A36014

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL EZEQUIEL

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O Prefeito do Município de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público à Adjudicação em 17 de agosto de

2026, do objeto da licitação supramencionada, em favor das empresas 54.593.920 ELANIA BELMIRO AZEVEDO DE ANDRADE CNPJ 54.593.920/0001-90 – itens 56, 71, 80, 81, 82, 83 e 84 no valor total de R$ 48.073,38, 58.776.289 JOANA DARC DE MOURA COSTA MENDONCA CNPJ 58.776.289/0001-15 – item 91 no valor total de R$ 362,25, JOSEDASFERREIRA CNPJ 17.599.154/0001-44 – itens 01, 06, 07, 14, 15, 16, 35, 36, 37, 38, 39, 51, 52, 53, 58, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 85, 87, 88 e 90 no valor total de R$ 153.458,98, MARIACLARADASILVA CNPJ 44.191.353/0001-91 – itens 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 86 e 89 no valor total de R$ 260.936,67 e WMFDASILVACOMERCIO&SERVICOS CNPJ 22.760.845/0001-18 – itens 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 49, 75, 78 e 79 no valor total de R$ 334.394,60 na qualidade de vencedores do certame supracitado, cujo Objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados a atender aos alunos da rede municipal de ensino do município de Coronel Ezequiel/RN, conforme as diretrizes do PNAE.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:027B81F6

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 004/2026

O Prefeito do Município de Coronel Ezequiel/RN, no uso de suas atribuições legais, torna público à Homologação em 17 de agosto de 2026, do objeto da licitação supramencionada, em favor das empresas 54.593.920 ELANIA BELMIRO AZEVEDO DE ANDRADE CNPJ 54.593.920/0001-90 – itens 56, 71, 80, 81, 82, 83 e 84 no valor total de R$ 48.073,38, 58.776.289 JOANA DARC DE MOURA COSTA MENDONCA CNPJ 58.776.289/0001-15 – item 91 no valor total de R$ 362,25, JOSEDASFERREIRA CNPJ 17.599.154/0001-44 – itens 01, 06, 07, 14, 15, 16, 35, 36, 37, 38, 39, 51, 52, 53, 58, 63, 64, 65, 67, 69, 70, 85, 87, 88 e 90 no valor total de R$ 153.458,98, MARIACLARADASILVA CNPJ 44.191.353/0001-91 – itens 02, 03, 04, 05, 08, 09, 10, 11, 12, 13, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 25, 26, 27, 40, 42, 43, 44, 45, 46, 47, 48, 50, 54, 55, 57, 59, 60, 61, 62, 66, 68, 72, 73, 74, 76, 77, 86 e 89 no valor total de R$ 260.936,67 e WMFDASILVACOMERCIO&SERVICOS CNPJ 22.760.845/0001-18 – itens 28, 29, 30, 31, 32, 33, 34, 41, 49, 75, 78 e 79 no valor total de R$ 334.394,60 na qualidade de vencedores do certame supracitado, cujo Objeto consiste na aquisição de gêneros alimentícios perecíveis e não perecíveis, destinados a atender aos alunos da rede municipal de ensino do município de Coronel Ezequiel/RN, conforme as diretrizes do PNAE.

THALES WATSON FARIAS DE AZEVEDO
Prefeito

Publicado por:
Alexsandro da Silva
Código Identificador:7B5207C5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 155/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre concessão de quinquênio a servidor(es) que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido 5º quinquênio, nos termos do art. 75, da Lei Municipal nº 15/2001, ao servidor:

I – CLEIDE ALVES DA SILVA, CPF 128.075.318-81, investida no cargo de Professora, que ocupa por força de investidura por concurso público Termo de Posse de 23 de julho de 2001, referente ao período aquisitivo de 23/07/2001 à 23/07/2006; 23/07/2006 à 23/07/2011; 23/07/2011 à 23/07/16; 23/07/2016 à 23/07/2021 e 23/07/2021 à 23/07/2026 conforme pasta funcional, do Departamento de Pessoal.
Art. 2º - O direito ao adicional incide somente sobre o salário do cargo, sem
outras vantagens.
Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de cada período aquisitivo, respectivamente, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:E76FAB6D

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 156/2026, 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre concessão de gratificação por título servidora que especifica e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º - Fica concedido 3ª gratificação por título, nos termos do art. 18, II, art. 19, I da Lei Municipal nº 41/2009, a servidora:
I – CLEIDE ALVES DA SILVA, CPF 128.075.318-8, investida no cargo de Professora, que ocupa por força de investidura por concurso público Termo de Posse de 23 de julho de 2001, referente ao período aquisitivo de 23/12/2013(Certificado de Curso de Especialização em psicopedagogia (390 horas aula); 10/06/2005(Certificado de Parâmetros em Ação-180 horas-aula) e 12/07/2007(Certificado de Curso de Alfabetização e ensino da língua portuguesa(horas aula), conforme documentos comprobatórios junto pasta funcional , do Departamento de Pessoal.
Art. 2º - O direito ao adicional incide somente sobre o salário base do cargo, sem
outras vantagens, em conformidade com inc. I; parágrafo 1º, 2º do art. 19 da Lei Municipal 041/2009.
Art. 3º -Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de cada período aquisitivo, respectivamente, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Coronel João Pessoa/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:85B12CB7

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA N.º 157/2026

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE FÉRIAS A SERVIDORA OCUPANTE DE EMPREGO PÚBLICO NA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA DIRETA DO MUNICÍPIO DE CORONEL JOÃO PESSOA.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DE CORONEL JOÃO PESSOA/RN, no uso de suas atribuições legais, em consonância com o que lhe confere a Lei Orgânica do Município, nos termos do Art. 84 da Lei n.º 15/2001.

R E S O L V E:

Art. 1º. Concede 30 (trinta) dias de férias a empregada pública **FRANCISCA ELDA QUEIROZ ALMEIDA**, ocupante de Emprego Público de Agente Comunitária de Saúde, estando lotada na Secretaria Municipal de Saúde.
Parágrafo Único. As férias referem-se ao período aquisitivo do ano de 2025, as quais serão usufruídas entre os dias 18 de agosto de 2026 a 16 de setembro de 2026, devendo a servidora retornar ao exercício de suas funções no dia 17 de setembro de 2026.
Art. 2º. Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Coronel João Pessoa/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA ALVES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Maria Clara Alves Costa Silva
Código Identificador:7AE071E0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO – TERMO DE HOMOLOGAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 90023/2026

ADJUDICO E HOMOLOGO pelo presente Termo, para que surta os seus efeitos legais, o julgamento da Comissão Permanente de Licitação - CPL, referente ao Pregão Eletrônico nº 90023/2026, que tem por objeto o **registro de preço para futura e eventual aquisição de colírios para atender as demandas dos pacientes cadastrados no programa de glaucoma do município**, realizado em 06 de julho de 2026 (segunda-feira), nos termos do artigo 71, inciso IV, da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e alterações posteriores.

DROGAFONTE LTDA - CNPJ nº 08.778.201/0001-26, vencedora nos itens:

Item 02 pelo valor unitário de R$ 10,08 (dez reais e oito centavos) e a quantidade de 2.200 unidades;
Item 06 pelo valor unitário de R$ 3,58 (três reais e cinquenta e oito centavos) e a quantidade de 3.200 unidades.

PANORAMA COMÉRCIO DE PRODUTOS MÉDICOS E FARMACÊUTICOS LTDA – CNPJ nº 01.722.296/0001-17, vencedora nos itens:

Item 04 pelo valor unitário de R$ 11,75 (onze reais e setenta e cinco centavos) e a quantidade de 3.200 unidades;
Item 05 pelo valor unitário de R$ 7,84 (sete reais e oitenta e quatro centavos) e a quantidade de 2.200 unidades.

ULTRA MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA - CNPJ nº 42.946.717/0001-70, vencedora nos itens:

Item 01 pelo valor unitário de R$ 4,20 (quatro reais e vinte centavos) e a quantidade de 3.200 unidades;
Item 03 pelo valor unitário de R$ 18,10 (dezoito reais e dez centavos) e a quantidade de 3.200 unidades;
Item 07 pelo valor unitário de R$ 19,15 (dezenove reais e quinze centavos) e a quantidade de 1.000 unidades;
Item 08 pelo valor unitário de R$ 12,00 (doze reais) e a quantidade de 2.000 unidades.

Currais Novos/RN, 12 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:337440E5

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONVOCAÇÃO PARA DESEMPATE
PROTOCOLO 18.300/2026 PROCESSO 4.157/2026

O Município de Currais Novos/RN, convoca as empresas 03.189.387 ADRIANO BEZERRA DANTAS – CNPJ (03.189.387/0001-64) e R J COMERCIO TEXTIL E SERVICOS LTDA- CNPJ (20.307.891/0001-30), para apresentarem novas propostas referente a contratação de serviços para fornecimento de medalhas e troféus destinados á premiação das competições, campeonatos, torneios, eventos e demais atividades esportivas promovidas pela Secretaria Municipal de Esportes e Lazer, devido ao empate na pesquisa mercadológica n° 85/2026 – ITEM 04. As referidas empresas deverão enviar a proposta com valor atualizado ou a negativa de negociação por meio do endereço eletrônico cotacoespmcn2025.02@gmail.com, em até **03 dias úteis**. A pessoa responsável pelo preenchimento da cotação, devera assiná-la e informar o prazo de validade mínimo de proposta de 60 (sessenta) dias.

Currais Novos/RN, 17 de Agosto de 2026.

JOYCE KAROLINE DA SILVA SANTOS
Assessora de Atividade Operacional
Matrícula nº 35297

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:3514708A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO DA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 255/2026 PROCESSO PMCN Nº 3.659/2026 PROTOCOLO PMCN Nº 16.488/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no Parecer Jurídico inserto nos presentes autos, tornou dispensável, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, a contratação da empresa **MONGERAL ARGON SEGUROS E PREVIDENCIA S/A, inscrita no CNPJ 33.608.308/0001-73, com sede na TV BELAS ARTES, nº 15, CENTRO, RIO DE JANEIRO/RJ, CEP: 20.060-000, com a finalidade de contratar:**

8.400 unidades de Serviços de Apólice de seguros dos estagiários. Pelo valor unitário de R$ 0,87 (oitenta e sete centavos).

A contratação visa suprir a necessidade da Secretaria Municipal de Administração. Currais Novos, 17 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Joyce Karoline da Silva Santos
Código Identificador:F7ED7161

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 319/2026 PROCESSO PMCN/RN Nº 5057/2026

O Prefeito Municipal de Currais Novos/RN, no uso de suas atribuições legais e tendo em vista o disposto no parecer jurídico inserto nos presentes autos, torna inexigível a licitação, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei Federal n° 14.133/2021, para a contratação da empresa 67.600.484 FRANCISCO MOISES DOS SANTOS, CNPJ Nº 67.600.484/0001-80, para prestação de serviços de mão de obra de Eletricista, no período de 14 de julho de 2026 a 31 de dezembro de 2026, com valor de R$ 139,51 (cento e trinta e nove reais e cinquenta e um centavos) a diária, obedecendo ao limite

máximo de 166 diárias, de acordo com a solicitação de despesa protocolada sob n° 20.929/2026.

Currais Novos, 14 de julho de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Emily Lorrayne de Araujo Francisco
Código Identificador:EC54171A

SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS
EXTRATO DO 2º TERMO ADITIVO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 519/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CURRAIS NOVOS, RN.
CONTRATADA: CONSTRUTORA J V A LTDA ME – CNPJ nº 07.062.694/0001-30.
OBJETO DO CONTRATO: contratação de empresa especializada em execução de obras e serviços de engenharia civil, para construção de um complexo esportivo comunitário.
OBJETO DO TERMO ADITIVO: DO ACRÉSCIMO DE VALOR – Fica acrescido ao valor global do Contrato nº 519/2025, o montante de **R$ 84.021,08** (oitenta e quatro mil, vinte e um reais e oito centavos), correspondente a **7,4%** do valor inicial da contratação.
Parágrafo único. Em razão do acréscimo ora promovido, o valor global do contrato passa de R$ **1.132.023,31** (um milhão cento e trinta e dois mil vinte e três reais e trinta e um centavos) para **1.216.044,39** (um milhão, duzentos e dezesseis mil, quarenta e quatro reais e trinta e nove centavos).
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 124, inciso I, alínea "b", e art. 125 da Lei nº 14.133/2021.
DATA: 03 de agosto de 2026.

LUCAS GALVÃO DA CRUZ
Prefeito Municipal

JERÔNIMO EDUARDO DE AZEVEDO
Representante Legal

Republicado por incorreção*

Publicado por:
Judson Marcelino Santos de Oliveira
Código Identificador:B45E4A69

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO

MODALIDADE: Pregão

TIPO: Menor Preço

EDITAL Nº 007/2026

OBJETO DA LICITAÇÃO: Aquisição de medicamentos que integram a Farmácia Básica do Município, conforme a demanda, visando garantir a continuidade do atendimento às necessidades de saúde da população local.

A Comissão de Licitação da Prefeitura Municipal de Doutor Severiano comunica aos interessados que no dia 28/08/2026 às 08:30 (oito horas e trinta minutos), será realizado Pregão, cujo objeto supracitado.

Os interessados poderão obter o texto integral do Edital pelo ambiente eletrônico no sítio da Bolsa Brasileira de Mercadorias no site: https://novobbmnet.com.br/ e https://www.doutorseveriano.rn.gov.br/.

Doutor Severiano/RN, 17 de agosto de 2026.

ÍRIS MATIAS DA SILVA
Pregoeira

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:D528E669

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CONVOCAÇÃO

CONVOCAÇÃO PARA CELEBRAÇÃO DE CONTRATO

Prezado (a) Senhor (a),

A PREFEITURA MUNICIPAL DE DOUTOR SEVERIANO - RN convoca a proponente abaixo:

M ANASTACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ Nº 54.285.842/0001-66.

Para assinatura do contrato decorrente da licitação de Inexigibilidade 015/2026, Credenciamento Eletrônico nº 002/2026.

Cumpre-nos informar que a desatenção injustificada acarretará as sanções previstas em lei.

Sendo o que de momento se nos apresenta, subscrevemo-nos com apreço.

Doutor Severiano - RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA ELIZA GARCIA BEZERRA
Secretária Municipal da Saúde

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:A6D018C8

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE RATIFICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PARCIAL

INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 015/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

A Prefeita Municipal de Doutor Severiano/RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e, considerando o interesse público envolvido, bem como as conclusões constantes nos autos do processo administrativo e no Parecer Jurídico que o instrui, RATIFICA e HOMOLOGA PARCIALMENTE a Inexigibilidade de Licitação decorrente do Credenciamento nº 002/2026, com fundamento no art. 74, inciso IV, da Lei nº 14.133/2021.

O presente credenciamento tem por objeto a contratação de empresas ou profissionais especializados na prestação de serviços de saúde, incluindo prestadores na área de exames, consultas especializadas e demais procedimentos de saúde, de forma a propiciar atendimento especializado nas sedes dos contratados, visando atender às necessidades da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Doutor Severiano/RN, referente aos requerimentos analisados no período de 06/08/2026 a 14/08/2026.
Após análise da documentação pela Comissão de Contratação, fica homologado como credenciado o seguinte interessado:

M ANASTACIO SERVICOS MEDICOS LTDA, CNPJ Nº 54.285.842/0001-66.

O presente resultado possui caráter parcial, permanecendo o Edital de Credenciamento aberto durante sua vigência para o ingresso de novos interessados que atendam às condições e exigências estabelecidas no instrumento convocatório, os quais serão analisados e, se habilitados, credenciados mediante atos posteriores.

A presente homologação não implica contratação imediata, ficando eventual contratação condicionada à necessidade da Administração, à disponibilidade orçamentária e financeira e aos critérios de convocação previstos no edital.

Doutor Severiano/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA LEITE GONÇALVES
Prefeita Municipal

Publicado por:
Michel Régis de Souza Melo
Código Identificador:2CA7BF53

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
ADJUDICAÇÃO E RATIFICAÇÃO - DISPENSA Nº DP00035/2026

Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Dispensa de Licitação nº DP00035/2026, fundamentada no Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21, que objetiva: Contratação direta emergencial de serviço de locação de veículos tipo ambulância; ADJUDICO o seu objeto e RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: SANTOS & FERNANDES LTDA - R$ 14.000,00.

Equador - RN, 17 de Agosto de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:95D95B38

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: Contratação direta emergencial de serviço de locação de veículos tipo ambulância. FUNDAMENTO LEGAL: Dispensa de Licitação nº DP00035/2026, nos termos do Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. DOTAÇÃO: 10.122.0002.2032–MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SEC. SAÚDE 10.301.0002.2031–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ATENÇÃO BÁSICA 10.302.0002.2036–MANUTENÇÃO DAS ATIV. DE ASS. HOSP. E AMBULATORIAL 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA, 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – 15% Saúde 16000000 – Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal – Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde 16210000 – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual 16310000 – Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde 16593110 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Transferências da União 16593130 – Outros Recursos Vinculados à Saúde – Emendas Parlamentares de Comissão 17063110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais 17103210 – Transferências dos Estados decorrentes de emendas parlamentares individuais. VIGÊNCIA: até 01/10/2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Equador e: CT Nº 1DP35/2026 - 17.08.26 - SANTOS & FERNANDES LTDA - CNPJ 02.909.308/0001-80 - R$ 14.000,00.

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:16DF3CBD

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO

PROCESSO: Exposição de Motivos nº DP00035/2026. OBJETO: Contratação direta emergencial de serviço de locação de veículos tipo ambulância. FUNDAMENTO LEGAL: Art. 75, inciso VIII, da Lei 14.133/21. AUTORIZAÇÃO: Secretario de Saude. RATIFICAÇÃO: Prefeito, em 17/08/2026.

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:9CFB48AB

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - DISPENSA Nº DP00035/2026

Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: Contratação direta emergencial de serviço de locação de veículos tipo ambulância; DESIGNO os servidores Thiago Alves da Nóbrega, Secretario Municipal de Saude, como Gestor; e Danilo Santos Costa, Ch.div. de Ações de Edu. em Saude, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do procedimento de Dispensa de Licitação nº DP00035/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Equador - RN, 17 de Agosto de 2026

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA -
Prefeito

Publicado por:
Danuza Raquel da Silva França
Código Identificador:06D3A4D5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ESPÍRITO SANTO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EDITAL DE REABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – SMEC

ANEXO I

FICHA DE INSCRIÇÃO
EDITAL DE REABERTURA DE CHAMADA PÚBLICA Nº 002/2026 – SMEC

1. IDENTIFICAÇÃO DO CANDIDATO	
Nome completo:	
	Data de nascimento: ____/____/_____
CPF:	RG:
Endereço:	
Bairro:	CEP:
Telefone: ( )	
E-mail:	
2. DECLARAÇÃO DO CANDIDATO	
Declaro que: as informações prestadas nesta ficha são verdadeiras; conheço e aceito as normas constantes do Edital de Reabertura de Chamada Pública Nº 002/2026 – SMEC; possuo disponibilidade para participar das reuniões e atividades do Fórum Municipal de Educação; autorizo a utilização dos dados constantes nesta inscrição exclusivamente para fins do presente processo seletivo.	

Espírito Santo/RN, _____ de _____ de 2026.

_____
Assinatura do(a) Candidato(a)

DOCUMENTOS APRESENTADOS
( ) Documento oficial com foto
( ) CPF

( ) Comprovante de residência
( ) Outros:
USO EXCLUSIVO DA COMISSÃO DE SELEÇÃO
Número da inscrição: _____
Data da análise: ____/____/2026
( ) Inscrição DEFERIDA
( ) Inscrição INDEFERIDA
Motivo do indeferimento (quando houver):

Publicado por:
Bruno César de Oliveira Barbosa
Código Identificador:885A6F9C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
AVISO DE RESULTADO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 004/2026

A Prefeitura Municipal de Felipe Guerra/RN, torna público o **resultado da Concorrência Eletrônica nº 004/2026**, declarada **FRACASSADA**, em razão da ausência de proposta válida que atendesse às exigências estabelecidas no instrumento convocatório.
Objeto: Contratação de empresa especializada em engenharia para a execução dos serviços de CONSTRUÇÃO DE SALA E FORRO COM ALVENARIA DE GESSO NO POSTO DE SAÚDE DO SITIO ARAPUÁ, ZONA RURAL, FELIPE GUERRA/RN, em conformidade com as especificações técnicas, projetos, memoriais descritivos, planilhas orçamentárias, cronograma físico-financeiro e demais elementos constantes do Projeto Básico, e demais exigências previstas no instrumento convocatório.

Felipe Guerra/RN, 17 de agosto de 2026.

WILEANO LEITE DE GOIS -
Agente de Contratação

Publicado por:
Wileano Leite de Gois
Código Identificador:DBAD2A00

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 351/2026-SEMARH EM, 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a servidora Sra. Joelma Márcia de Souza Cruz no cargo de Auxiliar de Serviços Gerais (AGS) e das outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE FELIPE GUERRA-RN, no uso de suas obrigações legais e conforme o Inciso VIII do art. 45, da Lei Orgânica do Município de Felipe Guerra - RN, promulgada em 03 de abril de 1998.

RESOLVE:
Art. 1º Concede 90 (noventa) dias de Licença Prêmio a servidora **Sra. Joelma Márcia de Souza Cruz** no cargo de **Auxiliar de Serviços Gerais (AGS)** pertencente ao Quadro de Pessoal da Estrutura Administrativa Básica da Prefeitura Municipal, referente ao período de 17/08/2026 a 14/11/2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor, na data de sua publicação.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE e
CUMPRA-SE.

Felipe Guerra - RN, 17 de Agosto de 2026

ELIZANGELA PINHEIRO DA SILVA
Secretária Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Elizângela Pinheiro da Silva
Código Identificador:1DB6084A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE FRANCISCO DANTAS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE ADJUDICAÇÃO CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA Nº 30002/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 24030002/2026

Objeto: Ampliação da Escola Municipal Augusta Leopoldina do Monte, contemplando duas salas de aula, 03 (três) blocos de banheiro, pátio coberto e jardim com áreas de convivência.

Adjudicatária: MHF DE FREITAS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 14.148.901/0001-30, com sede em Pilões/RN.

Valor total adjudicado: R$ 684.763,84 (seiscentos e oitenta e quatro mil, setecentos e sessenta e três reais e oitenta e quatro centavos).

Amparo legal: Lei Federal nº 14.133/2021.

A autoridade competente, Sr. José Adolfo da Silveira Neto, adjudicou o objeto da Concorrência Eletrônica nº 30002/2026 à empresa MHF DE FREITAS LTDA, conforme Termo de Adjudicação emitido em 14 de agosto de 2026.

Francisco Dantas/RN, 14 de agosto de 2026.

JOSÉ ADOLFO DA SILVEIRA NETO
Autoridade Competente

Publicado por:
Jose Adolfo da Silveira Neto
Código Identificador:4DA25E65

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA

INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA-IPREVGOIANINHA
ATO DE AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA (DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 12/2026)

PROCESSO LICITATÓRIO Nº: 21/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 2026070801/2026
INTERESSADO: IPREVGOIANINHA — Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha/RN
O DIRETOR EXECUTIVO DO INSTITUTO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE GOIANINHA/RN — IPREVGOIANINHA, no uso de suas atribuições legais,
CONSIDERANDO a necessidade de contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, retirada e remanejamento de aparelhos de ar-condicionado do tipo split inverter, para atender às demandas operacionais e institucionais do IPREVGOIANINHA;
CONSIDERANDO que o valor da contratação é inferior ao limite legal vigente para a hipótese de dispensa de licitação prevista no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, nos termos do Decreto nº 12.807, de 29 de dezembro de 2025;
CONSIDERANDO que o processo encontra-se regularmente instruído, com pesquisa de preços, análise e julgamento de propostas, verificação de habilitação da empresa vencedora e indicação de dotação orçamentária, nos termos do art. 72 da Lei nº 14.133/2021,
RESOLVE:
Art. 1º RECONHECER a dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, para a contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva, instalação, retirada e remanejamento de aparelhos de ar-condicionado do tipo split inverter.
Art. 2º AUTORIZAR a contratação direta com a empresa **MLB APOIO E SERVIÇOS**, inscrita no CNPJ sob o nº 64.639.267/0001-

06, pelo valor de **R$ 16.280,00 (dezesseis mil, duzentos e oitenta reais)**, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração, com todos os preços unitários aceitáveis e compatíveis com os praticados no mercado, conforme Relatório de Análise e Julgamento de Propostas constante do Processo Administrativo nº 2026070801/2026.
Art. 3º A despesa decorrente desta contratação correrá à conta da seguinte dotação orçamentária:
Unidade Orçamentária: 19.007 – Instituto de Previdência Social do Município de Goianinha
Ação: 2111 – Despesas Administrativas
Natureza da Despesa: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso: 18020000 – Recursos Vinculados ao RPPS – Taxa de Administração
Art. 4º A contratação será formalizada por meio de instrumento contratual, observadas as condições constantes da proposta vencedora e demais documentos do Processo Administrativo nº 2026070801/2026, pelo prazo de vigência de 12 (doze) meses, contados da data de assinatura.
Art. 5º DETERMINAR a publicação do presente ato, ou do respectivo extrato, no Portal Nacional de Contratações Públicas — PNCP, nos termos do art. 94 da Lei nº 14.133/2021.

Goianinha/RN, 14 de agosto de 2026.

FÁBIO JOSÉ DE VASCONCELOS UCHOA
Diretor Executivo — IPREVGOIANINHA/RN

Publicado por:
Fabio Jose de Vasconcelos Uchoa
Código Identificador:09EC9606

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
LEI Nº 2.407/2026

SANCIONO
Autoria: Poder Legislativo
Centro Administrativo Prefeito Rubens Lisboa
Goianinha/RN 14 de agosto de 2026.
HOSANIRA GALVÃO
Prefeita Municipal

LEI N.º 2.407/2026

Dispõe sobre a denominação de logradouro público, como Rua Maria da Piedade da Silva, no Bairro Sapucaia em Goianinha/RN.

.
A PREFEITA MUNICIPAL DE GOIANINHA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso pleno de suas atribuições legais, outorgadas pela Lei Orgânica deste Município:

FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Goianinha/RN **APROVOU** e eu **SANCIONO** a seguinte Lei:

Art. 1º Fica denominada Rua **Maria da Piedade da Silva,** o logradouro público que tem início na RN 003, na Sapucaia, estendendo-se até a rua Maria Felix, neste Município de Goianinha/RN.

Art. 2º Compete ao Poder Executivo Municipal providenciar a confecção e instalação das placas indicativas com a nova denominação, bem como promover a devida atualização cadastral junto aos órgãos competentes.

Art. 3º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Goianinha/RN, 13 agosto de 2026.

MARCIO EUFLAUSINO DE LIMA
Vereador da Câmara Municipal de Goianinha/RN

Publicado por:
Erinelly Barbosa do Nascimento
Código Identificador:9352B3CD

PREFEITURA MUNICIPAL DE GOIANINHA
PORTARIA N.º 132/2026 - SEMPLAF

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS DE GOIANINHA/RN, no uso de suas atribuições legais, definida através do Decreto nº 1.564/2024, de 26.04.2024.

RESOLVE:

Conceder duas diárias e meia, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), referente à concessão das diárias acima especificadas, ao preço unitário de R$ 200,00 (duzentos reais) a servidora **GRACIANE CELINA DIAS DA SILVA**, matrícula de nº **1435914 / 2**, ocupante do cargo de **NUTRICIONISTA,** para cobrir as despesas com deslocamento e alimentação na cidade de Natal/RN, no período de 20 a 22 de agosto de 2026, para participação no Congresso Internacional da Infância (CINDI 2026).

LIDIANE DE OLIVEIRA BEZERRA SILVA
Secretária Municipal de Planejamento, Administração e Finanças

Publicado por:
Claudia Antonia da Costa Basílio
Código Identificador:BD002B13

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 13/2026

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Formação de Registro de preço para aquisição de 02 (duas) Ambulâncias zero quilômetro (0km), tipo furgão, ano de fabricação/modelo 2025/2026 ou superior, adaptado para ambulância de simples remoção (Tipo A), com motorização 1.3 Flex, visando atender às necessidades da Secretaria de Saúde do Município de Goianinha/RN. – Início de acolhimento das propostas: 09h00 horas do dia **20/08/2026** – término: 09h00 horas do dia **01/09/2026** e Abertura das propostas: às 09h00 horas do dia **01/09/2026**, início da sessão de disputa de preços: às 09h01 horas do dia **01/09/2026**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN 003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 17 de agosto de 2026

Setor de Licitação.

Publicado por:
Angela Maria da Silva Leonardo
Código Identificador:76939467

SETOR DE LICITAÇÕES
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP - N.º 23/2026

A Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, através do setor de licitações, torna público que realizará a licitação, acima epigrafada conforme OBJETO: Registro de preço para Contratação de empresa especializada para aquisição de utensílios para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Goianinha/RN.– Início de acolhimento das propostas: 10h00 horas do dia **20/08/2026** – término: 10h00 horas do dia **01/09/2026** e Abertura das propostas: às 10h00 horas do dia **01/09/2026**, início da sessão de disputa de preços: às 10h01 horas do dia **01/09/2026**. HORÁRIO DE BRASÍLIA. Esclarecimentos e o Edital no horário das 08:00 às 14:00 horas, no Setor de licitações, localizada na Prefeitura Municipal de Goianinha/RN, Rodovia RN

003, km 053, n° 96, Centro, Goianinha/RN. Fone (0xx84) 3243-3900 – pelo e-mail: cplgoianinha2022@gmail.com ou pelo site www.portaldecompraspublicas.com.br.

Goianinha/RN, 17 de agosto de 2026

Setor de Licitação.

Publicado por:
Crislaine da Silva Moreira
Código Identificador:0B988DBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GROSSOS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 104/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **AMANDA EMILLY PEREIRA DE OLIVEIRA** CPF: 115.918.214-01, **Chefe do Departamento de Políticas para Juventude**, o valor de **R$ 500,00** (quinhentos reais), referente duas diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins de participar **do Seminário Estadual Primeira Infância no SUAS** – no auditório do IDEMA , na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar , 1701 – Tirol, Natal/RN, nos dias 20 e 21 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 17 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:231B0D54

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 105/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias de Servidores Públicos, e dá outras providencias.

A Prefeitura Municipal de Grossos, através da Secretaria Municipal de Administração, Planejamento, Finanças e Tributação, no uso de suas atribuições legais, e de acordo com o Decreto 002, de 31 de maio de 2017,

RESOLVE:
Art. 1º - CONCEDER a pessoa de **KALINNY LIEGI OLIVEIRA SANTOS** CPF: 093.185.734-13, Assistente Social , o valor de **R$400,00** (quatrocentos reais), referente à 02 (duas) diárias, para custear despesas previstas no parágrafo único do Artigo 1º do Decreto nº 002/2013, com fins **do Seminário Estadual Primeira Infância no SUAS** – no auditório do IDEMA , na Avenida Almirante Alexandrino de Alencar , 1701 – Tirol, Natal/RN, nos dias 20 e 21 de agosto de 2026.

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

Gabinete da Prefeita Municipal de Grossos/RN, aos 17 de agosto de 2026.

CINTHIA SONALE SILVA ALVES E SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mozaniel Alves de Sousa
Código Identificador:558FDC43

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO N° 006/2026 – CUMPRIMENTO DE DECISÃO JUDICIAL

O Prefeito Municipal de Guamaré/RN, no uso de suas atribuições legais, e em cumprimento à Decisão proferida nos autos do processo nº 0800599-11.2025.8.20.5105, em trâmite no Juizado da Fazenda Pública da Comarca de Macau/RN, que determina nova convocação do candidato abaixo relacionado, referente ao Concurso Público Edital nº 001/2023, homologado em 28 de fevereiro de 2024, prorrogado através do Decreto Municipal nº 002/2026, torna público:

I – DA CONVOCAÇÃO

1. Fica convocado o candidato aprovado no concurso público supracitado para apresentar documentação**,** realização de inspeção médica admissional no cargo:

- NOME: JOSÉ DE SOUZA CÂMARA;

- CARGO: AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE;
- CLASSIFICAÇÃO: 34ª

II – DA APRESENTAÇÃO DE DOCUMENTOS

2. O candidato convocado deverá comparecer na Sede da Secretaria Municipal de Administração – Térreo, localizada à Rua Luiz de Souza Miranda, n° 233, Centro, Guamaré/RN, das 08h às 12h e das 13h às 16h, **no prazo de 10 (dez) dias úteis, contados a partir da publicação deste edital, para apresentar os documentos exigidos no Edital nº 004/2024.**

2.1 A inobservância do prazo estabelecido implicará o descumprimento da ordem judicial, facultando à Administração Pública comunicar o fato ao juízo competente.

III – DA AVALIAÇÃO MÉDICA

3. O referido candidato será submetido a inspeção médica admissional a ser realizada na **Policlínica de Guamaré**, localizada à Rua Nicolau Vieira de Melo, Centro, Guamaré/RN, a qual será designada após a apresentação, assim como da análise da documentação necessária para o preenchimento do Cargo de Agente Comunitário de Saúde, através de comunicação oficial por meio dos contatos do candidato informado nos autos do processo judicial acima mencionado.

IV – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4. A presente convocação é feita em caráter provisório, em estrito cumprimento à decisão judicial (Art. 300 e seguintes do CPC), podendo ser revertida caso haja decisão em sentido contrário pelo Poder Judiciário.

4 .1 Este Edital entrará em vigor na data de sua publicação.

Palácio Luiz Virgílio de Brito.
Prefeitura Municipal de Guamaré/RN, em 17 de agosto de 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:F87D93D0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 604/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) NEUTON DOS ANJOS COSTA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **NEUTON DOS ANJOS COSTA**, matrícula nº 2837, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002597/000456/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:3FB58872

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 605/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) SIRLAN FERNANDES DE LIMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **SIRLAN FERNANDES DE LIMA**, matrícula nº 3395, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000890/000181/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:ABB9843B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 606/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ANTAO MORAIS DA SILVA JUNIOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ANTAO MORAIS DA SILVA JUNIOR**, matrícula nº 1038, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002942/000489/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:E462B911

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 607/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) MARIA SUELY JULIAO DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **MARIA SUELY JULIAO DA SILVA**, matrícula nº 0475, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.G)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002932/000488/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:97AE0E0A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 608/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) MARIA JOSE DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **MARIA JOSE DA SILVA**, matrícula nº 0294, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.G)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002973/000491/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:39D5369F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 609/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ZELIA ANDRADE DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ZELIA ANDRADE DA SILVA**, matrícula nº 0887, ocupante do cargo efetivo de **GARI**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2018/2019, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002975/000492/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:DFE2479D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 610/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ANTONIO EDILSON DOS SANTOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ANTONIO EDILSON DOS SANTOS**, matrícula nº 1807, ocupante do cargo efetivo de **GARI**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002976/000493/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:6BBAFF92

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 611/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ERIVALDO PEDRO DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ERIVALDO PEDRO DA SILVA**, matrícula nº 0635, ocupante do cargo efetivo de **PORTEIRO**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2019/2020, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002946/000490/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:5E0F16BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 612/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) IANCA DA SILVA RIBEIRO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **IANCA DA SILVA RIBEIRO**, matrícula nº 41106, ocupante do cargo eletivo de **CONSELHEIRA TUTELAR**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Assistência Social, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002923/000486/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:60D6C7BA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 613/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ELBA DE ARAUJO SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ELBA DE ARAUJO SOUZA**, matrícula nº 2529, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.G)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000508/000137/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:52E476E1

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 614/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) FRANCISCO JUSCELINO DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **FRANCISCO JUSCELINO DE SOUZA**, matrícula nº 0307, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2024/2025, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001664/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:16A24F05

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 615/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) MARIA JOSE CONCEICAO COSTA DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **MARIA JOSE CONCEICAO COSTA DA SILVA**, matrícula nº 0049, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE COZINHA**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Educação, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001559/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:9816523E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 616/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) IVONEIDE LOPES DE LIMA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **IVONEIDE LOPES DE LIMA**, matrícula nº 0591, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS DIVERSOS - ASD**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2024/2025, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002161/000377/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:35444594

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 617/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) CICERO HELIO DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **CICERO HELIO DE SOUZA**, matrícula nº 43958, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000607/000125/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:30962977

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 618/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) JOSE ALEXSANDRO NETO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **JOSE ALEXSANDRO NETO**, matrícula nº 1407, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICO DE ENFERMAGEM**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2024/2025, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001123/000201/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:53B7BCD4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 619/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) CLAUDIA MARIA SIMAO CARNEIRO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **CLAUDIA MARIA SIMAO CARNEIRO**, matrícula nº 0568, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.G)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2022/2023, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000810/000166/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:573BBC44

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 620/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) JOSENILDA DOS SANTOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **JOSENILDA DOS SANTOS**, matrícula nº 0770, ocupante do cargo efetivo de **AUXILIAR DE SERVICOS GERAIS (A.S.G)**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2024/2025, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002012/000360/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:97A9194E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 621/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) WALTERLENE SILVEIRA DA COSTA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **WALTERLENE SILVEIRA DA COSTA**, matrícula nº 0299, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002414/000432/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:F693B245

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 622/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) JOSE ANTONIO DOS SANTOS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **JOSE ANTONIO DOS SANTOS**, matrícula nº 44750, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000366/000068/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:A9AEBE9F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 623/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) SEBASTIAO MARCOS ALVES COSTA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **SEBASTIAO MARCOS ALVES COSTA**, matrícula nº 44237, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE ENDEMIAS**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000432/000083/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:88644812

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 624/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) LARISSA ALESSANDRA DE SENA LEOCADIO.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **LARISSA ALESSANDRA DE SENA LEOCADIO**, matrícula nº 44954, ocupante do cargo efetivo de **PSICOLÓGA**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000848/000175/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:B1E5C25A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 625/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) LUCILA TIBURCIO DA SILVA MARQUES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **LUCILA TIBURCIO DA SILVA MARQUES**, matrícula nº 2265, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001236/000224/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:56E901EA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 626/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) TAZIANA DA SILVA GOMES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **TAZIANA DA SILVA GOMES**, matrícula nº 1813, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE ADMINISTRATIVO**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2012/2013, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001122/000200/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:7FB6E25B

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 627/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) MARIA GILVANEIDE MARINHO BESERRA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **MARIA GILVANEIDE MARINHO BESERRA**, matrícula nº 0012, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LEI 708/2017**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001127/000205/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:9250E087

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 628/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) VALQUIRIA GOMES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **VALQUIRIA GOMES**, matrícula nº 0960, ocupante do cargo efetivo de **AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE - LEI 708/2017**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 000809/000165/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:46F43059

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 629/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) RAQUEL ISNARDO FERNANDES.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **RAQUEL ISNARDO FERNANDES**, matrícula nº 44105, ocupante do cargo efetivo de **TÉCNICA DE ENFERMAGEM**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001887/000342/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:3F4E142D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 630/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) FRANCISCO EVANDI DE SOUZA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **FRANCISCO EVANDI DE SOUZA**, matrícula nº 3211, ocupante do cargo efetivo de **PORTEIRO**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2021/2022, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001409/000264/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:BD385ABB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 631/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) FERNANDA PATRICIA FERNANDES BEZERRA DE PAIVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **FERNANDA PATRICIA FERNANDES BEZERRA DE PAIVA**, matrícula nº 47686, ocupante do cargo efetivo de **MÉDICA DO TRABALHO**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Saúde, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2025/2026, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 002506/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:D007FACD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 632/2026

Conceder Férias o (a) servidor (a) ALEXSANDRO SOUZA DA SILVA.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Férias regulamentares ao (à) servidor (a) **ALEXSANDRO SOUZA DA SILVA**, matrícula nº 2780, ocupante do cargo efetivo de **GUARDA MUNICIPAL**, lotado (a) no (a) Secretaria Municipal de Segurança, Desenvolvimento Social e Patrimonial, pelo período de 30 (trinta) dias, referente ao período aquisitivo 2023/2024, com o gozo a partir de 17/08/2026 a 15/09/2026, conforme Processo Administrativo nº 001753/000308/2026.

Art. 2º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se registre-se.

Palácio Luiz Virgílio de Brito, Guamaré/RN, 17 de agosto 2026.

HÉLIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ricardo Rodrigues de Sousa
Código Identificador:E1476728

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA DE Nº 602/2026

Dispõe sobre a nomeação da Comissão Gestora Responsável pela Coordenação e Elaboração do Plano Municipal de Educação do Municipio de Guamaré/RN.

.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN, Hélio Willamy Miranda da Fonseca, no uso de suas atribuições legais e da competência que lhe foi conferida pelo art. 45 da Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:
Art. 1°. Comissão Gestora Responsável pela Coordenação e Elaboração do Plano Municipal de Educação do Municipio de Guamaré/RN, conforme Decreto 026/2026;

I - Secretaria de Municipal de Educação e Culltura:
Titular: Fábio de Abreu Souza
Suplente: Rienzi Cassimiro Gomes

Titular: Beatriz Andrade dos Santos
Suplente: Sávio Lima Carmo

Titular: Yasmin Stefany Soares de Oliveira
Suplente: Luiz Alberto Nascimento Souz

II - Conselho Municipal de Educação:
Titular: Naire Ligia da Silva Machado
Suplente: Bárbara Catarina Bezerra da Costa Silva

III - Fórum Municipal de Educação de Guamaré/RN:
Titular: Rita de Cassia Andrade dos Anjos
Suplente: André Luiz Brito da Silva

IV – Universidade Aberta do Brasil - UAB:
Titular: Márcia Meyre de Abreu Leite Bezerra
Suplente: Ana Cristina Medeiros de Araujo

V - Representantes do Poder Legislativo:
Titular: Eliane Guedes de Melo Carmo
Suplente: José Santos de Souza Silva

VI - Representantes do Sindicato dos Professores ou Trabalhadores da Educação:
Titular: José Edson Souza da Rocha
Suplente: Lucas Kaluaná Pereira de Souza

Art. 2 °. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se todas as disposições em contrário.

RENATO DANTAS DE MEDEIROS
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Taiane Miranda Dos Santos Morais
Código Identificador:8D1D76CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IELMO MARINHO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 309/2026 - GP

Dispõe sobre a exoneração de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.
R E S O L V E:
Art. 1º - Exonerar, o(a) Senhor(a) **MATHEUS DA SILVA NASCIMENTO**, portador(a) do CPF 707.***.***-90, ocupante do cargo comissionado de **SUB-COORDENADOR**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Agricultura, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 10 de agosto de 2026.
Revogam-se disposições em contrário.
Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 17 de agosto de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:D2EE189A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 310/2026 - GP

Dispõe sobre a nomeação de cargo comissionado na estrutura administrativa do Poder Executivo de Ielmo Marinho, e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE IELMO MARINHO/RN, no uso de suas atribuições legais, nos

termos da Lei Orgânica do Município e de conformidade com o que dispõe o quadro de pessoal do referido Município.

R E S O L V E:
Art. 1º - Nomear o(a) Senhor(a) **EDVALDO ULISSES DE SOUZA**, portador(a) do CPF 073.***.***-53, para ocupar o cargo comissionado de **COORDENADOR**, lotado(a) na Secretaria Municipal de Governo, do Município de Ielmo Marinho/RN.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos legais a 13 de agosto de 2026.

Registre, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 17 de agosto de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:E7395261

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 311/2026 - GP

Nomeação dos Membros do Conselho Municipal dos Direitos da Pessoa Idosa e da outras providências.

O **PREFEITO MUNICIPAL DE IELMO MARINHO**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições legais, de conformidade com a lei Orgânica, faz saber que a câmara aprova e ele sanciona o seguinte:

RESOLVE:

Art. 1°. – Nomear, mediante indicação, os membros representantes do segmento governamental, e mediante eleição, os membros representantes da sociedade civil, para compor as representações do Conselho Municipal dos direitos da Pessoa Idosa, composto de forma paritária assim constituído:

REPRESENTANTES GOVERNAMENTAIS
1 – Secretaria Municipal de Trabalho, Habitação, Desenvolvimento e Assistência Social
TITULAR: Larissa Adja Silva de Souza
SUPLENTE: Nadja Nunes das Chagas

2_Secretaria Municipal de Saúde
TITULAR: Etiene da Silva Costa
SUPLENTE: Damiana Rodrigues de Lima

3_Secretaria Municipal de Educação
TITULAR: Edileuza Florêncio Patrício
SUPLENTE: Magnolia Micheline Maria da Silva

4_Secretaria de Administração e Finanças
TITULAR: Joelytonn Texeira da Silva
SUPLENTE: Clenildo Xavier da Costa

5_Secretaria Municipal do Esporte e Lazer
TITULAR: Wilbert Felix de Lima
SUPLENTE: Francisco Everton de Brito Souza

REPRESENTANTES DA SOCIEDADE CIVIL

1_Representante de Órgão de Classe, Sindicato ou Associação de Aposentados
TITULAR: Manoel Carlos Duarte de Lima
SUPLENTE: Raimundo Garcia da Silva

2_Representante de Organização de Grupo e/ou Movimento de Pessoa Idosa
TITULAR: Maria da Luz Souza Ribeiro
SUPLENTE: Maria José Paulino Gomes

3_Representante de Entidade Religiosa
TITULAR: Edileide Barbosa Paulino de Lima
SUPLENTE: Edna Maria Leandro de Souza Lima

4-_Representante de Entidade que atuem em âmbito municipal ou estadual que atue na execução de Serviços, Programas ou Projetos de atendimento, Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
TITULAR: Maria Sirleide Barbalho de Morais
SUPLENTE: Valdice Flôrencio Cabral

5_Representante de Entidade que atuem em âmbito municipal ou estadual que atue na execução de Serviços, Programas ou Projetos de atendimento, Promoção e Defesa dos Direitos da Pessoa Idosa;
TITULAR: Maria Luiza Barbosa Paulino de Lima
SUPLENTE: Francisca Rozegila Avelino

Art 2° - O mandato dos Conselheiros terá vigência de 2 (dois) anos, a contar da data de publicação desta Portaria.

Art.3º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre, publique-se e cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ielmo Marinho/RN, 17 de agosto de 2026.

FERNANDO BATISTA DAMASCENO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Orlando Batista Damasceno
Código Identificador:CBE66793

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 148/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: ENILSON PEREIRA DA COSTA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Vigia junto a Secretaria Municipal de Educação.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 20 de janeiro de 2025, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:F78DA704

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 258/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: FRANCISCO ANTONIO COSTA DOS SANTOS
DO OBJETO: Prestação de serviços como Fiscal de almoxarife junto a Secretaria Municipal de Saúde.

DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 09 de março de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:A3982709

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 266/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: FRANCISCO MENDONÇA DA SILVA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Coveiro junto a Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 23 de março de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:FFC24ED3

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 271/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: LEILA RODRIGUES FONSECA MARTINS
DO OBJETO: Prestação de serviços como Assistente Social junto a Secretaria Municipal de Saúde.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 17 de março de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 17 de agosto de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:DF699D7B

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 273/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: MARIA OFELIA SOARES DE SOUZA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Assistente Social junto a Secretaria Municipal de Trabalho, Habilitação e Assistência Social.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 11 de abril de 2025, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 17 de agosto de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:6E3CDCE6

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 385/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: MATEUS OLIVEIRA TEMOTEO
DO OBJETO: Prestação de serviços como ASG junto à Secretaria Municipal de Educação.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 09 de abril de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:8DC24966

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 462/2026

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: RENATA QUEIROZ CACHINA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Visitador(a) Criança Feliz junto a Secretaria Municipal de Assistência Social.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 01 de julho de 2026, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.

DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:5D21F741

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
DISTRATO CONTRATUAL – REFERENTE AO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 538/2025

CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU.
CONTRATADO: ERIVALDO EVARISTO DA SILVA
DO OBJETO: Prestação de serviços como Eletricista junto a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Recursos Hídricos.
DA VIGÊNCIA: O Contrato Administrativo teve início em 10 de setembro de 2025, ficando rescindido, por mútuo acordo entre as partes, em 31 de julho de 2026.
DO DISTRATO CONTRATUAL: O distrato decorre do reconhecimento de ambas as partes manifestarem o interesse mútuo em rescindir o contrato em questão, resultando na dissolução de quaisquer direitos e obrigações decorrentes do referido contrato, e por conseguinte, não restando quaisquer ônus financeiros ou obrigacionais relacionados a ele.
DISPOSIÇÕES FINAIS: Firma-se o termo final da relação a partir da data de assinatura do presente distrato contratual.

Ipanguaçu/RN, 17 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Prefeito Municipal de Ipanguaçu/RN

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:34043D93

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ADMINISTRAÇÃO E TRANSPORTES
EXTRATO DE TERMO ADITIVO CONTRATUAL

Contrato Temporário de Pessoal por Excepcional Interesse Público –
nº 101/2026

Contratante: Município de Ipanguaçu/RN – CNPJ nº 08.085.318/0001-24, representado pelo Prefeito Constitucional JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS.

Contratado: Sr(a). JEAN BATISTA AMORIM – CPF nº xxx-210.484-88 .

Objeto: Renovação do prazo do contrato original de pessoal por tempo determinado, visando atender necessidade temporária de excepcional interesse público, mantidas as demais cláusulas e condições previamente estabelecidas.

Prazo: Prorrogado por 6 meses, com vigência a partir de 09 de agosto de 2026 até 08 de fevereiro de 2027.

Fundamentação Legal: Constituição Federal, art. 37, IX, e Lei Municipal nº 068/2025 e alterações.

Data da Assinatura: Ipanguaçu/RN, 09 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAUJO SANTOS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:56F440B3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ITAÚ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 288/2026

Dispõe sobre a concessão de Adicional de Insalubridade a servidora pública municipal em cumprimento à decisão judicial e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE ITAÚ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a sentença proferida nos autos do Processo Judicial nº 0803397-55.2024.8.20.5112, que condenou o Município de Itaú/RN à obrigação de fazer consistente na implantação de adicional de insalubridade;

RESOLVE:

Art. 1º Fica concedido à servidora pública municipal **JULIANA LEILANY DE LIMA DANTAS**, matrícula nº 001129-0, ocupante do cargo efetivo de Enfermeiro, lotada na Secretaria Municipal de Saúde Pública, o Adicional de Insalubridade no percentual de 40% (quarenta por cento), incidente sobre o vencimento básico, em cumprimento à sentença proferida nos autos do Processo Judicial nº 0803397-55.2024.8.20.5112.

Art.2º O Departamento de Recursos Humanos deverá proceder à implantação do adicional previsto no art. 1º na folha de pagamento da servidora.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Itaú/RN, 17 de agosto de 2026.

JOSÉ ROBERTO DIAS PINHEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Arlinda da Conceição Oliveira da Silva Praxedes
Código Identificador:80CAECF2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAÇANÃ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 178/2026 – GABINETE DA PREFEITA

Em, 17 de julho de 2026.

A Prefeita Municipal de Jaçanã/RN, no uso de suas atribuições legais definidas pela Lei Orgânica Municipal e considerando o disposto na Lei Complementar nº 50, de 04 de dezembro de 2024;

Resolve:

Art. 1º Nomear o Sr. **VILMAR SILVA BORGES**, portador do CPF/MF 063.XXX.XXX-82, do cargo comissionado de Secretário Adjunto de Esportes, cargo este que compõe a estrutura administrativa da Prefeitura de Jaçanã/RN..

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

RIANE GUEDES DE OLIVEIRA
Prefeita Municipal de Jaçanã/RN

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:4FD17B44

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026

A Prefeitura Municipal de Jaçanã, Estado do Rio Grande do Norte, através da Secretaria Municipal de Infraestrutura, no uso de suas atribuições e, considerando o cumprimento da legislação vigente, pertinente a compras e contratos públicos, AUTORIZA a INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 013/2026, junto a GHOS EMPREENDIMENTOS SLU LTDA - ME CNPJ 39.682.451/0001-91 para a CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS DE ENGENHARIA NA ELABORAÇÃO DE PROJETOS, PLANILHAS ORÇAMENTÁRIAS, FISCALIZAÇÃO E ACOMPANHAMENTO "IN LOCO" DE OBRAS PÚBLICAS NESTE MUNICÍPIO DE JAÇANÃ/RN, ORIENTAÇÃO TÉCNICA, ASSESSORIA, ESTUDOS COMPLEMENTARES, EMISSÃO DE PARECERES E ATESTADOS DE CONCLUSÃO, BEM COMO, ASSESSORAMENTO A COMISSÃO DE LICITAÇÃO, QUANDO SOLICITADO, PARA ANÁLISE DE PROPOSTAS E PLANILHAS DE CUSTOS DE LICITAÇÕES E DEMAIS ATRIBUIÇÕES PERTINENTES AO CARGO. No período de 12 (DOZE) meses, com valor global de R$ 78.000,00 (Setenta e oito mil reais), ancorado no Art. 74 Inciso III, da Lei Federal 14.133/21 e no Decreto Municipal Nº 450/2025.

Jaçanã – RN, em 14 de Agosto de 2026.

ARTUR DEYVID DA SILVA SANTOS
Secretário Municipal de Infraestrutura

Publicado por:
Italo Isaac Borges Rocha
Código Identificador:3B8F4222

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 226/2026 – PMJ/RN, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – DESIGNA O FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDAÍRA

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 226/2026 – PMJ/RN, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – DESIGNA O FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO.

GABINETE DO PREFEITO

PORTARIA Nº. 226/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DESIGNA O FISCAL DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº. 062/2026 – PMJ/RN

O **PREFEITO MUNICIPAL DE JANDAÍRA/RN**, no uso de suas atribuições, que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO que o (a) fiscal de contrato, é o (a) servidor (a) designado pela Administração Pública para acompanhar, fiscalizar e verificar a execução de um contrato administrativo.
RESOLVE:

Art. 1º. Designa-se o (a) servidor (a), para acompanhar e fiscalizar, como titular a execução do presente contrato:
CONTRATO N° 062/2026 – PMJ/RN
Objeto: Contratação do DJ Jhon, para apresentação na 5ª Edição AGROPEC, no dia 15 de agosto de 2026, durante os intervalos dos shows para o dia 15 de agosto de 2026.

Vigência do contrato: 14 de agosto de 2026 a 13 de setembro de 2026.
Secretaria responsável: Secretaria Municipal de Esportes e Eventos
Fiscal Setorial designado (a): Jailton Ferreira Morais da Silva – Matrícula nº. 0008761
Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos a 14 de agosto de 2026, permanecendo vigente até o término da vigência do respectivo contrato.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal de Jandaíra/RN

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:7ECCABCB

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 227/2026 – GP - DIÁRIA CIVIL.

PORTARIA Nº 227/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Sra. Gabriela Cyntya da Silva Freitas, Secretária Adjunta de Assistência Social, 01 e 1/2 (meia) diária civil, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de Natal/RN, a mesma irá participar do Seminário Estadual sobre a primeira infância no SUAS, no dia 20 de agosto de 2026 e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:735FFBA6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 228/2026 – GP - DIÁRIA CIVIL.

PORTARIA Nº 228/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Sra. Ozana Matias de Souza , Visitadora Criança Feliz, 01 e 1/2 (meia) diária civil, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de Natal/RN, a mesma irá participar do Seminário Estadual sobre a primeira infância no SUAS, no dia 20 de agosto de 2026 e tratar de assuntos de

excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:98E8FE47

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 229/2026 – GP - DIÁRIA CIVIL.

PORTARIA Nº 229/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Sra. Gessica Rayci da Silva Oliveira, Fisioterapeuta, 03 (três) diárias civis, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de Fortaleza/CE, a mesma irá participar do Conect Autismo 2026 - Maior Congresso de Neurodesenvolvimento do Norte e Nordeste, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2026 e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:0E108201

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 230/2026 – GP - DIÁRIA CIVIL.

PORTARIA Nº 230/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Sra. Sueli Matias de Melo Vital, Professora, 03 (três) diárias civis, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de Natal/RN, a mesma irá participar do CINDI - Congresso de Desenvolvimento Infantil - O maior Congresso de Desenvolvimento Infantil da América Latina, nos dias 20, 21 e 22 de agosto de 2026 e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:9AC18F72

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 231/2026 – GP - DIÁRIA CIVIL.

PORTARIA Nº 231/2026 – GP.

Concede diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito Municipal de Jandaíra, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais.
RESOLVE:
Art. 1º - Conceder a Sra. Giselma Maria Lira de Oliveira, Psicopedagoga, 03 (três) diárias civis, para custear despesas com alimentação, locomoção e estadias na cidade de Fortaleza/CE, a mesma irá participar do Conect Autismo 2026 - Maior Congresso de Neurodesenvolvimento do Norte e Nordeste, nos dias 21, 22 e 23 de agosto de 2026 e tratar de assuntos de excepcional interesse do município, em conformidade com o Decreto Municipal Nº 023 de 17 de novembro de 2023.

Art. 2º – Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.

Dê-se ciência, publiquem-se nos locais de costumes e cumpra-se.

Jandaíra/RN, 17 de agosto de 2026.

REGINALDO VITORINO DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Flávia Suyane Pinto do Nascimento
Código Identificador:BED6BF1A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUÍS

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO 81/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3230/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº11/2026

EXTRATO DO CONTRATO 81/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 3230/2026
PREGÃO ELETRÔNICO Nº11/2026

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: GIULLITE B MEDEIROS

Objeto: Contratação de empresa para futura e eventual aquisição de Medicamento Éticos, Genéricos e Similares, com base na listagem de A a Z da ABC Farma/Guia da Farmácia, considerando o maior desconto ofertado sobre o preço da tabela oficial de medicamentos, para distribuição gratuita a população usuária do Sistema Único de Saúde -SUS, do município de Janduís-RN, com entrega imediata.

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21 e alterações posteriores.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 12 (doze) meses, com validade e eficácia legal a partir da data de sua assinatura..

Valor global do contrato: R$ 50.000,00 (cinquenta mil reais).

Dotação orçamentária: As despesas decorrentes do que trata o objeto deste Pregão serão custeadas com recursos consignados no orçamento geral do município no Exercício de 2026, através das seguintes Dotações Orçamentárias:

Unidades orçamentárias:
02.072- FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 2032- FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
NATUREZA: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

AÇÃO: 2374- PROMOÇÃO DA ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA E INSUMOS ESTRATÉGICOS PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
NATUREZA: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE: 16000000- TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE: 17100000 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS

AÇÃO: MANUTENÇÃO DAS AÇÕES VOLTADAS AO APOIO A DEPENDENTES QUÍMICOS
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
NATUREZA: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE: 16000000- TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE: 17100000 TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DOS ESTADOS
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
AÇÃO: 2040- MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DA ATENÇÃO DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE AMBULATORIAL E HOSPITALAR – MAC
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE: 16000000- TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

AÇÃO: 2379 INCREMENTO PARA A ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - PAP
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
NATUREZA: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
FONTE: 16000000- TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

02.071 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO: 1015- PRODUÇÃO, AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE INSUMOS (AÇÕES JUDICIAL)
NATUREZA: 339030 MATERIAL DE CONSUMO
NATUREZA: 3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE: 15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE

Também poderão ser utilizadas dotações pela unidade orçamentária 02.072 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE, na qual sejam oriundas de novas emendas, créditos especiais, reprogramações de saldos, saldos de emendas, transposições de saldos.

Janduís, 14 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
Contratante

Giullite B Medeiros
CNPJ: 21.437.704/0001-04
GIULLITE BRENNER MEDEIROS
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:D8284ADE

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
REPUBLICAÇÃO POR INCORREÇÕES - EXTRATO DO CONTRATO 79/2026. PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 753/2026 CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

EXTRATO DO CONTRATO 79/2026.
PROCESSO ADMINISTRATIVO N° *753/2026*
CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE JANDUIS
Contratada: CLAUDIMAR SILVA LEMOS

Objeto: Contratação de pessoa fisica,na modalidade credenciamento, para a prestação de serviço continuo de coleta seletiva, triagem e comercialização de materiais reciclaveis por catadores e catadoras devidamente cadastrados na Secretaria Municipal de Meio Ambiente, Urbanismo e Turismo**.**

Base legal: Lei Federal nº 14.133/21.

Vigência: O prazo de vigência deste contrato será de 06 (seis) meses a partir da data de sua assinatura, com validade e eficácia legal após a publicação do seu extrato, tendo início e vencimento em dia de expediente, devendo-se excluir o primeiro e incluir o último, observados os artigos 105, 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021.

Valor global do contrato: **R$ 3.300,00, (três mil e trezentos reais)**

02.110 – Secretaria Municipal de Meio, Ambiente, Urbanismo e Turismo;
Dotação Orçamentária/Natureza da despesa:
3.3.90.48 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas;

Janduís, 11 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Janduís
CNPJ: 08.349.003/0001-47
ELVÉCIO GURGEL DE SALES
Prefeito Municipal
contratante

CLAUDIMAR SILVA LEMOS
CPF: 107.300.094-08
Claudimar Silva Lemos
Representante Legal
Contratada

Publicado por:
Milene Daphila de Souza Alves
Código Identificador:0C85DAD0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 039/2026 GC – DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (CAE) DO MUNICÍPIO DE JAPI/RN, PARA O MANDATO DE TRANSIÇÃO UNIFICADO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. EM CORREÇÃO

GABINETE DA PREFEITA

PORTARIA Nº 039/2026 GC – EM CORREÇÃO
Japi/RN, 10 de agosto de 2026.

Dispõe sobre a nomeação dos membros do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Japi/RN, para o mandato de transição unificado, e dá outras providências.

A **PREFEITA MUNICIPAL DE JAPI**, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e em consonância com a Resolução CD/FNDE nº 4, de 26 de fevereiro de 2026,

RESOLVE:

Art. 1º – Nomear os membros titulares e suplentes do Conselho de Alimentação Escolar (CAE) do Município de Japi/RN, para o **mandato de transição unificado nacional**, com vigência a partir da data de publicação desta Portaria e **término obrigatório em 31 de outubro de 2027**, conforme a seguinte composição por segmentos:

PRESIDENTE
Francisco Renê Alves Pereira

VICE-PRESIDENTE
Maria Zulena Félix da Costa de Souza

MEMBROS TITULARES

PODER EXECUTIVO:
Romildo Melo da Silva

PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
Mauro Sergio Ferreira de Lima
Luís Fernando de Souza

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
Mayla Jaqueline Lucas do Nascimento
Adroaldo Costa de Souza

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – CONSELHO TUTELAR:
Francisco Renê Alves Pereira

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS:
Odailma Pontes da Silva Gomes

MEMBROS SUPLENTES

PODER EXECUTIVO:
Alberto Henrique Oliveira de Lima

PROFESSORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO:
Glaciene Ramos da Silva
Maria Zulena Félix da Costa de Souza

REPRESENTANTES DE PAIS DE ALUNOS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO: Pauliana Alves da Costa Gomes
Janielma da Silva Santos Lopes

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – CONSELHO TUTELAR:
Rosa Maria Texeira de Lima

ORGANIZAÇÃO DA SOCIEDADE CIVIL – IGREJA EVANGÉLICA ASSEMBLEIA DE DEUS:
Odileia Pontes da Silva

Art. 2º – O exercício do mandato de conselheiro do CAE é considerado serviço público relevante, não remunerado.
Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita Municipal de Japi/RN

Publicado por:
Ozileide Maria de Souza
Código Identificador:9C10F540

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DE PIRANHAS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO

OBJETO: ONTRATAÇÃO DE EMPPRESA PARA IMPLEMENTAÇÃO DE MONITORAMENTO ELETRÔNICO INTELIGENTE E ANALÍTICO DURANTE O PERIODO DA FESTA DE NOSSA SENHORA DOS AFLITOS 2026, NO PERÍODO DE 10 A 20 DE SETEMBRO DE 2026 NO MUNICÍPIO DE JARDIM DE PIRANHAS-RN. Despesas de pronto pagamento para pequenas compras ou prestação de serviços de pronto pagamento. FUNDAMENTO LEGAL: CONTRATAÇÃO DIRETA DE PRONTO PAGAMENTO Nº 015/2026, PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 099/2026, nos termos do §2º do art. 95 da Lei nº 14.133/2021. Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos. 03001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 2005 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO 339039-OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURÍDICA 15000000 – RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS. no prazo de até 30 dias, mediante emissão de nota fiscal ou documento equivalente.PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas. Contrato Verbal Nº 107/2026 - 12.08.26 - GN SUPORTE.CNPJ: 30.756.162/0001-15. R$ 13.000,00. -

ROGÉRIO SOARES **-**
Prefeito Constitucional.

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:2B9DA4F8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ–RN (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRADUAL DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA, ATENÇÃO BÁSICA E DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão Registro de Preços nº AD00009/2026 - Ata de Registro de Preços nº 71/2024, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 23/2024, realizado pelo Município Nova Cruz/RN. DOTAÇÃO:

10031 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2022 – FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 3390300000 – Material de Consumo 15001002 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos 10031 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2017 – PROGRAMA DE ATENCAO PRIMÁRIA A SAÚDE – APS 3390300000 – Material de Consumo 16000000 – CUSTEIO SUS FEDERAL – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção 16003110 – CUSTEIO SUS FEDERAL – TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS 16003120 – CUSTEIO SUS FEDERAL – TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA 10031 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2063 – MANUTENÇÃO DA REDE MUNICIPAL DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE 3390300000 – Material de Consumo 15001002 – Despesas com ações e serviços públicos de saúde com recursos de impostos e transferências de impostos 10031 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2076 – ATENÇÃO À SAÚDE DA POPULAÇÃO PARA PROCEDIMENTOS NO MAC 3390300000 – Material de Consumo 16000000 – CUSTEIO SUS FEDERAL – Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal – Bloco de Manutenção 16003110 – CUSTEIO SUS FEDERAL – TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS 16003120 – CUSTEIO SUS FEDERAL – TRANSFERÊNCIAS DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00091/2026 - 29.07.2026- R5 SOLUCOES EM SAUDE LTDA - CNPJ 33.853.517/0001-82 - R$ 1.519.222,40 (milhão quinhentos e dezenove mil duzentos e vinte e dois reais e quarenta centavos).

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:FD286B2C

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO

EXTRATO DE CONTRATO
OBJETO: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2024, REALIZADO PELO CONSANE – CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO. FUNDAMENTO LEGAL: Adesão Registro de Preços nº AD00008/2026 - Ata de Registro de Preços nº 07/2024, decorrente do processo licitatório modalidade Pregão Eletrônico nº 0007/2024, realizado pelo CONSANE – CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (ÓRGÃO GERENCIADOR. DOTAÇÃO: 08001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15001001 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos 2058 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15500000 – Transferência do Salário–Educação 08001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 2016 – MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15001001 – Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino com recursos de impostos e transferências de impostos 2058 – FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15500000 – Transferência do Salário–Educação 08031 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2015 – FUNC FUNDO DE MANUT DESENVOL EDUCAÇÃO BÁSICA E VALOR PROFISSIO EDUCAÇÃO – 30% 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15420000 – Complementação da União – VAAR – FUNDEB 30% – Transferências do FUNDEB 08031 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENV. DA EDUCAÇÃO BÁSICA 2015 – FUNC FUNDO DE MANUT DESENVOL EDUCAÇÃO BÁSICA E VALOR PROFISSIO EDUCAÇÃO – 30% 449052 – Equipamentos e Material Permanente 15420000 – Complementação da União – VAAR – FUNDEB 30% – Transferências do FUNDEB. VIGÊNCIA: até o final do exercício financeiro de 2026. PARTES CONTRATANTES: Prefeitura Municipal de Jardim de Piranhas e: CT Nº 00083/2026 - 09.07.2026- APFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ 06.198.597/0001-07 - R$ 1.499.000,00 (milhão quatrocentos e noventa e nove mil reais).

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:1DD23144

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº RP 00035/2025 E AO CONTRATO Nº 00132/2025-SDC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº RP 00035/2025 E AO CONTRATO Nº 00132/2025-SDC
ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº RP 00035/2025 e ao Contrato nº 00132/2025-SDC.
CONTRATANTE: Município de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95.
CONTRATADA: PEDRO LUCAS DO NASCIMENTO DANTAS LTDA
CNPJ nº 27.526.107/0001-24.
PROCESSO ADMINISTRATIVO: Nº 074/2025.
PREGÃO ELETRÔNICO: Nº 00014/2025.
OBJETO DO ADITIVO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº RP 00035/2025, com renovação dos quantitativos registrados, bem como prorrogação da vigência do Contrato nº 00132/2025-SDC, destinado à prestação de serviços funerários com fornecimento de urnas, preparação do corpo e translado, para atendimento de pessoas em situação de risco e vulnerabilidade social do Município de Jardim de Piranhas/RN.
PRAZO: Fica prorrogada a vigência da Ata de Registro de Preços e do Contrato por mais **12 (doze) meses**, contados do término da vigência anterior, passando para **01/07/2027.**
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à prorrogação da Ata de Registro de Preços, e arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à prorrogação contratual, observadas as cláusulas da Ata e do Contrato.
DATA DA ASSINATURA: 19 de junho de 2026.

ROGÉRIO SOARES
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:B861EF61

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº RP 00035/2025 E AO CONTRATO Nº 00132/2025-SDC

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº RP 00035/2025 E AO CONTRATO Nº 00132/2025-SDC
ESPÉCIE: 1º Termo Aditivo à Ata de Registro de Preços nº RP 00035/2025 e ao Contrato nº 00132/2025-SDC.
CONTRATANTE: Município de Jardim de Piranhas/RN, CNPJ nº 08.096.604/0001-95.
CONTRATADA: PEDRO LUCAS DO NASCIMENTO DANTAS LTDA CNPJ nº 27.526.107/0001-24.
OBJETO: Prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preços nº RP 00035/2025, com renovação dos quantitativos registrados, bem como prorrogação da vigência do Contrato nº 00132/2025-SDC, decorrente do Pregão Eletrônico nº 00014/2025, cujo objeto consiste na contratação de empresa para prestação de serviços funerários, com fornecimento de urnas, serviços de preparação do corpo e translado, destinados ao atendimento de pessoas em situação de risco e

vulnerabilidade social residentes e domiciliadas no Município de Jardim de Piranhas/RN.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 84 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à prorrogação da Ata de Registro de Preços, e arts. 105 a 114 da Lei Federal nº 14.133/2021, quanto à prorrogação contratual, bem como nas cláusulas pertinentes da Ata de Registro de Preços e do Contrato Administrativo.
VIGÊNCIA: Fica prorrogada por mais 12 (doze) meses, contados do término da vigência anterior.
DATA DA ASSINATURA: 19 de Junho de 2026.
SIGNATÁRIOS: Rogério Soares, pelo Município de Jardim de Piranhas/RN, e representante legal da empresa PEDRO LUCAS DO NASCIMENTO DANTAS LTDA

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:3A763149

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO – ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00008/2026

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO –
ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00008/2026
Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2024, REALIZADO PELO CONSANE – CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO; DESIGNO os servidores Israel Souza Donato dos Santos, Secretário de Administração, como Gestor; e Jorge Eduardo Bessa Figueiredo, Digitador, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº AD00008/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas - RN, 26 de junho de 2026

ROGÉRIO SOARES
- Prefeito Constitucional

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:2638DB93

GABINETE DO PREFEITO
GESTOR E FISCAL DO CONTRATO - ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00009/2026

GESTOR E FISCAL DO CONTRATO
- ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00009/2026
Nos termos da norma vigente e observado o disposto no respectivo processo, que objetiva: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ–RN (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRADUAL DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA, ATENÇÃO BÁSICA E DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO; DESIGNO os servidores Israel Souza Donato dos Santos, Secretário de Administração, como Gestor; e Emanuel Paiva de Oliveira, Enfermeiro, para Fiscal Técnico do contrato: decorrente do processo de Adesão a Ata de Registro de Preços nº AD00009/2026, com as competentes atribuições nos termos da norma vigente, especialmente para coordenar as atividades relacionadas à fiscalização e acompanhar e fiscalizar a execução do referido contrato.

Jardim de Piranhas - RN, 28 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES –
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:569AF077

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO - ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00008/2026

RATIFICAÇÃO - ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00008/2026
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão Registro de Preços nº AD00008/2026, que objetiva: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 07/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 07/2024, REALIZADO PELO CONSANE – CONSÓRCIO REGIONAL DE SANEAMENTO BÁSICO (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: FUTURO E EVENTUAL FORNECIMENTO DE MOBILIÁRIO; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: APFORM INDUSTRIA E COMERCIO DE MOVEIS LTDA - CNPJ: 06.198.597/0001-07 - R$ 1.499.000,00.
Jardim de Piranhas - RN, 26 de junho de 2026

ROGÉRIO SOARES -
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:0BBC6FB4

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00009/2026

RATIFICAÇÃO
ADESÃO REGISTRO DE PREÇOS Nº AD00009/2026
Nos termos dos elementos constantes da respectiva Exposição de Motivos que instrui o processo e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente a Adesão Registro de Preços nº AD00009/2026, que objetiva: ADESÃO A ATA DE REGISTRO DE PREÇO Nº 071/2024, ORIUNDO DO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2024, REALIZADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA CRUZ–RN (ÓRGÃO GERENCIADOR), CUJO OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO GRADUAL DE MEDICAMENTOS DESTINADOS À FARMÁCIA BÁSICA, ATENÇÃO BÁSICA E DE USO HOSPITALAR, VISANDO ATENDER ÀS NECESSIDADES DA POPULAÇÃO USUÁRIA DO SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE – SUS DO MUNICÍPIO; RATIFICO o correspondente procedimento em favor de: R5 SOLUCOES EM SAUDE LTDA - CNPJ: 33.853.517/0001-82 - R$ 1.519.222,40.

Jardim de Piranhas - RN, 28 de julho de 2026

ROGÉRIO SOARES –
Prefeito Constitucional

Publicado por:
Elaine Cristina Lopes de Olivera
Código Identificador:79694A4C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ

GABINETE DA PREFEITA
8º ADITIVO AO CONVÊNIO Nº 1/2025 – PMJS

8º Aditivo ao Convênio nº 1/2025 que entre si celebram o Município de Jardim do Seridó/RN e a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz – Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz.

O **MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº 08.086.662/0001-38, com sede no Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro

Izidro de Medeiros, localizado na Praça Prefeito Manoel Paulino dos Santos Filho, n. 228, Centro, neste ato representado pelo prefeito em exercício Sr. JOAQUIM ALBERTO DA SILVA, brasileiro, solteiro, inscrito no CPF sob o nº 2**.474.***-*0, residente e domiciliado na Rua Jose Jeronimo, n. 144, Centro, CEP 59343-000, Jardim do Seridó/RN, e pelo Secretário Municipal de Saúde, Sr. JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR, brasileiro, casado, inscrito no CPF sob o nº 051.219.664-82, residente e domiciliado na Rua Carlos Fernandes de Medeiros, n. 720. Bela Vista, CEP 59343-000, Jardim do Seridó/RN, doravante denominados CONCEDENTE, e a **ORGANIZAÇÃO DE SAÚDE DR. RUY MARIZ – HOSPITAL MATERNIDADE DR. RUY MARIZ**, pessoa jurídica de direito privado, inscrita no CNPJ sob nº 08.086.498/0001-69, sediada na Rua Dr. Hilarino Pereira, 53, Bairro Bandeira Branca, CEP 59343-000, Jardim do Seridó/RN, neste ato representado por seu Presidente, Sr. EDIMAR MEDEIROS DANTAS, brasileiro, casado, médico, inscrito no RG sob o nº 128.963/RN e no CPF sob o nº 130.663.664-72, doravante denominado CONVENENTE;

CONSIDERANDOA autorização legislativa conferida pela Lei Ordinária Municipal nº 1.519 de 13 de agosto de 2026;
A aprovação ou manifestação do Conselho Municipal de Saúde, conforme Resolução nº 006/2026 de 14 de agosto de 2026; A necessidade de ampliar a oferta de serviços de saúde à população municipal mediante a inclusão de cirurgias eletivas de média complexidade;
A existência de previsão anterior para procedimentos oftalmológicos e cirurgias de catarata nos termos aditivos precedentes;
A necessidade de substituir a fonte financeira anteriormente destinada às cirurgias de catarata, em razão do seu esgotamento;
A previsão de recursos oriundos de Emenda de Bancada vinculada à Portaria GM/MS nº 8.362/2025, no valor de R$ 439.891,00, destinados às cirurgias PMAE;
A previsão de recursos oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 7.436/2025, no valor de R$ 100.000,00, destinados às cirurgias gerais;
A previsão de recursos oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, no valor de R$ 117.428,00, destinados às cirurgias PMAE;
A previsão de recursos oriundos de Emenda Individual, na modalidade Incremento, vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, no valor de R$ 75.000,00, destinados às consultas;
A necessidade de atualizar o Plano de Trabalho, as metas físicas e financeiras e os mecanismos de prestação de contas;
Resolvem aditar o Convênio nº 001/2025, nos seguintes termos.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DA INCLUSÃO DE CIRURGIAS ELETIVAS NO OBJETO

Fica acrescido o inciso XII à Cláusula Primeira – Do Objeto do Convênio nº 001/2025, com a seguinte redação:

XII – realização de cirurgias eletivas de média complexidade, compreendendo, quando previsto no Plano de Trabalho, avaliação pré-operatória, consultas especializadas, exames necessários, procedimento cirúrgico, acompanhamento pós-operatório e demais atos diretamente relacionados à execução do procedimento, observadas a regulação municipal, as normas do SUS, as exigências sanitárias e as metas físicas pactuadas.

Parágrafo único. A inclusão prevista nesta cláusula não prejudica, substitui ou revoga as previsões anteriores relativas às cirurgias oftalmológicas e de catarata, que permanecem integrantes do objeto do Convênio nos termos dos aditivos anteriores.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA PRESERVAÇÃO DAS CIRURGIAS OFTALMOLÓGICAS E DE CATARATA

As cirurgias oftalmológicas e de catarata anteriormente incluídas no objeto do Convênio permanecem válidas e poderão continuar sendo executadas, observadas as metas físicas, os procedimentos autorizados, o Plano de Trabalho e as fontes financeiras regularmente disponíveis.

O presente Termo Aditivo não constitui nova inclusão das cirurgias de catarata, limitando-se a atualizar a respectiva fonte de financiamento.

Fica substituída a fonte financeira anteriormente destinada às cirurgias de catarata, já esgotada, pela fonte oriunda de Emenda de Bancada vinculada à Portaria GM/MS nº 8.362/2025, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinada às cirurgias PMAE.

O valor previsto no parágrafo anterior está compreendido no montante geral de R$ 439.891,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais), não constituindo recurso adicional ou acréscimo autônomo ao referido montante.

CLÁUSULA TERCEIRA – DOS NOVOS RECURSOS FINANCEIROS

Fica autorizada a utilização dos seguintes recursos financeiros, condicionados ao efetivo ingresso dos valores na conta do Fundo Municipal de Saúde, à existência de dotação orçamentária e à aprovação do Plano de Trabalho atualizado:

I – R$439.891,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais), oriundos de Emenda de Bancada vinculada à Portaria GM/MS nº 8.362/2025, destinados às cirurgias PMAE, dos quais R$150.000,00 (cento e cinquenta mil reais) serão destinados às cirurgias de catarata;
II – R$100.000,00 (cem mil reais), oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 7.436/2025, destinados às cirurgias gerais;
III – R$117.428,00 (cento e dezessete mil, quatrocentos e vinte e oito reais), oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, destinados às cirurgias PMAE;
IV – R$75.000,00 (setenta e cinco mil reais), oriundos de Emenda Individual, na modalidade Incremento, vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, destinados às consultas.

O valor máximo dos novos recursos previstos nesta cláusula é de **R$732.319,00 (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezenove reais)**.

Os recursos deverão ser aplicados exclusivamente nas finalidades indicadas neste Termo Aditivo, nas respectivas portarias, no Plano de Trabalho e nos documentos de transferência.

É vedada a utilização simultânea de duas fontes para o custeio do mesmo procedimento, despesa, profissional, material ou serviço.
Os recursos somente poderão ser utilizados após o efetivo crédito financeiro, o empenho correspondente e a confirmação da dotação orçamentária e da fonte de destinação.

As dotações orçamentárias específicas, os elementos de despesa e as fontes de recursos constarão do Plano de Trabalho, da nota de empenho e dos documentos contábeis correspondentes, observada a seguinte classificação, quando aplicável: [indicar dotação, fonte e elemento de despesa].

CLÁUSULA QUARTA – DO PLANO DE TRABALHO

O Plano de Trabalho do Convênio nº 001/2025 será atualizado para contemplar as alterações contempladas por este aditivo.

CLÁUSULA QUINTA – DA EXECUÇÃO DOS PROCEDIMENTOS

A execução das cirurgias eletivas observará a demanda definida e regulada pela Secretaria Municipal de Saúde, as metas físicas pactuadas, o Plano de Trabalho, as normas do SUS e as exigências sanitárias aplicáveis.

A CONVENENTE deverá assegurar a realização dos procedimentos por profissionais habilitados e em condições técnicas adequadas, bem como manter os registros assistenciais e financeiros necessários à comprovação da execução.

Os serviços custeados com os recursos deste Termo Aditivo serão prestados gratuitamente aos usuários, sendo vedada qualquer cobrança direta ou indireta.

CLÁUSULA SEXTA – DA PRESTAÇÃO DE CONTAS

A prestação de contas dos recursos deste Termo Aditivo será realizada de forma individualizada e deverá conter, conforme a natureza do procedimento, os elementos requeridos pela Lei Municipal nº (citar o número da lei aprovada pela Câmara).

A prestação de contas deverá permitir a identificação da fonte financeira utilizada em cada despesa, vedada a duplicidade de custeio.

Eventual saldo remanescente deverá ser restituído ou reprogramado somente mediante autorização do CONCEDENTE e observância das regras da respectiva fonte financeira.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA FISCALIZAÇÃO

O CONCEDENTE poderá fiscalizar a execução das cirurgias eletivas, das consultas, dos exames e dos procedimentos oftalmológicos e de catarata, verificando o cumprimento do Plano de Trabalho estipulado.

A fiscalização será exercida sem prejuízo das competências do Conselho Municipal de Saúde e dos demais órgãos de controle.

CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA

O presente Termo Aditivo terá vigência vinculada ao prazo do Convênio principal ou ao período de prorrogação ou renovação formalmente estabelecido para a parceria.

Caso o prazo do Convênio principal não seja suficiente para a execução dos recursos e das metas previstas neste instrumento, sua eficácia ficará condicionada à formalização de instrumento de prorrogação ou renovação, com indicação do novo termo final.

CLÁUSULA NONA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta de dotações próprias do Fundo Municipal de Saúde, observadas as fontes, classificações e elementos de despesa correspondentes.

A execução financeira dependerá da existência de crédito orçamentário suficiente, podendo ser utilizados créditos suplementares ou especiais, desde que previamente autorizados e acompanhados da indicação dos recursos correspondentes.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RATIFICAÇÃO

Permanecem ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio nº 001/2025 e de seus termos aditivos anteriores que não conflitarem com o presente instrumento.

As disposições anteriores relativas às cirurgias oftalmológicas e de catarata permanecem válidas, sendo a alteração ora realizada exclusivamente relacionada à atualização da fonte financeira destinada às cirurgias de catarata.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA PUBLICAÇÃO

Caberá ao CONCEDENTE providenciar a publicação deste Termo Aditivo no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, na forma da legislação aplicável.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO FORO

Fica eleito o foro da Justiça Estadual, Vara Única da Comarca de Jardim do Seridó/RN, com exclusão de qualquer outro, por mais privilegiado que seja, para dirimir dúvidas ou controvérsias decorrentes da execução deste Termo Aditivo.

E, por estarem assim justos e conveniados, assinam o presente termo em 03 (três) vias de igual teor e forma, na presença das testemunhas abaixo indicadas.

Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito Em Exercício

JOSÉ ANCHIETA RODRIGUES DE MOURA JÚNIOR
Secretário Municipal de Saúde
Concedente

EDIMAR MEDEIROS DANTAS
Presidente da Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz
Convenente

TESTEMUNHAS:

RG:
CPF:

RG:
CPF:

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:ECD69017

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº 400, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 65, inciso V, da Lei Orgânica Municipal, e, ainda,

Considerando o que consta na Portaria nº 078, de 08 de junho de 2026 da Prefeitura Municipal de São José do Seridó, publicada no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, no dia 09/06/2026, Edição 3808, Código Identificador: 7FD9D3AB, que dispõe sobre a convocação de candidatos aprovados no Concurso Público para provimento de cargos do Município de São José´do Seridó.

Considerando o requerimento da servidora ERINALVA DOS SANTOS BRITO COSTA, matrícula: 1987, Auxiliar de Serviços Gerais, datada no dia 16 de Julho de 2026, a qual solicita a vacância do cargo público neste município.

Considerando também o teor do Processo Administrativo nº 142/2026.

RESOLVE:
Art. 1º. Declarar a **VACÂNCIA** do cargo de **AUXILIAR DE SERVIÇOS GERAIS** ocupado pela Sra. **ERINALVA DOS SANTOS BRITO COSTA**, matrícula nº 1987, servidora do Poder Executivo Municipal de Jardim do Seridó/RN, lotada na Secretaria Municipal de Educação.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo seus efeitos retroativos a dia 16 de julho de 2026, ficando revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:F69C002C

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº401, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e, ainda;

CONSIDERANDO o que preceitua os artigos 66 e 67, da Lei Municipal n° 593, de 22 de junho de 1994 – **REGIME JURÍDICO E LTCAT MUNICIPAL**;

CONSIDERANDO ainda o teor do Processo Eletrônico n° 05001.000094/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) sobre salário-base à servidora **Fabiana Costa de Azevedo**, inscrita no CPF/MF sob o nº 051.XXX.XXX-XX, servidora contratada como Técnica de Enfermagem, que atualmente está desenvolvendo suas atividades na UBS II - Jardim do Infância, Secretaria Municipal de Saúde, conforme ofício nº 468/2026/SMS/PMJS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.
Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:1A4A6E03

GABINETE DA PREFEITA
PORTARIA Nº402, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O PREFEITO EM EXERCÍCIO DO MUNICÍPIO DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pelo art. 65, V, da Lei Orgânica do Município de Jardim do Seridó e, ainda;

CONSIDERANDO o que preceitua os artigos 66 e 67, da Lei Municipal n° 593, de 22 de junho de 1994 – **REGIME JURÍDICO E LTCAT MUNICIPAL**;

CONSIDERANDO ainda o teor do Processo Eletrônico n° 05001.000087/2026;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder adicional de insalubridade em grau médio de 20% (vinte por cento) sobre salário-base à servidora **ANALICE ARAUJO DA SILVA**, inscrita no CPF/MF sob o nº 060.XXX.XXX-XX, servidora contratada como Técnica de Enfermagem, que atualmente está desenvolvendo suas atividades na UBS V - Alto Bela Vista, Secretaria Municipal de Saúde, conforme ofício nº 463/2026/SMS/PMJS.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE, E REGISTRE-SE.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:2B8CD3FA

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 120/2026

ASSUNTO: SOLICITA INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE BASEADO NOS DECRETOS MUNICIPAL Nº 1.379/2018 E Nº **1.420/2019.**
REQUERENTE: ANDERSON TARO MAEDO, AGENTE COMUNITÁRIO DE SAÚDE.

DECISÃO

Após análise dos autos do Processo Administrativo nº 120/2026, bem como do Parecer da Procuradoria Jurídica do Município, datado de 13 de agosto de 2026, que analisou o pedido de indenização de transporte formulado pelo servidor Anderson Taro Maedo, acolho os fundamentos jurídicos e fáticos consignados no referido parecer, adotando-os como razões de decidir.
Considerando que, conforme devidamente fundamentado pela Procuradoria Jurídica, não restaram comprovados os requisitos legais e regulamentares necessários à concessão da indenização de transporte pleiteada, não se mostra possível o deferimento do pedido.
Diante do exposto, ACOLHO o Parecer da Procuradoria Jurídica e, por seus próprios fundamentos, INDEFIRO o pedido de indenização de transporte formulado pelo servidor Anderson Taro Maedo, nos termos da legislação aplicável e das razões constantes dos autos.
Cumpra-se.

Município de Jardim do Seridó/RN, 13 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:7FFBF707

GABINETE DA PREFEITA
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 144/2026

ASSUNTO: SOLICITA ADICIONAL DE INSALUBRIDADE
REQUERENTE: WILAME CARLOS DA SILVA DANTAS, MOTORISTA.

DECISÃO

Após análise do Processo Administrativo nº 144/2026, decido pelo INDEFERIMENTO da solicitação de concessão do adicional de insalubridade, com fundamento no Parecer Técnico de Segurança e Saúde no Trabalho, datado de 12 de agosto de 2026, que analisou o pedido formulado pelo servidor Wilame Carlos da silva Dantas nos termos da legislação municipal vigente, da Consolidação das Leis do Trabalho, das Normas Regulamentadoras do Ministério do Trabalho e Emprego e da jurisprudência consolidada dos Tribunais Superiores. Acolho os fundamentos consignados no referido parecer, adotando-os como razões para decidir.
Cumpra-se.

Município de Jardim do Seridó/RN, 14 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Luana Maria Dantas Dos Santos
Código Identificador:09F22CF1

GABINETE DA PREFEITA
TERMO DE SANÇÃO E PROMULGAÇÃO

O PREFEITO MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ-RN, no uso de suas atribuições (art. 48, *caput*, e art. 65, inciso III, da Lei Orgânica Municipal), não identificando qualquer

inconstitucionalidade, seja de natureza formal ou material, bem como inexistindo dispositivos contrários ao interesse público, decide **SANCIONAR** e **PROMULGAR** o Projeto de Lei nº 020/2026 do Poder Executivo do Município de Jardim do Seridó, que "**Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar o 8º Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025 firmado com a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz e dá outras providências.**' aprovado pela Câmara Municipal de Jardim do Seridó-RN, o qual terá a seguinte numeração: Lei Ordinária nº 1.519.

Publique-se a Lei Complementar nº 1.519 no Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte, a fim de garantir a população o conhecimento sobre a existência da nova lei.

Município de Jardim do Seridó-RN, 13 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em exercício

LEI ORDINÁRIA Nº 1.519, DE 13 DE AGOSTO DE 2026.

Autoriza o Poder Executivo Municipal a celebrar o 8º Termo Aditivo ao Convênio nº 01/2025 firmado com a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz e dá outras providências.

FAÇO SABER QUE A CÂMARA MUNICIPAL DE JARDIM DO SERIDÓ, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, APROVOU E EU, SILVANA AZEVEDO DA COSTA, PREFEITA MUNICIPAL, NO USO DAS ATRIBUIÇÕES QUE ME SÃO CONFERIDAS PELA LEI ORGÂNICA MUNICIPAL, SANCIONO E MANDO PROMULGAR A SEGUINTE LEI.

Art. 1º. Fica o Poder Executivo Municipal, por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde, autorizado a celebrar o **8º Termo Aditivo ao Convênio nº 001/2025**, firmado com a Organização de Saúde Dr. Ruy Mariz – Hospital Maternidade Dr. Ruy Mariz, pessoa jurídica de direito privado sem fins lucrativos, inscrita no CNPJ sob o nº 08.086.498/0001-69.

Art. 2º. O 8º Termo Aditivo de que trata esta Lei poderá promover as seguintes alterações no Convênio nº 001/2025, em seus termos aditivos e no respectivo Plano de Trabalho:
I - Acréscimo do inciso XII à Cláusula Primeira – Do Objeto, com a seguinte redação:

"XII – realização de cirurgias eletivas de média complexidade, compreendendo, quando previsto no Plano de Trabalho, avaliação pré-operatória, consultas especializadas, exames necessários, procedimento cirúrgico, acompanhamento pós-operatório e demais atos diretamente relacionados à execução do procedimento, observadas a regulação municipal, as normas do SUS, as exigências sanitárias e as metas físicas pactuadas. "

II - Substituição da fonte financeira anteriormente prevista para o custeio das cirurgias de catarata, em razão do esgotamento da fonte anterior, por recursos oriundos de Emenda de Bancada vinculada à Portaria GM/MS nº 8.362/2025, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinados às cirurgias PMAE.

III – autorização para utilização dos seguintes recursos financeiros:

a) R$ 439.891,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais), oriundos de Emenda de Bancada vinculada à Portaria GM/MS nº 8.362/2025, destinados às cirurgias PMAE;
b) R$ 100.000,00 (cem mil reais), oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 7.436/2025, destinados às cirurgias gerais;
c) R$ 117.428,00 (cento e dezessete mil, quatrocentos e vinte e oito reais), oriundos de Emenda Individual vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, destinados às cirurgias PMAE;
d) R$ 75.000,00 (setenta e cinco mil reais), oriundos de Emenda Individual, na modalidade Incremento, vinculada à Portaria GM/MS nº 10.444/2026, destinados às consultas.

Art. 3º. O valor máximo das novas previsões financeiras autorizadas por esta Lei é de **R$ 732.319,00 (setecentos e trinta e dois mil, trezentos e dezenove reais)**, correspondente à soma dos valores previstos no inciso IV do art. 2º.

§ 1º. O valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado às cirurgias de catarata, está compreendido no montante de R$ 439.891,00 (quatrocentos e trinta e nove mil, oitocentos e noventa e um reais), não constituindo acréscimo financeiro autônomo.
§ 2º. A autorização prevista neste artigo não permite duplicidade de custeio das cirurgias de catarata com recursos anteriormente previstos em termos aditivos já executados ou com outras fontes financeiras destinadas à mesma finalidade.
§ 3º. Os recursos somente poderão ser utilizados após o efetivo ingresso na conta do Fundo Municipal de Saúde, a identificação da respectiva fonte e a comprovação da existência de dotação orçamentária suficiente.

Art. 4º. O Plano de Trabalho do Convênio nº 001/2025 deverá ser atualizado para contemplar as alterações previstas nesta lei.

Art. 5º. Os recursos de que trata esta Lei serão aplicados exclusivamente nas finalidades indicadas nas respectivas fontes financeiras, nas portarias correspondentes, no Plano de Trabalho e no 8º Termo Aditivo.

Parágrafo único. É vedada a utilização dos recursos para finalidade diversa, bem como o pagamento em duplicidade de procedimento, despesa, material ou serviço custeado por outra fonte.

Art. 6º. A execução das cirurgias eletivas deverá observar a regulação municipal, as normas do Sistema Único de Saúde, as exigências da vigilância sanitária, as metas físicas pactuadas, o Plano de Trabalho e os critérios técnicos aplicáveis aos procedimentos.

Art. 7º. A prestação de contas dos recursos deverá ser realizada de forma individualizada, com a apresentação de documentos assistenciais, cirúrgicos, administrativos, financeiros e bancários que comprovem:

I – a autorização ou regulação do paciente;
II – a avaliação pré-operatória e os exames realizados;
III – a efetiva realização do procedimento;
IV – o acompanhamento pós-operatório, quando previsto;

Art. 8º. As despesas decorrentes da execução desta Lei correrão à conta de dotações orçamentárias próprias do Fundo Municipal de Saúde, especialmente daquelas destinadas às ações e serviços públicos de saúde, observadas as classificações, fontes e elementos de despesa correspondentes.

Parágrafo único. Caso necessário, poderão ser utilizados créditos suplementares ou especiais, desde que previamente autorizados e acompanhados da indicação dos recursos correspondentes.

Art. 9. Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Convênio nº 001/2025 e de seus termos aditivos anteriores que não conflitarem com esta Lei e com o 8º Termo Aditivo.

Art. 10. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao mês de junho do ano de 2026.

Centro Cultural de Múltiplo Uso Prefeito Pedro Izidro de Medeiros, em Jardim do Seridó/RN, 13 de agosto de 2026.

JOAQUIM ALBERTO DA SILVA
Prefeito em Exercício

Publicado por:
Silvia Azevedo da Costa
Código Identificador:3650B2B7

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 250, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento do servidor protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 17/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **SILVANO VENCESLAU DANTAS DE ARAÚJO,** matrícula nº 1557, ocupante do cargo de Motorista PC II, da Secretaria Municipal de Saúde, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 21/09/2026 à 05/10/2026, correspondente ao período aquisitivo 2024/2025.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:C92C9930

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 251, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 830, de 30 de dezembro de 2009, que dispõe do Plano de Cargos, Carreira e Salários do Magistério Municipal.
CONSIDERANDO, Ofício nº 254/2026 – SEME/PMJS, protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração no dia 17/08/2026.
R E S O L V E:
Art. 1º – Conceder aos professores e pedagogos abaixo relacionados, pertencentes à Secretaria Municipal de Educação, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de **21/08/2026 à 04/09/2026**.

Matrícula	Nome do Servidor	Cargo
0361	Albaniza de Medeiros Dias Alves	Professora
0438	Claudimar dos Santos Ramos	Professora
0362	Edna Morais de Lima Medeiros	Professora

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.
CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração
Mat.: 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:F8BBCD48

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA Nº 252, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

A SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO,

CONSIDERANDO o artigo 73 da Lei Municipal nº 593/1994, que dispõe sobre o Regime Jurídico dos Servidores Municipais;
CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 940, de 04 de novembro de 2013, que dispõe sobre férias dos servidores públicos municipais.
CONSIDERANDO, requerimento da servidora protocolado no Setor de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração em 17/08/2026.

R E S O L V E:

Art. 1º – Conceder à **ALCILENE DOS SANTOS FELIX,** matrícula nº 1354, ocupante do cargo de Gari PA III, da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos, gozo de 15 (quinze) dias de férias no período de 27/08/2026 à 10/09/2026, correspondente ao período aquisitivo 2025/2026.

Art. 2º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

CUMPRA-SE. PUBLIQUE-SE E REGISTRE-SE.

Centro de Múltiplo Uso "Prefeito Pedro Izidro de Medeiros", em Jardim do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

JARINA MARIA DA CUNHA BATISTA
Secretária Municipal de Administração.
Matrícula nº 1104

Publicado por:
Jarina Maria da Cunha Batista
Código Identificador:F5DDF2C2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 188 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 188 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM VIGOR NA PREFEITURA DE JOSÉ DA PENHA - RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento em vigor no valor de R$ R$ 10.000,00 (dez mil reais), para reforço de dotações orçamentárias.
Art. 2° - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I – R$ 10.000,00 (dez mil reais), através de ANULAÇÃO de dotações orçamentárias, de acordo com o inciso I, do Art. 43 da Lei Federal Nº 4.320/64, conforme discriminações constantes no Anexo I, que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de agosto de 2026, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 17 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Anexo I do Decreto nº 188 de 17 de agosto de 2026.

SUPLEMENTAÇÃO:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa

2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
15903 - FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA E DE VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO - FUNDEB
2.135 - Manutenção e funcionamento das atividades do Ensino Fundamental
929 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente Fonte: 15430000 R$ 10.000,00
Total da Ação: R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 10.000,00
TOTAL SUPLEMENTADO R$ 10.000,00 (dez mil reais)

REDUÇÃO

2 - PREFEITURA MUNICIPAL DE JOSÉ DA PENHA
15001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
2.49 - Manutenção de Serviços de Transporte
238 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Fonte: 15001001 R$ 10.000,00
Total da Ação: R$ 10.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 10.000,00
TOTAL DA REDUÇÃO R$ 10.000,00 (dez mil reais)

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:130259D9

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 189 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 189 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM VIGOR NA PREFEITURA DE JOSÉ DA PENHA - RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento em vigor no valor de R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), para reforço de dotações orçamentárias.
Art. 2° - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I – R$ 500.000,00 (quinhentos mil reais), através de Outras Receitas decorrentes de Emenda Parlamentar, com Lei Federal Nº. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo I que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de agosto de 2026, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 17 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Anexo I do Decreto nº 189 de 17 de agosto de 2026.

SUPLEMENTAÇÃO:

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA
13904 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA
2.206 - INCREMENTO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE
930 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Fonte: 706 R$ 300.000,00
931 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 17063110 R$ 200.000,00
Total da Ação: R$ 500.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 500.000,00

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:01C09BA6

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO N° 190 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

DECRETO N° 190 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

ABRE CRÉDITO ADICIONAL NO EXERCÍCIO ORÇAMENTÁRIO EM VIGOR NA PREFEITURA DE JOSÉ DA PENHA - RN.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, E DE ACORDO COM A LEI ORGÂNICA MUNICIPAL;

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto crédito adicional no orçamento em vigor no valor de $ 2.572.000,00 (dois milhões e quinhentos e setenta e dois mil reais), para reforço de dotações orçamentárias.
Art. 2° - Os recursos necessários à cobertura do crédito mencionado no artigo primeiro deste Decreto, serão obtidos na forma do Art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, sendo:

I – R$ 2.572.000,00 (dois milhões e quinhentos e setenta e dois mil reais), através de Outras Transferência da União decorrente de Emenda Parlamentar, de acordo com Lei Federal Nº. 4.320/64, conforme discriminação constante no anexo I que é parte integrante do presente Decreto.

Art. 3º - Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos retroativos à 01 de agosto de 2026, revogado as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

José da Penha - RN, 17 de agosto de 2026.

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Anexo I do Decreto nº 190 de 17 de agosto de 2026.

SUPLEMENTAÇÃO:

Fonte de Suplementação: Recursos sem despesas correspondentes

3 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA
13904 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE JOSÉ DA PENHA

1.34 - AMPLIAÇÃO DE UNIDADE DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM SAÚDE
940 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações Fonte: 17063110 R$ 607.000,00
Total da Ação: R$ 607.000,00

1.35 - AQUISIÇÃO EQUIPAMENTO MATERIAL PERMANENTE-HOSPITAL MÂE FRAZA
941 - 4.4.90.52.00 - Equipamentos e Material Permanente Fonte: 17063110 R$ 225.000,00
Total da Ação: R$ 225.000,00

2.216 - INCREMENTO AO CUSTEIO DE SERVIÇOS DA ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAUDE
934 - 3.1.90.04.00 - Contratação por Tempo Determinado Fonte: 17063110 R$ 200.000,00
935 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Fonte: 17063110 R$ 570.000,00
936 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 17063110 R$ 200.000,00
937 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Fonte: 17103210 R$ 270.000,00
Total da Ação: R$ 1.240.000,00

2.217 - CUSTEIO DE ATENÇÃO ESPECIALIZADA A SAUDE
938 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo Fonte: 17063110 R$ 200.000,00
939 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica Fonte: 17063110 R$ 300.000,00
Total da Ação: R$ 500.000,00
Total da Unidade Orçamentária: R$ 2.572.000,00

JAIRO DE SOUZA MAFALDO
Prefeito

Publicado por:
Jose Vicente de Moura Filho
Código Identificador:71360804

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PROCESSO ADMINISTRATIVO MJ/ RN N° 071/2026 PREGÃO ELETRÔNICO Nº 023/2026

FUNDAMENTO LEGAL: Lei nº 14.133/2021
PRAZO DE PUBLICIDADE: Oito (08) dias úteis
CRITÉRIO DE JULGAMENTO: Menor preço
ADJUDICAÇÃO: Por item
MODO DE DISPUTA: Aberto
PREFERÊNCIA ME/EPP/EQUIPARADAS: Sim
A **Comissão de Contratação do Município de Jucurutu/ RN** vem a público comunicar que no **dia 19 de agosto de 2026**, nos sites: **www.pncp.gov.br, www.jucurutu.rn.gov.br** e **http://www.portaldecompraspublicas.com.br** será disponibilizado o Edital de Licitação, destinado ao **Registro de preços para fornecimento gradativo de materiais destinados à prática de atividades físicas e funcionais, voltados à promoção da saúde, bem-estar, condicionamento físico e qualidade de vida dos jovens e idosos atendidos pelo SCFV.**

A sessão de realização da Licitação ocorrerá no **dia 31 de agosto de 2026, às 14:30 horas (horário de Brasília)**, no site **http://www.portaldecompraspublicas.com.br**.

Maiores informações serão fornecidas através do e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com.

Jucurutu/ RN, 17 de agosto de 2026

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Jânat Érika Fernandes de Medeiros
Código Identificador:C441DAC4

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 ATA DA SESSÃO

Ao décimo sétimo dia do mês de agosto de dois mil e vinte e seis, às 9h, na sede da Prefeitura Municipal, reuniu-se a Comissão de Contratação, devidamente autorizada pelo Excelentíssimo Senhor Prefeito, **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, para apreciação da documentação encaminhada pela empresa: **68.557.910 LUIZ CARLOS SANTOS TARGINO – CNPJ/MF nº 68.557.910/0001-03**, situado na Rua Augusto Queiroz, nº 130, Alto da Bela Vista, Jucurutu/RN, visando o credenciamento para **prestação dos serviços de mão de obra no âmbito da construção civil e serviços urbanos destinados aos diversos setores das secretarias da prefeitura municipal de Jucurutu/ RN.**

Aberta a sessão, num primeiro momento, foi explicitado aos presentes o objetivo desta reunião, passando-se a análise das documentações apresentada pelos profissionais que apresentaram a documentação exigida em edital, estando as propostas enviadas **CLASSIFICADAS**.

Passando a análise dos documentos de habilitação, identificamos que a empresa: **68.557.910 LUIZ CARLOS SANTOS TARGINO – CNPJ/MF nº 68.557.910/0001-03**, apresentou toda documentação referente à Habilitação Jurídica, estando **HABILITADA.**

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

JANAT ÉRIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente
(Assinado Digitalmente)

ADRIANO MOURA DA SILVA	*VALDINEZ VIEIRA DA SILVA*
Membro	Membro
(Assinado Digitalmente)	(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:2EFB9990

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 001/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 22040001/2024 RESULTADO PROVISÓRIO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO PROVISÓRIO DO CREDENCIAMENTO PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/RN**, conforme quadro abaixo:
Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Serviço/Item
68.557.910 LUIZ CARLOS SANTOS TARGINO – CNPJ/MF nº 68.557.910/0001-03	Item 07

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: NÃO HOUVE.

O interessado cujo pedido foi indeferido poderá interpor recurso no prazo de cinco (05) dias úteis, a contar da data desta publicação, assegurada a ampla defesa e o contraditório.

Os recursos serão recebidos por meio eletrônico (e-mail: licitacaojucurutu@hotmail.com) e serão dirigidos ao **Prefeito Municipal de Jucurutu/ RN** que, após receber o recurso e a

informação da comissão de contratação, proferirá, também no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a sua decisão.

O RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PARA PRESTAÇÃO DOS SERVIÇOS DE MÃO DE OBRA NO ÂMBITO DA CONSTRUÇÃO CIVIL E SERVIÇOS URBANOS DESTINADOS AOS DIVERSOS SETORES DAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU/ RN será publicado na imprensa oficial do Município – Diário Oficial dos Municípios do Estado do Rio Grande do Norte – **FEMURN**, Jornal Diário de Grande Circulação e divulgado no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP e no sítio eletrônico oficial da **Prefeitura Municipal de Jucurutu/ RN,** logo após a análise dos recursos.

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

MINUTA DO RECURSO

RECURSO CONTRA INDEFERIMENTO DE CREDENCIAMENTO PARA ____

A empresa, _____, inscrita no CNPJ nº ___, por seu representante abaixo qualificado, inscrito(a) no C.P.F. nº _____, em apresentar RECURSO a esta Comissão de Contratação do indeferimento do seu pedido de credenciamento para _____, conforme prazo legal, pelo(s) motivo(s) abaixo justificado(s): _____

Estamos cientes de que o não atendimento das regras e prazos contidos na legislação, no que se refere ao recurso, poderá ensejar na rejeição deste.

_____, _____ de _____de 2026.

_____
Assinatura do Representante da Requerente
NOME E CPF

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:D0A72C98

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 002/2024 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA GUIA DA FARMÁCIA**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Itens
CAMARA & MELO LTDA – CNPJ/MF nº 26.145.936/0001-02	01, 02 e 03.

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:A97C205B

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 – RESULTADO DEFINITIVO

O Município de Jucurutu/ RN torna público o **RESULTADO DEFINITIVO DO CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS E/OU REGIONAIS PARA APRESENTAÇÕES EM EVENTOS OFICIAIS, FESTIVIDADES E DATAS COMEMORATIVAS PROMOVIDAS PELA PREFEITURA DE JUCURUTU/RN**, alcançado após o escoamento do prazo com a ausência de interposição de possíveis recursos administrativos, conforme quadro abaixo:

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento deferido:

Requerente	Itens
BANDA SISTEMA LTDA – CNPJ: 38.051.708/0001-44	8

Empresas que tiveram o pedido de credenciamento indeferido: Não houve.

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

JÂNAT ERIKA FERNANDES DE MEDEIROS
Presidente da Comissão de Contratação
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:C6AA2D8B

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
DECISÃO ADMINISTRATIVA

DECISÃO ADMINISTRATIVA

Vistos e examinados os autos do processo em epígrafe, instaurado para apurar supostas irregularidades cometidas pela empresa **PHARMAPLUS LTDA, CNPJ 03.817.043/0001-52,** no âmbito do Processo Administrativo sancionatório nº **22050001/2024**, envolvendo atos cometidos no âmbito do Processo administrativo licitatório nº **22050001/2024** cujo objeto é **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MATERIAL E EQUIPAMENTOS DE USO MÉDICO HOSPITALAR**, resolvo:

1. ACATAR as conclusões emitidas no relatório da Comissão de Processo Administrativo;
2. ACOLHER igualmente o Parecer Jurídico emitido pela Procuradoria do Município, parte integrante desta decisão, pelo qual fundamento o presente ato decisório, que opina aquele pela regularidade jurídica dos trabalhos apuratórios desenvolvidos, em seus aspectos formais e materiais e atestam a plausividade da conclusão adotada pelo Relatório acima mencionado;
3. DECIDO pela **NÃO RESPONSABILIZAÇÃO** da empresa **PHARMAPLUS LTDA, CNPJ 03.817.043/0001-52, por ausência de cometimento de infração administrativa** tipificada no art. 155, I da lei 14.133/21 e no edital do certame e consequentemete **NÃO APLICAÇÃO** de qualquer penalidade aministrativa à mesma;
4. DETERMINO, em decorrência, a expedição de portaria declarando a NÃO RESPONSABILIZAÇÃO da empresa no presente procedimento, a ser publicada no Diário Oficial dos municípios e a devida intimação da empresa acerca da presente decisão, para, querendo, oferecer recurso no prazo legal;
5. DETERMINO ainda que:
a) Caso haja recurso no prazo legal, seja este recebido e processado nos termos legais;
b) Caso transcorrido o prazo recursal sem interposição de recurso pela empresa, seja remetido os autos à Secretaria competente para ARQUIVAMENTO do presente procedimento, e sejam tomadas as providencias legais de estilo.
Jucurutu/RN, 30 de julho de 2026.

Atenciosamente,

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:9136B51C

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 023-2024

CREDENCIAMENTO nº 002/2024 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN n° 18040001/2024
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Saúde
ASSUNTO: **CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS VISANDO A AQUISIÇÃO GRADATIVA DE MEDICAMENTOS CONSTANTES NA REVISTA GUIA DA FARMÁCIA.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 023-2024

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

- **AUTORIZO** que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, III e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, III, o **Credenciamento de pessoas jurídicas visando a aquisição gradativa de medicamentos constantes na revista guia da farmácia,** da empresa: **CÂMARA & MELO LTDA,** inscrita sob o CNPJ/MF nº 26.145.936/0001-02.

Jucurutu/ RN, 17 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:B8BD8023

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

CREDENCIAMENTO nº 002/2026 – PROC. ADMINIST. MJ/ RN n° 11120001/2025
INTERESSADO: Secretaria Municipal de Licitações, Contratos e Compras
ASSUNTO: **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS E/OU REGIONAIS PARA APRESENTAÇÕES EM EVENTOS OFICIAIS, FESTIVIDADES E DATAS COMEMORATIVAS PROMOVIDAS PELA PREFEITURA DE JUCURUTU/RN.**

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA INEXIGIBILIDADE Nº 14/2026

- **RATIFICO** os atos praticados pela **Comissão de Contratação** deste Município e, em consequência, **ADJUDICO** o objeto e **HOMOLOGO** o procedimento.

2 - AUTORIZO que se proceda, com **INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO**, fundamentado na Lei nº 14.133/2021, art. 79, I e do Decreto Municipal nº 1.421/2024, art. 7º, I, o **Credenciamento de artistas (pessoas físicas e jurídicas) locais e/ou regionais para produção musical, artística e cultural que integre a programação de eventos do município de Jucurutu/RN,** da empresa: **BANDA SISTEMA LTDA** – CNPJ: 38.051.708/0001-44.

Jucurutu/ RN, 17 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal
(Assinado Digitalmente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:23D8069F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2024 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 18040001/2024 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR o representante da empresa: **CAMARA & MELO LTDA,** inscrita sob o CNPJ/MF nº 26.145.936/0001-02, visando a assinatura do Contrato Administrativo, cujo objeto é: **Credenciamento de pessoas jurídicas visando a aquisição gradativa de medicamentos constantes na revista guia da farmácia.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos ao fornecedor os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Portaria nº 458/2025
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:1547B21F

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
CREDENCIAMENTO Nº 002/2026 – PROC. ADMIN. MJ/ RN N° 11120001/2025 CONVOCAÇÃO

Vimos através deste, CONVOCAR a empresa: **BANDA SISTEMA LTDA** – CNPJ: 38.051.708/0001-44, visando a assinatura do Termo de Credenciamento, cujo objeto é: **CREDENCIAMENTO DE ARTISTAS LOCAIS E/OU REGIONAIS PARA APRESENTAÇÕES EM EVENTOS OFICIAIS, FESTIVIDADES E DATAS COMEMORATIVAS PROMOVIDAS PELA PREFEITURA DE JUCURUTU/RN.**

A assinatura será realizada pela plataforma digital ProSipe, onde disponibilizaremos aos fornecedores os dados necessários via E-mail.

Assim, concedemos o prazo de até cinco (05) dias úteis a contar da data de publicação deste, para assinatura do Contrato Administrativo.

Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

Atenciosamente,

JOÃO MARCOS DE MEDEIROS BRITO
Portaria nº 458/2025
(Assinado Eletronicamente)

Publicado por:
Luiz Eduardo Soares da Cruz
Código Identificador:B9CBDA88

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 271 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 271 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO

DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária a servidora a seguir discriminado:

NOME: Joelma de Fátima Lopes de Medeiros
CARGO/FUNÇÃO: Secretária Municipal da Mulher
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal da Mulher
MATRÍCULA: 1886
CPF: 023.***.074-**
RG:1.***.973

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: A Servidora irá a serviço do Município representando a Secretaria Municipal da Mulher, para participar do Seminário Estadual agosto lilás, com o tema " Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do ligue 180", ocorre no dia 18 de agosto, das 9h ás 15h, no auditório do IDEMA, contará com representantes da SEMJIDH, SETHAS, MPRN, CONDIMM e ministério das mulheres, que abordarão o papel da rede de proteção e os serviços de acolhimento na prevenção e no enfrentamento á violência de gênero. A atividade objetiva celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha, promovendo o debate e o alinhamento das estratégias entre os órgãos da rede de proteção, visando o fortalecimento do fluxo de atendimento, monitorando os encaminhamentos dos casos registrado pelo disque 180 no Rio Grande do Norte.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de Agosto de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 500,*00 (quinhentos reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 250,*00 (duzentos e cinquenta reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:033E6814

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 272 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 272 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: Eliel Medeiros Pereira
CARGO/FUNÇÃO: Motorista
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
MATRÍCULA: 4023
CPF: ***.382.***-30
RG:1.***.748

CIDADE DESTINO: Natal/RN

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço do Município de Jucurutu por meio da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, conduzindo equipe técnica do CREAS para o Seminário Estadual do agosto lilás na cidade de Natal no dia 18 de agosto de 2026..

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de agosto de 2026.*

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ 250,*00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 125,*00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:D0926F91

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 273 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 273 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diárias a servidor em serviço fora do município.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal; com lastro, ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, conforme dispõe o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando também o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder meia diária a servidora a seguir discriminado:

NOME: Rosangela de Fátima Garcia dos Santos Freitas
CARGO/FUNÇÃO: Assistente Social
LOTAÇÃO: Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social
MATRÍCULA: 1940-1
CPF: ***.257.***-49
RG: 605. 471

CIDADE DESTINO: Natal/RN

JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, participar do Seminário Estadual agosto lilás, com o tema " Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do ligue 180", ocorre no dia 18 de agosto, das 9h ás 15h, no auditório do IDEMA, contará com representantes da SEMJIDH, SETHAS, MPRN, CONDIMM e ministério das mulheres, que abordarão o papel da rede de proteção e os serviços de acolhimento na prevenção e no enfrentamento a violência de gênero. A atividade objetiva celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha, promovendo o debate e o alinhamento das estratégias entre os órgãos da rede de proteção, visando o fortalecimento do fluxo de atendimento, monitorando os encaminhamentos dos casos registrado pelo disque 180 no Rio Grande do Norte.

PERÍODO DE AFASTAMENTO: Dia 18 de Agosto de 2026

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO CONFORME DECRETO Nº 1.320/2022: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 1*25,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Jucurutu/RN, 17 de Agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:9B47CD2C

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 274 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 274 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: *Pedro Henrique Cassiano de Araújo*
CARGO/FUNÇÃO: *Psicólogo*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social*
MATRÍCULA: 2997
CPF: 100.***.454-**
RG: 00*.614.*** SSP/RN

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal *do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, participar do Seminário Estadual agosto lilás, com o tema " Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do ligue 180", ocorre no dia 18 de agosto, das 9h ás 15h, no auditório do IDEMA, contará com representantes da SEMJIDH, SETHAS, MPRN, CONDIMM e ministério das mulheres, que abordarão o papel da rede de proteção e os serviços de acolhimento na prevenção e no enfrentamento á violência de gênero. A atividade objetiva celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha, promovendo o debate e o alinhamento das estratégias entre os órgãos da rede de proteção, visando o fortalecimento do fluxo de atendimento, monitorando os encaminhamentos dos casos registrado pelo disque 180 no Rio Grande do Norte.*

TIPO DE VEÍCULO: veículo particular

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de Agosto de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia Diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: R$ 2*50,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ 1*25,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:5D938D3E

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 275 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 275 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder Meia diária a servidora a seguir discriminado:

NOME: *Maria Lucivânia Alves*
CARGO/FUNÇÃO: *Agente de Desenvolvimento e Gestão de Trabalho*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social*
MATRÍCULA: 5320
CPF: ***.435.***-10
RG: 008.***.846

CIDADE DESTINO: *Caicó/RN*

JUSTIFICATIVA: A servidora irá a serviço da Secretaria Municipal *do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, como representante da Sala do Empreendedor do Município de Jucurutu, para* participar do IV Encontro dos AD'S do Seridó, que acontecerá no dia 18 de agosto de 2026 na cidade de Caicó/RN.
TIPO DE VEÍCULO: veículo particular

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de Agosto de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: meia diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: R$ *150,00 (cento e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *75,00 (setenta e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:14FD10BC

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 276 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 276 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder meia diária a servidora a seguir discriminado:

NOME: *Maria Aparecida Vicente de Souza*
CARGO/FUNÇÃO: *Agente de Abordagem*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social*
MATRÍCULA: 3061
CPF: ***.256.***-50
RG: 1.644.*** SSP/RN

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: A servidor irá a serviço da Secretaria Municipal *do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, participar do Seminário Estadual agosto lilás, com o tema " Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do ligue 180", ocorre no dia 18 de agosto, das 9h ás 15h, no auditório do IDEMA, contará com representantes da SEMJIDH, SETHAS, MPRN, CONDIMM e ministério das mulheres, que abordarão o papel da rede de proteção e os serviços de acolhimento na prevenção e no enfrentamento a violência de gênero. A atividade objetiva celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha, promovendo o debate e o alinhamento das estratégias entre os órgãos da rede de proteção, visando o fortalecimento do fluxo de atendimento, monitorando os encaminhamentos dos casos registrado pelo disque 180 no Rio Grande do Norte.*

TIPO DE VEÍCULO: veículo particular

( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de Agosto de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia Diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *125,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos
Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:87624013

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 277 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 277 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a *concessão de diárias a servidor em serviço fora do município.*

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES DO MUNICÍPIO DE JUCURUTU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições a ele conferidas e de ordem do Prefeito Municipal, com lastro ainda, no artigo 60 e parágrafos da Lei Complementar Municipal nº 04/2006, e conforme o capítulo IV subseção V da Resolução Nº 028/2020-TCE, da composição do processo de realização da despesa com diárias, bem como, no Decreto Municipal **nº 1.320/2022**; considerando o que fora requerido pelo(a) servidor(a) e a existência de interesse público no deferimento do pleito.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder meia diária ao servidor a seguir discriminado:

NOME: *Roberto Soares da Cruz*
CARGO/FUNÇÃO: *Diretor de divisão de proteção social especial*
LOTAÇÃO: *Secretaria Municipal do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social*
MATRÍCULA: 5029
CPF: ***.951.***-83
RG: 002.***.349 SSP/RN

CIDADE DESTINO: *Natal/RN*

JUSTIFICATIVA: O servidor irá a serviço da Secretaria Municipal *do Trabalho, da Habitação e da Assistência Social, participar do Seminário Estadual agosto lilás, com o tema " Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do ligue 180", ocorre no dia 18 de agosto, das 9h ás 15h, no auditório do IDEMA, contará com representantes da SEMJIDH, SETHAS, MPRN, CONDIMM e ministério das mulheres, que abordarão o papel da rede de proteção e os serviços de acolhimento na prevenção e no enfrentamento a violência de gênero. A atividade objetiva celebra os 20 anos da Lei Maria da Penha, promovendo o debate e o alinhamento das estratégias entre os órgãos da rede de proteção, visando o fortalecimento do fluxo de atendimento, monitorando os encaminhamentos dos casos registrado pelo disque 180 no Rio Grande do Norte.*

TIPO DE VEÍCULO: veículo particular
( ) DIÁRIAS COM PERNOITE
(X) DIÁRIAS SEM PERNOITE

PERÍODO DE AFASTAMENTO: *Dia 18 de Agosto de 2026.*

QUANTIDADE DE DIÁRIAS: Meia Diária.

VALOR COMPLETO DA DIÁRIA PARA O CARGO: R$ *250,00 (duzentos e cinquenta reais).*

VALOR TOTAL A SER PAGO: R$ *125,00 (cento e vinte e cinco reais).*

Art. 2º - O (A) beneficiário(a) das diárias se obriga a prestar contas do uso desses recursos no prazo de 05 (cinco) dias contados a partir da data de retorno à sede de seus serviços, sob pena de devolução dos valores concedidos e impedimento de obter novas diárias.

Art. 3º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

SECRETARIA MUNICIPAL DE RECURSOS HUMANOS, PATRIMÔNIO E SERVIÇOS AUXILIARES, Prefeitura Municipal de Jucurutu/RN, em 17 de agosto de 2026.

RENILSON HENRIQUE DE BRITO
Secretário Municipal de Recursos Humanos Patrimônio e Serviços Auxiliares

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:04AE1BB2

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 044/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1380/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: TOTALCERT SOLUCAO DIGITAL LTDA
CNPJ: 57.794.545/0001-34
ENDEREÇO: Rua Alfredo Cândido Vieira, nº 153, bairro Vila Aparecida, Taubaté/SP, CEP: 12.052-050.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de Certificado Digital e-CPF e CNPJ A1, padrão ICP-Brasil, em arquivo digital, com validade de 12 (doze) meses, incluindo emissão, validação da identidade do titular, instalação e suporte técnico, destinado às necessidades do Município de Jundiá/RN para assinatura eletrônica de documentos e arquivos digitais com validade jurídica.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Emissão de certificado tipo CNPJ A1, Validade de 12 (doze) meses.	UND	10	R$ 55,00	R$ 550,00
2	Emissão de certificado tipo E-CPF A1, Validade de 12 (doze) meses.	UND	40	R$ 55,00	R$ 2.200,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: 2.750,00 (Dois mil setecentos e cinquenta reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 019/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 de agosto de 2026 à 05 de agosto de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **Ação:** 2057 - Manutenção do Fundo Municipal de Saúde - FMS; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15001002- Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; **Ação:** 2004 - Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; **Natureza:** 3.3.90.40 –

SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.001 – SEC.MUN. DE OBRAS, TRANSPORTE E SERVIÇOS URBANOS; **Ação:** 2013 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO; **Ação:** 2021 - Manutenção da Secretaria Municipal de Educação**; Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; **Ação:** 2045 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; **Ação:** 2070 - Manutenção da Secretaria Municipal de Assistência Social; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; **Ação:** 2085 - Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE; **Ação:** 2094 - Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente; **Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 – GABINETE DO PREFEITO; Ação: 2002 - Manutenção das Atividades do Gabinete do Prefeito**; Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 04.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS; **Ação:** 2011 - Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças**; Natureza:** 3.3.90.40 - SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;

Jundiá/RN, 05 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Nathália Lobato de Andrade

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:012627B8

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 046/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1350/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: AF EVOLUTION CONSULTORIA EMPRESARIAL E COACHING LTDA
CNPJ: 33.385.484/0001-93
ENDEREÇO: Rua Romualdo Galvão, nº 1843, Lagoa Nova – Natal/RN, CEP: 59.056-165.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para prestação de serviços de consultoria técnica continuada, com planejamento, organização e execução de capacitações mensais destinadas aos servidores das Secretarias Municipais assim como à população em geral Município de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Serviços de consultoria técnica continuada, com planejamento, organização e execução de capacitações mensais destinadas aos servidores das Secretarias Municipais assim como à população em geral Município de Jundiá/RN.	12	MÊS	R$ 4.400,00	R$ 52.800,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 52.800,00 (Cinquenta e dois mil e oitocentos reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 018/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 06 de agosto de 2026 à 06 de agosto de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - Secretaria Municipal de Administração**; AÇÃO:** 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; **NATUREZA:** 3.3.90.39 **–** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos. **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 06 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Alane Freitas de Souza

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:CE15843F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 048/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1357/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: 64.169.894 EDUARDO SOARES DE LIMA
CNPJ: 64.169.894/0001-20
ENDEREÇO: Rua de Petrópolis, nº 08, Bairro Guarapes – Natal/RN, CEP: 59.074-770.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de consultoria de comunicação, clipping, media training, monitoramento de redes sociais, desenvolvimento de plano de comunicação institucional, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Serviços auxiliares, acessórios e instrumentais às atividades de consultoria de comunicação, clipping, media training, monitoramento de redes sociais, desenvolvimento de plano de comunicação institucional, para atender as necessidades da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN.	MÊS	12	R$ 4.500,00	R$ 54.000,00

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 54.000,00 (Cinquenta e quatro mil reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 022/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 12 de agosto de 2026 à 12 de agosto de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 - Secretaria Municipal de Administração; **AÇÃO:** 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; **NATUREZA:** 3.3.90.39 **–** OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA; **FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos. **REGIÃO:** 0001 – Jundiá.

Jundiá/RN, 12 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Eduardo Soares de Lima

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:E9ECC26B

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 051/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1271/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: ASSOCIACAO EOLICA ENERGY BANK 2
CNPJ: 58.998.443/0001-01
ENDEREÇO: Rua São Sebastião, nº 323, Barreiras, Macau/RN, CEP: 59.500-000
OBJETO: Contratação de empresa, cooperativa ou associação legalmente habilitada para prestação de serviços de geração distribuída compartilhada e compensação de créditos de energia elétrica no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, nos termos da legislação vigente do setor elétrico nacional, visando atender às unidades consumidoras vinculadas ao Município de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DO ITEM DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR ESTIMADO ANUAL	UND DE MEDIDA	QTD	PERCENTUAL MINIMO DE DESCONTO
01	Contratação de associação de geração distribuída (GD) para fornecimento e compensação de créditos de energia elétrica, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), nos termos da legislação vigente do setor elétrico nacional, visando atender às unidades consumidoras vinculadas ao Município de Jundiá/RN, com o objetivo de promover economia nas despesas com energia elétrica, sustentabilidade ambiental e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.	264.000 kWh	SERVIÇO	01	19,51
VALOR TOTAL ESTIMADO					**R$ 360.000,00**

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 360.000,00 (trezentos e sessenta mil reais)
MODALIDADE: Pregão Eletrônico nº 011/2026
FUNDAMENTO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 14 de agosto de 2026 à 14 de agosto de 2027
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 02.001 – GABINETE DO PREFEITO; **AÇÃO:** 2074 – Conselho Tutelar da Criança e Adolescente (CTCA); **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 03.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO; **AÇÃO:** 2004 – Manutenção da Secretaria Municipal de Administração; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 05.001 – SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS; **AÇÃO:** 2013 – Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Obras e Serviços Urbanos; 2010 – Manutenção da Rede de Iluminação Pública; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; 17510000 – Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública – COSIP.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS; **AÇÃO:** 2021 – Manutenção da Secretaria Municipal de Educação; 2022 – Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental; 2043 – Manutenção do Programa Indústria do Conhecimento; 2044 – Manutenção das Atividades do Setor de Esporte; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.002 – FUNDO DE MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO BÁSICA; **AÇÃO:** 2036 – Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-30%; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15400000 – Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferência de Impostos; 15430000 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **AÇÃO:** 2057 – Manutenção do Fundo Municipal de Saúde – FMS; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 08.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL; **AÇÃO:** 2075 – Manutenção do Fundo Municipal de Assist. Social – FMAS; 2076 – Bloco da Proteção Social Básica - SCFV/PBF – CRAS; 2082 – Programa de Gestão de Benefícios Eventuais; 2084 – Execução de Emendas Parlamentares para Assistência Social; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; 16600000 – Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS; 16603110 – Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA; **AÇÃO:** 2085 – Manutenção da Secretaria Municipal de Agricultura; **NATUREZA:** 3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE DE RECURSO:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Jundiá/RN, 14 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Everaldo Alencar do Nascimento Feitosa

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:53CE39D6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 021/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 1 (uma) ½ (meia) diária a Sra ADRINA ROMEICA ROCHA DA SILVA, funcionária público comissionado, CPF n° 052.XXX.XXX-75, agência n° 2256X e conta corrente n° 016172-1- Banco do Brasil, no valor de R$ 140,00 (cento e quarenta reais), para custear despesas durante a "**Seminário Estadual Agosto Lilás**, a ser realizado no Auditório do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN- IDEMA– Natal – RN, no dia 18 de agosto de 2026.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 14 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:0B399FFA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 022/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 1 (uma) ½ (meia) diária a Sra ALESSANDRA DA SILVA DE LIMA, funcionária pública comissionada, CPF n° 110.166.404-55, agência n° 1366- 8 e conta corrente n° 68928-9, no valor de R$ 100,00 (cem reais), para custear despesas durante o "**Seminário Estadual Agosto Lilás**, a ser realizado no Auditório do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do RN- IDEMA– Natal – RN, no dia 18 de agosto de 2026.

.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 14 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:682014F6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 023/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (uma) ½ (meia) diária ao Sr. JOSÉ WALLACE DE LIMA ALVES, CPF n° 017.305.234-71, agência n° 2318-3 e conta corrente n° 23298-X, no valor de R$ 200,00 (duzentos reais), para custear despesas na participação no Seminário Estadual da Primeira Infância no SUAS, que será realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026 no município de Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:49C62FBC

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 024/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (uma) ½ (meia) diária ao Sr. JOSÉ WALLACE DE LIMA ALVES, CPF n° 017.305.234-71, agência n° 2318-3 e conta corrente n° 23298-X, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para custear despesas na participação da I Jornada do SUAS, que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2026 no município de ASSÚ/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:64F281E3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 025/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (uma) ½ (meia) diária ao Sra ADRINA ROMEICA ROCHA DA SILVA, funcionária público comissionado, CPF n° 052.XXX.XXX-75, agência n° 2256X e conta corrente n° 016172-1- Banco do Brasil, no valor de R$ 560,00 (quinhentos e sessenta reais), para custear despesas na participação no Seminário Estadual da Primeira Infância no SUAS, que será realizado nos dias 20 e 21 de agosto de 2026 no município de Natal/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:F4AD5416

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 026/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (uma) ½ (meia) diária ao Sr DIEGO AMERICO CANDIDO DA SILVA, funcionário público comissionado, CPF n° 702.XXX.XXX-05, agência n° 1066-9 e conta corrente n° 42594X, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para custear despesas na participação da I Jornada do SUAS, que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2026 no município de ASSÚ/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:0FFE6140

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA DE DIÁRÍA Nº 027/2026

O PREFEITO DO MUNICIPIO DE JUNDIÁ, no uso de suas atribuições legais, e de conformidade com a Lei 429 de 03/02/2025**;**

RESOLVE:

Conceder 2 (uma) ½ (meia) diária a Sra ALESSANDRA DA SILVA DE LIMA, funcionária pública comissionada, CPF n° 110.166.404-55, agência n° 1366- 8 e conta corrente n° 68928-9, no valor de R$ 400,00 (quatrocentos reais), para custear despesas na participação da I Jornada do SUAS, que será realizado nos dias 26 e 27 de agosto de 2026 no município de ASSÚ/RN.

Publique-se, registre-se e cumpra-se.

Jundiá/RN, em 17 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Constitucional

Publicado por:
João André Ferreira Filho
Código Identificador:4E13CA9F

SETOR DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 040/2026

O **MUNICÍPIO DE JUNDIÁ/RN**, através da Prefeitura Municipal de Jundiá/RN, Pessoa Jurídica de Direito Público, inscrito no CNPJ/MF sob o número 04.214.217/0001-55, com sede na Rua da Matriz, nº 305, Centro, Jundiá/RN, CEP: 59.188-000, neste ato representado pelo Senhor **CARLOS ANTONIO DE SOUZA**, brasileiro, casado, empresário, inscrito no CPF nº ***.705.724-**, residente e domiciliado à Rua da Matriz, nº s/n, Centro, Jundiá/RN, CEP: 59.188-000, doravante denominado **CONTRATANTE**, nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, e conforme a classificação da proposta apresentada no **Processo Licitatório nº 1271/2026, SRP Pregão Eletrônico nº 011/2026**, homologado em 06/08/2026, resolve registrar os preços oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos.

1. DO OBJETO
1.1. Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa, cooperativa ou associação legalmente habilitada para prestação de serviços de geração distribuída compartilhada e compensação de créditos de energia elétrica no âmbito do Sistema de Compensação de Energia Elétrica – SCEE, nos termos da legislação vigente do setor elétrico nacional, visando atender às unidades consumidoras vinculadas ao Município de Jundiá/RN, que é parte integrante desta Ata, assim como a proposta vencedora, independentemente de transcrição.

2. DOS DADOS DA EMPRESA, PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
2.1. Os preços registrados, as especificações do objeto, a quantidade, fornecedor e as demais condições ofertadas na proposta são as que seguem:

EMPRESA: ASSOCIACAO EOLICA ENERGY BANK 2	
CNPJ/MF Nº: 58.998.443/0001-01	**TELEFONE:** (81) 2128-8181 / (81) 99972-3234
ENDEREÇO: Rua São Sebastião, nº 323, Barreiras, Macau/RN, CEP: 59.500-000	
E-MAIL: eolica@eolica.com.br	
REPRESENTANTE LEGAL: EVERALDO ALENCAR DO NASCIMENTO FEITOSA	
CPF/MF Nº: *.735.274-**	

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	VALOR ESTIMADO ANUAL	UND DE MEDIDA	QTD	PERCENTUAL MINIMO DE DESCONTO
01	Contratação de associação de geração distribuída (GD) para fornecimento e compensação de créditos de energia elétrica, por meio do Sistema de Compensação de Energia Elétrica (SCEE), nos termos da legislação vigente do setor elétrico nacional, visando atender às unidades consumidoras vinculadas ao Município de Jundiá/RN, com o objetivo de promover economia nas despesas com energia elétrica, sustentabilidade ambiental e maior eficiência na gestão dos recursos públicos.	264.000 kWh	SERVIÇO	01	19,51
VALOR TOTAL REGISTRADO					**R$ 360.000,00**

2.2. Se houver a listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços, a mesma constará como anexo a esta Ata.

3. DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
3.1. A Ata de Registro de Preços poderá ser aderida de acordo com o art. 86 da Lei Federal nº 14.133/2021.

4. VALIDADE DA ATA
4.1. A validade da Ata de Registro de Preços será de 12 (doze) meses, a partir da sua assinatura, podendo ser prorrogada, nos termos do Art. 84, da Lei Federal nº 14.133/21.
4.1.1. O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
4.1.2. Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
4.1.3. O instrumento contratual de que trata o item 4.1.1 deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
4.1.4. A prorrogação da vigência da Ata de Registro de Preço, na forma prevista no item 4.1 implicará no restabelecimento do saldo inicial existente por ocasião de sua celebração.

5. DA REVISÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
5.1. Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
5.1.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei Federal nº 14.133, de 2021;
5.1.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
5.1.3. Na hipótese de previsão no edital ou no aviso de contratação direta de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 2021.

6. DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
6.1. O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
6.1.1. Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
6.1.2. Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
6.1.3. Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado; ou
6.1.4. Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei Federal nº 14.133, de 2021.
6.2. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 6.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
6.3. Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
6.4. O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
6.4.1. Por razão de interesse público;
6.4.2. A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
6.4.3. Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado.

7. DAS PENALIDADES
7.1. O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no Edital.
7.2. É da competência do órgão gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 155, da Lei Federal nº 14.133/2021), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos participantes, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

7.3. O órgão participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências, dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

8. CONDIÇÕES GERAIS

8.1. As condições gerais do fornecimento, tais como os prazos para entrega e recebimento do objeto, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO AO EDITAL.

8.2. Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em 02 (duas) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jundiá/RN, 14 de agosto de 2026.

CARLOS ANTONIO DE SOUZA
Prefeito Municipal

EVERALDO ALENCAR DO NASCIMENTO FEITOSA
Representante Legal

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:958598AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE PEDRAS

CPL LAGOA DE PEDRAS
ATA DE RECEBIMENTO DOS ENVELOPES DE HABILITAÇÃO E PROJETO DE VENDA CHAMADA PÚBLICA 01/2026

Às 10:00 horas do dia 14/08/2026, na Sala do Setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, situada na Rua Cel Francisco Tomaz, 99 – centro – Lagoa de Pedras/RN, reuniu-se a COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO da PREFEITURA MUNICIPAL LAGOA DE PEDRAS/RN, designada pela PORTARIA Nº 057/2026-GP, de 02 de janeiro de 2026, para recebimento dos envelopes de documentos de habilitação e propostas apresentados à Chamada Pública Nº 001/2026, tendo como objeto Cadastramento e futura contratação de interessados para **Aquisição exclusiva de Gêneros Alimentícios por meio de Chamada Pública com a contratação de Agricultores e Associações/Empreendimentos rurais da agricultura familiar para atender as necessidades nutricionais dos alunos da rede municipal de educação através da Lei nº11.947 de 16 de junho de 2009,** durante o exercício de 2026, e comunicou aos presentes que seriam recolhidos os envelopes e dentro de 05 dias úteis seria publicado, no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN, o resultado da análise da habilitação e dos projetos de vendas, com os respectivos resultados. Apresentaram os envelopes de projeto de venda e habilitação os seguintes participantes:

FORNECEDORES PARTICIPANTES	
Licitante	**Representante**
Razão Social / CNPJ / CPF	**Nome / Identidade / Emissor**
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS (AFCC) CNPJ: 14.010.542/0001-50	WAGNER ALVES RODRIGUES CPF: 655.795.184-04
ASSOCIACAO COMUNITARIA DOS PRODUTORES ASSISTIDO DA REGIAO AGRESTE (ACOPAR) CNPJ: 63.695.929/0001-00	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00
COOPERATIVA DA AGRICULTURA FAMILIAR E ECONOMIA SOLIDARIA DO TERRITORIO AGRESTE E LITORAL SUL CNPJ: 44.662.184/0001-20	DAVI SIMÃO RIBEIRO CPF: 049.286.224-99
FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00	FRANCISCO FERREIRA DA SILVA CPF: 033.809.234-00
GRUPO INFORMAL DE AGRICULTORES FAMILIARES DE CAIÇARA DO RIO DOS VENTOS/RN	IELMA DANTAS GOMES LISBOA CPF: 096.817.974-69
ASSOCIAÇÃO DOS PRODUTORES RURAIS DO LESTE POTIGUAR CNPJ: 50.756.277/0001-17	JORGE FÉLIX DA COSTA CPF: 357.906.604-87

Dando início, o Agente de Contratação recolheu os envelopes com os documentos de habilitação e projeto de venda e comunicou que após análise da comissão será publicado o resultado da mesma, no diário oficial dos municípios (FEMURN), onde será concedido o prazo de 5 (cinco) dias úteis para os proponentes impetrarem seus recursos administrativos, caso não forem de acordo com o resultado da mesma. O processo da Chamada Pública está disponível na sede da Prefeitura Municipal de Lagoa de Pedras/RN, Rua Cel Francisco Tomaz, 99 – centro – Lagoa de Pedras/RN.

Participaram da sessão os seguintes fornecedores:

FORNECEDORES PRESENTES	
Licitante	**Representante**
Razão Social / CNPJ / CPF	**Nome / Identidade / Emissor**
ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS (AFCC) CNPJ: 14.010.542/0001-50	CARLOS ALBERTO SALVADOR DA SILVA CPF: 596.275.144-20

À ASSOCIAÇÃO DOS AGRICULTORES FAMILIARES DA COMUNIDADE DE CAMPINAS (AFCC) CNPJ: 14.010.542/0001-50, através do seu representante legal: CARLOS ALBERTO SALVADOR DA SILVA, CPF: 596.275.144-20, alegou que a certidão negativa de Lenisse Rayane de Oliveira do grupo informal de caiçara do rio do vento estava vencida.

Lagoa de Pedras/RN, 14 de Agosto de 2026.

RÔMULO RUAN DA SILVA GUEDES
Agente de Contratação

CARLOS ALBERTO SALVADOR DA SILVA
CPF: 596.275.144-20

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:DCFC2E11

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 19/2026 - SRP

OBJETO Formação de Registro de Preços para futura contratação de empresa especializada no fornecimento de gás de Oxigênio Medicinal e aquisição de cilindros com carga de oxigênio, para uso da Secretaria Municipal de Saúde do Município de Lagoa de Pedras/RN.

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, e em consonância com a ata publicada, tendo passado*in albi*so prazo para interposição de recurso, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado, em favor dos seguintes participantes: GASLIFE RN OXIGENIO LTDA, inscrito no CNPJ nº. 40.503.176/0001-80, Arrematante dos itens 01,02,03,04,05 e 06, E ainda, pelo presente termo, HOMOLOGO o certame, por terem sidos cumpridos os tramites legais do processo.

Lagoa de Pedras/RN, 17 de Agosto de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:FDDA7427

CPL LAGOA DE PEDRAS
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 21/2026 - SRP

OBJETO Formação de Registro de preços para Contratação de serviço funerário (urnas) e serviços de preparação de corpos e translado para atender as demandas da Secretaria Municipal de Assistência Social do município de Lagoa de Pedras/RN.

Em cumprimento ao disposto na Lei Pertinente, e em consonância com a ata publicada, tendo passado*in albi*so prazo para interposição de recurso, ADJUDICO o resultado do processo supramencionado, em favor dos seguintes participantes: MEMORA SANTO ANTONIO SERVICOS E COMERCIO LTDA, inscrito no CNPJ nº. 06.538.203/0001-12, Arrematante do Lote 01, E ainda, pelo presente termo, HOMOLOGO o certame, por terem sidos cumpridos os tramites legais do processo.

Lagoa de Pedras/RN, 17 de Agosto de 2026.

JANAINA MARIA DE OLIVEIRA SANTOS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Romulo Ruan da Silva Guedes
Código Identificador:F3C63063

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 057/2025

OBJETO: Prorrogação de prazo junto ao contrato nº 057/2025, o qual tem como objeto a contratação de empresa para prestação de serviços de manutenção na iluminação pública deste município de Lagoa de Velhos/RN.
CONTRATANTE:PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA DE VELHOS/RN
CNPJ: 08.159.162/0001-89
CONTRATADA: JOSÉ ADRIANO FÉLIX 81285124472
CNPJ:20.170.464/0001-53
ORIGEM: Dispensa nº 039/2025
VIGÊNCIA DO ADITIVO: 08 de agosto de 2026 à 08 de agosto de 2027
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 107 da Lei Federal nº 14.133/21
DA RATIFICAÇÃO: Ficam ratificadas todas as demais Cláusulas e Condições do Contrato Administrativo inicial, ora aditado, não expressamente modificadas ou alteradas pelo presente Termo Aditivo.

Lagoa de Velhos/RN, 07 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: **José Nildo Galdino**
P/ CONTRATADA: **José Adriano Félix**

Publicado por:
João Maria Damascena
Código Identificador:DE3C7025

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE REAPRAZAMENTO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026-SRP

A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN, por meio de sua Pregoeira, torna público aos interessados que a sessão pública do **PREGÃO ELETRÔNICO Nº 021/2026-SRP** — cujo objeto é o REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA O FORNECIMENTO PARCELADO DE PNEUS NOVOS, DE PRIMEIRA LINHA, CERTIFICADOS PELO INMETRO, DESTINADOS À MANUTENÇÃO E REPOSIÇÃO DA FROTA DE VEÍCULOS PERTENCENTE À PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN — foi devidamente **REAPRAZADA**. A remarcação fundamenta-se no fato de ter sido constatada a ausência do EDITAL no Portal de Compras Públicas, constando tão somente o Termo de Referência, motivo pelo qual, em estrita observância ao princípio da ampla publicidade e ao disposto no § 1º do artigo 55 da Lei Federal nº 14.133/2021, procedeu-se à correta disponibilização de todo o instrumento convocatório com a respectiva reabertura do prazo legal. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**: **09h00min do dia 28 de agosto de 2026**. **INÍCIO DA DISPUTA DE LANCES**: **09h20min do dia 28 de agosto de 2026**, sendo adotado o horário oficial de Brasília/DF. A disputa e o envio de propostas ocorrerão exclusivamente por meio do sítio eletrônico **www.portaldecompraspublicas.com.br.** O Edital completo e demais documentos pertinentes encontram-se disponíveis para consulta no referido portal, no Portal da Transparência da Prefeitura (www.lagoanova.rn.gov.br), na sede da Prefeitura Municipal (em dias úteis, das 08h00min às 13h00min) ou mediante solicitação pelo e-mail cpl@lagoanova.rn.gov.br e PNCP (Portal Nacional de Contratações Públicas) devendo os pedidos de esclarecimento e impugnações ser protocolados diretamente via plataforma eletrônica. Pregoeira: Renata Sabrina Silva de Menezes.

Lagoa Nova/RN, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:79036AC8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 122/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 122/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA FRANCISCA DA SILVA SANTOS**, matrícula nº **7-2, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:748E6183

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 123/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 123/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **CRISTIANE MARIA DA NASCIMENTO LIMA**, matrícula nº **7-6, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **ASG**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:FCAE6908

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 124/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 124/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor**JOSÉ GILBERI FERREIRA DE ARAÚJO**, matrícula nº **43-2, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **VIGIA**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:A75D8400

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 125/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 125/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA DE FÁTIMA DE LIMA**, matrícula nº **45-7, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:2A2A4F6A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 126/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 126/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **JOSEFA SILVA DO NASCIMENTO**, matrícula nº **9-1, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:D8626859

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 127/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 127/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **MILTON LUCAS DE MORAIS**, matrícula nº **8-8, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:7C32BCE9

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 128/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 128/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder ao servidor **MANOEL TEIXEIRA DE MORAIS**, matrícula nº **89-9, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:6DD9A471

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 129/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 129/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA JOSÉ GUEDES MOURA SILVA**, matrícula nº **8-1, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **ASG**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:B7A9A61A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 130/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 130/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA VENIS NASCIMENTO SILVA**, matrícula nº **4-5, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:32181F8E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 131/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 131/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidor **TELMA MARIA DE OLIVEIRA ROCHA**, matrícula nº **6-1, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **06 de julho de 2026** até **05 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 06 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:02091A7C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 132/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA Nº 132/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE LICENÇA AO SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

RESOLVE:

Art. 1º Conceder a servidora **MARIA DE JESUS LIMA DE MESQUITA**, matrícula nº **39-2, funcionário(a) público(a) municipal, lotado(a) na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo de **PROFESSOR(A)**, **Licença Prêmio**, com remuneração, pelo período de 03 (três) meses, conforme Lei Municipal Complementar nº 001, de 03 de dezembro de 2001, a contar de **07 de julho de 2026** até **06 de outubro de 2026**.

Art. 2º O retorno ao serviço antes do término da licença somente poderá ocorrer mediante requerimento formal de uma das partes.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 07 de julho de 2026.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

FRANCISCO CANINDE FREIRE
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:28332354

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 87/2026

TERMO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES/RN E A EMPRESA B C F DOS SANTOS ASSESSORIA E CURSOS.

Processo Administrativo n° 3001000022/2026
Licitação nº 105/2026

CONTRATANTE: **PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.113.466/0001-05, com sede no Palácio Alzira Soriano, situado à Rua Ramiro Pereira da Silva, 17, Centro, CEP: 59535-000, Lajes/RN, neste ato representado pelo PREFEITO CONSTITUCIONAL, Sr. **FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO,** por intermédio da Secretaria Municipal de Saúde.

CONTRATADA: **B C F DOS SANTOS ASSESSORIA E CURSOS,** inscrito(a) no CNPJ/MF sob o nº 40.009.697/0001-86, sediado na Avenida Rio Branco, nº 2203 , Alto da Conceição, Mossoró/RN – CEP: 59.600-400, neste ato representado por **BRENA CHRISTINA FERNANDES DOS SANTOS**, inscrito no CPF nº 100.XXX.XXX-09.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços técnicos continuados de assessoria e consultoria, visando o assessoramento à gestão estratégica da pasta, incluindo o apoio técnico-orçamentário e na resposta a órgãos de controle, bem como o suporte na concepção, elaboração e acompanhamento de projetos de saúde, e a assistência especializada na fiscalização e gestão de contratos e parcerias com o Terceiro Setor, no âmbito da Secretaria Municipal de Saúde.

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 48/2026

VALOR DA CONTRATAÇÃO: O valor mensal é de 14.000,00 (quatorze mil reais), perfazendo o valor global de R$ 168.000,00 (cento e sessenta e oito mil reais) pelo período de 12 (doze) meses.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

Und. Orçamentária: 03.001 — FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Função: 10 — SAÚDE
Subfunção: 122 — ADMINISTRAÇÃO GERAL
Programa: 0101 — ORGANIZAÇÃO E MELHORIA DOS SERVIÇOS MUNICIPAIS
Ação: 2025 — MANUTENÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
Natureza: 339039 — OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA
Fonte: 15001002 — RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
Região: 01 — LAJES / RN

VIGENCIA DO CONTRATO: Os serviços serão contratados na data de 17 de agosto de 2026 a 16 de agosto de 2027**.**

FUNDAMENTO LEGAL: A contratação se encontra fundamentada na Lei nº 14.133/21.

Lajes/RN, em 14 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAUJO
Prefeito Municipal
Contratante

LILLYANNE AMÁLIA FERREIRA DE MENESES CRUZ
Secretária Municipal de Saúde

B C F Dos Santos Assessoria e Cursos
CNPJ: 40.009.697/0001-86
BRENA CHRISTINA FERNANDES DOS SANTOS
CPF: 100.XXX.XXX-09
Contratada

Publicado por:
Robson Edson Fernandes da Silva
Código Identificador:7D327F61

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 274, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de deslocamento de servidoras municipais ao Município de Natal/RN, para participação no **Seminário Estadual Agosto Lilás: "20 anos da Lei Maria da Penha – Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do Ligue 180"**;

CONSIDERANDO o disposto no Decreto Municipal nº 004, de 29 de janeiro de 2025, que regulamenta a concessão de diárias no âmbito da Administração Pública Municipal;

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **01 (uma) meia diária** às servidoras municipais abaixo relacionadas, para deslocamento ao Município de **Natal/RN**, no dia **18 de agosto de 2026,** para participação no **Seminário Estadual Agosto Lilás: "20 anos da Lei Maria da Penha – Integrando a rede, fortalecendo a proteção e o atendimento do Ligue 180":**

I – MARIA CAROLINE MENESES SALVIANO, ocupante do cargo de **Secretária Municipal de Desenvolvimento Social, Políticas para as Mulheres e Habitação,** no valor de **R$ 250,00 (duzentos e cinquenta reais);**

II – MARIA DE FÁTIMA RAIANE DA SILVA, ocupante da função de **Coordenadora Técnica de Políticas para Mulheres,** no valor **de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais).**

Art. 2º O deslocamento terá como destino o **Auditório do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA, em Natal/RN, com saída prevista para as 07h00min e retorno às 17h00min do dia 18 de agosto de 2026.**

Art. 3º As despesas decorrentes da presente Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias do Município.

Art. 4º As beneficiárias deverão apresentar a documentação comprobatória da viagem, na forma estabelecida pela legislação municipal vigente.

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 17 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:E6A8669A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 275, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

CONCEDE DIÁRIAS A SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAIS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE LAJES, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder **½ (meia) diária,** no valor de **R$ 100,00 (cem reais) por pessoa,** aos integrantes do Conselho Tutelar do Município de Lajes/RN, abaixo relacionados:

I – Pedro Bruno Barbosa da Silva – Conselheiro Tutelar;
II – Genilda Pereira da Costa – Conselheira Tutelar;
III – Maria da Conceição Balbino – Conselheira Tutelar.

Art. 2º A concessão das diárias destina-se a custear despesas decorrentes do deslocamento dos beneficiários aos municípios de **Ceará-Mirim/RN e Extremoz/RN,** no dia **18 de agosto de 2026**, para realização de diligência institucional relacionada à **averiguação da situação de menores,** em atendimento à orientação expedida pelo Ministério Público da Comarca de Lajes/RN.

Art. 3º O valor total das diárias concedidas será de **R$ 300,00 (trezentos reais),** correspondente a ½ (meia) diária para cada um dos três beneficiários.

Art. 4º As despesas decorrentes da execução desta Portaria correrão por conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente do **Fundo Municipal de Assistência Social.**

Art. 5º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

Lajes/RN, 17 de agosto de 2026.

FELIPE FERREIRA DE MENEZES ARAÚJO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Janssen Anderson do Nascimento Costa
Código Identificador:1641C54A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - JOSÉ HUMBERTO DE AGUIAR

PORTARIA Nº 148/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **JOSÉ HUMBERTO DE AGUIAR**, Técnico de Enfermagem, matrícula 000038/1, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 0,5(meia) diária no valor total de R$ 100,00(cem reais) para participar de uma Reunião Temática do COSEMS/RN sobre Eficiência e Resolutividade na Prática da Atenção Especializada, com foco na Execução e Implementação das Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs), no dia 19 de agosto de 2026, em Natal/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 17 de agosto de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:316E3675

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA - NIVALDO ALVES DA SILVA

PORTARIA Nº 149/2026 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE LAJES PINTADAS, no uso das atribuições que lhe são conferidas, no Decreto nº 013/2022 de 19 de agosto de 2022.

R E S O L V E:

Art. 1° - Conceder ao Sr. **NIVALDO ALVES DA SILVA**, Secretário Municipal de Saúde, matrícula 0000310/4, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 0,5(meia) diária no valor total de R$ 175,00(cento e setenta e cinco reais) para participar de uma Reunião Temática do COSEMS/RN sobre Eficiência e Resolutividade na Prática da Atenção Especializada, com foco na Execução e Implementação das Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs), no dia 19 de agosto de 2026, em Natal/RN.

Art. 2° - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas disposições ao contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Lajes Pintadas/RN, em 17 de agosto de 2026.

LUCIANO DA CUNHA GOMES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Francisco Adriano Bezerra da Silva
Código Identificador:1DF2AD79

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUCRÉCIA

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

Processo: 260600125

Ata de Reg. De Preços (ARP) nº 027/2025

Fornecedor: Auto Posto Lucreciense LTDA

Objeto: registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN.
Fundamentação: Art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e item 5.1 da referida ARP.
Alteração: Fica prorrogado o prazo de vigência da referida ARP a partir do dia 13 de agosto de 2026 até 12 de agosto de 2027.
Ratificação: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o termo aditivo em epigrafe.

Lucrécia – RN, 12 de agosto de 2026.

Assinantes:

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

MARCOS CESAR RODRIGUES BATISTA
Proprietário

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:F9B60E06

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

Processo: 260600125
Ata de Reg. De Preços (ARP) nº 028/2025
Fornecedor: Novo Horizonte Combustíveis LTDA - EPP
Objeto: registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN.
Fundamentação: Art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e item 5.1 da referida ARP.

Alteração: Fica prorrogado o prazo de vigência da referida ARP a partir do dia 13 de agosto de 2026 até 12 de agosto de 2027.
Ratificação: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o termo aditivo em epigrafe.

Lucrécia – RN, 12 de agosto de 2026.

Assinantes:

Antonio Walter de Araújo
Prefeito

Keylla Stefany Fernandes Costa
Proprietária

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:F55293DF

GABINETE DO PREFEITO
AVISO DE PRORROGAÇÃO DE VIGÊNCIA

Processo: 260600125
Ata de Reg. De Preços (ARP) nº 029/2025
Fornecedor: Posto Lucrecia LTDA
Objeto: registro de preços para aquisição gradual e contínua de combustíveis (óleo diesel comum tipo "B" S500 (máximo 0,35% de enxofre), óleo Diesel S10 e Gasolina Comum para abastecimento da frota dos veículos deste Município de Lucrécia/RN.
Fundamentação: Art. 84 da Lei nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e item 5.1 da referida ARP.
Alteração: Fica prorrogado o prazo de vigência da referida ARP a partir do dia 13 de agosto de 2026 até 12 de agosto de 2027.
Ratificação: Ficam mantidas e ratificadas as demais regras e condições da Ata de Registro de Preços originária, naquilo que não contrariem o termo aditivo em epigrafe.
Lucrécia – RN, 12 de agosto de 2026.
Assinantes:

Antonio Walter de Araújo
Prefeito

Raimundo Nonato da Costa
Proprietário

Publicado por:
Victor Hugo de Oliveira Amaral
Código Identificador:AF3E117C

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 775/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder a servidora **Juliana Carla Morais Lopes**, Matrícula 120736-9, ocupante do cargo de **Supervisora de Assistência Social**, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social e Habitação, 01 (uma) diária no valor unitário de 60,00 (sessenta reais), totalizando o valor de R$ 60,00 (sessenta reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem a cidade de Mossoró/RN, no dia 13 de agosto de 2026. O objetivo da viagem é participar do Encontro Regional do Selo UNICEF, que será realizado das 8h às 16h, na Universidade Potiguar (UnP), conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 17 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:66FA3AA5

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 776/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Pedro Wemerson Alves Dias**, Matrícula 120700-8, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 14 de agosto de 2026 e retorno no dia 15 de agosto de 2026. O objetivo da viagem é transportar paciente para atendimento médico especializado no Hospital Regional Deoclécio Marques, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 17 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:3E5EFBA3

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº. 777/2026

Dispõe sobre a Concessão de Diária ao servidor que especifica e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Lucrécia, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente aquelas conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º– Conceder ao servidor **Allyson Simone do Nascimento**, Matrícula 120702-4, ocupante do cargo de **Assessor de Transporte Hospitalar**, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, 01 e ½ (uma e meia) diária no valor unitário de 150,00 (cento e cinquenta reais), totalizando o valor de R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), para custear despesas decorrentes de sua viagem à capital do Estado, Natal/RN, com saída no dia 14 de agosto de 2026 e retorno no dia 15 de agosto de 2026. O objetivo da viagem é transportar pacientes para atendimento médico especializado no Hospital Varela Santiago e Hospital Januário Cicco, conforme constante no Processo de Concessão de Diária (PCD).

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogados as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura de Lucrécia - RN, 17 de agosto de 2026.

ANTONIO WALTER DE ARAÚJO
Prefeito

Publicado por:
Maria Amelia Amaral
Código Identificador:7D99AF7C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LUÍS GOMES

GABINETE DO PREFEITA
AVISO DE REAPRAZAMENTO DE LICITAÇÃO CHAMADA PÚBLICA Nº 2026.06.26.012

O Município de Luís Gomes/RN, por meio da Comissão de Contratação designada pela Portaria nº 260, de 03 de agosto de 2026, vem comunicar a todos os interessados que, em função de necessária correção nas planilhas orçamentárias e para que todos os interessados tenham acesso, faz-se necessário o reaprazamento do chamamento público. Assim, o Procedimento Auxiliar na modalidade Chamada Pública nº 2026.06.26.012, que tem por finalidade o credenciamento de Pessoas Físicas ou Jurídicas para a execução de serviços de saúde, em caráter complementar ao Sistema Único de Saúde (SUS), visando atender às necessidades do município de Luís Gomes, com recursos próprios e oriundos de convênios consignados na LOA – Lei Orçamentária Anual, exercício 2026, observadas as especificações e demais condições estabelecidas no Termo de Referência, no Edital de convocação e seus elementos constitutivos, que seria realizado no período de 28 de julho a 28 de agosto de 2026, acontecerá no período de 18 de agosto a 18 de setembro de 2026, até às 14h00min (Horário de Brasília/DF). A sessão da Chamada Pública será realizada na sala da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

O procedimento de credenciamento obedecerá ao disposto na Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021, no Decreto Federal nº 11.462, de 31 de março de 2023, na Instrução Normativa nº 73/2022/SAGES, Instrução Normativa nº 3/2018/SAGES, em sua atua redação, no Decreto Municipal nº 429, de 11 de outubro de 2022, que regulamenta no âmbito do município a Lei Federal nº 14.133/2021, nas Instruções Normativas PMLG 002/2023, 003/2023, 005/2023. 006/2023 e 011/2023, todas datadas de 26 de dezembro de 2023, na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, além das instruções, termos e demais condições contidas no edital e seus elementos constitutivos.

O credenciamento será realizado no período de 18 de agosto a 18 de setembro de 2026, consonate as disposições do art. 35, § 5º, do Decreto Municipal nº 429/2022. As propostas e os documentos para habilitação dos interessados deverão ser encaminhados até às 14h00 do dia 02 de agosto de 2026, por meio da plataforma eletrônica disponível no site www.novobbmnet.com.br, via e-mail, através do endereço eletrônico cpl.msales@gmail.com, ou entregues diretamente na sede da Comissão de Contratação da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN.

Na fase externa, o edital do certame estará disponível gratuitamente, no Portal Nacional de Compras Públicas – PNCP - www.portaldecompraspublicas.com.br, nos endereços eletrônicos www.luisgomes.rn.gov.br e tce.rn.gov.br, podendo ser solicitado via e-mail cpl.msales@gmail.com e encontram-se à disposição dos interessados na sala da Comissão de Contrataçao da Prefeitura Municipal de Luís Gomes/RN, localizada a Rua Prefeito Francisco Fontes, nº 134, CEP nº 59.940-000, Centro, Luís Gomes/RN, a partir do dia 18 de agosto de 2026, no horário de expediente, das 08h00min às 17h00min.

Luís Gomes/RN, 17 de agosto de 2026

MICHELLE DAYANNE DE CASTRO DANTAS
Agente de Contratação
Portaria nº 260/2026

Publicado por:
Feliciano Neto de Oliveira
Código Identificador:DEE169C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA

GABINETE DO PREFEITO
DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05-DLE/2026

DECLARAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 05-DLE/2026
A secretaria Municipal de Obras e Urbanismo de Marcelino Vieira-RN, nos termos dos elementos constantes no Processo Administrativo nº 00044/26 justificativas da contratação e observado o Parecer da Assessoria Jurídica referente a Dispensa de Licitação nº 05-DLE/2026. Objeto: contratação de empresa para os serviços de montagem e instalação de placas de gesso para as unidades administrativas do município de Marcelino Vieira-RN. Fica Declarado Vencedor do presente processo objeto a AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA EPP inscrito no CNPJ nº 49.252.453/0001-02. Valor global de R$ 64.710,00 (sessenta a quatro mil, setecentos e dez reais), a qual foi apresentou a proposta mais vantajosa para a administração pública municipal, estando compatível com o preço médio apurado no processo e praticado no município e região. Fundamentação: Lei Federal nº 14.133-2021 Art. 75. II, §3. Segue o processo ao Setor de Contratos. Antonio de Lisboa Dias – Secretário Municipal.

Marcelino Vieira-RN, 14 de agosto de 2026

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:D8C86721

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO AO ADITIVO (MAURO SÉRGIO-ARBITRAGEM)

Processo: Dispensa n° 20/2025
Número de Contrato original: 2025.10.17-0002
Número do termo: 1º Aditivo
Objeto do aditivo: O presente Aditivo tem como objeto prorrogar o prazo de vigência do Contrato Administrativo n. 2025.10.17.0002-DLE-20-2025, Contratação de serviços de arbitragem (Árbitros, Bandeirinhas e Gandulas) para o campeonato Municipal de Futebol de Campo e de Futsal de Marcelino Vieira-RN.
Contratada/CPF: Mauro Sérgio Carvalho Salomão, 14.203.316/0001-95
Contratante/CNPJ: Prefeitura Municipal de Marcelino Vieira/RN, 08.357.618/0001-15.
Data da Assinatura do aditivo: 22/07/2026.
Vigência: 23/07/2026 a 23/07/2027

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:4B12020F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 213/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 213/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias de Férias ao servidor Marcos Flávio da Silva, matrícula nº 100814, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, ocupante do cargo comissionado de Subcoordenador de Vigilância Epidemiológica, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 17 de agosto de 2026 à 16 de setembro de 2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 17 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:89B6BFAD

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 214/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA Nº 214/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de Férias e dá outras providencias.

O PREFEITO MUNICIPAL DE MARCELINO VIEIRA-ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município;

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 12 (doze) dias de Férias ao servidor José Liomar do Nascimento Filho, matrícula nº 99804, lotado na Secretaria Municipal de Educação, ocupante do cargo efetivo de Vigia, ora cedido ao Tribunal de Justiça do Rio Grande do Norte, referente ao período aquisitivo 2025/2026, no período de 17/08/2026 à 28/08/2026.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor a partir de sua publicação, revogando as disposições em contrário;

Marcelino Vieira-RN, 17 de agosto de 2026.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jose Aldaene Alves de Oliveira
Código Identificador:C699B765

GABINETE DO PREFEITO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 05-DLE/2026

EXTRATO DE RATIFICAÇÃO
RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 05-DLE/2026. O Gestor Municipal de Marcelino Vieira-RN, nos termos dos elementos constantes no Processo Administrativo nº 00044/26, e justificativas da contratação e observado o Parecer da Assessoria Jurídica referente a Dispensa supra. Objeto: contratação de empresa para os serviços de montagem e instalação de placas de gesso para as unidades administrativas do município de Marcelino Vieira-RN. Fica Homologado/Ratificado o presente processo o seu objeto a AF PRESTADORA DE SERVICOS LTDA EPP inscrito no CNPJ nº 49.252.453/0001-02. Valor global de R$ 64.710,00 (sessenta a quatro mil, setecentos e dez reais). Proposta mais vantajosa para a administração pública municipal, estando compatível com o preço médio apurado no processo e praticado no município e região. Fundamentação: Lei Federal nº 14.133-2021 Art. 75. II, §3. Segue o processo ao Setor de Contratos. Marcelino Vieira-RN.

HINDEMBERG PONTES DE LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Maria Aline de Souza
Código Identificador:CA65D3A1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MARTINS

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 301 -2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **JOSE DE ARIMATEIA DE FREITAS**, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotada na Secretaria Municipal de Obras, Transporte e Infraestrutura, matrícula nº 34, Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 2012/2017, a ser gozada no período de 03 de agosto a 31 de outubro de 2026.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 03 de agosto de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 17 de agosto de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:39A94033

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 302 -2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** a servidora **LIDUINA FREITAS DE PAIVA CUNHA**, ocupante do cargo de Professora, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, matrícula nº 68, Licença Prêmio, referente ao período aquisitivo de 2013/2018, a ser gozada no período de 13 de julho a 10 de outubro de 2026.

Art.2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 13 de julho de 2026.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 17 de agosto de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:2F3A287A

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 303 -2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **JERIMARE LIMA DE ALMEIDA**, ocupante do cargo de Auxiliar de Limpeza Urbana, lotado na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Infraestrutura, matrícula nº 19, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2024/2025, a serem gozadas no período de 17 de agosto a 15 de setembro de 2026, bem como o pagamento do 1/3 constitucional referente as mesmas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 17 de agosto de 2026.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:45C3CDF4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 304 -2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

O **PREFEITO DO MUNICIPIO DE MARTINS**, o Sr. **PAULO CÉSAR GALDINO**, no uso das atribuições legais, conforme a Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:

Art. 1º. **CONCEDER** ao servidor **MANOEL BATISTA DO NASCIMENTO**, ocupante do cargo de Agente Fiscal, lotado na Secretaria Municipal de Finanças e Tributação, matrícula nº 64, férias regulamentares de 30 (trinta) dias, referentes ao período aquisitivo de 2025/2026, a serem gozadas no período de 17 de agosto a 15 de setembro de 2026, bem como o pagamento do 1/3 constitucional referente as mesmas.

Art. 2º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

GABINETE DO PREFEITO DE MARTINS/RN, em 17 de agosto de 206.

PAULO CÉSAR GALDINO
Prefeito do Munícipio de Martins/RN

Publicado por:
Marcos Danilo Carvalho Gurgel
Código Identificador:21095910

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 084/2026-DPRH/SMA/PMM

DEPARTAMENTO DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 084/2026-DPRH/SMA/PMM

PORTARIA Nº 084/2026-DPRH/SMA/PMM

A PREFEITURA MUNICIPAL DE MAXARANGUAPE/RN, através da Secretaria Municipal de Administração, usando das atribuições legais e da competência que lhe confere a lei Orgânica do Município e a Lei Complementar n° 310/97,artigo nº 91**,**que dispõe sobre a regulamentação do Regime Jurídico Único do Município de Maxaranguape/RN.

RESOLVE:
Art. 1º. CONCEDER a **VELUZIA MARIA DA SILVA DO NASCIMENTO,**matrícula nº. 1047, ocupante do cargo efetivo de Assistente Técnica Administrativa, lotada na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, **férias regulamentares referentes ao período aquisitivo 2024/2025, com vigência no período de: 12 de agosto de 2026 a 10 de setembro de 2026, conforme protocolo nº. 830/2026.**

Art. 2º. Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 12 de agosto de 2026.

Revogando-se as disposições em contrário, Publique-se e Cumpra-se.

Maxaranguape/RN, 17 de agosto de 2026**.**

DENISIA DA SILVA
Coordenadora de Gestão Pessoal e Departamento Pessoal

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:54A6ADDD

GABINETE DA PREFEITA
EXTRATO DO 2° TERMO ADITIVO AO CONTRATO 86/2024

Contratante: MUNICÍPIO DE MAXARANGUAPE/RN, CNPJ: 08.170.540/0001-25
Contratada: RD SOLUCOES LTD CNPJ: 43.357.757/0001-40
Objeto: Contratação de empresa para, sob demanda, prestar serviços comuns de engenharia, destinados a manutenção e adequação das edificações pertencentes ao município de Maxaranguape/RN, utilizados pela administração direta, precisamente com fornecimento de peças, equipamentos, materiais e mão de obra, na forma estabelecida em planilhas de serviços e insumos diversos descritos no sistema nacional de pesquisa de custos e índices da construção civil – Sinapi.

VALOR: Valor estimado e Desconto: Valor estimado R$ 3.750.000,00 e Desconto: de 25,01% Sobre Tabela SINAPI
Vigência: O prazo de vigência deste contrato é de 12 (doze) meses, contado a partir de 31/07/2026 com fim da vigência em 31/07/2027. Podendo ser prorrogado em conformidade com o Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93, por iguais e sucessivos períodos, devidamente justificado e desde que haja interesse da Administração.
Data de assinatura do Termo Aditivo: 31 de julho de 2026.
Fundamentação: Fundamenta-se no Art. 57, inc. II da Lei 8.666/93 e em conformidade com os termos do processo administrativo nº 099/2024, Pregão Presencial nº 004/2024.
Assinatura:
Contratante: MARIA ERENIR FREITAS DE LIMA, Prefeita Municipal, CPF nº 025.XXX.XX4-81.
Contratada: RAMOM OLIVEIRA DA SILVA, Empresária, CPF nº 700.XXX.XX4-64

Publicado por:
Judson Campos Oliveira da Rocha
Código Identificador:001DCEC0

SECRETARIA MUN DE FINANCAS, ORCAMENTO E PLANEJAMENTO
EDITAL DE CONVOCAÇÃO - AUDIÊNCIA PÚBLICA - LOA 2027

A Prefeitura Municipal de Maxaranguape/RN, através da Secretaria Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento - SEFOP, e nos termos do §2º do Art. 165 da Constituição Federal e no Parágrafo Único do Art. 48 da Lei nº 101/00 Lei de Responsabilidade Fiscal, alterada pela Lei Complementar nº. 131, de 27 de maio de 2009, **CONVOCAR** todos os membros e autoridades desta municipalidade, para se fazerem presentes na Audiência Pública a ser realizada no dia **24 DE AGOSTO DE 2025, às 10h00min, na Câmara Municipal de Maxaranguape,** para apresentação e discussão do Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) para o exercício de 2027.

Essa audiência iniciará com a primeira chamada, às 10h15min, e a segunda e última chamada às 10h30min.

Contamos com a sua presença.

Maxaranguape/RN, 17 de agosto de 2026.

JOELSON DA SILVA
Secretário Municipal de Finanças, Orçamento e Planejamento.

Publicado por:
Joelson da Silva
Código Identificador:6DDEC8E6

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA MUNICIPAL Nº 149, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA MUNICIPAL Nº 149, DE 18 DE AGOSTO DE 2026.

O Senhor **JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO**, Secretário Municipal de Administração do Município de Maxaranguape, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são legalmente conferidas, nos termos do art. 66, I, da Lei Complementar Municipal n.º 370/1997,
CONSIDERANDO a homologação do resultado do Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), nos termos estabelecidos pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, conforme coordenação e acompanhamento da Comissão para Realização de Concurso Público designado mediante da Portaria Municipal nº. 045/2022;
CONSIDERANDO o decidido pelo Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte nos autos do Processo n.º 004336/2019 – TCE;
RESOLVE:
Art. 1º. Convocar os candidatos relacionados no Anexo I, aprovados no Concurso Público nº 001/2022 divulgado pela Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte (FUNCERN), regulado pelo Edital nº 001/2022 e respectivas retificações, para que no prazo de 30 (trinta) dias comparecerem ao Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN, situado no Rua Quinze de Novembro, 45, Maxaranguape – RN, CEP 59580-000 e apresentem os documentos especificados no referido Anexo I.
Art. 2º. Após a apresentação dos documentos do Anexo I, os candidatos devem ser encaminhados à inspeção da Junta Médica do Município, em calendário a ser estabelecido pela Secretaria de Administração, assim como preencherem e assinarem:
I – Declaração de não acumulação ilegal de cargo e emprego público;
II – Declaração de bens.
Parágrafo Único. Em caso de acumulação de cargos, empregos ou funções públicas, os candidatos devem apresentar demonstrativo da natureza dos cargos acumulados, com indicação dos requisitos exigidos e das atribuições previstas em lei, bem como da compatibilidade de horários, com a discriminação da jornada de trabalho, o horário de funcionamento dos órgãos públicos, a soma da carga horária total dos cargos, se há sujeição a regime de dedicação exclusiva em alguns dos cargos ocupados.
Art. 3º. O Setor de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de Maxaranguape – RN funcionará em regime de plantão de atendimento, nos dias 18 de agosto de 2026 a 25 agosto de 2026, das 08h às 15h, para recebimento exclusivo da documentação dos candidatos convocados a serem lotados na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esportes, devendo esses preferencialmente comparecer nessas datas e horários.

Art. 4º. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

JOSÉ WALTER DE OLIVEIRA FILHO
Secretário Municipal de Administração

ANEXO I

CARGO: PROFESSOR FUNDAMENTAL II – GEOGRAFIA
DOCUMENTOS A APRESENTAR:
1) Documento de identidade (dentre os especificados no Item 7.5 do Edital do Concurso);
2) Comprovante de residência;
3) Cópia do Diploma de Nível Superior de Licenciatura em Geografia**;**
4) Atestado de Saúde Ocupacional (ASO) com aptidão para trabalho no cargo;
5) Certidão de quitação eleitoral;
6) Comprovante de Quitação com o Serviço Militar, para candidatos do gênero masculino, por meio de apresentação de Certificado de Reservista, Certificado de Isenção, Certificado de Dispensa de Incorporação, Certificado do Cumprimento de Prestação Alternativa ao Serviço Militar Obrigatório, Certificado de Conclusão do Curso de Formação de Sargentos, Certificado de Conclusão de Curso em Órgão de Formação da Reserva, Declaração emitida pela organização militar, Certificado de Alistamento Militar dentro do prazo de validade ou outros documentos similares;
7) Certidão Negativa de Débitos com as Fazendas Municipal de Maxaranguape – RN, Estadual e Federal;

8) Certidão Negativa Criminal das Justiças Estadual e Federal do lugar ou lugares onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos.

NOME	CPF	CLASSIFICAÇÃO
ALYSON BRUNO FERREIRA DA SILVA	124.625.724-65	14º

Publicado por:
Sigmund Freud Ferreira da Silva
Código Identificador:064A1892

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 78/2026

PROCESSO Nº 105/2025
CREDENCIAMENTO Nº 001/2025
LOCATÁRIO: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
CNPJ: 08.354.383/0001-08
LOCADOR(A): JAIR LUIZ DO ROSARIO
CPF: ***.864.664-**
OBJETO: Concessão de aluguel social destinados a famílias em situação de vulnerabilidade social, com o objetivo de garantir o acesso à moradia temporária no município de Montanhas/RN.
VALOR GLOBAL: R$ 3.000,00 (três mil reais).
VIGÊNCIA: 11 de agosto de 2026 à 11 de agosto de 2027
ORIGEM DE RECURSOS: UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 – Fundo Municipal de Assistência Social; AÇÃO: 2061 – Programa de Benefícios Eventuais – Lei nº 006/2023; NAT./DESPESA: 33.90.36 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; FONTE: 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Montanhas/RN, 11 de agosto de 2026

ASSINAM PELAS PARTES:

LOCATÁRIO: Antonio Marcolino Neto
LOCADOR(A): Jair Luiz do Rosario

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:4F58FFE0

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
PORTARIA 493/2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN, no uso de suas atribuições legais, que lhe são conferidas por lei;

R E S O L V E:

ART. 1º. – **CONCEDER** três meses de Licença Prêmio, com início em 02 de julho de 2026, a senhora **JOSELIA RODRIGUES DE ALBUQUERQUE PESSOA**, servidora do quadro efetivo do município de Montanhas/RN sob a matrícula **0003271/1.**

ART. 2º. – Revogam-se as disposições ao contrário.

ART. 3º. – Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos ao dia 02 de julho de 2026.

Montanhas/RN, em 17 de agosto de 2026.

ANTÔNIO MARCOLINO NETO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diva Larissa Gomes da Silva Costa
Código Identificador:21D4D1CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
1º ADITIVO A ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 26/2025 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 13/2025

Pelo presente instrumento particular de Aditivo, onde de um lado, a PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE, inscrito(a) no CNPJ (MF)sob o nº 08.365.900/0001-44, com sede à Av. João de Paiva, 373 , Centro, Monte Alegre/RN CEP:59182000, aqui representado(a) pelo(a) PREFEITO, o(a) Sr.(a) ANDRE RODRIGUES DA SILVA, inscrito(a) no CPF (MF) sob o 038.026.844-27, brasileiro, Solteiro, Advogado residente à Av. João de Paiva, 373 , Centro, Monte Alegre/RN CEP:59182000, e do outro lado como **FORNECEDOR:** NACIONAL VEICULOS E SERVICOS LTDA, inscrita no CNPJ sob o nº 04.770.238/0001-57, neste ato representado pelo o Senhor CARLOS ANDRÉ COSME FRANÇA, inscrito no CPF (MF) sob o nº 983.551.554-91, ficam aditados de acordo com a Lei Federal nº 14.133/2021 e suas combinações, conforme especificações a seguir:
CLÁUSULA 1ª - DO OBJETO:
Contratação de empresa para Aquisição de veículos automotores 0 (zero) KM a serem utilizados por Diversas Secretarias Municipais no Município de Monte Alegre/RN..
O presente Aditivo tem como objetivo prorrogar o prazo de vigência da ata de registro de preços celebrado em 25 de JUNHO de 2025, entre as partes acima mencionadas, oriundo da Licitação – Pregão Eletrônico Nº 13/2025.
CLÁUSULA 2ª - DA VIGENCIA: O presente Aditivo terá vigência a partir de 25 de Junho de 2026 e se encerramento previsto para 25 de julho de 2027.
CLÁUSULA 3ª DA BASE LEGAL:
A celebração deste Aditivo a ata de registro de preços está prevista no Art. 84 da Lei Federal Nº 14.133/2021.
CLÁUSULA 4ª - DAS DEMAIS CLÁUSULAS:
Ficam mantidas as demais condições contidas na ata de registro de preços, celebrado em 25 de junho de 2025, inclusive as condições de pagamento.
E por estarem justos e aditados, mandou-se lavrar o presente termo, em 02 (duas) vias, para que surta os efeitos legais e jurídicos.

Monte Alegre/RN, em 25 de junho de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

CARLOS ANDRÉ COSME FRANÇA
Nacionalveículos e Serviços LTDA
Fornecedor

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:8FD2389D

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026

O MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE/RN, por intermédio do Agente de Contratação/Comissão de Contratação, torna público, para conhecimento dos interessados, a REPUBLICAÇÃO DO AVISO DE LICITAÇÃO referente à CONCORRÊNCIA PÚBLICA Nº 01/2026, anteriormente declarada DESERTA, que será realizada nos termos da Lei Federal nº 14.133/2021, tendo como critério de julgamento o MAIOR RETORNO ECONÔMICO.
OBJETO: Constitui objeto da presente licitação a DOAÇÃO COM ENCARGOS DE 01 (UM) LOTE DE TERRENO, localizado na margem direita da RN-316, na Zona de Expansão Urbana da Comunidade de Timbaúba, no Município de Monte Alegre/RN, conforme Projeto de Lotes Remanescentes, Termo de Referência e demais documentos que integram o Edital, destinado a empresas interessadas em se instalar no Município de Monte Alegre/RN, observados os encargos e demais condições estabelecidos no instrumento convocatório.
DATA, HORÁRIO E LOCAL
A sessão pública da Concorrência Pública nº 01/2026 será realizada no dia 03 de setembro de 2026, às 10h00min, na Sala de Licitações da

Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, localizada à Avenida João de Paiva Nº 373, centro, Monte Alegre/RN.
Os interessados deverão apresentar, na forma e nos prazos estabelecidos no Edital, a documentação exigida para credenciamento, habilitação e proposta, observadas todas as condições previstas no instrumento convocatório e seus anexos.
Fica facultado às empresas interessadas, caso assim prefiram, protocolar previamente a documentação exigida para participação no certame, junto à Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, na Sala de Licitações, dentro do prazo estabelecido no Edital, devendo a documentação ser apresentada devidamente acondicionada e identificada, observadas integralmente as exigências e condições previstas no instrumento convocatório.
O Edital e seus anexos estarão disponíveis na Sala de Licitações da Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, em horário de expediente, podendo também ser solicitados por meio do e-mail institucional , bem como estarão disponíveis para consulta e download no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos termos da legislação vigente.

Monte Alegre/RN, 17 de agosto de 2026.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação
Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:0CB11B0B

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 039/2026

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE MONTE ALEGRE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e de acordo com o que lhe faculta o artigo 5°, do Decreto-Lei Federal nº 3.365, de 21 de junho de 1941,

CONSIDERANDO a competência municipal para promover o adequado ordenamento territorial, mediante planejamento e controle do uso, do parcelamento e da ocupação do solo urbano, bem como executar políticas públicas voltadas ao desenvolvimento urbano e à mobilidade, nos termos dos arts. 23, 30 e 182 da Constituição Federal e da Lei Orgânica do Município;

CONSIDERANDO o Processo Administrativo nº 02004.000070/2026, regularmente instruído com levantamento topográfico, planta georreferenciada, memorial descritivo, laudo de avaliação, parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município e manifestação técnica da Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo;

CONSIDERANDO que a Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo concluiu pela necessidade da abertura da via pública, em razão da ampliação e integração da malha viária municipal, da melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade, do ordenamento territorial e do desenvolvimento urbanístico da região;

DECRETA:

Art. 1º Fica declarado de utilidade pública, para fins de desapropriação amigável ou judicial, o imóvel urbano objeto de posse exercida por **MARIA JOSÉ ALVES**, devidamente qualificada no Processo Administrativo nº 02004.000070/2026, localizado na esquina da Rua Nossa Senhora da Esperança com a Rua Patrícia Paiva, Bairro da Esperança, Município de Monte Alegre/RN, com área total de 184,69 m² (cento e oitenta e quatro vírgula sessenta e nove metros quadrados) e perímetro de 66,32 m (sessenta e seis vírgula trinta e dois metros), devidamente individualizado pelo memorial descritivo e planta georreferenciada constantes do Processo Administrativo nº 02004.000070/2026, cuja descrição é a seguinte:

"Inicia-se a descrição deste perímetro no vértice E-09, de coordenadas 9327251,2822 m S e 241060,5568 m E; deste segue confrontando ao norte com Marineide Cardoso de Lima, com azimute de 116°43'52,22", por uma distância de 17,92 m até o vértice E-20, de coordenadas 9327243,2202 m S e 241076,5646 m E; deste segue confrontando ao norte com Marineide Cardoso de Lima, com azimute de 120°32'22,35", por uma distância de 4,36 m até o vértice E-17, de coordenadas 9327241,0039 m S e 241080,3212 m E; deste segue confrontando ao norte com Luiz Paulino do Rego, com azimute de 123°16'14,71", por uma distância de 2,17 m até o vértice E-18, de coordenadas 9327239,8126 m S e 241082,1368 m E; deste segue confrontando ao norte com Luiz Paulino do Rego, com azimute de 113°01'09,02", por uma distância de 1,65 m até o vértice E-22, de coordenadas 9327239,1682 m S e 241083,6535 m E; deste segue confrontando ao leste com Carlos Audenio Ferreira Alves, com azimute de 206°51'36,30", por uma distância de 7,45 m até o vértice E-21, de coordenadas 9327232,5204 m S e 241080,2867 m E; deste segue confrontando ao sul com Iara de Fátima Alves, com azimute de 299°59'52,12", por uma distância de 19,69 m até o vértice E-15, de coordenadas 9327242,3637 m S e 241063,2361 m E; deste segue confrontando ao sul com Geraldo Cardoso de Lima, com azimute de 298°04'43,25", por uma distância de 6,47 m até o vértice E-10, de coordenadas 9327245,4110 m S e 241057,5239 m E; deste segue confrontando ao oeste com a Rua Nossa Senhora da Esperança, com azimute de 27°19'10,66", por uma distância de 6,61 m até o vértice E-09, ponto inicial da descrição do perímetro.".

Parágrafo único. O imóvel descrito no caput encontra-se identificado por meio de planta georreferenciada e memorial descritivo constantes do Processo Administrativo nº 02004.000070/2026, inexistindo matrícula imobiliária em nome da possuidora, conforme certidão expedida pelo Serviço Notarial e Registral da Comarca de Monte Alegre/RN.

Art. 2ºA desapropriação de que trata o presente Decreto é declarada de natureza urgente, para efeito de imissão provisória na posse, caso se torne necessária a propositura de ação de desapropriação, nos termos do Decreto-Lei nº 3.365/1941.

Art. 3ºO imóvel objeto da presente desapropriação destina-se à abertura de via pública, objetivando a integração da malha viária municipal, a melhoria da mobilidade urbana, da acessibilidade e do ordenamento territorial do Município

Art. 4ºAs despesas decorrentes do presente Decreto correrão à conta de dotação orçamentária prevista no orçamento do Município.

Art. 5ºEste Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN, em 07 de agosto de 2026.

ANDRÉ RODRIGUES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Daiane Simões Araújo
Código Identificador:CCF7B17B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE NÍSIA FLORESTA

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO – PE 17/2025.

Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO Nº 17/2025. OBJETO: CONTRATAÇÃO DE FORNECIMENTO DE SISTEMA INFORMATIZADO EM FORMATO SAAS PARA CONTROLE ELETRÔNICO DE PONTO PARA ATÉ 25 USUÁRIOS. CONTRATADA: **INDEXTECH SOLUCOES EM TECNOLOGIA LTDA – CNPJ: 34.308.964/0001-13** – recursos orçamentários 2025, Elemento de Despesa: 3.3.90.39, vigência: 12 meses – licitação; Pregão Eletrônico

Nº 17/2025. P/ Contratada: Airton Lisboa Barreto Júnior e Gustavo da Silva Santos – p/contratante.

Nísia Floresta, 26 de novembro de 2025.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:64EE092F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 258/2026

Institucionaliza e consolida o Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN, estabelece sua composição, finalidades e eixos de atuação, em alinhamento ao Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO o direito à educação e à alfabetização de todas as crianças;

CONSIDERANDO as diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, instituído pelo Governo Federal;

CONSIDERANDO a Política Territorial de Alfabetização de Crianças do Rio Grande do Norte – PRÓ-ALFA e a importância do regime de colaboração entre os entes federados;

CONSIDERANDO a necessidade de fortalecer as ações de gestão, formação, avaliação, acompanhamento, monitoramento e disseminação de boas práticas de alfabetização na Rede Municipal de Ensino;

CONSIDERANDO que o Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN encontra-se em funcionamento desde 05 de janeiro de 2026, dispondo de estrutura física e organizacional destinada ao desenvolvimento de suas atividades;

RESOLVE:

Art. 1º - Fica **institucionalizado e consolidado o Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN**, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação, como instância técnico-pedagógica responsável pela articulação, apoio, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O Núcleo atuará em alinhamento às diretrizes do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada – CNCA, da Política Territorial de Alfabetização do Rio Grande do Norte – PRÓ-ALFA e das demais políticas, programas e ações de alfabetização desenvolvidas em regime de colaboração.

Art. 2º - São finalidades do Núcleo de Alfabetização:

I – fortalecer a Política Municipal de Alfabetização;
II – articular ações de formação, avaliação, acompanhamento e monitoramento da aprendizagem;
III – apoiar as unidades escolares na implementação de estratégias voltadas à alfabetização das crianças;
IV – utilizar dados e evidências educacionais para subsidiar o planejamento e as intervenções pedagógicas;
V – promover a equidade e a garantia do direito à aprendizagem;
VI – identificar, valorizar, sistematizar e socializar Boas Práticas de Alfabetização desenvolvidas na Rede Municipal de Ensino.

Art. 3º - A atuação do Núcleo de Alfabetização organizar-se-á nos seguintes quatro eixos estruturantes:

I – Gestão;
II – Formação e Boas Práticas;
III – Avaliação e Materiais Pedagógicos Complementares;
IV – Acompanhamento e Monitoramento.

Parágrafo único. Os eixos serão desenvolvidos de forma integrada pelos integrantes do Núcleo, conforme organização estabelecida pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 4º - Compete ao Núcleo de Alfabetização:

I – planejar e articular as ações de alfabetização da Rede Municipal de Ensino;
II – apoiar a Secretaria Municipal de Educação e as unidades escolares na implementação das ações da Política Municipal de Alfabetização;
III – promover e acompanhar ações de formação continuada;
IV – analisar resultados e indicadores de aprendizagem, subsidiando o planejamento e as intervenções pedagógicas;
V – acompanhar a execução das ações e metas relacionadas à alfabetização;
VI – identificar, sistematizar, valorizar e socializar boas práticas desenvolvidas pelas escolas e profissionais da Rede Municipal;
VII – acompanhar as ações desenvolvidas pelas unidades escolares;
VIII – produzir registros e relatórios que subsidiem a tomada de decisões da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 5º - O Núcleo de Alfabetização será composto por **03 (três) integrantes**, sendo:

I – 01 (um) Coordenador do Núcleo de Alfabetização;
II – 02 (dois) Articuladores Pedagógicos.

§ 1º O Coordenador será responsável pela articulação geral das ações do Núcleo, com ênfase no eixo de Gestão, promovendo a integração dos demais eixos.

§ 2º Os Articuladores Pedagógicos atuarão de forma integrada nos eixos de Formação e Boas Práticas, Avaliação e Materiais Pedagógicos Complementares e Acompanhamento e Monitoramento, conforme organização da Secretaria Municipal de Educação.

§ 3º A designação nominal dos integrantes será realizada por ato específico da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 6º - Fica reconhecida, desde 05 de janeiro de 2026, a estrutura física e organizacional do Núcleo de Alfabetização, destinada ao desenvolvimento das atividades de planejamento, formação, reuniões, acompanhamento, monitoramento e demais ações relacionadas à Política Municipal de Alfabetização.

Parágrafo único. O espaço destinado ao Núcleo contará com os recursos, equipamentos e materiais necessários ao desenvolvimento de suas atribuições, conforme a organização da Secretaria Municipal de Educação.

Art. 7º - O Núcleo de Alfabetização manterá articulação com as unidades escolares, profissionais da educação, programas e demais iniciativas relacionadas à alfabetização, bem como com as instâncias estadual e nacional responsáveis pelas políticas de alfabetização.

Parágrafo único. O Núcleo poderá subsidiar tecnicamente o Comitê Estratégico Municipal de Política de Alfabetização, quando este for formalmente instituído por ato próprio, mediante apresentação de dados, diagnósticos, resultados, relatórios e proposições.

Art. 8º - Ficam **reconhecidas e consolidadas**, para fins de continuidade administrativa e institucional, as ações, reuniões, formações, planejamentos, acompanhamentos e demais atividades desenvolvidas pelo Núcleo de Alfabetização desde **05 de janeiro de 2026**.

Art. 9º - Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Educação.

Art. 10 – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos retroativos a 05 de janeiro de 2026, data a partir da

qual fica reconhecida a atuação do Núcleo de Alfabetização, nos termos dos arts. 6º e 8º.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Nísia Floresta/RN, 17 de agosto de 2026.

GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação
Nísia Floresta/RN

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:375019D2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 259/2026

Designa os membros do Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE NÍSIA FLORESTA, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente,

CONSIDERANDO a Portaria nº 258/2026, da Secretaria Municipal de Educação, que institucionaliza e consolida o Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN;

CONSIDERANDO que o Núcleo de Alfabetização constitui instância técnico-pedagógica responsável pela articulação, apoio, acompanhamento e monitoramento das ações da Política Municipal de Alfabetização;

CONSIDERANDO o disposto no art. 5º da Portaria nº 258/2026, que estabelece a composição do Núcleo de Alfabetização por 03 (três) integrantes, sendo 01 (um) Coordenador e 02 (dois) Articuladores Pedagógicos;

CONSIDERANDO o disposto no § 3º do art. 5º da referida Portaria, que determina que a designação nominal dos integrantes será realizada por ato específico da Secretaria Municipal de Educação;

RESOLVE:
Art. 1º Designar os servidores abaixo relacionados para compor o Núcleo de Alfabetização do Município de Nísia Floresta/RN, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação:

I – Coordenadora do Núcleo de Alfabetização:

Nome: Sheyla Ferreira da silva
Matrícula: 0035637

II – Articuladora Pedagógica:
Nome: Micarla do Nascimento Moreira
Matrícula: 0018015

III – Articuladora Pedagógica:
Nome: Alessandra da Cunha Borja
Matrícula: 2371650

Art. 2º Os servidores designados exercerão suas funções no Núcleo de Alfabetização nos termos estabelecidos na Portaria nº 258/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Nísia Floresta/RN, 17 de agosto de 2026.

GUSTAVO DOS SANTOS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação

Publicado por:
Mary Lanne Machado de Lima
Código Identificador:BDFC6C41

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 18/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE APARELHOS DE AR-CONDICIONADO DESTINADOS SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DESTE MUNICÍPIO, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 31 de agosto de 2026, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico,para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 17 de agosto de 2026.

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:3285898A

SETOR DE LICITAÇÃO
AVISO DE REPUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO SRP N° 14/2026.

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NO FORNECIMENTO DE COFFEE BREAK, CONFORME TERMO DE REFERÊNCIA. O pregoeiro da PMNF, torna público que realizará no dia 02 de setembro de 2026, às 09h00, licitação na modalidade Pregão em sua forma Eletrônico, para o objeto acima especificado. O Edital com seus anexos encontra-se à disposição dos interessados no Site da Prefeitura https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/?a=18&b=18&t=filtrar-licitacoes e www.portaldecompraspublicas.com.br,

Nísia Floresta/RN, 17 de agosto de 2026.

***HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL* –**
Pregoeiro.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:86F8E46B

SETOR DE LICITAÇÃO
RESULTADO DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 30/2026

OBJETO: Contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de conserto e vulcanização de pneus, bem como reparos em câmaras de ar, destinados à manutenção dos veículos e máquinas pertencentes à frota da Prefeitura Municipal de Nísia Floresta/RN, incluindo veículos de pequeno porte, ônibus, caminhões, caçambas e máquinas pesadas, distribuídos entre as diversas Secretarias Municipais, mediante processo de contratação por dispensa de licitação, nos termos da legislação vigente.
Como condição para a execução dos serviços e visando assegurar maior economicidade, eficiência operacional, redução dos custos com deslocamento, consumo de combustível e tempo de indisponibilidade da frota municipal, a empresa contratada deverá possuir sede, filial, oficina ou estabelecimento operacional localizado em um raio máximo de até 5 (cinco) quilômetros do Centro do Município de Nísia Floresta/RN, devendo tal condição ser comprovada durante o processo de contratação. O Agente de Contratação do Município de Nísia Floresta, no uso de suas atribuições legais, torna público que a empresa GILDETE XAVIER DAS CHAGAS 00882189450, inscrita no CNPJ sob o n.º 44.177.005/0001-60, foi a contratada do presente processo de contratação direta por Dispensa de Licitação, com fundamentação jurídica fulcrada no art. 75, inciso IV, alínea "a" da Lei Federal nº 14.133/2021, combinado com o art. 75, II, de forma legal, visando à estrita manutenção e funcionamento da frota municipal de veículos**.** Quaisquer informações a respeito do processo

encontram-se à disposição dos interessados através do site https://nisiafloresta.rn.gov.br/portal-da-transparencia/. Nísia Floresta/RN, 07 de julho de 2026**.**

HILDEBERTO DIAS DOS SANTOS GURGEL –
Agente de Contratação.

Publicado por:
Hildeberto Dias Dos Santos Gurgel
Código Identificador:34ED5480

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ

GABINETE DA PREFEITA
DECRETO Nº 221/2026, DE 16 DE AGOSTO DE 2026.

DECRETA LUTO OFICIAL NO MUNICIPIO DE PARANÁ/RN EM RAZÃO DO FALECIMENTO DE MARIA RAILDA DA COSTA NASCIMENTO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PARANÁ, Estado do Rio grande do Norte, no uso das atribuições que lhes são conferidas pelo art. 39, inciso VI da Lei Orgânica do Município:

CONSIDERANDO o falecimento ocorrido neste dia 15 de agosto de 2026, na cidade de Natal/RN, da Senhora MARIA RAILDA DA COSTA NASCIMENTO;

CONSIDERANDO que ela era Servidora Pública Municipal desde o ano de 1997, onde exercia o cargo de Professora da rede municipal de ensino, tendo, inclusive, ocupado por diversos anos, o cargo de Diretora da Escola Municipal Coronel Antonio Gonçalves;

CONSIDERANDO, ainda, que ela era membro de tradicional família desse município;

CONSIDERANDO, ainda, que ela gozava de grande prestígio junto ao povo paranaense, tendo aqui construído um grande círculo de amizades.

D E C R E T A :
Art. 1º. Fica Decretado Luto Oficial por 03 (três) dias, no Município de Paraná/RN, a partir desta data, pelo falecimento da Senhora Maria Railda da Costa Nascimento.
Art. 2º. Durante o período de luto oficial, a bandeira do Município será hasteada a meio-mastro em todos os órgãos públicos municipais.
Art. 3º. Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PARANÁ/RN, 16 de agosto de 2026.

JOSIENE GOMES DA SILVA ANDRADE
(Prefeita Municipal)

Publicado por:
Ari Carlos Soares Cruz
Código Identificador:A0691E62

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PARELHAS

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
PORTARIA DE N° 295/2026 - GAB/PREFEITO

PORTARIA DE N° 295/2026-GAB/PREFEITO

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE LICENÇA PRÊMIO AO SERVIDOR.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE PARELHAS, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições;

CONSIDERANDO o art. 99, inciso III do Estatuto dos Servidores Públicos deste Município.

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder Licença prêmio pelo período de três meses a servidora Efetiva **GLICERIO DE SOUZA DANTAS,**ocupante do Cargo de Agente de Saúde matrícula nº 1007424, lotado na Secretaria Municipal de Saúde, desta Municipalidade.

Art. 2°- Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos a contar a partir dia 01 de setembro de 2026, e com data fim dia 29 de novembro de 2026.
Parelhas, 17 de agosto de 2026.

TIAGO DE MEDEIROS ALMEIDA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Gisliane da Silva Costa
Código Identificador:2245D6CC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PATU

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 023, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a forma de seleção de Diretor Escolar das unidades escolares da Rede Municipal de Ensino de Patu (RN), e dá outras providências.

O PREFEITO CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE PATU, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Constituição da República, pela Constituição do Estado do Rio Grande do Norte e pela Lei Orgânica do Município de Patu,

CONSIDERANDO que os cargos de gestores escolares estão previstos na Lei Complementar Municipal nº 253, de 3 de maio de 2010, e na Lei Municipal nº 523, de 14 de abril de 2022;

CONSIDERANDO que a gestão democrática do ensino público está prevista no artigo 206, inciso VI, da Constituição da República;

CONSIDERANDO que a democratização da gestão escolar encontra suas primeiras normas principiológicas infraconstitucionais na Lei Federal nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Básica Nacional – LDBEN;

CONSIDERANDO que o Parecer nº 4/2021, aprovado em 11 de maio de 2021, que cuida da Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar (BNC – Diretor Escolar), recomenda que se se adote a gestão escolar nas unidades de ensino da Educação Básica Pública;

CONSIDERANDO que é preciso estabelecer critérios para ingresso nos cargos de gestores escolares, para os fins do artigo 14, § 1º, inciso I, da Lei Federal nº 14.113, de 25 de dezembro de 2022, e da Resolução nº 1, de 27 de julho de 2022, da Comissão Intergovernamental de Financiamento para a Educação Básica de Qualidade, vinculada à Secretaria de Educação Básica do Ministério da Educação;

CONSIDERANDO que, dentro da sua autonomia constitucional, cabe ao Município disciplinar a matéria, inclusive como foi reconhecido no PARECER CNE/CP Nº 4/2021, segundo o qual: "*Não cabe disciplinar por norma nacional esta questão, assim como a do acompanhamento e avaliação, que são da esfera de autonomia dos entes federados*";

CONSIDERANDO que a legalidade, a impessoalidade, a moralidade, a publicidade e a eficiência administrativa são princípios básicos da Administração Pública, tal como previstos no artigo 37, *caput*, da Constituição Federal;

DECRETA:

Art. 1º. Ficam instituídos os critérios para seleção dos gestores escolares das unidades escolares da rede municipal de ensino, assim compreendidos os cargos de Diretor, Vice-Diretor e Chefe de Departamento de Unidades do Ensino Rural, nos termos da legislação municipal criadora destes cargos.

Art. 2º. A seleção de pessoal para provimento do cargo de Gestor Escolar será realizada mediante metodologia de análise dos critérios técnicos de mérito e desempenho, sendo considerados os seguintes aspectos:

I - formação profissional em pedagogia ou especialização, mestrado ou doutorado na área da Educação, em cursos e instituições comprovadamente reconhecidas pelo Ministério da Educação;

II - perfil profissional de Gestão ou Direção Escolar, com base na dimensão político-institucional, na dimensão pedagógica, na dimensão administrativo-financeira e na dimensão pessoal e relacional, contidos na Base Nacional Comum de Competências do Diretor Escolar;

III - experiência em atividades educacionais, corroboradas por órgão colegiado da área da educação, composto por membros da comunidade escolar;

IV - apresentação de projeto administrativo e pedagógico que vise à melhoria da qualidade da educação na unidade escolar, constituído de ações e metas a serem alcançadas, do cumprimento da gestão democrática, bem como da garantia da inclusão e da equidade no processo de ensino e aprendizagem.

Art. 3º. A designação para os cargos de Gestores Escolares será realizada pelo Prefeito Constitucional do Município, a partir da lista tríplice devidamente emitida pela Secretaria Municipal de Educação, originada de processo seletivo embasado nos critérios técnicos de mérito e desempenho.

Parágrafo único. Cabe ao Prefeito designar, a partir da lista tríplice selecionada para cada unidade escolar, aqueles ou aquelas que assumirão os cargos de gestão escolar definidos em Lei Municipal, considerando que as atribuições dos cargos são compatíveis.

Art. 4º. Será nomeada uma comissão intersetorial, com membros da Assessoria Jurídica, da Controladoria Geral do Município, da Secretaria Municipal de Administração e Finanças, da Secretaria Municipal de Educação e da Secretaria do Gabinete Civil, podendo também compor o grupo um Psicólogo, sendo atribuídas a essa comissão as seguintes competências:

I - elaborar o edital de seleção para os cargos de gestão escolar, contendo os critérios técnicos de mérito e desempenho;

II - organizar o material de inscrição dos pretendentes aos cargos, com orientações claras e transparentes, evitando informações ambíguas e conflitantes;

III - analisar a documentação das pessoas inscritas no processo de seleção, registrando as devidas observações e emitindo parecer de forma conjunta;

III - enviar para publicação o resultado preliminar;

IV - analisar os recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;

V - organizar e realizar as entrevistas com os candidatos classificados;

VI - emitir e enviar o resultado final do processo de seleção, após avaliar todos os recursos;

VII - manter toda a documentação relativa ao processo devidamente organizada e arquivada.

Art. 5º. No processo de seleção para os cargos de gestão escolar deverão constar, minimamente, os seguintes elementos:

I - exigência, no ato de inscrição, de documentação comprobatória de escolaridade relativa à formação em Pedagogia, Licenciatura em qualquer área da educação, ou especialização, mestrado ou doutorado na área da educação;

II - exigência, no ato de inscrição, de comprovação de experiência profissional em atividades educacionais;

III - exigência de apresentação, no ato da inscrição, de projeto educacional administrativo e pedagógico, cuja finalidade será a melhoria da qualidade do ensino e da aprendizagem na unidade escolar a ser dirigida;

IV - descrição das etapas da análise documental, da classificação e eliminação e do período de entrevistas dos candidatos classificados;

V - tabela de pontuação para cada critério de seleção avaliado;

VI - cronograma das etapas do processo de seleção, com datas previstas desde a inscrição ao resultado final;

VII - previsão de designação e posse a ser efetivado pelo Prefeito;

VIII - critérios transparentes de classificação ou eliminação.

Art. 6º. Poderão participar do processo de seleção para os cargos de gestores escolares profissionais da educação básica municipal em exercício, desde que atendam aos requisitos mínimos exigidos para a participação na seletividade.

Art. 7º. Não poderá participar do processo de seleção para cargos de gestão escolar o profissional da educação básica da Administração Pública Direta ou Indireta sobre o qual incorra processo administrativo disciplinar por descumprimento de dever funcional ou violação de proibições, verificado no seu histórico funcional.

Parágrafo único. A idoneidade do servidor será comprovada mediante declaração emitida pelo Departamento de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Administração e Finanças de Patu.

Art. 8º. O candidato classificado será submetido a uma entrevista, a ser realizada pelos membros da comissão intersetorial organizadora e executora do processo de seleção de gestores escolares, cuja pontuação implicará no resultado final.

Parágrafo único. Na entrevista serão abordados os seguintes tópicos:

I – liderança na gestão escolar;

II – responsabilidade administrativa referente à organização escolar;

III – entendimento da gestão democrática na escola;

IV - entendimento da gestão pedagógica e curricular da escola;

V - entendimento sobre a aplicação adequada dos recursos financeiros destinados à escola;

VI - entendimento sobre a gerência e o zelo do patrimônio da escola;

VII – conduta ética na relação interpessoal e profissional;

VIII - proatividade na resolução de conflitos.

Art. 9º. O gestor escolar selecionado e posteriormente designado cumprirá o mandato de 02 (dois) anos, podendo ser reconduzido por igual período, desde que observado o cumprimento das metas estabelecidas no respectivo projeto educacional, devidamente corroborado pela comunidade escolar, representada pelo Conselho Municipal de Educação.

Art. 10. Serão considerados para a permanência e/ou continuidade do gestor escolar na ocupação do cargo os indicadores educacionais, tais como: índice de aprovação e reprovação de aluno, índice de evasão e abandono escolar, índice de distorção idade/ano escolar, indicadores de avaliação interna e o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica – IDEB.

Art. 11. As metas estabelecidas no projeto educacional serão verificadas anualmente, e o IDEB será analisado conforme as realizações e publicações dos resultados divulgados pelo INEP.
Art. 12. O gestor escolar será auxiliado por ocupante do cargo de Coordenação Pedagógica, sendo este de livre nomeação por parte do Prefeito.

Art. 13. Este decreto entra em vigor na data da sua publicação, e o mandato do gestor escolar designado pelo Prefeito terá início em 28 de agosto de 2026.

Art. 14. Todas as regras do processo seletivo de que trata este Decreto serão previstas no Edital respectivo, que deverá estar em consonância com a legislação pertinente à matéria.

Parágrafo único. O Edital preverá o número de Escolas da rede municipal, de acordo com as exigências e permissibilidades da legislação federal aplicável à matéria.

Art. 15. O gestor escolar designado a partir da seleção de que trata este Decreto poderá perder a função:

I – se incorrer em falta funcional ou desrespeitar norma que lhe impõe dever funcional, nos termos da Lei;

II – se deixar de cumprir a contento as suas obrigações inerentes ao cargo de gestor escolar;

III – se assim o exigir o interesse público ou coletivo, devendo ser devidamente justificado o ato.

§ 1º. Em qualquer das situações previstas neste artigo, o Município, no prazo de até trinta dias após a destituição ou exoneração do gestor escolar do cargo respectivo, lançará edital para prover o cargo de gestor escolar respectivo, para o tempo restante de mandato.

§ 2º. Até a nomeação ou designação de novo gestor escolar, o Município, por seu Prefeito, fará a nomeação de um gestor escolar de sua livre escolha.

Art. 16. Ficam revogadas as disposições em contrário, especialmente os artigos 2º e 3º do Decreto nº 036/2022, de 26 de agosto de 2022.

Publique-se, registre-se, cumpra-se.

Patu (RN), 14 de agosto de 2026.

EDNARDO BENIGNO DE MOURA
Prefeito

Publicado por:
Cayo Bruno Dantas Cavalcante
Código Identificador:7AADFE92

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA

CPL
TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, através da Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDOo disposto no inciso II, artigo 75 da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021 e o Decreto Municipal nº 001 de 06 de janeiro de 2025, verbis:

Art. 75 *– É dispensável a Licitação:*

II - Para contratação que envolva valores inferiores a R$ 65.492,11 (sessenta e cinco mil, quatrocentos e noventa e dois reais e onze centavos), no caso de outros serviços e compras.

CONSIDERANDO o atendimento da necessidade de aquisição de instrumentos musicais, acessórios e componentes destinados ao atendimento das atividades da banda filarmônica municipal e demais ações culturais desenvolvidas pela secretaria municipal de educação, cultura e esporte do município de Pedra Preta/RN.

CONSIDERANDO à melhoria da eficiência, eficácia e efetividade no desempenho de todas as atividades e o alcance dos resultados planejados pela PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRA PRETA/RN, no que tange as atividades administrativas exercidas pelo órgão de direito público interno.

CONSIDERANDOhaver adequação orçamentária e financeira para custear a despesa, conforme a Lei Orçamentária em vigor (exercício de 2026), bem como, compatibilidade como o Plano Plurianual (PPA) e a Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO - exercício de 2026) e saldo orçamentário suficiente conforme atestado pelo Setor competente.

RESOLVE:

Tornar **DISPENSÁVEL** a licitação, Com fundamento no**Art. 75, II, da Lei federal 14.133/21,** o seguinte objeto:AQUISIÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS, ACESSÓRIOS E COMPONENTES DESTINADOS AO ATENDIMENTO DAS ATIVIDADES DA BANDA FILARMÔNICA MUNICIPAL E DEMAIS AÇÕES CULTURAIS DESENVOLVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE DO MUNICÍPIO DE PEDRA PRETA/RN,em favor da empresa**: GIGA INFOMUSIC LTDA, inscrita no CNPJ sob nº 42.676.495/0001-13**, estabelecida a Rua Engenheiro Octavio Tavares, nº 3700 – Loja 331, Candelária, Natal/RN – CEP: 59.066-020, que apresentou a melhor proposta para o objeto em tela, a saber no valor global estimado de R$ 7.886,00 (sete mil, oitocentos e oitenta e seis reais).

A PREFEITURA MUNICIPAL efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

RATIFICAÇÃO

Ante o exposto, tendo em vista os fundamentos apresentados e a regularidade formal do **PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 2093/2026,** bem como seu enquadramento legal, RATIFICO o**TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 023/2026,**para que este produza seus legais efeitos.

PUBLIQUE-SE e **PRODUZA-SE OS EFEITOS LEGAIS NECESSÁRIOS.**

PEDRA PRETA/RN, 17 de agosto de 2026.

LUIZ ANTÔNIO BANDEIRA DE SOUZA
Prefeito Municipal
CPF: 008.213.744-78

Publicado por:
Francisco Vitoriano Rodrigues do Nascimento
Código Identificador:80DFE5C1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 403/2026 - AUTORIZA LICENÇA PREMIO ROSA CRISTINA DA SILVA AZEVEDO,

PORTARIA Nº 403, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede Licença-Prêmio a servidor(a) público(a) municipal e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal e demais disposições legais aplicáveis,

RESOLVE:

Art. 1º – CONCEDER à servidora **ROSA CRISTINA DA SILVA AZEVEDO**, matrícula nº **534/1**, ocupante de cargo público municipal, **LICENÇA-PRÊMIO**, pelo período de **90 (noventa) dias**, com início em **03 de agosto de 2026** e término em **31 de outubro de 2026**, referente ao período aquisitivo correspondente, nos termos da legislação municipal vigente.

Art. 2º – Durante o período da licença, ficam assegurados à servidora os direitos e vantagens previstos na legislação municipal aplicável.

Art. 3º – Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos a partir de **03 de agosto de 2026**.

Art. 4º – Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se. Registre-se. Cumpra-se.

Pedro Avelino/RN, 17 de agosto de 2026.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:F2AD280E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA 404/2026 - DIÁRIA

PORTARIA Nº404/2026, DE17DEAGOSTODE 2026.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA MUNICIPAL DE PEDRO AVELINO (RN),MARINATEODORO DA TRINDADE, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, e de acordo conforme Decreto017/2026.
RESOLVE:
Art. 1º.Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura com custos de alimentação, deslocamento urbano e pousado do respectivo servidor, durante a permanência, a serviço dessa entidade, a saber.

SERVIDOR:		MÁRCIA MARIA MACIEL		
CARGO/EMPREGO/FUNÇÃO:		TÉCNICADEENFERMAGEM		
CPF:052.722.784-61		MATRÍCULA:912		
QUANT.	DESTINO	PERÍODO DE AFASTAMENTO	VALOR UNIT. (R$)	VALOR TOTAL (R$)
0.5	NATAL/RN	18DEAGOSTODE 2026.	R$250,00	R$125,00
()l erre DIÁRIAS COM PERNOITE (X) DIÁRIAS SEM PERNOITE		TOTAL		R$125,00

Descrição do Objetivo/Serviços de DeslocamentoCom desígnio a participação dacapacitaçãopara a pratica da vacina BCG.Local:Natal/RN.Data:18deAgostode 2026.
Art. 2º.Determinar a Tesouraria Municipal, a verificação de disponibilidade orçamentária e financeira, para que seja efetuado o pagamento dos valores autorizados.
Art. 3º.Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, sendo revogadas as disposições em contrárias.

MARINA TEODORO DA TRINDADE
Prefeita Municipal.

Publicado por:
Meireane Alves Miranda
Código Identificador:2DD6A989

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PILÕES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 20260817001

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20260817001

OBJETO:
- Contratação de atração de renome nacional - show musical da Banda "CAVALEIROS DO FORRÓ", para apresentação no dia 19/08/2026, no evento da FENACUP 2026, em alusão as tradicionais comemorações da Emancipação Política deste município, a ser realizado na Praça de Eventos, centro da Cidade.

CONTRATANTE:
-Prefeitura Municipal de Pilões/RN;
- CNPJ nº 08.148.488/0001-00;
- Rua Delfina, nº 22, Centro, Pilões/RN.

CONTRADADA:
- MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA
- CNPJ: 01.402.019/0001-27
- Rua Engenheiro Octavio Tavares, N° 3646 - Candelária Natal/RN CEP 59.066-020.

VALOR TOTAL:
- 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

BASE LEGAL:
- Artigo 74, II, da Lei 14.133/21.

Pilões/RN, em 17 de agosto de 2026.

MARIA MADADLENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:4062EED1

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
EXTRATO DE RATIFICAÇÃO - INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO 20260817001 - MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 20260817001.

OBJETO:
Contratação de atração de renome nacional - show musical da Banda "CAVALEIROS DO FORRÓ", para apresentação no dia 19/08/2026, no evento da FENACUP 2026, em alusão as tradicionais comemorações da Emancipação Política deste município, a ser realizado na Praça de Eventos, centro da Cidade.

CONTRATANTE:
-Prefeitura Municipal de Pilões/RN;
- CNPJ nº 08.148.488/0001-00;
- Rua Delfina, nº 22, Centro, Pilões/RN.

CONTRADADA:
- MUSICAL CAVALEIROS DO FORRÓ LTDA
- CNPJ: 01.402.019/0001-27
- Rua Engenheiro Octavio Tavares, N° 3646 - Candelária Natal/RN CEP 59.066-020.

VALOR TOTAL:
- 180.000,00 (cento e oitenta mil reais)

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
- 646 - 2 . 2015 . 23 . 695 . 10 . 2.78 . 0 . 339039 - Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica.

BASE LEGAL:
-Artigo 74, II, da Lei 14.133/21.

Pilões/RN, em 17 de agosto de 2026.

MARIA MADADLENA DE SOUZA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Iara Vicente Miranda
Código Identificador:EC3DE442

SECRETARIA DE GOVERNO
DECRETO Nº 0047/2026 – SEGOV - DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO GESTORA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

DECRETO Nº 0047/2026 – SEGOV
17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A INSTITUIÇÃO DA COMISSÃO GESTORA RESPONSÁVEL PELA COORDENAÇÃO E ELABORAÇÃO DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal,

CONSIDERANDO a necessidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME do Município de Pilões/RN;

CONSIDERANDO a necessidade de promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no Município;

CONSIDERANDO a importância da participação da sociedade civil e dos setores educacionais na elaboração do Plano Municipal de Educação, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes;

D E C R E T A:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação do Município de Pilões/RN, a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Pilões/RN, com a finalidade de coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Estado do Rio Grande do Norte – PEE e demais marcos legais pertinentes.

Art. 2º Compete à Comissão Gestora:

I – coordenar o processo de elaboração do Plano Municipal de Educação;

II – promover a articulação entre os diversos órgãos e entidades públicas e privadas envolvidas com a educação no Município;

III – sistematizar diagnósticos, estudos, dados e propostas para subsidiar a construção do Plano;

IV – realizar consultas públicas, escutas territoriais e audiências com a sociedade civil e os setores educacionais;

V – elaborar a minuta do novo Plano Municipal de Educação e submetê-la à apreciação do Conselho Municipal de Educação e demais instâncias competentes.

Art. 3º A Comissão Gestora será composta por representantes dos seguintes órgãos e instituições:

I – Secretaria Municipal de Educação – três titulares e três suplentes;

II – Conselho Municipal de Educação do Município de Pilões/RN (CME/Pilões/RN) – um titular e um suplente;

III – Fórum Municipal de Educação de Pilões/RN – um titular e um suplente;

IV – Comissão de Educação da Câmara dos Vereadores do Município de Pilões/RN – um titular e um suplente;

V – Representantes dos Professores ou Trabalhadores da Educação – um titular e um suplente.

§ 1º Os membros da Comissão Gestora, titulares e suplentes, serão indicados pelos titulares dos órgãos e das instituições da respectiva representação e nomeados por meio de portaria da Secretaria de Educação do Município de Pilões/RN, publicada no prazo de quinze dias após a publicação deste Decreto.

§ 2º O exercício de funções inerentes ao mandato na Comissão Gestora será considerado relevante prestação de serviço público, não remunerada.

§ 3º Os membros da Comissão Gestora exercerão mandato até a conclusão da elaboração do PME/Pilões/RN, quando será automaticamente encerrado.

§ 4º A Comissão Gestora poderá convidar representantes de outros órgãos, instituições e entidades com atuação relevante na área educacional, sempre que necessário à execução de suas atividades.

§ 5º A coordenação da Comissão Gestora será exercida pela Secretária de Educação do Município de Pilões/RN ou por servidor por ela designado.

§ 6º A Secretaria do Município de Pilões/RN prestará o apoio técnico, administrativo, logístico e financeiro necessário ao funcionamento da Comissão Gestora.

Art. 4º A Secretaria Municipal de Educação editará as normas complementares necessárias à execução do disposto neste Decreto.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, Secretaria de Governo, em Pilões/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita Municipal

BERNARDINO FRANCISCO DA SILVA NETO
Secretário Municipal de Educação e Cultura

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:84B92299

SECRETARIA DE GOVERNO
PORTARIA Nº 0094/2026 – SEGOV - DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADOR-GERAL, DO VICE-COORDENADOR E DOS MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILÕES/RN

PORTARIA Nº 0094/2026 – SEGOV
17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DO COORDENADOR-GERAL, DO VICE-

COORDENADOR E DOS MEMBROS DA COMISSÃO GESTORA DO PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILÕES/RN – CGPME/PILÕES/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

MARIA MADALENA DE SOUZA, Prefeita Municipal de Pilões, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere o art. 69, VI, da Lei Orgânica Municipal, e em conformidade com o inciso IX do artigo 37 da Constituição Federal,

RESOLVE:

Art. 1º Nomear Bernardino Francisco da Silva Neto como Coordenador-Geral e Francisco Reginaldo Linhares como Vice-coordenador da Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Pilões/RN, instituída pelo Decreto nº 0047/2026, de 17 de agosto de 2026, cuja função é coordenar, acompanhar e elaborar o novo Plano Municipal de Educação – PME/Pilões/RN, em consonância com as diretrizes do Plano Nacional de Educação – PNE, do Plano Estadual de Educação do Rio Grande do Norte – PEE/RN e demais marcos legais pertinentes.

Art. 2º Nomear os membros relacionados a seguir para integrar a Comissão Gestora do Plano Municipal de Educação de Pilões/RN – CGPME/Pilões/RN:

I – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILÕES/RN

Titular: Bernardino Francisco da Silva Neto
Suplente: Francisco Reginaldo Linhares

Titular: Graciene Cavalcante de Melo Gama
Suplente: Andrea Cristina da Silva

Titular: Macia Fabiana Carneiro de Paiva Sena
Suplente: Marcia Lidiane Gomes Soares

II – CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILÕES/RN – CME/PILÕES/RN

Titular: Maria Poliana Ferreira de Lima Aquino
Suplente: Dilvanete Oliveira Ferreira

III – FÓRUM MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE PILÕES/RN

Titular: Jennifer Marilia Arlindo Miranda
Suplente: Francisca Lucicleide Gomes

IV – REPRESENTANTES DOS PROFESSORES OU TRABALHADORES DA EDUCAÇÃO

Titular: Jocimar Cesário da Costa
Suplente: Francisco Carlos Linhares

V – COMISSÃO DE EDUCAÇÃO DA CÂMARA DOS VEREADORES DO MUNICÍPIO DE PILÕES/RN

Titular: Aldir Olímpio Neto
Suplente: José Wagner Ferreira Paiva

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Palácio José Reynaldo de Oliveira, em Pilões/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA MADALENA DE SOUZA
Prefeita

Publicado por:
Isadora Lais Oliveira Sousa
Código Identificador:40F07349

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 718, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 718, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:07C4B253

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 719, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 719, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **10 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:0F5AAC19

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 720, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 720, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **11 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:68C5C15D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 721, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 721, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:A909ED6D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 722, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 722, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A COMPLEMENTAÇÃO DE DIÁRIA CONCEDIDA A SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;

CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Charles de Sousa Oliveira**, inscrito no CPF sob o nº 077.XXX.XXX-52, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:116ACB2D

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 723, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 723, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Frederico Melo da Silva**, inscrito no CPF sob o nº 077.XXX.XXX-09, matrícula funcional nº 1032, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **11 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:E9A7F52F

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 724, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 724, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **13 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:FED853F4

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 725, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 725, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **12 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:6A5F3C35

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 726, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 726, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **05 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:43791D55

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 727, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 727, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Alexandria/RN**, no período de **13 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:A95AE2B1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 728, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 728, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Tony Márcio Fernandes Magalhães**, inscrito no CPF sob o nº 877.XXX.XXX-00, matrícula funcional nº 250, designado **Gerente Transportes**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 100,00** (cem Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **10de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:5701DAAF

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 729, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 729, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **13 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:75F7641E

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 730, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 730, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcio Marcolino Pinto**, inscrito no CPF sob o nº 806.XXX.XXX-87, matrícula funcional nº 343, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **13 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:30F057A5

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 731, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 731, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Valdemar de Araújo Bezerra**, inscrito no CPF sob o nº 009.XXX.XXX-44, matrícula funcional nº 904, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **12 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir municipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:4043DF80

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 732, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 732, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Onireves Elias de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 603.XXX.XXX-49, matrícula funcional nº **658**, ocupante do cargo de **Motorista**, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **14 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:7FB0E0B2

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 733, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 733, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Marcos Adriano de Bessa**, inscrito no CPF sob o nº 048.XXX.XXX-16, matrícula funcional nº 808, ocupante do cargo de Motorista, **1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando **R$ 60,00** (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **13 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:750F6486

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 734, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 734, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Francisco Cleudes Cardoso**, inscrito no CPF sob o nº 053.XXX.XXX-79, matrícula funcional nº 703,, ocupante do cargo de Motorista, **1** (uma) diária(s), no valor unitário de R$ **160,00** (cento e sessenta reais), nos termos do art. 8º-A do Decreto Municipal nº 1086/2026, conforme valor estabelecido no Anexo Único do referido Decreto.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Natal/RN**, no período de **12 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:07466DF1

FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
PORTARIA N° 735, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

PORTARIA N° 735, DE 17 DE AGOSTO DE 2026-SEMSAB

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDOR(A) PÚBLICO(A) MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO BÁSICO DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,
CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;

RESOLVE:

Art. 1° - Conceder ao servidor **Walmor Fernandes de Paiva**, inscrito no CPF sob o nº 050.XXX.XXX-83, matrícula funcional nº 459, ocupante do cargo de Motorista**, 1/2** (meia) diária(s), no valor correspondente a 50% (cinquenta por cento) da diária integral, totalizando R$ 60,00 (sessenta Reais), conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e locomoção urbana, referentes ao deslocamento para a cidade de **Mossoró/RN**, no período de **12 de Agosto** do corrente ano, para conduzir e reconduzir munícipes em tratamento de saúde.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação da **prestação de contas**, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

TEMÍSTOCLES MAIA DE LUCENA
Secretário Municipal de Saúde e Saneamento
Portaria nº 012/2025

Publicado por:
Evamnuel Epifanio Soares
Código Identificador:CFDB8796

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 659, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 659, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A ABRIR CRÉDITO ADICIONAL ESPECIAL NO ORÇAMENTO VIGENTE, NO VALOR DE R$ 17.000,00 (DEZESSETE MIL REAIS).

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a abrir crédito adicional especial ao Orçamento Fiscal do Município, nos termos dos arts. 40 e 41, inciso II, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, no valor de R$ 17.000,00 (dezessete mil reais), para atender às finalidades abaixo especificadas, conforme quadro I**:**

QUADRO I

02	PODER EXECUTIVO
02.09	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA - SEMINF
15	URBANISMO
15.451	INFRAESTRUTURA URBANA
15.451.0007	GESTÃO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
15.451.0007.1073	DRENAGEM, RECUPERAÇÃO E PAVIMENTAÇÃO DE RUAS E AVENIDAS DA ZONA URBANA E RURAL
1.706.3110	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS
4.4.90.51.00	**OBRAS E INSTALAÇÕES …….. R$ 17.000,00**

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional especial de que trata o art. 1º desta Lei decorrerão da anulação parcial e/ou total de dotações orçamentárias previstas na Lei Orçamentária Anual nº 632, de 22 de dezembro de 2025, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, conforme as classificações abaixo especificadas no quadro II**:**

QUADRO II

02	PODER EXECUTIVO
02.09	SEC. MUN. DE INFRAESTRUTURA - SEMINF
15	URBANISMO
15.451	INFRAESTRUTURA URBANA
15.451.0007	GESTÃO EM URBANISMO, INFRAESTRUTURA E MOBILIDADE
15.451.0007.1227	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E MÁQUINAS
1.706.3110	TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
4.0.00.00.00	DESPESAS DE CAPITAL
4.4.00.00.00	INVESTIMENTOS
4.4.90.00.00	APLICAÇÕES DIRETAS
4.4.90.52.00	**EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE… R$ 17.000,00**

Art. 3º Ficam modificadas, no que couber, a Lei Municipal nº 631/2025, que dispõe sobre o Plano Plurianual 2026/2029, e a Lei Municipal nº 608/2025, que dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício de 2026, para compatibilização com a presente Lei.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:F625965F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 616, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

PORTARIA N° 616, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 - GP/PMP

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIAS A SERVIDORES PARA PARTICIPAÇÃO EM EVENTO OFICIAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE/RN, no uso das atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e demais normas legais aplicáveis,

CONSIDERANDO o disposto nos arts. 58 a 64 da Lei Municipal nº 181, de 26 de outubro de 2007, que institui o Regime Jurídico dos Servidores Públicos Civis do Município de Portalegre/RN;
CONSIDERANDO os termos do Decreto Municipal nº 1086, de 08 de janeiro de 2026, que regulamenta a concessão e o pagamento de diárias no âmbito do Poder Executivo Municipal;
CONSIDERANDO a importância da participação dos gestores e técnicos municipais na qualificação e articulação institucional;

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder à colaboradora **Ana Carolina de Freitas Rêgo**, inscrita no CPF sob o nº 076.XXX.XXX-75, na condição de Estagiária, 2 (duas) diárias, no valor unitário de R$ 230,00 (duzentos e trinta reais), totalizando R$ 460,00 (quatrocentos e sessenta reais) conforme valores previstos no Anexo Único do Decreto Municipal nº 1086/2026.
Parágrafo único. As diárias destinam-se ao custeio de despesas com alimentação, hospedagem e/ou locomoção urbana, decorrentes do deslocamento para o Município de Mossoró/RN, nos dias 19 a 21 de agosto de 2026, para participar, do Seminário Estadual da Primeira Infância do SUAS no Rio Grande do Norte que ocorrerá no auditório do IDEMA no município de Natal.

Art. 2º A concessão das diárias ora autorizadas está condicionada à efetiva realização da atividade que motivou o deslocamento, bem como à apresentação de documentação comprobatória, nos termos dos arts. 13 e 14 do Decreto Municipal nº 1086/2026.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:828C591F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL FERNANDES

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00008/2026

Nos termos dos elementos constantes no relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00008/2026, oriundo do Processo Administrativo nº **260703PE0077**, que objetiva: Aquisição de Material de Limpeza e Produtos de Higienização, para atendimento das diversas Secretarias e unidades administrativas da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação realizada na forma eletrônica, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: COMERCIAL COMPRA CERTA LTDA - 45.042.987/0001-45 – Valor total: R$ 67.994,40 ;
C DOMINGOS SARMENTO MERCEARIA - 07.394.639/0001-48 - Valor total: R$ 57.955,00;
DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA - 40.876.269/0001-50 - Valor total: R$ 1.092,70;
JEFTE DE MEDEIROS - 09.507.888/0001-28 - Valor total: R$ 79.733,90.

Rafael Fernandes - RN, 12 de agosto de 2026.

BENILTON RODRIGUES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:B0A7A6E5

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
RATIFICAÇÃO E ADJUDICAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 00009/2026

Nos termos dos elementos constantes no relatório final apresentado pelo Pregoeiro Oficial e observado o parecer da Assessoria Jurídica, referente ao Pregão Eletrônico nº 00009/2026, oriundo do Processo Administrativo nº **260715PE0082**, que objetiva: Aquisição de óculos de grau (armação e lentes corretivas), para distribuição gratuita aos munícipes em situação de vulnerabilidade social, atendidos pela Secretaria Municipal de Assistência Social da Prefeitura Municipal de Rafael Fernandes/RN, ADJUDICO o objeto e HOMOLOGO a licitação realizada na forma eletrônica, com base nos elementos constantes do processo correspondente, os quais apontam como proponentes vencedores: 44.570.004 MARIA DA CONCEICAO DA COSTA MOURA - 44.570.004/000180 – Valor total: R$ 25.634,00;

Rafael Fernandes - RN, 14 de agosto de 2026.

BENILTON RODRIGUES FERREIRA
Prefeito

Publicado por:
João Victor Negreiros da Silva
Código Identificador:3084C6FA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RAFAEL GODEIRO

RAFAEL GODEIRO - PREFEITURA
PORTARIA 102 - 2026 - CONCESSÃO DE DIÁRIAS - IARA FREITAS MAIA

PORTARIA Nº 102/2026 - GP

CONCEDE DIÁRIA(S) A SERVIDOR E/OU OCUPANTE DE CARGOS E/OU FUNÇÃO PÚBLICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE RAFAEL GODEIRO/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso das atribuições que lhe confere o art. 68, da lei Orgânica Municipal;
CONSIDERANDO o disposto no Anexo II da Portaria Interministerial STN/SOF nº 163, de 04 de maio de 2001;
CONSIDERANDO o que dispõe o art. 20 e seguintes da Lei Municipal nº 454/2025 e o Decreto nº 243/2025, que instituem e regulamentam a forma de concessão e pagamento dos valores referentes a diárias para o Prefeito Municipal, o Vice-prefeito, Secretários, Procuradores, servidor ocupante de cargo de provimento efetivo, ocupante de cargo de provimento em comissão - ambos do

Quadro Geral de Pessoal -, ou o que esteja cedido a este Município, bem como, para de colaborador ou colaborador eventual, quando se deslocarem a serviço, em caráter eventual ou transitório, da sede do Município para outro ponto do território nacional ou para o exterior, para participar de eventos do interesse do Poder Executivo Municipal; e,
CONSIDERANDO AINDA, o disposto no art. 16, subseção "V" da Resolução nº 028/2020 do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte-TCE/RN.

R E S O L V E:
Art. 1º – CONCEDER a **IARA FREITAS MAIA 0,5 (meia) diária**, no valor de **R$ 400,00 (quatrocentos reais)**, para realizar viagem à cidade de **Caraúbas/RN**, no dia **18 de agosto de 2026**, onde, no exercício de sua função pública, participará da **Oficina 1 de Planejamento com Referências Técnicas Municipais da 6ª Região de Saúde**, a ser realizada na **Universidade Federal Rural do Semi-Árido (UFERSA), Laboratório de Informática 2, Caraúbas/RN**. A referida diária destina-se ao custeio de despesas decorrentes da viagem, durante a qual serão tratados assuntos relacionados à **Secretaria Municipal de Saúde**, de interesse do Município de **Rafael Godeiro/RN**, com **saída e retorno previstos para o dia 18 de agosto de 2026**.
Art. 2º - Os "documentos comprobatórios da efetiva realização da viagem" que trata o Art. 16 da Resolução Nº 028/2020-TCE/RN, serão apensados aos autos do processo de despesa pelo beneficiário, conforme Termo de Responsabilidade que integra o Anexo I desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE e CUMPRA-SE.

Rafael Godeiro-RN, 17 de agosto de 2026.

LUDMILA CARLOS AMORIM DE ARAÚJO ROSADO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Flávia Karine de Paiva Batista
Código Identificador:0D5DAD69

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 030801/2026

EXTRATO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO
n.º 030801/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 03080001/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 030801/2026
CONTRATANTE: MUNICÍPIO RIACHO DA CRUZ.
CONTRATADO: ADEILTON ALVES DA CUNHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.19.391.680/0001-40
OBJETO: Contratação de empresa especializada para execução de serviços de levantamento topográfico, sob demanda, mediante prestação de serviços por hora técnica, com quantitativo mínimo de 10 (dez) horas trabalhadas, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN.
VALOR TOTAL: 19.680,00 (DEZENOVE MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS).
FUNDAMENTAÇÃOLEGAL: Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº. 14.133/2021.

Riacho da Cruz, 10/08/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:E8E20287

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130801/2025

EXTRATO DE RESUMO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130801/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
FORNECEDOR: FRANCISCO DA C CAVALCANTE LTDA – CNPJ nº 24.594.947/0001-36
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº 130801/2025, por 12 (doze) meses, de 13/08/2026 a 13/08/2027.
VALOR: Mantido o valor global registrado de R$ 328.728,00 (trezentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte e oito reais).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Item 5.1 da Ata de Registro de Preços; art. 84, da Lei Federal nº 14.133/2021.
LOCAL E DATA: Riacho da Cruz/RN, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:401CB97C

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
EXTRATO DE RESUMO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130802/2025

EXTRATO DE RESUMO DO TERMO ADITIVO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 130802/2025
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ/RN
FORNECEDOR: SUPERMERCADO ALMEIDA LTDA – CNPJ nº 70.046.685/0001-92
OBJETO: Prorrogação do prazo de validade da Ata de Registro de Preços nº 130802/2025, por 12 (doze) meses, de 13/08/2026 a 13/08/2027.
VALOR: Mantido o valor global registrado de R$ 543.286,40 (quinhentos e quarenta e três mil, duzentos e oitenta e seis reais e quarenta centavos).
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Item 5.1 da Ata de Registro de Preços; art. 84 , da Lei Federal nº 14.133/2021; Decreto nº 11.462/2023.
LOCAL E DATA: Riacho da Cruz/RN, 12 de agosto de 2026.

Publicado por:
Anderson Raphael Silva de Oliveira
Código Identificador:9AA02F8B

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 214/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:
Conceder ao Sra. **LAENE DE PAIVA RÊGO MESQUITA, CPF nº 513.***.***-34,** Secretária de Saúde e Saneamento, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (duas) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 17 a 19 de Agosto de 2026, para participar cumprir agenda institucional junto a importantes parceiros da gestão municipal de saúde, reuniões com Liga Norte Riograndense Contra o Câncer (LIGA) e COSEMS/RN.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 17 de Agosto de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:FA908B59

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 215/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder ao Sr. **FERNANDO DE OLIVEIRA RODRIGUES**, **CPF: 700.***.***-37,** coordenador de programas de saúde de atenção primaria, lotado na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (duas) diárias e meia, para que o mesmo possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 17 a 19 de Agosto de 2026, para participar cumprir agenda institucional junto a importantes parceiros da gestão municipal de saúde, reuniões com Liga Norte Riograndense Contra o Câncer (LIGA) e COSEMS/RN.

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 17 de Agosto de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:D7860B6A

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 216/2026

O Prefeito Municipal de Riacho da Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Conceder a Sra. **RITA DA COSTA SALES, CPF nº 085.***.***-63,** coordenadora de unidade de saúde da atenção primária, lotada na Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, 02 (duas) diárias e meia, para que a mesma possa se deslocar até a cidade de Natal/RN, nos dias 17 a 19 de Agosto de 2026, para participar cumprir agenda institucional junto a importantes parceiros da gestão municipal de saúde, reunião com Liga Norte Riograndense Contra o Câncer (LIGA).

Cumpra-se.

Riacho da Cruz/RN, 17 de Agosto de 2026.

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA RÊGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Maria Eduarda Lopes Ferreira
Código Identificador:0421DBAA

PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DA CRUZ
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA DISPENSA DE LICITAÇÃO N.º 030801/2026

TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA
Dispensa de Licitação n.º 030801/2026

O Município de Riacho da Cruz/RN, através de seu Prefeito Municipal, no uso das atribuições que lhe são conferidas por lei, em especial a Lei 14.133/2021, considerando tudo o que consta do Processo Administrativo de Dispensa de Licitação nº 030801/2026, vem emitir o presente Termo Autorizativo de Dispensa de Licitação, amparada no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal de nº 14.133/2021 e suas alterações posteriores, visando a Contratação de empresa especializada para execução de serviços de levantamento topográfico, sob demanda, mediante prestação de serviços por hora técnica, com quantitativo mínimo de 10 (dez) horas trabalhadas, visando atender às demandas da Prefeitura Municipal de Riacho da Cruz/RN., pelo valor de R$ 19.680,00 (DEZENOVE MIL E SEISCENTOS E OITENTA REAIS), em favor de ADEILTON ALVES DA CUNHA, inscrito no CNPJ/MF sob o nº.19.391.680/0001-40 .

Assim, nos termos da legislação supracitada, autorizo a presente contratação, determinando que se proceda a devida publicação dos atos.

Riacho da Cruz, 10/08/2026

MARCOS AURÉLIO DE PAIVA REGO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Sydney Fernandes Rodrigues
Código Identificador:5B8519CF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHO DE SANTANA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
RESCISÃO Nº: 010/2026
EMPREGADOR: PREFEITURA MUNICICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN
CONTRATADO: ANA VITORIA DE FRANÇA ALVES
CPF/CNPJ CONTRATADO: 078.956.924-88
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional Auxiliar de Apoio ao Ensino destinada a Escola Unidade de Ensino III Quinco Barbosa.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 9.726,00 (nove mil setecentos e vinte e seis reais).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2214 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 9 – Gestão FUNDEB
AÇÃO: 2.60 – Politicas com Recursos do FUNDEB 70% (ENSINO FUNDAMENTAL).
DESPESA: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1542 Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT
Fonte de Recurso: 1540 – Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
DATA DA RESCISÃO: 5 de agosto de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:4BA1674B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL

EXTRATO DE RESCISÃO CONTRATUAL
RESCISÃO Nº: 011/2026
EMPREGADOR: PREFEITURA MUNICICIPAL DE RIACHO DE SANTANA/RN
CONTRATADO: JUCILEUDO PINHEIRO DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 845.816.113-34
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional Motorista habilitação "E" destinado a Secretaria Municipal de Transporte do Município.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 11.671,20 (onze mil seiscentos e setenta e um reais e vinte centavos).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 2 – Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2211- SECRETARIA MUNICIPAL DE TRANSPORTES

Função: 26 - Transporte
Subfunção: 782 – Transporte Rodoviário
Programa: 31 – Infraestrutura, Urbanismo e Limpeza em Ação
AÇÃO: 2.19 – Custeio das Políticas da Secretaria de Transporte
DESPESA: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1501 – Outros Recursos não destinados
DATA DA RESCISÃO: 7 de agosto de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:AAAFA1E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 202602210/2026

EXTRATO DO CONTRATO
CONTRATO Nº: **202602210/2026**
CONTRATANTE: Município de Riacho de Santana - RN
CONTRATADO: DIEVINNY SOFIA ELIAS DA SILVA
CPF/CNPJ CONTRATADO: 434.743.478-29
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional de Medica Veterinária destinada a Secretaria Municipal de Agricultura do Município.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 16.210,00 (dezesseis mil e duzentos e dez reais).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 2 – Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2207 – SECRETARIA MUN DE AGRICULTURA, PECUARIA E PESCA.
Função: 20- Agricultura
Subfunção: 122 – Administração Geral
Programa: 28 – Agro Avança
AÇÃO: 2.10 – Custeio da Secretaria de Agricultura, Pecuária e Pesca.
DESPESA 463: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1501 – Outros Recursos não destinados
VIGÊNCIA: 3/08/2026 a 31/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 3 de agosto de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:97342F7A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 202602211/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: **202602211/2026**
CONTRATANTE: Município de Riacho de Santana - RN
CONTRATADO: ANA VITORIA DE FRANÇA ALVES
CPF/CNPJ CONTRATADO: 078.956.924-88
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional Professora destinada a Escola Unidade de Ensino III Quinco Barbosa.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 12.250,00 (doze mil e duzentos e cinquenta reais).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2214 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 9 – Gestão FUNDEB
AÇÃO: 2.60 – Politicas com Recursos do FUNDEB 70% (ENSINO FUNDAMENTAL).
DESPESA: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1542 Transferências do FUNDEB Complementação da União VAAT
Fonte de Recurso: 1540 – Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
VIGÊNCIA: 6/08/2026 a 31/12/2026.
DATA DA ASSINATURA: 6 de agosto de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:7B828F82

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO CONTRATO 20262212/2026

EXTRATO DO CONTRATO

CONTRATO Nº: **20262212/2026**
CONTRATANTE: Município de Riacho de Santana - RN
CONTRATADO: ERISON DA SILVA FONTES
CPF/CNPJ CONTRATADO: 069.119.954-00
AUTORIZAÇÃO LEGAL: Inciso IX, art. 37. Da Constituição Federal e lei municipal n° 346/2021.
OBJETO: Contratação de Profissional Auxiliar de Serviços Gerais destinado a Escola Municipal João Bernardino de Lima.
VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 8.105,00 (oito mil cento e cinco reais).
DOTAÇÃO:
Unidade Gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Riacho de Santana
Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo
Unidade Orçamentária: 2214 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Função: 12 - Educação
Subfunção: 361 – Ensino Fundamental
Programa: 9 – Gestão FUNDEB
AÇÃO: 2.62 – Politicas com Recursos do FUNDEB 30% (FUNDAMENTAL).
DESPESA: 3.1.90.04.00 Contratação por Tempo Determinado
Fonte de Recurso: 1540 – Transferência do FUNDEB – Impostos e Transferências de Impostos
VIGÊNCIA: 10/08/2026 a 30/06/2026.
DATA DA ASSINATURA: 10 de agosto de 2026.

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:48B31329

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 370/2026 RIACHO SANTANA/RN, 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 370/2026 RIACHO SANTANA/RN, 17 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE SATIRO ELIAS DUARTE**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 14 de agosto do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 17 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:DC15603B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA N.º 371/2026 RIACHO SANTANA/RN, 17 DE AGOSTO DE 2026.

PORTARIA DE DIÁRIA N.º 371/2026 RIACHO SANTANA/RN, 17 DE AGOSTO DE 2026.

O Prefeito Municipal de Riacho de Santana, Estado do Rio Grande do Norte, Senhor **Davi Cassio Fernandes de Silva**, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pelo Art. 74, inciso I, da Lei Orgânica do Município de Riacho de Santana.

RESOLVE,

Art. 1º - Conceder ao Senhor **JOSE ALDEY E SOUSA**, motorista, 1 (Uma) diária, no valor unitário de R$ 150,00 (cento e cinquenta reais), referente as despesas decorrentes de viagem do servidor deste município para Natal-RN, a fim transportar paciente que se encontra em tratamento de saúde, no dia 16 de agosto do corrente ano.

Art. 2º A presente Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio Municipal de Riacho de Santana/RN, em 17 de agosto de 2026.

DAVI CASSIO FERNANDES DA SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Manoel Gilvam da Silva
Código Identificador:6808103A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIACHUELO

COMISSÃO MUNICIPAL DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 011/2026

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO/SRP Nº 011/2026
Exclusivo para ME/EPP
(Processo Administrativo n.º 065/2026)

A Prefeitura Municipal de Riachuelo/RN, por meio do seu Agente de Contratação/Pregoeiro, torna público que fará realizar a licitação a seguir especificada:

Pregão Eletrônico, MENOR PREÇO POR ITEM.

Objeto: **REGISTRO DE PREÇOS PARA AQUISIÇÃO FUTURA E PARCELADA DE MEDICAMENTOS DA FARMÁCIA BÁSICA E INJETÁVEIS, PARA SUPRIR AS NECESSIDADES E DEMANDAS DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE RIACHUELO/RN.**

Data/hora/local: 28 de agosto de 2026, às 09h:00min – Horário de Brasília, **ENDEREÇO ELETRÔNICO**: www.portaldecompraspublicas.com.br. O Pregoeiro Informa Que o Edital e Seus Anexos estão disponíveis nos Endereços Eletrônicos: https://riachuelo.rn.gov.br/ e www.portaldecompraspublicas.com.br.

Riachuelo/RN, 17 de agosto de 2026.

NAILTON MACIEL LEITE DA FONSECA
Agente de Contratação
Portaria 162/2025

Publicado por:
Nailton Maciel Leite da Fonseca
Código Identificador:E60F6E68

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RIO DO FOGO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº209/2026 – GPMRF

Conceder diárias ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e Técnico da Secretaria Municipal de Educação e dar outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE RIO DO FOGO/RN, usando das atribuições legais que são conferidas pela Lei Orgânica deste Município e especialmente aos ditames do Regime Jurídico Único do Servidor Municipal.

RESOLVE:
Art. 1º – Conceder 05 (cinco) diárias, ao senhor **NIVALDO AMBROSIO DA SILVA,** CPF:***.456.804-**, ao Presidente do Conselho Municipal de Educação e Técnico da Secretaria Municipal de Educação, para custear despensas durante sua participação no XXXV Congresso Nacional de Conselhos Municipais de Educação e III Seminário do CACS/FUNDEB, com viagem programada dos dias 18 à 22 de agosto de 2026, o evento acontecerá no Auditório Plenário JPN, Parla Mundi em Brasília/DF.
Art. 2º - Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas as disposições em contrário.

Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Rio do Fogo-RN, 17 de agosto de 2026.

MARCIO LUIZ PEREIRA BARBOSA
Prefeito Constitucional de Rio do Fogo/RN
CPF: 000.659.704-11 Matrícula: 80.597-4

Publicado por:
Elizandra Dos Santos Pereira
Código Identificador:A6BFC9EE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

CHEFIA DE GABINETE
LEI MUNICIPAL Nº 1007, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

LEI MUNICIPAL Nº 1007/2026.

EMENTA:Aprova a abertura de Crédito Adicional Suplementar, por Anulação Parcial ou total de Dotações Orçamentárias no valor de R$844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais), e oferece outras providências.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE, Prefeita do município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das suas atribuições constitucionais, faz saber, que o poder Legislativo Municipal **aprova**, e ela sanciona a seguinte lei:

Art. 1.º - Esta Lei autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir, no orçamento geral do Município de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar, conforme estabelece o inciso I do art. 41 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de R$ 844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais), destinado ao reforço de dotações orçamentárias , na forma e nos limites estabelecidos nesta Lei, para as seguintes rubricas orçamentárias no "**ANEXO 1 – RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:**

Art. 2º - As rubricas das dotações autdas dotações reduzidascomplementar no artigo anterior, serão majoradas orçamentariamente por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, seguindo a conceituação do inciso III do parágrafo 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64, no valor total de 844.000,00

(oitocentos e quarenta e quatro mil reais), com as seguintes rubricas da dotações reduzidas conforme **"ANEXO 2 - RELAÇÃO ANULAÇÃO DE DOTAÇÃO ORÇAMENTARIA."**, acostado a esta lei, sendo parte integrante desta lei.

Art. 3.º - Fica modificado o Plano Plurianual do quadriênio – PPA 2026/2029, nos moldes e naquilo que for pertinente, na conformidade das descrições dos arts. 1º e 2º desta Lei.

Art. 4.º - Ficam alteradas as Diretrizes Orçamentárias - LDO do exercício de 2026, nos mesmos moldes e naquilo que for pertinente, logo que descrito nos arts. 1º e 2° desta Lei

Art. 5.º - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação

Gabinete do Prefeita Municipal de Rodolfo Fernandes, Estado do Rio Grande do Norte, em 14 de agosto de 2026.

ANA CLAUDIA ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeito Municipal de Rodolfo Fernandes – RN

ANEXO 1
RELAÇÃO DE ALTERAÇÕES ORÇAMENTÁRIAS:
Unidade gestora: 3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 12 - Administrando à Saude
Ação: 2.266 - Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Sec. Saúde
Despesa: 1553 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não vinculados de impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Valor: 130.000,00

Unidade gestora: 3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa: 16 - Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade
Ação: 2.281 - Manutenção das atividades do Hospital Municipal
Despesa: 1787 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não vinculados de impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Valor: 290.000,00

Unidade gestora: 3 - Fundo Mun de Saude de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 3000 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 3002 - Fundo Mun. de Saúde de Rodolfo Fernandes
Função: 10 - Saúde
Subfunção: 305 - Vigilância Epidemiológica
Programa: 13 - Monitoramento e Alerta Epidemiológico
Ação: 2.288 - Políticas voltadas atividades da Vigilância Epidemiológica
Despesa: 1954 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 15001002 - Recursos não vinculados de impostos - Despesas com ações e serviços públicos de saúde
Valor: 60.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2007 - Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo
Função: 15 - Urbanismo
Subfunção: 452 - Serviços Urbanos
Programa: 31 - Infraestrutura, Urbanismo e Limpeza para o Futuro
Ação: 2.310 - Políticas das ações de Urbanismo, Infraestrutura e admnistrativa do setor
Despesa: 2272 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 100.000,00

Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo
Unidade orçamentária: 2009 - Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico
Função: 11 - Trabalho
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 22 - Inclusão Produtiva e Qualificação Social
Ação: 2.325 - Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico
Despesa: 2695 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 41.500,00

Unidade gestora: 4 - Fundo Mun de Assistencia Social de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Mun. Assist. Soc. Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 4002 - Fundo Municipal de Assistencia Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 122 - Administração Geral
Programa: 36 - Gestão Integrada de Recursos para Inclusão Social
Ação: 2.346 - Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social
Despesa: 2855 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 104.500,00

Unidade gestora: 4 - Fundo Mun de Assistencia Social de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Mun. Assist. Soc. Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 4002 - Fundo Municipal de Assistencia Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 244 - Assistência Comunitária
Programa: 21 - Defesa daProteção Social Básica e Especial
Ação: 2.350 - Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica (PSB)
Despesa: 2916 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 45.000,00
Unidade gestora: 4 - Fundo Mun de Assistencia Social de Rodolfo Fernandes
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Mun. Assist. Soc. Rodolfo Fernandes
Unidade orçamentária: 4002 - Fundo Municipal de Assistencia Social
Função: 8 - Assistência Social
Subfunção: 243 - Assistência à Criança e ao Adolescente
Programa: 36 - Gestão Integrada de Recursos para Inclusão Social
Ação: 2.356 - Custeio do Conselho Tutelar da Criança e Adolescente
Despesa: 2981 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil
Fonte de recurso: 1501 - Outros Recursos nãoVinculados
Valor: 73.000,00
Total de despesas acrescidas: R$ 844.000,00

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:2B63CB68

GABINETE DO(A) PREFEITA
DECRETO 49/2026

Decreto nº 49, de 14 de agosto de 2026.

Abre crédito adicional suplementar ao orçamento vigente do exercício de 2026, no valor de R$ 844.000,00, mediante anulação de dotações orçamentárias, e dá outras providências.

A PREFEITA CONSTITUCIONAL DO MUNICÍPIO DE RODOLFO FERNANDES, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica do Município, e

CONSIDERANDO a autorização contida na **Lei Municipal nº 1.007, de 14 de agosto de 2026**;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto ao Orçamento vigente do Município de Rodolfo Fernandes/RN, crédito adicional suplementar no valor total de **R$ 844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais)**, destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

I – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo; Função 15 – Urbanismo; Subfunção 452 – Serviços Urbanos; Programa 31 – Infraestrutura, Urbanismo e Limpeza para o Futuro; Ação 2.310 – Políticas das Ações de Urbanismo, Infraestrutura e Administrativa do Setor; Despesa 2272 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 100.000,00;**

II – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2009 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Econômico; Função 11 – Trabalho; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 22 – Inclusão Produtiva e Qualificação Social; Ação 2.325 – Ações da Secretaria de Desenvolvimento Econômico; Despesa 2695 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 41.500,00;**

III – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1553 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 130.000,00;**

IV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.281 – Manutenção das Atividades do Hospital Municipal; Despesa 1787 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 290.000,00;**

V – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 305 – Vigilância Epidemiológica; Programa 13 – Monitoramento e Alerta Epidemiológico; Ação 2.288 – Políticas Voltadas às Atividades da Vigilância Epidemiológica; Despesa 1954 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 60.000,00;**

VI – Órgão 4000 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 4002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Função 8 – Assistência Social; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 36 – Gestão Integrada de Recursos para Inclusão Social; Ação 2.346 – Atividades Administrativas do Fundo Municipal de Assistência Social; Despesa 2855 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 104.500,00;**

VII – Órgão 4000 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 4002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Função 8 – Assistência Social; Subfunção 243 – Assistência à Criança e ao Adolescente; Programa 36 – Gestão Integrada de Recursos para Inclusão Social; Ação 2.356 – Custeio do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente; Despesa 2981 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 73.000,00;**

VIII – Órgão 4000 – Fundo Municipal de Assistência Social de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 4002 – Fundo Municipal de Assistência Social; Função 8 – Assistência Social; Subfunção 244 – Assistência Comunitária; Programa 21 – Defesa da Proteção Social Básica e Especial; Ação 2.350 – Manutenção dos Serviços de Proteção Social Básica (PSB); Despesa 2916 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 45.000,00.**

Art. 2º Para atender ao disposto no artigo anterior, ficam anuladas parcialmente as seguintes dotações orçamentárias, no valor total de **R$ 844.000,00 (oitocentos e quarenta e quatro mil reais)**:

I – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo; Função 15 – Urbanismo; Subfunção 452 – Serviços Urbanos; Programa 31 – Infraestrutura, Urbanismo e Limpeza para o Futuro; Ação 2.310 – Políticas das Ações de Urbanismo, Infraestrutura e Administrativa do Setor; Despesa 2288 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 25.000,00;**

II – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo; Função 15 – Urbanismo; Subfunção 452 – Serviços Urbanos; Programa 31 – Infraestrutura, Urbanismo e Limpeza para o Futuro; Ação 2.310 – Políticas das Ações de Urbanismo, Infraestrutura e Administrativa do Setor; Despesa 2289 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 25.000,00;**

III – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo; Função 26 – Transporte; Subfunção 782 – Transporte Rodoviário; Programa 34 – Trânsito Seguro; Ação 2.324 – Ações Voltadas ao Departamento de Trânsito Municipal; Despesa 2687 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 20.000,00;**

IV – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2007 – Secretaria Municipal de Infraestrutura e Urbanismo; Função 26 – Transporte; Subfunção 782 – Transporte Rodoviário; Programa 34 – Trânsito Seguro; Ação 2.324 – Ações Voltadas ao Departamento de Trânsito Municipal; Despesa 2688 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 10.000,00;**

V – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2008 – Secretaria Municipal de Agricultura; Função 20 – Agricultura; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 28 – Sustentabilidade Rural e Agro; Ação 2.314 – Custeio da Secretaria de Agricultura; Despesa 2341 – 3.3.90.36.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Física; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 9.000,00;**

VI – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2008 – Secretaria Municipal de Agricultura; Função 20 – Agricultura; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 28 – Sustentabilidade Rural e Agro; Ação 2.314 – Custeio da Secretaria de Agricultura; Despesa 2347 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Fonte

de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 15.000,00;**

VII – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2008 – Secretaria Municipal de Agricultura; Função 20 – Agricultura; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 28 – Sustentabilidade Rural e Agro; Ação 2.314 – Custeio da Secretaria de Agricultura; Despesa 2348 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 5.000,00;**

VIII – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2008 – Secretaria Municipal de Agricultura; Função 20 – Agricultura; Subfunção 606 – Extensão Rural; Programa 28 – Sustentabilidade Rural e Agro; Ação 1.114 – Ação Voltada ao Corte de Terra para Agricultores Locais; Despesa 2371 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 240.000,00;**

IX – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2013 – Secretaria Municipal de Esportes; Função 27 – Desporto e Lazer; Subfunção 812 – Desporto Comunitário; Programa 19 – Esporte, Vida e Superação; Ação 2.322 – Custeio da Secretaria de Esportes; Despesa 2657 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 20.000,00;**

X – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2013 – Secretaria Municipal de Esportes; Função 27 – Desporto e Lazer; Subfunção 812 – Desporto Comunitário; Programa 19 – Esporte, Vida e Superação; Ação 2.323 – Fomento às Atividades Desportivas e Eventos no Setor; Despesa 2666 – 3.3.90.31.00 – Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 10.000,00;**

XI – Órgão 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária 2013 – Secretaria Municipal de Esportes; Função 27 – Desporto e Lazer; Subfunção 812 – Desporto Comunitário; Programa 19 – Esporte, Vida e Superação; Ação 2.323 – Fomento às Atividades Desportivas e Eventos no Setor; Despesa 2800 – 3.3.90.48.00 – Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas; Fonte de Recurso 1501 – Outros Recursos não Vinculados – 1.501.0000 – **R$ 10.000,00;**

XII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1555 – 3.1.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1559 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XIV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1561 – 3.3.90.34.00 – Outras Despesas de Pessoal Decorrentes de Contratos de Terceirização; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 20.000,00;**

XV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1564 – 3.3.90.37.00 – Locação de Mão-de-Obra; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 5.000,00;**

XVI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1573 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 20.000,00;**

XVII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1574 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 30.000,00;**

XVIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 122 – Administração Geral; Programa 12 – Administrando à Saúde; Ação 2.266 – Políticas do Fundo Municipal de Saúde e Secretaria de Saúde; Despesa 1575 – 4.4.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XIX – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.270 – Custeio das Políticas da Estratégia de Saúde da Família – ESF; Despesa 1602 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XX – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.270 – Custeio das Políticas da Estratégia de Saúde da Família – ESF; Despesa 1604 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 6.000,00;**

XXI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.271 – Custeio das Políticas da Estratégia de Saúde Bucal – ESB; Despesa 1627 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.271 – Custeio das Políticas da Estratégia de Saúde Bucal – ESB;

Despesa 1646 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.272 – Custeio das Políticas das Equipes Multiprofissionais – EMulti; Despesa 1654 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXIV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.272 – Custeio das Políticas das Equipes Multiprofissionais – EMulti; Despesa 1656 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.276 – Custeio das Políticas dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS; Despesa 1702 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 15.000,00;**

XXVI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.276 – Custeio das Políticas dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS; Despesa 1714 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 5.000,00;**

XXVII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.276 – Custeio das Políticas dos Agentes Comunitários de Saúde – ACS; Despesa 1719 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 30.000,00;**

XXVIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.278 – Atenção Primária em Saúde e Implementação de Políticas Públicas; Despesa 1736 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXIX – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.278 – Atenção Primária em Saúde e Implementação de Políticas Públicas; Despesa 1743 – 3.1.91.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 1.000,00;**

XXX – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 301 – Atenção Básica; Programa 17 – Atenção Primária na Saúde Sustentável; Ação 2.278 – Atenção Primária em Saúde e Implementação de Políticas Públicas; Despesa 1746 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 30.000,00;**

XXXI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.281 – Manutenção das Atividades do Hospital Municipal; Despesa 1812 – 4.4.90.51.00 – Obras e Instalações; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 50.000,00;**

XXXII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.282 – Manutenção das Ações da Atenção Especializada; Despesa 1818 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXXIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.282 – Manutenção das Ações da Atenção Especializada; Despesa 1820 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXXIV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.282 – Manutenção das Ações da Atenção Especializada; Despesa 1822 – 3.1.90.13.00 – Obrigações Patronais; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 5.000,00;**

XXXV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.282 – Manutenção das Ações da Atenção Especializada; Despesa 1824 – 3.1.90.92.00 – Despesas de Exercícios Anteriores; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 2.000,00;**

XXXVI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 – Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 2.282 – Manutenção das Ações da Atenção Especializada; Despesa 1842 – 3.3.90.40.00 – Serviços de Tecnologia da Informação e Comunicação – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 1.000,00;**

XXXVII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 302 –

Assistência Hospitalar e Ambulatorial; Programa 16 – Cuidado Completo: Média e Alta Complexidade; Ação 1.108 – Reforma, Construção e Ampliação de Unidades da Atenção Especializada à Saúde; Despesa 1864 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 20.000,00;**

XXXVIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 1896 – 3.1.90.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XXXIX – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 1898 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XL – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 1902 – 3.1.91.04.00 – Contratação por Tempo Determinado; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XLI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 1905 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XLII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 1906 – 3.3.90.32.00 – Material, Bem ou Serviço para Distribuição Gratuita; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 20.000,00;**

XLIII – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 303 – Suporte Profilático e Terapêutico; Programa 15 – Assistência Farmacêutica para Todos; Ação 2.285 – Políticas Voltadas à Farmácia Básica; Despesa 2827 – 3.1.91.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XLIV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 304 – Vigilância Sanitária; Programa 14 – Vigilância Sanitária Alerta; Ação 2.286 – Políticas Públicas da Vigilância Sanitária; Despesa 1917 – 3.1.90.11.00 – Vencimentos e Vantagens Fixas – Pessoal Civil; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00;**

XLV – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 10 – Saúde; Subfunção 304 – Vigilância Sanitária; Programa 14 – Vigilância Sanitária Alerta; Ação 2.286 – Políticas Públicas da Vigilância Sanitária; Despesa 1927 – 3.3.90.30.00 – Material de Consumo; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 15.000,00;**

XLVI – Órgão 3000 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Unidade Orçamentária 3002 – Fundo Municipal de Saúde de Rodolfo Fernandes; Função 17 – Saneamento; Subfunção 512 – Saneamento Básico Urbano; Programa 29 – Sanea Mais; Ação 2.338 – Políticas Voltadas ao Saneamento Básico; Despesa 2795 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso 15001002 – Recursos não Vinculados de Impostos – Despesas com Ações e Serviços Públicos de Saúde – 1.500.1002 – **R$ 10.000,00.**

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Rodolfo Fernandes/RN, 14 de agosto de 2026.

ANA CLÁUDIA DE ALMEIDA CAVALCANTE
Prefeita Municipal

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:3038DDAC

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DE HOMOLOGAÇÃO E RESULTADO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE SANTA CRUZ/RN – SAAE torna público o resultado do Edital de Credenciamento nº 001/2026, Processo Administrativo nº 015/2026.
OBJETO: Credenciamento de instituições financeiras e agentes arrecadadores alternativos para recebimento de faturas de água e esgoto no padrão FEBRABAN.
FUNDAMENTO: Art. 74, IV c/c art. 79, II, da Lei nº 14.133/2021.
CREDENCIADOS HABILITADOS:

Razão Social	CNPJ	Tipo
Banco Bradesco S.A.	60.746.948/0001-12	Instituição Financeira

DATA DA ABERTURA DOS ENVELOPES: 17 de agosto de 2026.
VALOR ESTIMADO: Valor global estimado (12 meses): R$ 170.250,00 (cento e setenta mil duzentos e cinquenta reais).
HOMOLOGAÇÃO: Gilvan Pontes da Silva, Diretor do SAAE de Santa Cruz/RN, em 17 de agosto de 2026.

Santa Cruz/RN, em 17 de agosto de 2026.

GILVAN PONTES DA SILVA
Diretor(a) do SAAE – Santa Cruz/RN

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:91E2C45D

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
EXTRATO DO TERMO DE CONTRATO Nº 07/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026.
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026.
Contratante: SAAE – Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN inscrito no CNPJ nº 08.520.389/0001-08

Contratado(a): BANCO BRADESCO S.A., CNPJ nº 60.746.948/0001-12
Objeto: Credenciamento tem por objeto a habilitação de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil e de agentes arrecadadores alternativos com vínculo formal a instituições financeiras autorizadas, para atuação no recebimento de notas fiscais/faturas de água e esgotamento sanitário e demais guias emitidas pelo SAAE de Santa Cruz/RN.
Dotação Orçamentária: 3.3.90.39 – "Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica"
Valor: R$ 170.250,00 (cento e setenta mil duzentos e cinquenta reais).
Prazo de Vigência: 12 meses
Base Legal: Art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Data: 17 de agosto de 2026.
Assinaturas: Gilvan Pontes da Silva/Diretor, Daniela Sampaio de Souza Oyadomari e Eliete Maria Martins de Souza/representantes legais.

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:0F5A065D

SAAE - SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO
RESULTADO DE JULGAMENTO – CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 015/2026
EDITAL DE CREDENCIAMENTO Nº 001/2026

O Serviço Autônomo de Água e Esgoto de Santa Cruz/RN – SAAE, por meio do(a) Agente de Contratação Uliana Pinto de Assis Crisanto, torna público o resultado de julgamento do Edital de Credenciamento nº 001/2026, cujo objeto é o credenciamento de instituições financeiras autorizadas pelo Banco Central do Brasil e de agentes arrecadadores alternativos para atuação no recebimento de notas fiscais/faturas de água e esgotamento sanitário e demais guias emitidas pelo SAAE de Santa Cruz/RN, no padrão FEBRABAN, com fundamento no art. 74, inciso IV, c/c art. 79, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
Após sessão pública de abertura dos envelopes realizada em 17 de agosto de 2026, foram analisados os documentos de habilitação (Envelope nº 1) e as Declarações de Aceitação de Preços (Envelope nº 2) de todos os interessados que protocolaram envelopes no prazo previsto no Edital, com os seguintes resultados:

Razão Social	CNPJ	Resultado
BANCO BRADESCO S.A.	60.746.948/0001-12	HABILITADO CREDENCIADO

Em observância à natureza não excludente e paralela do credenciamento, todos os interessados declarados habilitados atuarão simultaneamente na prestação dos serviços de arrecadação, sem ordem de preferência entre si, em igualdade de condições e pelos valores fixados no Anexo III (Tabela de Preços) do Edital.

Fica aberto o prazo de 3 (três) dias úteis para fins de interposição de recurso administrativo, nos termos do art. 165, I, da Lei Federal nº 14.133/2021. Os autos do processo encontram-se com vista franqueada aos interessados na sede do SAAE de Santa Cruz/RN, durante o horário de expediente.

Santa Cruz/RN, em 17 de agosto de 2026.

ULIANA PINTO DE ASSIS CRISANTO
Agente de Contratação
SAAE – Santa Cruz/RN

Publicado por:
Gilvan Pontes da Silva
Código Identificador:F608368D

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-CONCORRÊNCIA Nº 006/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250194/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, a Sra: ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA nº 006/2026 com início no dia 26/06/2026 que tem por objeto CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN, em favor da empresa relacionada a seguir: SOLAR ENGENHARIA EIRELI - CNPJ: 30.500.281/0001-02, saiu vencedora no item: 01 - R$ 2.854.000,00 (dois milhões oitocentos e cinquenta e quatro mil reais) As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 17 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:7398C320

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 035/2026

Ref. Processo Administrativo PMSC/RN nº 20250215/2026

A Prefeitura Municipal de Santa Cruz/RN, através da Prefeita Municipal, ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob o nº 009.133.444-60, com RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 035/2026 com início no dia 14 de julho de 2026 que tem por objeto Contratação especializada na prestação de serviços de borracharia, para execução de conserto, reparo e manutenção de pneus dos veículos que integram a frota municipal de Santa Cruz/RN, em favor da empresa relacionada a seguir: COSME VICENTE DA SILVA-CNPJ: 22.524.816/0001-57, saiu vencedor nos itens: 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10; totalizando o valor de R$ 152.160,00 (cento e cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais). As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Ferreira Chaves, 40, Centro, Santa Cruz/RN, CEP: 59.200-000, em horário de expediente.

SANTA CRUZ/RN, 17 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita Municipal

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:997441BF

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 040/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.358.889/0001-95, localizada à Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO**

POR ITEM, objetivando AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTO E MATERIAL PERMANENTE, COMPREENDENDO VEÍCULO AUTOMOTOR DESTINADO AO DESLOCAMENTO DA EQUIPE MULTIPROFISSIONAL, MOBILIÁRIO ADMINISTRATIVO, EQUIPAMENTO DE HIGIENIZAÇÃO E EQUIPAMENTO DE CONFORTO E PURIFICAÇÃO DE ÁGUA, NOVOS, DE PRIMEIRA QUALIDADE, SEM USO ANTERIOR, DESTINADOS AO CAPS FRANCISCA MARIA DA CONCEIÇÃO - CHIQUITA, UNIDADE VINCULADA AO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SANTA CRUZ/RN.O Edital está disponível no Endereço: Rua Ferreira Chaves, nº 40, Centro, Santa Cruz/RN ou http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir de 20 de agosto de 2026 às 08h00min exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: 02 de setembro de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital40

Santa Cruz/RN, em 17 de agosto de 2026.

KARLA PATRÍCIA DOS SANTOS.
Agente de Contratação

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:F21E778E

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
G A B I N E T E D A P R E F E I T A EXTRATO DO CONTRATO Nº 118/2026

Concorrência Eletrônica Nº 006/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 20250194/2026
FUNDAMENTO LEGAL: **Lei 14.133/2021, Art. 28, II (PNCP)**

CONTRATANTE: MUNICIPIO DE SANTA CRUZ, representado pela Prefeita aSenhora ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA, inscrita no CPF sob nº 009.133.444-60, portadora do RG nº 1.898.312-SSP/RN – ITEP/RN, brasileira, casada, residente e domiciliada neste Município de Santa Cruz/RN.

CONTRATADO: SOLAR ENGENHARIA EIRELI, inscrita no CNPJ (MF) sob o nº 30.500.281/0001-02, com sede à Avenida Amintas Barros, 2826, Natal.

OBJETO: CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE ENGENHARIA PARA A EXECUÇÃO DAS OBRAS DE CONSTRUÇÃO DE UMA CRECHE MUNICIPAL NO MUNICÍPIO DE SANTA CRUZ/RN.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: Unidade Orçamentária:02.081 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
Ação: 1048 - Construção, Ampliação, Reforma e aparelhamento de Unidades de Ensino Infantil.
Função: 12 - EDUCAÇÃO
Sub-Função: 365 - EDUCAÇÃO INFANTIL
Programa: 0005 - Modernização e Reaparelhamento da Educação
Natureza: 4.4.90.51 - OBRAS E INSTALAÇÕES
Fonte de Recurso: 15700000 - Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação
Região: 0001 - SANTA CRUZ**.**

VALOR TOTAL: R$ 2.854.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta e quatro mil reais).

Santa Cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

ANA FABRÍCIA DE ARAÚJO SILVA RODRIGUES DE SOUZA
Prefeita – Contratante

NELSON DUARTE LIRA
Solar Engenharia EIRELI
Contratado

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:DACBEBC9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA MARIA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO TERMO DE COLABORAÇÃO Nº 001/2025

PARTÍCIPES: MUNICÍPIO DE SANTA MARIA/RN, por intermédio da Secretaria Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, e o INSTITUTO POTIGUAR SOCIAL E EDUCACIONAL – IP, inscrito no CNPJ nº 17.837.958/0001-34.
OBJETO: Prorrogação da vigência do Termo de Colaboração nº 001/2025 por mais 12 (doze) meses, bem como adequação do valor da parceria para o período prorrogado, sem alteração da natureza do objeto originalmente pactuado, conforme Plano de Trabalho readequado.
VIGÊNCIA: 12 (doze) meses, contados da data de assinatura do Primeiro Termo Aditivo.
FUNDAMENTAÇÃO: Lei Federal nº 13.019/2014, alterações posteriores e disposições do Termo de Colaboração nº 001/2025.
SIGNATÁRIOS: MARIA LUCIVANDA LIMA E SILVA, Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação, pelo Município de Santa Maria/RN; e MARIA TEREZA DE MACEDO LIMA, Presidente do Instituto Potiguar Social e Educacional – IP.

Santa Maria/RN, 07 de abril de 2026.

MARIA LUCIVANDA LIMA E SILVA
Secretária Municipal de Assistência Social, Trabalho e Habitação

Publicado por:
Juecy Fernandes Aurino da Silva
Código Identificador:4C8077AF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRONICO Nº 014/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 0953/2026

Objeto: **REGISTRO DE PREÇO VISANDO A FUTURA AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANENTE (MÓVEIS, ELETRODOMÉSTICOS, ELETRÔNICOS ENTRE OUTROS) PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.**

Pelo presente instrumento, com base no Art. 71, IV Lei nº 14.133/2021, **ADJUDICO** o **Item 0016** em favor da empresa **W P B DA COSTA**, inscrita no CNPJ sob o nº 43.011.876/0001-46, com sede na Rua Parque Paulo Barbalho, nº 409, Centro, Lagoa D'Anda/RN – CEP: 59.227-000, representada pelo Sr. Wyller Pacifico Batista da Costa, inscrito no CPF sob o nº ***.787.984-**, com Valor Global de **R$ 67.500,00 (sessenta e sete mil e quinhentos reais)**, os **Itens 0025, 0029, 0031 e 0032** em favor da empresa **CATFELLI DESIGNER COMERCIO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 44.460.306/0001-04, com sede na Rua Olivacy Rodrigues de Freitas, nº 17, Quadra 19 – Lote 18, Aeroporto, Mossoró/RN – CEP: 59.607-290, representada pelo Sr. João Ricardo de Oliveira Gonçalves, inscrito no CPF sob o nº ***.622.814-**, com Valor Global de **R$ 24.198,00 (vinte e quatro mil, cento e noventa e oito reais),** os **Itens 0005, 0007, 0008, 0015, 0035, 0036, 0037, 0038 e 0039** em favor da empresa **D7MAIS COMERCIO E SERVIÇOS LTDA**, inscrita no CNPJ sob nº 64.602.531/0001-37, com sede Rua Bruno Maia de Melo, nº 81, Sala 003, Mangabeira, João Pessoa/PB – CEP: 58.059-132, representada pela Sra. Solange Beltrão de Araújo Albuquerque, inscrita no CPF sob o nº ***.622.314-**, com Valor Global de **R$**

85.119,00 (oitenta e cinco mil, cento e dezenove reais), os **Itens 0003, 0004, 0006, 0010, 0012, 0013, 0018, 0026, 0027, 0028, 0030 e 0040** em favor da empresa **M B TAVARES BARRETO LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº 29.378.140/0001-80, com sede na Rua Padre Teofilo Tworz, nº 640, Anexo 2, Prado, Recife/PE – CEP: 50.751-315, representada pela Sra. Mirela Brito Tavares Barreto, inscrita no CPF sob o nº ***.402.244-**, com Valor Global de **R$ 45.289,10 (quarenta e cinco mil, duzentos e oitenta e nove reais e dez centavos),** e os **Itens 0001, 0002, 0009, 0011, 0014, 0020, 0022, 0023, 0034 e 0041** em favor da empresa **NUZIA LEILA DUTRA DA SILVA DANTAS**, com sede na Rua Jarques Lucio da Silva, nº 316, Bosque do Piranhas, São Bento/PB – CEP; 58.865-000, representada pela Sra. Nuzia Leila Dutra da Silva Dantas, inscrita no CPF sob o nº ***.476.744-**, com Valor Global de **R$ 141.300,00 (cento e quarenta e um mil e trezentos reais),** nos termos da referida Lei, que atendeu todos os requisitos do Edital.
Continuamente, **HOMOLOGO** o presente Pregão Eletrônico nº 014/2026, também nos termos do Art. 71, IV da Lei nº 14.133/2021, tendo em vista a manifestação do Pregoeiro que, em análise aos documentos apresentados pelas empresas vencedoras, constatou o atendimento de todas as condições previstas no edital.

As empresas vencedoras ficam **CONVOCADAS** para, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, assinar a Ata de Registro de Preço, podendo ser solicitada através do e-mail: licitacao@santanadomatos.rn.gov.br , ao mesmo tempo em que ficam obrigadas a cumprir integralmente as condições estabelecidas na Ata de Registro de Preço que será celebrada entre as partes, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislações aplicáveis, bem como a executar o objeto adjudicado nos termos e prazos estipulados.

Por fim, autorizo a publicação deste Termo de Adjudicação e Homologação no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte e no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, para fins de publicidade e transparência, nos termos da Lei nº 14.133/2021 e demais legislação aplicável.

PUBLIQUE-SE, CUMPRA-SE, REGISTRE-SE.

Santana do Matos/RN, 17 de agosto de 2026.

CLAYLTON ÂNGELO PINHEIRO DA SILVEIRA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lucas Ionaldo da Silva Ferreira
Código Identificador:3917C685

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECISÃO ADMINISTRATIVA COMISSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL
EDITAL Nº 001/2026, DE 29 DE JULHO DE 2026

DECISÃO ADMINISTRATIVA
COMISSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2026, DE 29 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a análise e o deferimento de recurso administrativo apresentado por candidata e a convocação para nova data de realização da entrevista e apresentação do Plano de Gestão do Processo Seletivo para escolha de Diretor Escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Santana do Seridó/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, por meio da **COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO PARA ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR**, instituída pela Portaria nº 0173/2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0695, de 15 de julho de 2026, bem como pelo Edital nº 001/2026,

CONSIDERANDO o recurso administrativo apresentado pela candidata **LUZIA BEZERRA SANTOS**, devidamente protocolado perante esta Comissão em 14 de agosto de 2026, requerendo nova oportunidade para realização da entrevista e apresentação do Plano de Gestão;

CONSIDERANDO que o recurso apresentado foi devidamente recebido e analisado pela Comissão, juntamente com a documentação apresentada pela candidata para fundamentar o pedido;

CONSIDERANDO que a candidata **LUZIA BEZERRA SANTOS** é a única candidata inscrita para a Escola Municipal Monsenhor Amâncio Ramalho, conforme consta no resultado provisório das inscrições publicado pela Comissão;

CONSIDERANDO que a concessão de nova oportunidade para a realização das etapas de entrevista e apresentação do Plano de Gestão, no caso concreto, não ocasiona prejuízo a outros candidatos concorrentes à respectiva unidade escolar, considerando tratar-se de candidatura única;

CONSIDERANDO a necessidade de assegurar a observância dos princípios da razoabilidade, proporcionalidade, isonomia, impessoalidade, transparência e finalidade pública, bem como garantir à candidata a efetiva participação nas etapas previstas no Processo Seletivo;

CONSIDERANDO que, após análise das razões apresentadas no recurso e da documentação que o acompanha, esta Comissão entendeu que estão presentes elementos suficientes para o acolhimento do pedido, sem prejuízo da regularidade e da transparência do processo seletivo;

CONSIDERANDO, ainda, a necessidade de dar continuidade ao Processo Seletivo para escolha de Diretor Escolar, assegurando o cumprimento das etapas previstas no Edital nº 001/2026;

RESOLVE:

Art. 1º DEFERIR o recurso administrativo apresentado pela candidata **LUZIA BEZERRA SANTOS**, protocolado em 14 de agosto de 2026, concedendo-lhe nova oportunidade para participação nas etapas de entrevista e apresentação do Plano de Gestão.
Art. 2º Fica estabelecida a nova data para realização das referidas etapas, conforme cronograma abaixo:

I – ENTREVISTA
Data: 19 de agosto de 2026
Horário: 08h00
Candidata: Luzia Bezerra Santos
Local: Secretaria Municipal de Educação e Cultura, situada na Avenida Zezé Aprígio, nº 250, Centro, Santana do Seridó/RN.

II – APRESENTAÇÃO DO PLANO DE GESTÃO
Data: 19 de agosto de 2026
Horário: 16h00
Candidata: Luzia Bezerra Santos
Local: Escola Municipal Monsenhor Amâncio Ramalho, situada na Avenida Zezé Aprígio, nº 377, Centro, Santana do Seridó/RN.
Art. 3º A candidata fica formalmente convocada para comparecer aos locais e horários estabelecidos no artigo anterior, devendo observar as disposições previstas no Edital nº 001/2026 para a realização das respectivas etapas.
Art. 4º A presente Decisão Administrativa será publicada para conhecimento da candidata e dos demais interessados, assegurando-se a publicidade, a transparência e a regularidade dos atos praticados pela Comissão.
Art. 5º Esta Decisão Administrativa entra em vigor na data de sua publicação.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santana do Seridó/RN, 18 de agosto de 2026.

ERICK PONTES COSTA
Presidente da Comissão

ADRIANE SIMPLICIO DE MEDEIROS
Secretária da Comissão

VITORIA REGINA BEZERRA DOS SANTOS
Membro

DURCILA BEZERRA CABRAL
Membro

MARINEIDE CABRAL DOS SANTOS
Membro

IVANICE BEZERRA DE OLIVEIRA MACEDO
Membro

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:4AD91171

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO DE PREGÃO ELETRÔNICO Nº 41/2026

O Município de Santana do Seridó/RN, através de seu Agente de Contratação/Pregoeiro, vem tornar público o resultado do processo administrativo nº 2248/2026, pregão eletrônico nº 41/2026, tendo como objeto: registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de produtos de panificação, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, declaro como vencedores do certame as empresas: GILSON LIMA DOS SANTOS 06632560466, inscrita no CNPJ sob n° 21.868.432/0001-99, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13, perfazendo um valor global de R$ 87.185,80 (oitenta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e a empresa MAYARA MADJA AZEVEDO FERREIRA DE MACEDO 08116469479, inscrita no CNPJ sob n° 12.402.592/0001-57, nos itens 12, 14, 15 e 16, perfazendo um valor global de R$ 10.379,20 (dez mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Santana do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

MIZAEL OLIVEIRA DE SOUZA
Agente de Contratação/Pregoeiro

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:180F38C3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
RESULTADO PRELIMINAR DA APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO E DAS ENTREVISTAS COMISSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL EDITAL Nº 001/2026, DE 29 DE JULHO DE 2026

RESULTADO PRELIMINAR DA APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO E DAS ENTREVISTAS
COMISSÃO DA GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO MUNICIPAL
EDITAL Nº 001/2026, DE 29 DE JULHO DE 2026

Dispõe sobre a divulgação do resultado preliminar das etapas de apresentação dos Planos de Gestão e das entrevistas do Processo Seletivo para escolha de Diretor Escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Santana do Seridó/RN.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN, por meio da COMISSÃO ESPECIAL DO PROCESSO SELETIVO PARA ESCOLHA DE DIRETOR ESCOLAR, instituída pela Portaria nº 0173/2026, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Municipal nº 0695, de 15 de julho de 2026, bem como pelo Edital nº 001/2026,

RESOLVE:
Tornar público o RESULTADO PRELIMINAR DAS ETAPAS DE APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO E DAS ENTREVISTAS do Processo Seletivo destinado à escolha de Diretor Escolar das Unidades Escolares da Rede Municipal de Ensino de Santana do Seridó/RN, conforme os critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026.

I – DO RESULTADO PRELIMINAR

Nº	CANDIDATO(A)	UNIDADE ESCOLAR	NOTA DO PLANO DE GESTÃO	NOTA DA ENTREVISTA	SITUAÇÃO
01	Geomária Batista Silva Araujo	Escola Municipal Antônio Basílio	9,8	9,5	Classificada preliminarmente
02	Hélia Maria de Macedo Morais	Escola Municipal Jardim de Infância Cremeilda Dantas	10,0	10,0	Classificada preliminarmente
03	Josenilma Dayane Almeida Santos	Escola Municipal Professor Aprígio e Creche Municipal José Bezerra da Luz	9,7	9,3	Classificada preliminarmente
04	Luzia Bezerra Santos	Escola Municipal Monsenhor Amâncio Ramalho	—	—	Ausente – Recurso em Análise

II – DA APRESENTAÇÃO DOS PLANOS DE GESTÃO
As notas referentes à Apresentação dos Planos de Gestão foram atribuídas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, observados os critérios de avaliação estabelecidos no Edital nº 001/2026.
• Geomária Batista Silva Araujo: 9,8;
• Hélia Maria de Macedo Morais: 10,0;
• Josenilma Dayane Almeida Santos: 9,7;
• Luzia Bezerra Santos: não realizada, em razão da ausência da candidata, estando sua situação pendente de análise do recurso administrativo apresentado.

III – DAS ENTREVISTAS
As notas referentes à etapa de entrevista foram atribuídas pela Comissão Especial do Processo Seletivo, de acordo com os critérios estabelecidos no Edital nº 001/2026.
• Geomária Batista Silva Araujo: 9,5;
• Hélia Maria de Macedo Morais: 10,0;
• Josenilma Dayane Almeida Santos: 9,3;
• Luzia Bezerra Santos: não realizada, em razão da ausência da candidata, estando sua situação pendente de análise do recurso administrativo apresentado.

IV – DA CANDIDATA LUZIA BEZERRA SANTOS
A candidata Luzia Bezerra Santos, inscrita para concorrer à direção da Escola Municipal Monsenhor Amâncio Ramalho, não compareceu às etapas de apresentação do Plano de Gestão e entrevista, conforme cronograma estabelecido no Edital nº 001/2026.
Em razão de sua ausência, a candidata apresentou recurso administrativo no dia 14 de agosto de 2026, por meio do qual requer a apreciação de sua situação pela Comissão Especial do Processo Seletivo, bem como a designação de uma nova data para a realização da apresentação do Plano de Gestão e da entrevista, mediante justificativa apresentada no recurso e documentação comprobatória anexada.
O recurso encontra-se em fase de análise pela Comissão Especial do Processo Seletivo, razão pela qual, no presente Resultado Preliminar, a situação da candidata permanece registrada como "Ausente – Recurso em Análise", não sendo atribuídas, neste momento, notas às etapas de apresentação do Plano de Gestão e entrevista.
A eventual designação de nova data para a realização das referidas etapas ficará condicionada à análise e decisão da Comissão, observadas as disposições do Edital nº 001/2026, a legislação municipal pertinente e os princípios da legalidade, isonomia, razoabilidade e impessoalidade que regem o processo seletivo.
Após a apreciação do recurso, a Comissão divulgará a decisão correspondente e, caso o pedido seja deferido, estabelecerá

formalmente nova data, horário e local para a apresentação do Plano de Gestão e realização da entrevista, dando ciência à candidata e adotando as medidas necessárias para assegurar a regularidade e a transparência do certame.

V – DOS RECURSOS

Os candidatos poderão interpor recurso quanto ao presente Resultado Preliminar, observando os prazos, procedimentos e demais condições estabelecidos no Edital nº 001/2026. Os recursos serão analisados pela Comissão Especial do Processo Seletivo, sendo posteriormente divulgado o Resultado Definitivo das etapas de Apresentação dos Planos de Gestão e Entrevistas.

VI – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

O presente resultado possui caráter PRELIMINAR, não constituindo o resultado definitivo do Processo Seletivo. A classificação e a situação final dos candidatos serão consolidadas após a análise dos recursos eventualmente apresentados e a publicação do Resultado Definitivo, conforme as normas estabelecidas no Edital nº 001/2026. Os casos omissos serão analisados e deliberados pela Comissão Especial do Processo Seletivo, observadas as disposições do Edital e da legislação municipal aplicável.

REGISTRE-SE, PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE.

Santana do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

ERICK PONTES COSTA
Presidente da Comissão

ADRIANE SIMPLÍCIO DE MEDEIROS
Secretária da Comissão

VITÓRIA REGINA BEZERRA DOS SANTOS
Membro

DURCILA BEZERRA CABRAL
Membro

MARINEIDE CABRAL DOS SANTOS
Membro

IVANICE BEZERRA DE OLIVEIRA MACEDO
Membro

Publicado por:
Erick Pontes Costa
Código Identificador:E6C29AEB

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO - PE 41/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO SERIDÓ/RN torna público a adjudicação do Pregão Eletrônico nº 41/2026, referente ao PROCESSO N° 2248/2026, tendo como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de produtos de panificação, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, em conformidade com o termo de referência anexo – I, do edital, que adjudicou como vencedores do certame as empresas: GILSON LIMA DOS SANTOS 06632560466, inscrita no CNPJ sob n° 21.868.432/0001-99, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13, perfazendo um valor global de R$ 87.185,80 (oitenta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e a empresa MAYARA MADJA AZEVEDO FERREIRA DE MACEDO 08116469479, inscrita no CNPJ sob n° 12.402.592/0001-57, nos itens 12, 14, 15 e 16, perfazendo um valor global de R$ 10.379,20 (dez mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Santana do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:868A226A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - PE 41/2026

Homologo o resultado do procedimento licitatório supracitado, tendo como objeto o registro de preço para futura, eventual e parcelada aquisição de produtos de panificação, destinados a atender as demandas das Secretarias Municipais de Santana do Seridó/RN, em favor da empresa: GILSON LIMA DOS SANTOS 06632560466, inscrita no CNPJ sob n° 21.868.432/0001-99, nos itens 01, 02, 03, 04, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 13, perfazendo um valor global de R$ 87.185,80 (oitenta e sete mil, cento e oitenta e cinco reais e oitenta centavos) e a empresa MAYARA MADJA AZEVEDO FERREIRA DE MACEDO 08116469479, inscrita no CNPJ sob n° 12.402.592/0001-57, nos itens 12, 14, 15 e 16, perfazendo um valor global de R$ 10.379,20 (dez mil, trezentos e setenta e nove reais e vinte centavos).

Santana do Seridó/RN, 17 de agosto de 2026.

TATIANA FÁTIMA FERREIRA DE ARAÚJO
Prefeita Municipal

Publicado por:
Mizael Oliveira de Souza
Código Identificador:DB15AFB7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTO ANTÔNIO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
EXTRATO DO QUINTO ADITIVO DE PRAZO - AO CONTRATO 054/2021 – ADESÃO Nº 002/2021 - P.M. SANTO ANTONIO/RN

LICITAÇÃO – ADESÃO Nº 002/2021-P.M. SANTO ANTONIO/RN

CONTRATANTE: Município de Santo Antônio/RN –

CONTRATADO (A): SEC PUBLICIDADE LTDA-EPP

CNPJ/MF sob nº. 08.381.234/0001-38

OBJETO: QUINTO TERMO ADITIVO de prazo em caráter excepcional, para **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE PUBLICAÇÕES DE ATOS ADMINISTRATIVOS OFICIAIS**

SECRETARIA MUN. ADMINISTRAÇÃO

VIGÊNCIA: 11 de agosto 2026 à 10 de outubro 2026

FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 4º, da Lei Federal nº 8.666/93.

Santo Antônio/RN, 10 de agosto de 2026

RAULISON DE SENA RIBEIRO –
Prefeito.

Publicado por:
Maria Izabel Silva Barbosa Guilherme
Código Identificador:568B04D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 144, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I,*

VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite para a servidora **YONARA TRAJANO PINHEIRO SILVA**, Assessoria Jurídica da Controladoria, mat. 002075-3, CPF: xxx.471.984-xx, no valor total de R$ 100,00 (cem reais) com a finalidade de participar da Audiência de Instrução presencial, a ser realizado na Vara de Trabalho do município de Macau/RN, no dia 17 de agosto do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 14 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:3CEB7ED6

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.° 145, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

O **PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO BENTO DO NORTE/RN**, *no uso de suas atribuições legais, conferidas pelos art. 10, incisos I, VIII e X e art. 056, inciso V da Lei Orgânica Municipal e demais correlata;*

CONSIDERANDO a Lei Municipal nº 598/2023 e o Decreto nº 197/2024, que dispõe sobre as regulamentações das concessões de diárias e dá outras providências; e

RESOLVE:
Art. 1° - Conceder o pagamento de 1 (uma) diária, sem pernoite para o servidor **JOSÉ LUIZ BARBOSA DE SOUZA**, Assessoria Jurídica do Gabinete Civil mat. 002291-8, CPF: xxx.058.374-xx, no valor total de R$ 100,00 (cem reais) com a finalidade de participar da Audiência de Instrução presencial, a ser realizado na Vara de Trabalho do município de Macau/RN, no dia 17 de agosto do corrente ano.
Art. 2º - Os valores deverão ser depositados em conta bancária do titular de acordo com os dados cadastrais.
Art. 3°- Esta portaria entra em vigor nesta data, revogados as disposições em contrário.

Registre-se; publique-se; e cumpra-se!

Palácio José Olímpio do Nascimento, em 14 de agosto de 2026.

JOÃO MARIA MONTENEGRO DA SILVA
Prefeito Municipal de São Bento do Norte/RN

Publicado por:
Jose de Ribamar Borges da Silva
Código Identificador:6B60B7DE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
PORTARIA N.º 1370 - FMSF/2026

PORTARIA N.º 1370 - FMSF/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e determina outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO – RN, usando das prerrogativas que lhes são conferidas enquanto ordenador de despesas; e
CONSIDERANDO que a administração pública exige dos administradores empenho e disponibilidade para atender, em tempo hábil, a demanda de problemas ocorridos diariamente;
CONSIDERANDO que a ação para atender os problemas do dia-a-dia da administração pública quando realizada fora do âmbito do município acarreta despesas com estadia e alimentação;
CONSIDERANDO as normas estabelecidas no Decreto n.º 037/2016, de 04 de Julho de 2016;

RESOLVE:

Art. 1o. – Autorizar o empenho e o pagamento de diária(s):

Quantidade	MEIA DIÁRIA		
Valor unitário em R$	220,00 (DUZENTOS E VINTE REAIS)		
Valor total em R$	110,00 (CENTO E DEZ REAIS)		
Destino	PATOS PB		
Data da concessão	14 DE AGOSTO DE 2026.		
Datas de afastamento	14 DE AGOSTO DE 2026.	Saída/origem	09H DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2026.
Meio de transporte	TRANSPORTE RODOVIÁRIO	Chegada/origem	18:30 H DO DIA 14 DE AGOSTO DE 2026.
Beneficiário	JOSEILDO FERNANDES		
CPF n.°	785.213.784-91		
Cargo e/ou Função	MOTORISTA		

Finalidade: TRANSPORTAR A PACIENTE JOSENILDA MAIA DOS SANTOS ARAUJO, QUE FOI REALIZAR UM PROCEDIMENTO MEDICO NA UNIFIP, LOCALIZADO NA R. HORÁCIO NÓBREGA, S/N - BELO HORIZONTE, PATOS – PB, NO DIA 14 DE AGOSTO DE 2026.

Art. 2o. – Publique-se e Cumpra-se.

Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, São Fernando – RN, 14 DE AGOSTO DE 2026.

EDKÁTIA DE MEDEIROS MAIA
Secretária Municipal de Saúde e Saneamento
CPF n.°007.851.174-74

Publicado por:
Edkátia de Medeiros Maia
Código Identificador:1CFB3408

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 170/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 14 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Designar GILMAR NOGUEIRA DE LUCENA (Motorista), para efetuar a viagem supra identificada e autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), para viagem a se realizar no dia 14 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 14 de agosto de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Das Chagas Dos Santos Alves
Código Identificador:B85C5161

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DE SÃO JOÃO DO SABUGI
PORTARIA DE DIARIAS Nº 171/2026

A Ordenadora de Despesas do Fundo Municipal de Saúde de São João do Sabugi/RN, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas por Lei, etc.
Considerando a necessidade de que seja efetuada viagem à cidade de Natal/RN, transportando pacientes para realizar tratamento de saúde, a ser realizada no dia 15 de agosto de 2026.
RESOLVE
Art. 1º - Autorizar a Tesouraria do Fundo Municipal de Saúde a efetuar o pagamento de 01 (uma) diária no valor total de R$ 110,00 (cento e dez reais), de forma a ressarcir ao servidor TEOGENES ITALO FERNANDES DANTAS (Motorista), conforme a viagem supra identificada no dia 15 de agosto de 2026.
Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, ficando revogadas às disposições em contrário.
Registre-se, Comunique-se e Cumpra-se.

São João do Sabugi/RN, 14 de agosto de 2026.

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Francisco Das Chagas Dos Santos Alves
Código Identificador:7563028C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 083/2026 – GP

São José de Mipibu/RN, 17 de agosto de 2026.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DE MIPIBU/RN, no uso das suas atribuições legais,
R E S O L V E designar **FLAVIA DA SILVA SANTOS**, Secretária Adjunta da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos para exercer as funções de **RAUL ISAAC NOBREGA AZEVEDO DE OLIVEIRA**, Secretário Municipal da Secretaria Municipal de Obras, Infraestrutura e Serviços Urbanos, tendo em vista que o mesmo está em período de férias, a partir da presente data.

JOSÉ DE FIGUEIREDO VARELA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Raissa Pinheiro de Souza Silva
Código Identificador:4AEFE184

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
PORTARIA Nº 04/2026-GS/SME

Estabelece normas, procedimentos e prazos para a apresentação de Prestação de Contas dos Recursos Federais e Recursos Municipais, repassados às Unidades Executoras, no âmbito da Secretaria Municipal de Educação.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO a necessidade de padronizar os procedimentos e os prazos para a comprovação da correta aplicação de recursos financeiros;
CONSIDERANDO as disposições da **Resolução CD/FNDE nº 7/2024, que** Institui o BB Gestão Ágil como a ferramenta oficial para comprovação de execução de recursos repassados pelo FNDE;
CONSIDERANDO a Lei 11.947/2009, que exige que Unidades Executoras apresentem suas prestações de contas à devida Entidade Executora;
CONSIDERANDO a Constituição Federal (artigo 70), que determina que qualquer pessoa que gerencie valores públicos deve prestar contas;

RESOLVE:

Art. 1º Regulamentar os prazos, a forma de apresentação e os documentos exigidos para a Prestação de Contas de recursos repassados pelo FNDE – Programas: PNAE/PDDE e suas ações agregadas, e de recursos próprios adiantados pela Entidade Executora;
Art. 2º A prestação de contas deverá ser apresentada pelo responsável ou entidade beneficiária nos seguintes prazos:

• I - Para Recursos Destinados à Alimentação Escolar: até 12 (doze) dias subsequentes ao crédito do recurso em conta.
• II - Para Recursos do PDDE e de suas ações agregadas: até 15 (quinze) de dezembro de cada ano exercício.
• III – Para Recursos Próprios Repassados às Unidades Executoras para manutenção - até 30 (trinta) dias subsequentes ao crédito do recurso em conta.

§ 1º Quando o prazo final recair em dia não útil, a apresentação prorroga-se, automaticamente, para o primeiro dia útil subsequente.
§ 2º No último mês do exercício financeiro (dezembro), as prestações de contas de todos os Programas deverão ser apresentadas impreterivelmente até o dia 15 de dezembro.
Art. 3º A prestação de contas deverá ser instruída com a documentação original e conter os seguintes documentos:
§ 1º - Para compor a prestação de contas do PNAE.
I - Ofício de Encaminhamento
II - Demonstrativo Financeiro
III- Relação de Pagamentos Efetuados
IV- Extratos Bancários que Comprovem as Receitas e Despesas
V - Nota Fiscal
VI- Ordem de Compras (Solicitação ao Fornecedor)
VII- Recibo de Quitação
VIII- Comprovante de Pagamento
IX - Certidões dos Fornecedores (Municipal, Estadual, União, Trabalhista, FGTS)
X- Parecer do Conselho Fiscal

§ 2º - Para a prestação de contas do PDDE e de suas ações agregadas.
I – Ofício de Encaminhamento
II - Plano de Aplicação
III – Ata de Assembleia de Plano de Aplicação dos Recursos
IV- Ata de Assembleia de Prestação de Contas dos Recursos
V – Demonstrativo Financeiro
VI – Relação de Bens Adquiridos
VII – Termo de Doação de Bens Adquiridos
VIII- Extratos Bancários do ano exercício (de janeiro até dezembro)
IX – Nota Fiscal
X - Comprovante de Pagamento
XI – Certidões dos Fornecedores
XII- Pesquisas de Preços
XIII- Consolidação de Pesquisas de Preços
XIX – Parecer do Conselho Fiscal
§ 3º - Para a prestação de contas dos Recursos Próprios para manutenção e/ou pequenos reparos.
I- Ofício de Encaminhamento
II- Relação de Pagamentos Efetuados
III- Extratos Bancários que Comprovem as Receitas e Despesas
IV - Nota Fiscal
V- Ordem de Compras (Solicitação ao Fornecedor)
VI- Recibo de Quitação
VII- Comprovante de Pagamento
VIII - Certidões dos Fornecedores (Municipal, Estadual, União, Trabalhista, FGTS)
IV - Parecer do Conselho Fiscal
X – Comprovante de Residência, Cópia de RG, CPF se a comprovação da despesa for para prestador de serviços pessoa física.

Art. 4º A ausência de prestação de contas no prazo fixado ou a sua reprovação implicará:

• I - A suspensão de novos repasses ou concessões ao responsável;
• II - A imediata instauração de Tomada de Contas Especial (TCE) para apuração de danos ao erário;
• III – Instauração de Processo Administrativo para apuração de danos ao erário;

Art. 5º Os casos omissos ou excepcionais serão resolvidos pelo setor de Programas e Projetos/Prestação de Contas/Procuradoria, que poderá expedir normas complementares.
Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

JOSIEIDY VERAS DINIS FERNANDES
Secretário Municipal de Educação
São José de Mipibu/RN

Rua 26 de julho, n° 08 – Centro – São José de Mipibu/RN - CEP 59.162-000
Fone 84 3273-3341 – E-mail: educacao@saojosedemipibu.rn.gov.br

Publicado por:
Williany da Silva
Código Identificador:7C8C5526

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 048/2025 – DISPENSA Nº 029/2025

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO CAMPESTRE/RN.
CONTRATADA: HM2 SOLUCOES E TECNOLOGIA LTDA – CNPJ nº 22.345.635/0001-63.
OBJETO: Formalização do Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 048/2025, oriundo da DISPENSA nº 029/2025, que tem por objeto Contratação de pessoa jurídica especializada para a cessão onerosa de direito de uso de sistema informatizado de gestão tributária e arrecadação municipal, totalmente web, integrado e adaptável às necessidades da Prefeitura Municipal de São José do Campestre/RN, incluindo serviços técnicos de manutenção preventiva, corretiva, evolutiva e adaptativa conforme alterações legais, migração dos dados existentes, treinamento dos usuários e suporte técnico às unidades operacionais do município. **VIGÊNCIA:** Prorrogação da vigência contratual pelo período de 12 (doze) meses, compreendendo de 31 de julho de 2026 a 31 de julho de 2027. **BASE LEGAL:** Art. 107, da Lei Federal nº 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA: 31 de julho de 2026

Assinatura:
ERIBALDO LIMA –
Prefeito Municipal.

Publicado por:
José Dos Santos Silva Júnior
Código Identificador:CFB7AD84

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 387/2026, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	14 de agosto de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 17 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 14 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:C7A24EC2

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 388/2026, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS E O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **FELIX FRANCISCO ALVES JUNIOR**

Cargo/Função: Coordenador

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	14 de agosto de 2026	R$ 328,46	R$ 164,23

(

TOTAL

R$164,23

) 100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 18 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 14 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:7C9F5CD0

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 389/2026, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº 319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor: **ANNA CLARA ARAUJO DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Secretária Municipal de Saúde

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
01 de 50%	Natal/RN	14 de agosto de 2026	R$492,69	R$ 246,34

TOTAL

R$ 246,34

() 100%

(x) 50%
() 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 19 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 14 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:78E4A748

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 390/2026, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ALINE DAIANE DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Técnica de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal /RN	14 de agosto de 2026	R$ 320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 17 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 14 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:D580E695

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA CONJUNTA Nº 391/2026, DE 14 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS e **O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ**, nos termos do Decreto nº319/2022, de 27 de janeiro de 2022,

RESOLVEM:

Art. 1º - Conceder a(s) diária(s) abaixo discriminada(s), destinada(s) à cobertura de despesas de alimentação e hospedagem do agente político/servidor, durante o deslocamento, a serviço desta entidade, a saber:

Agente Político/Servidor**: ALINE DAIANE DE MEDEIROS**

Cargo/Função: Técnica de Enfermagem

Quant.	Destino	Data	Valor Unitário (R$)	Valor Total (R$)
1 de 50%	Natal /RN	14 de agosto de 2026	R$ 320,00	R$ 160,00

TOTAL

R$ 160,00

( )100%

(x) 50%
( ) 35%

Descrição do Objetivo/ Serviços do deslocamento
Viagem a Natal/RN, no dia 19 de agosto de 2026, com o objetivo de resolver assuntos de interesse da Secretaria Municipal de Saúde na cidade de Natal/RN, conforme anexos**.**

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio José do Carmo Dantas, em São José do Seridó, 14 de agosto de 2026.

FILIPE CAMPOS TOLENTINO
Secretário Municipal de Administração e Gestão de Pessoas

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Patrícia Carla de Medeiros
Código Identificador:B7591CDA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E GESTÃO DE PESSOAS
EXTRATO DO TERMO ADITIVO N° 001/2026 CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 012/2026 PROCESSO ADMINISTRATIVO MSJS/ RN N° 090/2025 - DISPENSA Nº 002/2026

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO SERIDÓ/ RN; CONTRATADA: GENTE SEGURADORA S.A. (CNPJ nº 90.180.605/0001-02); OBJETO: ALTERAÇÃO qualitativa e quantitativa do objeto contratual se estendendo a segurança veicular para mais três veículos da frota municipal; VALOR DO ADITAMENTO: R$ 6.634,77 (seis mil seiscentos e trinta e quatro reais e setenta e sete centavos); VALOR TOTAL DO CONTRATO: R$ 33.986,90 (trinta e três mil novecentos e oitenta e seis reais e noventa centavos); VIGÊNCIA: a partir da data de assinatura do aditivo; SUBSCRITORES: Jackson Dantas – pelo Contratante e Tiago Rodrigues – pela Contratada.

São José do Seridó/ RN, 17 de agosto de 2026.

JACKSON DANTAS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Jozielma Thaisa Costa de Medeiros
Código Identificador:09AE3EEF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL

GABINETE DO PREFEITO
LEI COMPLEMENTAR Nº 012 / 2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa Municipal de Incentivo à Hotelaria e ao Turismo de São Miguel/RN, estabelece benefícios fiscais para empreendimentos do setor de hospedagem, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições constitucionais e legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei Complementar:

CAPÍTULO I – DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º – Esta Lei Complementar institui o Programa Municipal de Incentivo à Hotelaria e ao Turismo de São Miguel/RN – PROHOTEL, com a finalidade de fomentar investimentos privados no setor de hospedagem, ampliar a infraestrutura turística do município, gerar empregos e fortalecer a economia local.

Art. 2º – Para os fins desta Lei Complementar, considera-se:

I – empreendimento hoteleiro: estabelecimento comercial destinado, de forma predominante, à prestação de serviços de hospedagem, assim classificado nos termos da legislação federal aplicável;

II – serviços de hospedagem: os serviços enquadrados no subitem 9.01 da Lista Anexa à Lei Complementar Federal nº 116/2003, compreendendo hotéis, apart-hotéis, motéis, albergues, pousadas e congêneres;

III – beneficiário: pessoa jurídica devidamente inscrita no Cadastro de Contribuintes do Município de São Miguel/RN, exploradora de empreendimento hoteleiro que satisfaça os requisitos desta Lei e do Decreto regulamentador;

IV – novo empreendimento: estabelecimento que iniciar suas atividades de hospedagem no Município após a data de vigência desta Lei Complementar, ou que realizar ampliação de capacidade instalada superior a 30% (trinta por cento) em relação ao estoque de unidades habitacionais existentes à data da publicação desta Lei;

V – empreendimento consolidado: estabelecimento em funcionamento regular antes da vigência desta Lei e que não se enquadre no conceito de novo empreendimento.

CAPÍTULO II – DOS BENEFÍCIOS FISCAIS

Art. 3º – Fica reduzida a alíquota do Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISSQN incidente sobre os serviços de hospedagem de 5% (cinco por cento) para 2,5% (dois e meio por cento), observadas as condições e prazos estabelecidos nesta Lei e no Decreto regulamentador.

§ 1º – A redução de alíquota prevista no caput deste artigo tem caráter temporário e vigorará pelo prazo de 5 (cinco) anos contados da data de publicação desta Lei Complementar.

§ 2º – Ao término do prazo estabelecido no §1º, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal relatório de avaliação dos resultados do PROHOTEL, podendo propor a renovação, a alteração ou a extinção do benefício, com base nos indicadores de monitoramento previstos no art. 10 desta Lei.

§ 3º – Na ausência de ato normativo do Poder Executivo ou Legislativo ao término do prazo, a alíquota retornará automaticamente a 5% (cinco por cento).

§ 4º – A redução de alíquota aplica-se exclusivamente à base de cálculo relativa às receitas de hospedagem, não alcançando serviços acessórios eventualmente prestados pelo beneficiário quando autonomamente tributáveis.

Art. 4º – Fica autorizado o Poder Executivo a conceder, por meio do Decreto regulamentador, os seguintes benefícios adicionais exclusivamente a novos empreendimentos hoteleiros, nos termos do inciso IV do art. 2º desta Lei:

I – prioridade no trâmite administrativo de processos de licenciamento e alvarás perante a Prefeitura Municipal.
§ 1º – Os benefícios adicionais previstos neste artigo são condicionados à geração e manutenção de no mínimo 15 (quinze) postos de trabalho diretos durante toda a vigência do incentivo.
§ 2º – O não cumprimento da contrapartida de empregos ensejará suspensão imediata dos benefícios adicionais, sem prejuízo do benefício do art. 3º, que será apurado nos termos da legislação.

Art. 5º – A redução da alíquota prevista no art. 3º aplica-se à totalidade dos empreendimentos hoteleiros ativos no Município que atenderem aos requisitos desta Lei, incluindo os empreendimentos consolidados, independentemente de requerimento formal, mediante adesão ao PROHOTEL nos termos do Decreto regulamentador.
§ 1º – Os empreendimentos consolidados que aderirem ao PROHOTEL não fazem jus aos benefícios adicionais do art. 4º, salvo na hipótese de ampliação de capacidade instalada superior a 30% (trinta por cento), caso em que serão equiparados a novos empreendimentos.

CAPÍTULO III – DAS CONDIÇÕES DE ADESÃO E PERMANÊNCIA

Art. 6º – A adesão ao PROHOTEL é facultativa e depende do preenchimento cumulativo dos seguintes requisitos, verificados por ocasião do requerimento e ao longo de toda a vigência do benefício:
I – regularidade fiscal municipal, estadual e federal, comprovada por certidões negativas ou positivas com efeitos de negativas emitidas há no máximo 90 (noventa) dias;
II – inscrição ativa no Cadastro de Contribuintes do Município de São Miguel/RN;
III – regularidade perante o FGTS e a Previdência Social;
IV – cumprimento das normas sanitárias, ambientais e de segurança aplicáveis ao funcionamento de meios de hospedagem;
V – apresentação de relatório anual de desempenho econômico e de empregos gerados, na forma estabelecida pelo Decreto regulamentador;
VI – não possuir débito com o Município de São Miguel/RN inscrito em Dívida Ativa, ressalvado o parcelamento regular em andamento.

Art. 7º – O beneficiário poderá ser excluído do PROHOTEL, com efeitos ex nunc, nas seguintes hipóteses:
I – inobservância de qualquer dos requisitos previstos no art. 6º por mais de 90 (noventa) dias consecutivos;
II – descumprimento das contrapartidas de empregabilidade previstas no art. 4º, §1º, por prazo superior a 180 (cento e oitenta) dias;
III – encerramento das atividades de hospedagem;
IV – prestação de informações falsas ou fraudulentas nos relatórios de que trata o inciso V do art. 6º.
§ 1º – A exclusão será precedida de notificação ao beneficiário com prazo de 30 (trinta) dias para regularização ou impugnação.
§ 2º – O beneficiário excluído poderá requerer nova adesão após a regularização das pendências, ressalvadas as hipóteses do inciso IV, que ensejará exclusão definitiva.

CAPÍTULO IV – DAS CONTRAPARTIDAS E DO DESENVOLVIMENTO LOCAL

Art. 8º – Como contrapartida à fruição dos benefícios desta Lei, os empreendimentos beneficiários comprometem-se a:
I – priorizar a contratação de mão de obra residente no Município de São Miguel/RN;
II – adquirir preferencialmente insumos, alimentos e serviços de fornecedores e prestadores locais;
III – participar, quando convocados, das atividades e programas municipais de promoção turística e de qualificação profissional;
IV – manter padrões de acessibilidade em conformidade com a legislação federal aplicável aos meios de hospedagem, incluindo unidades adaptadas para pessoas com deficiência ou mobilidade reduzida;
V – apresentar relatório anual de resultados à Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento, contendo indicadores de ocupação, faturamento, empregos diretos e indiretos e contribuição tributária.

CAPÍTULO V – DO MONITORAMENTO E DA AVALIAÇÃO

Art. 9º – Fica criado o Comitê Municipal de Acompanhamento do PROHOTEL, presidido pelo Secretário Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento, com as seguintes atribuições:
I – verificar o cumprimento dos requisitos de adesão e permanência;
II – analisar os relatórios anuais dos beneficiários;
III – elaborar o Relatório Bienal de Avaliação do Programa, a ser encaminhado ao Prefeito e à Câmara Municipal;
IV – propor ao Prefeito a revisão, ampliação ou extinção dos benefícios com base nos resultados apurados.

Art. 10º – O monitoramento do PROHOTEL será realizado com base nos seguintes indicadores mínimos:
I – evolução da arrecadação do ISSQN do setor de hospedagem;
II – número de empregos diretos gerados pelo setor;
III – taxa média de ocupação hoteleira no Município;
IV – número de unidades habitacionais disponíveis;
V – impacto estimado no faturamento de setores correlatos (gastronomia, comércio, transporte);
VI – nível de satisfação dos hóspedes, quando disponível.

CAPÍTULO VI – DO IMPACTO FISCAL E DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 11º – O impacto orçamentário-financeiro desta Lei Complementar está demonstrado no Estudo de Impacto Fiscal e Econômico elaborado pela Secretaria Municipal de Administração, Finanças, Planejamento e Orçamento, que integra a justificativa técnica desta proposição e do qual se extrai que:
I – a arrecadação atual do ISSQN do setor de hospedagem é de aproximadamente R$ 117.896,39/ano (média 2024-2025), representando menos de 0,27% da Receita Corrente Líquida Municipal;
II – os novos empreendimentos formalizados gerarão ISSQN estimado de R$ 139.800,00/ano mesmo com a alíquota reduzida, representando incremento líquido de mais de 52% na arrecadação do ISSQN hoteleiro;
III – o impacto econômico indireto estimado alcança R$ 3.415.000,00/ano, gerando receitas tributárias adicionais estimadas em R$ 66.450,00/ano;
IV – a medida não afeta as metas fiscais da LDO vigente, nos termos do art. 14, §1º, da Lei Complementar Federal nº 101/2000.

Art. 12º – O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar por Decreto, no prazo de 30 (trinta) dias contados de sua publicação, dispondo sobre:
I – o procedimento de adesão ao PROHOTEL e os documentos exigidos;
II – as contrapartidas específicas, prazos e condições de permanência;
III – os modelos de relatório de desempenho;
IV – as competências do Comitê de Acompanhamento;
V – demais disposições necessárias à operacionalização desta Lei.

Art. 13º – Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos fiscais a partir do primeiro dia do exercício subsequente, após o decreto regulamentador.

Art. 14º – Revogam-se as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

LEI COMPLEMENTAR Nº 012 / 2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Institui o Programa Municipal de Incentivo à Hotelaria e ao Turismo de São Miguel/RN, estabelece benefícios fiscais para empreendimentos do setor de hospedagem, e dá outras providências.

ATO DE SANÇÃO

O Prefeito Municipal de São Miguel/RN, nos termos do Art. 51, IV, da Lei Orgânica do Município, após aprovação pela Câmara Municipal do Projeto de Lei complementar nº 07/2026 do executivo, sanciona a presente Lei Complementar nº 012 em 17 de agosto de 2026, para que surtam os efeitos legais pertinentes.

São Miguel, em 17 de agosto de 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:71EB88F0

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA Nº 1189 / 2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO, EM FAVOR DO CONSELHO DE OBREIROS DAS IGREJAS DE CRISTO NA REGIÃO OESTE RN/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais, especialmente as conferidas pelo art. 106 da Lei Orgânica Municipal, pela Lei Municipal nº 1.003/2022, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:
Art. 1º Fica o Poder Executivo autorizado a outorgar Concessão de Direito Real de Uso, a título gratuito, de bem imóvel público municipal, em favor do Conselho de Obreiros das Igrejas de Cristo na Região Oeste RN/PB, CNPJ nº 04.318.803/0001-40, pelo prazo de 20 (vinte) anos, renovável por igual período, mediante demonstração da manutenção do interesse público e requerimento da concessionária.
Art. 2º O imóvel consiste em terreno urbano pertencente ao Município de São Miguel/RN, localizado na Rua Professora Florência Maria de Jesus, s/n, Bairro Alto de Santa Teresa, medindo 13,00 metros de frente por 20,00 metros de profundidade, totalizando 260,00 m², confrontando-se:
I – Norte: Rua Professora Florência Maria de Jesus;
II – Sul: área institucional pertencente ao Município;
III – Leste: imóvel particular;
IV – Oeste: área institucional pertencente ao Município.
Parágrafo único. Integram esta Lei o Memorial Descritivo e a Planta de Situação.
Art. 3º A concessão destina-se à implantação da sede institucional da Igreja de Cristo em São Miguel e ao desenvolvimento de atividades de relevante interesse público, especialmente ações sociais, assistenciais, educacionais, comunitárias e beneficentes, vedada destinação diversa.
Art. 4º A concessão observará a Lei Municipal nº 1.003/2022 de 12 de setembro de 2022 e a Lei Orgânica Municipal e os princípios da administração pública.
Art. 5º São obrigações da concessionária: conservar o imóvel; obter todas as licenças; suportar tributos, taxas e despesas; não realizar exploração econômica incompatível; manter o imóvel em perfeitas condições de uso.
Art. 7º É vedado alienar, ceder, transferir, locar, emprestar, gravar ou oferecer em garantia o direito concedido, bem como alterar a finalidade prevista nesta Lei sem autorização legislativa.
Art. 8º O Município poderá fiscalizar o imóvel a qualquer tempo, exigindo o cumprimento da finalidade pública e das obrigações contratuais.
Art. 9º A concessão extinguir-se-á pelo término do prazo, descumprimento das condições legais ou contratuais, desvio de finalidade, dissolução da entidade, interesse público devidamente motivado ou demais hipóteses previstas na Lei nº 1.003/2022.
Art. 11º Todas as despesas decorrentes da formalização da concessão, registro imobiliário, projetos, licenças e manutenção correrão por conta da concessionária.
Art. 12º Fica o Poder Executivo autorizado a celebrar o Contrato Administrativo de Concessão de Direito Real de Uso e promover os atos necessários ao registro imobiliário.
Art. 13º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência,
Publique-se,
Cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

LEI ORDINÁRIA Nº 1189 / 2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

AUTORIZA O PODER EXECUTIVO MUNICIPAL A OUTORGAR CONCESSÃO DE DIREITO REAL DE USO DE BEM IMÓVEL PÚBLICO, EM FAVOR DO CONSELHO DE OBREIROS DAS IGREJAS DE CRISTO NA REGIÃO OESTE RN/PB, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

ATO DE SANÇÃO

O Prefeito Municipal de São Miguel/RN, nos termos do Art. 51, IV, da Lei Orgânica do Municipio, após aprovação pela Câmara Municipal do Projeto de Lei nº 014/2026 do executivo, sanciona a presente Lei Ordinária nº 1189 em 17 de agosto de 2026, para que surtam os efeitos legais pertinentes.

São Miguel / RN, em 17 de agosto de 2026.

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

.

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:43CD6BCD

GABINETE DO PREFEITO
RETIFICAÇÃO DA PORTARIA Nº 145 DE 26 DE MARÇO DE 2026

DISPÕE SOBRE A NOMEAÇÃO DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - CAE DO MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL, QUADRIÊNIO 2026/2030 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO MIGUEL/RN, no uso das atribuições legais e da competência que lhe confere a Lei Orgânica do Município,

RESOLVE

Art. 1º Nomear os membros representantes de órgãos públicos e entidades da sociedade civil organizada, para comporem, na qualidade de titulares e suplentes, o CONSELHO DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR do município de São Miguel/RN.

REPRESENTANTES DO PODER EXECUTIVO
Titular: Francisco Maxilanny Morais de Oliveira
Suplente: Manoel Gustavo Leite de Araújo

REPRESENTANTES DO SEGMENTO DOS PROFISSIONAIS DA ÁREA DA EDUCAÇÃO
Titular: Mayara Suelen de Oliveira Valcacer

Suplente: Maria Francilene de Aquino Pessoa

Titular: Gerlânio Nogueira Cavalcante
Suplente: Lindivan Alves de Moura Ferreira

REPRESENTANTES DO SEGMENTO PAIS DE ALUNOS
Titular: Janaina Muniz da Silva Lima
Suplente: Pedro José de Souza
Titular: Luana Monteiro de Medeiros
Suplente: Maria Aparecida Lopes de Queiroz

REPRESENTANTES DO SEGMENTO SOCIEDADE CIVIL
Titular: Bonfim Eleutério de Freias
Suplente: José Lindovan Dantas de Freitas

Titular: Francisco Leonardo Ferreira
Suplente: Pedro Henrique Lopes da Silva

Art. 2º Os membros do Conselho de Alimentação Escolar - CAE foram indicados pela entidade que representa, para cumprir mandato de 04 (quatro) anos,

Art. 3º O Conselho Municipal de Alimentação Escolar – CAE tem o período de vigência de 24 de março de 2026 a 24 de março de 2030.

Art. 4º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos à 24 de março de 2026, revogando as disposições em contrário.

Dê-se ciência,

Publique-se,

Cumpra-se.

SÃO MIGUEL/ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, EM 26 DE MARÇO DE 2026

LEANDRO MICHEL DO RÊGO LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Amelia Lais Rego Queiroz Diogenes
Código Identificador:40FB683F

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO, ORÇAMENTO E TRIBUTAÇÃO
AVISO DE COTAÇÃO DE PREÇOS - PROC. ADMINISTRATIVO Nº 201512504-8/2026

O **MUNICÍPIO DE SÃO MIGUEL**, por meio do setor responsável pelas contratações, convida empresas do ramo pertinente a apresentar proposta de preço para fins de pesquisa mercadológica, nos termos do art. 23 da Lei nº 14.133/2021, visando à futura **Contratação de empresa especializada no fornecimento de gêneros alimentícios prontos para consumo, como bolos, salgados, bolachas, mini tortas, pães, sucos, dentre outros itens de lanche e coffee break, de forma fracionada, conforme demanda, para atendimento às necessidades de diversos eventos institucionais, reuniões administrativas, solenidades, datas comemorativas e demais atividades promovidas pelo Município de São Miguel,** conforme termo de referência, disponível no https://www.saomiguel.rn.gov.br/licitacao.php.

Os interessados deverão encaminhar sua Proposta de Preço em conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência (anexo deste ato) para o e-mail: cotacao.prefeiturasm@gmail.com ou apresentação de envelope no setor de protocolo no endereço: Rua Padre Tertuliano Fernandes, Nº 46, centro – São Miguel/RN, no horário das 07h às 13h, no prazo de 03 (três) dias úteis, excluindo-se da contagem o dia da publicação e incluindo-se o dia do vencimento.

Observações: Este aviso tem finalidade exclusiva de subsidiar a pesquisa de preços, não representando contratação imediata ou obrigação de contratação.

As empresas participantes poderão ser convidadas posteriormente para processo de contratação, nos termos legais.

A Proposta de Preços deverá conter as seguintes informações: razão social/nome, CNPJ e/ou CPF, endereço, CEP, Cidade/UF, telefone e e-mail.

São Miguel-RN, 17 de agosto de 2026

FELIPE THAUÃ FERREIRA DE OLIVEIRA
Orçamentista

Publicado por:
Felipe Thaua Ferreira de Oliveira
Código Identificador:D83C8AE5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 197/2026

O Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN, no uso de suas atribuições legais e de conformidade com o Decreto do Executivo Municipal nº 223, de 8 de março de 2024.

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 2 (duas) diárias parciais, no valor de R$ 112,50 (cento e doze reais e cinquenta centavos) cada, totalizando R$ 225,00 (duzentos e vinte e cinco reais), à senhora JANAINA CASSIMIRO DE SOUZA, ocupante do cargo de Supervisora Criança Feliz, matrícula nº 190/2026, inscrita no CPF nº ***.***.534-**.

As diárias são concedidas para custear despesas decorrentes do deslocamento da servidora à cidade de Natal/RN, no período de 20 a 21 de agosto de 2026, em razão da participação no Seminário 1ª Infância no SUAS, a ser realizado no Auditório do Instituto de Desenvolvimento Sustentável e Meio Ambiente do Rio Grande do Norte – IDEMA.

Art. 2º Essa portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Leia-se, registre-se, publique-se e cumpra-se.

São Paulo do Potengi, 17 de agosto de 2026

BRUNO GOMES DE ANDRADE
Secretário Municipal da Administração e dos Recursos Humanos
011/2025

Publicado por:
Jonathas Germano da Silva
Código Identificador:9DF08A67

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO TOMÉ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 21/2026

O Governo Municipal de São Tomé/RNmanifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PRA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE LAVAGEM DE VEICULOS PERTENCENTES A FROTA MUNICIPAL, ASSIM ATENDERÁ AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS, TRANSPORTE E

SERVIÇOS URBANOS DO MUNICÍPIO DE SÃO TOMÉ/RN. Critério de julgamento MENOR PREÇO POR ITEM. Os interessados poderão obter o Edital através do site https://saotome.rn.gov.br/dispensas-de-licitacoes/

As propostas comerciais serão recebidas de forma presencial na sede da Prefeitura Municipal de São Tomé/RN. Praça Antônio Assunção n° 276 Centro São Tomé/RN no setor de Licitação a partir das 08h00min ás 14h00min no dia**19 de Agosto de 2026 até 21 de Agosto de 2026.** . As propostas serão abertas às 09h00min (horário de Brasília-DF) do **dia 24 de Agosto de 2026**.

Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento legal: Lei Federal nº 14.133/21; Lei Complementar nº 123/06; e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações poderão ser encaminhadas para o e-mail: setordecotacoespmst@gmail.com

São Tomé/RN 17 de Agosto de 2026

JOSINALDO AMARO DE LIMA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Lindomar Pereira da Silva
Código Identificador:DFA23E38

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 021/2026 - SMARH, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a SUELY DHREYSAN ARAUJO COSTA e dá outras providencias.

O SECRETÁRIO MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E RECURSOS HUMANOS DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 3/4 (três quartos) diária a servidora **SUELY DHREYSAN ARAUJO COSTA**, Mat. 949, ocupante da função de **DIRETOR DE RECURSOS HUMANOS E GESTÃO DE PESSOAS** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, no dia 17/08/2026, para tratar de assuntos do interesse do município, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026.

ANDRÉ LUIZ SALES SOARES DE MARIA
Secretário Municipal de Administração e Recursos Humanos

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:3E707514

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N°340/2026/GAB/PREF, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diária(s) a ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma) diária integral ao servidor **ERIVAN FREITAS DE MEDEIROS**, Mat. 275, ocupante da função de **VICE-PREFEITO** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos relacionados ao Município no dia 17 de agosto de 2026, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, dia 17 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:050455C4

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 341/2026/ GAB/PREF, 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diária(s) a JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS e dá outras providencias.

A CHEFE DE GABINETE DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos dos Decretos nº 025/2019 e 040/2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedida 1 (uma integral) diária a servidora **JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS**, Mat. 1067, ocupante da função de **PREFEITA** deste Município, para custear despesas durante viagem realizada à Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos do interesse do Município, no dia 17 de agosto 2026, totalizando o valor de R$ 350,00 (trezentos e cinquenta reais).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026

MARIA SOCORRO DE LIMA
Chefe de Gabinete

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:F0C1A49E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 342/2026/GAB/PREF, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diária(s) a CAIO FELIPE ARAÚJO VALDIVINO e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedido 3/4 (três quartos) de diária ao servidor **CAIO FELIPE ARAÚJO VALDIVINO**, Mat. 943, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN**,** para tratar de assuntos relacionados ao Município**,** no dia 17 de agosto de 2026**,** totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6DA8F474

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 343/2026/GAB/PREF, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Concede diária(s) a WELLINGTON ALVES DE SOUZA e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedido 3/4 (três quartos) de diária ao servidor **WELLINGTON ALVES DE SOUZA**, Mat. 870, ocupante da função de **SECRETÁRIO MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA E RECURSOS HÍDRICOS** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN, para tratar de assuntos pertinentes ao Município de São Vicente/RN, no dia 17 de agosto de 2026, totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).
A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:0CA6AC51

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 344/2026/GAB/PREF, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Concede diária(s) a GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA, e dá outras providencias.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais e nos Termos do Decreto nº 025/2019 de 07 de agosto de 2019, que instituiu valores para concessão de Diárias.

R E S O L V E

Fica concedido ¾ diária a servidora **GISLEÂNGELA DE LACERDA COSTA SILVA**, Mat. 883, ocupante da função de **SECRETÁRIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO,** deste Município, para custear despesas com alimentação e transporte durante viagem realizada para Cidade de NATAL/RN**,** para tratar de assuntos relacionados ao Município**,** no dia 17 de agosto de 2026**,** totalizando o valor de R$ 262,50 (duzentos e sessenta e dois reais e cinquenta centavos).

A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:11127DFA

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N° 345/2026 – GAB/PREF, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Nomeia Comissão de Planejamento de Contratações para atuar em processo específico e dá outras providências.

A Prefeita Municipal de São Vicente, Estado do Rio Grande do Norte, no uso e gozo das atribuições que lhe foram conferidas pela Lei Orgânica do Município,

CONSIDERANDO, a promulgação da Lei Federal nº 14.133/2021 – Lei de Licitações e Contratos Administrativos, que trouxe novos parâmetros para as contratações públicas, em especial, àquelas a serem realizadas de forma direta, por dispensa ou inexigibilidade;

CONSIDERANDO, que cabe ao município definir, em norma própria, regras específicas para o cumprimento das determinações gerais previstas na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, a necessidade de harmonização das normas jurídicas, visando à máxima eficácia e efetividade da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021;

CONSIDERANDO, oDecreto Municipal nº 115/2023, que dispõe sobre o regime de transição para a plena aplicação da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, estabelecendo planejamento, com vistas à regulamentação do novo regime de licitação e contratação no âmbito da Administração Pública Municipal;

CONSIDERANDO que, embora o artigo 187, da Lei Federal nº 14.133/2021 permita o Município aplicar os regulamentos editados pela União, torna-se necessário que sejam baixados regulamentos municipais específicos, para atender as particularidades inerentes à sua realidade;

R E S O L V E

Art. 1º- DESIGNAR os servidores abaixo relacionados para constituir a Equipe de Planejamento de Contratação referente à **Contratação de empresa especializada na prestação de serviços contábeis, financeiros e de apoio ao RH, destinados a atender às demandas da Prefeitura Municipal de São Vicente/RN e de suas unidades gestoras, pelo período de setembro a dezembro de 2026.**

Membro: Maria Simara Soares de Santana (Mat. 1065)
Membro: Maria das Vitórias Avelino da Silva (Mat. 289)

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Vicente – RN, 17 de agosto de 2026.

Publique-se
Cumpra-se.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:C10C1F0F

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 346/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 275/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Empresa: VERTYS SOLAR LTDA, CNPJ: 04.116.210/0001-09, o(s) seguinte(s) servidor(es): CLENILDA MARIA DE ARAÚJO, MAT:941, CPF: 100.XXX.XXX-35.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 17 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:B73D8C4D

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 347/2026 – GP, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

NOMEIA FISCAIS PARA O CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2026.

A PREFEITA DO MUNICÍPIO DE SÃO VICENTE/RN, no uso de suas atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, Constituição Federal e,

CONSIDERANDO o disposto no Art. 117 da Lei Federal nº 14.133/2021, o qual dispõe que a execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada por 1 (um) ou mais fiscais do contrato, representantes da Administração;

RESOLVE:
Art.1º. Nomear como FISCAIS DO CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 276/2026 celebrado entre o MUNICIPIO DE SÃO VICENTE/RN e a Empresa: GUSTAVO BARROS DE FARIAS, CNPJ: 65.882.713/0001-71, o(s) seguinte(s) servidor(es): CLENILDA MARIA DE ARAÚJO, MAT:941, CPF: 100.XXX.XXX-35.
Art. 2º. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo fiscal nomeado por esta Administração.
§ 1º O fiscal do contrato anotará em registro próprio todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, determinando o que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

§ 2º O fiscal do contrato informará a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes, a situação que demandar decisão ou providência que ultrapasse sua competência.
§ 3º O fiscal do contrato será auxiliado pelos órgãos de assessoramento jurídico e de controle interno da Administração, que deverão dirimir dúvidas e subsidiá-lo com informações relevantes para prevenir riscos na execução contratual.

Art. 3º. Fica garantido ao Fiscal do Contrato amplo e irrestrito acesso aos autos do processo administrativo relativo ao Contrato sob fiscalização.

Art. 4º. Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições contrárias.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN 17 de agosto de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:D6852499

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 120/2026 - SMARH/RH

Concede 30 (trinta) dias de férias regulamentares a servidores lotados na Secretaria Municipal de Assistência Social.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,ddd

CONSIDERANDO o teor do Art. 98 da Lei nº 258/98 de 27 de Maio de 1998, ESTATUTO DOS SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO,

CONSIDERANDO os requerimentos protocolados pelos servidores adiante nominados,

CONSIDERANDO o deferimento da Secretária Municipal de Assistência Social.

RESOLVE:

Art. 1º - Conceder 30 (trinta) dias consecutivos de férias regulamentares, a servidora adiante nominada, lotada na Secretaria Municipal de Assistência Social, referente ao período aquisitivo e as férias que menciona:

MAT	SERVIDOR	PERÍODO AQUISITIVO	PERIODO DE FÉRIAS
060440	MACIELE NAZIELE DOS SANTOS MEDEIROS	16/06/2025 a 15/06/2026	03/08/2026 a 01/09/2026
001265	JÉSSICA LORENA DE ARAÚJO SILVA	01/12/2024 a 30/11/2026	18/08/2026 a 06/09/2026 e 13/10/2026 a 22/10/2026
060450	INÊS BATISTA DE ARAÚJO	01/08/2025 a 31/06/2026	03/08/2026 a 01/09/2026

Art. 2º - Esta portaria entra em vigor em 29 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se e Cumpra-se.

São Vicente/RN, 29 de julho de 2026

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:D756FF92

SETOR DE RECURSOS HUMANOS
PORTARIA Nº 134/2026 - SMARH/RH

Dispõe sobre a alteração do local de lotação e o retorno às atribuições do cargo efetivo da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA, e dá outras providências.

A PREFEITA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições constitucionais;

CONSIDERANDO a necessidade de regularização da situação funcional da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo;

CONSIDERANDO a decisão proferida nos autos do Processo nº 0100238-39.2018.8.20.0139, em trâmite perante a Vara Única da Comarca de Florânia/RN;

CONSIDERANDO a decisão administrativa proferida pelo Secretário Municipal de Saúde em 17 de agosto de 2026, que determinou o retorno da servidora às atribuições próprias e exclusivas de seu cargo efetivo, bem como a alteração de seu local de lotação;

CONSIDERANDO que a referida decisão determinou a apresentação da servidora no novo local de lotação em 24 de agosto de 2026, para início das atividades inerentes ao cargo efetivo;

RESOLVE:

Art. 1º Fica alterado o local de lotação e exercício da servidora MARIA APARECIDA DA SILVA, ocupante do cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, para a Unidade Mista Cirilo Alves, situada na Rua Senador Agenor Nunes de Maria, s/n, Centro, São Vicente/RN, CEP 59.340-000.

Art. 2º A servidora deverá apresentar-se no novo local de lotação no dia 24 de agosto de 2026, perante o responsável pela unidade, para início das atividades inerentes ao seu cargo efetivo.

Art. 3º A partir da efetiva mudança de lotação, a servidora deverá exercer exclusivamente as atribuições próprias e compatíveis com o cargo efetivo de Auxiliar Administrativo, ficando vedada a atribuição de funções estranhas às competências legalmente estabelecidas para o referido cargo.

Art. 4º A presente alteração de lotação tem por finalidade regularizar a situação funcional da servidora e dar cumprimento à decisão judicial proferida nos autos do Processo nº 0100238-39.2018.8.20.0139, fazendo cessar a situação de desvio de função anteriormente existente.

Art. 5º O Setor de Recursos Humanos adotará as providências necessárias para o devido registro da alteração de lotação e exercício da servidora em seus assentamentos funcionais.

Art. 6º Esta Portaria produzirá efeitos funcionais a partir da data da ciência da servidora, observada a efetiva apresentação no novo local de lotação na data estabelecida na decisão administrativa.

Art. 7º Dê-se ciência à servidora MARIA APARECIDA DA SILVA e ao responsável pela Unidade Mista Cirilo Alves.

Art. 8º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Publique-se e Cumpra-se

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026.

JANE MARIA SOARES DE MEDEIROS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Suely Dhreysan Araujo Costa
Código Identificador:C4ED92ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
1° EXTRATO DE ADITIVO - CONTRATO N° 119/2026

Processo nº 0078/2026 – Carona nº 013/2026 – CC

Contratante: **PREFEITURA MUNICIPAL SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**
Contratada: **G&B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA - CNPJ: 33.133.378/0001-12**
Objeto: Contratação de empresa especializada na prestação de serviços de manutenção preventiva e corretiva de veículos, máquinas e tratores, com fornecimento e substituição de peças pertencentes a frota do município de Senador Elói de Souza/RN, mediante maior percentual de desconto.

Vigência: 17/08/2026 à 17/08/2027
Valor: R$948.425,00 (Novecentos e quarenta e oito mil, quatrocentos e vinte e cinco reais).

Senador Elói de Souza/RN, 17 de agosto de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:212597E2

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
AVISO DE ANULAÇÃO PARCIAL

PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº 011/2026
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 061/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN**, por intermédio da autoridade competente, torna público, para conhecimento dos interessados, a **ANULAÇÃO PARCIAL** do **Pregão Eletrônico SRP nº 011/2026**, cujo objeto é o Registro de Preços para futura e eventual contratação de empresa especializada no fornecimento parcelado e contínuo de materiais de limpeza, higiene, saneantes domissanitários, utensílios, descartáveis, embalagens, itens de apoio e protetor solar.

A presente medida decorre da constatação de inconsistências nas especificações técnicas constantes do Termo de Referência, identificadas no curso do Processo Administrativo nº 061/2026, as quais comprometem a adequada definição do objeto relativamente aos itens atingidos.

Conforme apurado no processo administrativo, foram identificadas descrições truncadas, interrompidas ou incompletas em 06 (seis) itens, correspondentes a papel higiênico, pastilha sanitária 30g, sabão em barra neutro, amaciante líquido, desinfetante de uso geral e desodorizador de ambiente.

Diante disso, com fundamento nos arts. 71, inciso III, 147 e 148 da Lei Federal nº 14.133/2021, bem como no princípio da autotutela administrativa e na Súmula 473 do Supremo Tribunal Federal, fica **ANULADO PARCIALMENTE** o Pregão Eletrônico SRP nº 011/2026, exclusivamente quanto aos itens viciados integrantes dos Lotes 01 e 02.

Ficam preservados os atos regularmente praticados relativos aos Lotes 03 e 04, tendo em vista que não foram identificadas inconsistências técnicas nesses lotes.

Registra-se, ainda, que a empresa **ES SOLUÇÕES LTDA**, vencedora do Lote 04 – Protetor Solar, não é alcançada pela presente anulação, permanecendo preservados os atos referentes à sua participação no certame, em razão da inexistência de vício no referido lote.

Quanto aos itens atingidos pela anulação, serão adotadas as providências administrativas cabíveis em relação à Ata de Registro de Preços e aos eventuais contratos dela decorrentes, após certificação nos autos acerca da existência de contratos formalizados e de eventual fornecimento em curso, observando-se a legislação aplicável.

A presente decisão encontra-se fundamentada no Parecer Jurídico da Assessoria Jurídica, emitido em 13 de agosto de 2026, e na Decisão da Autoridade Competente, constante do Processo Administrativo nº 061/2026.

Determina-se, ainda, a adoção das providências necessárias para a refação do Termo de Referência, com a correção e complementação das especificações técnicas dos itens atingidos, caso persista a necessidade administrativa de contratação.

Senador Elói de Souza/RN, 17 de agosto de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JÚNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:854E8498

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA

CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 065/2026
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 017/2026

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, pessoa jurídica de direito público, inscrita no CNPJ sob nº 08.449.571/0001-10, neste ato, representado pela sua Secretária Municipal de Saúde e Saneamento, a sra. **ANACELI DA COSTA NUNES GOMES**, matrícula 1225871-9, vem **NOTIFICAR** a empresa **DISTRIMIX DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS LTDA**, CNPJ nº **01.417.694/0001-20**, acerca do **descumprimento parcial da Ordem de Compra nº 1344/2026**, expedida em **10 de julho de 2026**, referente ao fornecimento de medicamentos destinados à Farmácia Básica Municipal.

Após análise da **Nota Fiscal Eletrônica nº 000101113**, constatou-se que até o presente momento, não houvera o cumprimento integral da referida Ordem de Compra, em desacordo com as obrigações estabelecidas no **Contrato Administrativo nº 065/2026** e na **Ata de Registro de Preços nº 017/2026**.

Diante disso, fica a empresa **NOTIFICADA** para, no prazo máximo de **03 (três) dias úteis**, contados do recebimento desta Notificação, a **promover o fornecimento integral dos medicamentos ainda não entregues.**

O não atendimento desta Notificação ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis e a aplicação das sanções previstas na **Lei Federal nº 14.133/2021**, bem como no respectivo Contrato Administrativo e na Ata de Registro de Preços.

Senador Elói de Souza/RN, 17 de agosto de 2026.

ANA CELI DA COSTA NUNES GOMES
Secretária Municipal de Saúde de Senador Elói de Souza/RN

Publicado por:
Hudson Araújo Lucas
Código Identificador:E055250E

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO
HOMOLOGAÇÃO: PREGÃO ELETRÔNICO 05/2026

PROCESSO DE LICITAÇÃO Nº 05/2026
MODALIDADE: PREGÃO ELETRÔNICO - SRP

OBJETO: REGISTRO DE PREÇOS PARA LOCAÇÃO DE VEÍCULOS AUTOMOTIVOS PARA A REALIZAÇÃO DE SERVIÇOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

TERMO DE ADJUDICAÇÃO

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133/21. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o disposto na Ata Final da Sessão dos Trabalhos Licitatórios e no Resultado por Fornecedor. ADJUDICAMOS o presente procedimento de licitação em favor das empresas vencedoras:

1. 59.314.896 LEONARDO ALMEIDA LUDGERIO SILVA - CNPJ: **59.314.896/0001-26,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0002** e **0007**, totalizando o valor de R$ **228.720,00** (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte reais).

2. C DA C BESERRA - CNPJ: **48.589.681/0001-00**, saiu vencedor na disputa do item: **0006**, totalizando o valor de **R$ 70.680,00** (setenta mil, seiscentos e oitenta reais).

3. CARVALHO DISTRIBUICAO, LOCACAO E SERVICOS LTDA - CNPJ: **60.065.575/0001-14**, saiu vencedor na disputa do item: **0005**, totalizando o valor de **R$ 114.000,00** (cento e quatorze mil reais).

4. PAVEL RENT CAR LTDA - CNPJ: **42.908.733/0001-79,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0001, 0003** e **0004**, totalizando o valor de **R$ 261.600,**00 (duzentos e sessenta e um mil reais).

VALOR GLOBAL ESTIMADO: **R$ 675.000,00** (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

Senador Georgino Avelino/RN, 11 agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE-
Prefeito Municipal

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

Considerando o que dispõe a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e o Decreto Federal 10.024/2019. Considerando ainda os autos do processo licitatório acima identificado, em particular o Termo de Adjudicação expedido pela autoridade competente do Município. HOMOLOGAMOS o presente procedimento de licitação em favor da empresa, a seguir descrita:

1. 59.314.896 LEONARDO ALMEIDA LUDGERIO SILVA - CNPJ: **59.314.896/0001-26,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0002** e **0007**, totalizando o valor de R$ **228.720,00** (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte reais).

2. C DA C BESERRA - CNPJ: **48.589.681/0001-00**, saiu vencedor na disputa do item: **0006**, totalizando o valor de **R$ 70.680,00** (setenta mil, seiscentos e oitenta reais).

3. CARVALHO DISTRIBUICAO, LOCACAO E SERVICOS LTDA - CNPJ: **60.065.575/0001-14**, saiu vencedor na disputa do

item: **0005**, totalizando o valor de **R$ 114.000,00** (cento e quatorze mil reais).

4. PAVEL RENT CAR LTDA - CNPJ: **42.908.733/0001-79,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0001, 0003** e **0004**, totalizando o valor de **R$ 261.600,**00 (duzentos e sessenta e um mil reais).

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

Senador Georgino Avelino/RN, 11 agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE-
Prefeito Municipal

EXTRATO DA ARP – PESRP Nº 05/2026
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Senador Georgino Avelino/RN.

CONTRATADAS:

1. 59.314.896 LEONARDO ALMEIDA LUDGERIO SILVA - CNPJ: **59.314.896/0001-26,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0002** e **0007**, totalizando o valor de R$ **228.720,00** (duzentos e vinte e oito mil, setecentos e vinte reais).

2. C DA C BESERRA - CNPJ: **48.589.681/0001-00**, saiu vencedor na disputa do item: **0006**, totalizando o valor de **R$ 70.680,00** (setenta mil, seiscentos e oitenta reais).

3. CARVALHO DISTRIBUICAO, LOCACAO E SERVICOS LTDA - CNPJ: **60.065.575/0001-14**, saiu vencedor na disputa do item: **0005**, totalizando o valor de **R$ 114.000,00** (cento e quatorze mil reais).

4. PAVEL RENT CAR LTDA - CNPJ: **42.908.733/0001-79,** saiu vencedor na disputa dos itens: **0001, 0003** e **0004**, totalizando o valor de **R$ 261.600,**00 (duzentos e sessenta e um mil reais).

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$ 675.000,00 (seiscentos e setenta e cinco mil reais).

Senador Georgino Avelino/RN, 14 agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE-
Prefeito Municipal

RECURSOS FINANCEIROS: Orçamento Geral do Município – OGM, para o exercício 2026. VIGÊNCIA: 12 (doze) meses. ASSINATURAS: ANTONIO MARCOS FREIRE– p/Contratante e, 59.314.896 LEONARDO ALMEIDA LUDGERIO SILVA, PAVEL RENT CAR LTDA, C DA C BESERRA e CARVALHO DISTRIBUICAO, LOCACAO E SERVICOS LTDA – p/Contratada. DATA: Senador Georgino Avelino/RN, 14 de agosto de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE-
Prefeito Municipal.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:71AB78D9

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DE SÃO BENTO

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL DE CHAMAMENTO PARA SUBSÍDIO PARA GRUPOS E ESPAÇOS CULTURAIS Nº 002-2026 – PMSSB/SMC

A Prefeitura Municipal de Serra de São Bento/Secretaria Municipal de Cultura,torna público o presente edital elaborado com base na Lei nº 14.399/2022 (Lei PNAB), no Decreto nº 11.740/2023 (Decreto PNAB), no Lei nº 14.903/2023 (Marco Regulatório do Fomento à Cultura), no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e na Instrução Normativa MINC nº 10/2023 (IN PNAB de Ações Afirmativas e Acessibilidade).

1 - INFORMAÇÕES GERAIS

1.1 - Objeto do edital
O objeto deste Edital é a seleção de espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturaispara receberem subsídio para manutenção, com o objetivo de incentivar as diversas formas de manifestações culturais domunicípio de Serra de São Bento.

1.2 Quantidade de espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais selecionados

Serão selecionados 03 espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais.
Contudo, caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, o edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja saldo de recursos da Política Nacional Aldir Blanc oriundo de outros editais ou rendimentos, as vagas podem ser ampliadas.

1.3 Valor total do Edital

Cada espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural receberá subsídio em única parcela nos valores descritos abaixo:

	CATEGORIAS	Nº DE VAGAS	VALOR POR PROJETO	VALOR TOTAL POR CATEGORIA
1.	Espaço cultural	1	R$ 5.000,00	R$ 5.000,00
2.	Grupo cultural	2	R$ 2.500,00	R$ 5.000,00
TOTAL				**R$ 10.000,00**

Sobre o valor total repassado pelo município de Serra de São Bento ao agente cultural, não incidirá Imposto de Renda, Imposto Sobre Serviços – ISS, e eventuais impostos próprios da contratação de serviços.
O valor total deste edital é de R$ 10.000,00.

A despesa correrá à conta da seguinte Dotação Orçamentária: Lei Orçamentária Anual, Natureza de despesa: 13 392 0028 1.112 - Incentivo a Lei AldirBlanc.

1.4 Prazo de inscrição

De 08 horas do dia 17/08/2026 até 17 horas do dia 21/08/2026.
As inscrições serão realizadas conforme orientações descritas no item 4 deste edital.

1.5 Quem pode participar

Pode se inscrever no Edital agentes culturais que constituem espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais localizados nomunicípio de Serra de São Bentoe que tenham as seguintes características:
I – seja organizado e mantido por pessoas, organizações da sociedade civil, microempresas culturais, organizações culturais comunitárias, cooperativas com finalidade cultural e instituições culturais sem fins lucrativos;
II - tenha pelo menos 2 (dois) anos de funcionamento regular comprovado e que se dediquem a realizar atividades artísticas e culturais.

Ou seja, os agentes culturais podem ser:

I – Pessoa física ou Microempreendedor individual (MEI);
II - Pessoa jurídica sem fins lucrativos (Ex.: Associação, Fundação, Cooperativa, etc);
III – Microempresas;
III - Coletivo/Grupo sem CNPJ representado por pessoa física.
Na hipótese de espaços, ambientes ou iniciativas culturais que atuem como grupo ou coletivo cultural sem constituição jurídica (ou seja, sem CNPJ), será indicada pessoa física como responsável legal para o ato da assinatura do Termo de Execução Cultural e a representação será formalizada em declaração assinada pelos demais integrantes do

grupo ou coletivo, podendo ser utilizado o modelo constante no Anexo VII.
O espaço ou iniciativa **precisa estar cadastrado** em algum dos cadastros públicos de agentes ou iniciativas culturais abaixo:
I - Cadastros Estaduais de Cultura;
II - Cadastros Municipais de Cultura;
III - Cadastro Distrital de Cultura;
IV - Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura;
V - Cadastros Estaduais de Pontos e Pontões de Cultura;
VI - Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (Sniic);
VII - Sistema de Informações Cadastrais do Artesanato Brasileiro (Sicab);

1.6 Quem NÃO pode participar

Não pode se inscrever neste Edital, espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais:
I - Criados pela administração pública de qualquer esfera ou vinculados a ela;
II - Vinculados a fundações, a institutos ou a instituições criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
III - Teatros ou casas de espetáculos de diversões com financiamento exclusivo de grupos empresariais;
IV - Espaços geridos pelos serviços sociais do Sistema S;
V - Que tenham sócios, diretores e/ou administradores que participaram diretamente da etapa de elaboração do edital, e venham a participar da etapa de análise de propostas ou da etapa de julgamento de recursos;
VI - Que tenham sócios, diretores e/ou administradores que sejam cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, de servidor público do órgão responsável pelo edital, nos casos em que o referido servidor tiver atuado na etapa de elaboração do edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos; e
VII - Que tenham sócios, diretores e/ou administradores Chefes do Poder Executivo (Governadores, Prefeitos), Secretários de Estado ou de Município, membros do Poder Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), do Poder Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador); do Tribunal de Contas (Auditores e Conselheiros).

Atenção! É proibido o recebimento cumulativo de subsídios de que trata este Edital, mesmo que o agente cultural seja responsável por mais de um espaço cultural.
Atenção! A participação de agentes culturais nas consultas públicas não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do edital. Ou seja, a mera participação do agente cultural nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste edital.

2 - ETAPAS

Este edital é composto pelas seguintes etapas:
Inscrições – etapa de apresentação de projetos pelos agentes culturais
Seleção – etapa em que uma comissão analisa e seleciona os projetos
Habilitação – etapa em que os agentes culturais selecionados na etapa anterior serão convocados para apresentar documentos de habilitação
Assinatura do Termo de Execução Cultural – etapa em que os agentes culturais habilitados serão convocados para assinar o Termo de Execução Cultural

3 - INSCRIÇÕES

3.1 Como se inscrever
O agente cultural deve encaminhar preferencialmente por meio eletrônico, através do e-mail cultura, ou entregar pessoalmente na Secretaria Municipal de Cultura, a seguinte documentação obrigatória:
a) Formulário de inscrição (Anexo II)
b) Plano de Trabalho (projeto), conforme o Anexo III;
c) Portfólio reunindo registros para comprovação dos últimos 02 anos de atuação (fotos, vídeos, postagens em redes sociais, relatórios...);
d) Documentos específicos relacionados na categoria de apoio em que o espaço, ambientes ou iniciativa artístico-cultural será inscrito conforme Anexo I, quando houver;
e) Autodeclaração étnico-racial ou de pessoa com deficiência, se for concorrer às cotas;
f) Declaração de representação, se for um coletivo sem CNPJ;
g) Outros documentos que o agente cultural julgar necessário para auxiliar na avaliação do mérito cultural do projeto.

Atenção! O agente cultural representante do espaço, ambiente ou iniciativa é responsável pelo envio dos documentos e pela qualidade visual, conteúdo dos arquivos e informações de seu projeto.
Atenção! A inscrição implica no conhecimento e concordância dos termos e condições previstos neste Edital, na Lei 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura), na Lei nº 14.903/2024 (Marco regulatório de fomento à cultura), no Decreto 11.740/2023 (Decreto Política Nacional Aldir Blanc) e no Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de fomento).

4 - COTAS

4.1Categoria de cotas
Ficam garantidas cotas em todas as categorias do edital para:
a)pessoas negras (pretas e pardas);
b) pessoas indígenas;
c)pessoas com deficiência.
A quantidade de cotas destinadas a cada categoria do edital está descrita no Anexo I.
Para concorrer às cotas, os agentes culturais deverão preencher uma autodeclaração.
A autodeclaração pode ser apresentada por escrito, em áudio, em vídeos ou em outros formatos acessíveis.

4.2 Concorrência concomitante

Os espaços culturais que optarem por concorrer às cotas concorrerão concomitantemente às vagas destinadas à ampla concorrência, ou seja concorrerão ao mesmo tempo nas vagas da ampla concorrência e nas vagas reservadas às cotas, podendo ser selecionado de acordo com a sua nota ou classificação no processo seleção.
Os espaços culturais optantes por concorrer às cotas que atingirem nota suficiente para se classificar no número de vagas oferecidas para ampla concorrência não ocuparão as vagas destinadas para o preenchimento das cotas, ou seja, serão selecionados nas vagas da ampla concorrência, ficando a vaga da cota para o próximo colocado optante pela cota.

4.3 Desistência do optante pela cota

Em caso de desistência de optantes aprovados nas cotas, a vaga não preenchida deverá ser ocupada por pessoa que concorreu às cotas de acordo com a ordem de classificação.

4.4 Remanejamento das cotas

No caso de não existirem propostas aptas em número suficiente para o cumprimento de uma das categorias de cotas, o número de vagas restantes deverá ser destinado inicialmente para a outra categoria de cotas.
Caso não haja espaços culturais inscritos em outra categoria de cotas, as vagas não preenchidas deverão ser direcionadas para a ampla concorrência, sendo direcionadas para os demais candidatos aprovados, de acordo com a ordem de classificação.

6 - Aplicação das cotas para pessoas jurídicas e coletivos

As pessoas jurídicas e coletivos sem CNPJ podem concorrer às cotas, desde que preencham algum dos requisitos abaixo:
I - Pessoas jurídicas em que mais da metade dos sócios são pessoas negras, indígenas ou com deficiência,
II - PEssoas jurídicas ou grupos e coletivos sem CNPJ que possuam pessoas negras, indígenas ou com deficiência em posições de liderança no projeto cultural;
III - Pessoas jurídicas ou coletivos sem CNPJ que possuam equipe do projeto cultural majoritariamente composta por pessoas negras, indígenas ou com deficiência; e

IV - Outras formas de composição que garantam o protagonismo de pessoas negras, indígenas ou com deficiência na pessoa jurídica ou no grupo e coletivo sem personalidade jurídica.]

As pessoas físicas que compõem a pessoa jurídica ou o coletivo sem CNPJ devem preencher uma autodeclaração, conforme modelos do Anexo VIII e Anexo XI.

5 - COMO ELABORAR O PROJETO DE MANUTENÇÃO (PLANO DE TRABALHO)

5.1 Preenchimento do modelo

Para se inscrever neste edital é necessário preencher o Anexo II - Formulário de Inscrição, documento que contém a ficha de inscrição, e o Anexo III - Plano de Trabalho, documento que contém a descrição do projeto.
O agente cultural será o único responsável pela veracidade do projeto e documentos encaminhados, isentando o município de Serra de São Bento de qualquer responsabilidade civil ou penal.

5.2 Custos de manutenção

O agente cultural deve preencher a planilha orçamentária constante no Anexo III indicando os custos de manutenção do espaço, ambientes ou iniciativas artístico-culturais, por categoria, acompanhado dos valores condizentes com as práticas de mercado. O agente cultural pode informar qual a referência de preço utilizada, de acordo com as características e realidades do projeto.

5.3 Contrapartida

Os espaços ou iniciativas são obrigados a garantir, como contrapartida, a realização, de forma gratuita, em intervalos regulares, de atividades destinadas aos alunos de escolas públicas ou de atividades em espaços públicos de sua comunidade, inclusive apresentações ao vivo com interação popular, podendo ser utilizados meios digitais, em cooperação e com planejamento definido com o município de Serra de São Bento.

5.4 Recursos de acessibilidade

Os espaços ou iniciativas artístico-culturais devem implementar medidas de acessibilidade física, atitudinal e comunicacional compatíveis com as características dos produtos resultantes do objeto, nos termos do disposto naLei nº 13.146, de 6 de julho de 2015(Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência).
São medidas de acessibilidade:
I - no aspecto arquitetônico, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com mobilidade reduzida ou idosas aos locais onde se realizam as atividades culturais e a espaços acessórios, como banheiros, áreas de alimentação e circulação;
II - no aspecto comunicacional, recursos de acessibilidade para permitir o acesso de pessoas com deficiência intelectual, auditiva ou visual ao conteúdo dos produtos culturais gerados pelo projeto, pela iniciativa ou pelo espaço; e
III - no aspecto atitudinal, a contratação de colaboradores sensibilizados e capacitados para o atendimento de visitantes e usuários com diferentes deficiências e para o desenvolvimento de projetos culturais acessíveis desde a sua concepção, contempladas a participação de consultores e colaboradores com deficiência e a representatividade nas equipes dos espaços culturais e nas temáticas das exposições, dos espetáculos e das ofertas culturais em geral.
Especificamente para pessoas com deficiência, mecanismos de protagonismo e participação poderão ser concretizados também por meio das seguintes iniciativas, entre outras:
I - adaptação de espaços culturais com residências inclusivas;
II - utilização de tecnologias assistivas, ajudas técnicas e produtos com desenho universal;
III - medidas de prevenção e erradicação de barreiras atitudinais;
IV - contratação de serviços de assistência por acompanhante; ou
V - oferta de ações de formação e capacitação acessíveis a pessoas com deficiência.

6 - ETAPA DE SELEÇÃO

6.1 Quem analisa os projetos de manutenção de espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais selecionados

Uma comissão de seleção vai avaliar os projetos. Todas as atividades serão registradas em ata. Farão parte desta comissão 03 (três) servidores da Prefeitura Municipal de Serra de São Bento, sendo obrigatoriamente 01 (um) representante da Secretaria Municipal de Cultura.

6.2 Quem não pode analisar os projetos

Os membros da comissão de seleção e respectivos suplentes ficam impedidos de participar da apreciação dos projetos quando:
I - tiverem interesse direto na matéria;
II - tenham participado como colaborador na elaboração do projeto;
III - no caso de inscrição de pessoa jurídica, ou grupo/coletivo: tenham composto o quadro societário da pessoa jurídica ou tenham sido membros do grupo/coletivo nos últimos dois anos, ou se tais situações ocorrem quanto ao cônjuge, companheiro ou parente e afins até o terceiro grau; e
IV - estejam litigando judicial ou administrativamente com o agente cultural ou com respectivo cônjuge ou companheiro.
O membro da comissão que incorrer em impedimento deve comunicar o fato à referida Comissão, abstendo-se de atuar, sob pena de nulidade dos atos que praticar.

6.3 Análise dos projetos

Os membros da comissão de seleção farão a análise das inscrições apresentadas.
Na análise, será realizada a identificação, tanto individual quanto sobre seu contexto social, de aspectos relevantes dos espaços, ambientes e iniciativas artístico-culturais concorrentes em uma mesma categoria de subsídio, realizada por meio da atribuição fundamentada de notas aos critérios descritos no Anexo IV deste edital.
Por análise comparativa compreende-se a análise dos itens individuais de cada espaço, ambiente e iniciativas artístico-cultural, e de seus impactos e relevância em relação a outros espaços inscritos na mesma categoria. A pontuação de cada espaço, ambiente e iniciativas artístico-cultural é atribuída em função desta comparação.

6.4 Valores incompatíveis com o mercado

Os itens da planilha orçamentária poderão ser glosados, ou seja, vetados, total ou parcialmente, pela Comissão de Seleção, se, após análise, não forem considerados com preços compatíveis aos praticados no mercado ou forem considerados incoerentes e em desconformidade com a proposta apresentada.
Caso o agente cultural discorde dos valores glosados (vetados) poderá apresentar recurso da etapa de seleção, conforme dispõe o 7.5

6.5 Recurso da etapa de seleção

O resultado provisório da etapa de seleção será divulgado no site oficial da Prefeitura Municipal de Serra de São Bento.
Contra a decisão da fase de seleção, caberá recurso que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 DIAS ÚTEIS a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de seleção será divulgado no site da Prefeitura Municial de Serra de São Bento.

7 - ETAPA DE HABILITAÇÃO

7.1 Documentos de habilitação

O agente cultural responsável pelo projeto selecionado deverá encaminhar no prazo de03 (três) após a publicação do resultado final de seleção, por meio de e-mail os seguintes documentos:
Se o espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural for representado por **pessoa jurídica**, deve apresentar os seguintes documentos:

I - Inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica - CNPJ, emitida no site da Secretaria da Receita Federal do Brasil;
II - Atos constitutivos, qual seja o contrato social, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos, ou estatuto, nos casos de organizações da sociedade civil;
III – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
IV - Certidão negativa de falência e recuperação judicial, expedida pelo Tribunal de Justiça estadual, nos casos de pessoas jurídicas com fins lucrativos;
V - Certidão negativa de débitos relativos a Créditos Tributários Federais e à Dívida Ativa da União;
VI - Certidões negativas de débitos estaduais e municipais, expedidas pelaSecretaria Municipal de Tributação;
VII - Certificado de regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - CRF/FGTS;
VIII - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho.

Se o espaço, ambiente ou iniciativa artístico-cultural for representado por **pessoa física**, deve apresentar os seguintes documentos:
I – Documento pessoal do agente cultural que contenha RG e CPF (Ex.: Carteira de Identidade, Carteira Nacional de Habilitação – CNH, Carteira de Trabalho, etc);
II - Certidão negativa de débitos relativos a créditos tributários federais e Dívida Ativa da União;
III - Certidões negativas de débitos relativas ao créditos tributários estaduais e municipais, expedidas pelaSecretaria Municipal de Tributação;
IV - Certidão negativa de débitos trabalhistas - CNDT, emitida no site do Tribunal Superior do Trabalho;
V - Comprovante de residência, por meio da apresentação de contas relativas à residência ou de declaração assinada pelo agente cultural.

Atenção! A comprovação de residência poderá ser dispensada nas hipóteses de agentes culturais:
I - Pertencentes a comunidade indígena, quilombola, cigana ou circense;
II - Pertencentes a população nômade ou itinerante; ou
III - Que se encontrem em situação de rua.
As certidões positivas com efeito de negativas servirão como certidões negativas, desde que não haja referência expressa de impossibilidade de celebrar instrumentos jurídicos com a administração pública.

Atenção! Caso o agente cultural esteja em débito com o ente público responsável pela seleção e com a União não será possível o recebimento dos recursos de que trata este Edital.
Na hipótese de inabilitação de alguns contemplados, serão convocados outros agentes culturais para apresentarem os documentos de habilitação, obedecendo a ordem de classificação dos projetos.

7.2 Recurso da etapa de habilitação

Contra a decisão da fase de habilitação, caberá recurso que deve ser apresentado por meio de e-mail no prazo de 3 dias úteis a contar da publicação do resultado, considerando-se para início da contagem o primeiro dia útil posterior à publicação.
Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
Após o julgamento dos recursos, o resultado final da etapa de habilitação será divulgado nosite da Prefeitura Municipal.
Após essa etapa, não caberá mais recurso.

8 - ASSINATURA DO TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL E RECEBIMENTO DOS RECURSOSFINANCEIROS

8.1 Termo de Execução Cultural

Finalizada a fase de habilitação, o agente cultural contemplado será convocado a assinar o Termo de Execução Cultural, conforme Anexo V deste Edital, de forma presencial ou eletrônica.
O Termo de Execução Cultural corresponde ao documento a ser assinado pelo agente cultural selecionado neste Edital e pela Secretaria Municipal de Cultura contendo as obrigações dos assinantes do Termo.

8.2 Recebimento dos recursos financeiros

Após a assinatura do Termo de Execução Cultural, o agente cultural receberá os recursos em conta bancária específica aberta para o recebimento dos recursos deste Edital até10 dias após a homologação do resultado final.

Atenção! A assinatura do Termo de Execução Cultural e o recebimento do apoio estão condicionados à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como expectativa de direito do agente cultural.

9 - DIVULGAÇÃO DOS PROJETOS

Os produtos artístico-culturais e as peças de divulgação dos projetos exibirão as marcas do Governo federal e da Prefeitura de Serra de São Bento, de acordo com as orientações técnicas do manual de aplicação de marcas divulgado pelo Ministério da Cultura, observando as vedações existentes na Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) nos três meses que antecedem as eleições.
O material de divulgação dos projetos e seus produtos será disponibilizado em formatos acessíveis a pessoas com deficiência e conterá informações sobre os recursos de acessibilidade disponibilizados.
O material de divulgação dos projetos deve ter caráter educativo, informativo ou de orientação social, e não pode conter nomes, símbolos ou imagens que caracterizem promoção pessoal de autoridades ou servidores públicos, nos termos do § 1º do art. 37 da Constituição Federal.

10 - MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DE RESULTADOS

10.1 Monitoramento e avaliação realizados pela Secretaria Municipal de Cultura

Os procedimentos de monitoramento e avaliação dos projetos culturais contemplados, assim como a prestação de informação à administração pública, observarão a Lei nº 14.903/2024 e o Decreto nº 11.453/2023 que dispõem sobre os mecanismos de fomento do sistema de financiamento à cultura, observadas às exigências legais de simplificação e de foco no cumprimento do objeto.

10. 2 Como o agente cultural presta contas à Secretaria Municipal de Cultura

O agente cultural deve prestar contas por meio da apresentação do Relatório de Objeto da Execução Cultural, conforme documento constante no Anexo VI deste edital.
O Relatório de Objeto da Execução Cultural deve ser apresentado até180 diasapós o final do exercício financeiro em que se encerrou a aplicação dos recursos recebidos.
O Relatório Financeiro da Execução Cultural será exigido somente nas seguintes hipóteses:
I - Quando não estiver comprovado o cumprimento do objeto por meio da apresentação do Relatório Final de Execução do Objeto; ou
II - Quando for recebida, pela administração pública, denúncia de irregularidade na execução da ação cultural, mediante juízo de admissibilidade que avaliará os elementos fáticos apresentados.

11 - DISPOSIÇÕES FINAIS

11.1 Desclassificação de projetos

Os projetos que apresentem quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade ou outras formas de discriminação serão desclassificadas, com fundamento no disposto noinciso IV do caput do art. 3º da Constituição Federal,garantidos o contraditório e a ampla defesa.

Atenção! Eventuais irregularidades, constatadas a qualquer tempo, implicarão na desclassificação do agente cultural.

11.2 Anexos do edital

Compõem este Edital os seguintes anexos:

Anexo I - Categorias de apoio;
Anexo II - Formulário de Inscrição
Anexo III - Plano de Trabalho;
Anexo IV - Critérios de seleção
Anexo V - Termo de Execução Cultural;
Anexo VI - Relatório de Objeto da Execução Cultural
Anexo VII - Declaração de representação de grupo ou coletivo;
Anexo VIII - Declaração étnico-racial
Anexo IX – Declaração Pessoa com Deficiência
Anexo X – Formulário de interposição de recurso

Serra de São Bento/RN, 11 de agosto de 2026.

HELENA MARIA OLIVEIRA DE MORAIS
Prefeita Municipal

Publicado por:
Aecio da Rocha Pereira
Código Identificador:AC9BC1BE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA DO MEL

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 194, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 194, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de diária para a funcionaria "Luciene Augusta de Azevedo" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, Bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Luciene Augusta de Azevedo, integrante da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CREAS no âmbito da proteção social especial.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CREAS, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.

Assim, a concessão da diária à Luciene Augusta de Azevedo revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CREAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:291B7AE9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 195, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 195, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de diária para a a funcionaria "Kyslane Rodrigues de Aguiar" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Kyslane Rodrigues de Aguiar, integrante da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CREAS no âmbito da proteção social especial.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CREAS, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.
Assim, a concessão da diária à Kyslane Rodrigues de Aguiar revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CREAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:83DACF39

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 196, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 196, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de diária para a funcionaria "Creuza Francieli Pereira da Costa" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Creuza Francieli Pereira da Costa, integrante da equipe do Centro de Referência Especializado de Assistência Social – CREAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CREAS no âmbito da proteção social especial.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CREAS, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.
Assim, a concessão da diária à Creuza Francieli Pereira da Costa revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CREAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:AEAA928D

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 197, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 197, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de Diária para Participação em Reunião Temática do Cosems/RN para a secretaria de saúde Anacelia Freitas do Nascimento, CPF nº 022.784.754-79, Matrícula nº 1522.
A presente solicitação visa custear a diária e o deslocamento da Secretária Municipal de Saúde para participação da Reunião Temática do Cosems/RN, a reunião acontecerá no dia 19 de agosto de 2026, às 9h, no auditório do Centro Administrativo Federal, Av. Alexandrino de Alencar, 1402 - Tirol CEP: 59.015-350 - Natal/RN.
TEMA: Eficiência e resolutividade na prática da Atenção Especializada: Execução e implementação as Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs).
PROGRAMAÇÃO: 9h- Abertura: Cosems/RN 9h30`- Painel: Eficiência e resolutividade na prática da Atenção Especializada: Execução e implementação as Ofertas de Cuidado Integrado (OCIs) Mediador: Cosems/RN
• RN em foco: onde estamos e por que precisamos avançar? Expositor: Apoio Institucional/SAES/RN
• Faturamento de OCIs e recursos unificados. Expositor: Terezinha Rêgo - Consultora do Cosems/RN
•. Produzi. E agora? " – processamento, financiamento E pagamento Expositor: Gustavo/CRS/SESAP
• Experiência Assú e Caicó: resolvendo situações reais do RN Expositor: Técnico responsável - Assú e Caicó Pauta da CIB
Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:2E5DBECA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 198, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 198, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de Diária para a funcionaria "Kalinny Liégi Oliveira Santos" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Kalinny Liégi Oliveira Santos, integrante da equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário

Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CRAS no âmbito da proteção social.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CRAS, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.
Assim, a concessão da diária à Kalinny Liégi Oliveira Santos revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CRAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:41F4E868

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 199, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 199, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de Diária para a funcionaria "Debora do Nascimento Arruda" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Debora do Nascimento Arruda, integrante da equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CRAS no âmbito da proteção social.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CRAS, contribuindo para o fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.
Assim, a concessão da diária à Debora do Nascimento Arruda revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CRAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:370F289B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 200, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 200, de 17 de agosto de 2026

CONCEDER diária (s) para custear despesas de viagem para o (a) Servidor Público designado, e dá outras providencias.

A SECRETÁRIA DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei,
R E S O L V E:

Art. 1º Concessão de Diária para o funcionario "Daniel Carlos de Lemos" a mesma comparecer no dia 18 de agosto de 2026, no Seminário Estadual Agosto Lilás em Natal – RN. Local: Av. Alexandrino de Alencar, 1397, bairro Tirol, Natal/RN, ás 8h.
A presente concessão de diária tem por finalidade viabilizar o deslocamento da funcionária Daniel Carlos de Lemos, integrante da equipe do Centro de Referência de Assistência Social – CRAS do Município de Serra do Mel/RN, para participação no Seminário Estadual Agosto Lilás, a ser realizado no dia 18 de agosto de 2026, às 08h00, na Av. Alexandrino de Alencar, nº 1397, bairro Tirol, Natal/RN.
A participação da servidora no referido evento mostra-se de relevante interesse público e institucional, considerando que o Agosto Lilás constitui importante período de mobilização, conscientização e fortalecimento das ações de prevenção e enfrentamento à violência contra as mulheres, temática que possui relação direta com as atribuições desenvolvidas pelo CRAS no âmbito da proteção social.
A presença da profissional no seminário possibilitará o aprimoramento de seus conhecimentos, a atualização quanto às políticas públicas, estratégias de atendimento e mecanismos de proteção às mulheres em situação de violência, bem como a troca de experiências com profissionais e representantes de outros municípios e instituições que atuam na área.
Ressalta-se, ainda, que os conhecimentos e experiências adquiridos durante o evento poderão ser posteriormente compartilhados com os demais integrantes da equipe do CRAS, contribuindo para o

fortalecimento e a qualificação dos serviços socioassistenciais ofertados pelo Município de Serra do Mel/RN.
Dessa forma, a concessão da diária justifica-se pela necessidade de assegurar os meios necessários para o deslocamento e a participação da funcionária no referido seminário, considerando o interesse da Administração Pública na capacitação continuada de sua equipe e no aprimoramento das políticas públicas de assistência social e de enfrentamento à violência contra a mulher.
Assim, a concessão da diária à Daniel Carlos de Lemos revela-se necessária e compatível com o interesse público, estando diretamente relacionada às atividades desempenhadas pela profissional junto ao CRAS de Serra do Mel/RN.

Art. 2º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Serra do Mel/RN, 17 de agosto de 2026

EVA ARITANA DA COSTA MAIA DE AZEVEDO
Secretária de Administração e Planejamento
Matricula: 794

Publicado por:
Eva Aritana da Costa Maia Azevedo
Código Identificador:0B3F68FB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 780, DE 14 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a instauração do procedimento de regularização fundiária urbana no Município de Serra Negra do Norte/RN, classificando-o na modalidade de interesse social (Reurb-S), nos termos da Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais

Considerando o disposto na Lei Federal nº 13.465, de 11 de julho de 2017, que dispõe sobre a regularização fundiária rural e urbana, e no Decreto Federal nº 9.310, de 15 de março de 2018, que a regulamenta;

Considerando que, nos termos do art. 13, inciso I, da Lei Federal nº 13.465/2017, considera-se Reurb de interesse social aquela aplicável aos núcleos urbanos informais ocupados predominantemente por população de baixa renda, assim declarados em ato do Poder Executivo municipal;

Considerando a competência do Município para promover a regularização fundiária urbana de interesse social (Reurb-S), nos termos do art. 30, § 1º, da Lei Federal nº 13.465/2017;

Considerando o Termo de Convênio nº 002/2026, firmado entre a Prefeitura Municipal de Serra Negra do Norte/RN e o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, Tecnológico e Serviços (IDEST), no âmbito do Processo Administrativo nº 02002.000061/2026, que tem por objeto a implementação de ações específicas de regularização fundiária urbana no Município de Serra Negra do Norte/RN;

Considerando, por fim, a necessidade de regularizar os núcleos urbanos informais consolidados situados na municipalidade, garantindo o direito social à moradia e a segurança jurídica da posse aos ocupantes de baixa renda;

DECRETA:

Art. 1º. Fica instaurada a Regularização Fundiária Urbana de Interesse Social (Reurb-S) no Município de Serra Negra do Norte/RN, a ser promovida pela Prefeitura Municipal, mediante o convênio celebrado com o Instituto de Desenvolvimento Educacional, Social, Tecnológico e Serviços (IDEST), abrangendo os núcleos urbanos informais consolidados situados na municipalidade, na ocasião denominado como Núcleo Urbano Informal Arécio Batista.

Art. 2º. Para fins de enquadramento na Reurb-S instituída pelo artigo anterior, consideram-se de baixa renda os núcleos familiares com rendimentos mensais de até 05 (cinco) salários-mínimos.

Art. 3º. Fica estabelecido que poderão ser utilizados como instrumentos de regularização os institutos da legitimação fundiária, da legitimação de posse e da concessão de direito real de uso, nos termos do que dispõe a Lei Federal nº 13.465/2017.

Art. 4º. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 17 de agosto de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:E1B550E3

GABINETE CIVIL
DECRETO Nº 781, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Decreta luto oficial por três dias e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições legais

Considerando o falecimento do Sr. Valmir Fidelis de Araújo (Nini), ex-vereador municipal durante os anos 1971-1972 e 1976-1981.

DECRETA:

Art. 1º. Fica decretado Luto Oficial os dias 17, 18 e 19 de agosto de 2026, no âmbito do município de Serra Negra do Norte.

Art. 2º. Este decreto entra em vigor na data de sua assinatura, revogadas as disposições em contrário.

Publique-se. Cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 17 de agosto de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:EEFCE1B2

GABINETE CIVIL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA DE DIÁRIA Nº 288/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Hélio Araújo do Nascimento			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 035.XXX.244-36	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 14/08/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir J.A.L. para procedimento no Hospital do Coração. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:311865B2

GABINETE CIVIL
FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE PORTARIA DE DIÁRIA Nº 289/2026

Dispõe sobre a concessão de diárias e dá outras providências.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE DE SERRA NEGRA DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal e em observância ao Decretos Municipais n° 642/2023, 695/2025 e 723/2025,

RESOLVE:
Art. 1º. Conceder a diária abaixo discriminada, destinada à cobertura de custos de alimentação e pousada do respectivo servidor, durante o deslocamento, a serviço dessa entidade, a saber:

Servidor(a): Danilo Monte Costa			
Cargo/função: Motorista	**CPF:** 052.XXX.834-44	**Quantidade:** 1 (uma)	
Destino: Natal	**Data:** 16/08/2026	**Valor Unitário(R$):** 150,00	**Valor Total (R$):** 150,00
(X) Valor Integral ( ) 50% (cinquenta por cento) do Valor		**TOTAL:** R$ 150,00	
Descrição do Objetivo/Serviços de deslocamento: Conduzir a paciente M.S.G. para atendimento especializado e internamento no Hospital Memorial São Francisco em Natal-RN. Ressarcimento.			

Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.
Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA DE FÁTIMA BRITO
Secretária Municipal de Saúde
Portaria nº 003/2025

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:6B1DBF80

GABINETE CIVIL
PORTARIA Nº 096/2026

Dispõe sobre a revogação de portaria de diária e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SERRA NEGRA DO NORTE, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, no uso de suas atribuições conferidas pela Lei Orgânica Municipal,

RESOLVE:
Art. 1º. Revogar a Portaria de Diária nº 208/2026, por duplicidade, que concedia diária a servidor público municipal.
Art. 2º. A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Serra Negra do Norte/RN, 17 de agosto de 2026.

ACÁCIO SÂNZIO DE BRITO
Prefeito

Publicado por:
Odilange Rande Medeiros de Souza
Código Identificador:097C9AB4

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA Nº 100801/2026

O(A) Prefeitura Municipal de Severiano Melo, por intermédio do Agente de Contratação, torna público que do dia 18/08/2026 (Horário de Brasília/DF) até as 09 horas do dia 21/08/2026, estará disponível para receber propostas a Dispensa de Licitação nº 100801/2026 - tipo "menor preço". A presente licitação tem por finalidade a Aquisição de água mineral para o consumo, sem gás, acondicionada em Garrafões de 20Lts de policarbonato transparente e selo fiscal de controle, com entrega parceladas de acordo com as necessidades das Secretarias Municipais de Severiano Melo/RN, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Aviso de Contratação Direta e seus anexos, Fundamentação Legal: Lei Nº 14.133. Na fase externa, o Aviso de Contratação Direta do certame estará disponível gratuitamente nos endereços eletrônicos: https://severianomelo.rn.gov.br/, podendo ser a proposta encaminhada exclusivamente via e-mail: **cplseverianomelo@gmail.com**

Severiano Melo/RN, 17 de agosto de 2026.

VITOR MATEUS MORAIS DANTAS
Agente de Contratação

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:1BD2A461

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 029/2026

DECRETO Nº 029/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar no orçamento geral do Município de Severiano Melo/RN, por anulação parcial ou total de dotações orçamentárias, no valor de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), e dá outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 802/2026, de 14 de agosto de 2026, e nos incisos I do art. 41 e III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto crédito adicional suplementar no valor total de R$ 150.000,00 (cento e cinquenta mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:	2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão Orçamentário:	2000 - Poder Executivo
Unidade Orçamentária:	2008 - Sec. Mun. de Esporte e Juventude
Função:	27 - Desporto e Lazer
Subfunção:	812 - Desporto Comunitário
Programa:	13 - Esporte e Juventude Assistida

Ação:	1.12 - Construção e Requalificação de Estruturas para a Prática Esportiva
Despesa:	624 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Fonte de Recurso:	1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor:	R$ 150.000,00

Art. 2º Os recursos decorrem da anulação parcial ou total das seguintes dotações, conforme inciso III do § 1º do art. 43 da Lei Federal nº 4.320/64:

Unidade Gestora:	2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo
Órgão Orçamentário:	2000 - Poder Executivo
Unidade Orçamentária:	2004 - Sec. Mun. de Finanças
Função:	4 - Administração
Subfunção:	61 - Ação Judiciária
Programa:	2 - Gestão Integrada e Governança Municipal
Ação:	2.5 - Custeio das Despesas com Precatórios e RPVs
Despesa:	548 - 3.3.90.91.00 - Sentenças Judiciais
Fonte de Recurso:	1501 - (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados
Valor:	R$ 150.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Severiano Melo/RN, 17 de agosto de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:1EF8E5D9

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 28/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO

DECRETO MUNICIPAL Nº 028/2026

EMENTA: Abre crédito adicional suplementar ao orçamento geral do Município de Severiano Melo/RN, no valor de R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais), mediante anulação parcial de dotações orçamentárias, nos termos da Lei Municipal nº 793/2026 e do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município, e com fundamento no art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964, e na autorização contida na Lei Municipal nº 793, de 08 de julho de 2026,

CONSIDERANDO a necessidade de reforço de dotações orçamentárias insuficientemente dotadas no exercício financeiro de 2026;

CONSIDERANDO a existência de saldos disponíveis e não comprometidos em dotações orçamentárias do orçamento vigente;

CONSIDERANDO a autorização legislativa conferida pela Lei Municipal nº 793/2026;

DECRETA:

Art. 1º Fica aberto, no orçamento geral do Município de Severiano Melo/RN, para o exercício financeiro de 2026, crédito adicional suplementar no valor de **R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais)**, destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora: 4 – Fundo Municipal de Assistência Social; Órgão Orçamentário: 4000 – Fundo Municipal de Assistência Social; Unidade Orçamentária: 4001 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento e Assistência Social; Função: 8 – Assistência Social; Subfunção: 245 – Serviços Socioassistenciais; Programa: 16 – Proteção e Desenvolvimento Social; Ação: 2.18 – Gestão Administrativa e Operacional do Fundo e Sec Mun de Desenvolvimento e Assistência Social; Despesa: 848 – 3.3.90.39.00 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica; Fonte de Recurso: 1501 – (RECURSOS PRÓPRIOS) Outros Recursos não Vinculados; Valor: **R$ 128.000,00**.

Total de despesas acrescidas: R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Art. 2º Os recursos necessários à abertura do crédito adicional suplementar de que trata o art. 1º decorrerão da anulação parcial da seguinte dotação orçamentária, nos termos do art. 43, § 1º, inciso III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964:

Unidade Gestora: 2 – Prefeitura Municipal de Severiano Melo; Órgão Orçamentário: 2000 – Poder Executivo; Unidade Orçamentária: 2006 – Sec Mun de Educação e Cultura; Função: 12 – Educação; Subfunção: 368 – Educação Básica; Programa: 5 – Transporte Escolar Digno; Ação: 1.14 – Compra de Ônibus para Atendimento ao Transporte Escolar; Despesa: 925 – 4.4.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente; Fonte de Recurso: 1569 – Outras Transferências de Recursos do FNDE; Valor: **R$ 128.000,00**.

Total de despesas reduzidas: R$ 128.000,00 (cento e vinte e oito mil reais).

Art. 3º A Secretaria Municipal de Finanças adotará as providências necessárias ao registro contábil, à classificação orçamentária e ao controle da execução do crédito adicional suplementar ora aberto, observados os preceitos da Lei Federal nº 4.320/1964, as normas da Secretaria do Tesouro Nacional (STN), as orientações do Tribunal de Contas do Estado do Rio Grande do Norte (TCE/RN) e as disposições da Lei Complementar Federal nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 4º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, produzindo seus efeitos financeiros e orçamentários a contar de 17 de agosto de 2026, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, em 17 de agosto de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:CE356148

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 30/2026

DECRETO Nº 030/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Especial por excesso de arrecadação, no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), no orçamento do Fundo Municipal de Saúde de Severiano Melo/RN, para o exercício financeiro de 2026, e dá outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 801/2026, de 14 de agosto de 2026, e nos arts. 43 e 57 da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, no corrente exercício financeiro, crédito adicional especial por excesso de arrecadação, no valor total de R$ 100.000,00 (cem mil reais), destinado ao reforço das seguintes dotações orçamentárias:

Unidade Gestora:	3 - Fundo Municipal de Saúde
Órgão Orçamentário:	3000 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	3002 - Fundo Municipal de Saúde Severiano Melo
Função:	10 - Saúde

Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa:	21 - Cuidado Hospitalar e Ambulatorial Municipal
Ação:	1.44 - EMENDA INDIVIDUAL MAC Nº 42760014
Despesa:	1010 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo
Fonte de Recurso:	16003110 - RECURSOS DO FNS EMENDA INDIVIDUAL
Valor:	R$ 10.000,00

Unidade Gestora:	3 - Fundo Municipal de Saúde
Órgão Orçamentário:	3000 - Fundo Municipal de Saúde
Unidade Orçamentária:	3002 - Fundo Municipal de Saúde Severiano Melo
Função:	10 - Saúde
Subfunção:	302 - Assistência Hospitalar e Ambulatorial
Programa:	21 - Cuidado Hospitalar e Ambulatorial Municipal
Ação:	1.44 - EMENDA INDIVIDUAL MAC Nº 42760014
Despesa:	1011 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica
Fonte de Recurso:	16003110 - RECURSOS DO FNS EMENDA INDIVIDUAL
Valor:	R$ 90.000,00

Art. 2º Os recursos para cobertura do crédito de que trata o art. 1º decorrem de excesso de arrecadação de recursos de repasse, conforme documento nº 2026OB023352, EMENDA Nº 42760014.
Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Severiano Melo/RN, 17 de agosto de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:5511D79F

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
DECRETO 31/2026

DECRETO Nº 031/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Abre Crédito Adicional Suplementar por superávit financeiro apurado no exercício de 2025, no valor global de R$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), no Orçamento-Programa do Município de Severiano Melo/RN para o exercício de 2026, e dá outras providências.

JACINTO LOPES DE CARVALHO, Prefeito Municipal de Severiano Melo/RN, no uso de suas atribuições legais, com fundamento na Lei Municipal nº 800/2026, de 14 de agosto de 2026, e no art. 43, § 1º, incisos I e III, da Lei Federal nº 4.320, de 17 de março de 1964,
DECRETA:
Art. 1º Fica aberto, no presente exercício, crédito adicional suplementar ao Orçamento Geral do Município, no valor global de R$ 508.000,00 (quinhentos e oito mil reais), destinado ao reforço da seguinte dotação orçamentária:

Unidade Gestora:	4 - Fundo Municipal de Assistência Social
Órgão Orçamentário:	4000 - Fundo Municipal de Assistência Social
Unidade Orçamentária:	4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL
Função:	16 - Habitação
Subfunção:	481 - Habitação Rural
Programa:	8 - Habitação Cidadã
Ação:	1.15 - Construção de moradias populares
Despesa:	836 - 4.4.90.48.00 - Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas
Valor:	R$ 508.000,00

Art. 2º Para cobertura do crédito autorizado no art. 1º, serão utilizados os seguintes recursos, nos termos do art. 43, § 1º, da Lei Federal nº 4.320/64:
I – Superávit Financeiro (art. 43, § 1º, I): no valor de R$ 258.000,00 (duzentos e cinquenta e oito mil reais), apurado no Balanço Patrimonial do exercício de 2025, vinculado à dotação LOA 836;
II – Anulação Parcial de Dotação (art. 43, § 1º, III): no valor de R$ 250.000,00 (duzentos e cinquenta mil reais), mediante a redução da seguinte dotação orçamentária:

Órgão Orçamentário:	2000 - Poder Executivo
Unidade Orçamentária:	2007 - Sec. Mun. de Obras, Transporte e Urbanismo
Função:	26 - Transporte
Subfunção:	782 - Transporte Rodoviário
Programa:	15 - Infraestrutura em Ordem
Ação:	1.10 - Políticas voltadas ao sistema viário, trânsito e ciclovias
Despesa:	604 - 4.4.90.51.00 - Obras e Instalações
Valor Redução:	R$ 250.000,00

Art. 3º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Severiano Melo/RN, 17 de agosto de 2026.

JACINTO LOPES DE CARVALHO
Prefeito Municipal de Severiano Melo – RN

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:0D78A24A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÍTIO NOVO

SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNANÇA, GESTÃO E PLANEJAMENTO.
EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 04-2026-PNAB.

RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO E ANÁLISE DO MÉRITO CULTURAL DO EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICA Nº 04/2026 - SELEÇÃO DE PROJETOS PARA FIRMAR TERMO DE EXECUÇÃO CULTURAL COM RECURSOS DA POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA – PNAB (LEI Nº 14.399/2022) NO MUNICÍPIO DE SÍTIO NOVO/RN.

A Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural torna público para conhecimento dos interessados o resultado preliminar da etapa de seleção do Edital de Chamamento Público nº 04/2026- Seleção de projetos para firmar termo de execução cultural com recursos da PNAB no município de Sítio Novo/RN. Caberá recurso contra o resultado preliminar e deverá ser apresentado no prazo de 03 (três) dias úteis a contar da publicação do resultado, de acordo com o item 7.6 do referido edital. O formulário de recurso encontra-se no Anexo X do edital e deverá ser entregue na Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Esporte com sede na Rua José Ferreira de Lima, 105A, Centro - Sítio Novo/RN, no **período de 18 à 21 de agosto de 2026 das 8h às 13h**, na forma presencial. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados para eventual correção do resultado.

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
MARIA ALEXSAHRA FARIAS MAFRA	MEMÓRIA	018.042.504-81	880	Habilitado (a)
GABRIEL PEGADO DA ROCHA FILHO	A TERRA QUE SOMOS	708.227.394-02	850	Habilitado (a)

Categoria Artes visuais

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
JOHN LENNON DA SILVA SANTOS	MEMÓRIAS DO TRAIRI EM CORES	079.183.784-07	800	Habilitado (a)

Categoria , livro, leitura e literatura

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
MARIA DAS DORES NENA DE ARAÚJO	SÍTIO NOVO EM POESIA :" EM	597.017.494-72	1000	Habilitado (a)

SILVA	CADA CANTO DESSA TERRA TEM TRAÇOS DO MEU VIVER.”			
ANTÔNIO LUIZ DA ROCHA	LANÇAMENTO DE CORDÉIS	004.476.387-50	900	Habilitado (a)

Categoria artes cênicas e/ou cultura popular

NOME DO PROPONENTE	NOME DO PROJETO	CPF/CNPJ	PONTUAÇÃO	SITUAÇÃO
JOSÉ VITÓRIO DE ARAÚJO	ORQUESTRANDO SONHOS EDUCAÇÃO E TRNSFORMAÇÃO PELA MÚSICA	030.583.844-08	900	Habilitado (a)

Sítio Novo/RN, 17 de agosto de 2026.

MARIA KLECIANE DE LIMA
Presidente da Comissão de Seleção e Análise do Mérito Cultural

JOSÉ ROUZENILDO DE OLIVEIRA SILVA
Membro

CALIANE FERNANDES MEDEIROS
Membro

Publicado por:
Jose Genilson da Silva
Código Identificador:453BD9EB

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TAIPU

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2026

AVISO DE PRETENSA CONTRATAÇÃO DIRETA – DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 18/2026
A Prefeitura Municipal de Taipu/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contração direta, com base no Art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 030/2023, conforme a seguir delineado: OBJETO: contratação de empresa especializada na prestação de serviços de ensino prático e teórico voltados à formação musical, destinada ao atendimento da demanda da Secretaria Municipal de Educação, incluindo a disponibilização, pela CONTRATADA, de profissional na função de Maestro, responsável pela regência, condução pedagógica e ministração das atividades de formação musical, nos termos e condições estabelecidos no TR**.** CRITÉRIO DEJULGAMENTO: Menor Preço. FONTE DE RECURSOSORÇAMENTÁRIOS E FINANCEIROS: Conforme previsto no orçamento vigente. Os interessados poderão obter o respectivo Termo de Referência com as especificações do objeto pretendido, através do e-mail: cpl@taipu.rn.gov.br As propostas e a documentação de habilitação serão recebidas até do dia 20**de agosto de 2026**, encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: cpl@taipu.rn.gov.br Informações e esclarecimentos através do e-mail: cpl@taipu.rn.gov.br
Taipu/RN, 17 **de agosto de 2026**.

CICERO RIBEIRO DA ANUNCIAÇÃO NETO/
Agente de Contratação.

Publicado por:
Cicero Ribeiro da Anunciação Neto
Código Identificador:9DE0EF6F

GABINETE DO PREFEITO
LEI MUNICIPAL Nº 602, DE 06 DE JULHO DE 2026

Declara a Ponte Ferroviária do Umari como Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico do Município de Taipu/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TAIPU, ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE, Faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

Art. 1º Fica declarada como Patrimônio Histórico, Cultural e Arquitetônico do Município de Taipu/RN **a Ponte Ferroviária do Umari**, localizada sobre o Rio Ceará-Mirim, no Distrito de Umari.

Art. 2º O reconhecimento previsto nesta Lei tem por objetivo preservar a memória histórica do município, valorizar o patrimônio ferroviário e incentivar ações de conservação, pesquisa, educação patrimonial e turismo cultural.

Art. 3º O Poder Executivo Municipal poderá promover, em parceria com órgãos públicos, instituições de ensino, entidades culturais e demais organizações, ações destinadas à preservação, divulgação e valorização da Ponte Ferroviária do Umari.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Taipu, 06 de julho de 2026.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:719A5306

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA/DIARIA Nº 065 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

O PREFEITO MUNICIPAL DE TAIPU, no uso de suas atribuições que lhes são conferidas pela Lei Municipal nº 441, de 10 de abril de 2017, alterada pela Lei Municipal nº 592, de 08 de abril de 2026.

Considerando, a necessidade de deslocamento de Prefeito Municipal, Vice-Prefeito, Secretários Municipais e demais Servidores do Poder Executivo que deslocarem-se em objeto de serviço, representação ou outro interesse de natureza funcional para outro município.

RESOLVE:
Art. 1º - Conceder ao servidor abaixo mencionado, diária para indenização das despesas com alimentação, pousada e trânsito urbano, durante viagem que fará para tratar de assunto de interesse da Administração Municipal.

SERVIDOR	**CPF**	
IARA KARLA LIMA DA SILVA	056.435.984-00	
CARGO/FUNÇÃO	**MATRÍCULA**	
COORDENADOR DO CRAS	00060446	
LOTAÇÃO DO SERVIDOR		
SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL		
ENDEREÇO		
Rua Coronel Manoel Eugênio, SN, Centro, Taipu/RN		
QUANTIDADE DE DIÁRIA	**VALOR UNITÁRIO**	**VALOR TOTAL**
01 (UMA)	R$ 300,00	R$ 300,00
DATA/PERÍODO	**DESTINO**	
20 E 21/08/2026	NATAL/RN	
OBJETIVO DA VIAGEM		
Participar do Seminário Estadual sobre Primeira Infância no SUAS, no auditório do IDEMA, na Av. Alexandrino de Alencar, 1701, Tirol, Natal/RN.		

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.
Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.
Publique-se, Registre-se e Cumpra-se.

ARIOSVALDO BANDEIRA JUNIOR
Prefeito Municipal

Publicado por:
José Viana Júnior
Código Identificador:C8F66947

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE HOMOLOGAÇÃO E ADJUDICAÇÃO-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

Ref. Processo Administrativo PMT/RN nº 608201/2026

A Prefeitura Municipal de Tangará/RN, através do Prefeito Municipal, Sr. Augusto César Emmanuel Pinheiro e Alves, torna público, para conhecimento de todos os interessados, a adjudicação e a homologação do processo licitatório PREGÃO ELETRÔNICO nº 20/2026 com início no dia 13 de julho de 2026 que tem por objeto Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos.. em favor das empresas relacionadas a seguir: **ARTE MUSICAL DISTRIBUIDORA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**- CNPJ: 42.676.495/0001-13, saiu vencedor) nos itens: 15, 16, 17, 18, 19, 20, 21, 22, 23, 24, 26, 27, 28, 29, 30, 33, 34, 36; totalizando o valor de **R$ 21.443,00 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais)**.**GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**- CNPJ: 12.559.500/0001-47, saiu vencedora nos itens: 01, 05, 06, 07, 08, 09, 10, 11, 12, 32, 35; totalizando o valor de **R$ 64.117,92 (sessenta e quatro mil, cento e dezessete reais e noventa e dois centavos)**. **CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA**- CNPJ: 05.607.287/0001-36, saiu vencedor no item: 14; totalizando o valor de **R$ 6.860,00 (seis mil, oitocentos e sessenta reais)**. **BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**- CNPJ: 46.700.625/0002-48, saiu vencedora nos itens: 03, 04, 13; totalizando o valor de **R$ 25.690,90 (vinte e cinco mil, seiscentos e noventareais e noventa centavos)**. **MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA**- CNPJ: 71.107.320/0001-93, saiu vencedora no item: 02; totalizando o valor de **R$ 1.460,00 (mil, quatrocentos e sessenta reais)**. As atas da licitação com os respectivos materiais, quantidades, valores e fornecedores, encontra-se a disposição dos interessados no site www.portaldecompraspublicas.com.br e no Centro Administrativo, situado na Rua Miguel Barbosa, S/N, Centro – Tangará/RN – CEP 59.240-000, em horário de expediente.

Tangará/ RN, 03 de agosto de 2026

AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:24D1D8FA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 026/2026

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ**, inscrita no CNPJ sob o nº 08.159.089/0001-45, localizada à Rua Miguel Barbosa, nº 548, Centro, Tangará/RN, torna público para conhecimento dos interessados que realizará licitação na modalidade **PREGÃO**, para registro de preços a se processar de **FORMA ELETRÔNICA**, do tipo **MENOR PREÇO POR LOTE**, objetivando: Aquisição de óleo lubrificantes, graxas, aditivos e fluídos para freios destinados à frota de veículos do Município de Tangará/RN. O Edital estará disponível para consulta e retirada de cópia, no site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Data de início das Propostas: a partir do dia 18 de agosto de 2026 às 08h00 exclusivamente através do site http://www.portaldecompraspublicas.com.br. Abertura da sessão pública: dia 31 de agosto de 2026 às 09h00min. Informações Gerais: Acessar o site http://www.portaldecompraspublicas.com.br para retirar o edital.

JOSÉ JAILSON PEREIRA
Pregoeiro Municipal:

Tangará/RN, em 17 de agosto de 2026

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:82E58607

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 061/2026-GP - REVOGA PORTARIA Nº 060/2026-GP

PORTARIA Nº 061/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Revoga a Portaria Nº 060/2026-GP, publicada em 13 de agosto de 2026..

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

Considerando que a condução do concurso público deve observar, em todas as suas etapas, os princípios da legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência, garantindo a lisura e a transparência do certame, de modo a assegurar igualdade de condições a todos os candidatos e preservar a credibilidade da Administração Pública;
Considerando que a portaria Nº 060/2026-GP não corresponde à versão definitiva, razão pela qual se faz necessária sua revogação para evitar interpretações incorretas e assegurar que apenas atos válidos e regulares produzam efeitos jurídicos;

RESOLVE:

Art. 1º Revogar a Portaria nº 060/2026-GP, publicada em 13 de agosto de 2026.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 17 de agosto de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:839B2D5D

GABINETE PREFEITO
PORTARIA Nº 062/2026-GP - COMISSÃO ESPECIAL DE ACOMPANHAMENTO DO CONCURSO PÚBLICO MUNICIPAL

PORTARIA Nº 062/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Institui e designa a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público do Município de Tangará/RN, a ser executado pela COMPERVE/UFRN, e estabelece suas atribuições.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TANGARÁ, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,

CONSIDERANDO o disposto no art. 37, caput e inciso II, da Constituição da República, que submete o ingresso em cargo ou emprego público à prévia aprovação em concurso público, ressalvadas as hipóteses constitucionais;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar planejamento, coordenação, transparência, impessoalidade, publicidade, eficiência, acessibilidade, segurança e controle institucional em todas as fases do certame;
CONSIDERANDO a necessidade administrativa de realização de concurso público para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal do Município de Tangará/RN, conforme autorizações, estudos e documentos constantes do processo administrativo;
CONSIDERANDO que a execução técnica e operacional do certame será confiada ao Núcleo Permanente de Concursos da Universidade Federal do Rio Grande do Norte — COMPERVE/UFRN, nos termos do instrumento jurídico a ser celebrado;
CONSIDERANDO que permanecem reservadas ao Município de Tangará a definição dos cargos, requisitos, atribuições, vagas, cadastro de reserva, remuneração e regime jurídico de seu quadro, bem como a aprovação e publicação do edital, a homologação do resultado final, a convocação, a nomeação, a posse e a gestão funcional dos candidatos aprovados;
CONSIDERANDO o que consta do Processo Administrativo nº 002/2026,

RESOLVE:

Art. 1º Fica instituída, no âmbito do Município de Tangará/RN, a Comissão Especial de Acompanhamento do Concurso Público, de caráter temporário, destinada a planejar, coordenar, acompanhar e documentar os atos de responsabilidade municipal relacionados ao certame a ser executado tecnicamente pela COMPERVE/UFRN.

§ 1º A Comissão atuará como instância de interlocução institucional entre o Município e a COMPERVE/UFRN, observadas as competências previstas nesta Portaria e no instrumento jurídico celebrado.

§ 2º A atuação da Comissão não afasta as competências do Prefeito, dos órgãos municipais, da Procuradoria-Geral, do controle interno, do gestor e dos fiscais do instrumento jurídico, nem transfere à Comissão atribuições técnicas ou operacionais próprias da COMPERVE/UFRN.

Art. 2º A Comissão será composta pelos seguintes agentes públicos:

I – GABRIELA NUNES DOS SANTOS, Assessor Jurídico, matrícula nº 0596930-1, que a presidirá;

II – ELISÂNGELA RUBSNETER PAULINO ANDRADE, Professora, matrícula nº 0453-1, membro titular;

III – MARINALDO PEREIRA, Agente de Comunitário de Saúde, matrícula nº 095664-1, membro titular;

IV – GILMAR CARDOSO, Assessor Administrativo-PGM, matrícula nº 0596795-1, membro titular; e

V – PRUDÊNCIO ALVES DA FONSECA NETO, Professor, matrícula nº 00449-1, membro titular.

§ 1º O Presidente será substituído, em suas ausências e impedimentos, pelo membro indicado no inciso II do caput.

§ 2º Poderão ser convidados servidores de órgãos municipais e especialistas para prestar apoio técnico, sem direito a voto e sem integrar formalmente a Comissão.

§ 3º A participação na Comissão será considerada serviço público relevante, sem prejuízo das atribuições ordinárias e sem remuneração adicional, salvo previsão legal específica.

Art. 3º Compete à Comissão:

I – consolidar e conferir, junto aos órgãos municipais, a relação de cargos, vagas, cadastro de reserva, requisitos de investidura, atribuições, jornada, vencimentos, lotações e demais informações necessárias ao edital;

II – verificar a compatibilidade das informações do certame com a legislação municipal, com o quadro de pessoal, com o estudo de necessidade, com a disponibilidade orçamentária e financeira e com as autorizações constantes do processo administrativo;

III – representar administrativamente o Município perante a COMPERVE/UFRN, centralizando o encaminhamento de informações, documentos, manifestações e deliberações de responsabilidade municipal;

IV – acompanhar a elaboração e o cumprimento do plano de trabalho, do cronograma físico-financeiro e das obrigações assumidas no instrumento celebrado com a UFRN, sem substituir o respectivo gestor ou fiscal;

V – colaborar na elaboração e realizar a revisão administrativa das minutas do edital e de seus anexos, propondo ajustes destinados a assegurar clareza, legalidade, isonomia, acessibilidade e adequação à legislação e à realidade municipal, submetendo o texto final à autoridade competente;

VI – acompanhar a formalização e a execução do instrumento jurídico celebrado com a UFRN, sem substituir o agente de contratação, quando aplicável, o gestor ou os fiscais formalmente designados;

VII – acompanhar o cumprimento, pela COMPERVE/UFRN, das obrigações relativas a inscrições, isenções, atendimento aos candidatos, reserva de vagas, condições especiais, elaboração e aplicação de provas, segurança, logística, correção, resultados e recursos, respeitadas sua autonomia técnica e as competências definidas no edital e no instrumento celebrado;

VIII – acompanhar a divulgação dos atos do certame nos meios oficiais, zelando pela publicidade, transparência, proteção de dados pessoais e igualdade de acesso às informações;

IX – acompanhar a definição e a vistoria dos locais de prova no Município, verificando capacidade, acessibilidade, sinalização, segurança, condições sanitárias, energia, comunicação e apoio operacional;

X – acompanhar, presencialmente quando necessário, as etapas de aplicação das provas e demais avaliações, registrando em ata ocorrências relevantes e comunicando-as imediatamente à COMPERVE/UFRN e às autoridades competentes;

XI – receber e encaminhar à COMPERVE/UFRN pedidos de esclarecimento, impugnações, denúncias, ocorrências e demais comunicações, sem emitir decisão sobre matérias atribuídas pelo edital à organizadora;

XII – requisitar, por intermédio da autoridade competente, relatórios, dados, documentos e esclarecimentos indispensáveis ao acompanhamento e à fiscalização do certame;

XIII – manter arquivo organizado de atas, comunicações, relatórios, listas de verificação, registros de ocorrências e demais documentos produzidos ou recebidos;

XIV – comunicar prontamente à autoridade competente, à Procuradoria-Geral do Município e aos órgãos de controle indícios de ilegalidade, fraude, quebra de sigilo, conflito de interesses, falha de segurança ou descumprimento contratual;

XV – elaborar relatórios periódicos e relatório final circunstanciado, com registro das etapas acompanhadas, ocorrências, providências adotadas, resultados e recomendações;

XVI – analisar os produtos, relatórios e entregas apresentados pela COMPERVE/UFRN, certificando o atendimento das obrigações sob a perspectiva administrativa, sem reexaminar o mérito técnico das avaliações;

XVII – subsidiar a autoridade municipal na aprovação do edital e na homologação do resultado final, quanto aos aspectos administrativos e jurídicos de responsabilidade do Município, sem reexaminar o mérito técnico das provas, correções, avaliações e decisões sobre recursos; e

XVIII – exercer outras atribuições correlatas previstas no plano de trabalho, no edital e no instrumento celebrado com a UFRN, desde que compatíveis com a finalidade desta Portaria.

Art. 4º É vedado à Comissão:

I – interferir na elaboração sigilosa, guarda, transporte, correção ou definição de gabaritos das provas, ressalvado o acompanhamento institucional permitido pelo instrumento celebrado e pelo edital;

II – favorecer candidato, divulgar informação privilegiada ou praticar ato que comprometa a isonomia, o sigilo, a impessoalidade ou a segurança do certame;

III – alterar regras do edital, cronogramas, resultados ou critérios de avaliação sem observância das competências, das formalidades e da publicidade exigidas; e

IV – assumir obrigações, autorizar despesas ou determinar providências à contratada sem competência legal ou delegação expressa.

Art. 5º O membro da Comissão deverá declarar-se impedido e comunicar imediatamente ao Presidente quando:

I – for candidato no certame;

II – tiver cônjuge, companheiro ou parente, consanguíneo ou afim, em linha reta ou colateral, até o terceiro grau, inscrito no certame;

III – possuir vínculo profissional, econômico ou pessoal com a COMPERVE/UFRN ou com pessoa diretamente envolvida na execução do concurso que possa comprometer sua imparcialidade; ou

IV – ocorrer qualquer circunstância objetiva capaz de suscitar dúvida razoável quanto à sua independência ou imparcialidade.

Parágrafo único. Reconhecido o impedimento, a autoridade competente providenciará a substituição do membro, e os atos por ele praticados serão avaliados quanto à necessidade de ratificação ou renovação.

Art. 6º A Comissão reunir-se-á mediante convocação do Presidente, com a presença da maioria de seus membros, e deliberará por maioria simples, cabendo ao Presidente, além do voto ordinário, o voto de desempate.

§ 1º As reuniões e diligências serão registradas em ata ou relatório, com indicação dos participantes, matérias examinadas, deliberações, responsáveis e prazos.

§ 2º As deliberações que afetem obrigações conveniais, contratuais, editalícias, orçamentárias ou competências de outros órgãos serão submetidas à autoridade ou unidade competente.

Art. 7º Os órgãos e entidades da Administração Municipal prestarão à Comissão, no âmbito de suas competências, o apoio técnico, administrativo, logístico e documental necessário ao desempenho de suas atribuições.

Art. 8º A Comissão iniciará suas atividades na data de publicação desta Portaria e permanecerá em funcionamento até a homologação do resultado final, a conclusão das obrigações do instrumento celebrado

com a UFRN e a entrega do relatório final, sem prejuízo de eventual prorrogação motivada.
Art. 9º Os casos omissos serão decididos pela autoridade competente, após manifestação da Procuradoria-Geral do Município quando envolver questão jurídica, observadas as disposições do plano de trabalho, do edital e do instrumento celebrado com a UFRN.
Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Tangará/RN, 17 de agosto de 2026.

AUGUSTO CESAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Luiz Antonio Barbalho Bisneto
Código Identificador:1A4DFE5F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE PUBLICAÇÃO DE LICITAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026 SRP

A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz/RN, torna público a realização de licitação, PREGÃO ELETRÔNICO, tipo menor preço por lote, registro de preços para futura e eventual aquisição de fardamentos e camisas personalizadas para servidores e eventos da Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz-RN. O edital encontra á disposição dos interessados no site: www.portaldecompraspublicas.com.br, https://www.gov.br/pncp/pt-br, https://tenentelaurentinocruz.rn.gov.br/, e-mail: licitacao@tenentelaurentinocruz.rn.gov.br ou na sede da Prefeitura Municipal, no horário das 08h:00 às 12h:00 de segunda a sexta feira. A sessão eletrônica será aberta às 09h:00m (horário de Brasília) do dia 31/08/2026, no endereço: www.portaldecompraspublicas.com.br

Tenente Laurentino Cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

THOMAZ GUSTAVO CORTEZ DA SILVA
Pregoeiro.

Publicado por:
Thomaz Gustavo Cortez da Silva
Código Identificador:1236F69E

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA N.º 07/2026-CAPAI

"DISPÕE SOBRE O DEFERIMENTO DE ADESÃO AO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA – PAI.*"*.

COMISSÃO DE AVALIAÇÃO DO PROGRAMA DE APOSENTADORIA INCENTIVADA no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela e com fulcro na Portaria n.º 047/2023 - GP.

RESOLVE:

Art.1º DEFERIR o requerimento de adesão a servidora**,** Ana de Fatima Araujo Silva, Matrícula nº 184/1, ocupante do cargo de **Professora**, lotada na **Secretaria Municipal de Educação e Cultura – SEMEC**, em virtude de sua aposentadoria por tempo de serviço, ao Programa de Aposentadoria Incentivada – PAI, instituído pela Lei Municipal n.º 472/2023 e regulamentada pelo Decreto nº 060/2023.
Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Tenente Laurentino Cruz-RN, 17 de agosto de 2026

JÂNIO BATISTA FIGUEIREDO
Presidente

MAURICIO DE SOUZA
Secretario

ERIVANALDO SOARES DA SILVA
Membro

Publicado por:
Jânio Batista Figueiredo
Código Identificador:DA8B4C7E

GABINETE DO PREFEITO
TERMO DE CONVOCAÇÃO PARA ASSINATURA DO CONTRATO ADMINISTRATIVO

CONCORRENCIA ELETRONICA Nº07/2026
PROCESSO ADMINISTRTIVIO 02009.000092/2026
OBJETO: O objeto do presente instrumento é contratação de empresa de engenharia para execução das obras de pavimentação e drenagem superficial de trechos de diversas ruas no município de Tenente Laurentino Cruz/RN.
A Prefeitura Municipal de Tenente Laurentino Cruz, do Estado do Rio Grande do Norte, inscrita no CNPJ/MF nº 01.612.382/0001-77, através da Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos torna público que, CONVOCA o Representante legal da empresa **CONSTUTORA JUDSON LTDA, (CNPJ: 08.838.881/0001-16),** Classificado no certame, que, compareça junto a este Órgão OU assine por meio de assinatura eletrônica ao **CONTRATO ADMINISTRATIVO** no prazo máximo de 05 (CINCO) dias úteis, a partir da publicação deste, caso contrário, terá o instrumento contratual cancelado.
Cumpre alertar que a falta de devolução dos documentos acima referidos no prazo indicado configura quebra de obrigação legal, ensejando a suspensão do direito de licitar e contratar com a Administração Pública.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 17 de agosto de 2026

FRANCIEL RAYEDSON GARCIA DE MACEDO
Gestor de Contratos
Sec. Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos.

Publicado por:
Franciel Rayedson Garcia de Macedo
Código Identificador:5BA5A6D5

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 080/2026 – PMTLC/FMS/SMS.

Contratante: **FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ**.

Contratado: WESLEY CLAUDINEY DE SOUZA

Objeto: O objeto do presente contrato é a prestação de serviços de **MOTORISTA** por **TEMPO DETERMINADO** para desempenhar suas obrigações, atribuições e os direitos na Unidade de Pronto Atendimento -UPAMES, junto a Secretaria Municipal de Saúde, tendo em vista a necessidade de caráter contínuo e pela carência de tal profissional no município.

Valor Mensal: O Contratante pagará mensalmente ao Contratado (a), pelo trabalho desenvolvido com dedicação, eficácia e pontualidade, e em jornada com duração prevista na ***CLÁUSULA SEGUNDA,*** o valor de **R$** 1.621,00 (mil seiscentos e vinte e um reais), sendo incluído nesse valor 20% (R$ 324,20) do salário a título de insalubridade, totalizando o montante de 1.945,20 (mil novecentos e quarenta e cinco reais e vinte centavos). E de consequência fica autorizado o desconto do INSS – Instituto Nacional de Seguridade Social.

Vigência: De 01 de agosto de 2026 a 31 de dezembro de 2026.

Data da Assinatura: 01 de agosto de 2026

Tenente Laurentino Cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

GELIANE GARCIA SANTOS
CPF Nº. 082.xxx.xxx-33
Secretária Municipal de Saúde
Contratante

WESLEY CLAUDINEY DE SOUZA
CPF: 127.xxx.xxx-28
Contratado

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:BB2206D7

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 077/2026 – GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997 ao senhor **JÂNIO BATISTA FIGUEIREDO,** Secretário de Administração, matrícula de nº160, atualmente lotado na Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos, relativas ao período de 2025/2026, contados a partir do dia 20 de agosto de 2026 com término em 29 de agosto de 2026, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:4BE7FA37

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 078/2026 – GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, , de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997, relativos ao período 2025/2026 a **DANIELLE MIRANDA DE MEDEIROS GIFONI,** cargo efetivo de AGENTE ADMINISTRATIVA**,** sob matrícula de n°**135,** lotada na Secretaria Municipal de Administração, Informática e Recursos Humanos, na função de CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO, contados a partir do dia de 20 de agosto de 2026 com término em 29 de agosto de 2026, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:C68B5D0A

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
PORTARIA DE FERIAS Nº 079/2026 – GP

"DISPÕE SOBRE CONCESSÃO E GOZO DE FÉRIAS DO SERVIDOR QUE MENCIONA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

FRANCISCO MACEDO DA SILVA, Prefeito do Município de Tenente Laurentino Cruz, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
RESOLVE*:*
Art. 1º Conceder o pedido de 10 (dez) dias férias convertido em pecúnia, de acordo com Artigo 118, inciso IV, da Lei Municipal 011/1997 ao senhor **ROSBERG GOMES DE ARAÚJO,** Procurador Geral, matrícula de nº2095, atualmente lotado na Procuradoria Geral, relativas ao período de 2025/2026, contados a partir do dia 20 de agosto de 2026 com término em 29 de agosto de 2026, ficando os 20 (vinte) dias de férias para gozo em outro momento.
Art. 2º Encaminhe-se a presente portaria para ciência do (a) servidor (a) que menciona, sendo publicado no átrio desta prefeitura e Diário Oficial vinculado.
Art. 3º A presente portaria entra em vigor na data de sua assinatura, revogados as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO DO MUNICÍPIO DE TENENTE LAURENTINO CRUZ, Estado do Rio Grande do Norte, 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Prefeito do Município

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:0F0C52E1

SEC. MUN. DE ADM, INF. E REC. HUMANOS
TERMO DE DISTRATO DO CONTRATO N° 001/2026– PMTLC/SMA.

O presente termo tem por objeto a **RESCISÃO CONTRATUAL**, de um lado o **PREFEITURA MUNICIPAL DE TENENTE LAURENTINO CRUZ** , inscrita no CNPJ sob o **№ 01.612.382./0001-77**, sediada à Avenida Francisco Amaral , nº 103 - Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN, neste ato representado, pelo Senhor Prefeito Municipal **FRANCISCO MACÊDO DA SILVA**, brasileiro, casado, Agente Comunitário de Saúde, residente e domiciliado na Rua Avenida Adelino Rodrigues, Nº 202 – Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN, portador da Cédula de Identidade № 1.884.594 - SSP/RN, inscrito no **CPF/MF sob o № 045.XXX.XXX-08,** doravante denominado **CONTRATANTE** e, de outro lado, **JAKSON ADRIANO DA SILVA**, brasileiro, maior, solteiro, capaz, portador da Cédula de Identidade № 003.415.202- ITEP/RN, inscrito no CPF/MF sob o № 702.855.124-55, residente e domiciliado na Rua Manoel Higino de Araújo, Nº36, Centro, Tenente Laurentino Cruz/RN.

1. O contratante estabelece o presente **DISTRATO** do **Contrato nº019/2026 PMTLC/SMA**, em comum acordo, firmado entre as partes acima especificadas, que consiste na prestação de serviço na função de **TRATORISTA**, junto a **SECRETARIA MUNICIPAL DE AGROP. MEIO AMBIENTE, ABAST. REC. HÍDRICOS.**

2. Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente instrumento, é o foro da Comarca de Florânia/RN, por mais privilegiado que outro possa ser.

Tenente Laurentino Cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

JAKSON ADRIANO DA SILVA
Contratado

FRANCISCO MACEDO DA SILVA
Contratante

Publicado por:
Maria da Vitoria Araujo
Código Identificador:99FEA898

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA RESULTADO COMPLEMENTAR II DO PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS – EDITAL Nº 01/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA RESULTADO COMPLEMENTAR II DO PROCESSO SELETIVO DE BOLSISTAS – EDITAL Nº 01/2026 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA – TENENTE LAURENTINO CRUZ/RN

ORDEM	PÓS-GRADUAÇÕES - Iniciantes 2026	CURSO
23	MARIA SIMONE PEREIRA DE SOUZA	Metodologia do Ensino de Biologia

Publicado por:
Maria Jose de Medeiros
Código Identificador:8EA29933

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
AVISO DE RECEBIMENTO DE COTAÇÃO

A Prefeitura Municipal de Tibau/RN, pessoa jurídica de direito público, com sede na Rua do Pargo, nº 76, Centro, inscrita no CNPJ n°. 01.622.882/0001-90, torna público para conhecimento, que receberá cotações de preço para a Aquisição de postes, cruzetas e refletores LED, conforme especificações técnicas detalhadas dos itens abaixo. Podendo eventuais interessados solicitar por email outras informações necessárias para o envio da cotação conforme prazos e condições estabelecidos no prazo de 05 (cinco) dias uteis, a contar desta Publicação.
Para cotações e mais informações, serão esclarecidas através do E-mail: semos@tibau.rn.gov.br até o dia 25 de agosto de 2026, até as 09:00 horas e receberá as propostas até às 10h00 do mesmo dia, conforme estabelecido na Lei 14.133/2021.

Item 1 – Poste PRFV 9/300 daN

• Unidade: und.
• Quantidade: 100
• Especificações Técnicas:

• Material: Poliéster Reforçado com Fibra de Vidro (PRFV) de alta densidade, resistente à corrosão, raios UV, intempéries e maresia.
• Altura nominal: 9 m a 12 m.
• Resistência: Carga de ruptura mínima de 300 daN (~300 kgf).
• Formato: Circular, cônico e uniforme.
• Cor: Natural (cinza claro) ou padrão do fabricante.
• Acabamento superficial: Liso, sem trincas, bolhas, fissuras ou imperfeições estruturais.
• Isolamento elétrico: Material não condutor, garantindo segurança elétrica.
• Peso: Leve, facilitando transporte e instalação.
• Montagem: Compatível com bases e acessórios metálicos galvanizados.
• Durabilidade: Vida útil mínima de 25 anos.
• Normas Aplicáveis: NBR 8451, NBR 15129, IEC 60695, NBR 5426.
• Aplicação: Redes de distribuição elétrica, iluminação pública, ambientes sujeitos a corrosão.

Item 2 – Poste PRFV 11/300 daN

• Unidade: und.
• Quantidade: 37
• Especificações Técnicas: Idênticas ao Item 2, com altura nominal de 11 metros.

Item 3 – Cruzeta PRFV 90x90x2000 mm

• Unidade: und.
• Quantidade: 125
• Especificações Técnicas:

• Material: PRFV com reforço em fibra contínua e resina poliéster isoftálica, resistente a UV, maresia e agentes químicos.
• Comprimento nominal: 2,0 m, permitindo fixação de dois refletores de 1000W por poste.
• Formato: Retangular, estrutura maciça ou tubular reforçada.
• Resistência mecânica: Mínima de 200 daN em carga distribuída.
• Fixação: Compatível com postes PRFV ou concreto, utilizando parafusos e abraçadeiras metálicas galvanizadas.
• Cor: Cinza natural ou padrão do fabricante.
• Acabamento superficial: Liso, sem trincas, bolhas, delaminações ou imperfeições.
• Isolamento elétrico: Material dielétrico, não condutor.
• Durabilidade: Vida útil mínima 25 anos.
• Normas Aplicáveis: NBR 5426, NBR 15129, IEC 60695, NBR ISO 2818.
• Aplicação: Fixação de refletores LED em postes.

Item 4 – Refletor SMD 1000W

• Unidade: und.
• Quantidade: 50
• Especificações Técnicas:

• Tecnologia: LED SMD de alta potência.
• Eficiência luminosa: ≥ 160 lm/W.
• Temperatura de cor: 5000K (luz branca neutra).
• Grau de proteção: IP67, proteção contra poeira e imersão temporária.
• Proteção contra impacto: IK09.
• DPS: 10kV / 12kA.
• Vida útil: ≥ 90.000 h (L70).
• Carcaça: Alumínio injetado, pintura eletrostática cinza.
• Lentes: Policarbonato resistente a UV e impactos.
• Sistema óptico: Alumínio anodizado, distribuição simétrica ou assimétrica.
• Fixação: Suporte ajustável em aço carbono anticorrosivo.
• Tensão: 100–250 Vca, 50/60 Hz.
• Fator de potência: ≥ 0,98, THD < 10%, IRC ≥ 70.
• Temperatura operação: -10°C a +50°C.
• Classe energética: A.
• Fluxo luminoso mínimo: 155.000 lm.
• Angulação ajustável: ±30°.
• Aplicação: Estádios, avenidas, orlas e grandes áreas abertas.
• Normas: NBR IEC 60598-1, NBR 15129, NBR ISO 9001, NBR 5410.

Item 5 – Refletor 180W

• Unidade: und.
• Quantidade: 75
• Especificações Técnicas:

• Igual ao Item 5, com potência máxima 180W, fluxo luminoso mínimo 23.000 lm.
• Proteção impacto: IK08.
• Lentes: Vidro borossilicato.

• Aplicação: Ginásios, quadras e vias de médio porte.

Item 6 – Refletor 100W

• Unidade: und.
• Quantidade: 100
• Especificações Técnicas:

• Igual ao Item 5, com potência máxima 100W, fluxo luminoso mínimo 14.500 lm.
• Proteção impacto: IK08.
• Lentes: Vidro borossilicato.
• Aplicação: Praças, fachadas e pequenas áreas externas.

Observações Gerais:

• Todos os materiais devem atender às normas técnicas e padrões de qualidade do fabricante.
• Cotação deve apresentar preço unitário, valor total, prazo de entrega e condições de pagamento.
• Prazo de entrega e instalação deve ser informado pelo fornecedor.

Tibau/RN, 17 de agosto de 2026.

ODÉCIO GONÇALVES DA COSTA FILHO
Secretário Municipal de Obras e Serviços Públicos

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:9FAA52A5

SECRETARIA MUNICIPAL DO GABINETE CIVIL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO PARCIAL - CREDENCIAMENTO Nº 3/2026

A Prefeita Constitucional de Tibau no uso de suas atribuições legais faz saber a todos interessados que, homologa o resultado do PROCESSO nº 416132/2026, Credenciamento nº 3/2026, cujo objeto é Credenciamento de pessoas jurídicas especializadas no fornecimento de coffee break, sob demanda, para atender às necessidades das Secretarias Municipais da Prefeitura Municipal de Tibau/RN, compreendendo o preparo, fornecimento e entrega de alimentos e bebidas destinados à realização de reuniões, capacitações, treinamentos, palestras, seminários, conferências, audiências públicas, eventos institucionais e demais atividades promovidas pela Administração Municipal, conforme especificações, condições e quantitativos estabelecidos no Termo de Referência e seus anexos, para que produza seus jurídicos legais efeitos, ficando convocada(s) a(s) empresa(s), abaixo relacionada(s), para assinatura do contratonos termos do artigo 90, da lei 14133/2021, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação.

D B O DO NASCIMENTO BARROS - CNPJ: 60.427.587/0001-41, foi credenciada no(s) item(ns): 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7, 8, 9, 10, 11, 12, 13, 14, 15, 16, 17, 18, 19 e 20; totalizando o valor de **R$ 143.749,20 (cento e quarenta e três mil, setecentos e quarenta e nove reais e vinte centavos)**.

Tibau/RN, 17 de agosto de 2026.

LIDIANE MARQUES DA COSTA
Prefeita Constitucional

Publicado por:
Josias Venâncio da Silva Júnior
Código Identificador:19057507

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DA DISPENSA Nº 060/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante: MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratada: NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 04.770.238/0001-57
Processo nº 0128/2026 - Dispensa nº 060/2026 – Comissão de Contratação
Objeto: REVISÃO DO VEÍCULO SAVEIRO RQJ-8H91 PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE..
VALOR: R$ 8.645,60 (oito mil seiscentos e quarenta e cinco reais e sessenta centavos)

MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratante

NACIONAL VEICULOS E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:2D00860B

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE Nº 061/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante: MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratada: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 04.770.238/0001-57
Processo nº 129/2026 - Dispensa nº 061/2026 – Comissão de Contratação
Objeto: REVISÃO DO VEÍCULO SAVEIRO RQI-7H34 PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE
VALOR: R$ 4.157,68 (quatro mil cento e cinquenta e sete reais e sessenta e oito centavos)

MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratante

NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:C7996C31

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DO TERMO DE RATIFICAÇÃO DE DISPENSA DE Nº 062/2026

SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Contratante: MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratada: NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA, CNPJ: 04.770.238/0001-57
Processo nº 130/2026 - Dispensa nº 062/2026 – Comissão de Contratação
Objeto: REVISÃO DO VEÍCULO POLO TSS-3I43 PERTENCENTE A SECRETARIA DE SAÚDE.
VALOR: R$ 4.248,64 (quatro mil duzentos e quarenta e oito reais e sessenta e quatro centavos

MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL
Contratante

NACIONAL VEÍCULOS E SERVIÇOS LTDA
Contratada

Publicado por:
Jailma de Oliveira F. C. de Lima
Código Identificador:F2B9FD76

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 932, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Define diretrizes gerais para implantação da educação integral em tempo integral no Município de Tibau do Sul/RN, e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Constituição Federal do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Esta Lei define diretrizes gerais a serem observadas na implantação da educação integral em tempo integral na Rede Municipal de Ensino de Tibau do Sul/RN.

Art. 2°. A educação integral visa à formação integral do estudante, independentemente do tempo de permanência na escola, e a educação integral de tempo integral pode ser um caminho potencializador para efetivar com eficácia da referida política pública, e exige mais tempo disponível de estudantes, de professores e de outros agentes sociais, que podem contribuir com a escola.

§1°. A formação integral, efetivada por meio da educação integral, é aquela que considera o estudante em sua condição multidimensional (física, cognitiva, intelectual, afetiva, social e ética), inserido num contexto de relações sociais entre cidadãos e os territórios em que convivem.
§2°. A escola de tempo integral é aquela que oferece uma carga horária mínima igual ou superior a sete horas diárias, com atendimento diário aos estudantes em tempo contínuo, sem que haja fragmentação dos turnos letivos, incluindo-se nesse período o tempo destinado às atividades didático-pedagógicas, descanso intraturnos, refeições e ações educativas planejada nos mais diversos espaços escolares.

Art. 3°. A educação integral em tempo integral objetiva à formação para uma educação plena na Rede Municipal de Ensino, possuindo como objetivos principais:
I - viabilizar a efetivação de currículos e metodologias capazes de elevar os indicadores de aprendizagem dos estudantes em todas as suas dimensões:
II - adequar as condições gerais para o cumprimento do currículo, enriquecendo e diversificando a oferta das diferentes abordagens didáticas e pedagógicas;
III - atender os estudantes nas suas diferentes possibilidades e dificuldades procurando desenvolver habilidades e competência para construir novos conhecimentos;
IV - oferecer aos estudantes oportunidades para o desenvolvimento de projetos pedagógicos voltados para a melhoria da qualidade de vida familiar em comunidades;
V - proporcionar atenção e proteção à infância e à adolescência, possibilitando alternativas de ação no campo social, cultural, esportivo e tecnológico;
VI - aprimorar a formação dos profissionais para o desenvolvimento de metodologias, de estratégias de ensino e de avaliação, a fim de possibilitar a aprendizagem significativa dos estudantes, bem como aumentar os índices quanto à qualidade e equidade do ensino público municipal;
VII - ofertar atividades educacionais à realidade de cada território e/ou escola, ampliando tempos, espaços e oportunidades educacionais;
VIII - priorizar a oferta de vagas aos estudantes oriundos de famílias que se encontrem em situação de vulnerabilidade social, assim classificadas através de estudo social a ser realizado pela Secretara Municipal do Trabalho, Habitação e Assistência Social, com especial atenção para a família que contar com pais que exerçam a atividades de "Catador" neste Município, beneficiários dos programas sociais do Governo Federal, bem assim que os genitores sejam identificados como dependentes químicos.

Art. 4°. A educação integral em tempo integral da Rede Municipal observará, além dos princípios já previstos nestas Diretrizes, os seguintes princípios complementares:
I - promoção dos direitos humanos, da equidade, da diversidade e da inclusão social;
II - justiça curricular e garantia de aprendizagem para todos;
III - gestão democrática e participação da comunidade escolar;
IV - articulação intersetorial entre educação, saúde, assistência social, cultura, esporte, meio ambiente e demais políticas públicas;
V - valorização das identidades, trajetórias e especificidades dos estudantes;
VI - sustentabilidade socioambiental;
VII - fortalecimento da relação entre escola, família, comunidade e território;
VIII - valorização dos profissionais da educação.

Art. 5º. As escolas municipais de educação integral em tempo integral terão metas e resultados a serem alcançados de acordo com os indicadores de qualidade estabelecidos pelo Ministério da Educação.

Art. 6º. A Secretaria Municipal de Educação deverá monitorar, orientar e acompanhar com avaliação do trabalho técnico e pedagógico sustentado na proposta pedagógica curricular com métodos periódicos de avaliação.

Art. 7º. A Secretaria Municipal de Educação deverá realizar diagnóstico contínuo da oferta da educação integral em tempo integral, considerando as condições de infraestrutura, alimentação escolar, transporte, profissionais, demanda da comunidade e necessidades pedagógicas dos estudantes.

§1º. A expansão da jornada em tempo integral deverá priorizar escolas e territórios com maior vulnerabilidade social, risco de infrequência, abandono ou evasão, baixo rendimento escolar e menor acesso a equipamentos culturais, esportivos, tecnológicos e sociais.

§2º. Não poderão ser adotados mecanismos de seleção que impeçam ou dificultem a igualdade de condições para o acesso e a permanência dos estudantes na escola.

§3º. As escolas deverão acompanhar a frequência, a aprendizagem, o desenvolvimento integral e os riscos de abandono e evasão, realizando ações de busca ativa e diálogo permanente com as famílias e com a rede de proteção social.

Art. 8º. A educação integral em tempo integral deverá assegurar a participação, a aprendizagem e o desenvolvimento dos estudantes público-alvo da Educação Especial.

§1º. O atendimento educacional especializado deverá ser organizado de forma articulada à jornada integral, sem substituir a escolarização comum e sem excluir o estudante das experiências coletivas.

§2º. As escolas deverão prever adaptações de tempos, espaços, materiais, recursos, comunicação, avaliação e acompanhamento pedagógico, garantindo acessibilidade e participação dos estudantes em todas as atividades da jornada escolar.

Art. 10. As diretrizes, os procedimentos e a forma de organização de escola municipal de educação em tempo integral, serão orientados por meio de portaria emitida pela Secretaria Municipal de Educação do Município.

Art.11. Os casos omissos serão dirimidos pela Secretaria Municipal de Educação junto à Coordenação Geral de Escola de Tempo Integral e ao Conselho Municipal de Educação.

Art. 12. Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a contratar, temporariamente, pessoal para realização das atividades da escola de educação integral em tempo integral, observado o disposto ne legislação municipal a espécie aplicável, respeitado o limite prudencial de que trata a lei de responsabilidade fiscal.

Art. 13. As despesas para execução desta Lei poderão ocorrer por conta do Orçamento Municipal e/ou federal ou mediante parcerias firmadas por meio de Convênios e/ou Acordos de Cooperação Técnica.

Art.14. Esta Lei deverá ser regulamentada, via ato normativo a ser editado pelo Chefe do Poder Executivo Municipal, quando se tratar de Decreto, e pela Secretaria Municipal de Educação, quando de tratar Portaria e/ou Resolução, a qual, nesta hipótese, deverá ser aprovada polo Conselho Municipal de Educação.

Art. 15. Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário.

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 17 de agosto de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:21E3B360

GABINETE DO PREFEITO
LEI ORDINÁRIA MUNICIPAL Nº 933, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃODA ESCOLA PÚBLICA NO DISTRITO DA PRAIA DE PIPA/ MUNICÍPIO DE TIBAU DO SUL.

O PREFEITO MUNICIPAL DE TIBAU DO SUL – ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE,no uso das atribuições legais e constitucionais que lhe conferem a Constituição Federal do Brasil e a Lei Orgânica Municipal, faço saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei Ordinária:

Art. 1º. Fica denominada de "Escola Municipal Francisca Marinho de Assunção" o Anexo da escola pública Domitila Castelo da Silva localizada no Distrito da Praia de Pipa, neste Município.

Art. 2º. Compete ao Poder Executivo Municipal adotar as providências necessárias à identificação do referido próprio público, mediante a afixação de placa indicativa contendo a denominação ora instituída.

Art. 3º. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 4º. Revogam-se as disposições em contrário.

Palácio Wilson Galvão, Tibau do Sul/RN, 17 de agosto de 2026.

VALDENÍCIO JOSÉ DA COSTA
Prefeito Municipal de Tibau do Sul/RN

Publicado por:
Fernanda R. Galvão da Silva
Código Identificador:F53E878A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
AVISO DE COTAÇÃO ELETRÔNICA Nº 33/2026;

O Município de Touros/RN, através da Secretaria Municipal de Planejamento e Gestão Pública, torna público para conhecimento das pessoas jurídica interessadas, que receberá cotação de preços para, Contratação de pessoa jurídica ou física especializada para a locação, montagem, desmontagem e manutenção de brinquedos infantis (infláveis), bem como também a locação de máquina de algodão doce e pipoqueira, destinados à realização da Festa das Crianças 2026. Conforme especificado no TERMO DE REFERÊNCIA que estará disponível e poderá ser solicitado, através do email licita@touros.rn.gov.br, As propostas deverão ser apresentadas em arquivo PDF, no prazo de 03 (três) dias úteis, a contar desta publicação, através do endereço eletrônico acima ou no Setor de Planejamento do Município, situado na Praça Bom Jesus do Navegantes, nº 28, Centro, Touros/RN, devendo a cotação ter validade não inferior a 90 (noventa) dias, está devidamente datada, assinada e em papel timbrado da empresa, Os interessados poderão obter demais informações também pelo e-mail ou endereço indicado.

SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO E GESTÃO PÚBLICA

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

Publicado por:
Clyvia Saraiva Torres
Código Identificador:BE5D00E7

GABINETE CIVIL
EXTRATO DO QUINTO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 150/2023;

Processo: 1.454/2022. **Pregão Presencial:** 12/2022. **Contratante:** Prefeitura Municipal de Touros/RN; CNPJ Nº 08.234.155/0001 - 02. **Contratado:** SEC PUBLICIDADE LTDA; CNPJ: 08.381.234/0001-38. **Objeto:** Quinto termo aditivo de prazo - Contratação de empresa para realizar publicação de atos administrativos em Jornal de grande circulação, para o Diário Oficial do Estado do Rio Grande do Norte e Diário Oficial da União. **Data de Assinatura:** 11/08/2026. **Vigência:** 12/08/2026 até 31/12/2026. **Fundamentação Legal:** Lei n° 8.666/93 e suas alterações posteriores. **Assinatura:** Contratante: Pedro Ferreira Farias Filho - Prefeito. Contratada: Gilvan Araújo Lopes; CPF n° 365.735.xxx-20.

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:429B8A42

GABINETE CIVIL
NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - NOTIFICADA: ENGETECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.

NOTIFICAÇÃO ADMINISTRATIVA - NOTIFICADA: ENGETECH COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.
CNPJ: 18.559.664/0001-50
ENDEREÇO: Av. Nevaldo Rocha, nº 8125, Alecrim, Natal/RN, CEP 59032-445.
ASSUNTO: Descumprimento da Ordem de Compra nº 1899/2026 – Ata de Registro de Preços nº 35/2025 – Pregão Eletrônico SRP nº 15/2025.

1. DO OBJETO

O MUNICÍPIO DE TOUROS/RN, por intermédio do Excelentíssimo Senhor Prefeito **PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO**, no exercício de suas atribuições legais e com fundamento na Lei Federal nº 14.133/2021, NOTIFICA a empresa acima identificada acerca do inadimplemento das obrigações assumidas no âmbito da Ata de Registro de Preços nº 35/2025, para que promova a imediata regularização da pendência ou apresente justificativa, sob pena de adoção das medidas administrativas e legais cabíveis.

2. DOS FATOS E DOS FUNDAMENTOS

A empresa NOTIFICADA, na condição de fornecedora registrada na Ata de Registro de Preços nº 35/2025, decorrente do Pregão Eletrônico SRP nº 15/2025, recebeu, em **18 de junho de 2026**, a **Ordem de Compra nº 1899/2026**, destinada ao fornecimento de peças para manutenção de máquinas agrícolas e tratores pertencentes à frota municipal, referentes ao **Item 04 – Código 0031966**, no valor total de **R$ 2.130,22**.

Nos termos do Termo de Referência e demais documentos que integram a contratação, o prazo para entrega dos materiais é de **05 (cinco) dias úteis**, cabendo à contratada comunicar previamente qualquer fato impeditivo que impossibilite o cumprimento da obrigação.

Entretanto, transcorrido o prazo contratual, verifica-se que a empresa **não realizou a entrega dos itens solicitados**, tampouco apresentou justificativa formal ou comunicação acerca de eventual impedimento, caracterizando inadimplemento contratual e mora da contratada.

A conduta adotada configura descumprimento das obrigações assumidas, afrontando os princípios da boa-fé objetiva, da eficiência e da continuidade do serviço público, além de comprometer a execução das atividades desenvolvidas pela Secretaria Municipal de Obras, em prejuízo ao interesse público.

3. DA CONCESSÃO DE PRAZO

Em observância aos princípios do contraditório e da ampla defesa, fica a empresa **NOTIFICADA** intimada a se manifestar, no prazo **improrrogável de 48 (quarenta e oito) horas**, contado do recebimento desta notificação, devendo apresentar documentação apta a demonstrar uma das seguintes situações:

a) comprovação da entrega dos itens constantes da Ordem de Compra nº 1899/2026 ou adoção imediata das providências necessárias ao seu integral cumprimento;
b) apresentação de justificativa formal, fundamentada e acompanhada da documentação comprobatória pertinente, demonstrando eventual causa superveniente ou excludente de responsabilidade que impossibilite o cumprimento da obrigação.

4. DAS CONSEQUÊNCIAS DO NÃO ATENDIMENTO

O não atendimento desta notificação, a ausência de manifestação no prazo assinalado ou a apresentação de justificativa considerada insuficiente ensejará a adoção das medidas administrativas cabíveis, dentre as quais:
I – instauração de processo administrativo para apuração do inadimplemento contratual;
II – cancelamento do registro de preços, observadas as disposições da Ata de Registro de Preços e da legislação vigente;
III – aplicação das sanções administrativas previstas nos arts. 155 e seguintes da Lei Federal nº 14.133/2021, conforme a gravidade da conduta, podendo incluir advertência, multa, impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública e demais penalidades legalmente cabíveis;
IV – adoção de outras medidas administrativas e judiciais destinadas à reparação dos prejuízos eventualmente suportados pela Administração.

5. DA CIÊNCIA

A presente notificação será encaminhada à empresa por meio eletrônico, utilizando o endereço de e-mail constante em seu cadastro, ou outro meio idôneo que comprove a ciência da contratada.
O prazo de **48 (quarenta e oito) horas** terá início a partir da comprovação do recebimento desta notificação.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito do Município de Touros/RN

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:01D5823C

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 609/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **FRANCISCA EVANIA DOS SANTOS PACHECO**, Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 1550, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.447.XXX-36, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:CA819A3A

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 610/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **LINDALCIR LUCAS DA SILVA,** Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 57-0, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.135.XXX-34, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:2F64D74C

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 611/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **MARIA DA CONCEIÇÃO GOMES CAVALCANTI ,** Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 1419-1, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.308.XXX-07, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:BDD4D88C

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 612/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **REJANE COSTA DA APRESENTAÇÃO**, Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 2104, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.768.XXX-72, 02 (dois) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:08280A38

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 613/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **ROSA MARIA MELO SANTOS DOS ANJOS,** Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 575-1, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.532.XXX-06, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:043F4EC9

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 614/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **TATIANA MARIA FERREIRA DA FONSECA NUNES,** Conselheira de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 1401, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.231.XXX-33, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:B42D4607

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 615/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA ESTADUAL Á SERVIDOR MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder ao Sr. **WAGNER ALVES CABRAL SANTOS,** Conselheiro de Saúde do Município de Touros/RN, Matricula de n° 1607-1, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.389.XXX-53, 02 (duas) e ½ (meia) diárias Estadual, ao valor unitário de R$ 400,00 (quatrocentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 1.000,00 (mil reais), para custear despesas com alimentação, e deslocamento urbano, durante viagem, entre os dias 02 a 04 de setembro de 2026, onde participará do 14º Encontro do Fórum de Educação Permanente e Continuada dos Conselheiros de Saúde do Nordeste – FEPECCSN 2026, em Extremoz/RN.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Leticia Karine Lourenco Vieira
Código Identificador:5AA58FEA

GABINETE CIVIL
PORTARIA N° 616/2026 - GABINETE CIVIL

CONCEDE DIÁRIA NACIONAL Á VICE-PREFEITA MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Constitucional do Município de Touros, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições que o confere a Lei Municipal nº 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025.

RESOLVE:

Art. 1º. Conceder a Sra. **FERNANDA BARROS ROCHA**, Vice-Prefeita do Município de Touros/RN, Matricula de n° 2284-5, inscrito no CPF/MF sob nº XXX.878.XXX-07, 04 (quatro) diárias Nacional, ao valor unitário de R$ 2.500,00 (dois mil e quinhentos reais), conforme determina a Lei Municipal n° 909/2023, alterada pela Lei Municipal 978/2025**,** em seu artigo 1°, importando no valor total de R$ 10.000,00 (dez mil reais), para custear despesas com alimentação, deslocamento urbano e pernoites, durante viagem, entre os dias 20 a 24 de agosto de 2026, onde participará do 105º Encontro para Gestores e Servidores Públicos, que acontecerá em João Pessoa/PB.

Art. 2º. Determinar ao Secretário Municipal de Finanças, que verifique a disponibilidade orçamentária e financeira, e que, após constatada, proceda com o pagamento do valor, neste ato autorizado.

Art. 3º. Esta Portaria entra vigor na data de sua publicação, com integralidade de efeitos.

Registrem, Publiquem e Cumpram.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal de Touros-RN

Publicado por:
Adna Kamila Dos Santos Domingos Barros
Código Identificador:DE9C12C8

GABINETE CIVIL
TERMO DE INEXIGIBILIDADE Nº 43/2026.

O Ordenador de Despesas da(o) Prefeitura Municipal de Touros/RN, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e de acordo com o que determina o Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f (PNCP), e considerando o que consta do Processo Administrativo nº 2100000253/2026, Objeto: Pagamento de 01 (uma) inscrição para participação do evento "105° ENCONTRO PARA GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS, a ser realizado no dia 20 a 24 de agosto de 2026, em João Pessoa-PB, visando à capacitação e ao aprimoramento profissional, com acesso às atividades, palestras e demais conteúdos previstos na programação do evento., que trata da contratação da empresa: L A V DE MELO SERVICOS DE CIRSOS LIVRE, CNPJ: 36.650.626/0001-90, vem **RATIFICAR** a declaração de inexigibilidade de licitação para a contratação da referida empresa, determinando que se proceda a publicação do devido extrato.

EXTRATO DO TERMO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 43/2026.

PROCESSO: 2100000253/2026.

BASE LEGAL: É inexigível a licitação para a despesa abaixo especificada, devidamente justificada, com fundamento na Lei 14.133/2021, Art. 74, III, f (PNCP) e alterações posteriores em conformidade conforme parecer jurídico acostado aos autos, exigência do art. 38, inciso VI, do mesmo diploma legal.

OBJETO: Pagamento de 01 (uma) inscrição para participação do evento "105° ENCONTRO PARA GESTORES E SERVIDORES PÚBLICOS, a ser realizado no dia 20 a 24 de agosto de 2026, em João Pessoa-PB, visando à capacitação e ao aprimoramento profissional, com acesso às atividades, palestras e demais conteúdos previstos na programação do evento..

NOME DO CREDOR: L A V DE MELO SERVICOS DE CIRSOS LIVRE, CNPJ: 36.650.626/0001-90.

VALOR TOTAL GLOBAL R$ 950,00 (novecentos e cinquenta reais).

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:9ECE356E

SERVIÇO AUTONOMO DE AGUA E ESGOTO
APROVADOS FINAL – CARGO OPERADOR DE BOMBAS – SAAE/TOUROS

O SERVIÇO AUTÔNOMO DE ÁGUA E ESGOTO-SAAE/TOUROS TORNA PÚBLICO A LISTA DOS CANDIDATOS APROVADOS FINAL E CADASTRO DE RESERVA – CARGO OPERADOR DE BOMBAS – PARA O PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA CONTRATAÇÃO TEMPORÁRIA Nº 002/2026.

ORD.	INSCRIÇÃO	NOME DO CANDIDATO	SITUAÇÃO/LOCAL
01	002/2026	JOELSON DOS SANTOS SILVA	APROVADO/SERRA VERDE

Não houve candidato aprovado para o Cadastro de Reserva.

Touros/RN, 17 de agosto de 2026.

MARLUS MONTEIRO DE SOUSA
Mat:035-1
(Membro/Comissão)

JÂNIO ANTUNES DA SILVA
Mat:021-1
(Membro/Comissão)

PAULO ANDRÉ DE OLIVEIRA MEDEIROS
Mat:0531-1
(Membro/Comissão)

Publicado por:
Claudio de Oliveira França
Código Identificador:F7A0E238

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA

CHEFIA DE GABINETE
PORTARIA Nº 0393/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

PORTARIA Nº 0393/2026, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GPMU.

DISPÕE SOBRE A CONCESSÃO DE DIÁRIA PARA SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O Prefeito Municipal de Upanema, Estado do Rio Grande do Norte, Sr. **RENAN MENDONÇA FERNANDES**, no uso de suas atribuições, que lhe confere o Art. 76, inciso XI, da Lei Orgânica Municipal, considerando o disposto no art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020 e tendo em vista a solicitação de diária do Servidor **JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA**:
CONSIDERANDO a Lei Municipal n° 749 de 23 de Dezembro De 2021, que dispõe sobre a concessão de diárias de viagens aos servidores públicos municipais do poder executivo e dá outras providências;

Resolve:

Art. 1º - CONCEDER duas diárias, com pernoite, no valor unitário de R$ 300,00 (trezentos reais), totalizando R$ 600,00 (seiscentos reais), ao senhor **JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA**, ocupante do cargo de Secretário Municipal de Assistência Social, para fazer face às despesas com locomoção na cidade de Natal/RN, conforme a seguir:
Objeto do deslocamento: Participar de Seminário Estadual Primeira Infância no SUAS.
Local de destino: Natal/RN;
Período do Afastamento: 20 e 21 de agosto de 2026;

Art. 2º - O servidor beneficiário de que trata o art. 1º, desta Portaria, fica obrigado à prestação de contas nos termos ao art. 16, da Resolução nº 028/2020 – TCE, de 15 de dezembro de 2020.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogam-se as disposições em contrário.
Registre-se
Publique-se
Cumpra-se

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Líllian Fabrine Carvalho Matoso Gondim
Código Identificador:9956BD99

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 045/2026

Dispensa de Licitação nº 045/2026
Processo nº 06001.000029/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de dispensa de licitação, nos moldes do art. 75, XI, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Dispensa de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72 c/c 75, inciso XI da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Dispensa de Licitação, nos termos do Art. 75, inciso XI, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Contratação de parceria com entidade privada sem fins lucrativos, mediante instrumento jurídico próprio, para execução de ações de cooperação técnica, operacional e financeira destinadas à organização e realização do Torneio Leiteiro da 5ª EXPONEMA – Exposição Agropecuária de Upanema/RN, no período de 10 a 13 de setembro de 2026, abrangendo o planejamento e execução do torneio, disponibilização de equipe técnica, elaboração de regulamento, inspeção, pesagem, mensuração, avaliação e registro dos animais e resultados, alimentação, transporte e estadia da equipe, confecção de troféus e operacionalização das premiações, conforme metas, etapas e plano de aplicação constantes do Plano de Trabalho.

EMPRESA: EMPRESA JUNIOR DE ZOOTECNIA DA UFERSA - EMJUZ, CNPJ: 28.523.434/0001-95.
VALOR: R$25.840,50 (vinte e cinco mil, oitocentos e quarenta reais e cinquenta centavos).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 17 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:BE243942

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 023/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 023/2026
Processo nº 08001.000171/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de Inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Prestação de serviço de apresentação artística tipo "Show artístico em Palco do Artista REY VAQUEIRO", no dia 10 de setembro, com duração de 1h30 e horário a ser definido pela contratante, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.

PRESTADOR DE SERVIÇOS: REY VAQUEIRO PRODUÇÕES ARTÍSTICAS LTDA, CNPJ: 21.488.092/0001-70.

VALOR: R$450.000,00 (quatrocentos e cinquenta mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 17 agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:024619E1

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 024/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 024/2026
Processo nº 08001.000172/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de Inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Prestação de serviço de apresentação artística tipo "Show artístico em Palco da banda LUAN E FORRO ESTILIZADO", no dia 10 de setembro, com duração de 1h30 e horário a ser definido pela contratante, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.

PRESTADOR DE SERVIÇOS: LUAN FORRO ESTILIZADO SHOWS EVENTOS E SERVICOS LTDA, CNPJ: 17.985.184/0001-99.

VALOR: R$200.000,00 (duzentos mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 17 agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:1D8D82E3

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 025/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 025/2026
Processo nº 06001.000026/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de Inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Prestação de serviço de apresentação artística tipo "Show artístico em Palco da Banda RAYNEL GUEDES", através da empresa ULTRA PROMOÇÕES E EVENTOS LDTA, no dia 12 de setembro, com duração de 1h40 e horário a ser definido pela contratante, na V EXPONEMA, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.

PRESTADOR DE SERVIÇOS: ULTRA PROMOCOES E EVENTOS LTDA, CNPJ: 23.626.845/0001-92.

VALOR: R$100.000,00 (cem mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 17 agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:0CE0345D

CHEFIA DE GABINETE
TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE INEXIGIBILIDADE DE LICITAÇÃO Nº 026/2026

Inexigibilidade de Licitação nº 026/2026
Processo nº 06001.000027/2026

Considerando a informação do setor responsável sobre a existência de disponibilidade de dotação específica no orçamento vigente, apropriada para a devida execução do objeto a ser contratado.

Considerando o parecer jurídico da Procuradoria Geral do Município que opina pela legalidade da contratação direta por meio de Inexigibilidade de licitação, nos moldes do art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.

Considerando o parecer do Agente de Contratação que prevê que a Inexigibilidade de Licitação foi devidamente justificada, tanto pela razão da escolha do contratado, quanto pela justificativa dos preços está em conformidade ao disposto no artigo 72, VI e VII c/c 74, inciso II da Lei nº 14.133/2021;

AUTORIZO, conforme prescreve o Art. 72, inciso VIII, da Lei Federal nº. 14.133/2021 a contratação direta por meio de Inexigibilidade de Licitação, nos termos do Art. 74, inciso II, da Lei nº 14.133/2021, objetivando: Prestação de serviço de apresentação artística tipo "Show artístico em Palco do cantor ROBERTO VANEIRÃO", através da empresa Railson Diniz Vieira – ME, no dia 11 de setembro, com duração de 1h20 e horário a ser definido pela contratante, na V EXPONEMA, durante a programação da Festa de 73 anos de Emancipação Política de Upanema/RN.

PRESTADOR DE SERVIÇOS: RAILSON DINIZ VIEIRA, CNPJ: 27.188.180/0001-33.

VALOR: R$40.000,00 (quarenta mil reais).

Proceda-se com a publicação do ato competente na imprensa oficial.

Upanema/RN, 17 agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:807DD9FC

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA - DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

AVISO DE CONTRATAÇÃO DIRETA
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 043/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN manifesta o interesse em obter propostas adicionais de eventuais interessados na contratação direta, com base no Art. 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/21, que objetiva: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS DO SERVIÇO DE CONVIVÊNCIA E FORTALECIMENTO DE VÍNCULOS DO CENTRO DE REFERÊNCIA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL – CRAS, DE UPANEMA. Critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL (POR LOTE). Os interessados poderão obter o respectivo termo de referência com a especificação do objeto pretendido junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na **Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN**, ou acessando site **www.upanema.rn.gov.br**. As propostas, conforme modelo em anexo, serão recebidas até as **12h00min**, do dia **21 de agosto de 2026**, nos horários e endereços indicados, bem como, serem encaminhadas preferencialmente pelo e-mail: **pmu_licitacao@hotmail.com**. Recursos: Previstos no orçamento vigente. Fundamento Legal: Lei Federal nº 14.133/21 e Decreto Municipal nº 040/2026 e demais legislações pertinentes, consideradas as alterações posteriores das referidas normas. Informações: nos **horários das 08h00min às 12h00min** em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 17 de agosto de 2026.

ANTONIO CARLOS VIANA BALBINO
Agente de Contratação

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:7ADA2295

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
QUARTO ADITIVO AO CONTRATO Nº 80/2022

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DE MOURA GURGEL56688598434
Processo nº 1.676/2022 – Pregão Eletrônico nº 23/2022 - CPL
Objeto: Registro de preços visando a contratação de empresa especializada em fornecimento de refeições prontas, com reconhecida qualidade e segurança alimentar, para atender as necessidades da prefeitura municipal de Upanema.
Objeto do aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.
VALOR: R$ R$ 207.090,00 (duzentos e sete mil e noventa reais).
UNIDADE ORCAMENTARIA
03.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMONIO
06.001 SECRETARIA MUN. DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
07.002 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL
08.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
09.001 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 SECRETARIA MUN. DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2144 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA, MEIO AMBIENTE
2084 - APOIO AS PRINCIPAIS CADEIAS PRODUTIVAS EXISTENTES NO MUNICÍPIO
2111 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2107 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2122 - BLOCO DE GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
2127 - BLOCO DE GESTÃO DO SUAS – IGD-SUAS
2155 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2030 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL
2049 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL
2057 - APOIO AOS EVENTOS CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2058 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES CULTURAIS DO MUNICÍPIO
2059 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO DESPORTO AMADOR
2061 - APOIO AO ESPORTE NAS SUAS DIVERSAS MODALIDADES
2066 - APOIO A PRÁTICA DO INTERCOLEGIAL E DA GINCANA CULTURAL
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS
2097 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL – SB
2062 – FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUN. DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
1020 - CONSTRUÇÃO, MANUTENÇÃO E/OU RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS
NATUREZA DA DESPESA
3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS PESSOA JURIDICA
FONTE DE RECURSO
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15690000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
17010000 - OUTRAS TRANSFERÊNCIAS DE CONVÊNIOS OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES DOS ESTADOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
26003130 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA

26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
17200000 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO REFERENTES ÀS PARTICIPAÇÕES NA EXPLORAÇÃO DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL DESTINADAS AO FEP-LEI 9.478/1997

Assinada pela Contratante: RENAN MENDONÇA FERNANDES
Assinada pela Contratada: MARIA DAS GRAÇAS BEZERRA DE MOURA GURGEL56688598434
Vigência: 12/08/2026 a 12/08/2027

Upanema/RN, 12 de Agosto de 2026.

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:E1D61112

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO AVISO DE LICITAÇÃO – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 011/2026 – PROCESSO ADMINISTRATIVO N° 05001.000079/2026

A Prefeitura Municipal de Upanema/RN, através do seu Agente de Contratação (Pregoeiro), nomeado pela Portaria Nº 055, de 15 de Janeiro de 2025, torna público a quem interessar, que estará realizando Pregão Eletrônico SRP nº 011/2026, do tipo MENOR PREÇO, no modo de disputa ABERTO, dia 31/08/2026 às 09h:00, cujo objeto é o **registro de preços visando a contratação de empresa especializada no fornecimento de material e equipamentos de informática para atender as necessidades das Unidades Administrativas pertencentes a Prefeitura Municipal de Upanema/RN.** O Edital com seus anexos encontram-se a disposição dos interessados no site https://pncp.gov.br/app/editais/08085771000130/2026/22 ou através do E-mail: pregoes.upanema@gmail.com ou ainda junto ao Setor de Licitações da Prefeitura Municipal, sediada na Rua João Francisco, S/N, Centro, Upanema/RN. Informações: nos horários das 08h00min às 12h00min em dias úteis, no endereço supracitado.

Upanema/RN, 18 de agosto de 2026

CARLOS HENRIQUE BEZERRA DE ANDRADE
Pregoeiro

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:AB08A872

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 108/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: 52.941.479FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO
Processo nº 1677/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024
Objeto: Registro de preços visando à locação de veículos para atender as demandas do fundo municipal de saúde de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.

VALOR: R$ 306.461,25 (trezentos e seis mil, quatrocentos e sessenta e um reais e vinte e cinco centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2104 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR EM SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
ELEMENTO DE DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
52.941.479FRANCISCO CARLOS DE CARVALHO
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:FEF8B73A

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 109/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: JOSE AUGUSTO COSTA 01216359458
Processo nº 1677/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024
Objeto: Registro de preços visando à locação de veículos para atender as demandas do fundo municipal de saúde de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.

VALOR: R$ 139.117,50 (cento e trinta e nove mil, cento e dezessete reais e cinquenta centavos)

UNIDADE ORCAMENTARIA
09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2104 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR EM SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
ELEMENTO DE DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE

17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE

JOSE AUGUSTO COSTA 01216359458
ASSINADO PELA CONTRATADA

VIGENCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:88AF5AD3

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 110/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: JOSE MARIA AQUINO DA COSTA 96783435415
Processo nº 1677/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024
Objeto: Registro de preços visando à locação de veículos para atender as demandas do fundo municipal de saúde de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.

VALOR: R$ 25.920,00 (vinte e cinco mil, novecentos e vinte reais)

UNIDADE ORCAMENTARIA
09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2104 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR EM SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
ELEMENTO DE DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
JOSE MARIA AQUINO DA COSTA 96783435415
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:736CCA92

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 111/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: JULIMAR BATISTA SOARES
Processo nº 1677/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024
Objeto: Registro de preços visando à locação de veículos para atender as demandas do fundo municipal de saúde de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.

VALOR: R$ R$ 211.507,50 (duzentos e onze mil, quinhentos e sete reais e cinquenta centavos).

UNIDADE ORCAMENTARIA
09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2104 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR EM SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
ELEMENTO DE DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
JULIMAR BATISTA SOARES
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:4BCBB533

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
SEGUNDO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 112/2024

Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
Contratada: MARIA EUZINETE GONDIM DE FREITAS CAVALCANTE
Processo nº 1677/2024 – Pregão Eletrônico nº 17/2024
Objeto: Registro de preços visando à locação de veículos para atender as demandas do fundo municipal de saúde de Upanema/RN.
Objeto do Aditivo: Prorrogação do prazo da vigência.

VALOR: R$ 58.830,00 (cinquenta e oito mil, oitocentos e trinta reais).

UNIDADE ORCAMENTARIA
09.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
09.002 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
AÇÃO
2050 - FUNCIONAMENTO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
2103 - MANUTENÇÃO DA UNIDADE MISTA DE SAÚDE
2096 - FUNCIONAMENTO DA ESTRATÉGIA SAÚDE DA FAMILIA – ESF
2099 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
2130 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE
2104 - MANUTENÇÃO DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA E HOSPITALAR EM SAÚDE - MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH
ELEMENTO DE DESPESA
3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTE A ROYALTIES DO PETRÓLEO E GÁS
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16350000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À SAÚDE - LEI Nº 12.858/2013
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS

PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA
ASSINADO PELO CONTRATANTE
MARIA EUZINETE GONDIM DE FREITAS CAVALCANTE
ASSINADO PELA CONTRATADA
VIGENCIA: 11/08/2026 a 11/08/2027

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:3F708D9E

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO PREGÃO ELETRÔNICO N.º 015/2026 PROCESSO N.º 08001.000072/2026

Adjudico e Homologo pelo presente termo, para que surta os efeitos legais, referente ao Pregão Eletrônico nº. 015/2026, tendo como objeto a **"AQUISIÇÃO DE ACESSÓRIOS E MATERIAIS NECESSÁRIOS PARA O MAQUINÁRIOS DA ACADEMIA MUNICIPAL CARLOS GREGÓRIO DE MELO**", em favor dos licitantes relacionados abaixo, por ter apresentado a proposta mais vantajosa para a Administração:

GABRIELA DE OLIVEIRA CASSIANO - CNPJ: 50.538.385/0001-13, saiu vencedor(a) no(s) item(ns): 01, 02, 03, 04, 06, 07, 08, 09, 10, 11 e 12 totalizando o valor de R$ 27.819,94 (vinte e sete mil oitocentos e dezenove reais e noventa e quatro centavos).

Upanema/RN, 17 de agosto de 2026.

RENAN MENDONÇA FERNANDES
Prefeito Municipal

Publicado por:
Pedro Henrique Lima Bezerra de Oliveira
Código Identificador:5F4EB8E0

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/ 2026 - PROCEDIMENTO AUXILIAR (CREDENCIAMENTO Nº 003/2026)

TERMO DE CREDENCIAMENTO N.º 004/ 2026 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE UPANEMA/RN, E A EMPRESA L E PNEUS LTDA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

CONTRATANTE: Prefeitura Municípal de Upanema/RN, inscrita no CNPJ sob o nº. 44.647.210/0001-41, com sede na Rua João Francisco, 90, Centro, CEP: 59.670-000, Upanema/RN, neste ato representado pela Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento ANTÔNIA KATIA MEDEIROS DA SILVA, CPF (MF) n.º 190.224.528-83; pelo Secretário Municipal de Agricultura e Meio Ambiente AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO, portador do CPF (MF) n.º 057.418.774-00; pela Secretária Municipal de Educação, Cultura e Desporto MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER portadora do CPF (MF) n.º 938.590.584-87; pelo Secretário Municipal de Secretário Municipal de Governo e Patrimônio PEDRO RAMON MENDONÇA FERNANDES portador do CPF (MF) n.º 083.881.504-99; pelo Secretário Municipal de Secretário Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenv. Urbano JOSÉ GIVANILSON ROCHA GONÇALVES portador do CPF (MF) n.º 969.633.284-04; pelo Secretário Municipal de Assistência Social JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA portador do CPF (MF) n.º 017.023.084-80 e pela Secretária Municipal de Saúde MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA, CPF (MF) n.º 369.272.284-20.

CONTRATADO: L E PNEUS LTDA, inscrito no CNPJ (MF) sob o n.º 08.576.605/0001-37, estabelecido na Avenida Presidente Dutra, nº 1100, Alto São Manoel, CEP: 59.631-000, Upanema/RN, representado pelo Senhor (a) FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO, portador (a) do CPF (MF) n.º 053.754.464-05.

Os CONTRATANTES têm entre si justos e avençados, e celebram o presente contrato, mediante as cláusulas e condições que se seguem:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O objeto do presente instrumento é CREDENCIAMENTO DE PESSOAS JURÍDICAS ESPECIALIZADAS PARA EXECUÇÃO DE SERVIÇOS NECESSÁRIOS À MANUTENÇÃO DA OPERACIONALIDADE DA FROTA do Município de Upanema/RN, incluindo o fornecimento de peças, lubrificantes, acessórios e demais

insumos indispensáveis ao pleno funcionamento dos veículos, máquinas e equipamentos.
Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:
O Termo de Referência;
A Proposta do contratado;
Eventuais anexos dos documentos supracitados.

CLÁUSULA SEGUNDA – VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

2.1. A vigência da presente contratação será determinada: 12 (doze) meses, considerada da data de assinatura do respectivo instrumento de contratual ou documento equivalente. Podendo ser prorrogado por até 10 anos na forma dos artigos 106 e 107 da Lei n° 14.133, de 2021, pois se enquadra como serviço contínuo, visto ser decorrente de necessidade permanente e/ou prolongada da Administração Pública Municipal.

CLÁUSULA TERCEIRA – MODELOS DE EXECUÇÃO E GESTÃO DE CONTRATOS

3.1. O regime de execução contratual, os modelos de gestão e de execução, assim como os prazos e condições de conclusão, prestação dos serviços, observação e recebimento do objeto constam no Termo de Referência, anexo aos autos do processo.

CLÁUSULA QUARTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

Não será admitida a subcontratação total ou parcial do objeto contratual.

CLÁUSULA QUINTA – DO VALOR

O presente TERMO DE CREDENCIAMENTO importa o VALOR TOTAL de **R$ 1.400.000,00 (um milhão e quatrocentos mil reais)** na forma disposta abaixo:

LOTE 01 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - VEICULOS DE PEQUENO PORTE (LINHA LEVE E UTILITÁRIOS)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (VEICULOS LINHA LEVE)	R$ 250.000,00	15%

LOTE 02 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - VEICULOS PESADOS (ÔNIBUS E CAMINHÕES)

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (VEICULOS PESADOS)	R$ 400.000,00	10%

LOTE 03 – FORNECIMENTO DE PEÇAS - TRATORES E MÁQUINAS

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	PEÇAS E ACESSÓRIOS (MÁQUINAS E TRATORES)	R$ 500.000,00	10%

LOTE 10 – SERVIÇOS DE TROCA DE ÓLEO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	VALOR ESTIMADO	DESCONTO OFERTADO
1	ÓLEO LUBRIFICANTE	R$ 200.000,00	10%
2	FILTRO LUBRIFICANTE	R$ 50.000,00	10%

No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

CLÁUSULA SEXTA – PAGAMENTO

O prazo para pagamento ao contratado e demais condições a ele referentes encontram-se definidos no Termo de Referência, anexo a este Contrato.

CLÁUSULA SÉTIMA – DO REAJUSTE

Os valores da remuneração fixa mensal e os valores unitários dos serviços previstos neste Termo de Referência poderão ser reajustados após o interregno mínimo de 12 (doze) meses, contado da data do orçamento estimado da contratação, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, ou outro índice oficial que venha a substituí-lo.
Para os lotes destinados ao fornecimento de peças, acessórios, lubrificantes e materiais correlatos, não haverá reajuste do percentual de desconto ofertado pelo credenciado, permanecendo este fixo durante toda a vigência do contrato e de suas eventuais prorrogações. Os preços das peças variarão conforme a atualização da tabela oficial do fabricante, distribuidor autorizado ou outra referência prevista neste Termo de Referência, aplicando-se, em qualquer hipótese, o desconto contratado.

CLÁUSULA OITAVA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

São obrigações do Contratante:
Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;
Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;
Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;
Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente à execução do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência;
Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Contrato;
Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.
A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

CLÁUSULA NONA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO

Além das obrigações descritas no Termo de Referência, são obrigações do contratado:
O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes deste Termo de Credenciamento e demais documentos que o vinculam, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:
executar os serviços e fornecimentos nas condições fixadas neste Termo de Referência, no edital e nos instrumentos de contratação;
observar integralmente os valores e critérios padronizados definidos pela Administração;
atender às convocações da Administração dentro dos prazos estabelecidos;
apresentar orçamento detalhado antes da execução;
somente iniciar os serviços após autorização formal;
empregar materiais adequados e compatíveis;
refazer os serviços ou substituir materiais defeituosos no prazo de garantia;
manter o estabelecimento em condições adequadas de funcionamento;
manter todas as condições de habilitação e qualificação durante a vigência do credenciamento;
indicar responsável ou preposto para contato com a Administração;
registrar adequadamente as informações da execução nos meios definidos pela Administração;
responder pelos danos causados à Administração ou a terceiros em razão da execução do objeto;
cumprir a legislação ambiental quanto ao descarte de resíduos, óleos, filtros, pneus e demais materiais;
não transferir a terceiros o objeto contratado sem autorização expressa da Administração;

Disponibilizar/cadastrar junto ao Município Contratante, e-mail e contato telefônico com aplicativo de mensagem, tipo WhatsApp, pelos quais receberão as ordens de serviços e/ou notificações por eventual descumprimento contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA- OBRIGAÇÕES PERTINENTES À LGPD

As partes deverão cumprir a Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (LGPD), quanto a todos os dados pessoais a que tenham acesso em razão do certame ou do contrato administrativo que eventualmente venha a ser firmado, a partir da apresentação da proposta no procedimento de contratação, independentemente de declaração ou de aceitação expressa.
Os dados obtidos somente poderão ser utilizados para as finalidades que justificaram seu acesso e de acordo com a boa-fé e com os princípios do art. 6º da LGPD.
É vedado o compartilhamento com terceiros dos dados obtidos fora das hipóteses permitidas em Lei.
A Administração deverá ser informada no prazo de 5 (cinco) dias úteis sobre todos os contratos de suboperação firmados ou que venham a ser celebrados pelo Contratado.
Terminado o tratamento dos dados nos termos do art. 15 da LGPD, é dever do contratado eliminá-los, com exceção das hipóteses do art. 16 da LGPD, incluindo aquelas em que houver necessidade de guarda de documentação para fins de comprovação do cumprimento de obrigações legais ou contratuais e somente enquanto não prescritas essas obrigações.
É dever do contratado orientar e treinar seus empregados sobre os deveres, requisitos e responsabilidades decorrentes da LGPD.
O Contratado deverá exigir de suboperadores e subcontratados o cumprimento dos deveres da presente cláusula, permanecendo integralmente responsável por garantir sua observância.
O Contratante poderá realizar diligência para aferir o cumprimento dessa cláusula, devendo o Contratado atender prontamente eventuais pedidos de comprovação formulados.
O Contratado deverá prestar, no prazo fixado pelo Contratante, prorrogável justificadamente, quaisquer informações acerca dos dados pessoais para cumprimento da LGPD, inclusive quanto a eventual descarte realizado.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – GARANTIA DE EXECUÇÃO

Não haverá exigência de garantia de execução contratual.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS SANÇÕES

Por infração às normas legais e de credenciamento, obedecido ao artigo 155 da Lei nº 14.133/2021, e demais normas aplicáveis, será descredenciado o concorrente que:
dar causa à inexecução parcial do contrato;
dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
dar causa à inexecução total do contrato;
deixar de entregar a documentação exigida para o credenciamento;
não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;
não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto do credenciamento sem motivo justificado;
apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o credenciamento ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato;
fraudar o credenciamento ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;
comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos do credenciamento;
praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.
Serão aplicadas ao responsável pelas infrações administrativas as seguintes sanções:
- advertência;
- multa;
- impedimento de licitar e contratar;
- declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.
Na aplicação das sanções serão considerados:
a natureza e a gravidade da infração cometida;
as peculiaridades do caso concreto;
as circunstâncias agravantes ou atenuantes;
os danos que dela provierem para a Administração Pública;
a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

A multa será recolhida em percentual de 0,5% a 30% incidente sobre o valor do contrato licitado, recolhida no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da comunicação oficial.
As sanções de advertência, impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar poderão ser aplicadas, cumulativamente ou não, à penalidade de multa.
Na aplicação da sanção de multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.
A recusa injustificada do credenciado em assinar o contrato ou em aceitar ou retirar o instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, caracterizará o descumprimento total da obrigação assumida e o sujeitará às penalidades e à imediata perda da garantia de proposta em favor do órgão ou entidade promotora da licitação, nos termos do art. 45,
§4º da IN SEGES/ME n.º 73, de 2022.
A apuração de responsabilidade relacionadas às sanções de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar demandará a instauração de processo de responsabilização a ser conduzido por comissão composta por 2 (dois) ou mais servidores estáveis, que avaliará fatos e circunstâncias conhecidos e intimará o licitante ou o adjudicatário para, no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação, apresentar defesa escrita e especificar as provas que pretenda produzir.
Caberá recurso no prazo de 15 (quinze) dias úteis da aplicação das sanções de advertência, multa e impedimento de licitar e contratar, contado da data da intimação, o qual será dirigido à autoridade que tiver proferido a decisão recorrida, que, se não a reconsiderar no prazo de 5 (cinco) dias úteis, encaminhará o recurso com sua motivação à autoridade superior, que deverá proferir sua decisão no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do recebimento dos autos.
Caberá a apresentação de pedido de reconsideração da aplicação da sanção de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data da intimação, e decidido no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contado do seu recebimento.
O recurso e o pedido de reconsideração terão efeito suspensivo do ato ou da decisão recorrida até que sobrevenha decisão final da autoridade competente.
A aplicação das sanções previstas neste Edital não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral dos danos causados.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes.
Quando a não conclusão do contrato referida no item anterior decorrer de culpa do contratado:
ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e
poderá a Administração optar pela extinção do contrato e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual
O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o contratante, quando esta não dispuser de créditos orçamentários

para sua continuidade ou quando entender que o contrato não mais lhe oferece vantagem.
A extinção nesta hipótese ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, desde que haja a notificação do contratado pelo contratante nesse sentido com pelo menos 2 (dois) meses de antecedência desse dia.
Caso a notificação da não-continuidade do contrato de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.
O contrato poderá ser extinto antes de cumpridas as obrigações nele estipuladas, ou antes do prazo nele fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.
Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.
A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o contrato.
Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.
O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:
Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;
Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;
Indenizações e multas.
O contrato poderá ser extinto caso se constate que o contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou atue na fiscalização ou na gestão do contrato, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau (art. 14, inciso IV, da Lei n.º 14.133, de 2021).

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da Unidade Gestora deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
UNIDADE ORCAMENTARIA:
02.003 - GABINETE DO PREFEITO
03.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
05.001 - SECRETARIA MUNICIPAL ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
06.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
07.002 – FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
08.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
09.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
10.001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
AÇÃO:
2004 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO GABINETE DO PREFEITO
2119 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR
2141 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO E PATRIMÔNIO
2142 - ADMINISTRAÇÃO DA GUARDA-MUNICIPAL
2144 - CONSELHO MUNICIPAL DE SEGURANÇA PÚBLICA
2011 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA ADMINISTRAÇÃO, FINANÇAS E PLANEJAMENTO
2067 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE
2107 - GESTÃO ADMINISTRATIVA DO FUNDO DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
2116 - BLOCO DA PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA
2120 – PROCADSUAS
2122 - BLOCO DE GESTÃO DESCENTRALIZADA DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO
2155 - PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS – CRIANÇA FELIZ
1032 - AÇÕES PARA AMPLIAÇÃO DO ACESSO AO ENSINO SUPERIOR
2015 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTO
2023 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO FUNDAMENTAL - PNATE/PETERN
2027 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO MÉDIO - PNATE/PETERN
2036 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR - ENSINO INFANTIL - PNATE/PETERN
2134 - FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA SALÁRIO EDUCAÇÃO – QSE
2093 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE 2104 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO ESPECIALIZADA EM MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE – MAC
2130 - MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA ATENÇÃO PRIMÁRIA EM SAÚDE - APS
2062 - FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE TURISMO, INFRAESTRUTURA E DESENV. URBANO
NATUREZA DA DESPESA:
3.3.90.39- OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO
FONTE:
15000000 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS
17040000 - TRANSFERÊNCIA DA UNIÃO REFERENTES A COMPENSAÇÕES FINANCEIRAS PELA EXPLORAÇÃO DE RECURSOS NATURAIS
17060000 - TRANSFERÊNCIA ESPECIAL DA UNIÃO
16600000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DO FUNDO NACIONAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL – FNAS
16610000 - TRANSFERÊNCIA DE RECURSOS DOS FUNDOS ESTADUAIS DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
15001001 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS - DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
15730000 - ROYALTIES E PARTICIPAÇÃO ESPECIAL DE PETRÓLEO E GÁS NATURAL VINCULADOS À EDUCAÇÃO - LEI Nº 12.858/2013
15530000 - TRANSFERÊNCIAS DE RECURSOS DO FNDE REFERENTES AO PROGRAMA NACIONAL DE APOIO AO TRANSPORTE ESCOLAR (PNATE) 15710000 - TRANSFERÊNCIAS DO ESTADO REFERENTES A CONVÊNIOS E INSTRUMENTOS CONGÊNERES VINCULADOS À EDUCAÇÃO
15500000 - TRANSFERÊNCIA DO SALÁRIO-EDUCAÇÃO
15001002 - RECURSOS NÃO VINCULADOS DE IMPOSTOS – DESPESAS COM AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE.
16000000 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. do SUS prov. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE 26003130 - TRANSF. FUNDO A FUNDO DE REC. DO SUS PROV. DO GOVERNO FEDERAL - BLOCO DE MANUT. DAS AÇÕES E SERVIÇOS PÚBLICOS DE SAÚDE - EMENDAS PARLAMENTARES DE COMISSÃO
16003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
26003120 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES DE BANCADA
16003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
26003110 - TRANSFERÊNCIAS DA UNIÃO DECORRENTES DE EMENDAS PARLAMENTARES INDIVIDUAIS
A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DOS CASOS OMISSOS

Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, Lei Municipal 190 de 2023, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente,

segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela Lei Complementar Municipal n° 190, de 2023, e pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.
O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).
Registros que não caracterizam alteração do contrato podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – PUBLICAÇÃO

Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.
Em se tratando de contratação por inexigibilidade, o contrato e seus aditamentos deverão ser divulgados em 10 dias úteis, contados da data de sua assinatura, conforme o inciso II do art. 94 da Lei nº 14.133, de 2021.

CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Upanema - Estado do Rio Grande do Norte para dirimir os litígios que decorrerem da execução deste Termo de Contrato que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133/21.
Pelas partes é dito que aceitam o presente instrumento em todos os seus termos. E, por estarem justos e contratados, firmam o presente instrumento, do **PROCEDIMENTO AUXILIAR - CREDENCIAMENTO Nº 03/2026,** em 02 (duas) vias de igual teor e forma, para que produza os seus efeitos de direito.

Upanema/RN, 13/08/2026.

ANTÔNIA KATIA MEDEIROS DA SILVA
Secretária Municipal de Administração, Finanças e Planejamento

AISAMAQUE DALYTON FAGUNDES CONCEIÇÃO
Secretaria Municipal de Agricultura e Meio Ambiente

MARIA MARILENE DA CRUZ SILVA XAVIER
Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Desporto

PEDRO RAMON MENDONÇA FERNANDES
Secretário Municipal de Governo e Patrimônio

JOSÉ GIVANILSON ROCHA GONÇALVES
Secretário Municipal de Turismo, Infraestrutura e Desenv. Urbano

JAKSON DIEGO DOS SANTOS BEZERRA
Secretário Municipal de Assistência Social

MARIA GORETH SALES DE OLIVEIRA
Secretária Municipal de Saúde

L E Pneus LTDA /
CNPJ: 08.576.605/0001-37
FRANCISCO EDILSON XAVIER REBOUÇAS SEGUNDO
CPF: 053.754.464-05
Credenciado/Contradado

TESTEMUNHAS:

NOME:
CPF:
RG:

NOME:
CPF:
RG:

Publicado por:
Antonio Carlos Viana Balbino
Código Identificador:8D03B14F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
EXTRATO DO TERMO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026

Dadas às informações constantes do processo administrativo abaixo discriminado, reconheço a **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 038/2026.**
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026.

ÓRGÃO CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrito no CNPJ nº: 08.168.940/0001-04.
EMPRESA CONTRATADA: 32.013.412 IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO / INSCRITA NO CNPJ SOB O Nº. 32.013.412/0001-52
OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens destinados à composição do Kit Natalidade, a ser concedido às gestantes acompanhadas pelo Grupo "Bem Gestar", vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Várzea/RN
VALOR GLOBAL: R$55.189,04 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS).

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:
UNIDADE: 10.001 - FUNDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 21890 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA/PAIF
NATUREZA DA DESPESA: 33.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE DE RECURSO:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 17 de agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:D324FEFD

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
TERMO AUTORIZATIVO DE DISPENSA Nº 038/2026

DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 038/2026.

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 077/2026.

OBJETO: Contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens destinados à composição do Kit Natalidade, a ser concedido às gestantes acompanhadas pelo Grupo "Bem Gestar", vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Várzea/RN

FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA: Art. 75, inciso II da Lei nº 14.133/2021.

CONTRATANTE: MUNICÍPIO DE VÁRZEA-RN, inscrita no CNPJ: 08.168.940/0001-04.

CONTRATADA: 32.013.412 IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO**,** inscrita no CNPJ sob nº. **32.013.412/0001-52**.

VALOR GLOBAL ESTIMADO: R$55.189,04 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS)..

Compulsado os autos do processo e considerando o disposto no **PARECER JURÍDICO** emitido por esta Procuradoria: **AUTORIZO** o processo de contratação direta em epígrafe, por Dispensa de Licitação, com fundamentação legal no Art. 75, inciso II, da Lei nº 14.133/2021.

Várzea/RN, 17 de agosto de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:19FFA787

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº194/2026 - GP

Várzea/RN, em 03 de agosto de 2026

NOMEIA MEMBROS PARA COMPOR A COMISSÃO DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO PARA ESCOLHA DOS GESTORES ESCOLARES.

O Prefeito do Município de Várzea, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,

CONSIDERANDO que o Município editou o DECRETO 008/2023 - GP de 29 de setembro de 2023 dispondo sobre as condições para a indicação de candidatos ao cargo de Diretor Escolar e à função de Vice-Diretor nas Unidades Municipais de Ensino de Várzea/RN.

CONSIDERANDO a Condicionalidade I do Art. 14, § 1º, inciso I, da Lei nº 14.113/2020
que trata dos critérios técnicos de mérito e desempenho para o provimento do cargo de gestor escolar.

R E S O L V E:
Art. 1º Ficam nomeados os membros abaixo relacionados para comporem a comissão do processo seletivo simplificado para escolha dos gestores escolares:

PRESIDENTE:
Vânia Pereira de Lima – CPF: 596.***.***-00

MEMBROS:
I – José Roberto Belo da Silva – CPF: 671.***.***-49
II – Maria Eduarda Agusto da Silva Alves – CPF: 707.***.*** - 50
III – Edivanio Belo da Silva – CPF: 829.***.***-68
IV – Rosenilda Mendes Gonzaga Clemente – CPF: 464.***.***-00

Art. 2º- Caberá a comissão ora instituída:
I – Elaborar o edital de seleção para o cargo de Gestor (a) ou Diretor (a) Escolar, contendo os critérios técnicos de mérito e desempenho;
II – Organizar o material de inscrição dos pretendentes ao cargo, com orientações claras e transparentes, evitando informações ambíguas e conflitantes;
III – Analisar a documentação das pessoas inscritas no processo de seleção, registrando as devidas observações e emitindo parecer de forma conjunta;
IV – Analisar os recursos interpostos, primando pela clareza, isonomia e equidade, além de observar o princípio da legalidade e da impessoalidade no processo de análise;
V – Organizar e realizar as entrevistas com os (as) candidatos (as) classificados (as);
VI – Emitir e enviar o resultado final do processo de seleção, após avaliar todos os recursos; e,
VII – Manter as documentações relativas ao processo devidamente organizadas e arquivadas.
IX - Apreciar pedidos de esclarecimentos e julgar pedidos de recursos impetrados em
qualquer etapa do Processo Seletivo;
X- Apresentar o resultado final da seleção dos cargos comissionados de Diretor Escolar para composição do banco de gestores escolares a serem nomeados pelo Chefe do Poder Executivo.

Art. 3º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GETULIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal de Várzea

Publicado por:
Norádia Faustino de Almeida Oliveira
Código Identificador:B5402781

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VENHA VER

GABINETE DO PREFEITO
LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE - PROTOCOLO N° 3194358/2026

PROTOCOLO n° 3194358/2026
INTERESSADO: VANESSA DE SOUSA LIMA
ASSUNTO: LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE

DECISÃO

Trata-se de requerimento administrativo em que servidor efetivo postula **LICENÇA POR PRÊMIO POR ASSIDUIDADE**, nos moldes do art. 102 da Lei Municipal n°. 018, de 30 de dezembro de 1997, que estabelece o Regime Jurídico Único, cria o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver.

É o breve relato.

Considerando os documentos constantes nos autos, bem como, as razões fáticas, as quais julgam-se procedentes; concomitantemente ao parecer jurídico, em sua integralidade e, ainda, de acordo com o art. 75 da Lei Municipal n°. 018, de 30 de dezembro de 1997 (Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver/RN), verificou-se que a concessão da referida está de acordo com a legislação vigente.

Assim, e com fundamento no Parecer Jurídico e em conformidade com as leis vigentes, **DEFIRO** o pleito administrativo, para a **LICENÇA PRÊMIO POR ASSIDUIDADE,** de 90 (noventa) dias em favor do servidor **VANESSA DE SOUSA LIMA**, a partir da data de 25 de agosto de 2026, em conformidade com o art. 102 da Lei Municipal n° 018, de 30 de dezembro de 1997, que estabelece o Regime Jurídico Único, cria o Estatuto dos Servidores Públicos Municipais de Venha-Ver.

Determino à juntada de cópia desta decisão para fins de arquivo.

Registre-se, Publique-se e Cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Venha-Ver/RN, Estado do Rio Grande do Norte, 17 de agosto de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

FRANCISCO ELISMARQUE FERNANDES BARRETO
Secretário de Administração e Tributação

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:C6335E98

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 120/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **JOSÉ RICARDO PESSOA**, matrícula nº 130121-7, cargo efetivo de Motorista, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 17 de agosto de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:5CF44D70

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 121/2026-GP

Dispõe sobre a concessão de férias a servidor da administração pública direta do município de Venha-Ver/RN.

O Prefeito Municipal de Venha-Ver, Estado do Rio Grande do Norte, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município,

RESOLVE:

Art. 1º Conceder 30 (trinta) dias de férias ao servidor **FERNANDO DE CARVALHO AQUINO**, matrícula nº 130281-7, cargo efetivo de Bioquímico, com lotação na Secretaria Municipal de Saúde.

Art. 2º As férias, referentes ao exercício de 2025/2026, serão usufruídas no período de 01 de setembro de 2026 a 30 de setembro de 2026, devendo o servidor retornar ao exercício de suas funções no dia 01 de outubro de 2026.

Art. 3º Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Registre-se. Publique-se. Cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Venha-Ver/RN, em 17 de agosto de 2026.

CLEITOM JÁCOME DA COSTA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Marcos Allan de Freitas Nunes
Código Identificador:EA4612A7

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VERA CRUZ

VERAPREV
TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 003/2026

PROCESSO Nº 05/2026
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE VERA CRUZ - VERAPREV.

TERMO DE ADJUDICAÇÃO DA DISPENSA Nº 003/2026

FUNDO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE VERA CRUZ – RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO o disposto no art. 75, II, da Lei Federal nº. 14.133/2021, para procedermos com a contratação de empresa para prestação dos serviços objeto acima.

RESOLVE:

1 – Adjudicar o objeto DISPENSA DE LICITAÇÃO junto à empresa, L M SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA, inscrito no CNPJ: 07.805.649/0001-29**,** para procedermos com a contratação acima identificado perfazendo a quantia total de R$ 1.140,00. (Um mil cento e quarenta reais)

2 – A presente despesa correrá à conta do orçamento geral vigente no exercício de 2026;

3 – O FUNDO DE PREVIDÊNCIA **SOCIAL DE VERA CRUZ – RN**efetuará o pagamento após o trâmite normal do processo de liquidação da despesa.

Vera Cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

LEOCLECIO LUIS DE PAIVA
Gerente de Previdência Social, do Fundo de Previdência Social de Vera Cruz –RN

Publicado por:
Leoclécio Luís de Paiva
Código Identificador:5E3A5CF5

VERAPREV
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 003/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 05/2026
ASSUNTO: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS GRÁFICOS, PARA ATENDER AS NECESSIDADES DO FUNDO PREVIDENCIÁRIO DE VERA CRUZ - VERAPREV.

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO DISPENSA Nº 003/2026

FUNDODE PREVIDÊNCIA SOCIAL DE VERA CRUZ – RN, no uso das atribuições que lhe são conferidas, e

CONSIDERANDO a necessidade da contratação de empresa especializada para o fornecimento do Objeto.

CONSIDERANDO a previsão orçamentária na LOA vigente e a existência de saldo orçamentário conforme atestado pelo setor competente;

CONSIDERANDO demais documentos da empresa escolhida em apenso aos autos;

CONSIDERANDO a justificativa de contratação e o Parecer Jurídico ambos apensos aos autos;

RESOLVE:

I – Homologar a DISPENSA DE LICITAÇÃO, ratificando a contratação da empresa, L M SERVGRÁFICA E COPIADORA LTDA, inscrito no CNPJ: 07.805.649/0001-29, que atendeu a todos os requisitos do Termo de Referência da Dispensa nº 003/2026, sendo assim, a mesma foi declarada vencedora perfazendo a quantia total de R$ 1.140,00. (Um mil cento e quarenta reais)

II – Determino ao setor competente a publicação da presente dispensa de licitação.

Vera cruz/RN, 17 de agosto de 2026.

LEOCLECIO LUIS DE PAIVA
Gerente de Previdência Social, do Fundo de Previdência Social de Vera Cruz – RN

Publicado por:
Leoclécio Luís de Paiva
Código Identificador:47499E6F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO E PLANEJAMENTO
PORTARIA N.º 119/2026 – GABINETE DO PREFEITO

O Prefeito Municipal de Florânia/RN, no uso de suas atribuições legais, em especial, o que dispõe a Lei Orgânica do Município e com fulcro no Artigo 65, inciso VI, da Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDOa Lei Municipal 609 de 04 de dezembro de 2008 que institui o direito à Licença Prêmio por assiduidade no âmbito da Administração Pública Municipal;
CONSIDERANDOrequerimento da própria servidora, protocolado pela Secretaria Municipal de Educação;
CONSIDERANDOoParecer Jurídico acerca da solicitação de licença da servidora:

RESOLVE:

Art. 1º. CONCEDER, a pedido, Licença Prêmio por Assiduidade, por um período de 90 (noventa) dias, a servidora público municipal **MARIA DALVANIR LUCIO SILVA GOMES,** professora, inscrita no Cadastro Funcional sob o nº 309, lotada na Secretaria Municipal de Educação, contados a partir do dia **18/08/2026** com término em **15/11/2026, nos termos das Leis Municipais n° 609/2008 e da Lei nº 955/2022 de 28 julho de 2022.**

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia / RN
Em 17 de agosto de 2026.

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito do Município

LAEDSON SILVA DE MEDEIROS
Sec. Mun. de Administração e Planejamento

Publicado por:
Andreia Kelly de Morais Dantas
Código Identificador:8DC96453

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 049/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 20/2026, DE 07 DE JULHO DE 2026.

R E S O L V E:

Art. 1º Fica concedida **01 (uma) meia diária, sem pernoite**, no valor de **R$ 150,00 (cento e cinquenta reais)**, à servidora **Neilanny Alexia Medeiros Araújo**, destinada ao custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana, em razão de seu deslocamento à cidade de **Natal/RN**, no dia **18 de agosto de 2026**, para participar do **Seminário Estadual Agosto Lilás – 20 Anos da Lei Maria da Penha**, realizado no **Auditório do IDEMA**, localizado na **Av. Alexandrino de Alencar**, em alusão ao mês de combate à violência contra a mulher, no exercício de suas atribuições funcionais.

Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.
Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 17 de Agosto de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:A146ED3B

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PORTARIA DE DIÁRIAS N.º 050/2026 – SMAS

Concede diária a servidor que especifica e dá outras providências.

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL DO MUNICÍPIO DE FLORÂNIA/RN, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS EM CONFORMIDADE COM O DECRETO MUNICIPAL Nº 20/2026, DE 07 DE JULHO DE 2026.
R E S O L V E:
Art. 1º Fica concedida **01 (uma) meia diária, sem pernoite**, no valor de **R$ 200,00 (duzentos reais)**, à servidora **Tasia Albuquerque Assunção Victor**, destinada ao custeio de despesas com alimentação e locomoção urbana, em razão de seu deslocamento à cidade de **Natal/RN**, no dia **18 de agosto de 2026**, para participar do **Seminário Estadual Agosto Lilás – 20 Anos da Lei Maria da Penha**, realizado no **Auditório do IDEMA**, localizado na **Av. Alexandrino de Alencar**, em alusão ao mês de combate à violência contra a mulher, no exercício de suas atribuições funcionais.
Art. 2º- Caso o(a) servidor(a) não apresente a comprovação da viagem, ficará impedido(a) de receber novas diárias, enquanto perdurar a irregularidade e passados 30 (trinta) dias após o retorno, será obrigado a restituí-las, cabendo à Secretaria de Finanças, na hipótese de descumprimento, o encaminhamento de relatório circunstanciado a Controladoria Geral do Município, que adotará as medidas cabíveis.

Art. 3º- Esta portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogada as disposições em contrário.

Dê-se ciência, publique-se e cumpra-se.

Palácio das Flores – Prefeitura Municipal de Florânia/RN
Em 17 de Agosto de 2026

JOELZIA TEIXEIRA DE MEDEIROS
Secretária Municipal de Assistência Social

SAINT CLAY ALCÂNTARA SILVA DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

Publicado por:
Tasia Albuquerque Assunção
Código Identificador:405E8F62

SETOR DE LICITAÇÕES
EXTRATO DE EDITAL - AVISO DE LICITAÇÃO
CONCORRÊNCIA 006/2026

O Município Florânia/RN torna público que a Concorrência Nº 006/2026, cujo objeto a **CONTRATACAO DE PESSOA JURIDICA ESPECIALIZADA PARA EXECUCAO DE OBRA DE PAVIMENTACAO EM PARALELEPIPEDOS DA RUA JOAQUIM JOSE DE ARAUJO, DA PRACA PADRE JOSE IBIAPINA E RUA PROJETA SITUADAS NA CIDADE DE FLORANIA.**, encontra-se publicado e sua sessão eletrônica será aberta às 08H:01 (horário de Brasília/DF) do dia 01/09/2026. O Edital e anexos encontram-se no site: www.portaldecompraspublicas.com.br. Florânia/RN, 17 de agosto de 2026.

ALEX SILVA DE AZEVEDO.
Agente de Contratação.

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:A95E01D8

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE ACARI

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO - CPL
TERMO DE HOMOLOGAÇÃO - DISPENSA ELETRÔNICA Nº 036/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 422/2026

OBJETO:**AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CALDEIRA VERTICAL A LENHA, NOVA E SEM USO, DESTINADA À GERAÇÃO DE VAPOR/ÁGUA QUENTE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN.**

TERMO DE HOMOLOGAÇÃO

O Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento de Acari/RN, no uso de suas atribuições legais e em consonância com o art. 22 do Decreto Municipal nº 062/2022, incisos IV do art. 71 da Lei n° 14.133/2021 e §1º do art. 6º da Lei Complementar nº 010/2022 e considerando a realização da**DISPENSA ELETRÔNICA Nº 036/2026**que teve como objeto a **AQUISIÇÃO DE 01 (UMA) CALDEIRA VERTICAL A LENHA, NOVA E SEM USO, DESTINADA À GERAÇÃO DE VAPOR/ÁGUA QUENTE PARA ATENDIMENTO DAS NECESSIDADES DO MATADOURO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE ACARI/RN**,conforme especificações constantes do Termo de Referência do**Aviso de Contratação Direta nº 036/2026**, **HOMOLOGO**por seus próprios fundamentos o presente certame, em favor das empresas:

MIRAINOX LTDA				**CNPJ Nº 02.627.690/0001-39**	
Relação dos itens vencidos					
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**UND**	**QTD**	**P. UNT R$**	**P. TOTAL R$**
	CALDEIRA VERTICAL A LENHA 100KGV/H EQUIPAMENTO CONSTRUÍDO SEPARADAMENTE PARA FACILITAR MANUTENÇÕES (BASE, CORPO, CAIXA DE FUMAÇA, CHAMINÉ FIXADOS POR FLANGES PARAFUSÁVEIS OU ENCAIXE DE SOBREPOR) ; PRESSÃO DE TRABALHO 07 KGF/CM² ; COMBUSTÍVEL: LENHA; QUANTIDADE DE PASSES: 01 CONTROLE DE NÍVEL DE ÁGUA COM 03 ELETRODOS DE NÍVEL E VISOR ALOCADOS EM GARRAFA DE NÍVEL ADJUNTA A CALDEIRA; VÁLVULA DE SEGURANÇA E INJETOR MANUAL CERTIFICADOS; TUBULAÇÃO A-178 E CHAPA A285. ESPELHOS E CORPO DA CALDEIRA DIMENSIONADOS POR MEIO DE CÁLCULO PMTA. CHAMINÉ METÁLICA CONSTRUÍDA EM AÇO CARBONO COM PINTURA PRETA COM 3 METROS DE COMPRIMENTO; MANÔMETRO 4"; ISOLAMENTO EM LÃ DE VIDRO COM REVESTIMENTO EM CHAPA GALVANIZADA OU INOX 430; DIVERSOS REGISTROS E CONEXÕES PARA INTERLIGAÇÃO DA TUBULAÇÃO; KIT AUTOMÁTICO COMPOSTO DE: BOMBA D'ÁGUA 4 ESTÁGIOS THEBE COM MOTOR WEG (INTERLIGADA COM A CALDEIRA POR TUBULAÇÃO PAREDE GROSSA EM AÇO GALVANIZADO), PAINEL DE CONTROLE (COMPOSTO POR SIRENE, BOTÃO DE EMERGÊNCIA, CHAVE LIGA/DESL., BOTÃO PARA ACIONAMENTO MANUAL DA BOMBA E CHAVE GERAL); REALIZADO TESTE HIDROSTÁTICO COM PRESSÃO DE 10,5 KGF/CM²; PRONTUÁRIO CONSTANDO AS INFORMAÇÕES DO EQUIPAMENTO ASSINADO POR ENGENHEIRO. EQUIPAMENTO NOVO SEM USO, COM GARANTIA E MANUAL DE OPERAÇÃO.	UND	01	60.373,00	60.373,00
TOTAL R$ (SESSENTA MIL TREZENTOS E SETENTA E TRÊS REAIS)					**60.373,00**

Ficam as empresas vencedoras intimadas para no prazo estipulado no **Aviso de Contratação Direta**, assinarem o Contrato Administrativo, sob pena de decadência do seu direito.

Acari (RN), 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO ARAÚJO DA SILVA
Secretário Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento

Publicado por:
Paulo César Rodrigues de Araújo
Código Identificador:B0244E13

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO
PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1263/2026

PORTARIA DE DIÁRIA Nº 1263/2026
A SECRETÁRIA MUNICIPAL DE SAÚDE CAICÓ(RN), no uso de suas atribuições legais que lhe são conferidas,

RESOLVE:

FAZER CONCESSÃO de 2 (duas) diárias com pernoite e de 1 (uma) diárias sem pernoite ao (à):

SERVIDOR (A):	**MONTGOMERY SILVA PINHEIRO**
CARGO:	**FONOAUDIÓLOGO**
MATRÍCULA:	002469511
DOCUMENTOS:	CPF: 059.xxx.xxx-84
LOTADO (A):	CER - CENTRO ESPEC. DE REABILITACAO III - SMS
HORÁRIO DE SAÍDA:	05:00 horas
TIPO DO TRANSPORTE:	**Veículo Oficial da SMS**
OBJETIVO DA VIAGEM:	
Participar do CINDI 2026 – Congresso Internacional de Neurodesenvolvimento Infantil, será realizado no Centro de Convenções de Natal/RN, do dia 20 a 22 de agosto de 2026.	

QUANT.	DESTINO	DATA	V. UNIT. R$	V. TOTAL R$
02	**Natal/RN**	**20.08.2026 e 21.08.2026**	**R$ 160,00**	**R$ 320,00**
01	**Natal/RN**	**22.08.2026**	**R$ 80,00**	**R$ 80,00**

Importa a quantia de R$ 400,00 (Quatrocentos Reais.)

PUBLIQUE-SE E CUMPRA-SE

Secretaria Municipal de Saúde, 17 de agosto de 2026.

GEDSON NOGUEIRA SANTOS
Secretário Municipal de Saúde

Publicado por:
Gildieide Pereira de Araújo
Código Identificador:C451AC3B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS

SECRETARIA DE GOVERNO
TERCEIRO TERMO ADITIVO REFERENTE AO TERMO DE CONTRATO Nº 001/2023 AO PREGÃO ELETRÔNICO Nº 025/2023 QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN E A ESCRITÓRIO: SISAEDUC SISTEMAS LTDA, CNPJ/MF Nº 37.512.587/0001-28

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE CARAÚBAS/RN**, Pessoa Jurídica de Direito Público, CNPJ: 08.349.102/0001-29, com sede na Praça Reinaldo Pimenta, 104, Centro, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, neste ato representado pelo seu Prefeito Municipal, o**Sr.PAULO GIVAGO BARRETO ALVES**, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade sob nº 2.xxx.x61-ITEP/RN, inscrito no CPF sob n.º 089.xxx.xxx-39, residente na Rua Francisco Diassis Fernandes, 400, Guido Gurgel, CEP: 59.780-000, Caraúbas/RN, doravante denominado **CONTRATANTE**, e de outro lado, escritório: **SISAEDUC SISTEMAS LTDA**, **CNPJ/MF nº 37.512.587/0001-28**, com sede na R Porto das Oficinas, 8873, Ponta Negra, CEP: 59.094-300, Natal/RN, neste ato representada pela **Sra. SARAH RAQUEL DA ROCHA SILVA**, inscrita no CPF sob nº 073.912.914-71, doravante denominado **CONTRATADA,RESOLVEM CELEBRAR O PRESENTE ADITIVO**, com integral observância ao inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, mediante as Cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

O presente Termo Aditivo tem por objeto a prorrogação da vigência contratual de 12 (doze) meses, bem como no Inciso ll, art. 57 da Lei 8.666/93, ao Termo de Contrato nº 001/2023, oriundo de Pregão Eletrônico nº 025/2023, cujo objeto é a **contratação de empresa especializada em fornecimento de sistema de gestão da educação em nuvem, mediante licença anual de uso, especificamente ferramentas de gestão de escolas, cursos, anos letivos, turmas, diários de classe, matrículas, com acesso para professores, diretores, secretários, coordenadores pedagógicos, alunos, pais, com emissão de documentos e relatórios, gestão de transporte escolar, merenda escolar, portal de ensino online, portal de notícias, *dashboad* com estatísticas de monitoramento do sistema educacional municipal, incluindo treinamento, manutenção e suporte técnico, com acesso via navegador web e aplicativo móvel para *Android e Ios***, de acordo com as especificações citadas no contrato originário, juntamente com os termos da proposta da CONTRATADA, que passam a integrar este instrumento, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA SEGUNDA – DA VALIDADE E EFICÁCIA

O Termo Aditivo em apreço tem vigência iniciada a partir da data de sua assinatura e vigerá por um período de 12 (doze) meses, ou até a conclusão do novo processo licitatório relativo ao objeto contratual, o que ocorrer primeiro, com eficácia legal após a publicação do seu extrato na Imprensa Oficial.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO REAJUSTE

Conforme cláusula sétima fica concedido o reajuste visando ao reajustamento de valores com base no (índice INPC/IBGE Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo) ou outro que venha a substituí-lo, divulgado pela Fundação Getúlio Vargas –FGV, arts. 2º e 3º da Lei Federal nº 10.192/2001, XI, art. 40, da Lei nº 8.666/93 e cláusula décima do Termo de Contrato nº 001/2023, de acordo com a tabela abaixo:

ITEM	DISCRIMINAÇÃO DO SERVIÇO	UND	QTD	VALOR UNIT. (R$)	VALOR UNIT. REAJUSTADO (R$)	VALOR TOTAL (R$) REAJUSTADO*
01	Fornecimento de sistema de gestão da educação em nuvem, mediante licença anual de uso, especificamente ferramentas de gestão de escolas e correlatos	Mensal	12	R$ 2.250,00	***R$ 2.562,31****	***R$ 30.747,72****
VALOR TOTAL						***R$ 30.747,72***

CLÁUSULA TERCEIRA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CLÁUSULAS DO CONTRATO ORIGINAL:

As questões decorrentes da execução deste instrumento, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas no Foro da Comarca de Caraúbas/RN, com exclusão de qualquer outro por mais privilegiado que seja.
Permanecem vigentes e inalteradas as demais cláusulas do Termo de Contrato nº 001/2023 oriundos de Pregão Eletrônico nº 025/2023 - Processo Administrativo n° 515014/2023, não alcançadas pelo presente aditivo, o qual é ratificado em todas as suas demais cláusulas e condições, passando a fazer parte integrante e complementar, a fim de que juntos produzam um único efeito de direito.

E para firmeza e como prova de assim haverem entre si ajustado e avençado, é lavrado o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, assinado pelas partes.

Caraúbas/RN, 14 de agosto de 2026.

Prefeitura Municipal de Caraúbas/RN	SISAEDUC Sistemas LTDA
PAULO GIVAGO BARRETO ALVES	***SARAH RAQUEL DA ROCHA SILVA***
Prefeito do Município de Caraúbas/RN	Representante Legal
(Contratante)	(Contratada)

Publicado por:
Joao Erasmo Silva de Freitas
Código Identificador:EB93B300

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CARNAÚBA DOS DANTAS

GABINETE DO PREFEITO
ATA DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

CHAMADA PÚBLICA Nº. 01/2026
PROCESSO N° 3767/2026
INTERESSADO: SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
ASSUNTO: ATA DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026 PARA AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME REGE O ART. 14, § 1º, DA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, ALTERADA PELA LEI Nº 14.660, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, E RESOLUÇÕES VIGENTES DO FNDE, NO ÂMBITO DO PNAE.

ATA DE ANALISE DOS DOCUMENTOS DA CHAMADA PÚBLICA Nº 01/2026

Aos (11) onze dias do mês de agosto de 2026 a Equipe de Contratação se reuniu no sentido de proceder ao julgamento dos documentos de habilitação e os projetos de venda apresentados pelas proponentes, objetivando a AQUISIÇÃO DE ALIMENTOS DIRETAMENTE DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO EMPREENDEDOR FAMILIAR RURAL, CONFORME REGE O ART. 14, § 1º, DA LEI Nº 11.947, DE 16 DE JUNHO DE 2009, ALTERADA PELA LEI Nº 14.660, DE 23 DE AGOSTO DE 2023, E RESOLUÇÕES VIGENTES DO FNDE, NO ÂMBITO DO PNAE. Iniciados os trabalhos constatou-se que atenderam ao Chamamento Público os seguintes interessados:

FORNECEDORES INDIVIDUAIS	
MARILUCE DANTAS	CPF: 566.069.404-78
MARIA DO SOCORRO DANTAS QUEIROZ	CPF: 028.337.094-71
HELAINE NATALY DA SILVA BARRETO	CPF: 067.866.684-96
MANOEL EUSTÁQUIO DANTAS	CPF: 061.338.524-10
JOSÉ OSMÁRIO DANTAS	CPF: 056.099.724-85
ANA LUCIA DANTAS	CPF: 241.628.094-53
MARIA LÚCIA DANTAS	CPF: 022.084.414-35
MARIA ROSELEIDE DANTAS DIAS	CPF: 022.087.794-79
MARCOS ANTÔNIO DANTAS	CPF: 067.919.324-30
AGRIPINO DANTAS	CPF: 038.116.824-74
ADIVANIA LUCIA DANTAS DOS SANTOS	CPF: 082.118.714-75
ELAINE MAIARA DANTAS	CPF: 108.021.494-13
IRDJA KALINE DANTAS DA SILVA	CPF: 014.251.844-13
IVETHE ARAUJO DE SOUZA	CPF: 068.931.674-74
FRANCISCA DA COSTA MEDEIROS	CPF: 019.921.884-70

GRUPOS FORMAIS	
COOPERATIVA AGROPECUARIA DO SERIDO	CNPJ: 08.460.693/0001-07

A HABILITAÇÃO

Foram recebidos os documentos de habilitação dos interessados, e esta Equipe de Contratação decide que os participantes listados no quadro abaixo atenderam ao Edital 01/2026 de Chamada Pública, ficando habilitados.

FORNECEDORES INDIVIDUAIS	
MARILUCE DANTAS	CPF: 566.069.404-78
MARIA DO SOCORRO DANTAS QUEIROZ	CPF: 028.337.094-71
HELAINE NATALY DA SILVA BARRETO	CPF: 067.866.684-96
MANOEL EUSTÁQUIO DANTAS	CPF: 061.338.524-10
MARIA LÚCIA DANTAS	CPF: 022.084.414-35
MARIA ROSELEIDE DANTAS DIAS	CPF: 022.087.794-79
MARCOS ANTÔNIO DANTAS	CPF: 067.919.324-30
JOSÉ OSMÁRIO DANTAS	CPF: 056.099.724-85
IRDJA KALINE DANTAS DA SILVA	CPF: 014.251.844-13
ELAINE MAIARA DANTAS	CPF: 108.021.494-13
ANA LUCIA DANTAS	CPF: 241.628.094-53
AGRIPINO DANTAS	CPF: 038.116.824-74
ADIVANIA LUCIA DANTAS DOS SANTOS	CPF: 082.118.714-75
IVETHE ARAUJO DE SOUZA	CPF: 068.931.674-74
FRANCISCA DA COSTA MEDEIROS	CPF: 019.921.884-70
GRUPOS FORMAIS	
COOPERATIVA AGROPECUARIA DO SERIDO	CNPJ: 08.460.693/0001-07

A COOPERATIVA AGROPECUARIA DO SERIDO - CNPJ: 08.460.693/0001-07, não apresentou o documento que trata o item 6.1.3, IX - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado no art. 40 a 42 da Resolução nº 04 do FNDE, de 26/02/2026, referente aos itens abaixo:

Item 39. QUEIJO DE COALHO - DESCRIÇÃO: DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO À VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER O REGISTRO NECESSÁRIO PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRECONIZADO PELO FNDE. BEM COMO PRAZO DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO.

Item 40. QUEIJO DE MANTEIGA - DESCRIÇÃO: DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO À VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER O REGISTRO NECESSÁRIO PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRECONIZADO PELO FNDE. BEM COMO PRAZO DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO.

Item 19. LEITE PASTEURIZADO - DESCRIÇÃO: LEITE IN NATURA PASTEURIZADO EM SACO DE 1LT TIPO B, PESO LÍQUIDO DE 1 LITRO, EMBALAGEM PLÁSTICA RESISTENTE, CONTENDO INFORMAÇÕES DE INGREDIENTES, COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL, DATA DE FABRICAÇÃO, PRAZO DE VALIDADE DE 3 A 5 DIAS A PARTIR DA DATA DE ENTREGA.

A senhora FRANCISCA DA COSTA MEDEIROS - CPF: 019.921.844-70, não apresentou o documento que trata o item 6.1.1, IV - documentação em atendimento aos requisitos higiênico-sanitários, conforme for o alimento a ser comercializado, de acordo com os normativos vigentes, regulamentado na Resolução CD/FNDE vigente e suas alterações (ou outra que venha a substituí-la), referente aos itens abaixo:

Item 25. MANTEIGA DO SERTÃO - DESCRIÇÃO: MANTEIGA DE 1ª QUALIDADE, QUE SE MANTENHA LÍQUIDA EM TEMPERATURA AMBIENTE. EMBALADA EM GARRAFA DE PLÁSTICO OU VIDRO TRANSPARENTE. COM DESCRIÇÃO NA EMBALAGEM DOS INGREDIENTE E PRAZO DE VALIDADE. EM GARRAFA DE 500ML.

Item 30. OVO DE GALINHA CAIPIRA OVOS DE GALINHA CAIPIRA, DE PRIMEIRA QUALIDADE. FRESCOS, LIMPOS, INTEIROS, SEM SUJIDADES, COM CASCA INTACTA E SEM RACHADURAS. OVOS NOVOS, COM GRAU DE MATURAÇÃO QUE PERMITA A MANIPULAÇÃO E TRANSPORTE. BANDEJAS DE 30 UNIDADES (GERALMENTE DE POLPA MOLDADA OU PLÁSTICO). FREQUENTEMENTE SOLICITADO COMO "TAMANHO MÉDIO" OU CONFORME PADRÕES DE INSPEÇÃO LOCAL. ORIUNDOS DA AGRICULTURA FAMILIAR (NECESSÁRIO DAP/CAF ATIVA). ENTREGA DOS OVOS EM ATÉ 24 OU 48 HORAS APÓS A POSTURA PARA GARANTIR A QUALIDADE, CONFORME O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR (PNAE).

Item 33. POLPA DE ACEROLA – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.

Item 34. POLPA DE CAJÁ – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.

Item 35. POLPA DE GOIABA – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.

Item 36. POLPA DE GRAVIOLA – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.

Item 37. POLPA DE MANGA – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.

Item 38. POLPA DE MARACUJÁ – 1KG - DESCRIÇÃO: POLPAS DE FRUTAS SELECIONADA, ISENTA DE CONTAMINAÇÃO. A EMBALAGEM DE 1 KG DEVE CONTER A VALIDADE DE NO MÍNIMO 06 A 01 ANO, COM OS REGISTROS OBRIGATÓRIOS DO MINISTÉRIO COMPETENTE, INGREDIENTES, E COMPOSIÇÃO NUTRICIONAL. DEVERÁ SER TRANSPORTADO EM CARRO REFRIGERADO OU CAIXAS DE ISOPOR CONFORME LEGISLAÇÃO VIGENTE DA SECRETARIA DA SAÚDE. ONDE DEVERÁ CHEGAR AO LOCAL DE DESTINO AINDA TOTALMENTE CONGELADA E SEM DANOS FÍSICOS NAS EMBALAGENS.
Item 39. QUEIJO DE COALHO - DESCRIÇÃO: DE 1ª QUALIDADE, EMBALADO À VÁCUO, EM SACO PLÁSTICO TRANSPARENTE E ATÓXICO, LIMPO, NÃO VIOLADO, RESISTENTE, QUE GARANTA A INTEGRIDADE DO PRODUTO ATÉ O MOMENTO DO CONSUMO. NA EMBALAGEM DEVERA CONTER O REGISTRO NECESSÁRIO PARA PRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL, PRECONIZADO PELO FNDE. BEM COMO PRAZO DE VALIDADE E DE FABRICAÇÃO.
A Equipe de Contratação decide que os interessados listados acima que deixaram de apresentar as documentações, terão um prazo de 5 (cinco) dias úteis para apresentação da documentação faltante, conforme item 6.2 do Edital: Na audiência de habilitação e seleção dos alimentos da agricultura familiar, sendo constatada a ausência ou desconformidade de qualquer desses documentos, poderá ser concedida abertura de prazo para sua regularização de até 5 (cinco) dias, conforme análise da comissão julgadora.
Decide também por analisar os projetos de vendas em ordem de prioridade, divulgando o resultado posteriormente.

CONCLUSÃO DOS TRABALHOS

Finalizada a sessão, a Agente de Contratação deu por encerrada a sessão, lavrando a presente Ata, que lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes.

Carnaúba dos Dantas/RN, 11 de agosto de 2026

MARIA LUIZA DE MEDEIROS DANTAS
Agente De Contratação

MARIA DE FÁTIMA SOARES SILVA
Equipe De Apoio

MAYARA JESSICA DANTAS
Equipe De Apoio

Publicado por:
Maria da Paz Dantas
Código Identificador:8B4265B5

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR

GABINETE DO PREFEITO
EDITAL Nº. 002/2026 CONCURSO PÚBLICO DO MUNICÍPIO DE EQUADOR/RN

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE EQUADOR/RN**, no uso de suas atribuições legais, torna pública a realização de **CONCURSO PÚBLICO** para provimento de cargos efetivos do quadro de pessoal da Administração Municipal. O certame será executado sob a responsabilidade técnica e operacional da **Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte - FUNCERN** e reger-se-á pelas disposições deste Edital, bem como pelas demais normas legais aplicáveis à espécie.

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

O Concurso Público será regido por este Edital, por seus anexos e eventuais retificações, e visa ao preenchimento de vagas para os cargos constantes do seu Anexo I, conforme especificações da respectiva legislação municipal, para atuarem no Município de Equador/RN, consoante detalhamento constante do Anexo I.
Este Concurso Público será coordenado e acompanhado por Comissão para Realização de Concurso Público, designada pelo Prefeito Municipal do Município de Equador, através da Portaria nº. 071/GPME, composta por membros da Prefeitura Municipal, e será executado pela **FUNDAÇÃO DE APOIO À EDUCAÇÃO E AO DESENVOLVIMENTO TECNOLÓGICO DO RIO GRANDE DO NORTE – FUNCERN.**
O prazo de validade deste Concurso Público será de 02 (dois) anos, contados a partir da data da publicação da homologação do Resultado Final no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN, podendo ser prorrogado uma única vez, por mais 02 (dois) anos, mediante ato administrativo próprio do Município de Equador.
A nomeação dos aprovados será regida pela respectiva legislação municipal que versar sobre cargos, funções e regime de trabalho.
A nomeação dos aprovados, conforme previsto no item 1.4, deste Edital, fica condicionada ao Município estar com o seu percentual de gasto de pessoal dentro dos limites permitidos pela Lei Complementar n.º 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).
Todas as publicações oficiais serão divulgadas no Diário Oficial da FEMURN e/ou no sítio eletrônico da **FUNCERN** (https://funcern.br/concursos/).
A pessoa candidata poderá obter o Edital deste Concurso Público por meio de download no sítio eletrônico da **FUNCERN** (https://funcern.br/concursos/).

DA COMISSÃO DE ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO DO CONCURSO

O Concurso Público será acompanhado e fiscalizado por Comissão de Fiscalização, designada designada pelo Prefeito Municipal do Município de Equador.
Competirá à Prefeitura Municipal de Equador/RN a homologação do Resultado Final do Concurso Público à vista do relatório apresentado pela Comissão Fiscalizadora Responsável, dentro de 30 (trinta) dias, contados da publicação do referido resultado.
A Comissão Fiscalizadora de acompanhamento dirimirá as dúvidas porventura existentes, cabendo à Fundação contratada — **FUNCERN** a criação dos instrumentos técnicos necessários à

inscrição, seleção e divulgação dos resultados, em seu site, além de todos os comunicados que se fizerem necessários.

DOS CARGOS, VAGAS, LOTAÇÃO, JORNADA DE TRABALHO, ATRIBUIÇÕES E SALÁRIOS

Os cargos de provimento, objeto do presente Concurso Público, são os constantes do Anexo I, deste Edital, que indicam o número de vagas, remunerações, requisitos, atribuições e cargas horárias.

A jornada de trabalho para os cargos será de **40 (quarenta) horas semanais ou 30 (trinta) horas semanais**, respeitadas as exceções contidas em legislação específica e observada a proporção entre a carga horária cumprida e **a** remuneração fixada para o respectivo cargo.
A pessoa candidata aprovada, ao ser convocada para admissão, será lotada no Município de Equador/RN. A unidade de lotação dentro do Município será determinada pelo próprio Município, envolvendo Zona Urbana e Zona Rural, de acordo com as necessidades da Administração Pública e demais especificações contidas na nomeação da pessoa candidata pelo Município, em conformidade com o cargo.

DAS VAGAS DESTINADAS À PESSOA COM DEFICIÊNCIA

Considerando o princípio da razoabilidade, do total de vagas destinadas a cada cargo e das que vierem a ser criadas, durante o prazo de validade do concurso, 5% (cinco por cento) serão reservadas às pessoas com deficiência, nos termos da Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015 (Estatuto da Pessoa com Deficiência), da Lei Federal nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000, do Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e do Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018**,** observados a habilitação técnica e os demais critérios previstos neste Edital.
Caso a aplicação do percentual de que trata o subitem 4.1, deste Edital resulte em número decimal, este deverá ser elevado até o primeiro número inteiro subsequente, nos termos do § 3º do artigo 1º, do Decreto Federal nº. 9.508/2018.
A elevação até o primeiro número inteiro subsequente será efetivada desde que não ultrapasse 20% (vinte por cento) das vagas ofertadas por cargo.
A reserva imediata de vaga para pessoas candidatas com deficiência será aplicada aos cargos cujo quantitativo de vagas permita a incidência do percentual mínimo de 5% (cinco por cento), desde que não seja ultrapassado o limite máximo de 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas para o respectivo cargo ou especialidade.
A pessoa candidata que se declarar com deficiência, resguardadas as condições especiais previstas na Lei Federal nº 13.146, de 6 de julho de 2015, no Decreto Federal nº 3.298, de 20 de dezembro de 1999, e no Decreto Federal nº 9.508, de 24 de setembro de 2018, participará do Concurso Público em igualdade de condições com as demais pessoas candidatas no que concerne ao conteúdo das provas, à avaliação e aos critérios de aprovação, ao horário e ao local

de aplicação das provas e à nota mínima exigida para aprovação.
Para concorrer a uma dessas vagas, a pessoa candidata deverá, no ato da inscrição, declarar-se pessoa com deficiência.
A pessoa candidata que não se declarar como pessoa com deficiência no ato de inscrição não poderá concorrer a tais vagas, não sendo, portanto, considerada pessoa com deficiência e figurando, assim, na concorrência ampla.
A pessoa candidata que se declarar com deficiência, caso aprovada, será convocada para avaliação biopsicossocial, realizada por equipe multiprofissional e interdisciplinar, destinada à verificação da caracterização da deficiência e do direito de concorrer às vagas reservadas, nos termos da legislação vigente. A compatibilidade entre as atribuições do cargo e a deficiência apresentada será avaliada durante o estágio probatório, mediante acompanhamento próprio e observadas as adaptações razoáveis necessárias.
As vagas definidas no subitem 4.1, que não forem providas por falta de pessoas candidatas com deficiência aprovadas serão preenchidas pelas demais pessoas candidatas, observada a ordem geral de classificação por cargo.

DAS VAGAS DESTINADAS ÀS PESSOAS NEGRAS (PRETAS E PARDAS) E DOS PROCEDIMENTOS DE HETEROIDENTIFICAÇÃO E SEUS RECURSOS

Fica assegurada às pessoas negras (pretas ou pardas) a reserva de no mínimo 20% (vinte por cento) das vagas oferecidas neste Concurso Público, nos termos do art. 1º, da Lei Estadual nº 11.015/2021.
A reserva de vagas de que trata o item 5.1 deste Edital será aplicada sempre que o número de vagas oferecidas no concurso público seja igual ou superior a 3 (três). Na hipótese de ocorrer quantitativo fracionado para o número de vagas reservadas a candidatos(as) negros(as), deverá esse número ser aumentado para o primeiro número inteiro imediatamente superior, em caso de fração igual ou maior que 0,5 (cinco décimos), ou diminuído para número inteiro imediatamente inferior, em caso de fração menor que 0,5 (cinco décimos).
A autodeclaração dos candidatos como pessoas negras (pretas ou pardas) realizada no ato da inscrição deste Concurso Público, nos termos da Lei Estadual n° 11.015/2021, e conforme afirmação na pergunta descrita no formulário de inscrição, será confirmada mediante **PROCEDIMENTO DE HETEROIDENTIFICAÇÃO** realizado por Comissão responsável pela validação das informações prestadas.
Serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação somente as pessoas candidatas inscritas como negras (pretas ou pardas) que obtiverem a pontuação estabelecida no subitem 13.3 e estiverem classificadas na Prova Objetiva até o limite de **5 (cinco) vezes o número de vagas reservadas às pessoas negras (pretas e pardas) para o respectivo cargo**, desde que não tenham sido eliminadas por quaisquer outros critérios estabelecidos neste Edital.

Todas as pessoas candidatas empatadas com a última colocada na Prova Objetiva, dentre o limite disposto no item 5.4, serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação.
As pessoas candidatas inscritas como negras (pretas ou pardas) que, embora tenham alcançado a nota mínima prevista no subitem 13.3, não estejam classificadas até o limite estabelecido no subitem 5.4 não serão convocadas para o procedimento de heteroidentificação e concorrerão apenas às vagas da ampla concorrência.
Para não ser eliminada do Concurso Público e ser convocada para o procedimento de heteroidentificação, a pessoa candidata inscrita como Pessoa com Deficiência e negra (preta ou parda) deverá atingir, no mínimo, a pontuação estabelecida no subitem 13.3, além de não ser eliminada por outros critérios estabelecidos neste Edital.
O processo de aferição das pessoas candidatas autodeclaradas negras (pretas ou pardas) se realizará por meio de avaliação dos **critérios fenotípicos**, a partir da qual será emitido um parecer que deferirá ou indeferirá a condição declarada pela pessoa candidata.
O fenótipo é definido como o conjunto de características do indivíduo, como exemplo, a cor da pele, a textura do cabelo e os formatos do rosto, lábios e nariz, que combinados ou não, permitirão ratificar ou invalidar a autodeclaração.
A aferição de cor/etnia negra (preta ou parda) NÃO se refere à apresentação de documentos (por exemplo, Certidão de Nascimento) ou à ascendência da pessoa candidata, ou seja, quem são seus pais, avós ou bisavós, mas tão somente às características físicas (fenótipo) da própria pessoa candidata.
Para aferição da autodeclaração como negra (preta ou parda) pela Comissão de Heteroidentificação, a pessoa candidata deverá comparecer no dia, horário e local indicados na convocação a ser publicada conforme o cronograma presente no Anexo V deste Edital.
Para a segurança e lisura do procedimento, todo o processo de aferição será gravado em vídeo e as imagens permanecerão sob a guarda da FUNCERN, resguardando os direitos de sigilo da pessoa candidata e dos membros da Comissão.
A gravação será utilizada tão somente para análise de eventuais recursos interpostos.
A pessoa candidata autodeclarada negra (preta ou parda) deverá preencher e entregar no momento da aferição o formulário de autodeclaração e a autorização de imagem, conforme os Anexos III e IV deste Edital.
No local indicado para ocorrer a aferição da autodeclaração perante a Comissão de Heteroidentificação a pessoa candidata negra (preta ou parda) realizará os seguintes procedimentos:
Se posicionará de frente para a câmera;
Responderá aos seguintes questionamentos:
"Você confirma a sua autodeclaração como pessoa candidata negra (preta ou parda)?";

"Você autoriza a gravação em vídeo e uso das imagens do procedimento de heteroidentificação pela FUNCERN?".

Mostrará o dorso de ambas as mãos para a câmera, conforme for orientado;
Fará os movimentos para visualização dos perfis de seu rosto, conforme for orientado.
Assinará declaração de comparecimento.
A pessoa candidata que se opuser à aferição da autodeclaração, que não comparecer ao procedimento de aferição ou que não autorizar sua gravação, acarretará a perda do direito à concorrência pela reserva de vagas para esse público.
Caso a autodeclaração da pessoa candidata negra (preta ou parda) seja indeferida, a pessoa candidata terá direito a recurso à Comissão de Heteroidentificação.
Para proceder à interposição de recurso contra o resultado da aferição, a pessoa candidata deverá acessar a Área do Candidato (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), no período informado no Anexo V e acionar a opção de interposição de recurso.
O recurso será analisado através das imagens gravadas durante o processo de aferição da autodeclaração da pessoa candidata.
Havendo necessidade, a pessoa candidata poderá ser convocada para comparecimento presencial perante a Comissão de Heteroidentificação. O não comparecimento presencial da pessoa candidata perante a referida Comissão acarretará a perda do direito à concorrência pela reserva de vagas para esse público.
O Resultado Preliminar da aferição da autodeclaração estará disponível na Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), na data prevista no Anexo V deste Edital.
Permanecendo o indeferimento da autodeclaração pela Comissão de Heteroidentificação e não sendo identificada má-fé ou fraude, a pessoa candidata será eliminada das listas destinadas para pessoas candidatas autodeclaradas negras (pretas ou pardas) e permanecerá nas demais listas a que tem direito.
Caso seja identificada pela Comissão a tentativa de fraude ou uso de má-fé, a pessoa candidata será eliminada do Concurso e perderá o direito à vaga.
A pessoa candidata nessa condição sofrerá as sanções penais cabíveis, em procedimento que lhe assegure o contraditório e a ampla defesa.
O não comparecimento da pessoa candidata ao procedimento de heteroidentificação perante a Comissão de Heteroidentificação ou o indeferimento final de sua autodeclaração, conforme o caso, implicará na perda do direito da pessoa candidata à concorrência às respectivas vagas.

DOS REQUISITOS EXIGIDOS PARA O PROVIMENTO

Em consonância com a legislação municipal aplicável e com as demais normas pertinentes aos concursos públicos, constituem requisitos para a investidura nos cargos objeto deste certame, além

dos demais previstos neste Edital:
– possuir nacionalidade brasileira ou portuguesa, esta última em condição de igualdade de direitos com os brasileiros, nos termos do art. 12, § 1º, da Constituição Federal;
– estar em pleno gozo dos direitos políticos;
– estar quite com as obrigações eleitorais e, quando aplicável, com as obrigações militares;
– possuir o nível de escolaridade e a habilitação profissional exigidos para o respectivo cargo, inclusive registro ou inscrição no órgão de classe competente, quando aplicável;
– ter idade mínima de 18 (dezoito) anos completos na data da posse;
– possuir aptidão física e mental para o exercício das atribuições do cargo, comprovada mediante exame médico admissional;
– apresentar declaração de bens e declaração de não acumulação ilegal de cargos, empregos ou funções públicas, ressalvadas as hipóteses de acumulação constitucionalmente admitidas; e
– não possuir condenação criminal pela prática de crime de violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos da Lei Federal nº 11.340, de 7 de agosto de 2006 (Lei Maria da Penha).
A pessoa candidata aprovada e classificada dentro do número de vagas neste Concurso Público, na forma estabelecida neste Edital, será nomeada no cargo, desde que atendidas ainda às seguintes exigências:
– apresentar, às suas expensas, atestado médico ocupacional expedido por médico do trabalho;
– firmar declaração de não estar cumprindo sanção por inidoneidade, aplicada por qualquer órgão público ou entidade da esfera federal, estadual ou municipal;
- firmar declaração de que não incorre em acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas, ressalvadas as hipóteses constitucionalmente permitidas;
– apresentar, no ato da apresentação, declaração ou certidão de órgãos públicos, em que a pessoa candidata exerça ou tenha exercido cargo público, nos últimos 05 (cinco) anos, atestando que a pessoa candidata não se encontra respondendo a processo administrativo disciplinar, nem teve contra si aplicada a pena de demissão;
– apresentar, no ato da apresentação, certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Justiça Estadual, Federal e Eleitoral, em primeiro e segundo graus;
– apresentar, no ato da apresentação, certidão negativa de antecedentes criminais emitida pela Polícia Federal;
– cumprir as disposições contidas neste Edital.

Os requisitos descritos no item 6.1 deste Edital deverão ser atendidos cumulativamente e a comprovação de atendimento deverá ser feita na data da apresentação da pessoa candidata, após a devida convocação, por meio de documentação original, juntamente com a respectiva cópia.
A falta de comprovação de qualquer um dos requisitos especificados no item 6.1 deste Edital impedirá a nomeação da pessoa candidata.
A declaração de acumulação de cargos, empregos e funções públicas deve ser apresentada no ato da posse.
Na hipótese de acumulação ilícita de cargos, empregos ou funções públicas constatadas na declaração constante do item 6.5, deverá ser observada a opção por um dos vínculos, sendo vedada a acumulação ilícita.

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS RELATIVAS ÀS INSCRIÇÕES

As inscrições serão efetuadas exclusivamente no sítio eletrônico da **FUNCERN**
(https://funcern.br/concursos), nas formas descritas neste Edital.
Antes de efetuar a inscrição, a pessoa candidata deverá tomar conhecimento do disposto neste Edital e em seus anexos e certificar-se de que preenche todos os requisitos exigidos.
A inscrição da pessoa candidata implicará o conhecimento e a expressa aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, em relação às quais não poderá alegar desconhecimento.
Não haverá, sob qualquer pretexto, inscrição provisória, condicional ou com documentação incompleta ou extemporânea.
A pessoa candidata poderá concorrer somente para um único cargo/especialidade, conforme discriminado no Anexo I, deste Edital, devendo indicá-lo no Requerimento de Inscrição.

A pessoa candidata poderá ter apenas 01 (UMA) inscrição válida neste Concurso Público, independentemente do nível de escolaridade, cargo/especialidade ou da condição de pagamento ou isenção. Havendo mais de uma inscrição, será validada apenas a última, ou seja, aquela de maior numeração, utilizando-se o CPF como critério de identificação.
Caso seja realizado pagamento referente a mais de 01 (UMA) inscrição, será validada apenas a inscrição de maior numeração, não se admitindo, em qualquer hipótese, a devolução, a compensação ou a transferência dos valores pagos referentes às demais inscrições.
O local, a data e o horário de realização das provas serão divulgados no Cartão de Inscrição, disponibilizado na forma e no prazo estabelecidos no Anexo V deste Edital.
A pessoa candidata deve informar necessariamente um endereço de e-mail no ato da inscrição.
As inscrições para o Concurso Público de que trata este Edital serão realizadas apenas via meio eletrônico (Internet), através do sítio da **FUNCERN** (https://funcern.br/concursos/), no período estabelecido no Cronograma, constante do Anexo V deste Edital.
A declaração falsa ou inexata dos dados constantes no Formulário de Inscrição on line determinará o cancelamento da inscrição e anulação de todos os atos dela decorrentes, em qualquer

época, sem prejuízo das sanções civis e penais cabíveis.
Será cobrada uma taxa de inscrição no valor de **R$ 120,00 (cento e vinte reais) para os cargos de Nível Médio e de R$ 180,00 (cento e oitenta reais) para os cargos de Nível Superior,** a ser paga exclusivamente mediante boleto bancário ou Chave PIX, emitida no ato da inscrição, na Área da Pessoa Candidata, não se admitindo, em qualquer hipótese, a devolução do valor pago.
Não serão aceitos PIX realizados mediante CNPJ da **FUNCERN**. O pagamento via PIX deve ser feito exclusivamente através da Chave PIX emitida no ato da inscrição, dentro da Área da Pessoa Candidata.
As informações constantes no Formulário de Inscrição são de inteira responsabilidade da pessoa candidata, eximindo-se o Município de Equador/RN e a **FUNCERN** de quaisquer atos ou fatos decorrentes de informações incorretas fornecidas pela pessoa candidata.
Após o envio eletrônico do Formulário de Inscrição, não será permitido substituir dados informados relativos ao número do CPF e à grafia do nome da pessoa candidata.
Poderão ser alterados, na Área da Pessoa Candidata disponibilizada no link https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026, até à data provável no Cronograma constante do Anexo V deste Edital, os dados para contato (endereço, telefone, e-mail) e a data de nascimento.
Os casos de necessidade de alteração de dados não previstos no subitem 7.16 devem ser enviados para análise pelo e-mail **concursoequador2026@funcern.br**.
A pessoa candidata que necessitar de condição especial para realizar as provas deverá especificar, na Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), no ato de inscrição, o tratamento diferenciado adequado e anexar laudo médico que ateste a necessidade, com expressa referência ao código correspondente da Classificação Internacional de Doenças (CID).
A solicitação de condições especiais para a realização das provas será atendida, obedecendo-se a critérios de viabilidade e de razoabilidade.
A pessoa candidata, amparada pela Lei Federal nº 13.872/2019, que tiver necessidade de amamentar durante a realização das provas, deverá requerer tal condição de atendimento especial no ato de inscrição e levar, no dia da aplicação das provas, um(a) acompanhante, maior de 18 anos, que ficará em sala reservada e que será responsável pela guarda da criança.
A pessoa candidata que não levar acompanhante não poderá levar a criança ao ambiente de realização de provas e, portanto, não poderá realizar a prova.
A inscrição da pessoa candidata implicará o conhecimento destas normas e o compromisso de cumpri-las.
A pessoa candidata que desejar atendimento pelo nome social deverá solicitá-lo exclusivamente por meio do e-mail concursoequador2026@funcern.br, durante o período de inscrições,

compreendido entre os dias 24/08/2026 e 17/09/2026, conforme o Cronograma constante do Anexo V deste Edital.
A solicitação deverá conter o nome civil, o nome social, o número do CPF, o número de inscrição e o cargo escolhido, devendo ser acompanhada de cópia legível de documento oficial de identidade com foto, destinada exclusivamente à conferência da identidade civil da pessoa solicitante.
Não serão aceitas outras formas de solicitação de atendimento pelo nome social, tais como via postal, presencial, telefone ou fax, nem solicitações encaminhadas fora do período estabelecido no subitem 7.23 deste Edital.
O nome civil permanecerá vinculado ao cadastro, com acesso restrito à FUNCERN e ao Município de Equador/RN, podendo ser utilizado apenas quando estritamente necessário à conferência da identidade, à segurança do certame ou ao cumprimento de obrigação legal.
O deferimento da solicitação de atendimento pelo nome social não dispensa a apresentação do documento oficial de identificação exigido no item 10.8 deste Edital.
A inscrição da pessoa candidata implicará o conhecimento e a aceitação das normas e condições estabelecidas neste Edital, não podendo alegar desconhecimento de qualquer de suas disposições, bem como o compromisso de cumpri-las integralmente.

DA ISENÇÃO DO PAGAMENTO DA TAXA DE INSCRIÇÃO

Terá direito à isenção do pagamento da taxa de inscrição a pessoa candidata amparada:
pelo Decreto Federal nº. 6.593, de 2 de outubro de 2008, publicado no Diário Oficial da União, de 3 de outubro de 2008, que, cumulativamente:
comprove inscrição no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), de que trata o Decreto nº. 11.016, de 29 de março de 2022; e
for membro de família de baixa renda, nos termos do Decreto nº. 11.016, de 29 de março de 2022.
pela Lei Federal nº. 13.656, de 30 de abril de 2018, que comprovar ser **efetivo** doador de medula óssea em entidades reconhecidas pelo Ministério da Saúde, mediante comprovante atualizado de cadastramento expedido por Hemocentro Regional e/ou carteira expedida pelo Registro Nacional de Doadores Voluntários de Medula Óssea (REDOME) e da efetiva doação.
doadores de sangue, nos termos da Lei Estadual nº. 5.869/1989 e do Decreto nº. 19.844/2007, devendo a pessoa candidata apresentar:

Carteira de Doador; e
Declaração, emitida pelo órgão competente, de que efetuou, no mínimo, 03 (três) doações de sangue nos últimos 12 (doze) meses anteriores à publicação deste Edital;

nos termos da Lei Estadual nº. 9.643/2012, que tenha prestado serviço à Justiça Eleitoral, devendo a pessoa candidata cumprir os requisitos da referida Lei, apresentando documento

comprobatório (cópia da declaração ou diploma expedido pela Justiça Eleitoral com a função desempenhada, o turno e a data da eleição) de que prestou serviços à Justiça Eleitoral por, no mínimo, duas eleições, consecutivas ou não, sendo que cada turno é considerado como uma eleição.
Para requerer a isenção de pagamento da taxa de inscrição, a pessoa candidata deverá, no período informado no Cronograma constante do Anexo V deste Edital, realizar os seguintes procedimentos:
acessar a Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026/);

preencher o formulário de Requerimento de Isenção;
no caso de pessoa candidata inscrita no CadÚnico, selecionar a caixa de seleção do formulário "Solicitar isenção", clicar no botão "Solicitar isenção" para finalizar a solicitação - ao solicitar a isenção, o sistema verificará, nos prazos previstos no Anexo V deste edital, pelo seu CPF, a sua situação no Cadastro Único para Programas Sociais do Governo Federal (CadÚnico), conforme o Decreto nº 11.016/2022.
no caso de pessoa candidata doadora de sangue ou de medula óssea ou de serviço prestado à Justiça Eleitoral, deve apresentar/juntar documento expedido pelos respectivos órgãos comprovando os requisitos exigidos em lei para a isenção.
O Resultado Preliminar do Requerimento de Isenção e o respectivo Resultado Definitivo serão divulgados a partir das datas informadas no Cronograma constante do Anexo V deste Edital, ambos na Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026) e no site da FUNCERN (https://funcern.br/concursos/).
A pessoa candidata poderá interpor recurso contra o Resultado Preliminar, **exclusivamente por meio da Área da Pessoa Candidata, no período estabelecido no Cronograma constante do Anexo V deste Edital**, não sendo admitidos recursos apresentados por qualquer outro meio ou fora do prazo previsto.
Caso a pessoa candidata não seja contemplada com a isenção, a sua inscrição só será confirmada após o pagamento da taxa de inscrição. Este pagamento deverá ser realizado até a data informada no Cronograma, constante do Anexo V deste Edital.

DAS ETAPAS DO CONCURSO PÚBLICO

Para os **CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR**, o Concurso Público, objeto deste Edital, será realizado em 02 (duas) etapas:

1ª) Avaliação de conhecimentos teóricos, mediante a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha**, de caráter eliminatório e classificatório.
2ª) Avaliação curricular, mediante **Prova de Títulos**, de caráter classificatório, exclusivamente para cargos de nível superior, obedecendo aos critérios estabelecidos no item 12.7 deste Edital.

Para **CARGOS DE NÍVEL MÉDIO,** o Concurso Público, objeto deste Edital, será realizado em 01 (uma) etapa, consistente em avaliação de conhecimentos teóricos, mediante a aplicação de **Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha**, de caráter eliminatório e classificatório.
As pessoas candidatas aprovadas neste Concurso Público serão convocadas, observada estritamente a ordem de classificação no cargo para o qual se inscreveu para realização dos procedimentos pré-admissionais (comprovação de requisitos para o exercício do cargo e exames médicos) de caráter eliminatório e de responsabilidade do Município, de acordo com o respectivo cargo.
Serão considerados documentos de identidade para os fins deste Concurso Público: carteiras expedidas pelos Comandos Militares, pelas Secretarias de Segurança Pública, pelos Institutos de Identificação e pelos Corpos de Bombeiros Militares; carteiras expedidas pelos órgãos fiscalizadores de exercício profissional (ordens, conselhos etc.); passaporte; certificado de reservista; carteiras funcionais do Ministério Público; carteiras funcionais expedidas por órgão público que, por lei federal, tenha o mesmo valor legal como identidade; Carteira de Trabalho e Previdência Social; carteira nacional de habilitação (modelo aprovado pelo artigo 159 da Lei n°. 9.503, de 23 de setembro de 1997, publicada no Diário Oficial da União de 24 de setembro de 1997, e modelo digital).
Caso a pessoa candidata esteja impossibilitada de apresentar, no dia de realização das provas, documento de identidade original, por motivo de perda, furto ou roubo, deverá ser apresentado documento que ateste o registro da ocorrência em órgão policial, expedido há, no máximo, 30 (trinta) dias da data de realização da prova objetiva.
Não serão aceitos como documentos de identidade: certidão de nascimento, título eleitoral, carteira de motorista (modelo antigo), carteira de estudante, carteira funcional sem valor de identidade, nem documentos ilegíveis, não identificáveis e/ou danificados, que definitivamente não identifiquem o portador do documento.
Não será aceita cópia do documento de identidade, ainda que autenticada, bem como protocolo de documento.
O documento oficial de identidade emitido com prazo de validade, quando apresentado pela pessoa candidata, não poderá estar com data de validade vencida, como, por exemplo, passaporte e carteira de identidade/RG emitida para menor de idade.
Por ocasião da realização das provas, a pessoa candidata que não apresentar documento de identidade original, na forma definida no subitem 9.4 deste Edital, não fará as provas e será automaticamente eliminada do Concurso Público.
O documento deverá estar em perfeitas condições, de forma a permitir, com clareza, a identificação da pessoa candidata e sua assinatura.
São de responsabilidade exclusiva da pessoa candidata a identificação correta do local de realização das provas escritas e o comparecimento no horário determinado.
As Provas Escritas Objetivas de Múltipla Escolha serão, preferencialmente, realizadas na cidade

de Equador/RN, podendo, no entanto, ser aplicadas nos municípios circunvizinhos.
A pessoa candidata deverá observar atentamente o disposto no Edital de publicação, especificamente, no tocante aos horários e locais/cidades de realização das provas, inclusive ficando atento quanto à possibilidade da existência de endereços similares e/ou homônimos. É recomendável, ainda, visitar com antecedência o local de realização da respectiva prova.

DA PROVA OBJETIVA DE MÚLTIPLA ESCOLHA

10.1. A **Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha**, de caráter eliminatório e classificatório, terá duração de **03 (três) horas**, para realização da prova e preenchimento da Folha de Respostas, e será aplicada para todas as pessoas candidatas, conforme a seguir:
a prova objetiva de conhecimentos para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR** constará de **30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha**, cada uma com 04 (quatro) alternativas de resposta e apenas uma correta e abrangerá o conteúdo programático, constante do Anexo II, deste Edital, sendo: 15 (quinze) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos, conforme quadro abaixo:

CARGOS NÍVEL SUPERIOR	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	TOTAL DA DISCIPLINA
TODOS OS CARGOS DE NÍVEL SUPERIOR, exceto Profissionais da Educação. (Cargos nº. 9,10,11,12,13,14, 15,16,17,18 e 22)	LÍNGUA PORTUGUESA	15	Questões de N°. 01 a 15 = 30,00 pontos (2,00 cada)	**30,00**
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	Questões de N°. 16 a 30 = 60,00 pontos (4,00 cada)	**60,00**
TOTAL DA PROVA		**30**	-	**90,00**

a prova objetiva de conhecimentos para os cargos de **NÍVEL SUPERIOR – PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO,** constará de **30 (trinta) questões objetivas de múltipla escolha**, cada uma com 04 (quatro) alternativas de resposta e apenas uma correta e abrangerá o conteúdo programático, constante do Anexo II deste Edital, sendo: 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Didática e 15 (quinze) questões de Conhecimentos Específicos, quadro abaixo:

CARGOS NÍVEL SUPERIOR	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	TOTAL DA DISCIPLINA
TODOS OS CARGOS DE PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO, (Cargos nº 1, 2, 3,4, 5, 6, 7, e 8)	DIDÁTICA	05	Questões de N°. 01 a 05 = 20,00 pontos (4,00 cada)	**20,00**
			Questões de N°. 06 a 15 =	

	LÍNGUA PORTUGUESA	10	20,00 pontos (2,00 cada)	**20,00**
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	Questões de N°. 16 a 30 = 60,00 pontos (4,00 cada)	**60,00**
TOTAL DA PROVA		**30**	-	**100,00**

a prova objetiva de conhecimentos para os cargos de **NÍVEL MÉDIO**, constará **de 30 (trinta)**

questões objetivas de múltipla escolha, cada uma com 04 (quatro) alternativas de resposta e apenas uma correta e abrangerá o conteúdo programático, constante no Anexo II deste Edital, sendo: 10 (dez) questões de Conhecimentos da Língua Portuguesa, 05 (cinco) questões de Informática e 15 (quinze) de Conhecimentos Específicos, conforme o quadro abaixo:

CARGOS NÍVEL MÉDIO	DISCIPLINAS	Nº. DE QUESTÕES	VALOR DAS QUESTÕES	TOTAL DA DISCIPLINA
TODOS OS CARGOS DE NÍVEL MÉDIO (Cargos nº. 19, 20 e 21)	LÍNGUA PORTUGUESA	10	Questões de N°. 01 a 10 = 30,00 pontos (3,00 cada)	**30,00**
	INFORMÁTICA	05	Questões de N°. 11 a 15 = 10,00 pontos (2,00 cada)	**10,00**
	CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS	15	Questões de N°. 16 a 30 = 60,00 pontos (4,00 cada)	**60,00**
TOTAL DA PROVA		**30**	-	**100,00**

A Legislação com data de vigência posterior à data de publicação deste Edital, bem como alterações em dispositivos legais e normativos posteriores à publicação deste Edital, não será objeto de avaliação nas provas de conhecimentos deste Concurso Público.
As provas serão aplicadas no Município de Equador/RN e/ou nos municípios circunvizinhos ao Município de Equador/RN ou da região, ficando a critério da FUNCERN a distribuição das pessoas candidatas, de acordo com a mais adequada e segura logística de aplicação de provas.
A data provável de aplicação das provas está indicada no Anexo V deste Edital.
A data definitiva, o local e o horário de realização das provas serão divulgados no Cartão de Inscrição da pessoa candidata, disponibilizado na Área do Candidato (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026) no período estabelecido no Anexo V deste Edital.
A pessoa candidata só poderá realizar as provas no dia e local especificados pela FUNCERN, não havendo, em hipótese alguma, segunda chamada.
O acesso ao local onde se realizarão as provas ocorrerá com uma hora de antecedência do horário de início das provas e perdurará até 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas.
A pessoa candidata que chegar após o horário estabelecido no item 10.7 deste Edital, não terá acesso ao local de realização das provas e, como consequência, será eliminado do Concurso Público.
Os portões do local de provas serão fechados pontualmente 15 (quinze) minutos antes do horário de início das provas, devendo a pessoa candidata chegar ao local com, no mínimo, 30 (trinta) minutos de antecedência para o fechamento dos portões.
O início da aplicação das provas ocorrerá no local e horário exatos, previstos no Cartão

de Inscrição da pessoa candidata.
A pessoa candidata deverá comparecer ao local designado para a realização das provas munida, exclusivamente, de documento de identificação, de cartão de inscrição e de caneta esferográfica, de tinta nas cores preta ou azul, confeccionada em material transparente, ressalvando que:
Não será permitido à pessoa candidata portar ou utilizar armas, **qualquer tipo de relógio**, incluindo relógio analógico, relógio digital, smartwatch ou qualquer outro dispositivo com função de marcação de tempo, equipamentos eletrônicos (como telefone celular, calculadora, tablet, notebook e câmera fotográfica), materiais didáticos e de escritório (como dicionário, apostila, livro, anotações, corretivo líquido, lápis grafite, lapiseira e borracha) e materiais pessoais (como boné, óculos escuros ou vestimenta que cubra a cabeça), inclusive aparelhos auditivos que não tenham sido previamente solicitados como recurso de atendimento especial, conforme o item 7.18.
a pessoa candidata poderá depositar o(s) equipamento(s) eletrônico(s) no envelope plástico fornecido pelo fiscal da sala.
o(s) equipamento(s) eletrônico(s) deverá(ão) estar desligado(s) e, preferencialmente, sem bateria.
a **FUNCERN** não se responsabilizará por perdas ou extravios de objetos durante a realização das provas.
o envelope plástico deverá ser lacrado pela pessoa candidata na presença do fiscal da sala, devidamente identificado com nome e número de inscrição pela própria pessoa candidata e mantido pela mesma até se retirar definitivamente do local de provas.
será eliminada do concurso a pessoa candidata que for surpreendida portando materiais descritos no subitem 10.8, alínea "a", deste Edital, ou se o(s) equipamento(s) eletrônico(s) emitir(em) qualquer efeito sonoro, inclusive de vibração, durante a aplicação das provas.

Cada pessoa candidata receberá um Caderno de Provas, de acordo com o disposto no item 10.1 e uma Folha de Respostass.
Na primeira hora de aplicação das provas, a pessoa candidata será identificada e deverá assinar a Ficha de Identificação Individual, a Folha de Respostass e a capa do Caderno de Provas.
Na Folha de Respostass constarão, entre outras informações, o nome da pessoa candidata, seu número de inscrição, a opção de cargo/especialidade e o número do seu documento de identificação.
A pessoa candidata deverá verificar se os dados constantes na Folha de Respostass estão corretos e, se constatado algum erro, comunicá-lo imediatamente ao fiscal da Sala.
A pessoa candidata terá inteira responsabilidade sobre sua Folha de Respostass e

não deverá rasurá-la, dobrá-la, amassá-la ou danificá-la, pois esta não será substituída por esses motivos.
Na Folha de Respostass, a pessoa candidata deverá marcar, exclusivamente, a opção que julgar correta para cada questão, seguindo, rigorosamente, as orientações ali contidas e usando uma caneta esferográfica de tinta na cor preta ou azul, fabricada em material transparente.
Não será permitido que as marcações na Folha de Respostass sejam feitas por outra pessoa, salvo em caso de pessoa candidata que tenha solicitado condição especial para esse fim, deferida pela **FUNCERN**.
A pessoa candidata que deixar questão sem marcação ou com mais de uma marcação, na Folha de Respostass, não pontuará na respectiva questão.
A pessoa candidata que, por qualquer motivo, se ausentar do prédio onde estiver realizando as provas não mais terá acesso ao referido local.
Ao retirar-se definitivamente da sala de provas, a pessoa candidata deverá entregar ao fiscal a Folha de Respostas e o Caderno de Provas.
Em momento algum a pessoa candidata poderá se retirar definitivamente da sala de provas com o Caderno de Provas, devendo sempre entregar ao fiscal da Sala.
No dia de realização das provas, não serão fornecidas, por qualquer membro da equipe de aplicação das provas ou pelas autoridades presentes, informações referentes ao seu conteúdo ou aos critérios de avaliação e de classificação.

Os Gabaritos Oficiais Preliminares das Provas Objetivas serão divulgados no sítio da FUNCERN (https://funcern.br/), preferencialmente, na mesma data da aplicação das provas.

DOS RECURSOS DA PROVA OBJETIVA

A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o Gabarito Oficial Preliminar de cada Prova Objetiva poderá fazê-lo no período constante no Anexo V deste Edital.

Para interpor recurso, a pessoa candidata deverá:

preencher o formulário específico de Requerimento disponível na Área do Candidato (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), com os argumentos recursais; e

enviar eletronicamente o requerimento (recurso).

O recurso não poderá conter qualquer informação que leve à identificação da pessoa candidata.

O recurso que contiver identificação da pessoa candidata no texto recursal não será admitido e, consequentemente, seu mérito não será julgado.

A pessoa candidata deverá consultar, no Anexo V deste Edital, o cronograma para ciência do dia da resposta do respectivo recurso.

Se houver alteração de resposta de Gabarito Oficial Preliminar, esta valerá para todas as pessoas

candidatas, independentemente de terem recorrido ou não.

Na hipótese de alguma questão de múltipla escolha vir a ser anulada, o seu valor em pontos será contabilizado em favor de todas as pessoas candidatas que participaram da respectiva prova.

Os Gabaritos Oficiais Definitivos das Provas Objetivas serão divulgados no sítio da **FUNCERN** (https://funcern.br/), na data definida no Anexo V deste Edital.

DA PROVA DE TÍTULOS

A pessoa candidata de cargo de Nível Superior que obtiver nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos na Prova Objetiva estará habilitada para a Prova de Títulos.

Na Prova de Títulos a pessoa candidata deverá apresentar a titulação constante no item 12.7 deste Edital, mediante protocolo virtual na Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), no período informado no Cronograma, constante do Anexo V deste Edital.

Cada pessoa candidata poderá protocolar até 02 (dois) arquivos em formato PDF (portable document format), sendo cada arquivo de no máximo 2,0 MB (dois megabytes).

Após protocolados os arquivos, a pessoa candidata não poderá alterá-los, de modo que a Prova de Títulos será avaliada estritamente pelos documentos anexados na Área da Pessoa Candidata.

Não haverá, em hipótese alguma, recebimento de documentação para a Prova de Títulos em via física ou por e-mail.

Avaliados os títulos, será emanado na Área da Pessoa Candidata o Resultado Preliminar da Prova de Títulos. Deste resultado a pessoa candidata poderá interpor recurso no prazo indicado no Anexo V deste Edital, exclusivamente através da Área da Pessoa Candidata, sendo vedada a juntada de novos documentos quando da interposição do recurso.

A pessoa candidata que desejar interpor recurso contra o Resultado Preliminar da Prova de Títulos poderá fazê-lo no período constante no Anexo V deste Edital.

Para interpor recurso administrativo, a pessoa candidata deverá:

preencher o formulário específico de requerimento disponível na Área da Pessoa Candidata (https://inscricoes.funcern.org/e/concurso-equador-2026), com os argumentos recursais; e

enviar eletronicamente o requerimento.

O recurso não poderá conter qualquer informação que leve à identificação da pessoa candidata.

O recurso que contiver identificação da pessoa candidata no texto recursal não será admitido e, consequentemente, seu mérito não será julgado.

Julgados os recursos, será emanado na Área da Pessoa Candidata o Resultado Definitivo da Prova de Títulos.

Quando da convocação para apresentação dos documentos para posse, a pessoa candidata

aprovada deverá apresentar a via original de cada documento apresentado na Prova de Títulos, sob pena de eliminação do certame.

A Prova de Títulos valerá no máximo 06 (seis) pontos, conforme tabela abaixo:

FORMAÇÃO E QUALIFICAÇÃO PROFISSIONAL			
ITEM	**TÍTULAÇÃO ACADÊMICA (*)**	**PONTUAÇÃO UNITÁRIA** (PDF de 2,0 MB cada)	**ONTUAÇÃO MÁXIMA**
01	**Pós-graduação Stricto Sensu – Título de DOUTOR,** expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	06	06
02	**Pós-graduação Stricto Sensu – Título de MESTRE,** expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal.	04	04
03	**Pós-graduação Lato Sensu –Título de ESPECIALISTA,** expedido ou revalidado por instituição de ensino superior reconhecida pelo Governo Federal, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.	02	02
PONTUAÇÃO MÁXIMA		-	**06**

Serão considerados habilitados para a Prova de Títulos as pessoas candidatas que obtiveram nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos na Prova Objetiva.

Somente serão analisados os Títulos, expedidos ou revalidados por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC.

Somente serão analisados os Títulos de Especialista, expedidos ou revalidados por instituição de ensino superior reconhecida pelo Ministério da Educação - MEC, com carga horária mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas.

Somente será computado 01 (UM) TÍTULO, sendo este o de maior pontuação.

DOS CRITÉRIOS DE CLASSIFICAÇÃO E DESEMPATE

O Resultado Final deste Concurso Público será aferido pelos pontos obtidos na Prova Escrita Objetiva de Múltipla Escolha para os cargos de **Nível Médio**.

Para os cargos de **Nível Superior**, o Resultado Final será a soma das notas obtidas na Prova Objetiva de Múltipla Escolha e na Prova de Títulos.

Serão consideradas habilitadas as pessoas candidatas que obtiverem nota igual ou superior a 50,00 (cinquenta) pontos, e aprovados os que estiverem dentre o limite do número de vagas estabelecidas.

As Folhas de Respostas das Provas Objetivas serão corrigidas por sistema eletrônico de computação.

A soma das notas das Provas Objetivas corresponderá ao total de **100 (cem) pontos**, exceto para os **cargos de nível superior que não integram os Profissionais da Educação**, cuja pontuação máxima será de **90 (noventa) pontos**.

Cada questão terá o valor estipulado conforme estabelecido no subitem 10.1 deste

Edital.

Para os cargos de Nível Superior não serão habilitados para a Prova de Títulos as pessoas candidatas que obtiverem nota inferior a 50,00 (cinquenta) pontos na Prova Escrita Objetiva.
A Nota da Prova Escrita será o produto entre o número de acertos nas Provas Objetivas e o valor de cada questão.
As pessoas candidatas habilitadas serão classificadas, para o respectivo cargo, em ordem decrescente da classificação final.
A nota final para os cargos de Nível Superior será obtida pela soma das notas de cada etapa (Provas Objetivas e Prova de Títulos).
Em caso de empate, será dada preferência, na seguinte ordem, à pessoa candidata que:

tiver idade igual ou superior a 60 (sessenta) anos, conforme o art. 27, parágrafo único, da Lei nº 10.741/2003;
obtiver maior nota na Prova de Títulos, quando for o caso;
obtiver maior nota na Prova Objetiva de Conhecimentos Específicos;
obtiver maior nota na Prova Objetiva de Língua Portuguesa;
obtiver maior nota na Prova Objetiva de Didática, quando for o caso;
obtiver maior nota na Prova Objetiva de Informática, quando for o caso;
tiver maior idade.

O Resultado Final do Concurso Público será divulgado no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN e/ou no sítio da FUNCERN (https://funcern.br/), na data prevista no Cronograma, constante no Anexo V deste Edital.
Serão emitidas relações específicas de classificação das pessoas candidatas com deficiência e das pessoas candidatas negras (pretas ou pardas) aprovadas, cujos nomes figurarão também na lista de classificação correspondente às vagas de ampla concorrência, caso aprovadas dentro do número de vagas oferecidas para esse segmento.

DA HOMOLOGAÇÃO

14.1 O Resultado Final do Concurso Público será homologado pela Prefeitura Municipal de Equador/RN, de acordo com o cargo, e publicado no Diário Oficial da FEMURN, em até 30 (trinta) dias após a publicação do Resultado Final.

DA CONVOCAÇÃO PARA PROVIMENTO DO CARGO

Concluído este Concurso Público e homologado o Resultado Final, a concretização do ato de convocação das pessoas candidatas aprovadas dentro do número de vagas ofertadas neste Edital

obedecerá à estrita ordem de classificação, ao prazo de validade deste Concurso Público e ao cumprimento das disposições legais pertinentes.
A pessoa candidata aprovada e classificada no Concurso Público de que trata este Edital será nomeada para os cargos de provimento descritos no **Anexo I deste Edital**, devendo ser observado o número de vagas neles estabelecidas.
A pessoa candidata aprovada é aquela classificada dentro do número de vagas previsto neste Edital, enquanto a pessoa candidata classificada é aquela que figurará no rol de cadastro de reserva, sendo convocada tão somente se surgirem novas vagas dentro do período de validade deste Concurso Público.
A Nomeação das pessoas candidatas com deficiência aprovadas e classificadas neste Concurso Público observará, para cada cargo/especialidade, a proporcionalidade e a alternância com as pessoas candidatas da ampla concorrência.
A nomeação de uma pessoa candidata aprovada e classificada como pessoa com deficiência ensejará a dedução dessa vaga do total de vagas oferecidas neste Edital para cada cargo/especialidade.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

A inexatidão ou irregularidade de informações, ainda que constatadas posteriormente, eliminará a pessoa candidata do Concurso Público, declarando-se nulos todos os atos decorrentes de sua inscrição.
Em qualquer etapa do Concurso Público, serão excluídas as pessoas candidatas que utilizarem meio fraudulento, ilícito ou proibido.
No ato da nomeação, a pessoa candidata deverá fornecer ao Município de Equador/RN, de acordo com o cargo para o qual foi aprovado, todos os documentos que lhe forem solicitados.
Ao participar deste Concurso Público, as pessoas candidatas demonstram integral conhecimento e anuência com todas as condições previstas neste Edital.
Todas as convocações, avisos e resultados serão informados no Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte – FEMURN e Site da FUNCERN.
Não será fornecido à pessoa candidata qualquer documento comprobatório de classificação no Concurso Público, valendo para esse fim as listagens divulgadas por meio do Diário Oficial da Federação dos Municípios do Rio Grande do Norte - FEMURN.
Qualquer interessado poderá apresentar impugnação aos termos deste Edital, com a respectiva fundamentação, no prazo estabelecido no Anexo V deste edital, a contar da publicação deste Edital. A referida impugnação deverá ser protocolada exclusivamente por meio do e-mail oficial do concurso (concursoequador2026@funcern.br) e endereçada à Comissão Central.
Os casos omissos serão resolvidos pela Comissão de Fiscalização do Concurso Público, designada pela Prefeitura Municipal de Equador/RN, de acordo com o cargo.

A pessoa candidata poderá obter informações referentes ao Concurso Público junto à Fundação de Apoio à Educação e ao Desenvolvimento Tecnológico do Rio Grande do Norte – FUNCERN, exclusivamente, por meio do e-mail: **concursoequador2026@funcern.br**.

Equador/RN, 17 de agosto de 2026.

CLETSON RIVALDO DE OLIVEIRA
Prefeito do Município de Equador/RN

ANEXO I
QUADRO DE CARGOS, VAGAS, ATRIBUIÇÕES, ESCOLARIDADE, VENCIMENTO E CARGA HORÁRIA DOS CARGOS, COM FULCRO NA RESPECTIVA LEGISLAÇÃO MUNICIPAL.

	NÚMERO DE VAGAS			
Cargo 1: **PROFESSOR PEDAGOGO – EDUCAÇÃO INFANTIL**	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	3	**1CR**	**1CR**	**3**
Remuneração: R$ 4.875,71 **Escolaridade / Requisitos Mínimos:** Curso Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia com habilitação em Educação Infantil. **Regime de Trabalho:** 30 (trinta) horas semanais. **Atribuições:** Ministrar, com regência de classe, as áreas de conhecimento próprias dos anos iniciais do Ensino infantil, planejar, executar e avaliar atividades pedagógicas voltadas à Educação Infantil (creche e pré-escola), com observância da Base Nacional Comum Curricular; promover o desenvolvimento integral da criança nos aspectos físico, psicológico, intelectual, afetivo e social, complementando a ação da família e da comunidade;				

cuidar e educar crianças de zero a cinco anos, garantindo ambiente acolhedor, lúdico e seguro; estimular o desenvolvimento da linguagem oral, da expressão corporal, da socialização e da autonomia; elaborar registros, relatórios de acompanhamento e avaliações de desenvolvimento dos educandos; participar de reuniões pedagógicas, formações continuadas e atividades junto à Secretaria Municipal de Educação; manter diálogo permanente com as famílias; zelar pela segurança e integridade física dos alunos;
executar outras atribuições correlatas.

Cargo 2: **PROFESSOR PEDAGOGO – ENSINO FUNDAMENTAL I**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	6	**1**	**2**	**9**

Remuneração: R$ 4.875,71

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em Pedagogia.
Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Atribuições: Ministrar, com regência de classe, as áreas de conhecimento próprias dos anos iniciais do Ensino Fundamental (1º ao 5º ano), em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; alfabetizar e letrar os educandos, com foco em leitura, escrita e matemática; elaborar planos de aula, cumprir o programa estabelecido e preencher diários de classe, fichas individuais, boletins e demais instrumentos pedagógicos; avaliar o potencial e o desenvolvimento de cada aluno, promovendo intervenções pedagógicas para garantir aprendizagem efetiva e reduzir evasão e reprovação; comunicar à coordenação pedagógica e à supervisão escolar os casos que demandem acompanhamento especializado; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe e formações; promover reuniões com pais e responsáveis; zelar pela segurança e integridade física dos alunos; prestar
primeiros socorros em casos de acidentes; incentivar o hábito da leitura; realizar atividades de apoio nas bibliotecas escolares; executar outras funções correlatas.

Cargo 3: **PROFESSOR ESPECIALISTA LÍNGUA PORTUGUESA**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 4.875,71

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Portuguesa.

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Atribuições: Ministrar aulas da disciplina de Língua portuguesa nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou nas modalidades de ensino oferecidas pelo Município, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; elaborar planos de aula, cumprir o programa curricular e preencher os instrumentos pedagógicos exigidos; planejar e aplicar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, registrando o desempenho dos alunos; desenvolver projetos interdisciplinares e atividades complementares relacionadas à disciplina; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, formações continuadas e demais atividades convocadas pela Secretaria Municipal de Educação; promover ações de recuperação paralela aos alunos com baixo rendimento; zelar pela frequência,
segurança e integridade física dos alunos durante o horário escolar; manter atualização permanente em sua área de atuação; executar outras atribuições correlatas ao magistério.

Cargo 4: **PROFESSOR ESPECIALISTA MATEMÁTICA**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021)	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 4.875,71
Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em Matemática

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.
Atribuições: Ministrar aulas da disciplina de Matemática nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou nas modalidades de ensino oferecidas pelo Município, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; elaborar planos de aula, cumprir o programa curricular e preencher os instrumentos pedagógicos exigidos; planejar e aplicar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, registrando o desempenho dos alunos; desenvolver projetos interdisciplinares e atividades complementares relacionadas à disciplina; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, formações continuadas e demais atividades convocadas pela Secretaria Municipal de Educação; promover ações de recuperação paralela aos alunos com baixo rendimento; zelar pela frequência, segurança e
integridade física dos alunos durante o horário escolar; manter atualização permanente em sua área de atuação; executar outras atribuições correlatas ao magistério.

Cargo 5: **PROFESSOR ESPECIALISTA CIÊNCIAS**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 4.875,71

Cargo 6: **PROFESSOR ESPECIALISTA HISTÓRIA**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 4.875,71
Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em História.

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Atribuições: Ministrar aulas da disciplina de História nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou nas modalidades de ensino oferecidas pelo Município, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e o Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; elaborar planos de aula, cumprir o programa curricular e preencher os instrumentos pedagógicos exigidos; planejar e aplicar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, registrando o desempenho dos alunos; desenvolver projetos interdisciplinares e atividades complementares relacionadas à disciplina; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, formações continuadas e demais atividades convocadas pela Secretaria Municipal de Educação; promover ações de recuperação paralela aos alunos com baixo rendimento; zelar pela frequência, segurança e integridade física dos alunos durante o horário escolar; manter atualização permanente em sua área de
atuação; executar outras atribuições correlatas ao magistério.

Cargo 7: **PROFESSOR ESPECIALISTA LÍNGUA INGLESA**	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: 4.875,71

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em Letras com habilitação em Língua Inglesa.

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Cargo 8: PROFESSOR ESPECIALISTA GEOGRAFIA	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 4.875,71

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior – Licenciatura Plena em Geografia .

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Atribuições: Ministrar aulas da disciplina de Geografia nos anos finais do Ensino Fundamental e/ou nas modalidades de ensino oferecidas pelo Município, em conformidade com a Base Nacional Comum Curricular e o

Projeto Político-Pedagógico da unidade escolar; elaborar planos de aula, cumprir o programa curricular e preencher os instrumentos pedagógicos exigidos; planejar e aplicar avaliações diagnósticas, formativas e somativas, registrando o desempenho dos alunos; desenvolver projetos interdisciplinares e atividades complementares relacionadas à disciplina; participar de reuniões pedagógicas, conselhos de classe, formações continuadas e demais atividades convocadas pela Secretaria Municipal de Educação; promover ações de recuperação paralela aos alunos com baixo rendimento; zelar pela frequência, segurança e integridade física dos alunos durante o horário escolar; manter atualização permanente em sua área de atuação; executar outras atribuições correlatas ao magistério.

Cargo 9: ENFERMEIRO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	3	**1**	**1**	**5**

Remuneração: R$ 4.750,00

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Enfermagem com inscrição no respectivo Conselho

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Atuar nas unidades de saúde do município que for designado; elaborar plano de enfermagem a partir do levantamento e análise das necessidades prioritárias de atendimento aos usuários; planejar, organizar e dirigir os serviços de enfermagem, atuando técnica e administrativamente, a fim de garantir elevado padrão de assistência; desenvolver tarefas de enfermagem de maior complexidade na execução de programas de saúde e no atendimento de pacientes; coletar e analisar dados sociossanitários da comunidade; implantar e executar programas educativos em saúde; supervisionar e orientar a equipe de

Cargo 10: PSICÓLOGO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Psicologia com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Realizar avaliação, diagnóstico e atendimento psicológico individual e em grupo no âmbito da rede municipal de saúde, assistência social e educação; desenvolver ações de promoção, prevenção e reabilitação em saúde mental; atender pessoas em situação de vulnerabilidade e usuários encaminhados por equipes multiprofissionais; aplicar técnicas e instrumentos psicológicos, observada a regulamentação do Conselho Federal de Psicologia; elaborar laudos, pareceres, relatórios e estudos de caso; participar de reuniões interdisciplinares e de elaboração de projetos terapêuticos singulares; orientar familiares e cuidadores; atuar em equipe matricial, quando solicitado; executar outras atribuições inerentes à profissão, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 11: ASSISTENTE SOCIAL	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Serviço Social com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Executar atividades profissionais típicas da habilitação em Serviço Social; realizar acolhimento, escuta qualificada, estudo socioeconômico e acompanhamento das famílias e indivíduos em situação de risco ou vulnerabilidade social; elaborar, executar e avaliar planos, programas e projetos sociais nos âmbitos municipal, estadual e federal; emitir pareceres sociais, laudos e relatórios técnicos; promover articulação intersetorial e em rede com os demais equipamentos das políticas públicas; coordenar e executar programas sociais; promover acompanhamento e revisão de benefícios de prestação continuada; orientar usuários quanto a direitos sociais; organizar conferências, audiências e fóruns; observar a Lei nº 8.662/1993 e o Código de Ética Profissional do Assistente Social; executar demais atribuições correlatas, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 12: FONOAUDIÓLOGO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Fonoaudiologia com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Realizar avaliação, diagnóstico e tratamento fonoaudiológico nas áreas de linguagem oral e escrita, fala, voz, audição, motricidade orofacial e funções neurovegetativas; atender pacientes encaminhados pela rede municipal de saúde, assistência social e educação; desenvolver ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação da saúde fonoaudiológica em âmbito individual e coletivo; realizar triagem auditiva neonatal e escolar, quando indicado; elaborar laudos, pareceres e relatórios técnicos; participar de equipes multiprofissionais e de programas de saúde, observada a regulamentação do Conselho Federal de Fonoaudiologia; orientar familiares, cuidadores e equipes pedagógicas; executar outras atribuições inerentes à profissão, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 13: TERAPEUTA OCUPACIONAL	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Terapia Ocupacional com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Realizar avaliação ocupacional, planejamento, execução e supervisão de programas de terapia ocupacional voltados à prevenção, à habilitação e à reabilitação de pessoas com deficiência, idosos, pessoas em sofrimento psíquico e usuários da rede municipal de saúde e assistência social; utilizar atividades terapêuticas, recursos físicos, lúdicos, artísticos, expressivos e tecnologias assistivas para promoção da autonomia, independência funcional e inclusão social; atuar em equipe multiprofissional; elaborar pareceres, laudos e relatórios técnicos; orientar familiares, cuidadores e equipes de referência; observar a regulamentação do Conselho Federal de Fisioterapia e Terapia Ocupacional (COFFITO); executar outras atribuições inerentes à profissão, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 14: PROCURADOR JURÍDICO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Cargo 15: VETERINÁRIO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Medicina Veterinária com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Planejar, coordenar e executar ações de vigilância em saúde e de defesa sanitária animal no âmbito municipal; atuar em programas de controle e prevenção de zoonoses (raiva, leishmaniose, leptospirose, dengue, zika, chikungunya, febre amarela e demais agravos); realizar inspeção sanitária de produtos de origem animal e estabelecimentos sujeitos à fiscalização municipal; coordenar campanhas de vacinação e de controle populacional de cães e gatos; promover educação em saúde voltada à guarda responsável e à proteção animal; participar de equipes multiprofissionais de saúde pública; emitir laudos, pareceres e relatórios técnicos; observar a regulamentação do Conselho Federal de Medicina Veterinária; executar outras atribuições inerentes à profissão, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 16: AUDITOR DE CONTROLE INTERNO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Ciências Contábeis, Administração, Economia, Direito ou Gestão Pública com inscrição no respectivo Conselho profissional, quando exigida.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Planejar, organizar, executar e supervisionar atividades de auditoria e fiscalização nos órgãos e entidades da Administração Pública Municipal Direta e Indireta; avaliar a regularidade, a eficiência e a eficácia dos procedimentos administrativos, contábeis, financeiros, orçamentários, patrimoniais e operacionais; verificar o cumprimento das normas constitucionais, legais e regulamentares aplicáveis, em

Cargo 17: ODONTÓLOGO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00 + **Gratificação dos programas federais**.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Odontologia com inscrição no respectivo Conselho.
Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Participar do processo de planejamento, acompanhamento e avaliação das ações desenvolvidas no território de abrangência das unidades básicas de saúde; identificar as necessidades e expectativas da população em relação à saúde bucal; estimular e executar medidas de promoção da saúde e atividades educativas e preventivas em saúde bucal; executar ações básicas de vigilância epidemiológica em sua área de abrangência; realizar consultas, procedimentos clínicos e cirúrgicos de odontologia geral, conforme protocolos do SUS; sensibilizar as famílias para a importância da saúde bucal; programar e realizar visitas domiciliares conforme as necessidades identificadas; desenvolver ações intersetoriais para promoção da saúde bucal; observar o Código de Ética Odontológica; executar outras atribuições inerentes à profissão, bem como atuar nos programas federais através das equipes e-Multi, e demais programas da ESF, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 18: FISIOTERAPEUTA	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	2	**1CR**	**1CR**	**2**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Fisioterapia com inscrição no respectivo Conselho.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Realizar avaliação, diagnóstico cinético-funcional e tratamento fisioterapêutico aos usuários da rede municipal de saúde, em todos os ciclos de vida; identificar, juntamente com as equipes de Saúde da Família, pessoas com deficiência funcional, atraso no desenvolvimento neuropsicomotor e demais agravos passíveis de intervenção fisioterapêutica; realizar ações de prevenção, promoção, proteção e reabilitação em saúde, em âmbito individual e coletivo; desenvolver atividades educativas com gestantes, crianças, idosos e demais grupos prioritários; orientar usuários, familiares e cuidadores quanto a medidas de prevenção e recuperação; participar de equipe multiprofissional; encaminhar, quando necessário, para serviços de reabilitação de maior complexidade; observar a regulamentação do COFFITO; executar outras atribuições inerentes à profissão, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração.

Cargo 19 TÉCNICO DE ENFERMAGEM	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	10	**1**	**3**	**14**

Remuneração: R$ 3.325,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Técnico em Enfermagem com inscrição no respectivo Conselho

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.

Atribuições: Executar trabalhos de assistência de enfermagem sob supervisão do enfermeiro, tais como preparo de pacientes, curativos, administração de medicamentos prescritos, preparo e esterilização de materiais, vacinação e aplicação de injeções; receber, registrar e encaminhar usuários para o atendimento necessário; preencher fichas com dados individuais dos pacientes; coletar, registrar e encaminhar material para exames laboratoriais; controlar o fichário e arquivo de prontuários; auxiliar em exames médicos periódicos e pré-admissionais; controlar materiais, medicamentos e equipamentos; zelar pela limpeza, organização e bom funcionamento das atividades; executar outras atribuições compatíveis com sua função, observado o Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem, podendo ser lotado em qualquer órgão a critério da administração, a depender da oportunidade e discricionariedade, inclusive para serviços de urgência e emergência ou programas federais vigentes.

Cargo 20: ORIENTADOR SOCIAL	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	3	**1CR**	**1CR**	**3**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Nível Médio Completo.

Regime de Trabalho: 40 horas semanais.
Atribuições: Atuar nos serviços, programas e projetos da Assistência Social, sob orientação de profissional de referência de nível superior, em conformidade com as diretrizes do Sistema Único de Assistência Social (SUAS); planejar e executar atividades socioeducativas com crianças, adolescentes, jovens, adultos, idosos e famílias usuárias do CRAS, do CREAS e demais equipamentos da rede; mediar processos grupais e fomentar a participação democrática dos usuários; desenvolver oficinas, conteúdos e atividades pedagógicas; registrar a frequência e o desempenho dos participantes; acompanhar visitas domiciliares e ações no território; atuar como interlocutor junto à rede de proteção; participar de reuniões, capacitações e demais atividades convocadas; executar outras atribuições correlatas, na forma detalhada em artigo próprio da respectiva legislação, apoiando as ações socioeducativas, de convivência e de fortalecimento de vínculos, o registro das atividades, a articulação com a rede socioassistencial e as políticas públicas, e demais atividades a critério da administração municipal.

Cargo 21: AUXILIAR ADMINISTRATIVO	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	3	**1CR**	**1CR**	**3**

Remuneração: R$ 1.621,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Nível Médio Completo.

Cargo 22: PROCURADOR LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EQUADOR	**NÚMERO DE VAGAS**			
	Ampla Concorrência	Pessoas com Deficiência (Dec. Federal nº. 9.508/2018) 5%	Pessoas Negras (Lei Estadual nº 11.015/2021) 20%	TOTAL
	1	**1CR**	**1CR**	**1**

Remuneração: R$ 3.450,00.

Escolaridade / Requisitos Mínimos: Curso Superior em Direito e inscrição regular na Ordem dos Advogados do Brasil (OAB).

Regime de Trabalho: 30 horas semanais.

Atribuições: Examinar juridicamente e propor soluções pertinentes nas gestões de interesse da Câmara Municipal; II - Analisar, interpretar e emitir parecer sobre questões jurídicas e administrativas; III - Prestar orientação jurídica ao Presidente e demais Órgãos e funções da Câmara Municipal; IV - Elaborar e coordenar a elaboração, bem como analisar Projetos de Leis, Decretos, Regulamentos, Portarias, Regimentos, Contratos, Convênios, Acordos, Ajustes e outros documentos de natureza jurídica; V - Opinar nos processos administrativos em que haja questão jurídica que necessite ser dirimida; VI - Representar, judicial ou extrajudicialmente, o Poder Legislativo e seus integrantes, quando designado pelo Presidente; VII - Opinar sobre consultas formuladas pelos Órgãos da Administração da Câmara Municipal, ao Tribunal de Contas e aos Órgãos Fazendários; VIII - Orientar o Presidente, Mesa Diretora, Plenário e demais órgãos no encaminhamento de representações e declaração de inconstitucionalidade de normas; IX - Opinar sobre providências de ordem jurídica necessárias, resguardando o interesse público e a legalidade dos atos do Poder Legislativo; X - Avocar processos que necessitem de intervenção jurídica, exarando parecer e orientação; XI - Propor providências de ordem jurídica de acordo com o interesse público e a legislação vigente; XII - Emitir parecer em sindicâncias e inquéritos administrativos; XIII - Apreciar minutas, contratos, convênios e outros ajustes, inclusive em processos de licitação; XIV - Divulgar junto aos Órgãos da Câmara as alterações da legislação federal, estadual e municipal que interfiram na atividade legislativa e administrativa; XV - Orientar e coordenar a formação de súmulas e jurisprudências administrativas; XVI - Tomar iniciativa no sentido de orientar a Direção da Câmara Municipal a agir na conformidade da Lei,
inclusive de ofício. As atribuições do cargo são reguladas pela Lei Complementar Municipal nº 20/2024.

ANEXO II
CONTEÚDO PROGRAMÁTICO

CONTEÚDO COMUM A TODOS OS CARGOS

LÍNGUA PORTUGUESA - NÍVEL SUPERIOR E MÉDIO
Leitura e compreensão de textos. Sequências textuais: narrativa, descritiva, argumentativa, explicativa, injuntiva e dialogal. Gêneros textuais/discursivos. Coerência e coesão textuais. Concordância nominal e verbal. Regência nominal e verbal. Classes de palavras: usos e adequações. Organização sintática do período simples e do período composto. Pontuação. Modos básicos de citar o discurso alheio. Relações semânticas entre palavras (sinonímia, antonímia, hiponímia, hiperonímia, polissemia). Organização do parágrafo.

DIDÁTICA - NÍVEL SUPERIOR - CARGOS 1, 2, 3, 4, 5, 6, 7 e 8
Didática e o processo de ensino-aprendizagem. Tendências pedagógicas na Educação Brasileira. Objetivos de ensino; Conteúdos de ensino; Metodologias de Ensino e aprendizagem; Planejamento de ensino; Organização do Trabalho pedagógico docente.

INFORMÁTICA - NÍVEL MÉDIO
INFORMÁTICA – NÍVEL MÉDIO/TÉCNICO 1. Sistema operacional: conceitos de organização e de gerenciamento de informações, arquivos, inclusive compactados, pastas e programas (ambientes Linux Ubuntu 12.04 e posteriores e Microsoft Windows 7 e posteriores). 2. Edição e editores de textos: conceitos, janelas, menus, barras de ferramentas, coman- dos, configurações, formatação e modos de visualização (suítes LibreOffice 4.0.2 e posteriores; Microsoft Office 2007 e posteriores; e Google Docs versão 2018). 3. Edição e editores de planilhas eletrônicas: conceitos, janelas, menus, barras de ferramentas, comandos, funções, configurações, importação/expor- tação de dados, fórmulas e gráficos (suítes LibreOffice 4.0.2 e posteriores; Microsoft Office 2007 e pos- teriores; e Google Docs versão 2018). 4. Edição e editores de apresentações: conceitos, menus, barras de ferramentas, edição de slides, formatação, modo de visualização e animação (suítes LibreOffice 4.0.2 e posteriores; Microsoft Office 2007 e posteriores; e Google Docs versão 2018). Aplicativos adicionais para suítes de escritório: ferramentas de desenho, de edição de fórmulas e de formulários (suítes Libre- Office 4.0.2 e

posteriores; Microsoft Office 2007 e posteriores; e Google Docs versão 2018). 5. Redes de computadores: Conceitos, ferramentas e aplicativos para Internet e intranet. 6. Programas de navegação (Microsoft Internet Explorer 10 e posteriores; Microsoft Edge 32 e posteriores; Mozilla Firefox 30 e poste- riores; e Google Chrome 26 e posteriores). 7. Programas de correio eletrônico (Microsoft Outlook 2007 e posteriores; e Mozilla Thunderbird 17 e posteriores). 8. Sítios de busca e pesquisa na Internet, inclusive sintaxe de termos de busca (Google, Yahoo, Bing e Ask.com). 9. Redes sociais (Facebook, Twitter, Instagram, LinkedIn, WhatsApp, Telegram, Flickr, Google+ e YouTube). 10. Aplicativos de Comunicação (Skype e Google Talk). 11. Conceitos de vírus, worms, spyware, malware e pragas virtuais. 12. Aplicativos para segurança (AVG antivírus; Microsoft Security Essentials; e firewall do Windows 7 e posteriores). 13. Armazenamento de dados na nuvem.

CONTEÚDO ESPECÍFICO

AUXILIAR ADMINISTRATIVO (Cargo 21)
Funções da Administração: planejamento, organização, direção e controle; Estrutura organizacional; Noções de Administração de Pessoas; Noções de Administração de Materiais; Noções de Comportamento Organizacional: liderança, comunicação, motivação, grupos, equipes e cultura organizacional; Noções de Gestão de Processos: técnicas de mapeamento, análise e melhoria de processos;
Noções de Gestão da Qualidade: As 7 Ferramentas da Qualidade; Qualidade no Atendimento: Comunicação Telefônica e formas de atendimento; Noções de Arquivologia: Noções Fundamentais de Arquivo. Arquivos Correntes, Intermediários e Permanentes. Protocolo. Código de Classificação. Tabela de Temporalidade. Noções Básicas de Conservação e Preservação de Documentos. Noções de Métodos de Arquivamento; Documentação Oficial: Ata, Atestado, Certidão, Circular, Comunicado, Convite, Convocação, Edital, Memorando, Ofício, Ordem de Serviço, Portaria, Requerimento. Administração Pública: conceitos de Administração Direta, Indireta e Fundacional; Atos Administrativos: conceito, requisitos, atributos, convalidação, discricionaridade e vinculação; Poderes da Administração; Ética no serviço público. Licitações Públicas: Lei nº 14.133/2021. Improbidade Administrativa: Lei nº 8.429/1992 e alterações.

ASSISTENTE SOCIAL (Cargo 11)
Serviço Social e prática profissional na atualidade: desafios e possibilidades; Trajetória histórico - metodológica do Serviço Social: lógica capitalista e questão social; As transformações societárias contemporâneas e seus impactos no mundo do trabalho; Ética e Serviço Social: o Código de Ética atual do Assistente Social; o projeto ético-político-profissional; Código de Ética Profissional do/a Assistente Social — atualizado em 13/03/1993, com alterações introduzidas pelas Resoluções CFESS nº 290/94, 293/94, 333/96 e 594/11; Estado e políticas sociais; A instrumentalidade do Serviço Social; O trabalho do(a) assistente social em equipe multiprofissional; Lei nº 8.662/93, de regulamentação da profissão, com as modificações decorrentes da aprovação da Lei nº 12.317/10; Lei Orgânica da Assistência Social — Lei nº 8.742/93, e suas atualizações pela Lei nº 12.435, de 2011, que dispõe sobre a organização da Assistência Social; Norma Operacional Básica da Assistência Social/Sistema Único de Assistência Social — NOB/SUAS 2012 — Resolução CNAS nº 33/2012, que aprova a NOB/SUAS 2012; Política Nacional de Assistência Social — PNAS; Parâmetros para Atuação de Assistentes Sociais na Política de Assistência Social; Condições

éticas e técnicas do exercício profissional (Resolução CFESS nº 493, de 21/08/2006); Atuação do Assistente Social na garantia dos direitos da pessoa idosa, da criança e do adolescente e da pessoa com deficiência — Estatuto da Pessoa Idosa (Lei nº 10.741/2003 e suas atualizações); Estatuto da Criança e do Adolescente — Lei nº 8.069/1990 (com as alterações pela Lei nº 13.257, de 2016); Estatuto da Pessoa com Deficiência — Lei nº

13.146/2015 (com as alterações pela Lei nº 14.624/2023); Norma Operacional Básica do Sistema Único de Saúde — NOB/SUS — 1996. Tipificação Nacional de Serviços Socioassistenciais (Resolução CNAS nº 109/2009) — PAIF, PAEFI, Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, entre outros; Norma Operacional Básica de Recursos Humanos do SUAS — NOB-RH/SUAS (Resolução CNAS nº 269/2006); Sistema Único de Assistência Social (SUAS): estrutura, financiamento, gestão e instâncias de pactuação (CIT, CIB); Proteção Social Básica e Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade: equipamentos (CRAS, CREAS, Centro POP) e serviços ofertados; Instrumentos técnico-operativos do Serviço Social: entrevista, visita domiciliar, relatório social, parecer social, laudo social e estudo social; Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) e Benefício de Prestação Continuada (BPC) — Lei Orgânica da Assistência Social; Lei Maria da Penha (Lei nº 11.340/2006) e Lei do Feminicídio (Lei nº 13.104/2015) — atuação do Serviço Social no enfrentamento à violência contra a mulher; Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (SGD) e articulação com o Conselho Tutelar; Política Nacional para a População em Situação de Rua (Decreto nº 7.053/2009); Lei nº 13.019/2014 (Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil) e sua aplicação na política de Assistência Social; Interdisciplinaridade e intersetorialidade nas políticas sociais: articulação entre Saúde, Assistência Social, Educação e Justiça; Serviço Social e o enfrentamento ao trabalho infantil e à exploração sexual de crianças e adolescentes; Lei Geral de Proteção de Dados (LGPD — Lei nº 13.709/2018) aplicada ao sigilo profissional e ao tratamento de dados de usuários no SUAS; Planejamento, monitoramento e avaliação de políticas sociais: Plano Municipal de Assistência Social, Plano de Ação e indicadores do SUAS (Rede SUAS, CadSUAS, Censo SUAS).

PROFESSOR PEDAGOGO - EDUCAÇÃO INFANTIL (Cargo 1)

Políticas Públicas Educacionais: Plano Nacional de Educação PNE 2026–2036; Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI); Princípios e fundamentos didático-metodológicos da educação infantil; Legislação Educacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº. 9.394/96 (com suas atualizações até a data da publicação deste Edital); Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei 8.069/90), com as atualizações legais; Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -LBI (Lei nº 13.146/2015); Pareceres e Resoluções do

Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica - CNE/CEB que versam sobre a Educação Infantil; Resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009: Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil; Critérios para um Atendimento em Creches que respeite os Direitos Fundamentais das Crianças; Base Nacional Comum Curricular para a Educação Infantil (BNCC) com ênfase na Etapa da Educação infantil; Conceitos e concepções de criança e de infância; Teorias de desenvolvimento e aprendizagem da criança; Projeto Político Pedagógico; Prática pedagógica na Educação Infantil: Educar e cuidar como princípios indissociáveis na educação infantil; Rotinas na Educação Infantil: organização do tempo, do espaço, dos materiais e das atividades; a avaliação da aprendizagem escolar na Educação Infantil. As diversas linguagens das crianças; O brincar, as brincadeiras e os brinquedos; Diversidade na Educação Infantil; Educação inclusiva; Corpo e movimento na Educação Infantil; Literatura Infantil;

PROFESSOR PEDAGOGO- ENSINO FUNDAMENTAL I (Cargo 2)

Políticas Públicas Educacionais: Plano Nacional de Educação PNE 2026-2036; Programas e Projetos direcionados à Educação Básica; Política Nacional de Educação Especial Inclusiva (PNEEI); 2. Legislação Educacional: Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - LDBEN Nº. 9.394/96 (com suas atualizações até a data da publicação deste Edital); Estatuto da Criança e do Adolescente — ECA (Lei 8.069/90), com as atualizações legais. Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência -LBI (Lei nº 13.146/2015); Pareceres e Resoluções do Conselho Nacional de Educação e Câmara de Educação Básica - CNE/CEB que versam sobre a Educação Básica e suas modalidades de ensino. Educação Especial e educação Inclusiva: aspectos legais e pedagógicos;3. Organização Curricular na Educação Básica: Concepções e metodologias de ensino nas áreas de conhecimento que compreendem o currículo na Educação Básica. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Básica; Base Nacional Comum Curricular no Ensino Fundamental Anos Iniciais: fundamentação, orientações didáticas, natureza, áreas do conhecimento, competências específicas das áreas do conhecimento. 4. Fundamentos da educação: Concepções e tendências pedagógicas contemporâneas na prática escolar; Currículo: Teorias críticas e não críticas. A função social da escola e o compromisso com a qualidade social;
5. Teorias do Desenvolvimento e da Aprendizagem na contemporaneidade; Mediação pedagógica; As concepções de aprendizagem e as práticas pedagógicas: construção curricular, planejamento, metodologias, avaliação, relações sociais na escola, organização do trabalho pedagógico, interdisciplinaridade, transdisciplinaridade, metacognição; 6. Gestão escolar democrática e participativa; Colegiados Escolares; Projeto Político Pedagógico e o compromisso com a qualidade social do ensino; 7. Planejamento Educacional: concepções, tipologias, organização. 8. Os

desafios da docência na contemporaneidade; Referenciais Nacionais para a Formação de Professores: papel do professor no coletivo escolar; as novas competências requeridas para o ensino; prática pedagógica reflexiva. O papel do professor mediador; 9. Avaliação da aprendizagem: concepções; funções; instrumentos e técnicas de avaliação. 10. Tecnologias Digitais da Informação e Comunicação(TDIC) e sua contribuição com a prática pedagógica. Metodologias ativas: concepções, princípios, estratégias. Mediação pedagógica. 11. Educação de Jovens e Adultos: concepções de aprendizagem; aspectos legais e pedagógicos.

PROFESSOR ESPECIALISTA – HISTÓRIA (Cargo 6)

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES SOCIAIS, DA CULTURA E DO TRABALHO (RIO GRANDE DO
NORTE / BRASIL / AMÉRICA / MUNDO) 1.1 As relações sociais, a natureza e a terra 1.1.1 Relações entre sociedade, cultura e natureza, em diferentes momentos da História. 1.1.2 A natureza representada na arte, nos mitos e nos ritos dos povos indígenas. 1.1.3 Natureza e povos africanos, americanos e europeus no imaginário medieval e renascentista 1.1.4 Usos e formas de propriedade da terra 1.1.5 Técnicas e instrumentos de transformação de elementos da natureza: as matérias-primas e a indústria 1.1.6 Paisagens naturais; memórias das paisagens. 1.1.7 A construção da cidade; a Revolução Industrial; modificações na natureza 1.2 As relações de trabalho 1.2.1 O trabalho entre povos indígenas 1.2.2 Monocultura colonial, mineração e pecuária na América 1.2.3 Escravização, trabalho e resistência na América Colonial 1.2.4 Mercantilismo e tráfico de escravos 1.2.5 O trabalho nas civilizações da Antiguidade 1.2.6 Trabalho no campo e na cidade na Idade Média 1.2.7 O trabalho de homens, mulheres e crianças, na agricultura, na indústria, nos serviços e nas atividades domésticas 1.2.8 Imigrações e migrações internas em busca de trabalho 1.2.9 Organização dos trabalhadores do campo e da cidade: ligas, sindicatos, organizações pa- tronais e partidos políticos. 2. HISTÓRIA DAS REPRESENTAÇÕES E DAS RELAÇÕES DE PODER (RIO GRANDE DO NORTE /BRASIL/ AMÉRICA/ MUNDO) 2.1 Povos,
lutas, guerras e revoluções nos processos de constituição dos territórios, das nações e dos Estados 2.1.1 Conquista e preservação do território brasileiro pelos portugueses 2.1.2 Administração política colonial, Estado monárquico, Estado republicano brasileiro 2.1.3 Constituição da identidade brasileira: mitos da confraternização étnica e cultural; os heróis nacionais; as memórias de grupos 2.1.4 Lutas sociais rurais e urbanas: movimentos sociais organizados a partir das classes sociais, de grupos étnicos, de relações de gênero e de categorias profissionais 2.1.5 Constituição e esfacelamento do Império espanhol na América 2.1.6 Colônias inglesas na América e a formação dos Estados Unidos 2.1.7 Lutas pela independência política do Brasil e dos outros países da América 2.1.8 As ditaduras na América Latina e os processos de

democratização 2.1.9 Capitalismo norte americano e política intervencionista 2.1.10 Integração política e econômica dos países americanos 2.1.11 A experiência política grega e romana na Antiguidade 2.1.12 Lutas sociais, étnicas e religiosas na Antiguidade; 2.1.13 Poder e propriedade na ordem feudal 2.1.14 Poder local e poder nacional na Idade Média 2.1.15 Constituição dos modernos Estados europeus 2.1.16 Reformas religiosas e

Contrarreforma 2.1.17 O liberalismo: gênese e transformações 2.1.18 As ideias liberais e as revoluções 2.1.19 Imperialismos e conflitos entre nações nos séculos XIX e XX 2.1.20 As experiências socialistas e suas crises no século XX
2.2. Cidadania e cultura na História 2.2.1 Os "homens bons" do período colonial, o poder oligárquico no Império e na República brasileira 2.2.2 Escravidão indígena e africana, e a luta pela liberdade 2.2.3 As Constituições brasileiras e a cidadania 2.2.4 Desigualdades econômicas e sociais e as lutas populares na atualidade 2.2.5 A cidadania na Grécia Antiga e em Roma 2.2.6 A ordem feudal e o desenvolvimento urbano na Idade Média 2.2.7 Liberalismo e cidadania na Idade Moderna e Contemporânea 2.2.8 Os direitos das mulheres, dos jovens, das crianças, das minorias culturais 2.2.9 A indústria cultural: rádio, televisão, livros, jornais, revistas, cinema, computador, propaganda, criação artística 3. HISTÓRIA E ENSINO DE HISTÓRIA. 3.1 A história em construção
3.1.1 História, mitologia, memória e historiografia 3.1.2 História, Memória e Patrimônio. 3.2 Currículos de História para a escola básica 3.2.1 Formas de organização dos conteúdos históricos
3.2.2 Diversidade social e cultural nas propostas curriculares: legislação e práticas educativas
3.2.3 O mundial, o nacional, o local e o regional 3.3 Linguagens e documentos no ensino da História. 3.3.1 Documentos escritos 3.3.2 Imagens fixas e em movimento 3.3.3 Oralidade 3.4. Metodologias para o ensino de História. 3.4.1 A construção de problemas históricos 3.4.2 A produção de materiais didáticos para o ensino de História.

PROFESSOR ESPECIALISTA- CIÊNCIAS (Cargo 5)
1. Estrutura e propriedades da matéria e evolução dos modelos atômicos. 2. Substâncias químicas e suas propriedades. 3. Composição química e propriedades dos materiais. 4. Estados físicos da matéria. 5. Aspectos quantitativos e qualitativos das transformações químicas. 6. Radiações e suas aplicações na saúde. 7. Misturas homogêneas e heterogêneas. 8. Célula: unidade da vida (estrutura e funcionamento). 9. Compostos químicos celulares (água, sais minerais, carboidratos, lipídios, proteínas, ácidos nucleicos e vitaminas) e a importância para nutrição e hábitos alimentares. 10. Vírus, bactérias, protozoários e fungos. 11. Características e desenvolvimento dos animais. 12. Características e desenvolvimento das plantas. 13. Corpo humano e sistemas fisiológicos. 14. Integração entre os sistemas digestório, respiratório e circulatório.15. Programas e indicadores de saúde pública.16. Diversidade de ecossistemas. 17. Fluxo de energia e Ciclo da

matéria. 18. Cadeia e Teia alimentar. 19. Preservação da biodiversidade. 20. Composição da atmosfera. 21. Ciclo hidrológico. 22. Caracteristicas e uso dos tipos de solos. 23. Placas tectônicas e deriva continental. 24. Fenômenos naturais (vulcões, terremotos e tsunamis) e impactos ambientais. 25. Desequilíbrios ambientais. 26. Mecanismos reprodutivos. 27. Hereditariedade e Ideias evolucionistas. 28. Tipos de rochas. 29. Fósseis e períodos geológicos. 30. Fontes e tipos de energia. 31. Transformação de energia. 32. Lentes corretivas e instrumentos ópticos.

PROFESSOR ESPECIALISTA – LÍNGUA PORTUGUESA (Cargo 3)
1.Leitura proficiente de textos de diferentes gêneros textuais/discursivos. 2. Concepções de linguagem, de língua, de gramática e de texto e suas implicações para o ensino de língua portuguesa. 3. Conhecimentos necessários à leitura e à produção de textos. 4. Variação linguística e a prática pedagógica. 5. Sequências tipológicas. 6. Gêneros textuais/discursivos. 7. Coerência textual. 8. Coesão textual. 9. Análise linguística em sala de aula: aspectos morfológicos, sintáticos e normativos. 10. Aspectos semânticos: as informações implícitas e a adequação vocabular. 11. Heterogeneidade enunciativa: vozes mostradas demarcadas e vozes mostradas não demarcadas.
12. Pontuação. 13. Literatura infanto-juvenil: concepções teóricas e metodológicas.

PROFESSOR ESPECIALISTA - LÍNGUA INGLESA (Cargo 7)
1. Language as a Social Practice. 2. Englishes around the World (World Englishes). 3. English Language Learning and Teaching. 3.1 Theory and practice in classroom research; 3.2 Syllabus design; 3.3 Material development; 3.4 Integrating new technologies into language teaching. 4. GRAMMAR TOPICS. 4.1 Articles; 4.2 Nouns; 4.3 Pronouns; 4.4 Numerals; 4.5 Adjectives; 4.6 Adverbs; 4.7 Prepositions; 4.8 Conjunctions; 4.9 Verb aspect, tenses and forms; 4.10 Simple and complex sentences; 4.11 Prepositional phrases; 4.12 Direct and indirect speech; 4.13 Active and passive voices; 4.14 Word formation; 4.15 Word order; 4.16 Idioms; 4.17 Phrasal verbs; 5. English Phonetics. 6. English Spelling.

PROFESSOR ESPECIALISTA – MATEMÁTICA (Cargo 4)
TEORIA ELEMENTAR DOS CONJUNTOS: 1. Elementos de um conjunto, subconjuntos de um conjunto; 2. União, interseção, diferença e produto cartesiano de conjuntos. 3. Quantidade de subconjuntos de um conjunto finito. II CONJUNTOS NUMÉRICOS: 1. Números naturais, inteiros, racionais, irracionais e reais; 2. Adição, multiplicação, subtração, divisão, potenciação e radiciação de números reais; 3. Intervalos reais; 4. Módulo de um número real. III. CONCEITOS DE FUNÇÕES: 1. A noção de função como instrumento para lidar com variação de grandezas;

Produto cartesiano, conceito de relações e funções; 3. Conceitos de domínio, contradomínio e conjunto imagem; 4. Funções injetoras, sobrejetoras, bijetoras, função composta, função inversa;
5. Caracterizações e representações gráficas e algébricas das funções.IV. ARITMÉTICA: 1. Divisibilidade no conjunto dos números inteiros; 2. Decomposição de um número em fatores primos. 3. Máximo divisor comum e mínimo múltiplo comum entre números inteiros. Teoria dos Números. V. PROPORCIONALIDADE: 1. Razões e proporções; 2. Regras de três simples e composta; 3. Grandezas diretamente e inversamente proporcionais; 4. Porcentagem; 5. Juros simples e juros compostos. VI. POLINÔMIOS: 1. Funções polinomiais de primeiro e segundo graus: raízes, gráficos e fatoração, equações biquadradas, variação, sinal, inequações e vértice;
2. Conceito de polinômio de grau n; 3. Adição e multiplicação de polinômios; 4. Algoritmo da divisão. Fatoração; 5. Relações entre coeficientes e raízes de uma função polinomial; 6. Raízes racionais de equações polinomiais com coeficientes racionais. VII. LOGARITMOS E EXPONENCIAIS: 1. Equações e inequações exponenciais; 2. Funções exponenciais;3. Logaritmos; 4. Equações e inequações logarítmicas; 5. Funções logarítmicas. VIII. SEQUÊNCIAS NUMÉRICAS: 1. Sequências numéricas definidas por recorrência; 2. Progressões aritméticas, relações entre termos e soma dos termos de uma progressão aritmética finita; 3. Progressões geométricas, relações entre termos e soma dos termos de uma progressão geométrica finita. 4. Soma dos infinitos termos de uma progressão geométrica. IX. MATRIZES, DETERMINANTES E SISTEMAS LINEARES: 1. Matrizes com entradas reais; 2. Adição e multiplicação de matrizes, multiplicação de uma matriz por um número real; 3. Transposição e inversão de matrizes; 4. Determinantes de matrizes quadradas; 5. Discussão e solução de um sistema de equações lineares. X. TRIGONOMETRIA: 1. Medida de arcos e ângulos em graus, radianos e identidades trigonométricas; 2. Funções trigonométricas: seno, cosseno, tangente, cotangente, secante e cossecante; 3. Equações trigonométricas; 4. Lei dos senos e Lei dos cossenos. 5. Adição e subtração de arcos.XI. GEOMETRIA: 1. Ponto, reta e plano; 2. Medidas de segmentos de reta; 2. Medidas de ângulos; 3. Teorema de Tales; 4. Congruência e semelhança de triângulos; 5. Relações métricas num triângulo retângulo e num triângulo qualquer; 6. Teorema de Pitágoras; 7. Razões trigonométricas no triângulo retângulo; 8. Relações métricas no círculo, potência de um ponto em relação a um círculo; 8. Áreas e perímetros de figuras planas. XII. GEOMETRIA ESPACIAL: 1. Ângulo entre retas, entre reta e plano, e entre planos; 2.Poliedros e relação deEuler;
Prismas, pirâmides, cilindros, cones e esferas; 4. Áreas e volumes. XIII. GEOMETRIA ANALÍTICA PLANA: **1.** Coordenadas cartesianas, dista cia entre dois pontos; 2. Equaçoeš de uma reta, angû lo entre retas, distância de um ponto a uma reta. 3. Equações de circunferências, parábolas, elipses e hipérboles. XIV. ANÁLISE COMBINATÓRIA E PROBABILIDADE: 1. Fatorial;

2. Princípios de contagem; 3. Permutações simples e com repetição, arranjos simples,

combinações simples; 4. Binômio de Newton e triângulo de Pascal; 5. Probabilidade em espaços amostrais equiprováveis; 6. Probabilidade de eventos dependentes e independentes; 5. Probabilidade Condicional; 5. Probabilidade da União. XV. ESTATÍSTICA BÁSICA: 1. Tratamento da informação obtida com a organização e interpretação de dados em tabelas e gráficos; 2. Significado e aplicação das medidas de tendência central (média, mediana e moda) e de variabilidade (desvio médio, desvio padrão e variância) 3. Média aritméticas simples e ponderada, média geométrica e média harmônica.XV. CÁLCULO DIFERENCIAL E INTEGRAL: Cálculo de limites, derivadas e integrais de uma variável e suas aplicações**.**

PROFESSOR ESPECIALISTA – GEOGRAFIA (Cargo 8)
Epistemologia da Geografia e seus principais conceitos: espaço, território, lugar, região e paisagem; 2. Escala geográfica e escala cartográfica; 3. Orientação e localização no espaço/tempo: sistemas de coordenadas, fusos horários e representações cartográficas; 4. Relação sociedade/natureza: as disputas por recursos e territórios; 5. Dinâmica físico-natural: processos internos e externos da formação do relevo, aspectos geológicos e geomorfológicos, solos, biodiversidade, hidrografia, dinâmica climática; 6. Biomas, domínios morfoclimáticos e formações vegetais do Brasil: a questão do desenvolvimento sustentável; 7. Transformação das paisagens naturais e antrópicas: problemas ambientais e conservação, do global ao local; 8. Formação territorial do Brasil; 9. Diversidade e dinâmica da população mundial e local; 10. Espaço mundial: divisão internacional do trabalho e a distribuição da riqueza; 11. Geopolítica: análise das relações de poder no contexto global 12. Integração mundial e suas interpretações: globalização e mundialização; 13. Corporações e organismos internacionais e do Brasil na ordem econômica mundial; 14. Transformações do espaço na sociedade urbano-industrial;15. Produção, circulação e consumo de mercadorias; 16. Cadeias industriais e inovação no uso dos recursos naturais e matérias-primas; 17. O processo de urbanização mundial e sua espacialização no Brasil; 18. Produção do espaço agrário. 19. Dimensões da política, cultura e economia dos diferentes continentes (América, Europa, Ásia, África e Oceania). 20. Aspectos geográficos da região do Seridó e do Rio Grande do Norte.

FISIOTERAPEUTA (Cargo 18)
Anatomia, fisiologia, histologia, bioquímica, neuroanatomia e patologia; Conhecimentos anatômicos, fisiológicos e patológicos das alterações musculoesqueléticas, neurológicas, cardiorrespiratórias e vasculares; Conhecimento dos princípios básicos da cinesiologia; Conceito e aplicação: alongamentos, exercícios ativos, ativos-assistidos, passivos, isométricos; Conceito e

aplicação: mecanoterapia, fototerapia, termoterapia, crioterapia, eletroterapia, massoterapia; Testes musculares; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia ortopédica, traumatológica e reumatológica; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia cardiorrespiratória e vascular; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia neurológica infantil e adultos; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia aquática; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia geriátrica; Fundamentos e técnicas de atendimento em fisioterapia uroginecológica; Fisioterapia do Trabalho; Atuação fisioterapêutica em Atenção Primária (Equipes multiprofissionais): Clínica ampliada e apoio matricial; Código de Ética e Deontologia de Fisioterapia — Resolução nº 424, de 08 de julho de 2013 (D.O.U. nº 147, Seção 1, de 01/08/2013).

FONOAUDIÓLOGO (Cargo 12)
1.Fonoaudiologia e epidemiologia; 2. Prevenção e Promoção em fonoaudiologia; 3. Fonoaudiologia em saúde materno-infantil; 4. Anátomo-fisiologia da fonação; Legislação do Sistema Único de Saúde – SUS: Constituição da República Federativa do Brasil (Com as Emendas Constitucionais): Art.196 a 200; Lei n° 8.080, de 19 de setembro de 1990 e alterações
- Dispõe sobre as condições para a promoção e recuperação da saúde e dá outras providências; Decreto n° 7.508, de 28 de junho de 2011; Lei n° 8.142, de 28 de dezembro de 1990 e alterações – Dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do SUS e dá outras providências; PORTARIA MS/GM Nº 2.048 DE 03/09/2009 - Aprova o regulamento do Sistema Único de Saúde (SUS). Portaria Nº 2.488, de 21 de Outubro de 2011, que aprova a Política Nacional de Atenção Básica. Conhecimentos de Saúde Pública: Diretrizes e bases da implantação do SUS; Constituição da República Federativa do Brasil – Saúde; Organização da Atenção Básica no Sistema Único de Saúde. Código de Ética do Profissional. Desenvolvimento Global da Criança – Desenvolvimento Intrauterino. Desenvolvimento Psicomotor. Fatores que interferem no Desenvolvimento Infantil. Motricidade Orofacial – Anatomia e Fisiologia do Sistema Estomatognático. Desenvolvimento das Funções Estomatognáticas. Transtornos da deglutição em crianças. Alterações Fonoaudiológicas. Avaliação, Diagnóstico, Prognóstico e Tratamento Fonoaudiológico. Linguagem – Anatomofisiologia da Linguagem e Aprendizagem. Aquisição e Desenvolvimento da Linguagem oral e escrita. Linguística: Fonética e Fonologia da Língua Portuguesa Aplicadas à Fonoaudiologia. Transtornos da Linguagem e da Aprendizagem: Conceituação, Classificação e Etiologia. **Avaliação e** Tratamento Fonoaudiológico nos Transtornos de Linguagem e de Aprendizagem. Voz – Anatomia e Fisiologia da Laringe. Patologias Laríngeas: Conceituação, Classificação e Etiologia. Avaliação, Diagnóstico e

Tratamento Fonoaudiológico. Audiologia - Anatomia e Fisiologia da Audição. Noções de Psicoacústica. Audiologia Clínica: Avaliação, Diagnóstico, Prognóstico. Processamento Auditivo Central. Atuação do Fonoaudiólogo. Saúde Pública - Prevenção e Intervenção Precoce. Fonoaudiologia em Instituição: Escola. A Fonoaudiologia na Relação Multidisciplinar: Interpretação de Laudos em Áreas Afins. Normas do Código de Ética do Fonoaudiólogo.

.
PSICÓLOGO (Cargo 10)
1. História da Psicologia; Código de Ética do Psicólogo; Documentos psicológicos; Desenvolvimento humano; Funções mentais; Psicopatologia; Processos de aprendizagem; Avaliação psicológica; Psicossomática; Saúde mental na atualidade; Prática da psicologia junto às pessoas com deficiência; Psicologia e os fenômenos de grupo; O psicólogo e as políticas públicas; Participação do psicólogo em equipes multidisciplinares; Psicologia nas políticas de saúde e assistência social. Teorias e sistemas psicológicos: Psicanálise, Behaviorismo, Gestalt, Humanismo e Cognitivismo; Psicologia social e comunitária; Técnicas psicoterápicas e modalidades de intervenção clínica; Psicologia hospitalar e atuação em saúde; Reforma Psiquiátrica e a Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Lei nº 10.216/2001 (Lei da Reforma Psiquiátrica) e Política Nacional de Saúde Mental; Atuação do psicólogo na Atenção Primária à Saúde e na Equipe Multiprofissional (eMulti): apoio matricial e Projeto Terapêutico Singular (PTS); Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS; Psicologia jurídica e atuação em contextos de violência, abuso e violação de direitos (ECA, Lei Maria da Penha, Estatuto do Idoso); Sistema Único de Assistência Social (SUAS): CRAS, CREAS e a atuação do psicólogo na proteção social básica e especial; Psicologia e álcool e outras drogas: redução de danos e Política Nacional sobre Drogas; Luto, perdas e cuidados paliativos: atuação psicológica; Psicodiagnóstico infantil e avaliação neuropsicológica; Resolução CFP nº 06/2019, que institui normas para elaboração de documentos psicológicos; Ética em pesquisa com seres humanos e sigilo profissional em contextos institucionais.

TERAPEUTA OCUPACIONAL (Cargo 13)
1. Fundamentos para a prática em Terapia Ocupacional. 2. Princípios éticos, morais e deontológicos em terapia ocupacional e suas especialidades. 3. O papel do terapeuta ocupacional no trabalho em equipe. 4. Terapia ocupa- cional e a abordagens grupais. 5. Métodos e técnicas de avaliação em

Terapia Ocupacional. 6. Análise de atividade e recursos terapêuticos. 7. Modelo de ocupação humana e a prática baseada no cliente. 8. Terapia ocupacional nas disfunções física.

9. Terapia ocupacional na infância e na adolescência. 10. Terapia ocupacional na reabilitação neuropsicológica e funcional. 11. Terapia ocupacional aplicada a geriatria e gerontologia. 12. O uso de tecnologia assistiva na prática do terapeuta ocupacional. 13. Atividades e recursos terapêuticos. 14. O uso da CIF na terapia ocupacional

TÉCNICO DE ENFERMAGEM (Cargo 19)
1. Evolução histórica do sistema de saúde brasileiro e a construção do SUS; Princípios e diretrizes; Lei Orgânica da Saúde — Lei nº 8.080, de 1990; Sistemas de Informação em Saúde. Legislação em enfermagem; Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; Sistematização da Assistência de Enfermagem e Processo de Enfermagem; Fundamentos de enfermagem: sinais vitais; exame físico; feridas, curativos e coberturas; higiene pessoal e conforto dos pacientes; nutrição; oxigenação; eliminações fisiológicas; dor; vias de administração e cálculo de medicamentos; registros e anotações de enfermagem. Saúde da criança: assistência ao recém-nascido; alimentação infantil; doenças prevalentes na infância; saúde do adolescente; Imunização: rede de frio, conservação e armazenamento, dose e via de administração de vacinas, esquema de vacinação do Ministério da Saúde. Saúde da Mulher:Câncer de colo do útero, câncer de mama, saúde sexual e reprodutiva, pré-natal de baixo e alto risco, parto e puerpério, aleitamento materno. Assistência de Enfermagem por Sistemas e Contextos Clínicos: Cuidados de enfermagem ao paciente com doenças renais, respiratórias, cardiovasculares, neurológicas, gastrointestinais, reumatológicas, dermatológicas e urológicas; Saúde mental e a assistência de enfermagem; Urgências e emergências clínicas e traumáticas: suporte básico de vida; suporte avançado de vida; parada cardiorrespiratória; acidente vascular encefálico; queimaduras; quadros de choque; traumatismos em geral; afogamento; emergências toxicológicas; emergências psiquiátricas. Vigilância e Segurança: Doenças de notificação compulsória; Doenças de transmissão vetorial e doenças infectocontagiosas; Infecções Sexualmente Transmissíveis; Doenças crônicas não transmissíveis; HAS; DM; Infecção relacionada à assistência à saúde e biossegurança; Segurança do paciente; Central de Material e Esterilização (CME). Conteúdo Complementar :Saúde do idoso: assistência de enfermagem, prevenção de quedas, síndromes geriátricas e Estatuto da Pessoa Idosa; Saúde do homem: Política Nacional de Atenção Integral à Saúde do Homem; Assistência de enfermagem em cuidados paliativos e ao paciente terminal; Atuação do técnico de enfermagem na Atenção Primária à Saúde e na Equipe Multiprofissional (eMulti): visitas domiciliares e apoio ao cuidado longitudinal; Programa Nacional de Imunizações (PNI): eventos adversos pós-vacinação e sistema de informação do PNI (SIPNI/e-SUS); Saúde do trabalhador e prevenção de acidentes com material perfurocortante (NR-32); Farmacologia básica aplicada à enfermagem: classes de

medicamentos, reações adversas e cuidados na administração; Assistência de enfermagem em saúde mental no contexto da Reforma Psiquiátrica e da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS); Gerenciamento de resíduos de serviços de saúde (RSS) — RDC ANVISA nº 222/2018; Humanização da assistência e Política Nacional de Humanização (PNH) do SUS.

ENFERMEIRO (Cargo 9)
1. Sistema Único de Saúde (SUS) – Evolução histórica do sistema de saúde brasileiro e a construção do SUS; Princípios e diretrizes; Lei Orgânica da Saúde – Lei nº 8.080, de 1990; Sistemas de Informação em Saúde. 2. Legislação em enfermagem e Novo Código de Ética dos Profissionais de Enfermagem; 3. Sistematização da Assistência de Enfermagem e Processo de Enfermagem; 4. Teorias de enfermagem; 5. Fundamentos de enfermagem: sinais vitais; exame físico; feridas, curativos e coberturas; higiene pessoal e conforto dos pacientes; nutrição; oxigenação; eliminações fisiológicas; dor; vias de administração e cálculo de medicamentos; registros e evolução de enfermagem. 6. Assistência de enfermagem na saúde da criança: assistência ao recém-nascido; alimentação infantil; doenças prevalentes na infância; saúde do adolescente; 7. Imunização: rede de frio, conservação e armazenamento, dose e via de administração de vacinas, esquema de vacinação do Ministério da Saúde; 8. Assistência de enfermagem na saúde da mulher: câncer de colo do útero, câncer de mama, saúde sexual e reprodutiva, pré-natal de baixo e alto risco, parto e puerpério, aleitamento materno; 9. Assistência de enfermagem na saúde do idoso; 10. Assistência de enfermagem nas doenças renais, respiratórias, cardiovasculares, neurológicas, gastrointestinais, reumatológicas, dermatológicas, urológicas; 11. Assistência de enfermagem na saúde mental; 12. Assistência de enfermagem em urgências e emergências clínicas e traumáticas; suporte básico de vida; suporte avançado de vida; parada cardiorrespiratória; acidente vascular encefálico; queimaduras; quadros de choque; traumatismos em geral; afogamento; emergências toxicológicas; emergências psiquiátricas. 13. Doenças de notificação compulsória; 14. Doenças de transmissão vetorial e doenças infectocontagiosas; 15. Infecções Sexualmente Transmissíveis; 16. Doenças crônicas não transmissíveis; Hipertensão Arterial Sistêmica; Diabetes Mellitus 17. Infecção relacionada à assistência à saúde e biossegurança;18. Risco biológico e medidas de precauções; 19. Controle de infecção hospitalar; 20. Enfermagem cirúrgica; 21. Segurança do paciente; 22. Central de Material e Esterilização.

VETERINÁRIO (Cargo 15)
1. Anatomia, fisiologia, patologia e clínica médico-veterinária dos animais domésticos de interesse

comercial e pro- dução de alimentos; 2. Clínica cirúrgica de animais de produção: 2.1. Equilíbrio hidroeletrolítico. 2.2. Anestesia e analgesia. 2.3. Pré-operatório, transoperatório, pós-operatório do paciente. 2.4. Infecções cirúrgicas. 2.5. Cicatriza- ção tecidual. 2.6. Hérnias. 2.7. Eventração, evisceração, prolapso e protrusão. 2.8. Intervenções cirúrgicas do tórax. 2.9. Cirurgia visceral.
2.10. Intervenções cirúrgicas do abdômen; 3. Criação e manejo de animais ruminantes: bovi- nos, caprinos e ovinos; 4. Criação e manejo de animais monogástricos: suínos, aves e coelhos; 5. Nutrição animal tipos de alimentos (concentrado proteico e energético), pastagens, técnicas de silagem e fenação; 6. Toxicologia e plantas tóxicas; 7. Doenças parasitárias, nutricionais e metabólicas: 7.1. Etiologia, grupos e classificação, patogenia, sintomatologia, diagnóstico, tratamento e profilaxia; 8. Inspeção industrial e sanitária de produtos de origem animal: 8.1. Programas de Autocontrole. 8.2. Boas Práticas de Fabricação – BPF. 8.3. Procedimento Padrão de Higiene Operacional – PPOH. 8.4. Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle – APPCC;
9. Defesa Sanitária Animal: prevenção, controle e diagnóstico, clínico e laboratorial, das principais doenças que afetam o comércio e a saúde humana e animal. 9.1. Legislação Federal e Estadual
- Defesa Sanitária Animal; 10. Inspeção de produtos de uso veterinário. 10.1. Noções de inspeção coelhos; 11. Métodos de conservação dos produtos de origem animal; obtenção higiênica do leite; normas de sani- tização, higiene pessoal, higiene de ambiente, de utensílios, das instalações, higiene do transporte de produtos alimentares de origem animal. 12. Doenças transmitidas por alimentos; 13. Doenças de notificação obrigatória; 14. Doenças infectocontagiosas e zoonoses:
14.1. Etiologia, grupos e classificação, patogenia, sintomatologia, diagnós- tico, tratamento e profilaxia; 14.2. Linfadenite caseosa, Rinotraqueíte Infecciosa Bovina, Febre Aftosa, Raiva, Bru-celose, Tuberculose, Leptospirose, Salmonelose, Micoplasmose, Doença de Newcastle, Peste Suína Clássica e Peste Suína Africana; 15. Vigilância sanitária internacional; 16. Conhecimentos básicos de epidemiologia; 17. No- ções básicas de biossegurança; 18. Controle da produção de soros, vacinas e antígenos para salmonelose, mico- plasmose, newcastle, brucelose, raiva, peste suína e febre aftosa; 19. Farmacologia veterinária; 20. Conhecimentos Técnicos administrativos: SUS e a vigilância à saúde (vigilância sanitária, epidemiológica e ambiental).

ODONTÓLOGO (Cargo 17)
1.Diagnóstico, etiologia, prevenção e tratamento de doenças bucais: cárie, doença periodontal, doenças pulpares e apicais, oclusopatias, câncer bucal, patologias ósseas, infecções na cavidade oral, manifestação oral de doenças sistêmicas. 2. Atendimento Odontológico a pacientes pediátricos, geriátricos, gestantes, com necessidades especiais e com comprometimento sistêmico. 3. Urgência e emergência em odontologia: traumatismos dentários decíduos e

permanentes, pulpites, alveolites, hemorragias e periodontopatias 4. Técnicas radiográficas intrabucais, diagnóstico por imagem e exames complementares na prática odontológica.
5.Farmacologia Odontológica (terapêutica medicamentosa): antiinflamatórios, antibióticos, analgésicos, anestésicos, fluoretos e antissépticos. 6.Técnicas anestésicas e anestésicos aplicados à clínica odontológica adulta e pediátrica, complicações anestésicas, indicações e contraindicações. 7.Dentística: técnicas, materiais restauradores e protetores do complexo dentinopulpar, tratamento restaurador atraumático, preparo cavitário minimamente invasivo e selantes, lesões não cariosas, hipersensibilidade e lesões cervicais. 9.Cirurgia em dentes permanentes e decíduos: técnicas, acidentes e complicações. 10.Próteses dentárias: próteses parciais fixas e removíveis, próteses totais – técnicas de confecção, indicações e contraindicações.
11.Biossegurança e controle de infecção cruzada no consultório. 12.Políticas Públicas de Saúde no Brasil: organização dos serviços de saúde no Brasil – Sistema Único de Saúde – SUS, Estratégia Saúde da Família (ESF), Programa Saúde na Escola (PSE).

ORIENTADOR SOCIAL (Cargo 20)
1.Legislação Nacional: 1.1 – Constituição brasileira de 1988 e suas atualizações; 1.2- Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei nº. 9.394/1996 e suas atualizações; 1.3 Estatuto da Criança e do Adolescente (Lei nº 8.069/1990 e suas atualizações);1.4- Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº.13.146/2015 e atualizações) Estatuto da Pessoa com Deficiência); 1.5 - Estatuto da Juventude (Lei nº 12.852/2013 e atualizações); 1.6 Estatuto da Pessoa Idosa – Lei nº 10.741/2003 e suas atualizações; 2.O Conselho Tutelar e a relação com a atuação do orientador social; 3.O papel do orientador social em âmbito municipal; 4.Direitos Humanos, Ética e Cidadania; 5.Noções básicas acerca das Políticas Sociais instituídas no Brasil
- transferência de renda, saúde, previdência/assistência social, habitação/urbanismo, saneamento básico, segurança alimentar, trabalho e renda, educação, desenvolvimento urbano e rural, cultura, lazer, desporto, bem como políticas sociais focalizadas conforme idade, gênero, etnia, grupos identitários, considerando o contexto brasileiro com ênfase na ação dos municípios; 6.Noções Básicas acerca da Política Nacional de Assistência Social e seus normativos; 7.Conhecimentos básicos acerca de projetos sociais; 8.Conhecimentos básicos acerca de jogos e recreação;
9.Conhecimentos básicos em organização de eventos: do planejamento a realização;
10.Relacionamento interpessoal no ambiente de trabalho; 11.Educação, Ação Social e equidades.
12.Tecnologias da Comunicação e Informação e Educação Digital no trabalho.

AUDITOR DE CONTROLE INTERNO (Cargo 16)
1.ORÇAMENTO PÚBLICO: Conceito, instrumentos de planejamento orçamentário e ciclo orçamentário. Princípios orçamentários. Crédito Adicionais. Receitas Públicas. Despesas Públicas. Classificação Funcional-Programática. Restos a Pagar. Despesas de Exercícios Anteriores. Suprimento de Fundos. Características do Orçamento Público. Descentralização de Créditos e Movimentação de Recursos Financeiros. CONTABILIDADE PÚBLICA: Conceito e campo de aplicação. Sistemas: orçamentário, financeiro, patrimonial e de compensação. Composição do Patrimônio Público. Patrimônio Público. Ativo. Passivo. Saldo Patrimonial. Variações Patrimoniais. Mensuração de ativos. Mensuração de passivos. Tratamento contábil aplicável aos impostos e contri- buições. Execução orçamentária e financeira. Demonstrações contábeis aplicadas ao setor público. Normas Técnicas Brasileiras de Contabilidade Aplicáveis ao Setor Público. DIREITO ADMINISTRATIVO: Administração Pública. Órgão e Agentes públicos. Princípios básicos da Administração Pública. Deveres e Poderes da Administração Pública. Serviços Públicos. Atos administrativos. Licitações e Contratos Administrativos (Lei 14.133/2021 atualizada). Controle da Administração Pública. Responsabilidade Civil do Estado. Organização administrativa do Estado. AUDITORIA: Introdução, Tipos de Auditoria, Conceitos Gerais, Termos dos Trabalhos e Trabalhos iniciais. O papel do Auditor. Normas Profissionais do Auditor Independente. Auditoria Interna e Auditoria Independente. Materialidade e Relevância. Risco de Auditoria. Evidência. Fraude e erro. Planejamento. Procedimentos de Auditoria. Documentação de Auditoria (papéis de trabalho). Amostragem. Controle de Qualidade. Normas de Auditoria Financeira – NBC TA. Responsabilidades da Administração e do Auditor. Requisitos para o Exercício da Auditoria. Relatório (Parecer) do Auditor Independente. Controles Internos. Identificação e Avaliação dos Riscos de Distorção Relevante. Constituição da República Federativa do Brasil de 1988 atualizada. Lei nº 4.320/1964 e suas atualizações. Lei Complementar nº 101/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal) e suas atualizações. Lei Orgânica do Município de Equador e suas atualizações .Estatuto dos Servidores do Município de Equador e suas atualizações.

PROCURADOR JURÍDICO (Cargo 14)
1.DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais (normas de eficácia plena, contida e limitada). Normas Programáticas. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Poder constituinte Organização do Estado: organização político-administrativa, União, Estados, Distrito Federal,

Municípios e Territórios. Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria pública. Política Urbana. Educação, Cultura e Desporto. Ordem Social: Seguridade Social, Saúde, Previdência Social, Assistência Social. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade das normas. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade (Lei n.º 9.868/1999). Arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei n.º 9.882/1999). Súmula vinculante (Lei n.º 11.417/2006). DIREITO ADMINISTRATIVO: Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios expressos e implícitos. Conceito, fontes e princípios do Direito Administrativo. Organização administrativa da União; administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Bens Públicos. Órgãos Públicos. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar. Poderes administrativos. Uso e abuso do poder. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e omissivos, requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; reparação do dano; direito de regresso. Licitações e contratos administrativos (Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e Lei n. 14.133/2021). Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias (Leis n.º 13.019/2014 e suas alterações). Processo Administrativo (Lei Federal n.º 9.784/1999). DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto- Lei n.º 4.657/42 e alterações posteriores). Eficácia, retroatividade, interpretação e solução de antinomias das normas jurídicas. Das pessoas naturais começo e fim da

personalidade, capacidade de fato e de direito. Direitos da personalidade. Domicílio. Das pessoas jurídicas: começo e extinção, espécies, classificação, representação e responsabilidade. Dos Bens. Dos Fatos jurídicos: Ato e Negócio Jurídico: noções gerais, modalidade e formas. Efeitos do ato e do negócio jurídico: pressupostos de validade, defeitos, vícios, invalidades e nulidades. Ato ilícito. Prescrição e decadência. Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, classificação, interpretação e extinção. Direitos das Coisas: posse, propriedade e direitos reais. Direito das Obrigações: conceito, estrutura, classificação, extinção e inexecução das obrigações. Responsabilidade civil. Obrigação de Indenizar. Modalidades de responsabilização civil. Requisitos para a responsabilização civil. Hipóteses de exclusão da responsabilidade civil.

Responsabilidade civil do Estado. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Código de Processo Civil (Lei n.º 13.105/2015 e suas alterações). Princípios gerais do processo civil. Jurisdição contenciosa e voluntária. Interpretação e aplicação das normas pro- cessuais. Competência: conceito, espécies e critérios determinativos. Competência e prerrogativa de foro. Conflitos de Competência. Direito de ação. Da jurisdição e da ação. Formação, extinção e suspensão do processo. Pressupostos processuais. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Mediação e conciliação. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade Processual. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da Justiça. Legitimidade ativa e passiva. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. Amicus Curiae. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo. Tutela provisória. Atos processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Prazos processuais. Inércia processual: contumácia e revelia. Prescrição. Preclusão. Nulidades. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Mérito e questões preliminares. Procedimento comum: aspectos gerais, fases e âmbitos de aplicação. Petição inicial. Meios de Defesa do réu. Impulso processual. Formação, suspensão e extinção do processo. Saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiências. Sentença: aspectos gerais, classificações, publicação, intimação, correção e integração da sentença. Do cumprimento da Sentença. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos: disposições Gerais. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário. Embargos de Divergência. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. Liquidação de Sentença. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. Requisições de Pequeno Valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Procedimentos Especiais: Ações Possessórias e Ação Monitória. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação direta de inconsti-tucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade (Lei n.º 9.868/1999). Arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei n.º 9.882/1999). Juizados Especiais Cíveis. Processo e Procedimento nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública (Leis n.º 9.099/1995 e 12.153/2009). DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO: Princípios do Direito
Tributário. Fontes do direito tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, interpretação, integração, aplicação. Competência tributária. Competência Tributária e Capacidade Tributária. Limitações ao poder de tributar. Imunidades tributárias. Isenções: noções gerais, instituição e

extinção, vedações constitucionais e legais. Tributos: noções gerais, espécies, regras para instituição válida. Impostos. Contribuição de melhoria. Empréstimos Compulsórios. Contribuições. Taxas: aspectos gerais, hipóteses de incidência, requisitos de validade. Taxas e preços pú- blicos. Obrigação tributária. Lançamento Tributário. Formas de impugnação do lançamento tributário. Crédito tributário. Causas de Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Dívida Ativa Tributária. Certidões Negativas, Positivas e Positivas com Efeito de Negativa. Lei complementar nº 123/06 (SIMPLES). Processo administrativo fiscal. Contencioso tributário: ações do fisco contra o contribuinte; ações do contribuinte contra o fisco; Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80). Código Tributário Nacional. DIREITO FI-NANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO: Conceito e objeto. Competência legislativa: normas gerais e específicas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição Federal. Finanças Públicas na Constituição Federal: normas gerais e orçamentos. Lei n. 4.320/1964. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000). DIREITO URBANÍSTICO: Constituição Federal: ordenamento territorial, competências urbanísticas, normas gerais, Município, Política urbana, Plano diretor, Função social da propriedade urbana, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/1979 e suas alterações). Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001).DIREITO PENAL: Princípios constitucionais do Direito Penal. Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940). A lei penal no tempo. A lei penal no espaço. Interpretação da lei penal. Infração penal: elementos e espécies. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. Conceito de crime, fato típico, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Extinção da punibilidade. Erro de tipo; erro de proibição. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Das penas: espécies, cominação, concurso, efeitos da condenação. Dos Crimes contra a Administração Pública. Lei Orgânica do Município de Equador/RN. Estatuto dos Servidores Municipais de Equador/RN (Lei Municipal n. 384/1997). Regimento Interno da Câmara Municipal de Equador/RN: (resolução n.01/2019).

PROCURADOR LEGISLATIVO DA CÂMARA MUNICIPAL DE EQUADOR (Cargo 22)
1. DIREITO CONSTITUCIONAL: Constituição: conceito, classificações, princípios fundamentais. Aplicabilidade das normas constitucionais (normas de eficácia plena, contida e limitada). Normas Programáticas. Direitos e garantias fundamentais: direitos e deveres individuais e coletivos, direitos sociais, nacionalidade, cidadania, direitos políticos e partidos políticos. Poder constituinte Organização do Estado: organização político-administrativa, União, Estados, Distrito Federal, Municípios e Territórios. Administração Pública: disposições gerais, servidores públicos.

Fiscalização contábil, financeira e orçamentária. Organização dos Poderes. Poder Executivo. Poder Legislativo. Poder Judiciário. Funções essenciais à justiça. Ministério Público. Advocacia Pública. Defensoria pública. Política Urbana. Educação, Cultura e Desporto. Ordem Social: Seguridade Social, Saúde, Previdência Social, Assistência Social. Supremacia constitucional e controle de constitucionalidade das normas. Ação direta de inconstitucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade (Lei n.º 9.868/1999). Arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei n.º 9.882/1999). Súmula vinculante (Lei n.º 11.417/2006). DIREITO ADMINISTRATIVO: Estado, governo e administração pública: conceitos, elementos, poderes e organização; natureza, fins e princípios expressos e implícitos. Conceito, fontes e princípios do Direito Administrativo. Organização administrativa da União; administração direta e indireta, centralizada e descentralizada. Bens Públicos. Órgãos Públicos. Agentes públicos: espécies e classificação; poderes, deveres e prerrogativas; cargo, emprego e função públicos; regime disciplinar. Processo Administrativo Disciplinar. Poderes administrativos. Uso e abuso do poder. Ato administrativo: validade, eficácia; atributos; extinção, desfazimento e sanatória; classificação, espécies e exteriorização; vinculação e discricionariedade. Serviços Públicos; conceito, classificação, regulamentação e controle; forma, meios e requisitos; delegação: concessão, permissão, autorização. Controle e responsabilização da administração: controle administrativo; controle judicial; controle legislativo; responsabilidade civil do Estado por atos comissivos e omissivos, requisitos para a demonstração da responsabilidade do Estado; causas excludentes e atenuantes da responsabilidade do Estado; reparação do dano; direito de regresso. Licitações e contratos administrativos (Lei n.º 8.666/1993, Lei n.º 10.520/2002 e Lei n. 14.133/2021). Regime Jurídico das Parcerias Voluntárias (Leis n.º 13.019/2014 e suas alterações). Processo Administrativo (Lei Federal n.º 9.784/1999). DIREITO CIVIL: Lei de Introdução às normas do Direito Brasileiro (Decreto-Lei n.º 4.657/42 e alterações posteriores). Eficácia, retroatividade, interpretação e solução de antinomias das normas jurídicas. Das pessoas naturais começo e fim da personalidade, capacidade de fato e de direito. Direitos da personalidade. Domicílio. Das pessoas jurídicas: começo e extinção, espécies, classificação, representação e responsabilidade. Dos Bens. Dos Fatos jurídicos: Ato e Negócio Jurídico: noções gerais, modalidade e formas. Efeitos do ato e do negócio jurídico: pressupostos de validade, defeitos, vícios, invalidades e nulidades. Ato ilícito. Prescrição

e decadência. Contratos: disposições gerais do Código Civil de 2002, classificação, interpretação e extinção. Direitos das Coisas: posse, propriedade e direitos reais. Direito das Obrigações: conceito, estrutura, classificação, extinção e inexecução das obrigações. Responsabilidade civil. Obrigação de Indenizar. Modalidades de responsabilização civil. Requisitos para a responsabilização civil. Hipóteses de exclusão da responsabilidade civil. Responsabilidade civil do Estado. DIREITO PROCESSUAL CIVIL: Código de Processo Civil (Lei

n.º 13.105/2015 e suas alterações). Princípios gerais do processo civil. Jurisdição contenciosa e voluntária. Interpretação e aplicação das normas processuais. Competência: conceito, espécies e critérios determinativos. Competência e prerrogativa de foro. Conflitos de Competência. Direito de ação. Da jurisdição e da ação. Formação, extinção e suspensão do processo. Pressupostos processuais. Concurso e cumulação de ações. Conexão e continência. Mediação e conciliação. Sujeitos do processo. Partes e Procuradores. Capacidade Processual. Deveres das partes e de seus procuradores. Despesas, honorários advocatícios e multas. Gratuidade da Justiça. Legitimidade ativa e passiva. Litisconsórcio e Intervenção de Terceiros. Amicus Curiae. Prerrogativas processuais da Fazenda Pública em juízo. Tutela provisória. Atos processuais: classificação, forma, prazo, tempo e lugar. Prazos processuais. Inércia processual: contumácia e revelia. Prescrição. Preclusão. Nulidades. Processo e procedimento. Espécies de processos e de procedimentos. Mérito e questões preliminares. Procedimento comum: aspectos gerais, fases e âmbitos de aplicação. Petição inicial. Meios de Defesa do réu. Impulso processual. Formação, suspensão e extinção do processo. Saneamento. Julgamento conforme o estado do processo. Provas. Audiências. Sentença: aspectos gerais, classificações, publicação, intimação, correção e integração da sentença. Do cumprimento da Sentença. Coisa julgada. Conceito. Espécies. Limites. Remessa Necessária. Meios de impugnação à sentença. Ação rescisória. Recursos: disposições Gerais. Apelação. Agravo de Instrumento. Agravo Interno. Embargos de Declaração. Recurso Ordinário. Recurso Especial. Recurso Extraordinário. Agravo em Recurso Especial ou Extraordinário. Embargos de Divergência. Reclamação e correição. Repercussão geral. Súmula vinculante. Recursos repetitivos. Liquidação de Sentença. Processo de Execução. Princípios gerais. Espécies. Execução contra a Fazenda Pública. Regime de Precatórios. Requisições de Pequeno Valor. Execução de obrigação de fazer e de não fazer. Execução por quantia certa. Embargos de Terceiros. Exceção de pré-executividade. Remição. Suspensão e extinção do processo de execução. Procedimentos Especiais: Ações Possessórias e Ação Monitória. Ação Popular. Ação Civil Pública. Mandado de Segurança. Mandado de Segurança Coletivo. Habeas Data. O Processo Civil nos sistemas de controle da constitucionalidade. Ação direta de inconsti-tucionalidade e ação declaratória de constitucionalidade (Lei n.º 9.868/1999). Arguição de descumprimento de preceito fundamental (Lei n.º 9.882/1999). Juizados Especiais Cíveis. Processo e Procedimento nos Juizados Especiais Cíveis e da Fazenda Pública (Leis n.º 9.099/1995 e 12.153/2009). DIREITO E PROCESSO TRIBUTÁRIO: Princípios do Direito
Tributário. Fontes do direito tributário. Legislação tributária: conceito, vigência, interpretação, integração, aplicação. Competência tributária. Competência Tributária e Capacidade Tributária. Limitações ao poder de tributar. Imunidades tributárias. Isenções: noções gerais, instituição e extinção, vedações constitucionais e legais. Tributos: noções gerais, espécies, regras para

instituição válida. Impostos. Contribuição de melhoria. Empréstimos Compulsórios. Contribuições. Taxas: aspectos gerais, hipóteses de incidência, requisitos de validade. Taxas e preços pú- blicos. Obrigação tributária. Lançamento Tributário. Formas de impugnação do lançamento tributário. Crédito tributário. Causas de Suspensão, Extinção e Exclusão do Crédito Tributário. Garantias e Privilégios. Administração Tributária. Dívida Ativa Tributária. Certidões Negativas, Positivas e Positivas com Efeito de Negativa. Lei complementar nº 123/06 (SIMPLES). Processo administrativo fiscal. Contencioso tributário: ações do fisco contra o contribuinte; ações do contribuinte contra o fisco; Execução Fiscal (Lei nº 6.830/80). Código Tributário Nacional. DIREITO FI- NANCEIRO E ORÇAMENTÁRIO: Conceito e objeto. Competência legislativa: normas gerais e específicas. Fiscalização contábil, financeira e orçamentária na Constituição Federal. Finanças Públicas na Constituição Federal: normas gerais e orçamentos. Lei n. 4.320/1964. Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar n.º 101/2000). DIREITO URBANÍSTICO: Constituição Federal: ordenamento territorial, competências urbanísticas, normas gerais, Município, Política urbana, Plano diretor, Função social da propriedade urbana, regiões metropolitanas e aglomerados urbanos. Parcelamento do solo urbano (Lei n.º 6.766/1979 e suas alterações). Estatuto da Cidade (Lei n.º 10.257/2001). DIREITO PENAL: Princípios constitucionais do Direito Penal. Código Penal (Decreto-Lei n.º 2.848/1940). A lei penal no tempo. A lei penal no espaço. Interpretação da lei penal. Infração penal: elementos e espécies. Sujeito ativo e sujeito passivo da infração penal. Conceito de crime, fato típico, ilicitude, culpabilidade, punibilidade. Excludentes de ilicitude e de culpabilidade. Extinção da punibilidade. Erro de tipo; erro de proibição. Imputabilidade penal. Concurso de pessoas. Das penas: espécies, cominação, concurso, efeitos da condenação. Dos Crimes contra a Administração Pública. Lei Orgânica do Município de Equador/RN. Estatuto dos Servidores Municipais de Equador/RN (Lei Municipal n. 384/1997). Regimento Interno da Câmara Municipal de Equador/RN: (resolução n.01/2019).

AUTODECLARAÇÃO DE PESSOAS PRETAS E PARDAS

Eu,_, CPF , candidato no concurso público deflagrado e regido pelo Edital nº 002/2026, concorrendo ao cargo de
, sob nº. de inscrição , me autodeclaro
. Estou ciente de que, em caso de falsidade ideológica, ficarei sujeito às sanções prescritas no Código Penal e às demais cominações legais aplicáveis e que poderei perder o vínculo com a instituição, a qualquer tempo.

Equador/RN, Data: de de .

ASSINATURA DA PESSOA CANDIDATA

TERMO DE AUTORIZAÇÃO DE USO DE IMAGEM/ÁUDIO

Neste ato, eu,
, nacionalidade , estado civil
, portador(a) da cédula de identidade RG nº. , inscrito(a) no CPF sob nº.
, residente e domiciliado(a) na avenida / rua

, nº. , município de
, Estado:

, AUTORIZO o uso de minha imagem, qual seja através da entrevista, somente para efeitos de utilização deste concurso público, visando garantir a seriedade e a transparência do referido certame. A presente autorização é concedida a título gratuito, abrangendo o uso da imagem acima mencionada em todo o território nacional. Por esta ser a expressão da minha vontade, autorizo o uso acima descrito sem que nada haja a ser reclamado a título de direitos conexos à minha imagem ou a qualquer outro e assino a presente autorização em 02 (duas) vias de iguais teor e forma.

Equador/RN, Data: de de .

ASSINATURA DA PESSOA CANDIDATA

ANEXO V CRONOGRAMA

#	ATIVIDADE	DATA / PERÍODO
1	**Publicação do edital de abertura do concurso (Site da FUNCERN e Diário Oficial da FEMURN)**	17/08/2026
2	Interposição de impugnação aos termos do Edital (via e-mail)	18/08/2026
3	Resultado das impugnações contra o edital (via e-mail)	20/08/2026
4	Publicação de retificação ao edital de abertura do concurso (em caso de haver recurso aceito) (Site da FUNCERN)	21/08/2026
5	**Inscrições**	**24/08/2026 a 17/09/2026**
6	Requerimento de condições especiais para realização de provas e de atendimento pelo nome social	24/08/2026 a 17/09/2026
7	Divulgação do resultado definitivo das condições especiais para realização de provas e de atendimento pelo nome social (Área do Candidato)	23/09/2026
8	Prazo final para pagamento da taxa de inscrição	**18/09/2026**
9	Requerimento de isenção da taxa de inscrição (Área do Candidato)	24/08/2026 a 26/08/2026
10	Resultado preliminar do requerimento de isenção da taxa de inscrição (Área do Candidato e Site da FUNCERN)	31/08/2026
11	Interposição de recurso contra o resultado preliminar do requerimento de isenção da taxa de inscrição	01/09/2026
12	Divulgação do resultado definitivo do requerimento de isenção da taxa de inscrição (Área do Candidato e Site da FUNCERN)	04/09/2026
13	Divulgação preliminar das inscrições confirmadas (Área do Candidato)	05/10/2026
14	Solicitação de validação de inscrição por meio da apresentação de comprovante de pagamento em caso de inscrição paga e não confirmada (via e-mail)	06/10/2026 e 07/10/2026
15	Divulgação definitiva das inscrições confirmadas (Área do Candidato)	09/10/2026
16	Divulgação do Cartão de Inscrição da Pessoa Candidata e do local da Prova Escrita (Área do Candidato)	19/10/2026
17	**Aplicação da Prova Escrita**	01/11/2026
18	Divulgação do Gabarito Preliminar das questões objetivas (Site da FUNCERN)	01/11/2026
19	Interposição de recursos contra o Gabarito Preliminar das questões objetivas da Prova Escrita (Área do Candidato)	03/11/2026
20	Alteração de dados cadastrais pelas pessoas candidatas (Área do Candidato)	24/08/2026 a 05/11/2026
21	Resposta aos recursos contra o Gabarito Preliminar das questões objetivas da Prova Escrita (Área do Candidato)	09/11/2026

#	ATIVIDADE	DATA / PERÍODO
22	Divulgação do Gabarito Definitivo das questões objetivas da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	17/11/2026
23	Resultado definitivo da prova objetiva da Prova Escrita (Site da FUNCERN)	25/11/2026
24	Convocação para o Processo de Heteroidentificação (Site da FUNCERN)	27/11/2026
25	Realização do Processo de Heteroidentificação	30/11/2026 a 02/12/2026
26	Divulgação dos pareceres preliminares do Processo de Heteroidentificação (Área do Candidato)	07/12/2026
27	Interposição de recursos contra o parecer preliminar do Processo de Heteroidentificação (Área do Candidato)	09/12/2026
28	Resultado dos recursos contra o parecer preliminar do Processo de Heteroidentificação (Área do Candidato)	15/12/2026
29	Resultado Definitivo do Processo de Heteroidentificação (Site da FUNCERN)	16/12/2026
30	Convocação das pessoas com deficiência para Avaliação Biopsicossocial	27/11/2026
31	Realização da Avaliação Biopsicossocial	30/11/2026 a 02/12/2026
32	Resultado Preliminar da Avaliação Biopsicossocial (Site da FUNCERN)	07/12/2026
33	Interposição de recursos contra o parecer preliminar do Avaliação Biopsicossocial (Área do Candidato)	09/12/2026
34	Resultado dos recursos contra o parecer preliminar do Avaliação Biopsicossocial (Área do Candidato)	15/12/2026
35	Resultado Definitivo do Avaliação Biopsicossocial (Site da FUNCERN)	16/12/2026
36	Envio de documentação comprobatória para a Prova de Títulos (Área do Candidato)	16/12/2026 e 17/12/2026
37	Divulgação do resultado preliminar da Prova de Títulos (Área do Candidato)	28/12/2026
38	Interposição de recursos contra o resultado preliminar da Prova de Títulos (Área do Candidato)	29/12/2026
39	Resposta aos recursos contra o resultado preliminar da Prova de Títulos (Área do Candidato)	11/01/2027
40	Resultado Definitivo da Prova de Títulos (Site da FUNCERN)	15/01/2027
41	Resultado Final do Concurso (Site da FUNCERN)	20/01/2027

As dúvidas relativas ao Concurso Público deverão ser encaminhadas exclusivamente por meio do e-mail: concursoequador2026@funcern.br**.**

Publicado por:
Daniel Alves da Nóbrega
Código Identificador:A36450ED

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GALINHOS

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO E CULTURA
RESOLUÇÃO Nº 001/2026 - SEMEC/PMG

para a modalidade da Educação Especial Inclusiva no âmbito da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Galinhos/RN.

O Conselho Municipal de Educação do Município de Galinhos/RN, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei nº 392/2016, e tendo em vista o disposto nos arts. 205, 206 e 208 da Constituição Federal; na Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e no seu Protocolo Facultativo, promulgados pelo Decreto nº 6.949, de 25 de agosto de 2009; no Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva; na Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional; na Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência; na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista; na Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras; na Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009; na Resolução CNE/CEB nº 2, de 11 de setembro de 2001; na Nota Técnica SEESP/GAB nº 19/2010; na portaria-SEI/RN nº 4522, de 26 de setembro de 2024 e na Lei nº 600/2025, que institui o Sistema Municipal de Ensino do município de Galinhos.

RESOLVE:

CAPÍTULO I
DA EDUCAÇÃO ESPECIAL INCLUSIVA

Art. 1º A presente Resolução estabelece diretrizes para a modalidade de Educação Especial Inclusiva no âmbito da Educação Básica da Rede Municipal de Ensino de Galinhos, com a finalidade de garantir o direito à educação em um sistema educacional inclusivo para estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, sem discriminação e com base na igualdade de oportunidades.

§ 1º A Educação Especial Inclusiva constitui modalidade de ensino transversal a todas as etapas e modalidades da Educação Básica, com vistas a assegurar recursos e serviços educacionais para apoiar, complementar e suplementar o processo de escolarização.

§ 2º A garantia da Educação Especial Inclusiva ocorre por meio da organização da Rede Municipal de Ensino de Galinhos, de forma a assegurar que os estudantes que são o público da Educação Especial estejam incluídos em classes e escolas comuns, com o apoio necessário à sua participação, permanência e aprendizagem.

§ 3º Considera-se estudante com altas habilidades/superdotação aquele que apresenta desempenho e/ou potencial elevado em qualquer área de domínio, isoladas ou combinadas, na criatividade e no envolvimento com a tarefa, podendo tais habilidades se manifestarem ao longo da vida.

Art. 2º Na Rede Municipal de Ensino de Galinhos, a modalidade de Educação Especial será oferecida em instituições de ensino público e privado, mediante programas de apoio ao estudante, público da Educação Especial, matriculado, devendo considerar:
I - os princípios éticos da autonomia, responsabilidade, solidariedade e respeito ao bem comum; os princípios estéticos da sensibilidade, criatividade e diversidade de manifestações artísticas e culturais; os princípios políticos dos direitos e deveres da cidadania, do exercício da criticidade e do respeito à ordem democrática, de modo a preservar a dignidade de cada estudante e prepará-lo para o exercício da cidadania;
II - a promoção da equidade;
III - o combate, no contexto educacional, ao capacitismo e à discriminação em todas as suas formas;
IV - a garantia da acessibilidade e o incentivo ao desenvolvimento de tecnologias que assegurem o direito à educação ao público da educação especial;
V - a Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015, que institui o Estatuto da Pessoa com Deficiência, que define como pessoa com deficiência aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, a qual, em interação com uma ou mais barreiras, pode obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade, em igualdade de condições com as demais pessoas;
VI - a Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, que institui a Política Nacional de Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista, que considera pessoa com transtorno do espectro autista aquela que apresenta síndrome clínica caracterizada na forma de:
a) deficiência persistente e clinicamente significativa da comunicação e da interação sociais, manifestada por deficiência marcada de comunicação verbal e não verbal usada para interação social; ausência de reciprocidade social; falência em desenvolver e manter relações apropriadas ao seu nível de desenvolvimento;
b) padrões restritivos e repetitivos de comportamentos, interesses e atividades, manifestados por comportamentos motores ou verbais estereotipados ou por comportamentos sensoriais incomuns; excessiva aderência a rotinas e padrões de comportamento ritualizados; interesses restritos e fixos;
VIII - o Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025, que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, bem como demais normas e diretrizes que disciplinam a matéria.

CAPÍTULO II
DOS SERVIÇOS E PROFISSIONAIS ESPECIALIZADOS

Art. 3º Os estudantes públicos da Educação Especial Inclusiva, especificados no Art. 1º desta Resolução, possuem direito aos serviços e profissionais de apoio especializado, de acordo com a especificidade de cada serviço e da condição pedagógica do município, bem como do estudante.

Art. 4º Na Rede Pública de Ensino do Município de Galinhos são assegurados os seguintes professores de Educação Especial Inclusiva e profissionais de apoio especializado na modalidade Educação Especial:
I - professor de Atendimento Educacional Especializado;
II - professor de Libras;
III - profissional de Apoio Escolar;
IV - professor da Educação Especial;
V – Atendimento Educacional Domiciliar.

Art. 5º A oferta dos profissionais previstos no art. 4º será avaliada pelo estudo de caso, emitido pela equipe de profissionais da instituição de ensino, parecer técnico da Secretaria de Educação Municipal por meio da equipe técnica responsável, e obrigatoriamente mediante resultado de diagnóstico, laudo ou relatório emitido por profissional de saúde habilitado para tal.

Art. 6º A escola deve incluir em seu Projeto Político-Pedagógico (PPP) e Regimento Escolar a oferta dos serviços de apoio especializados, contemplando na sua organização:
I - metas, ações, metodologia, estratégias pedagógicas e processo de avaliação, de modo a possibilitar o êxito da aprendizagem de todos os estudantes;
II - o Atendimento Educacional Especializado;
III - a matrícula no Atendimento Educacional Especializado realizado na escola ou em outra instituição;
IV - as formas de atendimento que viabilizem o desenvolvimento das atividades pedagógicas de acordo com a necessidade educacional específica do estudante;
V - os professores e profissionais que compõem os serviços de apoio especializado, com as respectivas formações.

SEÇÃO I
ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (AEE)
E O PROFESSOR DO AEE

Art. 7º O Atendimento Educacional Especializado (AEE) é compreendido como o conjunto de atividades pedagógicas e recursos de acessibilidade organizados institucionalmente em caráter contínuo, prestado de forma:

I - a complementar a escolarização dos estudantes com deficiência e com Transtorno do Espectro Autista;
II - a suplementar a escolarização dos estudantes com indicativo de altas habilidades ou superdotação.

Parágrafo único. As escolas públicas do Município de Galinhos deverão articular, com auxílio da Secretaria Municipal de Educação, o atendimento suplementar em núcleos de atividades para altas habilidades ou superdotação, instituições de ensino superior ou institutos voltados à pesquisa, às artes e aos esportes, de modo a atender às necessidades de desenvolvimento pleno do estudante com altas habilidades ou superdotação.

Art. 8º O AEE deve ser realizado, preferencialmente, em Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), da própria escola ou em outra escola de ensino regular, mediante cooperação entre os sistemas de ensino, no contraturno da escolarização, não sendo substitutivo à classe comum.

§ 1º O AEE poderá, excepcionalmente, ser ofertado em Centros de Atendimento Educacional Especializado da rede pública de ensino ou de instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, com atuação exclusiva na Educação Especial, conveniadas com a Secretaria Municipal de Educação de Galinhos.

§ 2º Nas unidades educativas de tempo integral o AEE deve estar integrado às atividades disponibilizadas para as turmas no âmbito dessa estratégia educacional, sendo ofertado por meio de planejamento colaborativo entre o professor regente, o professor de AEE e a gestão escolar, com a participação das famílias e dos estudantes, com vistas a diminuir ou eliminar as barreiras que impeçam o acesso, participação, permanência e aprendizagem com sucesso escolar dos estudantes da Educação Especial.

Art. 9. O AEE deverá ser desenvolvido por professores com formação inicial de nível superior que os habilitem para o exercício da docência e formação continuada para a Educação Especial Inclusiva, com carga horária de, no mínimo, 360 (trezentas e sessenta) horas.

Parágrafo único - A formação de que trata o Caput deste artigo poderá ser complementada por cursos de atualização/aperfeiçoamento ou pós-graduação nas áreas da Educação Especial.

Art. 10. São atribuições do Professor do Atendimento Educacional Especializado:
I - colaborar com o processo de estudo de caso, com vistas a identificar os estudantes que necessitam dos serviços da Educação Especial Inclusiva;
II - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços e recursos pedagógicos de acessibilidade, considerando as necessidades específicas dos estudantes público da Educação Especial;
III - organizar o cronograma de atendimento dos estudantes;
IV - acompanhar a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade na sala de aula comum do ensino regular, bem como em outros ambientes da escola, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico (PPP) da unidade educativa;
V - orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade utilizados pelos estudantes;
VI - ensinar e mediar o uso das Tecnologias Assistivas, de forma a ampliar as habilidades funcionais dos estudantes, promovendo autonomia e participação;
VII - estabelecer articulação com os professores da sala de aula comum, visando à disponibilização dos serviços, dos recursos pedagógicos, de acessibilidade e das estratégias que promovam a participação dos estudantes nas atividades escolares;
VIII - elaborar colaborativamente o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) considerando o estudo de caso e processos avaliativos contínuos;
IX - colaborar com atividades de estudo e formação continuada da comunidade escolar;
X - elaborar estratégias de sensibilização e divulgação do Atendimento Educacional Especializado junto à comunidade escolar.

Art. 11. O Atendimento Educacional Especializado (AEE) deverá ser organizado de forma a garantir a especificidade e a funcionalidade das estratégias pedagógicas, observando-se as seguintes diretrizes:
I – O atendimento poderá ser realizado de forma individual ou em grupos, a critério do professor especialista, considerando o perfil funcional do estudante, o nível de autonomia, a natureza das barreiras identificadas e os objetivos estabelecidos;
II – A organização em grupos deve priorizar o agrupamento de estudantes que apresentem necessidades de recursos ou apoios similares, visando o fortalecimento da interação social e a otimização das trocas colaborativas, sem prejuízo à atenção individualizada quando esta se fizer necessária;
III – O tempo de cada atendimento, bem como a frequência semanal (quantidade), devem ser definidos para cada estudante, de acordo com as suas demandas específicas, o ritmo de aprendizagem e o desgaste físico ou cognitivo;
IV – O Plano de Atendimento Educacional Especializado pode ser readequado ao longo do ano letivo, sempre que houver alteração no quadro de necessidades ou nos progressos alcançados pelo estudante.

SEÇÃO II
PROFESSOR DE LIBRAS

Art. 12. São atribuições do Professor de Língua Brasileira de Sinais (Libras):
I - identificar, elaborar, produzir e organizar serviços, recursos pedagógicos acessíveis e Tecnologias Assistivas, considerando as necessidades educacionais específicas do estudante com deficiência auditiva/surdez/surdo-cegueira;
II - planejar aulas e atividades escolares em colaboração com o(s) professor(es) da sala de aula comum dos diversos componentes curriculares, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico da escola;
III - avaliar o processo de ensino-aprendizagem e seus resultados;
IV - desenvolver atividades pedagógicas que valorizem a pluralidade cultural da comunicação em Libras;
V - desenvolver atividades de estudo e formação em/de Libras para a comunidade escolar;
VI - participar de atividades educacionais e comunitárias da escola;
VII - realizar o Atendimento Educacional Especializado em Libras, de Libras e Língua Portuguesa como L2, na modalidade escrita. § 1º Organizar o cronograma de Atendimento Educacional Especializado para o(s) estudante(s).
§ 2º Acompanhar a aplicabilidade e funcionalidade dos recursos pedagógicos e de acessibilidade linguística na sala de aula, bem como em outros ambientes da unidade educativa.
§ 3º Elaborar estratégias de sensibilização e divulgação do AEE em/de Libras junto à comunidade escolar.
§ 4º Orientar professores e famílias sobre os recursos pedagógicos e de acessibilidade linguística utilizados pelos estudantes.
VIII - ministrar aulas em Libras, em/de escolas e/ou centros da Educação Básica, onde se encontram matriculados os estudantes com deficiência auditiva/surdez/surdo-cegueira.
SEÇÃO III

PROFISSIONAL DE APOIO ESCOLAR

Art. 13. Ao profissional de apoio escolar compete atuar:
I - na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas;
II - na higiene e na alimentação, guardado o respeito ao corpo e à privacidade, ao tempo e às escolhas dos estudantes;
III - na interação social e na comunicação, a partir do reconhecimento das diferentes formas de expressão dos estudantes e da pluralidade dos meios e modos de comunicação; e
IV – na utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, de modo a favorecer a convivência entre pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços escolares.

§ 1º O profissional de apoio escolar prestará auxílio ao estudante público da Educação Especial que não desempenhar, com autonomia, as ações previstas neste artigo, considerando-se sua condição de funcionalidade identificada no estudo de caso e em processos avaliativos contínuos.

§ 2º O profissional de apoio escolar atuará em todas as atividades escolares, e deverá reportar-se à equipe pedagógica, sempre que se fizer necessário.

Art. 14. O profissional de apoio escolar deverá ter formação inicial de, no mínimo, nível médio e formação continuada, com carga horária de, no mínimo, 180 (cento e oitenta) horas.

SEÇÃO IV
PROFESSOR DE EDUCAÇÃO ESPECIAL

Art. 15 O professor de Educação Especial acompanha, orienta e realiza a mediação do processo de ensino-aprendizagem do(s) estudante(s) com Necessidade Educacional Específica, em colaboração com o(s) professor(es) titular(es) da turma e do AEE/SRM, para assegurar a aprendizagem e o desenvolvimento do(s) estudante(s). O professor de Educação Especial deverá ser alocado em sala de aula comum da escola da Educação Básica.
Parágrafo único - O professor de que trata o Caput deste artigo deve ser licenciado com nível superior em Pedagogia, com formação específica na área de Educação Especial, com curso de carga horária a partir de 180 horas.

Art. 16 A solicitação do professor de Educação Especial para a turma do(s) estudante(s) com NEE, deverá ser realizada quando a necessidade desse profissional não for contemplada com a mediação do professor de sala de aula comum em articulação com o professor do atendimento educacional especializado.
Parágrafo único - Para que seja encaminhado um professor de Educação Especial à turma com estudante(s) com NEE, faz-se necessária Avaliação Pedagógica Inicial (API) do estudante, a ser realizada pela equipe pedagógica da escola em que se encontra matriculado, com apoio do supervisor de Educação Especial, quando necessário, mas com a validação do referido supervisor.
Art. 17 São atribuições do professor de Educação Especial:
I - colaborar com o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes com NEE, na perspectiva do Desenho Universal de Aprendizagem (DUA);
II - realizar o planejamento em colaboração com os professores da sala de aula, do AEE/SRM e coordenação pedagógica/suporte pedagógico;
III - elaborar colaborativamente com a rede de apoio ao(s) estudante(s), o Plano Educacional Individualizado (PEI), relatórios semestrais e inseri-los no SIGEDUC;
IV - colaborar com o professor da sala de aula, na elaboração e adaptação das atividades para o(s) estudante(s) com NEE, de modo que sejam eliminadas as barreiras que limitem ou impeçam a participação do(s) estudante(s);
V - utilizar, recursos de Tecnologia Assistiva e Tecnologia Educacional, quando indicados no PEI, que contribuam com o processo de ensino-aprendizagem do(s) estudante(s) com NEE;
VI - colaborar para efetiva participação do(s) estudante(s) com NEE nas atividades promovidas pela comunidade escolar; VII- contribuir com a formação continuada na Educação Especial Inclusiva no âmbito da Rede Estadual.

Art. 18 Em caso de ausência do(s) estudante(s) apoiado(s), a partir de 15 dias, o professor de Educação Especial deverá:
I - mediar o processo de ensino-aprendizagem em outra turma que esteja sem professor de Educação Especial no momento, e, quando necessário, deve atender a mais de um estudante, ainda que em anos/séries diferentes numa mesma escola.

Parágrafo único - Ao assumir suas funções em outra turma, o professor de Educação Especial deve elaborar relatório com registro das atividades desenvolvidas a serem entregues à coordenação pedagógica da escola.

SEÇÃO V
ATENDIMENTO EDUCACIONAL DOMICILIAR (AED)

Art. 26 O Atendimento Educacional Domiciliar (AED) tem como objetivo garantir o processo de escolarização ao educando da Rede Municipal de Ensino que se encontre impossibilitado de frequentar a escola, em virtude de situação de impedimentos de doenças, ou sob outras formas de tratamento de saúde contínuo:
I - o atendimento educacional ministrado em domicílio, possui equivalência às classes comuns de ensino regular, no que se refere às especificações curriculares;
II - a Rede Municipal de Ensino, deverá organizar o AED para estudantes impossibilitados de frequentar as aulas em face de tratamento de saúde que implique em sua permanência prolongada em domicílio;
III - o atendimento educacional em domicílios, deve ser oferecido de forma planejada e articulada com a escola de matrícula do estudante, e com assessoramento pedagógico da Secretaria Municipal de Educação do município;
IV - compete ao professor que atende aos estudantes de que trata o inciso anterior, apresentar à escola relatório das atividades desenvolvidas, contendo o registro do período de atendimento e o processo de aprendizagem a ser descrito na ficha de acompanhamento individual do estudante;
V - a escola, com base no relatório do estudante, deverá realizar a avaliação e incluir no histórico escolar o status de aprovado ou retido, conforme portaria de avaliação vigente;
VI - em caso de AEE em ambiente domiciliar, será ofertado pela Rede Municipal de Ensino aos estudantes com NEE que necessitarem.
Art. 27 São atribuições do professor do AED:
I - planejar e acompanhar o processo de ensino-aprendizagem dos estudantes;
II - informar à escola em que está matriculado o educando sobre o Atendimento Educacional Domiciliar, e sobre o acompanhamento durante o período de tratamento;

a) na instituição em que houver coordenador pedagógico, essa ação será realizada por ele mesmo; nos casos omissos, pelo professor designado pela Secretaria Municipal de Educação ou do coordenador Geral da Educação Especial Inclusiva do município;
III - solicitar à escola do estudante o envio das atividades e/ou avaliações, os planos de trabalho contendo os objetos do conhecimento de cada componente curricular, os quais serão desenvolvidos no atendimento domiciliar, em casos de afastamento escolar com período superior a 15 dias;
a) nos casos que não se enquadram no item anterior, o corpo docente realizará atividade diagnóstica elaborando planejamento, conforme Documento Curricular do RN;
IV - cadastrar os estudantes no SIGEDUC com a ficha individual, registro diário das atividades realizadas conforme o sistema, para subsidiar o relatório a ser enviado para a escola;
V - enviar à escola do estudante relatório das atividades realizadas ao término do tratamento e/ou alta médica, conforme instrumental disponibilizado no SIGEDUC, apresentando o processo de aprendizagem ocorrido durante o período de tratamento, os quais deverão ser entregues à família ou enviados para a escola do estudante, podendo ser anexados às atividades realizadas no período de atendimento;
VI - elaborar e enviar para coordenação geral da educação especial e inclusiva do município os planejamentos de acordo com a necessidade e característica de cada classe: projeto anual, projetos bimestrais/mensais/semanais e planos diários de aula em articulação com os demais profissionais da instituição;
VII - articular ações com a gestão da instituição conveniada para o desenvolvimento do AED, através de parcerias junto à equipe multidisciplinar, quando possível;
VIII - participar da formação continuada oferecida pela secretaria municipal de educação, como os demais professores das instituições conveniadas, de acordo com cronograma definido no início do ano letivo;
IX - enviar para a secretaria municipal de educação e apresentar para as instituições às quais estão vinculados, os relatórios das atividades realizadas bimestralmente;
X - seguir o calendário letivo da secretaria municipal de educação com 200 dias letivos, respeitando os feriados, períodos de recesso e férias, bem como o cumprimento da carga horária definida pela alocação no SIGEDUC e da hora-atividade de acordo com as normas vigentes;
XI - observar o dia destinado ao planejamento e formação continuada, não havendo atendimento educacional com o estudante, e o tempo destinado ao preenchimento dos instrumentais de atendimento educacional individual dos estudantes;
XII - assinar diariamente o livro de ponto na instituição;
XIII- procurar realizar sua avaliação clínica médica anualmente, que ateste estar em boas condições de saúde para trabalhar com crianças e adolescentes no ambiente domiciliar, mantendo a carteira de vacinação atualizada;
XIV - respeitar regras, orientações e atender às demandas das instituições conveniadas, relacionadas ao fazer pedagógico com o estudante, que não entrem em conflito e/ou contradigam as regras, orientações e demandas da Secretaria municipal de educação do município;
XV - cooperar com o assessoramento pedagógico da equipe da secretaria municipal de educação nas instituições, prestando informações quando solicitadas;
XVI - participar do processo de avaliação anual junto à instituição e a secretaria municipal de educação, acerca das competências e habilidades necessárias para sua atuação pedagógica e funcional nos atendimentos domiciliares vislumbrando a continuidade, ou não, do professor no serviço.

Parágrafo único - O município não dispõe de leitos de internação na rede própria, por isso não oferta o atendimento hospitalar. Assim, os estudantes que necessitarem de atendimento hospitalar e internamento serão encaminhados aos hospitais regionais de referência.

CAPÍTULO III
DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO

SEÇÃO I
ESTUDO DE CASO

Art. 19. O estudo de caso consiste em etapa inicial necessária para a identificação de estudante público da Educação Especial, sendo instrumento pedagógico que visa favorecer a organização das turmas na sua composição e identificar, elaborar, e organizar apoio(s), serviço(s) e recurso(s) pedagógicos e de acessibilidade na escola para participação efetiva desse estudante.

§ 1º O estudo de caso é composto pelas seguintes etapas:
I - identificação inicial das demandas individuais e barreiras;
II - análise das barreiras e do contexto escolar;
III - identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante;
IV - definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras.

§ 2º A condução do estudo de caso caberá ao coordenador pedagógico da escola, que deverá atuar em articulação com os demais membros da equipe pedagógica e com o Professor de Atendimento Educacional Especializado, assegurada a participação dos pais e/ou responsáveis e, quando necessário, em diálogo com os profissionais que compõem a rede de proteção social.

§ 3º O estudo de caso terá início no ato da matrícula antecipada, mediante a coleta e organização das informações necessárias à identificação inicial das demandas individuais e barreiras do estudante, devendo ser concluído até o término do primeiro mês letivo, após as observações realizadas em contexto escolar.

§ 4º O resultado do estudo de caso fundamentará o Plano de Atendimento Educacional Especializado (PAEE) e o Plano Educacional Individualizado (PEI).

§ 5º O envolvimento do estudante e dos familiares responsáveis pelo cuidado cotidiano deverá ser garantido ao longo de todo o estudo de caso, tanto para contribuições ao histórico de estratégias já desenvolvidas e às necessidades atuais do estudante, quanto ao acompanhamento e ao apoio à implementação dos planos.

§ 7º A avaliação biopsicossocial da deficiência poderá ser utilizada como documento ao estudo de caso.

SEÇÃO II
PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE) E O PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

Art. 20. É obrigatória a realização de documentos individualizados de natureza pedagógica, com atualização contínua, como PAEE e o PEI, que derivem do estudo de caso.
§ 1º A institucionalização do PAEE e do PEI compõe o projeto político-pedagógico do estabelecimento de ensino.

Art. 21. O PAEE, a ser elaborado pelo Professor de AEE, tem como objetivo definir os materiais e recursos pedagógicos e de acessibilidade necessários à eliminação de barreiras para a plena participação do(s) estudante(s) público da Educação Especial Inclusiva, como também avaliar a necessidade de oferta de profissionais de apoio especializados na modalidade da Educação Especial para esses discentes.

§ 1º O PAEE orientará o trabalho a ser desenvolvido em sala de aula comum, o trabalho desenvolvido no âmbito do AEE, as atividades colaborativas no estabelecimento de ensino e as ações de articulação intersetorial.

Art. 22. O Plano Educacional Individualizado (PEI), a ser elaborado pelo(s) professor(es) da sala de aula comum, sob orientação da coordenação pedagógica e com a colaboração do professor do AEE, tem como finalidade adaptar o processo de ensino, por meio de estratégias que contemplem as reais necessidades, potencialidades e habilidades dos estudantes público da Educação Especial Inclusiva, de modo a favorecer a aprendizagem do(s) conteúdo(s) curricular(es) aplicado(s) à turma na sala de aula comum.

§ 1º O PEI deve conter:
I - identificação das demandas individuais do educando e de suas potencialidades;
II - definição dos recursos necessários;
III - descrição dos conteúdos, das metodologias pedagógicas apropriadas, dos objetivos de ensino e do período de execução;
IV - definição e descrição do processo avaliativo;
V - outros aspectos necessários a serem observados.

§ 2º O PEI deverá acompanhar o estudante nos casos de transferência, a fim de subsidiar a continuidade dos trabalhos pedagógicos na escola que receberá sua matrícula.

SEÇÃO IV
DA AVALIAÇÃO DO DESEMPENHO ESCOLAR

Art. 23. A avaliação do desempenho escolar dos estudantes, público da educação especial inclusiva matriculados em classes comuns terá uma abordagem diagnóstica, formativa e somativa.

§ 1º Na avaliação de aprendizagem o caráter formativo terá preponderância sobre o quantitativo, observando o progresso individual e contínuo que favoreça a evolução do estudante, sendo organizada em conformidade com a legislação vigente.

§ 2º Todos os relatórios devem permanecer na pasta do estudante na secretaria escolar para que seja verificada a observância da orientação desta Resolução pelos membros responsáveis da Secretaria de Educação, da escola, da família ou outras instâncias.

Art. 28. Os estudantes com Altas Habilidades/Superdotação terão sua avaliação obedecendo ao mesmo teor dos demais, podendo ser complementada com as atividades de enriquecimento curricular que demonstrem suas altas habilidades/superdotação, considerando a possibilidade de avanço de série/ano para os estudantes do campo acadêmico que apresentarem grande facilidade e rapidez no domínio de conceitos e procedimentos em todas as áreas do conhecimento (linguagens, matemática, ciências da natureza e ciências humanas).

§ 1º A possibilidade de avanço escolar do estudante referido no caput deste artigo será submetida à avaliação da equipe pedagógica da escola e validada pela instância responsável pela Educação Especial Inclusiva da Secretaria Municipal de Educação de Galinhos, conforme legislação vigente.

Art. 29 A avaliação do desempenho escolar, para fins de progressão, deverá considerar os avanços individuais do estudante em relação ao seu próprio percurso, tomando como referência o Plano Educacional Individualizado e outros instrumentos pedagógicos.

§ 1º O histórico escolar dos estudantes público da educação especial inclusiva deverá apresentar, de forma descritiva, as competências e habilidades adquiridas para conclusão do Ensino Fundamental, e o certificado de conclusão será o mesmo adotado para os estudantes com desenvolvimento típico, não cabendo observações discriminatórias.

Art. 30. Em situações específicas nas quais a avaliação não seja suficiente para determinar a progressão escolar do estudante, a decisão sobre a progressão ou retenção caberá ao Conselho de Classe, que levará em consideração as barreiras que impeçam ou dificultem a participação efetiva nas atividades letivas.

CAPÍTULO IV
DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR

Art. 31. As escolas públicas da Rede Municipal de Ensino de Galinhos realizarão a matrícula antecipada dos estudantes com deficiência, com transtorno do espectro autista e com altas habilidades ou superdotação, possibilitando o tempo necessário para que as escolas se organizem junto à Secretaria Municipal de Educação no intuito de atender às demandas específicas, visando promover a efetiva inclusão escolar desses estudantes.

Art. 32. É vedada a construção de um currículo paralelo para o estudante público da modalidade da Educação Especial em todas as etapas e níveis de ensino.

Art. 33. Para organização dos estudantes com deficiência e com transtorno do espectro autista, nas turmas, deverão ser observados os resultados do estudo de caso.

CAPÍTULO V
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 34. A política da oferta da Educação Especial Inclusiva no Município de Galinhos contará com o compartilhamento das áreas da saúde, da assistência social, entre outras, conforme necessário.

Art. 35 Aos educadores da Rede Pública Municipal de Ensino de Galinhos deverão ser oferecidas oportunidades de formação continuada, pelas instâncias educacionais do município, de modo a possibilitar a competência técnica necessária às suas funções, para atender às demandas de aprendizagem na modalidade de Educação Especial.
Art. 36 O órgão responsável pela Educação Especial, na Secretaria de Municipal da Educação, incumbir-se-á de orientar as instituições da Rede Municipal de Ensino para o cumprimento desta Portaria.
Art. 37 Os casos omissos nesta Portaria serão resolvidos pela Secretaria de Municipal, ouvido o Conselho Municipal de Educação, se assim entender necessário.

Art. 38. Esta Resolução entrará em vigor na data da sua publicação.

Galinhos/RN, 12 de agosto de 2026

_____
Secretária Municipal de Educação

ANEXO I
DOCUMENTO DO ESTUDO DE CASO

I - Identificação inicial das demandas individuais e barreiras			
ENTREVISTA COM A FAMÍLIA OU RESPONSÁVEL			
I) IDENTIFICAÇÃO DO ESTUDANTE			
Nome do(a) estudante: _____			
Data de nascimento: ____/ ____/ _____	CPF: _____		Ano Escolar: _____ Turma: _____
Nome dos pais ou responsável(eis):			
Endereço residencial:			Telefone:
Possui algum tipo de deficiência: ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, qual? _____			É estudante com altas habilidades ou superdotação? ( ) Sim ( ) Não
Se comunica por meio de: ( ) Libras; ( ) Braille; ( ) Prancha de comunicação; ( ) Outros: _____; ( ) Não se aplica.		Recebe atendimento multiprofissional: ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, quais são? Onde recebe? _____.	
Faz uso de medicação contínua? ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, cite: _____. Horário: _____.		É alérgico a alguma medicação: ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, cite: _____.	
II) ASPECTOS COMPORTAMENTAIS			
1. Percepção Sensorial Apresenta sensibilidade:			
À luz/claridade? ( ) Sim ( ) Não. Especifique: _____.	A Ruídos/barulhos? ( ) Sim ( ) Não. Especifique: _____.	A texturas e materiais diversos (roupas, tecidos, cola, tinta, giz)? ( ) Sim ( ) Não. Especifique: _____	É receptivo ao contato corporal? ( ) Sim ( ) Não
Possui seletividade alimentar? ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, especifique: _____.		Apresenta alergia a algum alimento? ( ) Sim ( ) Não Em caso afirmativo, quais alimentos? _____.	
2. Comunicação			
a) Expressiva: ( ) Compreensível por todos ( ) Compreensível apenas pela família			
b) Receptiva: ( ) Entende comandos simples ( ) Compreende histórias ( ) Responde com coerência as perguntas feitas			
c) Como acontece a comunicação do estudante com familiares e amigos: (verbal, não verbal, gestual, Libras, Braille, visual, com recurso tecnológico, outros)?			
d) Diante de uma situação de conflito ou de desorganização, como o estudante reage? Isolando-se? Utiliza a fala? Bate? Morde? Empurra? Chora? Outros? Descreva. _____ _____.			
3. Atividades Diárias			
Atividade:		Sem autonomia	Com autonomia
Necessidades fisiológicas (tem controle dos esfíncteres?)			
Banho			
Escova os dentes			
Penteia os cabelos			
Escolhe e veste a roupa/sapato			
Alimenta-se			
Manuseia talheres			
Locomove-se			
Manuseia aparelhos eletrônicos			
II) ASPECTOS ACADÊMICOS			
a) Processo de escolarização do estudante: (Relatar como foi vivenciado o processo escolar; se o estudante já recebeu apoio/serviços especializados: Atendimento Educacional Especializado - AEE; Libras, profissional de apoio escolar, entre outros): _____.			
b) Recebeu ou recebe Atendimento Educacional Especializado em escola e/ou centro especializado? Em caso afirmativo, qual e como? _____.			
c) O estudante demonstra interesse por algo específico? Em caso afirmativo, em quê? _____ _____.			
d) Quais preferências e atividades que mais agradam o estudante? _____.			
e) O estudante demonstra interesse pela instituição escolar?			
f) Apresenta alguma aversão específica em relação às atividades, brincadeiras, atitudes, aos componentes curriculares e/ou estratégias de ensino? Em caso afirmativo, detalhe.			
g) Há a identificação de um colega favorito? Se sim, quais características deste colega lhe agradam?			

h) A família mantém um nível satisfatório de envolvimento com a escola? (Participa de reuniões, festividades ou de outras atividades escolares) Reconhece a importância?

(local), _____de _____de _____.

Responsável pela entrevista: _____

Responsável pelas informações: _____

II - Análise das barreiras e do contexto escolar;
III - Identificação das potencialidades e das demandas de apoio ao estudante.

CONHECENDO O ESTUDANTE

A partir da leitura da entrevista com a família ou responsável: ·

➔ Realize um planejamento para apoiar a observação do estudante (brincadeira, jogo, vídeo, literatura, histórias em quadrinhos);
➔ Para o planejamento da atividade considere os interesses, a etapa e o nível de ensino em que o estudante está matriculado e o relatório pedagógico do ano letivo anterior (se houver);
➔ Verifique as condições do ambiente, especialmente se o estudante tiver sensibilidade à iluminação, ruídos, texturas e materiais;
➔ Apresente-se ao estudante e encaminhe-se ao espaço onde fará as observações;
➔ Aproveite o percurso para observar alguns quesitos do quadro;
➔ Ao concluir essa etapa, anexe material complementar a esta etapa, por exemplo um registro da produção do estudante (se houver);
➔ No espaço destinado às observações, relate a especificidade do item que julga ser importante destacar.

QUADRO 1

Aspectos a serem observados	Com autonomia	Sem autonomia	Necessita de apoio
1. Receptivo ao contato visual			
2. Receptivo ao contato corporal			
3. Aproximação à equipe do ambiente escolar			
4. Interação comunicativa			
5. Circulação no ambiente na sala de aula			
6. Circulação nos ambientes da escola			
7. Locomoção			
8. Modificação de ambiente			
9. Organização do material pessoal			
10. Execução da atividade ofertada			
11. Dá função social aos objetos			
12. Utilização do banheiro			
13. Alimentação			
14. Resposta a comandos simples			

Observações:

QUADRO 2

Aspectos a serem observados	Sim	Não
Hiperfoco		
Hipofoco		
Passividade diante de comandos, dificuldade de se expor		
Faz análise dos objetos sensorialmente		
Sensibilidade visual		
Sensibilidade auditiva		
Sensibilidade sensorial		
Seletividade alimentar		
Isolamento		
Estereotipias		
Acuidade visual		
Ecolalia		
Comunicação em Libras		
Utiliza linguagem gestual		
Utiliza o código Braille		
Utiliza soroban		
Utiliza comunicação alternativa		
Utiliza as tecnologias de comunicação		
Dificuldade motora		

Observações:

Como é a avaliação do estudante sob o ponto de vista social, afetivo, cognitivo, motor, familiar e outros aspectos?

Foram percebidas habilidades e potencialidades no estudante? Se sim, quais?

IV - Definição de estratégias e recursos de acessibilidade para eliminação de barreiras

Considerando o estudo de caso, o estudante da Educação Especial Inclusiva apresenta dificuldades?
( ) Não.
( ) Sim.

Em caso positivo, o estudante necessita dos serviços e/ou profissionais de apoio especializados? ( ) Não. ( ) Sim

Caso sim, quais?
( ) AEE
( ) professor de Libras;
( ) Intérprete/Tradutor de Libras;
( ) profissional de apoio escolar.

Recurso(s) de acessibilidade necessário(s):

( ) Braille
( ) Prancha de comunicação
( ) Leitor de tela
( ) Material em alto contraste
( ) Mobiliário adaptado
( ) Tecnologia assistiva (equipamentos ou softwares adaptados)
( ) Outro(s): _____

Outras informações relevantes:

(local), _____de _____de _____.

Responsável pela avaliação:

_____

Equipe interdisciplinar, composta por profissionais que compõem a rede de proteção social, como os da saúde, da assistência social e dos órgãos de proteção à criança e ao adolescente (se tiver participado da avaliação):

ANEXO II
DOCUMENTO DO PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO (PEI)

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA A EDUCAÇÃO INFANTIL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da criança		Data de nascimento	
Público da Educação Especial (Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação)			
Pais/Responsáveis			
Unidade de Ensino		Nível/Turma e Turno	
Período da execução do PEI	Bimestral ( )	Trimestral ( )	Semestral ( )
Educador(a) infantil da sala de referência			
Professor(a) do AEE (colaborador)			
Profissionais envolvidos no apoio da Educação Especial (estagiário, profissional de apoio escolar)			
Outros profissionais envolvidos (profissionais da área de saúde)			
Diretor(a) pedagógico(a)			
Coordenador(a) pedagógico(a)			
Descrição da criança (breve histórico familiar e escolar fornecido pelos responsáveis, profissionais da unidade de ensino e de outras instituições)			
Especificidades (descrição das especificidades apresentadas a partir da sua condição)			
Potencialidades (descrição das potencialidades, interesses, habilidades e conhecimentos prévios)			
Barreiras identificadas no ambiente (descrever - atitudinais, arquitetônica, comunicacional, pedagógica, tecnológica, urbanística, transportes)			

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI / EDUCAÇÃO INFANTIL

Obs.: cada situação de aprendizagem exige o preenchimento de um quadro conforme o modelo abaixo (copiar e colar quantos quadros forem necessários).

SITUAÇÃO DE APRENDIZAGEM
(descrever a situação de aprendizagem considerando os direitos de aprendizagem e desenvolvimento e os campos de experiência)

OBJETIVOS DE APRENDIZAGEM E DESENVOLVIMENTO PARA A CRIANÇA PÚBLICO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL
(descrever os objetivos implicados nas situações de aprendizagem)

METODOLOGIA/RECURSOS DIDÁTICOS
(explicitar as estratégias que serão utilizadas)

AVALIAÇÃO
(explicitar como será realizado o acompanhamento das aprendizagens e desenvolvimento do estudante)

● Salienta-se que deve ser considerada a rotina na Educação Infantil (acolhimento, roda de conversa, lanche, parque, atividades permanentes, atividades sequenciadas e projetos, roda de leitura, entre outros).

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO PARA O ENSINO FUNDAMENTAL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome do(a) Estudante		Data de nascimento	
Público da Educação Especial (Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação)			
Pais/Responsáveis			
Unidade de Ensino		Modalidade/Nível/Ano/Turma e Turno	
Período da execução do PEI	Bimestral ( )	Trimestral ( )	Semestral ( )
Professores(as) do ensino comum			
Professor(a) do AEE (colaborador)			
Profissionais envolvidos no apoio da Educação Especial (estagiário, profissional de apoio escolar)			
Outros profissionais envolvidos (profissionais da área de saúde)			
Diretor(a) pedagógico(a)			
Coordenador(a) pedagógico(a)			
Descrição do estudante (breve histórico familiar e escolar fornecido pelos responsáveis, profissionais da unidade de ensino e de outras instituições)			
Especificidades (descrição das especificidades apresentadas a partir da condição do estudante)			
Potencialidades (descrição das potencialidades, interesses, habilidades e conhecimentos prévios)			
Barreiras identificadas no ambiente (descrever - atitudinais, arquitetônica, comunicacional, pedagógica, tecnológica, urbanística, transportes)			

Obs.: cada componente curricular exige o preenchimento de um quadro conforme o modelo abaixo (copiar e colar quantos quadros forem necessários).

PLANO EDUCACIONAL INDIVIDUALIZADO - PEI / ENSINO FUNDAMENTAL
Componente curricular

Objeto de conhecimento (conteúdos - Mesmo da turma? Mesmo da turma com adequações? Outros conteúdos dentro do mesmo assunto?)

Habilidades e competências
(definir habilidades e competências para o estudante conforme a BNCC - Mesmas Da turma? Mesmas da turma com adequações? Outras habilidades e competências dentro do mesmo
assunto? - Quando necessário, registrar também as habilidades sociais e de vida diária para o estudante)

Metodologia/Recursos didáticos
(explicitar as estratégias que serão utilizadas - Como será o trabalhado para alcançar os objetivos específicos estabelecidos?)

Avaliação
(explicitar os instrumentos adotados e como será sua aplicação)

Data da realização do relatório final: _____ /_____ /_____

_____
Professor(a) do ensino regular

_____
Coordenador(a) Pedagógico(a)

_____
Diretor(a) Pedagógico(a)

ANEXO III
DOCUMENTO DO PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE)
EDUCAÇÃO INFANTIL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome da criança:		Data de nascimento	
Dia e horário do atendimento		Nível	
Nome da Unidade de Ensino		Turma	
		Turno	
Público da Educação Especial (Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação)			
1. Objetivos do plano			
2. Organização do atendimento:			
Horário de atendimento			
Local de Atendimento			
Frequência (número de vezes por semana para atendimento a criança)			
Tempo de atendimento (em horas ou minutos)			
Composição do atendimento	( ) individual ( ) coletivo		
Outras informações			
3. Atividades a serem desenvolvidas no atendimento a criança			
4. Seleção de materiais a serem produzidos para atender as necessidades da criança (por exemplo: recursos de tecnologia assistiva - prancha de comunicação)			
5. Adequações de materiais			
6. Tipos de parcerias necessárias (professor de sala de aula comum, terapeuta, profissional de apoio escolar):			
7. Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE (porteiro, cozinheira, profissional de apoio escolar, docente, família)			
8. Avaliação dos resultados			
9. Sistematização do PAEE			

Potencialidades da criança	Barreiras identificadas para inclusão da criança	Necessidades apresentadas pela criança	Objetivos de aprendizagem	Atividades a serem propostas	Serviços e recurso	Parcerias/articulação necessárias	Avaliação da criança em relação ao processo de inclusão

Reestruturação do PAEE: O PAEE deverá ser reestruturado periodicamente de modo a atender às necessidades da criança, caso os objetivos do plano não tenham sido atingidos ou outras barreiras se interponha à aprendizagem da criança.

Professor(a) do AEE: _____

ANEXO IV

DOCUMENTO DO PLANO DE ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO (PAEE)
ENSINO FUNDAMENTAL

IDENTIFICAÇÃO			
Nome do(a) Estudante		Data de nascimento	
Dia e horário do atendimento		Ano de escolaridade	
Nome da Unidade de Ensino		Turma	
		Turno da aula comum	

Público da Educação Especial (Deficiência, Transtorno do Espectro Autista e/ou Altas Habilidades/Superdotação)	
1. Objetivos do plano	
2. Organização do atendimento:	
Horário de atendimento	
Local de Atendimento	
Frequência (número de vezes por semana para atendimento ao estudante)	
Tempo de atendimento (em horas ou minutos)	
Composição do atendimento	( ) individual ( ) coletivo
Outras informações	
3. Atividades a serem desenvolvidas no atendimento ao estudante	
4. Seleção de materiais a serem produzidos para atender as necessidades do estudante (por exemplo: recursos de tecnologia assistiva - prancha de comunicação)	
5. Adequações de materiais	
6. Tipos de parcerias necessárias (professor de sala de aula comum, terapeuta, profissional de apoio escolar):	
7. Profissionais da escola que receberão orientação do professor de AEE (porteiro, cozinheira, profissional de apoio escolar, docente, família)	
8. Avaliação dos resultados	
9. Sistematização do PAEE	

Potencialidades	Barreiras identificadas	Necessidades apresentadas na sala de aula comum e AEE	Objetivos de aprendizagem	Atividades	Serviços e recurso	Parcerias necessárias	Articulação com os professores	Avaliação: AEE e sala de aula comum

Reestruturação do PAEE: O PAEE deverá ser reestruturado periodicamente, de modo a atender às necessidades do(a) estudante, caso os objetivos do plano não tenham sido atingidos ou outras barreiras se interponha à aprendizagem do(a) estudante.

Professor(a) do AEE: _____

Publicado por:
Alfredo Antônio de França Filho
Código Identificador:FD31D2F3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARE RUA LUIZ DE SOUZA MIRANDA, 116, CENTRO, GUAMARÉ/RN CEP: 59598000 CNPJ: 08.184.442/0001-47 SISTEMA ORÇAMENTÁRIO, FINANCEIRO E CONTÁBIL

Pregão Eletrônico N° 90007/2026 – PMG/RN

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS – ARP N°79/2026– PMG/RN

Aos ,10 de agosto de 2026 a **PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, inscrito no CNPJ/MF sob o nº 08.184.442/0001-47, localizado no térreo do prédio sede situado na **Rua Luiz de Souza Miranda, nº 116, Centro, Guamaré/RN, CEP: 59.598-000**, representado neste ato por seu Prefeito em exercício o **Sr HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 852.482.904-49, , residente e domiciliado à** Rodovia RN 221- Ap 03 – Zona Rural – Guamaré/RN, nos termos da Lei Federal 14.133, art 107 e art 113. PNCP e **Decreto Municipal nº 046/2010**, conforme a classificação da proposta apresentada no **Pregão Eletrônico Nº 90007/2025 e Nº de registro da licitação 95/2026 - Número processo 1255000152/2026 – PREFEITURA MUNICIPAL DE GUAMARÉ/RN**, homologado em **04 de agosto de 2026**, resolve registrar o preço oferecido pela empresa, conforme os seguintes termos:

Fornecedor: **CAMBE MED DISTRIBUIDORA DE MEDICAMENTOS E MATERIAIS HOSPITALARES LTDA**		
CNPJ: **46.073.134/0001-33**	Telefone: **(433) 3132-332**	Email: **CAMBEMED@HOTMAIL.COM**
Endereço: **R ROBERTO ROMANELLI, 503 , JARDIM RIVIERA, CAMBE/PB, CEP: 86187-015**		
Representante: **LUAN HENRIQUE ANTUNES** - CPF: **082.263.989-08**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
58	0044593 - SELADORA MANUAL: - bivolt - Potência 80 W - sistema microcontrolado - Possuir registro na ANVISA		Und.	2,000000	555,290	1.110,58

1 – DO OBJETO

1.1 –Registro de preços para futura e eventual aquisição de Equipamento e Material Permanente para atender as necessidades da Atenção Especializada em Saúde do Município de Guamaré do Município de Guamaré/RN.

2 – DA VALIDADE DOS PREÇOS

2.1 – Este Registro de Preços tem validade de até 12 **(DOZE) MESES**, contados da data da sua assinatura, incluídas eventuais prorrogações, com eficácia legal após a publicação no **DIÁRIO OFICIAL DOS MUNICÍPIOS DO ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE (FEMURN)** e demais meios, conforme exigido na legislação aplicável.

2.2 – Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preço, o **MUNICÍPIO DE GUAMARÉ/RN** não será obrigado a firmar as contratações que dela poderão advir, facultando-se a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, sendo assegurado ao beneficiário do registro preferência no fornecimento em igualdade de condições.

3 – DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS POR ÓRGÃOS OU ENTIDADES NÃO PARTICIPANTES

3.1 – A Ata de Registro de Preços, durante sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Municipal, Estadual ou Federal, não participante do certame licitatório, também denominado **carona**, mediante prévia consulta junto à CPL, órgão gerenciador da ARP, que indicará possíveis fornecedores e respectivos preços, obedecida a ordem de classificação e observadas as seguintes regras:
I – prévia consulta ao órgão gerenciador da ARP; e
II – observância da quantidade registrada do objeto constante da Ata e sua compatibilidade com a expectativa de compra, no exercício, pelo órgão carona, de forma a evitar fracionamento indevido.
§ 1º – Caberá ao fornecedor beneficiário da Ata de Registro de Preços, observadas as condições nela estabelecidas, optar pela aceitação ou não do fornecimento, independentemente dos quantitativos registrados em Ata, desde que este fornecimento não prejudique as obrigações anteriormente assumidas.
§ 2º – As aquisições ou contratações adicionais a que se refere este artigo **não poderão exceder, por órgão ou entidade não participante, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços para cada item**.
§ 3º – O quantitativo decorrente das adesões à Ata de Registro de Preços **não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na Ata de Registro de Preços para o órgão gerenciador e órgãos participantes, independentemente do número de órgãos não participantes que aderirem.**
§ 4º – Órgão ou entidade que não participar de todos os lotes do Registro de Preços, observadas as disposições deste artigo, poderá ser carona nos demais lotes do mesmo Registro de Preços.
§ 5º – Poderão igualmente utilizar-se da ARP, como carona, mediante prévia consulta ao órgão gerenciador, desde que observadas as condições estabelecidas neste artigo:
I – outros entes da Administração Pública; e
II – entidades privadas.
§ 6º. Conforme o disposto nos arts. 121, 122 e 124 da Lei 14.133/2021, as contratações decorrentes da adesão (“carona”) poderão ser aditadas em quantidades, na forma permitida pela lei, desde que a respectiva Ata não tenha sido anteriormente aditada

4 – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

4.1 – Integram esta Ata de Registro de Preços o edital do Pregão supracitado e seus anexos, bem como a(s) proposta(s) da(s) empresa(s) classificada(s) no respectivo certame.
4.2 – Os casos omissos serão resolvidos em conformidade com a Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, e demais normas aplicáveis.
4.3 – Fica eleito o Foro da Comarca de Macau/RN para dirimir dúvidas ou controvérsias resultantes da interpretação desta Ata de Registro de Preços, com renúncia a qualquer outro foro, por mais privilegiado que seja.

Guamaré/RN,10 de agosto de 2026.

HELIO WILLAMY MIRANDA DA FONSECA

LUAN HENRIQUE ANTUNES

TESTEMUNHAS:

1) _____
CPF/MF: _____
2) _____
CPF/MF:_____

Publicado por:
Jose Kelly Gomes Candido Camara
Código Identificador:D9DACFF0

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 072/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 028/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 27/07/2026, referente ao **processo administrativo nº 2471/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 072/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
Registro de Preço para eventual futura contratação de pessoa jurídica que visa o fornecimento de Material de Expediente, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender a demanda da Secretaria de Educação do município de Ipanguaçu/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS AGRESTE MERIDIONAL LTDA		
CNPJ: 40.876.269/0001-50	TELEFONE: (87) 98836-3257	EMAIL: distribuidora_agreste@outlook.com
ENDEREÇO: Rua Sargento Silvino Macedo, Nº 03 – São José- Garanhuns-PE		
REPRESENTANTE: Raíssa Rabêlo Ferreira	CPF: 136.619.254-07	

Item	Descrição	Unid.	Quantidade	Valor Un. (R$)	Valor total (R$)
0010	Lapis marcador tipo piloto, corpo sextavado, cores azul, vermelho e preto, para uso em quadros brancos e cartolinas.	Unid	100	6,08	608,00

Valor Global	**R$ 608,00**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 13 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal do Órgão Gerenciador

RAÍSSA RABÊLO FERREIRA
Representante(s) Legal(is) Do(s) Fornecedor(s) Registrado(s)

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:802D9A11

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 073/2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPANGUAÇU/RN, CNPJ nº 08.085.318/0001-24, estabelecido à Av. Luiz Gonzaga, 800 - Bairro Centro, CEP: 59508-000, Ipanguaçu/RN, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, a Sr. JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS, portador do CPF nº 079.xxx.544-29, considerando o julgamento da licitação realizada na modalidade **Pregão Eletrônico nº 028/2026**, destinada ao **Registro de Preços**, publicada no Diário Oficial do Município em 27/07/2026, referente ao **processo administrativo nº 2471/2025**, RESOLVE registrar os preços nesta Ata de Registro de Preços nº 073/2026 da(s) empresa(s) indicada(s) e devidamente habilitada(s), de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no Edital de Licitação, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO

Registro de Preço para eventual futura contratação de pessoa jurídica que visa o fornecimento de Material de Expediente, por meio do Sistema de Registro de Preços, para atender a demanda da Secretaria de Educação do município de Ipanguaçu/RN.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS

O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

FORNECEDOR: F R R BARRETO COMERCIO LTDA		
CNPJ: 42.919.981/0001-51	TELEFONE: (84) 99918-1027	EMAIL: rayron_ribeiro@hotmail.com
ENDEREÇO: Avenida Luiz Gonzaga, Nº 660, Centro, Ipanguaçu/RN,		
REPRESENTANTE Francisco Rayron Ribeiro Barreto		CPF: 077.592.454-75

Item	Descrição	Marca	Unid.	Quant.	Valor Un. (R$)	Valor total (R$)
0001	Pasta organizadora tipo a-z, confeccionada em polipropileno rigido, com divisorias internas de a a z, para arquivamento de documentos. Tamanho compativel com papel a4.	Frama	Unid	50	7,90	434,50
0002	Pasta em papelao colorido, gramatura minima de 300g/m, com elastico para fechamento e abas internas, tamanho oficio, ideal para organizacao de documentos	Frama	Unid	575	1,50	862,50
0003	Pasta colecionadora com ferragem Metalica tipo alavanca, capa dura revestida em pvc, lombada larga (aproximadamente 7 cm), para Arquivamento de documentos em Formato a4	Frama	Unid	120	6,70	804,00
0004	Grampeador metalico de grande porte, capacidade minima de 100 folhas, para uso em escritorios e instituicoes educacionais	Jocar	Unid	15	33,70	505,50
0006	Papel sulfite branco, formato a4 (210mm x 297mm), gramatura 75g/m, embalagem com 500 folhas por resma, 10 resmas por caixa.	Report	Unid	50	169,90	8.495,00
0009	Caneta esferografica, ponta media (1.0 mm), corpo translucido, tinta nas cores azul, preta ou vermelha (sortidas ou conforme especificacao), embalagem com 50 unidades por caixa	BIC	Unid	50	34,50	1.725,00
0014	Papel fotografico branco, brilho alto, gramatura 180g/m ou superior, formato a4, pacote com 20 folhas	Masterprint	Unid	70	6,80	476,00
0017	Cola branca pva, bisnaga de 90g, embalagem com 12 unidades por caixa	Tek Bond	Unid	15	14,50	217,50
0018	Cola especifica para isopor, bisnaga de 90g, embalagem com 12 unidades por caixa	Tek Bond	Unid	15	34,50	517,50
0019	Cola instantanea (tipo super bonder), com secagem rapida, frasco de 20g	Tek Bond	Unid	15	6,40	96,00
0021	Pistola aplicadora de cola quente, modelo grande (bico grosso), voltagem 110v/220v, com botao liga/desliga	Jocar	Unid	25	18,90	472,50
0022	Pistola aplicadora de cola quente, modelo pequeno (bico fino), voltagem 110v/220v	Jocar	Unid	25	14,30	357,50
0026	Cartolina branca, gramatura 60g/m, tamanho padrao (50x66cm), pacote com 100 folhas	VM	Unid	15	59,70	895,50
0027	Papel oficio colorido tipo chameguinho, gramatura 75g/m, formato a4, pacote com 100 folhas por cor	Chamequinho	Unid	25	5,40	135,00
0029	Globo terrestre politico/fisico, diametro aproximado de 25 cm, base plastica resistente, com identificacao de paises, capitais e oceanos	VM	Unid	15	79,70	1.195,50
0030	Prancheta em material rigido (madeira, mdf ou plastico), tamanho a4, com prendedor metalico resistente	VM	Unid	20	5,80	116,00
0031	Cartolina colorida comum, gramatura 120g/m, tamanho 50x66cm, cores sortidas	VM	Unid	80	0,90	72,00

Valor Global	**R$ 17.377,50**

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
Durante a vigência da ata, os órgãos e as entidades da Administração Pública federal, estadual, distrital e municipal que não participaram do procedimento de IRP poderão aderir à ata de registro de preços na condição de não participantes, observados os seguintes requisitos:
Apresentação de justificativa da vantagem da adesão, inclusive em situações de provável desabastecimento ou descontinuidade de serviço público;
Demonstração de que os valores registrados estão compatíveis com os valores praticados pelo mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021; e
Consulta e aceitação prévias do órgão ou da entidade gerenciadora e do fornecedor.
A autorização do órgão ou entidade gerenciadora apenas será realizada após a aceitação da adesão pelo fornecedor.
O órgão ou entidade gerenciadora poderá rejeitar adesões caso elas possam acarretar prejuízo à execução de seus próprios contratos ou à sua capacidade de gerenciamento.
Após a autorização do órgão ou da entidade gerenciadora, o órgão ou entidade não participante deverá efetivar a aquisição ou a contratação solicitada em até noventa dias, observado o prazo de vigência da ata.
O prazo de que trata o subitem anterior, relativo à efetivação da contratação, poderá ser prorrogado excepcionalmente, mediante solicitação do órgão ou da entidade não participante aceita pelo órgão ou pela entidade gerenciadora, desde que respeitado o limite temporal de vigência da ata de registro de preços.
O órgão ou a entidade poderá aderir a item da ata de registro de preços da qual seja integrante, na qualidade de não participante, exclusivamente em relação àqueles para os quais não haja quantitativo previamente registrado.

Dos limites para as adesões
As aquisições ou contratações adicionais não poderão exceder, por órgão ou entidade, a 50% (cinquenta por cento) dos quantitativos dos itens do instrumento convocatório registrados na ata de registro de preços para o gerenciador e para os participantes.
O quantitativo decorrente das adesões não poderá exceder, na totalidade, ao dobro do quantitativo de cada item registrado na ata de registro de preços para o gerenciador e os participantes, independentemente do número de órgãos ou entidades não participantes que aderirem à ata de registro de preços.
A adesão à ata de registro de preços por órgãos e entidades da Administração Pública estadual, distrital e municipal poderá ser exigida para fins de transferências voluntárias, não ficando sujeita ao limite de que trata o item 3.7, desde que seja destinada à execução descentralizada de programa ou projeto federal e comprovada a compatibilidade dos preços registrados com os valores praticados no mercado na forma do art. 23 da Lei nº 14.133, de 2021.

Vedação a acréscimo de quantitativos
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA
A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data de divulgação no PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso. Na hipótese de prorrogação, os saldos iniciais dos itens registrados poderão ser restabelecidos integralmente, mantidas as condições, quantidades e valores unitários originalmente pactuados, ressalvadas eventuais atualizações decorrentes de revisão ou repactuação, quando cabíveis.
O restabelecimento dos saldos a que se refere o item anterior não implica nova ata de registro de preços, mas simples renovação da vigência com recomposição dos quantitativos originais, observadas as condições da ata vigente.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo órgão ou pela entidade interessada por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item 4.4.2.2 somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital ou eletrônica e disponibilizada no Sistema de Registro de Preços.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.

Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará a Administração a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão ou entidade gerenciadora convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de redução do preço registrado, o gerenciador comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços para que avaliem a conveniência e a oportunidade de diligenciarem negociação com vistas à alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo órgão ou entidade gerenciadora e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o gerenciador convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o órgão ou entidade gerenciadora procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4 e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1 o órgão ou entidade gerenciadora atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.
O órgão ou entidade gerenciadora comunicará aos órgãos e às entidades que tiverem firmado contratos decorrentes da ata de registro de preços sobre a efetiva alteração do preço registrado, para que avaliem a necessidade de alteração contratual, observado o disposto no art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, § 2º, do Decreto nº 11.462, de 2023; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.

O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do órgão ou da entidade gerenciadora, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o órgão ou a entidade gerenciadora poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo gerenciador, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior;
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado tornar-se superior ou inferior ao preço registrado, nos termos do artigos 26, § 3º e 27, § 4º, ambos do Decreto nº 11.462, de 2023.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.

É da competência do gerenciador a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço (art. 7º, inc. XIV, do Decreto nº 11.462, de 2023), exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade (art. 8º, inc. IX, do Decreto nº 11.462, de 2023).
O órgão ou entidade participante deverá comunicar ao órgão gerenciador qualquer das ocorrências previstas no item 7.1 dada a necessidade de instauração de procedimento para cancelamento do registro do fornecedor.

CONDIÇÕES GERAIS

As condições gerais da execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, Anexo I do Edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata é formalizada e assinada digitalmente pelas partes, por meio do sistema eletrônico utilizado pela Administração, nos termos da legislação vigente, ficando dispensada a elaboração de vias físicas.

Ipanguaçu/RN, 13 de agosto de 2026.

JEFFERSON CHARLES DE ARAÚJO SANTOS
Representante Legal Do Órgão Gerenciador

FRANCISCO RAYRON RIBEIRO BARRETO
Representante(S) Legal(Is) Do(S) Fornecedor(S) Registrado(S)

Publicado por:
Paulo Ricardo Felipe Dos Santos
Código Identificador:B82AE768

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JAPI

LICITAÇÃO
AUTORIZAÇÃO DE CONTRATAÇÃO DIRETA

Processo nº 03001.000083/2026
Unidade Gestora: SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE
Valor total da contratação: 17.990,00 (dezessete mil, novecentos e noventa reais).

1. DO OBJETO

1.1. Contratação de empresa especializada para o fornecimento de 01 (uma) motocicleta nova (0 km), ano/modelo 2025 ou 2026, destinada ao atendimento das necessidades da Administração Municipal, de uso urbano e rodoviário, equipada com motor monocilíndrico de aproximadamente 150 cilindradas ou superior, ciclo quatro tempos, sistema de alimentação por injeção eletrônica, arrefecimento a ar, partida elétrica, transmissão manual de cinco marchas, movida a gasolina ou bicombustível (flex), devendo atender às especificações técnicas mínimas estabelecidas no Termo de Referência, bem como às normas vigentes do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), acompanhada de todos os equipamentos obrigatórios, manual do proprietário, chave reserva e garantia mínima de fábrica.

1.2. Discriminação:

Vencedor(es): **MOTOCERT LTDA**						
CNPJ: **39.401.307/0001-30**				Email:	Telefone:	
Endereço: **AVENIDA PUDENTE DE MORAIS, 4716, LAGOA NOVA, NATAL/RN, CEP: 59000-000**						
Representante: - RG:						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	Motocicleta de uso urbano e rodoviário, ano 2025 ou 2026, 0KM, equipada com motor de aproximadamente 150 cilindradas ou superior, monocilíndrico, ciclo quatro tempos, com sistema de alimentação por injeção eletrônica, arrefecimento a ar e partida elétrica. Possui transmissão manual com câmbio de cinco marchas, garantindo bom desempenho, economia de combustível e confiabilidade mecânica.		UND	1	R$17.990,00	R$17.990,00
Total:						R$17.990,00

2. DA DISPENSA DE LICITAÇÃO DE LICITAÇÃO

2.1. O presente caso enquadra-se nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP), o que autoriza a contratação direta, por dispensa de licitação.

2.2. O processo de contratação direta, que compreende os casos de inexigibilidade e de dispensa de licitação, exige autorização da autoridade competente, nos termos do art. 72, inciso VIII da Lei nº. Lei n. 14.133/2021.

3. DA AUTORIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

3.1. Considerando que o caso ora em análise se enquadra nos termos da Lei 14.133/2021, Art. 75, II (PNCP).

3.2. Considerando finalmente que, tanto o parecer técnico, quanto o parecer jurídico constante nos autos do processo, que apontam para a possibilidade legal da referida contratação.

3.3. Eu, Simone Fernandes da Silva, Prefeita do Município de Japi, **DECLARO DISPENSÁVEL**, a realização de procedimento licitatório e **AUTORIZO** a contratação direta, por dispensa de licitação, das empresas listadas no item 1.2, devendo a despesa ser regularmente empenhada com observância das formalidades legais.

4. DA PUBLICAÇÃO

4.1. Em atenção ao disposto no parágrafo único do art. 72 da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, publique-se o ato que autoriza a contratação direta nos atos oficiais desta Autarquia.

Gabinete da Prefeita de Japi/RN, 17 de agosto de 2026.

SIMONE FERNANDES DA SILVA
Prefeita de Japi
CPF: ***.407.164-**

Publicado por:
Gilberto Fernandes de Lima
Código Identificador:16F4475A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUCURUTU

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 029/2026 PROC ADMINIST MJ/ RN Nº 068/2026 – PREGÃO ELETRÔNICO Nº 019/2026

O MUNICÍPIO DE JUCURUTU/RN, inscrito no CNPJ/ MF sob o n° 08.095.283/0001-04, com sede na Praça João Eufrásio de Medeiros, nº 14, Centro, CEP: 59.330-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, Sr. **Iogo Nielson de Queiroz e Silva**, considerando o julgamento da licitação na modalidade de pregão, na forma eletrônica, para **REGISTRO DE PREÇOS, RESOLVE** registrar os preços da(s) empresa(s) indicada(s) e qualificada(s) nesta ATA, de acordo com a classificação por ela(s) alcançada(s) e na(s) quantidade(s) cotada(s), atendendo as condições previstas no **Edital de licitação**, sujeitando-se as partes às normas constantes na Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021 e no **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**, e em conformidade com as disposições a seguir:

DO OBJETO
A presente Ata tem por objeto o **Registro de preços para aquisição de carnes destinadas ao atendimento das necessidades das secretarias e demais órgãos integrantes da administração pública municipal de Jucurutu/RN,** especificado(s) no Termo de Referência, anexo do edital, que é parte integrante desta Ata, assim como as propostas cujos preços tenham sido registrados, independentemente de transcrição.

DOS PREÇOS, ESPECIFICAÇÕES E QUANTITATIVOS
O preço registrado, as especificações do objeto, as quantidades, fornecedor(es) e as demais condições ofertadas na(s) proposta(s) são as que seguem:

Vencedor(es): **DISTRIBUIDORA DE ALIMENTOS E LIMPEZA MEDIO OESTE LTDA**						
CNPJ: 50.511.009/0001-35						
End: Rua João Cunha, nº 189, Centro, CEP: 59.685-000, Triunfo Potiguar/RN.						
Email: distribuidoramediooesteltda@gmail.com						
Telefone: (84) 9.9695-8362 – 9.9699-0665						
Representante Legal: **Fabia Paloma Costa de Almeida** - CPF: 154.142.814-59						
Item	Descrição	Marca	Unidade	Quantidade	Preço (R$)	Total (R$)
00001	CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE - (alcatra, chá de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio tipo de corte: característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento de manipulação para consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	MINERVA	KG	2.205,000000	36,99	81.562,95
00002	cota preferência ME e EPP- CARNE BOVINA DE 1ª QUALIDADE - (alcatra, chá de dentro, coxão mole, patinho, lombo), resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa, cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio tipo de corte: característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento de manipulação para consumo. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	MINERVA	KG	735,000000	36,99	27.187,65
00003	CARNE DE SOL BOVINA DE 1ª QUALIDADE – resfriada, salgada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: Característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC n°.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo 1, Grupo 5. Item a, publicada no D.O.U. Seção 1 em 10/01/01. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	friboi	KG	1.475,000000	37,19	54.855,25
00004	CARNE DE SOL BOVINA DE 2ª QUALIDADE – resfriada, salgada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: Característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo, acondicionado em caixas lacradas. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC n°.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo 1, Grupo 5. Item a, publicada no D.O.U. Seção 1 em 10/01/01. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	friboi	KG	1.465,000000	34,19	50.088,35
00005	CARNE MOÍDA - resfriada, limpa, aspecto: próprio da espécie, não amolecida nem pegajosa. Cor: própria da espécie, sem manchas esverdeadas ou pardacentas. Odor: próprio. Tipo de corte: Característico da peça conforme o padrão descrito na Portaria n° 5 de 8/11/88 e Publicada no DOU de 18/11/88, Seção I. Embalada em saco plástico transparente e atóxico, limpo, não violado, resistente, que garanta a integridade do produto até o momento do consumo. Serão adotados os critérios e padrões estabelecidos na Resolução RDC n°.12, 02/01/01, ANVISA/MS, Anexo 1, Grupo 5. Item a, publicada no D.O.U. Seção 1 em 10/01/01. A embalagem deverá conter externamente os dados de identificação, procedência, número de lote, data de validade, quantidade do produto, número do registro no Ministério da Agricultura/SIF/DIPOA e carimbo de inspeção do SIF. O produto deverá apresentar validade mínima de 20 (vinte) dias a partir da data de entrega na Unidade requisitante. O produto poderá ser entregue em embalagens de 2kg a 5kg, conforme solicitação do setor requisitante.	PUMBA	KG	1.875,000000	18,49	34.668,75
Total:						**248.362,95**

A listagem do cadastro de reserva referente ao presente registro de preços consta como anexo a esta Ata.

DA ADESÃO À ATA DE REGISTRO DE PREÇOS
NÃO será admitida a adesão à ata de registro de preços decorrente desta licitação, conforme justificativa apresentada neste processo.
É vedado efetuar acréscimos nos quantitativos fixados na ata de registro de preços.

VALIDADE, FORMALIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS E CADASTRO RESERVA

A validade da Ata de Registro de Preços será de 1 (um) ano, **contado da data de publicação na imprensa oficial do Município - FEMURN**, podendo ser prorrogada por igual período, **com a renovação de todos os itens e seus quantitativos**, mediante a anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso.
O contrato decorrente da ata de registro de preços terá sua vigência estabelecida no próprio instrumento contratual e observará no momento da contratação e a cada exercício financeiro a disponibilidade de créditos orçamentários, bem como a previsão no plano plurianual, quando ultrapassar 1 (um) exercício financeiro.
Na formalização do contrato ou do instrumento substituto deverá haver a indicação da disponibilidade dos créditos orçamentários respectivos.
A contratação com os fornecedores registrados na ata será formalizada pelo **Município de Jucurutu/RN** por intermédio de instrumento contratual, emissão de nota de empenho de despesa, autorização de compra ou outro instrumento hábil, conforme o art. 95 da Lei nº 14.133, de 2021.
O instrumento contratual de que trata o item 4.2. deverá ser assinado no prazo de validade da ata de registro de preços.
Os contratos decorrentes do sistema de registro de preços poderão ser alterados, observado o art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021.
Após a homologação da licitação, deverão ser observadas as seguintes condições para formalização da ata de registro de preços:
Serão registrados na ata os preços e os quantitativos do adjudicatário, devendo ser observada a possibilidade de o licitante oferecer ou não proposta em quantitativo inferior ao máximo previsto no edital e se obrigar nos limites dela;
Será incluído na ata, na forma de anexo, o registro dos licitantes ou dos fornecedores que:
Aceitarem cotar os bens, as obras ou os serviços com preços iguais aos do adjudicatário, observada a classificação da licitação; e
Mantiverem sua proposta original.
Será respeitada, nas contratações, a ordem de classificação dos licitantes ou dos fornecedores registrados na ata.
O registro a que se refere o item 4.4.2 tem por objetivo a formação de cadastro de reserva para o caso de impossibilidade de atendimento pelo signatário da ata.
Para fins da ordem de classificação, os licitantes ou fornecedores que aceitarem reduzir suas propostas para o preço do adjudicatário antecederão aqueles que mantiverem sua proposta original.
A habilitação dos licitantes que comporão o cadastro de reserva a que se refere o item **4.4.2** somente será efetuada quando houver necessidade de contratação dos licitantes remanescentes, nas seguintes hipóteses:
Quando o licitante vencedor não assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital; e
Quando houver o cancelamento do registro do licitante ou do registro de preços nas hipóteses previstas no item 7.
O preço registrado com indicação dos licitantes e fornecedores será divulgado no PNCP e ficará disponibilizado durante a vigência da ata de registro de preços.
Após a homologação da licitação, o licitante mais bem classificado, será convocado para assinar a ata de registro de preços, no prazo e nas condições estabelecidos no edital de licitação, sob pena de decair o direito, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021.
O prazo de convocação poderá ser prorrogado 1 (uma) vez, por igual período, mediante solicitação do licitante ou fornecedor convocado, desde que apresentada dentro do prazo, devidamente justificada, e que a justificativa seja aceita pela Administração.
A ata de registro de preços será assinada por meio de assinatura digital e disponibilizada no PNCP e no site oficial do **Município de Jucurutu/RN**.
Quando o convocado não assinar a ata de registro de preços no prazo e nas condições estabelecidos no edital, e observado o disposto no item 4.7 e subitens, fica facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para fazê-lo em igual prazo e nas condições propostas pelo primeiro classificado.
Na hipótese de nenhum dos licitantes que trata o item 4.4.2.1, aceitar a contratação nos termos do item anterior, a Administração, observados o valor estimado e sua eventual atualização nos termos do edital, poderá:
Convocar para negociação os demais licitantes ou fornecedores remanescentes cujos preços foram registrados sem redução, observada a ordem de classificação, com vistas à obtenção de preço melhor, mesmo que acima do preço do adjudicatário; ou
Adjudicar e firmar o contrato nas condições ofertadas pelos licitantes ou fornecedores remanescentes, atendida a ordem classificatória, quando frustrada a negociação de melhor condição.
A existência de preços registrados implicará compromisso de fornecimento nas condições estabelecidas, mas não obrigará o **Município de Jucurutu/RN** a contratar, facultada a realização de licitação específica para a aquisição pretendida, desde que devidamente justificada.

ALTERAÇÃO OU ATUALIZAÇÃO DOS PREÇOS REGISTRADOS
Os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:
Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou a superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
Na hipótese de previsão no edital de cláusula de reajustamento ou repactuação sobre os preços registrados, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021.
No caso do reajustamento, deverá ser respeitada a contagem da anualidade e o índice previstos para a contratação;
No caso da repactuação, poderá ser a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.
NEGOCIAÇÃO DE PREÇOS REGISTRADOS
Na hipótese de o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o **Município de Jucurutu/RN** convocará o fornecedor para negociar a redução do preço registrado.
Caso não aceite reduzir seu preço aos valores praticados pelo mercado, o fornecedor será liberado do compromisso assumido quanto ao item registrado, sem aplicação de penalidades administrativas.
Na hipótese prevista no item anterior, o **Município de Jucurutu/RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam reduzir seus preços aos valores de mercado e não convocará os licitantes ou fornecedores que tiveram seu registro cancelado.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção de contratação mais vantajosa.
Na hipótese de o preço de mercado tornar-se superior ao preço registrado e o fornecedor não poder cumprir as obrigações estabelecidas na ata, será facultado ao fornecedor requerer ao gerenciador a alteração do preço registrado, mediante comprovação de fato superveniente que supostamente o impossibilite de cumprir o compromisso.
Neste caso, o fornecedor encaminhará, juntamente com o pedido de alteração, a documentação comprobatória ou a planilha de custos que demonstre a inviabilidade do preço registrado em relação às condições inicialmente pactuadas.
Não hipótese de não comprovação da existência de fato superveniente que inviabilize o preço registrado, o pedido será indeferido pelo **Município de Jucurutu/RN** e o fornecedor deverá cumprir as obrigações estabelecidas na ata, sob pena de cancelamento do seu registro, nos termos do item 7.1, sem prejuízo das sanções previstas na Lei nº 14.133, de 2021, e na legislação aplicável.

Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, nos termos do item anterior, o **Município de Jucurutu/RN** convocará os fornecedores do cadastro de reserva, na ordem de classificação, para verificar se aceitam manter seus preços registrados, observado o disposto no item 4.7.
Se não obtiver êxito nas negociações, o **Município de Jucurutu/RN** procederá ao cancelamento da ata de registro de preços, nos termos do item 7.4, e adotará as medidas cabíveis para a obtenção da contratação mais vantajosa.
Na hipótese de comprovação da majoração do preço de mercado que inviabilize o preço registrado, conforme previsto no item 6.2 e no item 6.2.1, o **Município de Jucurutu/RN** atualizará o preço registrado, de acordo com a realidade dos valores praticados pelo mercado.

CANCELAMENTO DO REGISTRO DO LICITANTE VENCEDOR E DOS PREÇOS REGISTRADOS
O registro do fornecedor será cancelado pelo gerenciador, quando o fornecedor:
Descumprir as condições da ata de registro de preços, sem motivo justificado;
Não retirar a nota de empenho, ou instrumento equivalente, no prazo estabelecido pela Administração sem justificativa razoável;
Não aceitar manter seu preço registrado, na hipótese prevista no artigo 27, do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**; ou
Sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021.
Na hipótese de aplicação de sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 156 da Lei nº 14.133, de 2021, caso a penalidade aplicada ao fornecedor não ultrapasse o prazo de vigência da ata de registro de preços, poderá o órgão ou a entidade gerenciadora poderá, mediante decisão fundamentada, decidir pela manutenção do registro de preços, vedadas contratações derivadas da ata enquanto perdurarem os efeitos da sanção.
O cancelamento de registros nas hipóteses previstas no item 7.1 será formalizado por despacho do **Município de Jucurutu/RN**, garantidos os princípios do contraditório e da ampla defesa.
Na hipótese de cancelamento do registro do fornecedor, o **Município de Jucurutu/RN** poderá convocar os licitantes que compõem o cadastro de reserva, observada a ordem de classificação.
O cancelamento dos preços registrados poderá ser realizado pelo **Município de Jucurutu/RN**, em determinada ata de registro de preços, total ou parcialmente, nas seguintes hipóteses, desde que devidamente comprovadas e justificadas:
Por razão de interesse público;
A pedido do fornecedor, decorrente de caso fortuito ou força maior; ou
Se não houver êxito nas negociações, nas hipóteses em que o preço de mercado se tornar superior ou inferior ao preço registrado, nos termos dos artigos 25 e 26, ambos do **Decreto Municipal nº 1.418, de 2024**.

DAS PENALIDADES
O descumprimento da Ata de Registro de Preços ensejará aplicação das penalidades estabelecidas no edital.
As sanções também se aplicam aos integrantes do cadastro de reserva no registro de preços que, convocados, não honrarem o compromisso assumido injustificadamente após terem assinado a ata.
É da competência do **Município de Jucurutu/RN** a aplicação das penalidades decorrentes do descumprimento do pactuado nesta ata de registro de preço, exceto nas hipóteses em que o descumprimento disser respeito às contratações dos órgãos ou entidade participante, caso no qual caberá ao respectivo órgão participante a aplicação da penalidade.

CONDIÇÕES GERAIS
As condições gerais de execução do objeto, tais como os prazos para entrega e recebimento, as obrigações da Administração e do fornecedor registrado, penalidades e demais condições do ajuste, encontram-se definidos no Termo de Referência, ANEXO ao edital.

Para firmeza e validade do pactuado, a presente Ata foi lavrada em duas (02) vias de igual teor, que, depois de lida e achada em ordem, vai assinada pelas partes.

Jucurutu/RN, 07 de agosto de 2026.

Assinaturas

Iogo Nielson de Queiroz e Silva
Prefeito Municipal

Fabia Paloma Costa de Almeida
Representante legal do fornecedor registrado

Publicado por:
Alexsandro Emanoel Belarmino Pereira
Código Identificador:EAA5EA0F

SECRETARIA MUNICIPAL DE GABINETE
LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

LEI COMPLEMENTAR Nº 46, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Agentes Comunitários de Saúde — ACS e dos Agentes de Combate às Endemias — ACE do Município de Jucurutu/RN, e dá outras providências.

A Câmara Municipal de Jucurutu, Estado do Rio Grande do Norte, APROVOU, e eu, Prefeito Municipal, sanciono a seguinte LEI:
CAPÍTULO I — DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1º. Esta Lei Complementar institui o Plano de Cargos, Carreira e Remuneração — PCCR dos Agentes Comunitários de Saúde — ACS e dos Agentes de Combate às Endemias — ACE do Município de Jucurutu/RN, com fundamento no art. 198, §§ 4º a 6º, da Constituição Federal, com as alterações das Emendas Constitucionais nº 63/2010 e nº 120/2022, na Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, e suas alterações, e em conformidade com o art. 1º, § 4º, da Lei Complementar Municipal nº 45, de 13 de maio de 2026.
§ 1º As disposições desta Lei Complementar aplicam-se exclusivamente aos titulares de cargos de provimento efetivo de Agente Comunitário de Saúde e de Agente de Combate às Endemias, admitidos mediante concurso público ou processo seletivo público de provas ou de provas e títulos, na forma da Lei Federal nº 11.350/2006.
§ 2º Aplicam-se subsidiariamente aos servidores abrangidos por este Plano o Regime Jurídico Único dos Servidores do Município de Jucurutu (Lei Complementar Municipal nº 04/2006) e, no que couber, as regras gerais da Lei Complementar Municipal nº 45/2026.

Art. 2º. Para os efeitos desta Lei Complementar, considera-se:
I — cargo público efetivo: o conjunto de atribuições, deveres e responsabilidades cometido ao servidor, criado por lei, com denominação própria, número certo e remuneração paga pelos cofres públicos;
II — carreira: o agrupamento de classes de cargos de mesma natureza e complexidade, escalonadas segundo o grau de responsabilidade e de qualificação exigida;
III — classe: a posição do servidor dentro da carreira, representada por letras (A, B, C, D, E, F, G, H), correspondente à progressão horizontal;
IV — nível: a posição do servidor na tabela de escalonamento em razão da sua qualificação profissional, correspondente à progressão vertical;
V — vencimento-base: a retribuição pecuniária mensal devida ao servidor pelo exercício do cargo, correspondente ao piso salarial profissional nacional dos ACS e ACE, fixado na forma do art. 198, § 5º, da Constituição Federal e da legislação federal de regência;
VI — interstício: o lapso temporal mínimo exigido para a movimentação do servidor entre classes ou níveis.
Art. 3º. O quadro de cargos efetivos abrangidos por este Plano, com as respectivas denominações, quantitativos, requisitos de ingresso e jornada, consta do Anexo I, e a tabela de escalonamento por classes e níveis, expressa em coeficientes incidentes sobre o piso salarial profissional nacional, consta do Anexo II desta Lei Complementar.
§ 1º As atribuições dos cargos de ACS e de ACE são as definidas na Lei Federal nº 11.350/2006 e suas alterações, e na legislação municipal de criação dos respectivos cargos, prevalecendo a legislação federal em caso de divergência.
§ 2º A jornada de trabalho dos ACS e ACE é de 40 (quarenta) horas semanais, nos termos da Lei Federal nº 12.994/2014, observada, quanto aos ACS, a distribuição entre atividades de campo e atividades na unidade de saúde na forma da legislação federal e da regulamentação do SUS.
§ 3º São requisitos para o exercício dos cargos os previstos nos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 11.350/2006, inclusive, quanto ao ACS, residir na área da comunidade em que atuar desde a data da publicação do edital, e, para ambos os cargos, a conclusão, com aproveitamento, de curso introdutório de formação inicial e continuada.

CAPÍTULO II — DO VENCIMENTO-BASE

Art. 4º. O vencimento-base dos cargos de ACS e ACE corresponde ao piso salarial profissional nacional da categoria, na forma do art. 198 da Constituição Federal e da legislação federal, reajustado nos termos e na periodicidade definidos pela União.
§ 1º Os coeficientes de progressão constantes do Anexo II incidem sobre o valor do piso salarial profissional nacional vigente no mês de competência.
§ 2º A assistência financeira complementar prestada pela União para o cumprimento do piso será integralmente aplicada no pagamento da remuneração dos servidores abrangidos por este Plano, cabendo ao Município o custeio dos acréscimos remuneratórios decorrentes das progressões previstas nesta Lei Complementar.

CAPÍTULO III — DO DESENVOLVIMENTO NA CARREIRA

Seção I — Da Progressão Horizontal

Art. 5º. A progressão horizontal é a passagem do servidor de uma classe para a classe imediatamente superior, dentro do mesmo nível, mediante o cumprimento cumulativo dos seguintes requisitos:
I — interstício mínimo de 05 (cinco) anos de efetivo exercício na classe em que estiver posicionado;
II — resultado satisfatório na avaliação periódica de desempenho, na forma do regulamento.
§ 1º A cada progressão horizontal, o servidor fará jus ao acréscimo de 3% (três por cento), calculado sobre o vencimento-base correspondente à classe e ao nível em que se encontrar no momento da concessão, conforme os coeficientes do Anexo II.
§ 2º A avaliação periódica de desempenho considerará, entre outros critérios definidos em regulamento, a assiduidade e a pontualidade do servidor, aferidas preferencialmente por meio de registro eletrônico de frequência.
§ 3º Enquanto não implantado o sistema de registro eletrônico de frequência, a aferição de assiduidade e pontualidade será realizada pelos meios de controle disponíveis, conforme disciplinado em regulamento.
Art. 6º. A contagem do interstício para fins de progressão horizontal será suspensa durante:
I — licenças não remuneradas superiores a 30 (trinta) dias consecutivos;
II — período de cessão a outro ente federativo sem ônus para o Município;
III — afastamento para cumprimento de penalidade disciplinar.
Parágrafo único. Os períodos de férias, licença-maternidade, licença-paternidade, licença para tratamento de saúde e exercício de mandato classista ou eletivo serão computados normalmente no interstício.

Seção II — Da Progressão Vertical

Art. 7º. A progressão vertical é a passagem do servidor para um nível superior da tabela de escalonamento, mediante a comprovação de titulação acadêmica obtida em área de conhecimento que guarde pertinência direta com as atribuições legais do cargo de ACS ou de ACE, tais como saúde pública, saúde coletiva, saúde da família, atenção básica, vigilância em saúde, vigilância epidemiológica ou ambiental, e controle de endemias e zoonoses, conforme matriz de correlação a ser estabelecida em regulamento.
§ 1º Para fins de progressão vertical, serão aceitos exclusivamente diplomas e certificados expedidos por instituições de ensino reconhecidas pelo Ministério da Educação — MEC.
§ 2º A cada progressão vertical, o servidor fará jus a acréscimo sobre o vencimento-base correspondente à classe e ao nível em que se encontrar no momento da concessão, observados os seguintes percentuais:
I — Nível II — Pós-Graduação lato sensu (Especialização) na área do cargo: 10% (dez por cento);
II — Nível III — Mestrado na área do cargo: 15% (quinze por cento);
III — Nível IV — Doutorado na área do cargo: 25% (vinte e cinco por cento).
§ 3º Fica assegurado ao servidor que comprovar graduação de nível superior correlata às atribuições do cargo que ocupa o acréscimo de 3% (três por cento) sobre o seu vencimento-base, progredindo para o Nível IA, observado o caput deste artigo.
§ 4º Os percentuais previstos no § 2º não são cumulativos entre si; o servidor perceberá exclusivamente o percentual correspondente ao nível mais elevado que houver alcançado, conforme o Anexo II.
§ 5º A progressão vertical será concedida uma única vez para cada nível de titulação, vedada a concessão de mais de uma progressão pelo mesmo grau acadêmico, ainda que em área diversa.
§ 6º O servidor que obtiver progressão vertical para determinado nível deverá cumprir interstício mínimo de 02 (dois) anos para requerer nova progressão para o nível subsequente.
§ 7º A análise da pertinência temática do título com as atribuições legais do cargo será realizada pela Comissão Permanente de Avaliação de que trata o art. 8º, cabendo recurso ao Secretário Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares no prazo de 15 (quinze) dias.
§ 8º A concessão da progressão vertical fica condicionada à existência de prévia dotação orçamentária e à observância dos limites de despesa com pessoal de que tratam os arts. 19, 20 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000.
§ 9º Não geram progressão vertical nem qualquer acréscimo remuneratório: I — a titulação obtida em área de conhecimento estranha às atribuições legais do cargo; II — o curso introdutório de formação inicial e continuada e demais cursos exigidos como requisito para ingresso ou permanência no cargo; III — certificados de cursos livres ou de extensão.

CAPÍTULO IV — DA COMISSÃO PERMANENTE DE AVALIAÇÃO

Art. 8º. Compete à Comissão Permanente de Avaliação — CPA, instituída pelos arts. 7º e 8º da Lei Complementar Municipal nº 45/2026, analisar e deliberar sobre os requerimentos de progressão horizontal e vertical dos servidores abrangidos por este Plano.

Parágrafo único. Nas deliberações que envolvam servidores abrangidos por este Plano, será assegurada a participação de representante indicado pela entidade sindical representativa dos ACS e ACE, na forma do regulamento.

CAPÍTULO V — DAS VEDAÇÕES

Art. 9º. É vedada a transposição, a transformação ou a reclassificação de cargos de servidores para cargos distintos daqueles para os quais foram aprovados em concurso público ou processo seletivo público, em observância ao art. 37, inciso II, da Constituição Federal.

Art. 10. É vedada a incorporação de gratificações, adicionais ou quaisquer vantagens de caráter transitório ao vencimento-base do cargo para fins de cálculo das progressões previstas nesta Lei Complementar.

Art. 11. A concessão de progressões horizontais e verticais fica condicionada:

I — à existência de prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesa com pessoal delas decorrentes;

II — à observância dos limites de despesa com pessoal de que tratam os arts. 19, 20 e 22 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;

III — à autorização na Lei de Diretrizes Orçamentárias.

Parágrafo único. Atingido o limite prudencial de que trata o art. 22, parágrafo único, da Lei Complementar Federal nº 101/2000, ficam automaticamente suspensas as novas concessões de progressões até o retorno da despesa com pessoal ao patamar legal, preservadas as progressões já deferidas.

Art. 12. Não se aplica aos servidores abrangidos por este Plano a licença-prêmio por assiduidade, observada a extinção promovida pelo art. 12 da Lei Complementar Municipal nº 45/2026.

Parágrafo único. Ficam assegurados aos servidores em exercício na data de publicação desta Lei Complementar a contagem e o gozo dos períodos aquisitivos já completados, bem como a contagem e o gozo proporcional do período aquisitivo em curso até a data de publicação desta Lei, apurados nos moldes da Lei Complementar Municipal nº 04/2006 e do art. 12, parágrafo único, da Lei Complementar Municipal nº 45/2026.

CAPÍTULO VI — DO ENQUADRAMENTO

Art. 13. O enquadramento dos atuais servidores efetivos dar-se-á na classe e no nível correspondentes ao seu tempo de efetivo exercício no cargo e à sua titulação acadêmica correlata, observados os critérios estabelecidos nos arts. 5º e 7º desta Lei Complementar.

§ 1º O enquadramento será realizado por comissão especial instituída pelo Chefe do Poder Executivo, no prazo de 180 (cento e oitenta) dias contados da publicação desta Lei Complementar, e submetido à homologação do Prefeito Municipal.

§ 2º É vedada qualquer redução de remuneração em decorrência do enquadramento (art. 37, XV, da Constituição Federal), assegurada ao servidor a percepção de eventual diferença a título de vantagem pessoal nominalmente identificada — VPNI, não incorporável para qualquer efeito, a ser absorvida por ocasião de futuras progressões, reajustes ou reestruturações.

§ 3º O servidor que discordar do seu enquadramento poderá interpor recurso fundamentado no prazo de 30 (trinta) dias contados da publicação do ato de enquadramento, dirigido ao Secretário Municipal de Recursos Humanos, Patrimônio e Serviços Auxiliares.

CAPÍTULO VII — DA REGULAMENTAÇÃO

Art. 14. O Poder Executivo regulamentará esta Lei Complementar no prazo de 90 (noventa) dias contados de sua publicação, dispondo especialmente sobre:

I — os critérios, instrumentos, periodicidade e procedimentos da avaliação periódica de desempenho;

II — os formulários e o fluxo de requerimento das progressões horizontal e vertical;

III — a matriz de correlação entre áreas de conhecimento e as atribuições legais dos cargos de ACS e ACE, para fins de progressão vertical;

IV — a participação de representante da categoria na Comissão Permanente de Avaliação.

CAPÍTULO VIII — DAS DISPOSIÇÕES FINAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 15. As despesas decorrentes desta Lei Complementar correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, no Fundo Municipal de Saúde, suplementadas se necessário.

Art. 16. Aplica-se aos servidores abrangidos por este Plano a data-base estabelecida no art. 17 da Lei Complementar Municipal nº 45/2026, para fins de discussão da revisão geral e recomposição remuneratória, até o final do primeiro semestre de cada ano, sem prejuízo dos reajustes do piso salarial profissional nacional fixados pela União.

Art. 17. As progressões previstas nesta Lei Complementar serão estendidas aos aposentados e pensionistas que façam jus à paridade e à integralidade de proventos, nos termos do art. 7º da Emenda Constitucional nº 41/2003 e do art. 2º da Emenda Constitucional nº 47/2005, observadas as regras do art. 18 da Lei Complementar Municipal nº 45/2026, que se aplica integralmente a este Plano.

Art. 18. Revogam-se as disposições em contrário.

Art. 19. Esta Lei Complementar entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito de Jucurutu/RN, 17 de agosto de 2026.

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

ANEXO I — QUADRO DE CARGOS EFETIVOS

(art. 3º desta Lei Complementar)

ITEM	CARGO	CH	QTD	ESCOLARIDADE	VENCIMENTO-BASE
1	Agente Comunitário de Saúde — ACS	40H	55	Ensino Médio*	Piso nacional (art. 198, § 5º, CF)
2	Agente de Combate às Endemias — ACE	40H	16	Ensino Médio*	Piso nacional (art. 198, § 5º, CF)

** Observados, ainda, os requisitos dos arts. 6º e 7º da Lei Federal nº 11.350/2006 (residência na área da comunidade, para o ACS, e conclusão, com aproveitamento, de curso introdutório de formação inicial e continuada).*

ANEXO II — TABELA DE ESCALONAMENTO (CLASSES E NÍVEIS)

Coeficientes incidentes sobre o piso salarial profissional nacional vigente

Nível / Classe	A	B	C	D	E	F	G	H
Nível I	1,0000	1,0300	1,0609	1,0927	1,1255	1,1593	1,1941	1,2299
Nível IA	1,0300	1,0609	1,0927	1,1255	1,1593	1,1941	1,2299	1,2668
Nível II	1,1330	1,1670	1,2020	1,2381	1,2752	1,3135	1,3529	1,3934
Nível III	1,3030	1,3420	1,3823	1,4238	1,4665	1,5105	1,5558	1,6025
Nível IV	1,6287	1,6775	1,7279	1,7797	1,8331	1,8881	1,9447	2,0031

Legenda: Nível I — habilitação exigida para o cargo (piso nacional = coeficiente 1,0000); Nível IA — graduação correlata (+3%); Nível II — especialização na área do cargo (+10%); Nível III — mestrado na área do cargo (+15%); Nível IV — doutorado na área do cargo (+25%). Classes A a H — progressão horizontal de 3% a cada 5 anos, mediante avaliação de desempenho. Remuneração = coeficiente × piso nacional vigente.

ESTUDO DE IMPACTO ORÇAMENTÁRIO - LEI ADEQUADA

Em cumprimento ao disposto nos art. 16 e 21 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e no parágrafo 1º e incisos do art. 169 da Constituição Federal, considerando as metas e prioridades elencadas na Lei de Diretrizes Orçamentária, se constata que a presente proposta possui a devida adequação orçamentária.

CONSIDERANDO os seguintes dados:

JUSTIFICATIVA: Conceder aos agentes comunitários de saúde e agentes de endemias as vantagens já concedidas aos demais servidores municipais em seus planos de cargos e carreiras.

ESTIMATIVA DE GASTOS: O percentual gasto em despesa com pessoal, segundo o RGF do 1º Quadrimestre de 2026, encontra-se em 33,21%, e o percentual de impacto desde plano de cargos e salários na despesa com pessoal será de 0,58% da Receita Corrente Líquida.

CALCULO DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO			
CARGO	ENQUANDRAMENTO		
AGENTES COMUNITARIOS DE SAUDE	29.174,88		
AGENTES DE ENDEMIAS	2.369,28		
	SUB-TOTAL		31.544,16
13º SALARIO	31.544,16		2.628,68
ABONO DE FÉRIAS - 1/3	31.544,16		876,23
	SUB-TOTAL		3.504,91
PREVIDENCIA SOCIAL - INSS E PREVJUC	35.049,07	30,22%	10.591,83
TOTAL DO IMPACTO ORÇAMENTÁRIO MENSAL			45.640,89
	IMPACTO MENSAL	MESES	TOTAL EXERCICIO
IMPACTO ORÇAMENTÁRIO ANUAL	45.640,89	12	547.690,74
RECEITA CORRENTE LIQUIDA	1º QUADRIMESTRE 2026		94.935.104,95
IMPACTO - PERCENTUAL			0,58%
PERCENTUAL DE DESPESA COM PESSOAL ATUAL	1º QUADRIMESTRE 2026		33,21%
PERCENTUAL DE DESPESA COM PESSOAL ATUALIZADO			33,79%
LIMITE MÁXIMO	54,00%		
LIMITE PRUDENCIAL - 95%	51,30%		
LIMITE DE ALERTA - 90%	48,60%		

IMPACTO NOS EXERCÍCIOS SEGUINTES:

DISCRIMINATIVO	2026	2027	2028
Vencimentos e Encargos	547.690,74	547.690,74	547.690,74

ORIGEM DOS RECURSOS:

DISCRIMINATIVO	2026	2027	2028
Recursos Próprios/Federais	547.690,74	547.690,74	547.690,74

LIMITE DE GASTOS COM FOLHA DE PAGAMENTO: O gasto com folha de pagamento permanece em 33,79% do valor da RCL, cumprindo-se os limites previstos nos Arts. 19 a 22 da LRF, a seguir transcritos:

"Art. 19.Para os fins do disposto nocaputdo art. 169 da Constituição, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração e em cada ente da Federação, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida, a seguir discriminados:

I - União: 50% (cinqüenta por cento);

II - Estados: 60% (sessenta por cento);

III - Municípios: 60% (sessenta por cento).

§ 1oNa verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

I - de indenização por demissão de servidores ou empregados;

II - relativas a incentivos à demissão voluntária;

III - derivadas da aplicação do disposto noinciso II do § 6odo art. 57 da Constituição;

IV - decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração a que se refere o § 2odo art. 18;

V - com pessoal, do Distrito Federal e dos Estados do Amapá e Roraima, custeadas com recursos transferidos pela União na forma dosincisos XIIIeXIV do art. 21 da Constituiçãoe doart. 31 da Emenda Constitucional no19;

VI - com inativos e pensionistas, ainda que pagas por intermédio de unidade gestora única ou fundo previsto noart. 249 da Constituição Federal,quanto à parcela custeada por recursos provenientes:(Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

a) da arrecadação de contribuições dos segurados;

b) da compensação financeira de que trata o§9odo art. 201 da Constituição;

c) de transferências destinadas a promover o equilíbrio atuarial do regime de previdência, na forma definida pelo órgão do Poder Executivo federal responsável pela orientação, pela supervisão e pelo acompanhamento dos regimes próprios de previdência social dos servidores públicos.(Redação dada pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

§ 2oObservado o disposto no inciso IV do § 1o, as despesas com pessoal decorrentes de sentenças judiciais serão incluídas no limite do respectivo Poder ou órgão referido no art. 20.

§ 3º Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, é vedada a dedução da parcela custeada com recursos aportados para a cobertura do déficit financeiro dos regimes de previdência.(Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Art. 20.A repartição dos limites globais do art. 19 não poderá exceder os seguintes percentuais:

...

III - na esfera municipal:

a) 6% (seis por cento) para o Legislativo, incluído o Tribunal de Contas do Município, quando houver;

b) 54% (cinqüenta e quatro por cento) para o Executivo.

§ 7º Os Poderes e órgãos referidos neste artigo deverão apurar, de forma segregada para aplicação dos limites de que trata este artigo, a integralidade das despesas com pessoal dos respectivos servidores inativos e pensionistas, mesmo que o custeio dessas despesas esteja a cargo de outro Poder ou órgão.(Incluído pela Lei Complementar nº 178, de 2021)

Subseção II

Do Controle da Despesa Total com Pessoal
Art. 21. É nulo de pleno direito:(Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
I - o ato que provoque aumento da despesa com pessoal e não atenda:
a) às exigências dos arts. 16 e 17 desta Lei Complementar e o disposto noinciso XIII docaputdo art. 37e no§ 1º do art. 169 da Constituição Federal;e(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
b) ao limite legal de comprometimento aplicado às despesas com pessoal inativo;(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
II - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;(Redação dada pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
III - o ato de que resulte aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular de Poder ou órgão referido no art. 20;(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
IV - a aprovação, a edição ou a sanção, por Chefe do Poder Executivo, por Presidente e demais membros da Mesa ou órgão decisório equivalente do Poder Legislativo, por Presidente de Tribunal do Poder Judiciário e pelo Chefe do Ministério Público, da União e dos Estados, de norma legal contendo plano de alteração, reajuste e reestruturação de carreiras do setor público, ou a edição de ato, por esses agentes, para nomeação de aprovados em concurso público, quando:(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
a) resultar em aumento da despesa com pessoal nos 180 (cento e oitenta) dias anteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo; ou(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
b) resultar em aumento da despesa com pessoal que preveja parcelas a serem implementadas em períodos posteriores ao final do mandato do titular do Poder Executivo.(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
§ 1º As restrições de que tratam os incisos II, III e IV:(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
I - devem ser aplicadas inclusive durante o período de recondução ou reeleição para o cargo de titular do Poder ou órgão autônomo; e(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
II - aplicam-se somente aos titulares ocupantes de cargo eletivo dos Poderes referidos no art. 20.(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
§ 2º Para fins do disposto neste artigo, serão considerados atos de nomeação ou de provimento de cargo público aqueles referidos no§ 1º do art. 169 da Constituição Federalou aqueles que, de qualquer modo, acarretem a criação ou o aumento de despesa obrigatória.(Incluído pela Lei Complementar nº 173, de 2020)
Art. 22.A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 19 e 20 será realizada ao final de cada quadrimestre.
Parágrafo único. Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder ou órgão referido no art. 20 que houver incorrido no excesso:
I - concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista noinciso X do art. 37 da Constituição;
II - criação de cargo, emprego ou função;
III - alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
IV - provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;
V - contratação de hora extra, salvo no caso do disposto noinciso II do § 6odo art. 57 da Constituiçãoe as situações previstas na lei de diretrizes orçamentárias.

DECLARAÇÃO DE ADEQUAÇAO ORÇAMENTÁRIA

PLANO PLURIANUAL
A despesa está prevista nas diretrizes e metas do Plano Plurianual 2026/2029 e possui adequação orçamentária e financeira.

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
A despesa está prevista na Lei de Diretrizes Orçamentárias 2026.

LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL
A presente despesas será atendida pelas respectivas dotações orçamentárias constante na Lei Orçamentária Anual vigente, no Fundo Municipal de Saúde.

DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	NATUREZA DESPESA	FONTE
Diversas	3.1.90.11.00	Diversas
Diversas	3.1.90.13.00	Diversas
Diversas	3.1.91.13.00	Diversas

IOGO NIELSON DE QUEIROZ E SILVA
Prefeito Municipal

Publicado por:
Renilson Henrique de Brito
Código Identificador:A8B5C5A3

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ

FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 045/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1446/2026
CONTRATANTE: FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE
CNPJ: 14.034.776/0001-37
CONTRATADA: ANTONIONY FERNANDES DE ARAUJO
CNPJ: 13.830.976/0001-33
ENDEREÇO: Rua Presidente José Bento, nº 830, Alecrim – Natal/RN, CEP: 59.032-060.
OBJETO: Contratação de empresa especializada para manutenção preventiva e corretiva, de equipamentos Odontológicos.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	Serviço de manutenção preventiva em Gabinete Odontológico	UND	20	R$ 498,00	R$ 9.960,00
2	Serviço de manutenção preventiva em Bomba à vácuo odontológico	UND	6	R$ 698,00	R$ 4.188,00
3	Serviço de manutenção preventiva em Autoclave 21 litros	UND	7	R$ 498,00	R$ 3.486,00
4	Serviço de manutenção preventiva em Seladora	UND	6	R$ 258,00	R$ 1.548,00
5	Serviço de manutenção preventiva em Fotopolimerizador.	UND	5	R$ 298,00	R$ 1.490,00
6	Serviço de manutenção preventiva em amalgamador	UND	5	R$ 298,00	R$ 1.490,00
7	Serviço de manutenção preventiva em Caneta de Alta Rotação Odontológica	UND	10	R$ 348,00	R$ 3.480,00
8	Serviço de manutenção preventiva em Caneta de Baixa Rotação Odontológica	UND	10	R$ 336,00	R$ 3.360,00
9	Serviço de manutenção preventiva em Micro Motor Odontológico	UND	10	R$ 298,00	R$ 2.980,00
10	Serviço de manutenção preventiva em compressor odontológico até 30 litros	UND	6	R$ 751,00	R$ 4.506,00
11	Serviço de manutenção preventiva em Raio-X Odontológico Obs: Exclui-se Ampola	UND	4	R$ 1.148,00	R$ 4.592,00
12	Serviço de manutenção preventiva em Ultra som Odontológico	UND	6	R$ 598,00	R$ 3.588,00

VALOR TOTAL ESTIMADO R$ 44.668,00 (Quarenta e quatro mil seiscentos e sessenta e oito reais).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 020/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 05 de agosto de 2026 à 05 de agosto de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.002 - FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE; **Ação:** 2058 -Manutenção dos Serviços da Média e Alta Complexidade - MAC; 2108 - Manutenção dos Serviços de Atenção Primária em Saúde; **Natureza:** 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15001002 - Recursos não Vinculados de Impostos; 16000000 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde; 26003130 - Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Emendas Parlamentares de Comissão; 16003120 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares de bancada; 16003110 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Federal - Transferências da União decorrentes de emendas parlamentares individuais; 16210000 - Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 07.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE; **Ação:** 2045 - Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde: **Natureza:** 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **Fonte:** 15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos;

Jundiá/RN, 05 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:
P/ CONTRATANTE: Girlanny Luize da Silva Morais
P/ CONTRATADO: Antoniony Fernandes de Araújo

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:927DD66F

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 047/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1494/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: B.B ASSESSORIA COMERCIO E SERVICO LTDA
CNPJ: 45.389.503/0001-39
ENDEREÇO: OBJETO: Contratação de empresa para aquisição de materiais e equipamentos esportivos destinados ao desenvolvimento de atividades, treinamentos, competições e eventos esportivos promovidos pelo Município de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	V. UNIT.	V. TOTAL
1	ARCOS – KIT ARCO PARA TREINO: 04 ARCOS; MATERIAL: ARCOS DE PVC, EQUIPAMENTO POSSUI ESPESSURA DE 19 mm E PONTAS DE AÇO GALVANIZADO COM 8 mm EM AMBOS OS EXTREMOS PARA O ENCAIXE NO SOLO. DIMENSÕES: ALTURA 13cm x LARGURA 20cm.	KITS	1	R$ 121,90	R$ 121,90
2	BAMBOLÊS 50CM (ARGOLA/ARO FUNCIONAL CIRCUITO) - COLORIDOS	UND	50	R$ 6,08	R$ 304,00
3	BOLA - TIPO: HANDEBOL; PADRÃO: OFICIAL; MATERIAL: CONFECCIONADA EM 3 CAMADAS, SENDO A 1ª CAMADA COM FIO 48 FILAMENTOS, A 2ª CAMADA EM BORRACHA NATURAL, A 3ª CAMADA EM PU SUPER GRIP OU SIMILAR COM MAIS ADERÊNCIA; TAMANHO: H2L COSTURADA; CIRCUNFERÊNCIA: 54 A 56 CM; PESO: 325 A 400 G; CÂMARA: AIRBILITY OU SIMILAR; MIOLO: SUBSTITUÍVEL E LUBRIFICADO; ACABAMENTO: 32 GOMOS; MODELO: PRO.	UND	5	R$ 136,49	R$ 682,45
4	BOLA DE BASQUETE TAMANHO OFICIAL, MATERIAL BORRACHA	UND	5	R$ 126,00	R$ 630,00
5	BOLA DE FUTEVÔLEI TAMANHO OFICIAL - ESPECIFICAÇÃO: BOLA DE FUTEVÔLEI OFICIAL: COM 32 GOMOS, CONFECCIONADA EM PU, CÂMARA AIRBYLITY, MIOLO REMOVÍVEL E LUBRIFICADO, DIÂMETRO 68-69CM, PESO 420-445G.	UND	5	R$ 174,47	R$ 872,35
6	BOLA DE VOLEIBOL DE AREIA (VÔLEI DE PRAIA/AREIA) - TIPO DE SUPERFICIE: PRAIA, MATERIAL DA BOLA: PVC, TIPO DE COSTURA: ULTRA FUSSION, TAMANHO DA BOLA: 70, MATERIAL DA CÂMARA: BUTILO, PESO: 320g	UND	4	R$ 158,13	R$ 632,52
7	BOLA FUTEBOL DE CAMPO OFICIAL PARA COMPETIÇÃO, CATEGORIA ADULTO, SISTEMA TERMO SOLDADA, CONFECCIONADA EM PU, COM CÂMERA DE BUTIL, COM COSTURA, COM 08 GOMOS COM PESO ENTRE 410 E 440 G E CIRCUNFERÊNCIA DE 62 A 64 CM, VÁLVULA REMOVÍVEL E LUBRIFICADA, 0% ABSORÇÃO DE ÁGUA.	UND	45	R$ 154,08	R$ 6.933,60
8	BOLA FUTSAL OFICIAL PARA COMPETIÇÃO, CATEGORIA ADULTO, SISTEMA TERMO SOLDADA, CONFECCIONADA EM PU, COM CÂMERA DE BUTIL, COM COSTURA, COM 08 GOMOS COM PESO ENTRE 410 E 440 G E CIRCUNFERÊNCIA DE 62 A 64 CM, VÁLVULA REMOVÍVEL E LUBRIFICADA, 0% ABSORÇÃO DE ÁGUA.	UND	10	R$ 146,54	R$ 1.465,40
9	BOLA VOLEIBOL OFICIAL PARA QUADRA, CATEGORIA ADULTO PARA COMPETIÇÃO, CONFECCIONADA EM MICROFIBRA, MATIZADA COM CÂMARA DE BUTIL COM VÁLVULA REMOVÍVEL, SILICONIZADA E LUBRIFICADA E COM CIRCUNFERÊNCIA 65 A 67 CM E PESO ENTRE 260 A 280G	UND	6	R$ 168,71	R$ 1.012,26
10	BOLAS DE FUTEBOL DE AREIA - CATEGORIA ADULTO PARA COMPETIÇÃO, PESO 410-440G, CIRCUNFERÊNCIA 68-70CM, 8 GOMOS, LAMINADO: PU Pro, CONSTRUÇÃO: TERMOTEC, CÂMARA: 6D, SISTEMA DE FORRO: TERMOFIXO, CAMADA INTERNA: NEOGEL, PROCESSO EXTRA: DUPLA	UND	10	R$ 120,77	R$ 1.207,70

	COLAGEM, MIOLO: CÁPSULA SIS.				
11	BOLAS DE LEITE – MODELO DE LEITE, COR BRANCA/PRETO, TAMANHO 8, É UMA MINIBOLA: NÃO, IDADE MINIMA RECOMENDADA: 1 ANOS, MATERIAL EXTERNO: VINIL, MATERIAL DA CÂMARA: VINIL, SEM COSTURA, COMPOSIÇÃO: VINIL.	UND	5	R$ 8,36	R$ 41,80
12	BOLAS DE QUEIMADA – BOLA DE INICIAÇÃO, TAMANHO 8, MAIOR RESISTÊNCIA E DURABILIDADE, IMPERMEÁVEL, CIRCUNFERÊNCIA: 41-45CM, PESO APROXIMADO: 110-150G, LAMINADO: BORRACHA, CONSTRUÇÃO: VULCANIZADA, MIOLO: REMOVIVEL, ITENS INCLUSOS: 01 BOLA PARA QUEIMADA.	UND	2	R$ 19,66	R$ 39,32
13	BOMBA DE AR PARA BOLAS – BOMBA DE AR MANUAL COM DOIS BICOS E MANGUEIRA, COMPATIBILIDADE: BOLAS ESPORTIVAS (FUTEBOL, VÔLEI, BASQUETE, ETC.) BOIAS INFLÁVEIS E EQUIPAMENTOS SIMILARES. CORPO DA BOMBA: PLATICO RESISTENTE, MANGUEIRA FLEXÍVEL, BICOS EM METAL E PLÁTICO.	UND	5	R$ 24,68	R$ 123,40
14	CARTÕES – KIT JUIZ FUTEBOL COMPLETO COM APITO, CARTÃO VERMELHO, CARTÃO AMARELO. DESCRIÇÕES: APITO PROFICIONAL EM PLATICO ABS COM BOLINHA DE METAL LEVÍSSIMO (CORTIÇA OU ISOPOR NÃO ENXARCA EM CONTATO COM ÁGUA). DETALHES: POSSUI ANEL DE FIXAÇÃO(ARGOLINHA) EM SUA PONTA, EMBOCADURA ANATÔMICA, EMITE CERCA DE 115 DB DE SOM. ARGOLINHA COM APROXIMADAMENTE 1,5CM DE DIAMETROS. SOM GRAVE. DIMENSÕES: 5,1x1,5cm (COMPRIMENTO x LARGURA). COR PRETA. CORDÃO: 1 CORDÃO PARA APITO. JOGO DE CARTÕES: CONTÉM 2 CARTÕES: 1 AMARELO E 1 VERMALHO. CARTÃO DE ARBITRAGEM COM CORES PROFISSIONAIS.	KITS	2	R$ 27,12	R$ 54,24
15	CHUTEIRAS EM COURO PARA FUTEBOL DE CAMPO - TRAVA COSTURADA RESISTENTE; SOLADO ANTIDERRAPANTE; INTERIOR ACOLCHOADO; DESIGN CLÁSSICO E ELEGANTE; TAMANHOS 39 A 43.	PAR	70	R$ 125,99	R$ 8.819,30
16	COLETES – COLETE ESPORTIVO UTILIZADO PARA TREINAMENTOS, COMPOSIÇÃO: 100% POLIÉSTER, LATERAL COM ELASTICO, TAMANHOS VARIADOS: P ao XXG. CORES VARIADAS.	UND	24	R$ 15,45	R$ 370,80
17	CONES ESPORTIVOS - MATERIAL: PLÁSTICO PVC RÍGIDO; DIMENSÕES: 11x18cm; NÃO FLEXÍVEL; CORES VARIADAS.	UND	10	R$ 4,30	R$ 43,00
18	CONES PARA SINALIZAÇÃO - CONFECCIONADOS EM POLIETILENO E/OU PVC, NA COR LARANJA, COM OU SEM FAIXAS REFLETIVAS, FLEXÍVEL; INDICADO PARA O TREINAMENTO DE MODALIDADES ESPORTIVAS QUE NECESSITAM DE VELOCIDADE E EXPLOSÃO; ACESSÓRIO É UTILIZADO PARA A DEMARCAÇÃO DE CAMPOS, - CONES GRANDES CONFECCIONADOS EM POLIETILENO E/OU PVC, NA COR LARANJA, COM OU SEM FAIXAS REFLETIVAS, FLEXÍVEL; INDICADO PARA O TREINAMENTO DE MODALIDADES ESPORTIVAS QUE NECESSITAM DE VELOCIDADE E EXPLOSÃO; ACESSÓRIO É UTILIZADO PARA A DEMARCAÇÃO DE CAMPOS, QUADRAS OU TATAMES. PRODUTO CERTIFICADO PELO INMETRO. MEDINDO APROXIMADAMENTE 50CM DE ALTURA E A BASE 28X28CM.	UND	10	R$ 35,28	R$ 352,80
19	CORDAS DE PULAR – MATERIAL: PLASTICO, METAL, BORRACHA E NYLON; RESISTENTE A ABRASIVOS E AO FRIO; CORDA FLEXÍVEL E GIRATÓRIA; COMPRIMENTO DA CORDA: 2,70m; TAMANHO DOS PEGADORES: 3cmx14cm.	UND	2	R$ 11,48	R$ 22,96
20	ESCADA DE AGILIDADE EM NYLON, COM 7 DEGRAUS, CUMPRIMENTO 5 METROS, DISTANCIA ENTRE DEGRAUS DE 40-45 CM	UND	4	R$ 46,71	R$ 186,84
21	MEDALHA EM ACRÍLICO, COM LOGOTIPO OU LAYOUT DO EVENTO - CORTE LASER IMPRESSÃO UV COM FITA CETIM; MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA: 7.50 cm, ESPESSURA: 4 mm. COMPRIMENTO: 7.00 cm COR DO ACRÍLICO E DETALHES A DEFINIR PELA CONTRATADA.	UND	30	R$ 8,51	R$ 255,30
22	MEDALHA EM ACRÍLICO, COM LOGOTIPO OU LAYOUT DO EVENTO - CORTE LASER IMPRESSÃO UV COM FITA CETIM; MEDIDAS MÍNIMAS: ALTURA: 4.50 cm, ESPESSURA: 3mm; COMPRIMENTO: 4.00 cm COR DO ACRÍLICO E DETALHES A DEFINIR PELA CONTRATADA.	UND	40	R$ 8,98	R$ 359,20
23	MEDALHAS OURO, PRATA E BRONZE, COM FITA, DIÂMETRO DE 3,0 A 6,0 CM; DE 35-45 MM. PERSONALIZADA, MATERIAL ALUMÍNIO CROMADO, COM ESPAÇO PARA COLOCAÇÃO DE ETIQUETA COLANTE COM A COLOCAÇÃO DE PATROCÍNIO DA COMPETIÇÃO.	UND	220	R$ 8,12	R$ 1.786,40
24	PETECA – KIT BADMINTON RAQUETE E PETECA- KIT COM: 2 RAQUETES E 1 PETECA. DIMENSÕES: RAQUETE: 62CM, PETECA: 6,5 x 7CM.	KITS	2	R$ 32,61	R$ 65,22
25	PRATO DE DEMARCAÇÃO TREINAMENTO FUNCIONAL – PRATOS CHAPÉUS CHINÊS; MATERIAL: POLIPROPILENO; DIMENSÕES: 19x5cm; PESO: 35g; NÃO FLEXIVE; CORES VARIADAS.	UND	20	R$ 3,74	R$ 74,80
26	REDE PARA TRAVES, DE CAMPO COM FIO 4,0MM, FABRICADA EM SEDA PAR DE REDES	PAR	8	R$ 206,41	R$ 1.651,28
27	REDE PARA TRAVES, DE GOL DE GINASIO COM FIO 4,0MM, FABRICADA EM NYLON PAR DE REDES	PAR	8	R$ 138,28	R$ 1.106,24
28	REDE PARA VOLEIBOL DE AREIA - PAR DE REDE DE VÔLEI CONTENDO 2 UNIDADES, TIPO DE REDE: VÔLEI, MATERIAL DA REDE: POLIETILENO, LARGURA: 1m, COMPRIMENTO: 9,5m.	PAR	2	R$ 107,34	R$ 214,68
29	TERNO FUTEBOL DE CAMPO COMPLETO COMPOSTO POR CAMISAS, SHORTS E MEIOS EM POLIÉSTER SUBLIMADO TOTAL, ARTE A DEFINIR NUMERADO COM ESCUDO E LOGOMARCA DA PREFEITURA MUNICIPAL TAMANHOS VARIADOS DO P AO XXG, CONJUNTO COM 3 PEÇAS.	CONJ	66	R$ 88,78	R$ 5.859,48
30	TERNO FUTSAL COMPLETO COMPOSTO DE MEIÕES EM POLIÉSTER TAMANHOS, SUBLIMADO TOTAL, VARIADOS DO P AO XXG, CONJUNTO COM 3 PEÇAS.	CONJ	66	R$ 76,81	R$ 5.069,46
31	TROFEU BASE POLÍMERO ACABAMENTO METALIZADO, BRILHANTE VERMELHO, PLACA LATÃO P/ GRAVAÇÃO, COPA ACABAMENTO METAL BRILHANTE, 2 RAMOS ACABAMENTO METAL – 1,00 M, DEMAIS COMPONENTES COM ACABAMENTO EM METALIZAÇÃO BRILHANTE DOURADA – COM GRAVAÇÃO	UND	3	R$ 416,93	R$ 1.250,79
32	TROFEU BASE POLÍMERO ACABAMENTO METALIZADO, BRILHANTE VERMELHO, PLACA LATÃO P/ GRAVAÇÃO, COPA ACABAMENTO METAL BRILHANTE, 2 RAMOS ACABAMENTO METAL – 60 CM, DEMAIS COMPONENTES COM ACABAMENTO EM METALIZAÇÃO BRILHANTE DOURADA – COM GRAVAÇÃO	UND	3	R$ 194,85	R$ 584,55
33	TROFEU BASE POLÍMERO ACABAMENTO METALIZADO, BRILHANTE VERMELHO, PLACA LATÃO P/ GRAVAÇÃO, COPA ACABAMENTO METAL BRILHANTE, 2 RAMOS ACABAMENTO METAL – 40 CM, DEMAIS COMPONENTES COM ACABAMENTO EM METALIZAÇÃO BRILHANTE DOURADA – COM GRAVAÇÃO	UND	10	R$ 122,40	R$ 1.224,00
34	TROFEU BASE POLÍMERO ACABAMENTO METALIZADO, BRILHANTE VERMELHO, PLACA LATÃO P/ GRAVAÇÃO, COPA ACABAMENTO METAL BRILHANTE, 2 RAMOS ACABAMENTO METAL – 20 CM, DEMAIS COMPONENTES COM ACABAMENTO EM METALIZAÇÃO BRILHANTE DOURADA – COM GRAVAÇÃO	UND	10	R$ 50,60	R$ 506,00
35	TROFEU BASE POLÍMERO ACABAMENTO METALIZADO, BRILHANTE, PLACA LATÃO P/ GRAVAÇÃO, COPA ACABAMENTO METAL BRILHANTE, 2 RAMOS ACABAMENTO METAL – 80 CM, DEMAIS COMPONENTES COM ACABAMENTO EM METALIZAÇÃO BRILHANTE DOURADA – COM GRAVAÇÃO	UND	4	R$ 313,76	R$ 1.255,04
36	TROFÉU EM ACRÍLICO PERSONALIZADO TEMA ESPORTES EM GERAL - (ESCOLHIDO PELA CONTRATADA) DEVENDO POSSUIR ÍCONES DO ESPORTE DESTINADO; TAMANHO MÍNIMO 20x10 cm, ESPESSURA MÍNIMA 3 mm, COM BASE; CORTE À LASER, LOGOMARCA E PERSONALIZADO DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA.	UND	10	R$ 77,99	R$ 779,90
37	TROFÉU EM ACRÍLICO PERSONALIZADO TEMA ESPORTIVI EM GERAL - DEVENDO POSSUIR ÍCONE RELACIONADO AO ESPORTE (ESCOLHIDO PELA CONTRATADA), TAMANHO MÍNIMO 30x15 cm, CORTES À LASER, CAMADA EXTRA COM LOGOMARCA EM ALTO RELEVO ESPELHADO EM PRATA OU DOURADO, COR DE ACRÍLICO E PERSONALIZADO DE ACORDO COM SOLICITAÇÃO DA CONTRATADA.	UND	8	R$ 92,82	R$ 742,56

VALOR TOTAL ESTIMADO: R$ 46.701,54 (Quarenta e seis mil setecentos e um reais e cinquenta e quatro centavos).
MODALIDADE: Dispensa de Licitação nº 021/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Artigo 75, Inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021.

VIGÊNCIA DO CONTRATO: 10 de agosto de 2026 à 10 de agosto de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 – Sec. Mun. de Educação, Cultura e Desportos; **AÇÃO:** 2231 – Promoção de Eventos Esportivos; 2023 **–** Execução da Quota Salário Educação - QSE/Ensino Fundamental; 2022 **–** Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental; 2036 **–** Manutenção do Ensino Fundamental - FUNDEB-30%; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.30 – MATERIAL DE CONSUMO; **FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos; 15500000 – Transferência do Salário-Educação; 15001001 – Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino; 15430000 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União – VAAR; 15460000 – Transferências do FUNDEB - Complementação da União – ETI.

Jundiá/RN, 10 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Breno Raniere Barreto de Lima

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:69FE7719

GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DE CONTRATO ADMINISTRATIVO Nº 050/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 1564/2026
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE JUNDIÁ/RN
CNPJ: 04.214.217/0001-55
CONTRATADA: JORAY MUSIC LTDA
CNPJ: 26.905.909/0001-82
ENDEREÇO: Rua Maraial, nº 208 – Bairro Cohab II – Palmares/PE, CEP: 55.540-000
OBJETO: Contratação de apresentação artística musical gospel da cantora Rayanne Vanessa, com duração mínima de 1h30min, a ser realizada em 31 de agosto de 2026, como parte da programação oficial em comemoração ao Dia do Evangélico do Município de Jundiá/RN.
DESCRIÇÃO DOS ITENS DA DESPESA:

ITEM	DESCRIÇÃO DO ITEM	UNID	QTD	VALOR UNIT. R$	VALOR TOTAL R$
1	Apresentação artística musical gospel da cantora Rayanne Vanessa, com duração mínima de 1h30min, a ser realizada em 31 de agosto de 2026, como parte da programação oficial em comemoração ao Dia do Evangélico do Município de Jundiá/RN.	SERV	1	R$ 45.000,00	R$ 45.000,00

MODALIDADE: Inexigibilidade de Licitação nº 022/2026.
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 74, II, da Lei nº 14.133/2021.
VIGÊNCIA DO CONTRATO: 02 de março de 2026 à 02 de março de 2027.
UNIDADE ORÇAMENTÁRIA: 06.001 - SECRETARIA MUN. DE EDUCAÇÃO, CULTURA E DESPORTOS; **AÇÃO:** 2111 - Promoção de Eventos Culturais; **NATUREZA DA DESPESA:** 3.3.90.39 - OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA; **FONTE:** 15000000 – Recursos não Vinculados de Impostos.

Jundiá/RN, 14 de agosto de 2026.

Assinam pelas partes:

P/ CONTRATANTE: Carlos Antonio de Souza
P/ CONTRATADO: Rayane Vanessa Fidelis da Silva

Publicado por:
Luiz Eduardo Fernandes
Código Identificador:8F5BFCBA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS 94/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO 13/2026

Objeto: CONTRATAÇÃO VIA REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURA E EVENTUAL AQUISIÇÃO DE BENS PERMANENTES E DE CONSUMO, INCLUINDO EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO, UTENSÍLIOS E ELETRODOMÉSTICOS, DESTINADOS A ATENDER ÀS DEMANDAS DAS DIVERSAS SECRETARIAS E ÓRGÃOS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA NOVA/RN.

Fornecedor: ALCANCE VIBE LTDA		
CNPJ: 20.819.329/0001-96	Telefone: (62) 99389-9318	Email: alcancevibe@gmail.com
Endereço: Q QS 1 RUA 212 LOTES, 1923 BLOCO D SALA 1112 PARTE A-655 PAVMTO11 E, AREAL (AGUAS CLARAS), Brasília/DF, CEP: 71950-550		
Representante: ALCIMAR GUERRA DE MELO VITORINO - CPF: XXX.960.XX1-04		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
9	0051953 - FREEZER HORIZONTAL ESPECIFICAÇÃO: DUAS PORTAS COM CAPACIDADE ACIMA DE 500 LITROS COR EXTERNA BRANCA, REVESTIMENTO INTERNO EM CHAPA PRÉPINTADA NA COR BRANCA. EFICIÊNCIA ENERGÉTICA CLASSE A 220V GARANTIA DE 1 ANO.	Midea	Unidade	10	3.386,10	33.861,00

Valor Total R$ 33.861,00 (trinta e três mil oitocentos e sessenta e um reais). Prazo de Vigência: 13 de agosto de 2026, vigente até 12 de agosto de 2027. Data: 13/08/2026. Base Legal: Lei 14.133/2021, Art. 28, I (PNCP). Assinaturas IRANILDO ACIOLE DA SILVA/Prefeito Municipal e ALCANCE VIBE LTDA/Contratada.

Publicado por:
Renata Sabrina Silva de Menezes
Código Identificador:DDAE7DAE

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2072026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2072026 – GP, Lagoa Nova/RN, 17 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 30.000,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 30.000,00 (trinta mil reais) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**30.000,00**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	29.000,00
Anexo II (Redução)					**30.000,00**
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**30.000,00**
	1037 CONSTRUÇÃO E/OU REFORMA DE CALÇADÃO NO MUNICÍPIO				**18.338,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	18.338,00
	1111 IMPLANTAÇÃO DE SISTEMA DE EFICIÊNCIA ENERGÉTICA				**11.662,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.662,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:50E19536

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2082026 – GP

DECRETO ORÇAMENTÁRIO Nº 2.2082026 – GP, Lagoa Nova/RN, 17 de agosto de 2026.

"ABRE CRÉDITO SUPLEMENTAR NA LEI ORÇAMENTÁRIA ANUAL, NO VALOR DE R$ 2.400,00 PARA O EXERCÍCIO 2026 E ALTERA O QUADRO DE DETALHAMENTO DA DESPESA - QDD DO MUNICÍPIO DE LAGOA NOVA/RN E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS."

IRANILDO ACIOLE DA SILVA, Prefeito do Município de Lagoa Nova, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições e em conformidade que lhe são conferidas pela Lei Orgânica Municipal.
Considerando o art. 7º da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que Estima a Receita e Fixa a Despesa do município para o Exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 2000 – Lei de Responsabilidade Fiscal.

DECRETA:
Art. 1º - Fica aberto Crédito Adicional Suplementar, no Orçamento Geral do Município do corrente Exercício, no valor de R$ 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais) destinados a atender às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, o Superávit Financeiro apurado no exercício financeiro anterior.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

IRANILDO ACIOLE DA SILVA
Prefeito Municipal

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**2.400,00**
10.001 FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.400,00**
	2054 MANUTENÇÃO DO TETO FINANCEIRO DA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE - MAC/AIH				**2.400,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	26000000	0001	2.400,00

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:389D20A7

SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANCAS
PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 068/2026 – SMFIN

PORTARIA ORÇAMENTÁRIA Nº 068/2026 – SMFIN
Lagoa Nova/RN, 17 de agosto de 2026.

ALTERA O "QUADRO DE DETALHAMENTO DAS DESPESAS - QDD" DA UNIDADE ORÇAMENTÁRIA QUE ESPECIFICA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

A SECRETÁRIA MUNICIPAL INTERINA DE FINANÇAS, no uso de suas atribuições legais e,
Considerando o art. 7º, inciso I da Lei Municipal nº 927/2025 de 31 de dezembro de 2025 que estima a receita e fixa as despesas do município para o exercício de 2026, combinado com o Art. 41 e 43, §1º, Inciso II, c/c §3º e §4º, da Lei Federal nº 4.320/64; e, Artigo 5º, inciso III, da Lei Complementar Nº 101, de 2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal).

RESOLVE:
Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 441,88 (quatrocentos e quarenta e um reais e oitenta e oito centavos) constantes no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Fica alterado o Quadro de Detalhamento das Despesas – QDD, desta prefeitura para o Exercício 2026, em consonância ao § 5° do art. 7º da Lei Municipal n° 927/2025 de 31 de dezembro de 2025.
Art. 4º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

ZUCLÉCIA REISY APRÍGIO DE CARVALHO
Secretária Municipal Interina de Finanças.

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**441,88**
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**441,88**
	2059 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS				**441,88**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	441,88
Anexo II (Redução)					**441,88**
11.001 SECRETARIA MUN. DE OBRAS, SERV. E MOB. URBANA					**441,88**
	2059 MANUTENÇÃO DAS ESTRADAS VICINAIS				**441,88**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	441,88

Publicado por:
Zuclécia Reisy Aprigio de Carvalho
Código Identificador:231AFEDD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 35

Prefeitura Municipal de Lagoa Salgada
Rua Luiz Francisco de Oliveira, nº 062, Centro, Lagoa Salgada/RN
CNPJ/MF 08.162.869/0001-44

DECRETO Nº 35/2026 de 17 de Agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 4.386.481,86, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 4.386.481,86 (quatro milhões, trezentos e oitenta e seis mil, quatrocentos e oitenta e um reais e oitenta e seis centavos) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, a anulação, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

LAGOA SALGADA/RN, 17 de agosto de 2026

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**4.386.481,86**
02 .002 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**58.200,00**
	2003 Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município				**58.200,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E			
		VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	50.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	3.200,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**138.300,00**
	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração				**138.300,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	120.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	5.300,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	13.000,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**49.000,00**
	2008 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças				**49.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	49.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**10.000,00**
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria de Tributação				**10.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.620.500,00**
	2016 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 17010000		0001	9.000,00
	2017 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE				**67.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15500000		0001	52.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	15.000,00
	2023 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Infantil				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	5.000,00
	2026 Manutenção do Programa de Educação de Jovens e Adultos - EJA				**14.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	14.000,00
	2033 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental financiados com Recursos do FUNDEB 30%				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	60.000,00
	2035 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental financiados com recursos do FUNDEB 70%				**1.300.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	300.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	1.000.000,00
	2036 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil financiados com recursos do FUNDEB 70%				**100.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	100.000,00
	2084 Manutenção das Ações do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN				**15.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15710000		0001	15.200,00
	2106 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação				**43.300,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	13.300,00
	2117 Manutenção do Programa Estadual de Transporte Escolar - PETERN Infantil				**7.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15710000		0001	7.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**882.653,86**
	2044 Manutenção do Incremento				**130.000,00**

	Temporário ao Custeio dos Serv.de Atenção em Saúde				
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003120	0001	80.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16003130	0001	50.000,00
	2045 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**299.508,86**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001002		0001	248.508,86
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	50.000,00
	2051 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica e Insumos Estratégicos na Atenção Primaria				**49.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	26.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16213210	0001	23.000,00
	2052 Manutenção a Saúde da População para Procedimentos no MAC				**404.145,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 16003110		0001	50.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 16213210		0001	258.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 17200000		0001	90.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	6.145,00
02 .011 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**35.500,00**
	2065 Manutenção das Atividades do PAIF/CRAS.				**10.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	10.000,00
	2069 Manutenção das Atividades do Fundo Municipal de Assistência Social				**25.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	25.000,00
	2071 Manutenção das Atividades do Bloco da Proteção Social Básica				**500,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	500,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					**925.300,00**
	1017 Melhoramento de Infraestrutura das Estradas Vicinais				**430.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	430.000,00
	2039 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**495.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	335.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	160.000,00
	1036 Melhoramento da Infraestrutura das Estradas				**300,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	300,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA					**495.028,00**
	2012 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária				**340.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	240.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
	2013 Programa de Corte de Terra de Pequenos Agricultores				**155.028,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	155.028,00
02 .014 SEC.	**MUNICIPAL DE REC. HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE**				**72.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente				**72.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	70.000,00
02 .017 SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA, TURISMO E EVENTOS					**100.000,00**
	2030 Promoção de Eventos Culturais				**100.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	100.000,00
Anexo II (Redução)	**4.386.481,86**				
02 .001 GABINETE DO PREFEITO					**173.645,00**
	1075 Instalação de Sistema de Monitoramento em Áreas Públicas				**30.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	30.000,00
	2002 Manutenção do Gabinete do Prefeito				**131.645,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.300,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.200,00
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS -	15000000	0001	10.000,00

		PESSOAL CIVIL			
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.145,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	7.000,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	17200000	0001	55.000,00
		3.3.90.49 AUXÍLIO-TRANSPORTE	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	5.000,00
	2080 Manutenção das Atividades da Ouvidoria Municipal				**2.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	2.000,00
	1026 Aquisição de Equipamento para Guarda Municipal				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
02 .002 PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**8.200,00**
	2003 Manutenção das Atividades da Procuradoria Geral do Município				**8.200,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.200,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	5.000,00
02 .003 CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO					**78.508,86**
	2004 Manutenção das Atividades da Controladoria Geral do Município				**78.508,86**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	14.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	4.508,86
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	10.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	10.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
02 .004 SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO					**300,00**
	2015 Manutenção das Atividades da Secretaria de Administração				**300,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	300,00
02 .006 SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS					**279.028,00**
	2006 Contribuição para Formação do PASEP				**234.028,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	234.028,00
	2008 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Finanças				**45.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	40.000,00
		3.3.90.18 AUXÍLIO FINANCEIRO A ESTUDANTES	15000000	0001	5.000,00
02 .007 SECRETARIA MUNICIPAL DE TRIBUTAÇÃO					**40.000,00**
	2011 Manutenção das Atividades da Secretaria de Tributação				**40.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	30.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	10.000,00
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**1.272.000,00**
	2016 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental				**11.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001001	0001	10.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	1.000,00
	2017 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE				**17.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15500000		0001	15.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15500000	0001	2.000,00
	2019 Manutenção das Atividades do Programa Alimentação Escolar PNAE - Fundamental				**43.961,71**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15520000		0001	43.961,71
	2020 Manutenção do Programa Transporte Escolar - Ensino Fundamental				**73.050,98**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15690000		0001	19.568,21
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	53.482,77
	2026 Manutenção do Programa de				**57.600,00**

	Educação de Jovens e Adultos - EJA				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	11.200,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15520000		0001	30.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	16.400,00
	2028 Manutenção das Ações do Setor do Ensino Especial				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15001001		0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	95.000,00
	2034 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil financiados com recursos do FUNDEB 30%				**217.672,73**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15400000		0001	15.136,73
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15410000		0001	112.536,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15430000		0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15420000	0001	70.000,00
	2036 Manutenção das Atividades do Ensino Infantil financiados com recursos do FUNDEB 70%				**130.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15421070	0001	130.000,00
	2081 Manutenção das Atividades do EJA financiados com recursos do FUNDEB 30%				**117.600,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001001	0001	58.800,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15520000	0001	58.800,00
	2102 Manutenção das Atividades do Programa da Alimentação Escolar - AEE				**115.200,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15520000		0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15520000	0001	15.200,00
	2104 Manutenção das Ações do Programa Mais Educação				**109.914,58**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15690000	0001	59.914,58
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	50.000,00
	2105 Manutenção das Ações do Programa Brasil Carinhoso				**60.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	60.000,00
	2106 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação				**12.842,99**
		3.3.50.41 CONTRIBUIÇÕES	15001001	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	11.842,99
	2172 Manutenção das Ações do Programa de Transporte Escolar - PNATE MÉDIO				**186.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15530000	0001	96.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15530000	0001	90.000,00
	1045 Aquisição de Veículos				**20.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	20.000,00
	2118 Manutenção do Ensino Pré-Escola				**157,01**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	157,01
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**2.192.000,00**
	1023 Aquisição de Equipamentos e Material Permanente				**80.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16320000	0001	40.000,00
	1116 Reforma e Melhorias no Hospital Maternidade com pronto socorro 24 horas				**20.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16003110	0001	20.000,00
	1136	**Aquisição de Veiculos e Unidade Semi-UTI**			**248.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003110	0001	38.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16003120	0001	38.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16310000	0001	40.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16313110	0001	70.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16320000	0001	62.000,00
	2043 Manutenção do Programa de Atenção Primaria em Saúde - PACS				**100.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 17200000		0001	98.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	2.000,00
	2045 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**1.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS	15001002	0001	1.000,00

		ANTERIORES			
	2048 Manutenção das Ações de Saúde Bucal				**40.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	25.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16000000	0001	15.000,00
	2049 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS- Equipes ESF e Equipes de Atenção Primaria/EAP				**110.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	110.000,00
	2051 Manutenção do Programa de Assistência Farmacêutica Básica e Insumos Estratégicos na Atenção Primaria				**23.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	23.000,00
	2175 Manutenção do Incremento Temporario ao Custeio dos Serv. de Assistência Hospitalar e Ambulatorial				**80.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	20.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16013120	0001	60.000,00
	2178 Plano de educação permanente				**50.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	25.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	25.000,00
	2186 Concessão de Abono Salarial a Enfermeiros, Técnicos e Auxiliares de Enfermagem				**398.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16050000	0001	28.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16050000	0001	310.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	60.000,00
	2187 Incentivo do componente de qualidade				**512.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	500.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	12.000,00
	2140 Manutenção das Ações de Transformação Digital no SUS - SUS DIGITAL				**50.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 16000000		0001	12.500,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16000000	0001	12.500,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16000000	0001	12.500,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16000000	0001	12.500,00
	2195 Manutenção da vigilância epidemiológica				**50.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16000000	0001	50.000,00
	1084 Implantação de usina fotovoltaica(energia solar)				**430.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	430.000,00
02 .011 FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL					**15.500,00**
	2071 Manutenção das Atividades do Bloco da Proteção Social Básica				**500,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	500,00
	2092 Manutenção das Ações do Seviço de Convivência e Fortaleciamento de Vínculos - Idosas				**10.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	10.000,00
	2093 Apoiar as Ações do Selo Unicef				**5.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	5.000,00
02 .012 SECRETARIA MUNICIPAL DE INFRAESTRUTURA					**30.300,00**
	1017 Melhoramento de Infraestrutura das Estradas Vicinais				**30.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
	2039 Manutenção das Atividades da Secretaria Municipal de Infraestrutura				**300,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	300,00
02 .013 SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA E PECUÁRIA					**180.000,00**
	2012 Manutenção das Atividades da Secretaria de Agricultura e Pecuária				**126.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	40.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	30.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	5.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	30.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15000000	0001	20.000,00
	2013 Programa de Corte de Terra de				**34.000,00**

	Pequenos Agricultores				
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO 15000000		0001	30.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	4.000,00
	2077 Manutenção de poços artesianos				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
02 .014 SEC. MUNICIPAL DE REC. HÍDRICOS E MEIO AMBIENTE					**2.000,00**
	2032 Manutenção das Atividades da Secretaria de Recursos Hídricos e Meio Ambiente				**2.000,00**
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.000,00
02 .018 SEC. MUNICIPAL DE HAB. E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA					**115.000,00**
	1065 Construção de unidades habitacionais populares				**70.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	17000000	0001	70.000,00
	1066 Urbanização de loteamentos irregulares				**45.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063110	0001	25.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17063120	0001	20.000,00

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:80073D92

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO 36

Prefeitura Municipal de Lagoa Salgada
Rua Luiz Francisco de Oliveira, nº 062, Centro, Lagoa Salgada/RN
CNPJ/MF 08.162.869/0001-44
DECRETO nº 36/2025 de 17 de Agosto de 2026

Abre Crédito Suplementar no valor de R$ 400.000,00, para os fins que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE LAGOA SALGADA/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

DECRETA:

Art. 1º - Fica aberto, no corrente exercício, Crédito Suplementar no valor de R$ 400.000,00 (quatrocentos mil reais) às dotações especificadas no Anexo I deste Decreto.

Art. 2º - Constitui fonte de recursos para fazer face ao crédito de que trata o artigo anterior, ao excesso de arrecadação por fonte, em igual valor, das dotações orçamentárias discriminadas no Anexo II deste Decreto.

Art. 3º - Art. 3º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação com seus efeitos retroativos a 01 de julho de 2026, revogadas as disposições em contrário.

LAGOA SALGADA/RN, 17 de agosto de 2026

FRANCISCO CANINDÉ FREIRE
Prefeito

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**400.000,00**
02 .008 SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO					**370.000,00**
	2017 Manutenção do Programa Salário Educação - QSE				**170.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15500000	0001	170.000,00
	2033 Manutenção das Atividades do Ensino Fundamental financiados com Recursos do FUNDEB 30%				**200.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	100.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15400000	0001	100.000,00
02 .009 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE					**30.000,00**
	2052 Manutenção a Saúde da População para Procedimentos no MAC				**30.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16213210	0001	30.000,00

Publicado por:
Luciano Jose Araujo da Silva
Código Identificador:9515A56C

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS

PREFEITURA MUNICIPAL MONTANHAS
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS
GABINETE DO PREFEITO
EXTRATO DO CONTRATO Nº 79/2026
PROCESSO DE DESPESA: 80/2024
UNIDADE GESTORA: PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTANHAS/RN
RAZÃO SOCIAL DA CONTRATADA: DF EMPREENDIMENTOS E LOCACOES LTDA
CNPJ DA CONTRATADA: 29.048.853/0001-85
ENDEREÇO DA CONTRATADA: Rua Padre Félix, Sala 02, nº 115, Centro, Angicos/RN – CEP: 59.515- 000
OBJETO DA DESPESA: Contratação de empresa especializada para locação de máquina retroescavadeira cabinada sobre rodas (com motorista/operador, e toda manutenção preventiva e corretiva por conta da contratada), para atender às necessidades da Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo do Município de Montanhas/RN, conforme especificações e valores abaixo:

LOTE ÚNICO						
ITEM	**DESCRIÇÃO**	**MARCA**	**UND**	**QTD**	**V. UNIT**	**V. TOTAL**
01	Serviço de locação de máquinas retroescavadeira com operador de segunda a sexta (dias uteis) das 7:00 às 11:00 e 12:00 às 17:00. - Combustível por conta da contratante; - Operador por conta da contratada; - Manutenção por conta da contratada.	JCB 3C	MÊS	10	R$ 23.400,00	R$ 234.000,00
02	Serviço de locação de máquina retroescavadeira com operador de segunda a sexta (dias uteis) das 7:00 às 11:00 e 12:00 às 17:00. - Combustível por conta da contratante; - Operador por conta da contratada; - Manutenção por conta da contratada.	JCB 3C	MÊS	10	R$ 23.400,00	R$ 234.000,00
VALOR TOTAL					**468.000,00**	

TIPO PROCEDIMENTO LICITATÓRIO: Pregão Eletrônico nº 21/2024
DATA DO TERMO: 14 de agosto de 2026
FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Art. 84, parágrafo único da Lei nº 14.133/2021.
VALOR GLOBAL DO CONTRATO: R$ 468.000,00 (quatrocentos e sessenta e oito mil reais).
VIGÊNCIA DO CONTRATO: A partir da assinatura até 14/06/2027.
DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

UNIDADE	08.001 – SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E URBANISMO
PROJETO	2071 – Manutenção dos Serviços de Limpeza Pública
NAT. /DESPESA	3.3.90.39 – OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA
FONTE	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
	17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
UNIDADE	09.001 – SEC. MUN. DE DESENV. RURAL, ABAST. E AGRICULTURA
PROJETO	2081 – Manutenção dos serv. Da Sec. Mun. De Desenv. Rural, Abast. E Agricultura
NAT. /DESPESA	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros PJ
FONTE	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
	17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997
UNIDADE	16.001 – SECRETARIA MUN. De Proj. Estrat. E Meio Ambiente
PROJETO	2133 – Manutenção da Secretaria Mun. De Proj. Estrat. E Meio Ambiente
NAT. /DESPESA	33.90.39 – Outros Serviços de Terceiros PJ
FONTE	15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
	17200000 - Transferências da União referentes às participações na exploração de Petróleo e Gás Natural destinadas ao FEP-Lei 9.478/1997

Montanhas/RN, 14 de agosto de 2026.

ASSINAM PELAS PARTES:
CONTRATANTE: Antonio Marcolino Neto
CONTRATADA: Francisco Ivan De França Dias

Publicado por:
Roberta da Silva Santos
Código Identificador:3AF5B945

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE

COMISSÃO DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
AVISO DE LEVANTAMENTO DE PREÇOS PARA FINS DE CONTRATAÇÃO DIRETA

A **PREFEITURA MUNICIPAL DE MONTE ALEGRE/RN,** por intermédio do Setor de Contratações, no uso de suas atribuições legais e em observância aos princípios previstos no art. 5º da Lei Federal nº 14.133/2021, torna público, para conhecimento dos interessados, que receberá propostas comerciais destinadas à formação da estimativa de preços e à identificação da proposta potencialmente mais vantajosa para a Administração, com vistas à futura contratação direta por dispensa de licitação, nos termos do art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, desde que atendidos os requisitos legais, administrativos e orçamentários aplicáveis.
OBJETO: Serviço de locação de sistema de rádios de comunicação, para ser utilizado pela Guarda Municipal de Monte Alegre/RN.

A contratação dos serviços de locação de sistema de rádios para a Guarda Municipal de Monte Alegre /RN se faz necessária para fortalecer e aprimorar a eficiência das operações de segurança pública no município. A utilização de um sistema de comunicação eficaz é vital para o bom desempenho das atividades da Guarda Municipal, garantindo uma resposta rápida e coordenada em situações de emergência e aprimorando a comunicação interna entre os membros da equipe.

DA FUNDAMENTAÇÃO DA CONTRATAÇÃO DIRETA

A eventual contratação será realizada mediante dispensa de licitação, com fundamento no art. 75, inciso II, da Lei Federal nº 14.133/2021, **caso o valor estimado da contratação permaneça dentro do limite legal vigente e sejam atendidos os demais requisitos previstos na legislação aplicável**.

A aferição do limite legal deverá observar as disposições do art. 75, §1º, da Lei Federal nº 14.133/2021, considerando-se, para esse fim, os valores despendidos no exercício financeiro pela respectiva unidade gestora e as despesas realizadas com objetos de mesma natureza, conforme a legislação aplicável.

DA DESCRIÇÃO E QUANTITATIVOS

Os interessados deverão apresentar proposta para os itens abaixo, observando rigorosamente as especificações técnicas estabelecidas pela Administração:

DESCRIÇÃO DE QUANTIDADES:

Item	Objeto/Especificação Técnica	Un. de Medida	Quantidade	Valor Unit.
1	Radio PoC Portátil - Terminal portátil de radiocomunicação PoC com GPS, ,sem visor com possibilidade de chamadas privativas oriundas de qualquer terminal; chamadas de grupo para todos os terminais; chamada de emergência, completos com todos os equipamentos, acessórios e bateria reserva para utilização pelos agentes de campo. homologação valida junto ao órgão regulamentador (ANATEL); operação nas frequências GSM - EDGE/GPRS/GSM:1900/1800/900/850MHz; UMTS - HSDPA/WCDMA:2100 /1900/850MHz; Wi-Fi 2.4GHz; GPS; Bluetooth incorporado; antena externa com ganho específico para cada rede; Android 4.4.2; áudio de sinalização das operações em português; botão de emergência pré configurado (SOS); botão indicando o nível de carga de bateria e nome do usuário; botão para réplica das 10 últimas conversação; bateria de Lithium com capacidade = 4.000mA; fator de proteção IP 54; led de sinalização visual de carga de bateria; conector de acessórios com fixação mecânica entre as partes e chave de canal com indicação por voz para cada grupo em operação. OBS: O serviço de locação do rádio será mensal, por unidade de rádio solicitado de acordo com a necessidade solicitada pela prefeitura.	Unid	130,000000	
2	Radio veicular móvel – Terminal móvel de radiocomunicação PoC com GPS, com display de cristal líquido colorido retro iluminado de fácil visualização e possibilidade de chamadas privativas para qualquer terminal; chamadas de grupo; chamada geral, para todos os terminais; chamadas de alerta para qualquer terminal e/ou grupo; chamadas de teste, para verificação de qualquer terminal; chamada de emergência, completos com todos os equipamentos e acessórios para instalação na Central de Operações (CCO); homologação valida junto ao órgão regulamentador (ANATEL); tensão de operação 12 a 24 volts; operação nas redes GSM: B2, B5 WCDMA: B1, B2, B4,B5; LTE-FDD: B1, B2, B4, B5, B7, B12, B13, B17, B28a, B28b e Wi-Fi; frequência de operação 1,2 GHz; rede WCDMA @100 MHz/GSM 850/900/1800MHz; funcionamento em GSM; Plataforma MTK6572A; sistema operacional 7.0; RAM 512m+4G; display TP da tela IPS 2.45” 240*400; GPS Bluetooth incorporado; antena externa com ganho específico para cada rede; Android 7.0; áudio de sinalização das operações; botão de emergência de fácil acesso (SOS); IP 54; conector de acessórios com fixação mecânica entre as partes; chave de canal com indicação por voz para cada grupo em operação; fonte de alimentação chaveada de 15a X 110/220 Volts e bateria estacionária, caso se verifique que o sinal seja fraco a contratada deverá contemplar a instalação de 01 antena para maior eficiência na recepção e transmissão do equipamento na parte externa do local onde o terminal está instalado sem ônus a contratante. OBS: O serviço de locação do rádio veicular será mensal, por unidade de rádio solicitado de acordo com a necessidade solicitada pela prefeitura.	Unid	48,000000	
3	Radio/Terminal fixo de radiocomunicação PoC com GPS, com display de cristal líquido colorido retro iluminado de fácil visualização e possibilidade de chamadas privativas para qualquer terminal; chamadas de grupo; chamada geral, para todos os terminais; chamadas de alerta para qualquer terminal e/ou grupo; chamadas de teste, para verificação de qualquer terminal; chamada de emergência, completos com todos os equipamentos e acessórios para instalação na Central de Operações (CCO); homologação valida junto ao órgão regulamentador (ANATEL); tensão de operação 12 a 24 volts; operação nas redes GSM: B2, B5 WCDMA: B1, B2, B4,B5; LTE-FDD: B1, B2, B4, B5, B7, B12, B13, B17, B28a,B28b e Wi-Fi; frequência de operação 1,2 GHz; rede WCDMA @100 MHz/GSM 850/900/1800MHz; funcionamento em GSM; Plataforma MTK6572A; sistema operacional 7.0; RAM 512m+4G; display TP da tela IPS 2.45” 240*400; GPS Bluetooth incorporado; antena externa com ganho específico para cada rede; Android 7.0; áudio de sinalização das operações; botão de emergência de fácil acesso (SOS); IP 54; conector de acessórios com fixação mecânica entre as partes; chave de canal com indicação por voz para cada grupo em operação; fonte de alimentação chaveada de 15a X 110/220 Volts e bateria estacionária, caso se verifique que o sinal seja fraco a contratada deverá contemplar a instalação de 01 antena para maior eficiência na recepção e transmissão do equipamento na parte externa do local onde o terminal está instalado sem ônus a contratante. OBS: O serviço de locação do Radio/Terminal de radiocomunicação PoC fixo será mensal, por unidade de rádio solicitado de acordo com a necessidade solicitada pela prefeitura.	Unid	12,000000	
4	Radio PoC Portátil - Terminal portátil de radiocomunicação PoC com GPS, ,sem visor com possibilidade de chamadas privativas oriundas de qualquer terminal; chamadas de grupo para todos os terminais; chamada de emergência, completos com todos os equipamentos, acessórios e bateria reserva para utilização pelos agentes de campo. homologação valida junto ao órgão regulamentador (ANATEL); operação nas frequências GSM - EDGE/GPRS/GSM:1900/1800/900/850MHz; UMTS - HSDPA/WCDMA:2100 /1900/850MHz; Wi-Fi 2.4GHz; GPS; Bluetooth incorporado; antena externa com ganho específico para cada rede; Android 4.4.2; áudio de sinalização das operações em português; botão de emergência pré configurado (SOS); botão indicando o nível de carga de bateria e nome do usuário; botão para réplica das 10 últimas conversação; bateria de Lithium com capacidade = 4.000mA; fator de proteção IP 54; led de sinalização visual de carga de bateria; conector de acessórios com fixação mecânica entre as partes e chave de canal com indicação por voz para cada grupo em operação. OBS: O serviço de locação será por diária para cada unidade de rádio solicitada.	Unid	1.300,000000	

DAS PROPOSTAS E CHECKLIST DA DOCUMENTAÇÃO

DADOS DA EMPRESA

☐ Endereço;
☐ Telefone;
☐ E-mail.
☐ Razão Social
☐ CNPJ

PROPOSTA COMERCIAL

☐ Descrição do objeto;
☐ Valor unitário;
☐ Valor total por extenso;
☐ Validade mínima da proposta: 60 (sessenta) dias, contados da data de sua emissão.
☐ Data da emissão;
☐ Proposta devidamente assinada por pessoa com poderes para representar a empresa.

HABILITAÇÃO JURÍDICA

☐ Documentos constitutivos da empresa e respectivos aditivos, conforme o caso.

REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA

☐ CNPJ;
☐ Certificado de Regularidade do FGTS (CRF)
☐ Certidão Conjunta de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União
☐ Certidão Negativa de Débitos Estaduais

☐ Certidão Negativa de Débitos Municipais
☐ Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT).

QUALIFICAÇÃO TÉCNICA
☐ Atestado de capacidade técnica (quando exigível).

DECLARAÇÃO
☐ Declaração do art. 7º, XXXIII, da Constituição Federal.

DO JULGAMENTO
O julgamento das propostas observará o critério de **Menor Preço Global**, desde que atendidas integralmente as especificações técnicas, condições e demais exigências estabelecidas neste Aviso e no Termo de Referência.
A Administração poderá realizar diligências destinadas a esclarecer ou complementar a instrução do processo, inclusive para sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas ou dos documentos, observado o disposto na Lei Federal nº 14.133/2021.
A proposta que não atender às especificações técnicas, apresentar preços incompatíveis com o mercado, contiver vícios insanáveis ou não observar as condições estabelecidas poderá ser desclassificada.
O fornecedor que deixar de apresentar documentação exigida ou não comprovar os requisitos necessários à contratação poderá ser inabilitado, observada a legislação aplicável.
jurídico e autorização da autoridade competente.

PRAZO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E ESCLARECIMENTOS
As propostas comerciais e os eventuais pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados até às 23h59 do dia **20 de agosto de 2026, pelo e-mail propostaslicitacao@montealegre.rn.gov.br, ou protocolados presencialmente na Prefeitura Municipal de Monte Alegre/RN,** situada na Avenida João de Paiva, nº 15, Centro, CEP 59.182-000, no horário de funcionamento do órgão.
Os pedidos de esclarecimentos deverão ser encaminhados preferencialmente pelo e-mail acima indicado, dentro do prazo estabelecido, para que possam ser analisados pela Administração.

DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
A participação neste procedimento implica ciência e aceitação das condições estabelecidas neste Aviso e de seus anexos, quando houver.
Os casos omissos serão solucionados pela Administração, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021, da regulamentação municipal aplicável e demais normas pertinentes.
O presente Aviso será divulgado no sítio eletrônico oficial do Município, observando-se o prazo mínimo de **03 (três) dias úteis**, quando aplicável, nos termos do art. 75, § 3º, da Lei Federal nº 14.133/2021.
A apresentação de proposta não gera direito à contratação, ficando a eventual aquisição condicionada à conclusão do processo administrativo, à comprovação da vantajosidade, ao atendimento dos requisitos legais e à autorização da autoridade competente.
A Administração poderá, mediante decisão devidamente fundamentada e observada a legislação aplicável, deixar de realizar a contratação, caso não sejam atendidos os requisitos legais, administrativos, técnicos ou orçamentários necessários.
A eventual contratação decorrente deste procedimento será formalizada mediante instrumento adequado, observadas as disposições da Lei Federal nº 14.133/2021 e demais normas aplicáveis.

Publique-se.
Monte Alegre/RN, em 17 de agosto de 2026.

WELLINGTON BENEVIDES PRAXEDES
Agente de Contratação
Matrícula nº 000316

Publicado por:
Tulio Tiago Ribeiro
Código Identificador:44A9942B

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTALEGRE

GABINETE DO PREFEITO
LEI Nº 658, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

LEI Nº 658, DE 17 DE AGOSTO DE 2026 – GP/PMP

DISPÕE SOBRE O REAJUSTE DO PISO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO MUNICÍPIO DE PORTALEGRE/RN, BEM COMO DOS INATIVOS, REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2026, NA FORMA PREVISTA NO §1º DO ART. 44 DA LEI MUNICIPAL Nº. 232/2009 E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTALEGRE, Estado do Rio Grande do Norte, FAZ SABER que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a presente Lei:

Art.1º Fica reajustado em 5,4% (cinco inteiros e quatro décimo por cento) o vencimento básico dos profissionais da educação básica do Município de Portalegre/RN, submetidos à jornada de 30 (trinta) horas semanais, tomando-se como o Nível 1, Classe "a", na forma prevista no §1º do art. 44 da Lei nº. 232/2009, referente ao exercício de 2026.

§1º O percentual previsto no *caput* do presente artigo deverá ser aplicado no vencimento básico do Nível 1, Classe "a" e não serão capitalizados uns sobre os outros, mas serão complementares em termos nominais, encontrando-se detalhados no Anexo I desta Lei.

§2º O disposto neste artigo aplica-se, no que couber, aos proventos de aposentadoria dos profissionais do magistério, observada a legislação previdenciária aplicável.

Art. 2º O Município concederá, em caráter excepcional, abono complementar aos profissionais da educação básica ativos e inativos abrangidos pelo reajuste previsto no art. 1º desta Lei, destinado à compensação financeira das diferenças remuneratórias decorrentes da aplicação do reajuste previsto no art. 1º, referentes ao período compreendido entre janeiro e julho de 2026, a ser pago em parcela única, na folha de pagamento do mês de agosto de 2026.

Parágrafo único. O abono complementar previsto no caput deste artigo possui natureza indenizatória, destinando-se exclusivamente à compensação financeira das diferenças relativas ao período nele especificado, não se incorporando aos vencimentos para quaisquer efeitos, nem constituindo base de cálculo ou repercutindo sobre vantagens, gratificações ou outras parcelas remuneratórias.

Art. 3º As despesas decorrentes da implementação desta Lei correrão à conta das dotações orçamentárias próprias consignadas no orçamento vigente, suplementadas, se necessário, observadas as disposições da legislação orçamentária e fiscal aplicável.

Art. 4º Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, produzindo efeitos financeiros a partir de 1º de janeiro de 2026.

JOSÉ AUGUSTO DE FREITAS RÊGO
Prefeito Municipal

ANEXO I

Reajuste de 5,4%, referente ao exercício financeiro 2026 (R$):

Classes Níveis	a	b	c	d	e	f	g	h	i
N1	3.847,97	4.040,37	4.242,39	4.454,50	4.677,23	4.911,09	5.156,65	5.414,48	5.685,20
N2	5.194,76	5.454,50	5.727,22	6.013,58	6.314,26	6.629,98	6.961,47	7.309,55	7.675,03
N3	6.233,71	6.545,40	6.872,67	7.216,30	7.577,12	7.955,97	8.353,77	8.771,46	9.210,03
N4	7.792,14	8.181,74	8.590,83	9.020,37	9.471,39	9.944,96	10.442,21	10.964,32	11.512,54
N5	10.129,78	10.636,27	11.168,08	11.726,49	12.312,81	12.928,45	13.574,88	14.253,62	14.966,30

Publicado por:
Ana Maria Holanda Diogenes Soares
Código Identificador:DE27E80A

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE RODOLFO FERNANDES

SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA
RESULTADO PRELIMINAR DA ETAPA DE SELEÇÃO

EDITAL DE CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 001/2026
MAIS CULTURA RODOLFO FERNANDES/RN

PREMIAÇÃO POR TRAJETÓRIA CULTURAL
A Comissão de Seleção torna público o Resultado Preliminar da Etapa de Seleção, apresentando de forma discriminada a nota obtida na análise de mérito, a pontuação adicional decorrente das ações afirmativas e a pontuação total utilizada para a classificação.

1. INSCRIÇÕES INDIVIDUAIS - SELECIONADOS

CLASS.	PROPONENTE	MÉRITO	EXTRA	TOTAL	FORMA DE INGRESSO / OBS.	RESULTADO
1	Murilo Maxiano Melo Araújo	70	0	**70**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
2	Renato Sérvulo Monteiro Cavalcante	65	5	**70**	Ampla concorrência - LGBTQIAPN+	**SELECIONADO**
3	Ana Célia Batista Melo - Célia Mello	64	5	**69**	Ampla concorrência - PCD	**SELECIONADO**
4	Torreceles Oliveira Sousa	68	0	**68**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
5	Suzanny Sara Almeida Barbosa	58	10	**68**	Ampla concorrência - Negra + Mulher	**SELECIONADO**
6	Antônia Célia Dantas	67	0	**67**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
7	José Ferreira Lima Sobrinho - Zé Ceará	65	0	**65**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
8	José Ilderlan Delmiro	65	0	**65**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
9	Karla Maria Filgueira Dantas Freitas	65	0	**65**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
10	Victor Manoel Oliveira	65	0	**65**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
11	Júlio Cezar Garcia Cirilo - Júlio Sax	64	0	**64**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
12	José Wanilson Dantas Melo	63	0	**63**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
13	Cintia Manuela Silva Maia	58	5	**63**	Ampla concorrência - Mulher	**SELECIONADO**
14	Antonio de Brito Guerra Junior - Britto Júnior	62	0	**62**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
15	Ana Vitória Monteiro Silva	52	10	**62**	Ampla concorrência - Negra + Mulher	**SELECIONADO**
16	Alef Liberato Bispo	56	5	**61**	Ampla concorrência - Pessoa negra	**SELECIONADO**
17	Willame Saraiva Junior	55	5	**60**	Ampla concorrência - Pessoa negra	**SELECIONADO**
18	Rafael Almeida do Nascimento	60	0	**60**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
19	Alex Maia Araújo	55	5	**60**	Ampla concorrência - Pessoa negra	**SELECIONADO**

20	Antonio Aldivan Dantas Melo	60	0	**60**	Ampla concorrência	**SELECIONADO**
21	Eduarda Lourrana Reges Silva	50	10	**60**	Ampla concorrência - ações afirmativas	**SELECIONADO**
22	José Gustavo Fernandes Monteiro	50	10	**60**	Cota pessoa negra - Negra + LGBTQIAPN+	**SELECIONADO**
23	Antonio Emykson Garcia Monteiro	58	0	**58**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
24	Luzimar da Silva Ramos	58	0	**58**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
25	Marcio Daniel Silva Medeiros	52	5	**57**	Cota pessoa negra	**SELECIONADO**
26	Luiz Carlos Pereira Silva - Karlinha Pereira	55	0	**55**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
27	Francisco César Sampaio Silva	50	5	**55**	Cota pessoa negra	**SELECIONADO**
28	Maria do Carmo Régis Silva - Nonôn Régis	50	5	**55**	Ampla concorrência - vaga remanejada - Mulher	**SELECIONADO**
29	Iara Cristina Soares Silva Dantas	53	0	**53**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
30	Maria Nilza Dantas Freitas	53	0	**53**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
31	Gerlandia Bandeira de Melo	48	5	**53**	Ampla concorrência - vaga remanejada - Mulher	**SELECIONADO**
32	Emicson Jarison Filgueira Morais	50	0	**50**	Cota pessoa negra - extra não computado por inconsistência formal	**SELECIONADO**
33	Geferson Idrienio Almeida Barbosa	50	0	**50**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
34	Klisman Matheus Maia Torquato	50	0	**50**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
35	Silvia Cristina Pinheiro	50	0	**50**	Ampla concorrência - vaga remanejada	**SELECIONADO**
36	Vitória Targino	40	5	**45**	Cota pessoa negra - ação afirmativa	**SELECIONADO**

2. INSCRIÇÕES INDIVIDUAIS - SUPLENTES

ORDEM	PROPONENTE	MÉRITO	EXTRA	TOTAL	OBSERVAÇÃO	RESULTADO
1	Francisca Gilsemária Barbosa - Cymara Barbosa	50	0	**50**	Ampla concorrência	**SUPLENTE**
2	Renata Gomes de Morais	45	5	**50**	Mulher	**SUPLENTE**
3	Francisca Yasmim Freitas Oliveira	44	5	**49**	Mulher	**SUPLENTE**
4	Letícia Estefany Guimarães Silva	42	5	**47**	Mulher	**SUPLENTE**
5	Kleber Oliveira Silva Júnior	46	0	**46**	-	**SUPLENTE**
6	Edmundo Barbosa da Silva Neto	45	0	**45**	-	**SUPLENTE**

3. INSCRIÇÕES COLETIVAS

CLASS.	COLETIVO	REPRESENTANTE	MÉRITO	EXTRA	TOTAL	RESULTADO
1	Grupo de Capoeira Contra Mestre Torreceles	Adolfo Menezes Batista Silva	70	0	**70**	**SELECIONADO**
2	Associação Sociocultural Explosão Matuta	Antônia Vitória Emanuela Oliveira	70	0	**70**	**SELECIONADO**

A etapa de seleção é preliminar e poderá ser alterada em razão de recursos, conforme o cronograma e as regras do edital.

Rodolfo Fernandes/RN, 17 de agosto de 2026.

FRANCISCO GENARIO PINHEIRO MELO PINHEIRO
Comissão de Seleção

GESSICA MARIA MELO
Comissão de Seleção

Publicado por:
Francisco Matias Inacio de Oliveira Negreiros
Código Identificador:B020D5CD

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ

SECRETARIA MUNICIPAL DE LICITAÇÕES, CONTRATOS E COMPRAS
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 107/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 35/2026

Processo Administrativo nº 20250215/2026
OBJETO: Contratação especializada na prestação de serviços de borracharia, para execução de conserto, reparo e manutenção de pneus dos veículos que integram a frota municipal de Santa Cruz/RN.
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **COSME VICENTE DA SILVA**		
CNPJ: **22.524.816/0001-57**	Telefone:	Email:
Endereço: **AV. TRAIRI, 290, DNER, SANTA CRUZ/RN, CEP: 59200-000**		
Representante: **COSME VICENTE DA SILVA** - CPF: **790.665.774-87**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0049334 - SERVIÇO DE PNEU MOTOCICLETA ARO 17, 18, 19 E 21	SERVIÇOS	SERVIÇO	360,000000	22,000	7.920,00
2	0049335 - SERVIÇO DE PNEU VEÍCULO LEVE ARO 13, 14, 15, 16, 17 E 18	SERVIÇOS	SERVIÇO	800,000000	25,000	20.000,00
3	0049336 - SERVIÇO DE PNEU VEÍCULO VAN E CAMINHONETE ARO 15 E 16	SERVIÇOS	SERVIÇO	520,000000	32,000	16.640,00
4	0049337 - SERVIÇO DE PNEU VEÍCULO MICRO-ÔNIBUS ARO 17.5	SERVIÇOS	SERVIÇO	250,000000	38,000	9.500,00
5	0049338 - SERVIÇO DE PNEU VEÍCULO ÔNIBUS ARO 22.5	SERVIÇOS	SERVIÇO	600,000000	40,000	24.000,00
6	0049339 - SERVIÇO DE PNEU VEÍCULO ÔNIBUS E CAMINHÃO ARO 900/20 A 1100/20	SERVIÇOS	SERVIÇO	520,000000	40,000	20.800,00
7	0049340 - SERVIÇO DE PNEU MÁQUINAS PESADAS AGRÍCOLAS ARO 30	SERVIÇOS	SERVIÇO	50,000000	124,000	6.200,00
8	0049341 - SERVIÇO DE PNEU MÁQUINAS PESADAS AGRÍCOLAS ARO 24	SERVIÇOS	SERVIÇO	300,000000	125,000	37.500,00
9	0049342 - SERVIÇO DE PNEU MÁQUINAS PESADAS AGRÍCOLAS ARO 18	SERVIÇOS	SERVIÇO	80,000000	60,000	4.800,00
10	0049343 - SERVIÇO DE PNEU MÁQUINAS PESADAS AGRÍCOLAS ARO 16	SERVIÇOS	SERVIÇO	80,000000	60,000	4.800,00

Importa a presente em R$ **152.160,00 (cento e cinquenta e dois mil, cento e sessenta reais)**.
VIGÊNCIA: **17 de agosto de 2027**. SANTA CRUZ/RN, **17 de agosto de 2026**.
ASSINATURAS: **FORNECEDOR: COSME VICENTE DA SILVA. CNPJ de Nº 22.524.816/0001-57, COSME VICENTE DA SILVA, CPF 790.665.774-87, cargo Autônomo, endereço AV. TRAIRI, número 290, Bairro DNER, Cidade SANTA CRUZ, CEP 59200-00, ESTADO RN.**

Publicado por:
Gilvanna Silva de Araújo
Código Identificador:443B0E03

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO
CHAMAMENTO PÚBLICO 01/2026

POLÍTICA NACIONAL ALDIR BLANC DE FOMENTO À CULTURA
CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO 01/2026
EDITAL DE PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS

CHAMAMENTO PÚBLICO DE FLUXO ORDINÁRIO 01/2026
EDITAL DE PREMIAÇÃO DE PONTOS E PONTÕES DE CULTURA
CULTURA VIVA DO TAMANHO DO BRASIL!

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTANA DO MATOS/RN, através da **SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO, CULTURA, TURISMO, ESPORTE E LAZER (SEMEC)**, tornam público o presente Edital para o desenvolvimento da "REDE MUNICIPAL DE PONTOS DE CULTURA DE SANTANA DO MATOS/RN" por meio da **Política Nacional de Cultura Viva (PNCV)**, instituída pela Lei nº 13.018, de 22 de julho de 2014.
O presente edital é regido pelo disposto na Lei n.º 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), no Decreto n.º 11.740/2023, Portaria MinC n.º 243/2025, Portaria MinC n.º 206/2025 (Regulamentam a PNAB), no Decreto Estadual n.º 33.681/2024 (regulamenta a aplicação e a gestão dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, recebidos pelo estado do Rio Grande do Norte), na Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), na Instrução Normativa MinC
n.º 1/2015, e na Instrução Normativa MINC n.º 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto n.º 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura n.º 14.903/2024.
Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados pelo Ministério da Cultura, por meio da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura (PNAB). Aqui você vai encontrar as regras deste Edital e como fazer para se inscrever. Estamos muito felizes com seu interesse em participar desta política. Boa leitura.

SUMÁRIO

1. OBJETO 3
2. RECURSOS 5
3. CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA 6
4. QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL 7
5. QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL 8
6. ETAPA DE INSCRIÇÃO 9
7. PONTUAÇÃO ADICIONAL 11
8. ETAPAS DE ANÁLISE 14
9. ETAPA DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS 14
10. ETAPA DE HABILITAÇÃO 17
11. DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS 19
12. DA ETAPA DE PREMIAÇÃO 20
13. DO TERMO DE PREMIAÇÃO 23
14. DISPOSIÇÕES FINAIS 23

OBJETO
1.1 Este Edital tem por objeto a premiação de 01 premiação, atividades ou ações já realizadas por Pontos e Pontões de Cultura, nos termos da Política Nacional de Cultura Viva.
1.2 De acordo com a Lei Cultura Viva e com os regramentos deste Edital, consideram-se como:
Pontos de Cultura: entidades jurídicas de direito privado sem fins lucrativos, grupos ou coletivos sem constituição jurídica, de natureza ou finalidade cultural, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades;

Pontões de Cultura: entidades com constituição jurídica, de natureza/finalidade cultural e/ou educativa, que desenvolvam, acompanhem e articulem atividades culturais, em parceria com as redes regionais, identitárias e temáticas de pontos de cultura e outras redes temáticas, que se destinam à mobilização, à troca de experiências, ao desenvolvimento de ações conjuntas com governos locais e à articulação entre os diferentes pontos de cultura que poderão se agrupar em nível estadual e/ou regional ou por áreas temáticas de interesse comum, visando à capacitação, ao mapeamento e a ações conjuntas.

O prêmio possui natureza jurídica de doação sem encargo, ou seja, será realizado por meio de pagamento direto ao contemplado, sem estabelecimento de obrigações futuras, sem exigência de contrapartida, sem prestação de contas, conforme autoriza o art. 41 do Decreto n.º 11.453/2023 (Decreto de Fomento).

Este Edital prioriza o apoio à cultura de base comunitária para valorizar e fortalecer a cidadania e a diversidade cultural, de acordo com as categorias, as cotas, as pontuações extras e os critérios de seleção expressos neste processo seletivo.

1.4.1. Para priorizar a cultura de base comunitária, serão consideradas as seguintes ações:

Serão atendidas as ações estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (art. 5º da Lei n.º 13.018/2014): Intercâmbio e Residências Artístico-Culturais; Cultura, Comunicação e Mídia Livre; Cultura e Educação; Cultura e Saúde; Conhecimentos Tradicionais; Cultura Digital; Cultura e Direitos Humanos; Economia Criativa e Solidária; Livro, Leitura e Literatura; Memória e Patrimônio Cultural; Cultura e Meio Ambiente; Cultura e Juventude; Cultura, Infância e Adolescência; Agente Cultura Viva; Cultura Circense.

Serão atendidas as outras ações estruturantes definidas para as políticas, ações e programas da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura: Culturas Indígenas; Culturas de Matriz Afro-ameríndia; Culturas Populares; Mestres e Mestras das Culturas Tradicionais e Populares; Cultura e Mulheres; Cultura Hip-Hop; Linguagens Artísticas; Culturas Tradicionais; Gênero e Diversidade; Acessibilidade Cultural e Equidade; Cultura e Territórios Rurais; Cultura Alimentar; Cultura Urbana e Direito à Cidade; Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana.

A desconcentração territorial e regionalização dos recursos ocorrerá nos seguintes territórios ou regiões de maior vulnerabilidade econômica ou social: Regiões com menor Índice de Desenvolvimento Humano – IDH; Territórios quilombolas; Territórios indígenas; Pontos e Pontões de Cultura que desenvolvam ações em unidades prisionais e/ou centros socioeducativos.

1.5 O Edital se orientará pelo seguinte cronograma:

ETAPAS DO PROCESSO DE SELEÇÃO		
01	Lançamento do Edital	17 de agosto de 2026
02	Inscrição da Proposta	18 a 31 de agosto 2026
03	Análise do Mérito Cultural	01 a 04 setembro de 2026
04	Divulgação do Resultado Provisório	08 de setembro 20206
05	Recebimento de Recurso e Julgamento	09 a 10 de setembro de 2026
06	Divulgação Final do Mérito Cultural	11 de setembro de 2026
07	Habilitação de Documentos	14 a 18 de setembro de 2026
08	Divulgação do Resultado Provisório da Habilitação	23 de setembro 2026
09	Recebimento de Recurso e Julgamento	30 de setembro 2026
10	Divulgação do Resultado Final	14 de setembro de 2026
11	Abertura de contas e Assinatura do Termo de Execução Cultural	15 a 19 de setembro de 2026
12	Realização de pagamentos	20 a 27 de setembro de 2026
As datas constantes no cronograma são passíveis de ajustes, sendo de total responsabilidade do proponente acompanhar a atualização dessas informações por meio do Email cultura.pmsm@gmail.com		

RECURSOS

2.1 Este Edital é realizado com recursos do Governo Federal, repassados ao município de Santana do Matos/RN por meio da PNAB, e tem o valor total de **R$ 21.036,06 (vinte e um mil e trinta seis reais e seis centavos)**, para a Premiação de Ponto de Cultura que premiará 01 entidade, sendo o prêmio no valor de **R$ 21.036,06 (vinte e um mil e trinta seis reais e seis centavos)**,

Anexo 01 deste Edital, sendo 01 (um prêmio) prêmio no valor **R$ 21.036,06 (vinte e um mil e trinta seis reais e seis centavos)**,para coletivo formal ou informal sem constituição jurídica – segundo a Portaria MinC n.º 206, 13 de maio de 2025.

2.2. O valor do prêmio concedido ao coletivo formal ou informal representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no referente edital.

2.3. O valor do prêmio concedido às pessoas jurídicas não terá a retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no **Anexo 11** durante a Etapa de Premiação, podendo haver a incidência posterior do tributo, cujo recolhimento ficará a cargo da entidade, caso este não desfrute de isenção expressamente outorgada por lei.

2.4 Caso haja disponibilidade orçamentária e interesse público, este Edital poderá ser suplementado, ou seja, caso haja excedente de recursos da PNAB advindo de outros editais ou de rendimentos, ou caso haja disponibilidade orçamentária de outras fontes, a quantidade de vagas pode ser ampliada para contemplar mais inscrições.

Atenção! No caso de conta poupança, o proponente deverá atentar-se para a restrição de limites relacionados a depósitos em sua conta, devendo providenciar junto à instituição financeira o seu desbloqueio, quando for o caso. A Secretaria Municipal De Educação, Cultura, Turismo, Esporte E Lazer (Semec) não se responsabiliza pela impossibilidade do pagamento do prêmio nesses casos.

CERTIFICAÇÃO COMO PONTO DE CULTURA

3.1 O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é um dos instrumentos da Política Nacional de Cultura Viva, sendo integrado pelos grupos, coletivos e pessoas jurídicas de direito privado sem fins lucrativos que desenvolvam ações culturais e que possuam certificação simplificada concedida pelo Ministério da Cultura. Compõe o Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais (SNIIC).

3.2 Como já indicado, podem participar deste Edital entidades e coletivos ainda não certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura. Para participarem e serem certificadas por meio deste Edital, tais entidades e coletivos deverão:

Obter pontuação mínima de 50 pontos (50% do total) dos Critérios de Avaliação (**Anexo 02**), relacionado ao histórico de atuação da entidade ou coletivo **(sem considerar possíveis pontuações adicionais de bonificações)**, sendo avaliada pela Comissão de Seleção a partir do portfólio (relatório com material de comprovação das atividades), da Ficha de Inscrição e demais conteúdos enviados pela entidade ou coletivo, o que lhe caracteriza como "pré-certificada";

Atender aos requisitos documentais solicitados na fase seguinte, de Habilitação, o que lhe caracteriza como "certificada";

Caso a entidade ou coletivo não seja certificada e não obtenha a pontuação mínima necessária para pré-certificação, conforme indicado no item 3.2., I, a candidatura será desclassificada.

Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, no ato da Inscrição, a certificação será apresentada na Etapa de Habilitação.

3.5. Este Edital não certificará novos coletivos e entidades como Pontões de Cultura. Caso o coletivo ou entidade participante não seja, anteriormente, certificada como Ponto ou Pontão de Cultura, apenas poderá ser certificada como Ponto de Cultura por meio deste Edital.

A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC), enviará à Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura, por meio do Espaço do Gestor, no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, após a fase de Habilitação, a relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste Edital, para que constem na base de dados do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura.
A emissão da Certificação Simplificada por parte do Ministério da Cultura, após envio da relação de Pontos de Cultura certificados por meio deste Edital por parte da SEMEC não compromete o possível recebimento da premiação.

QUEM PODE PARTICIPAR DO EDITAL
4.1 Poderão participar deste Edital:
Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura com constituição jurídica, ou seja, com CNPJ (aqui tratados, também, como entidades culturais);
Pontos e Pontões de Cultura certificados pelo Ministério da Cultura sem constituição jurídica, ou seja, sem CNPJ (aqui tratados, também, como coletivos culturais);
Organizações da Sociedade Civil sem fins lucrativos (com CNPJ – aqui tratados, também, como entidades culturais) que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste Edital;
Coletivos informais (sem constituição jurídica), representados por pessoas física, que desenvolvam e articulem atividades culturais em suas comunidades e ainda não estejam certificadas como Ponto ou Pontão de Cultura pelo Ministério da Cultura, desde que cumpram os requisitos para a certificação no Cadastro Nacional, conforme item 3 deste Edital.
4.2 Em todos os casos, é necessário que as entidades e coletivos comprovem, no mínimo, 02 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local, por meio de fotos, material gráfico de eventos, publicações impressas e em meios eletrônicos e outros materiais comprobatórios.

QUEM NÃO PODE PARTICIPAR DO EDITAL
5.1 Não podem participar do presente Edital:
coletivos informais representados por pessoas menores de 18 (dezoito) anos;
pessoas físicas e Microempreendedores Individuais (MEI);
instituições privadas com fins lucrativos;
Instituições de ensino, pesquisa e desenvolvimento institucional, públicas ou privadas, com ou sem fins lucrativos, suas mantenedoras e associações de pais, mestres, amigos ou ex-alunos;
Entidades vinculadas a equipamentos públicos (como associação de amigos de teatros, museus, centros culturais etc.);
Fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
Instituições integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST,
SENAT, SEBRAE, SENAR e outros);
Instituições privadas sem fins lucrativos e coletivos informais:
Que não possuam comprovada experiência de, no mínimo, 02 (dois) anos de desenvolvimento de atividades culturais na comunidade local;
ii) Que possuam dentre os seus dirigentes ou representantes:
agente político ou dirigente de qualquer esfera governamental (Presidente da República, Governadores, Prefeitos, e seus respectivos vices, Ministros de Estado, Secretários Estaduais e Municipais, Presidentes de fundações públicas) ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
servidor público vinculado ao órgão responsável pela seleção pública do ente federado ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau;
membro do Legislativo (Deputados, Senadores, Vereadores), Judiciário (Juízes, Desembargadores, Ministros), do Ministério Público (Promotor, Procurador) ou do Tribunal de Contas da União (Auditores e Conselheiros) ou respectivo cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 2º grau.
Partidos políticos e suas instituições;
Membros da Comissão de Seleção ou respectivo cônjuge, companheiro ou
parente em linha reta, colateral ou por afinidade até o 3º grau;
Pessoas jurídicas de direito público da administração direta ou indireta; e
Agentes culturais que tenham se envolvido diretamente na etapa de elaboração do Edital, na etapa de análise de propostas ou na etapa de julgamento de recursos, bem como seus cônjuges, companheiros ou parentes em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.
Atenção! Membros de entidades e coletivos que integrarem Conselho de Cultura poderão concorrer neste Edital, desde que não se enquadrem nas situações previstas no item 5.1.
Atenção! A participação de membros de entidades e coletivos em consultas públicas relacionadas à implementação da PNAB e/ou na gestão compartilhada da PNCV não caracteriza participação direta na etapa de elaboração do Edital. Ou seja, a mera participação nas audiências e consultas públicas não inviabiliza a sua participação neste Edital.

ETAPA DE INSCRIÇÃO
6.1 As inscrições serão gratuitas, abertas no prazo de **18 a 31 de agosto de 2026,** podendo ser prorrogado por decisão do gestor municipal.
O proponente deve encaminhar a documentação física no endereço da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, na Rua Aristófanes Fernandes, s/n, Centro**, Cep: 59.690-000, Santana do Matos /RN, de segunda a sexta-feira, das **7h às 12h**, **e das 14h às 17h** respeitando o cronograma de inscrições do edital.
A inscrição se dará também por meio eletrônico, através do e-mail: **cultura.pmsm@gmail.com**, para o qual o Agente Cultural poderá mandar todos os documentos assinados, em arquivo PDF, encaminhar a documentação física no endereço da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, na Rua Aristófanes Fernandes, s/n, Centro**, Cep: 59.690-000, Santana do Matos /RN, de segunda a sexta-feira, das **7h às 12h**, **e das 14h às 17h** respeitando o cronograma de inscrições do edital., **até às 23:59 hs do dia 31 de agosto de 2026.** Não serão aceitas inscrições entregues fora do prazo estipulado, devendo não serem avaliadas. Não serão aceitas inscrições enviadas por outros formatos nem fora do prazo.
6.2 A inscrição contará com o envio dos seguintes documentos:
Formulário de Inscrição (**Anexo 03**) a ser preenchido neste edital.
Material de comprovação das atividades culturais desenvolvidas pela entidade cultural ou coletivo há pelo menos 02 (dois) anos no estado do Rio Grande do Norte:
por meio de informações sobre as ações da entidade ou coletivo cultural; cópias de cartazes; folhetos; fotografias; material audiovisual (endereço eletrônico aberto, vídeos, entre outros); publicações em jornal e revista; página da internet; depoimentos; programas; convites para participar de eventos; cartas de reconhecimento de órgãos públicos ou privados, entidades e coletivos culturais e escolas; entre outros.

É importante que pelo menos 01 (uma) comprovação indique data anterior a 02 (dois) anos em relação à publicação deste Edital.
Da mesma forma, é importante que sejam apresentados materiais recentes (nos últimos dois anos), que demonstrem as atividades realizadas pela entidade ou coletivo. Esse material será utilizado pela Comissão de Seleção para avaliação das candidaturas, de acordo com o Quadro de Avaliação (**Anexo 02**);
A entidade poderá indicar o link do seu perfil no Mapa do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, onde conste informações que julgue pertinentes;
Em caso de candidatura como "Grupo/Coletivo cultural", juntar a "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural" (**Anexo 04**), preenchida e assinada (de forma eletrônica, de próprio punho ou com a impressão digital) **por todos os membros do Grupo/Coletivo cultural** que indicarem a pessoa física representante e assinarem a Declaração;
Autodeclarações das pessoas negras (pretas ou pardas), pessoas indígenas ou pessoas com deficiência, conforme modelos constantes no **Anexo 05,** quando a entidade ou coletivo optar por concorrer às cotas. As autodeclarações devem ser das pessoas:
Do quadro de dirigentes, acompanhada da ata da última eleição (no caso de entidades com constituição jurídica); ou
Integrantes do coletivo informal.
Outros documentos que a proponente julgar necessário para auxiliar na avaliação da inscrição.
6.3 Para as comprovações, deverá encaminhar a documentação física no endereço da **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, na Rua Aristófanes Fernandes, s/n, Centro**, Cep: 59.690-000, Santana do Matos /RN, de segunda a sexta-feira, das **7h às 12h**, **e das 14h às 17h** respeitando o cronograma de inscrições do edital.
6.3.1. As documentações devem estar em anexos, cumprimento do portfólio, com o devido registro e comprovação das atividades realizadas.
A entidade ou coletivo cultural ira concorrer 01 (uma) categoria, de acordo com o **Anexo 01** deste Edital.
As entidades ou coletivos que enviarem cópias ilegíveis de qualquer documento obrigatório solicitado neste Edital, prejudicando a análise de itens obrigatórios, serão desclassificadas na Etapa de Seleção.
6.6. Os proponentes que necessitarem de auxílio poderão entrar em contato pelo e-mail **cultura.pmsm@gmail.com**.
6.7 A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC) não se responsabilizará por inscrições que deixarem de ser concretizadas por falta de internet, energia elétrica, problemas/lentidão no servidor, na transmissão de dados, em provedores de acesso dos usuários, ou demais situações de responsabilidade do proponente.

Atenção! Ao se inscrever, a entidade cultural aceita todas as regras e condições descritas nesse edital e concorda com os termos da Lei nº 14.399/2022 (Política Nacional Aldir Blanc), do Decreto nº 11.740/2023, da Portaria MinC nº 243/2025, Portaria MinC nº 206/2025 (Regulamentam a PNAB), do Decreto Estadual n.º 33.681/2024 (regulamenta a aplicação e a gestão dos recursos da Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura – PNAB, recebidos pelo Estado do Rio Grande do Norte), da Lei nº 13.018/2014 (Política Nacional de Cultura Viva), da Instrução Normativa MinC nº 1/2015, e da Instrução Normativa MINC nº 12/2024, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV), aplicando-se também, no que couber, como complementação em situações não previstas na Política Nacional de Cultura Viva, o Decreto nº 11.453/2023 (Decreto de Fomento) e o Marco Regulatório do Fomento à Cultura nº 14.903/2024.

7 PONTUAÇÃO ADICIONAL
7.**1.** Considerando que o presente edital prevê apenas **uma vaga de premiação**, as cotas originalmente previstas em lei serão convertidas em **pontuação adicional** ao processo de avaliação, de modo a assegurar a valorização da diversidade e inclusão cultural.
7.2 A pontuação adicional será atribuída conforme as informações do Anexo I deste edital
7.3. Para efeito de comprovação, permanecem válidos os documentos e declarações previstos nos anexos do edital, incluindo autodeclarações, atas, laudos médicos, declarações de pertencimento étnico, certificados de Pontos de Cultura e demais exigências específicas.
7.4 A pontuação adicional será somada à nota obtida pelo proponente nos critérios gerais de avaliação, servindo como fator de desempate e como mecanismo de valorização da diversidade cultural.
7.5 Em caso de empate entre proponentes após a soma da pontuação adicional, prevalecerá a maior pontuação atribuída ao critério de certificação como **Ponto de Cultura**. Persistindo o empate, prevalecerá a maior nota obtida nos critérios técnicos de avaliação definidos neste edital, seguindo a ordem crescente do Anexo II até o desempate.
7.6 A presente alteração justifica-se pela existência de apenas uma vaga de premiação, o que inviabiliza a aplicação proporcional das cotas. A conversão em pontuação adicional garante a observância dos princípios de inclusão e equidade, sem comprometer a lógica da ampla concorrência.
ETAPA DE SELEÇÃO DAS CANDIDATURAS
8.1 Na etapa de seleção, serão definidas as entidades selecionadas e pré-certificadas:
Entendem-se por entidades e coletivos culturais SELECIONADOS aqueles inscritos que obtiverem as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas definidas no **Anexo 01**, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do **Anexo 02**.
Entendem-se por entidades e coletivos culturais SUPLENTES aqueles inscritos que obtiverem 50 (cinquenta) pontos ou mais, considerando os critérios de seleção estabelecidos no quadro do **Anexo 02**, mas não obtiveram as maiores notas dentro do quantitativo de vagas de cada categoria e cotas.
Entendem-se por entidades e coletivos culturais PRÉ-CERTIFICADOS aqueles que, antes da inscrição neste Edital, ainda não eram certificados pelo Ministério da Cultura e que, independentemente de serem ou não selecionados, tenham atendido aos requisitos para certificação como Ponto de Cultura, conforme as regras e critérios descritos no item 3 deste Edital.
A seleção das candidaturas inscritas neste edital será realizada por uma Comissão de Seleção paritária (ou seja, constituídas por membros da Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer, membros do Conselho Municipal de Cultura e da sociedade civil), definida pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer.
Ficarão proibidos de participar da Comissão de Seleção as pessoas que:
tenham interesse pessoal na premiação de participante deste Edital;
tenham participado ou colaborado com a realização das atividades relacionadas à iniciativa cultural e à inscrição de determinada candidatura;
tenham participado de entidade ou coletivo inscrito neste Edital nos últimos
02 (dois) anos;
estejam litigando, judicial ou administrativamente, com participante deste Edital ou seus respectivos cônjuges ou companheiros (que estejam envolvidos em processos judiciais ou administrativos contra qualquer participante deste edital, bem como contra seus cônjuges ou companheiros. Isso inclui litígios judiciais ou administrativos em qualquer fase do processo, como demandas, contestações, recursos, entre outros).
As proibições previstas no item 8.3 se estendem ao membro da comissão com cônjuge, companheiro ou parente até o 3º grau, consanguíneo ou por afinidade, que se enquadre em alguma das hipóteses previstas.
A Comissão de Seleção vai avaliar as candidaturas, observando os critérios e pontuações dispostos no Quadro de Avaliação do **Anexo 02** deste Edital.
Caso a entidade ou o coletivo cultural não seja certificado como Ponto de Cultura pelo Ministério da Cultura e não atenda aos requisitos necessários para a pré-certificação, conforme o item 3, ainda assim a inscrição será avaliada, com publicação da sua pontuação.

A pontuação máxima de cada candidatura é de até 125 (cento e vinte e cinco) pontos de acordo com as possíveis bonificações previstas no **Anexo 02**.
Cada candidatura será analisada por, no mínimo, 02 (dois) membros da Comissão de Seleção (sendo, no mínimo, por um da sociedade civil), e a nota final será obtida a partir da média das notas dos avaliadores.
Os casos de empate serão resolvidos individualmente para cada cota e categoria, e o desempate ocorrerá na seguinte ordem de prioridade:
maior pontuação nos critérios previstos no **Anexo 02** (Avaliação da atuação da entidade cultural), do "a" ao "r", nesta ordem;
maior tempo de atividades culturais comprovadas na inscrição;
mediante sorteio.
8.10. Será desclassificada a candidatura que:
não apresentar os documentos e formulários devidamente preenchidos, conforme descrito no item 6 deste edital;
apresentar quaisquer formas de preconceito de origem, raça, etnia, gênero, cor, idade e outras formas de discriminação ou que atente contra os princípios do Estado Democrático de Direito;
não tenha pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos na Etapa de Seleção.
8.11. O resultado preliminar da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos (www.santanadomatos.rn.gov.br).
8.12. Contra a decisão do resultado preliminar da Etapa de Seleção e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à Comissão de Seleção. O recurso deverá ser publicado no **Diário Oficial dos municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos no prazo de 03 **(três)** dias úteis, a contar do primeiro dia útil seguinte à data de publicação do resultado.

8.13. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa de Seleção serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos (www.santanadomatos.rn.gov.br).

ETAPA DE HABILITAÇÃO
9.1. A Etapa de Habilitação é eliminatória, inicia-se com a publicação do resultado final da Etapa de Seleção e será realizada por uma equipe que conferirá se a documentação complementar obedece às exigências de prazo, condições, documentos e itens expressos neste Edital.
9.2. Após o encerramento da Etapa de Seleção, as entidades e os coletivos selecionados e/ou pré-certificados deverão encaminhar os documentos abaixo, no prazo de até **05 (cinco) dias** úteis após a publicação do resultado final da etapa de seleção, por meio do **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos (www.santanadomatos.rn.gov.br).
9.3. Para as entidades e coletivos selecionados:
Cópia do Estatuto Social atualizado (em caso de entidade);
Cópia da ata de posse dos dirigentes da entidade cultural atualizada (em caso de entidade);
Relação Nominal dos Dirigentes, de acordo com a Ata de Posse atualizada (em caso de entidade);
Cópia do documento de identificação, do CPF e do comprovante de residência da pessoa candidata, de representante do grupo/coletivo cultural ou responsável legal pela instituição privada sem fins lucrativos;
Em caso de candidatura como "Grupo/Coletivo cultural", enviar cópia do RG e CPF dos membros do Grupo/Coletivo cultural que indicaram a pessoa física representante e assinaram a "Declaração de Representação do
Grupo/Coletivo Cultural" (**Anexo 04**) na Fase de Seleção;
Certificado de Ponto ou Pontão de Cultura do Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura. Caso o certificado não seja localizado, a organização cultural poderá comprovar sua certificação por meio de instrumentos formais de parceria — convênio, Termo de Compromisso Cultural (TCC) ou publicação em diário oficial (da União, estados/DF ou municípios) do resultado de editais certificadores da Política Nacional Cultura Viva.

9.4.O Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura é o único instrumento de reconhecimento, mapeamento e certificação simplificada de entidades e coletivos culturais a ser adotado na implementação dos recursos da PNCV na Política Nacional Aldir Blanc de Fomento à Cultura. Não serão aceitos outros cadastros.
9.5. Para as entidades e coletivos pré-certificados, a fim de certificação do Ponto de Cultura:
Orientamos a organização cultural a fazer a inscrição no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura para facilitar o processo de importação da lista com o resultado final do edital, que os gestores (as) deverão enviar no Espaço do Gestor no Cadastro Nacional, sem o qual não é possível emitir a certificação. O passo a passo para a inscrição no Cadastro Nacional da Cultura Viva poderá ser acessado na Plataforma Rede Cultura Viva, pelo endereço eletrônico: https://culturaviva.cultura.gov.br/site/perguntas-frequentes/
No caso de entidade cultural (com CNPJ), cópia do Estatuto Social atualizado, verificando se tem natureza ou finalidade cultural, e visando a identificar se a entidade não se enquadra nas seguintes vedações:
órgãos e entidades públicas;
instituições com fins lucrativos;
fundações, sociedades e associações de apoio a instituições públicas;
fundações e institutos criados ou mantidos por empresas ou grupos de empresas;
entidades paraestatais integrantes do "Sistema S" (SESC, SENAC, SESI, SENAI, SEST, SENAT, SEBRAE, SENAR e outros).
9.6. A comprovação de endereço para fins de habilitação poderá ser realizada por meio da apresentação de contas relativas à residência, à sede da instituição cultural, se for o caso, e/ou de declaração assinada pelo agente cultural.
9.7. A comprovação de endereço poderá ser dispensada nas hipóteses de Pontos e Pontões de Cultura:
pertencentes a povos ou comunidades indígenas, quilombolas, ciganas ou circenses;
pertencentes à população nômade ou itinerante; ou
que se encontrem em situação de rua.
9.8. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC),consultará, ainda, a ficha do CNPJ das entidades culturais, visando a verificar se estas encontram-se ativas (requisito para habilitação de selecionadas e de pré-certificadas).
9.9. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC), poderá solicitar documentação adicional, caso necessário.
9.10. O proponente deverá consultar a sua regularidade jurídica, fiscal e tributária de modo a resolver eventuais pendências e problemas.
9.11. Será permitida a substituição de representante, desde que conte com a decisão de, no mínimo, a maioria (ou seja, cinquenta por cento mais um) de integrantes do coletivo, sendo a decisão devidamente registrada em nova "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural" (**Anexo 04**), na fase de habilitação, no prazo para envio de documentação prevista no item 9.2.
9.12. Não serão aceitas substituições de candidaturas ou representantes para os casos de inadimplência dispostos no item 12 e subitens deste Edital.
9.13. Serão inabilitadas as candidaturas que não forem apresentadas na forma e nos prazos estabelecidos neste Edital, e incidirem nos seguintes casos:

entregarem os documentos fora do período de habilitação;
não apresentarem os documentos exigidos no item 9.3 deste Edital; e
se enquadrarem nas vedações previstas neste Edital.
9.14. O resultado será publicado no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos (www.santanadomatos.rn.gov.br)

9.15. Contra a decisão do resultado preliminar e/ou para solicitação do espelho de notas, caberá recurso destinado à **Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer** que deve ser apresentado por meio do e-mail **cultura.pmsm@gmail.com**, conforme prazo estipulado no Edital.
9.16. Os recursos apresentados após o prazo não serão avaliados.
9.17. A lista dos recursos aceitos e não aceitos, a composição da Comissão de Seleção e o resultado final da Etapa serão publicados e divulgados ao final da etapa de seleção, no **Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Norte** e no site da Prefeitura de Santana do Matos (www.santanadomatos.rn.gov.br).

DISTRIBUIÇÃO E REMANEJAMENTO DE VAGAS
10.1. Após a conclusão das etapas de análise, não havendo projetos classificados para atender o número mínimo de vagas previsto para cada cota e categoria, as vagas disponíveis poderão ser remanejadas para outras cotas e categoria, obedecendo a pontuação dos candidatos e atendendo às cotas previstas, conforme o Anexo 1.

DA ETAPA DE PREMIAÇÃO
11.1 . A Etapa de Celebração do Termo de Compromisso Cultural pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC) considera a adimplência e regularidade da entidade cultural nos seguintes documentos e sistemas: Em até **03 (três)** dias úteis a contar da publicação do resultado, os dados bancários da conta que receberá o recurso e os documentos que comprovem a sua adimplência com os órgãos da administração pública federal, estadual ou municipal.
11.2 Os documentos são:
se pessoa física representante de coletivo cultural:
i) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à
Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);
ii) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);
Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do proponente);
iii) Extrato bancário ou outro documento que comprove a veracidade dos dados bancários informados.
se entidade cultural com constituição jurídica:
i) Certidão Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à
Dívida Ativa da União (aqui) (validade: 180 dias);
ii) Certidão Negativa de Débitos Estaduais (aqui) (validade: 30 dias);
Certidão Negativa de Débitos Municipais (emitida pela prefeitura do município sede do proponente);
Certificado de Regularidade do Fundo de Garantia do Tempo de
Serviço (CRF/FGTS) (aqui);
Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas (CNDT) (aqui) (validade: 180 dias);
Extrato bancário ou outro documento que comprove a veracidade dos dados bancários informados.
11.3. No caso de candidatura como "Grupo/Coletivo cultural", será conferida a adimplência apenas da pessoa física indicada como representante na "Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural" (**Anexo 04**).
11.4. Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC), notificará a candidatura selecionada em situação de inadimplência, de acordo com o item 11.2, e a resposta deverá ser enviada no prazo de até **05 (cinco)** dias, a contar da data da notificação, para resolver a sua situação.
11.5. A candidatura que não atender à notificação ou atendê-la parcialmente, dentro do prazo estipulado no item 11.4, será colocada ao final da lista de classificação do resultado final da Etapa de Seleção, podendo ser convocada a próxima candidatura da lista de classificação, observando-se a quantidade de premiações, a distribuição de cotas e categorias definidas nos Prêmios (**Anexo 01**), a ordem decrescente de pontuação, os critérios de desempate, o prazo de vigência deste Edital e a disponibilidade orçamentária e financeira do exercício vigente.
11.6. Não receberão recursos públicos as candidaturas que se encontrem inadimplentes.
11.7. Para evitar a concentração dos recursos públicos, visando a equidade, abrangência territorial e ampliação do acesso da população brasileira às condições de exercício dos direitos culturais, conforme disposto no art. 1º da Lei 13.018, de 2014, a pessoa física, grupo, coletivo ou instituições culturais sem fins lucrativos premiados não poderão receber dois ou mais Prêmios Cultura Viva, em um período de 12 meses, mesmo que selecionados em editais diferentes ou de entes federados distintos, salvo quando em um mesmo edital de premiação da PNCV, após selecionadas todas as candidaturas concorrentes que não tenham sido premiadas nos últimos 12 meses, ainda haja vagas disponíveis e candidaturas classificadas nessas condições.
11.8. Em caso de desistência, impossibilidade de recebimento do prêmio ou o não cumprimento das exigências do Edital por parte da candidatura selecionada, o prêmio será destinado a outra candidatura classificada, observando-se a quantidade, as categorias e as cotas, a ordem decrescente de pontuação e o prazo de vigência deste Edital.
11.9. O recebimento do Prêmio Cultura Viva será formalizado mediante a assinatura do Termo de Premiação Cultura Viva (**Anexo 08**) pelo premiado. Este termo servirá como recibo e comprovante do pagamento direto realizado pela administração pública, em atendimento ao disposto nos arts. 22 e 42 da Lei nº 14.903, de 27 de junho de 2024, e não implicará em obrigações futuras ou prestação de contas adicionais.
11.10 Em caso de representante de candidatura como "Grupo/Coletivo cultural", o prêmio será pago em conta corrente ou poupança de qualquer banco, de acordo com a informação prestada no conforme edital no item 11.13, tendo a pessoa candidata como única titular, não sendo aceitas contas conjuntas ou de terceiros, contas correntes de convênio ou instrumentos similares, contas-fácil ou contas-benefício, tais como: Bolsa Família, Bolsa Escola, Aposentadoria, dentre outras.
11.11. Em caso de candidatura como "entidade", o prêmio será pago exclusivamente em conta corrente que tenha a instituição como titular, de acordo com a informação prestada no referente edital conforme item 11.13. Para tanto, não poderá ser indicada a conta utilizada para convênio ou instrumentos similares.

Não serão aceitas:
contas bancárias que possuam mais de 9 dígitos (exceto o dígito da conta);
contas bancárias das instituições financeiras: Picpay Serviços S.A. (código 380); PicPay Bank – Banco Múltiplo S.A. (código 079); e Mercado Pago (código 323).

11.13 O agente cultural deve informar os dados separadamente:
Código do banco;
Número da agência;
Dígito verificador da agência;
Número da conta;
Dígito verificador da conta.
Tipo de conta (corrente ou poupança).

11.14. O proponente selecionado deve verificar previamente os dados solicitados no preenchimento do formulário de dados bancários. Caso não possua informações como dígito verificador da agência ou dígito verificador da conta, o proponente deverá entrar em contato com sua instituição financeira para solicitar essas informações. Erros nesses dados podem impactar os prazos de recebimento dos recursos, sendo de responsabilidade exclusiva do proponente a informação correta, sem qualquer ônus para a Secult/RN.

11.15. Recomenda-se que a conta bancária do proponente seja preferencialmente do Banco do Brasil, para que o recurso seja desembolsado no mesmo dia do depósito.

11.16. Caso a conta bancária do proponente seja de outra instituição financeira, pública ou privada, observadas as vedações do item 11.12, será necessário aguardar os prazos de compensação estabelecidos pelo Banco Central.
11.17. A Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC),não se responsabilizará por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas premiadas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.

DO TERMO DE PREMIAÇÃO
12.1 Após a conferência das certidões, o proponente deve assinar o Termo de Premiação Cultural na entidade deve prestar contas à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC) conforme disposições constantes no Termo de Compromisso Cultural, na Instrução Normativa MINC nº 08, de 11 de maio de 2016, ou em ato normativo correspondente em vigor (Regulamentam a PNCV) e no Decreto nº 11.453/2023, no que couber.
12.2 O pagamento do prêmio está condicionado à existência de disponibilidade orçamentária e financeira, caracterizando a seleção como mera expectativa de direito.
12.3 A ordem de pagamento das candidaturas ocorrerá de forma independente da ordem de classificação do resultado final da Fase de Seleção.
12.4 Os recursos financeiros serão repassados em uma única parcela, diretamente na conta bancária informada pelo proponente.

DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1 O prazo de vigência deste Edital será de 12 meses contados a partir da publicação do resultado final da Etapa de Habilitação, prorrogável, por uma única vez, por igual período.
13.2 Eventuais irregularidades relacionadas aos requisitos de participação, constatadas a qualquer tempo, implicará na inabilitação da inscrição.
13.3 Os casos não previstos neste Edital e constatados durante a Etapa de Seleção serão resolvidos pela Comissão de Seleção durante as reuniões para avaliação e para julgamento dos pedidos de recurso.
13.4 Os prazos previstos neste Edital iniciam e terminam em dia útil. No caso de o prazo final de qualquer etapa coincidir com data de feriado, final de semana ou ponto facultativo, será prorrogado para o primeiro dia útil subsequente.
13.5 Os ônus da participação na seleção pública, incluídas as despesas com cópias e emissão de documentos, são de exclusiva responsabilidade da entidade ou coletivo cultural, bem como o acompanhamento da atualização das informações deste Edital.
13.6 A entidade ou coletivo cultural será o único responsável pela veracidade de todos os documentos encaminhados.
13.7 As candidaturas inscritas, selecionadas ou não, passarão a fazer parte do banco de dados do Ministério da Cultura para fins de pesquisa, documentação e mapeamento da produção cultural brasileira.
13.8 As iniciativas culturais poderão ser citadas, descritas ou utilizadas pela Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC) do município e pelo Ministério da Cultura, total ou parcialmente, em expedientes, publicações internas ou externas, cartazes ou quaisquer outros meios de promoção e divulgação, incluídos os devidos créditos sem que caiba à candidatura, selecionada ou não, pleitear a recepção de qualquer valor, inclusive a título autoral.
13.9 Os materiais encaminhados não serão devolvidos, cabendo ao órgão responsável pela seleção pública seu arquivamento ou eliminação.
13.10 O ato de inscrição implica o conhecimento e a integral concordância da entidade ou coletivo cultural com as normas e com as condições estabelecidas neste Edital.
13.11 Dúvidas e informações referentes a este Edital poderão ser esclarecidas e/ou obtidas junto à Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer (SEMEC).
13.12 Os seguintes Anexos fazem parte deste Edital:
Anexo 01: Categoria única, pontuação adicional;
Anexo 02: Critérios de avaliação da Etapa de Seleção;
Anexo 03: Formulário de Inscrição;
Anexo 04: Declaração de Representação do Grupo/Coletivo Cultural;
Anexo 05: Modelo de Autodeclaração para Políticas Afirmativas;
Anexo 06: Declaração Comprobatória de Pertencimento de Povos
Originários;
Anexo 07: Orientações das fotos que serão analisadas pela banca de heteroidentificação;
Anexo 08: Termo de Premiação Cultural.

ANEXO 01 – CATEGORIA ÚNICA, PONTUAÇÃO ADICIONAL
1. CATEGORIA ÚNICA

Nº	Nome e descrição da categoria	Número de vagas	Valor por projeto selecionado (R$)
1	Pontos e Pontões de Cultura (entidades culturais com CNPJ e coletivos sem CNPJ)	1	21.036,06

2. PONTUAÇÃO ADICIONAL
2.1 Considerando que este edital prevê apenas **uma vaga de premiação**, as cotas originalmente previstas serão convertidas em **pontuação adicional** no processo de avaliação, de modo a assegurar a valorização da diversidade e inclusão cultural.

2.2 A pontuação adicional será atribuída da seguinte forma:

Categoria	Pontuação adicional
Entidades ou coletivos compostos majoritariamente (50% + 1) por pessoas negras (pretas e pardas)	+1,0 ponto
Entidades ou coletivos compostos majoritariamente (50% + 1) por pessoas indígenas	+1,0 ponto
Entidades ou coletivos compostos majoritariamente (50% + 1) por pessoas com deficiência	+1,0 ponto
Entidades e coletivos com trajetórias ligadas às culturas populares e tradicionais	+1,5 pontos
Entidades ou coletivos certificados como Pontos de Cultura (Ministério da Cultura)	+2,0 pontos

2.3 Para efeito de comprovação, permanecem válidos os documentos e declarações previstos nos anexos do edital, incluindo autodeclarações, atas, laudos médicos, declarações de pertencimento étnico, certificados de Pontos de Cultura e demais exigências específicas.
2.4 A pontuação adicional será somada à nota obtida pelo proponente nos critérios gerais de avaliação, servindo como fator de desempate e como mecanismo de valorização da diversidade cultural.
2.5 Em caso de empate entre proponentes após a soma da pontuação adicional, prevalecerá a maior pontuação atribuída ao critério de certificação como Ponto de Cultura. Persistindo o empate, prevalecerá a maior nota obtida nos critérios técnicos de avaliação definidos neste edital.
2.6 A presente alteração justifica-se pela existência de apenas uma vaga de premiação, o que inviabiliza a aplicação proporcional das cotas. A conversão em pontuação adicional garante a observância dos princípios de inclusão e equidade, sem comprometer a lógica da ampla concorrência.

3. DOCUMENTAÇÃO COMPROBATÓRIA

3.1 Para efeito de comprovação das categorias previstas na tabela de **Pontuação Adicional** constante deste anexo, deverão ser apresentados os seguintes documentos:
I. **Autodeclarações** das pessoas negras (pretas ou pardas), indígenas ou pessoas com deficiência, conforme modelos constantes no **Anexo 05**, acompanhadas da ata da última eleição (no caso de entidades com constituição jurídica) ou assinadas pelos integrantes do coletivo informal;
II**. Laudos médicos, certificados ou documentos oficiais** que comprovem a condição de pessoa com deficiência, conforme lista exemplificativa constante no edital e detalhada no **Anexo 07**;
III. **Declaração comprobatória de pertencimento étnico indígena**, assinada por, no mínimo, duas lideranças da aldeia, conforme modelo constante no **Anexo 06**;
IV. **Declarações e portfólios** que comprovem a trajetória ligada às culturas populares e tradicionais, conforme previsto no edital e nos anexos correspondentes;
V. **Certificação de Ponto de Cultura** emitida pelo Ministério da Cultura, apresentada na etapa de habilitação, quando aplicável.
3.2 Os documentos comprobatórios deverão ser anexados na inscrição, em conformidade com os formatos e limites estabelecidos neste edital.
3.3 A ausência ou irregularidade nos documentos comprobatórios implicará na não atribuição da pontuação adicional correspondente.

ANEXO 02 - CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO DA ETAPA DE SELEÇÃO

Bloco 1: Avaliação da atuação da entidade ou coletivo cultural

	CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO	DISTRIBUIÇÃO DOS PONTOS		PONTUAÇÃO MÁXIMA NO ITEM	
	A partir do portfólio, do formulário de inscrição e demais materiais enviados, e considerando os objetivos de Pontos de Cultura definidos na Lei que institui a Política Nacional de Cultura	**Não Atende**	**Atende Parcialmente**	**Atende Plenamente**	**100 pontos**
	Viva (Lei nº 13.018/2014, art. 6º, I), analisar se a entidade ou coletivo cultural atende aos seguintes critérios:				
a)	Promove a criação e a produção artística e cultural.	0	2	10	
b)	Estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural.	0	2	5	
c)	Promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais.	0	2	5	
d)	Promove a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais.	0	5	10	
e)	Contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades.	0	5	10	
f)	Promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade.	0	3	5	
g)	Estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação.	0	3	5	
h)	Adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado.	0	3	5	
i)	Fomenta as economias solidária e criativa.	0	3	5	
j)	Estimula a proteção do patrimônio cultural material, imaterial e	0	3	5	
k)	promove as memórias comunitárias.				
l)	Apoia e incentiva manifestações culturais tradicionais e populares.	0	3	5	
m)	Realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade.	0	5	10	
n)	As ações da organização cultural estão relacionadas aos eixos estruturantes da Política Nacional Cultura Viva, por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira contínua.	0	5	10	
o)	A entidade possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas à Política Nacional Cultura Viva.	0	5	10	

Para ser certificada, a entidade precisará alcançar a pontuação mínima de 50 (cinquenta) pontos.

Bloco 2 - Bonificações

CRITÉRIO DE BONIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
Pontos e Pontões de Cultura localizados em municípios que não destinam valores para a PNCV.	20 pontos

PONTUAÇÕES NÃO CUMULATIVAS	
CRITÉRIO DE BONIFICAÇÃO	PONTUAÇÃO ATRIBUÍDA
a) Pontos e Pontões de Cultura já certificados pelo Ministério da Cultura. *O critério de bonificação será conferido por meio da apresentação do Certificado de Ponto ou Pontão de Cultura.	5 pontos
b) Pontos e Pontões de Cultura localizados em comunidades indígenas. *O critério de bonificação será conferido por meio da análise das comprovações de ações ou atividades realizadas em territórios indígenas.	5 pontos
c) Pontos e Pontões de Cultura localizados em comunidades quilombolas. *O critério de bonificação será conferido por meio da análise das comprovações de ações ou atividades realizadas em territórios quilombolas.	5 pontos
d) Pontos e Pontões localizados em áreas ou regiões de Baixo IDH – **Anexo 08**. *O critério de bonificação será conferido por meio da apresentação do comprovante de residência em área ou região de baixo IDH – **Anexo 08**.	5 pontos
e) Pontos e Pontões de Cultura que desenvolvam ações ou atividades em unidades prisionais e/ou centros socioeducativos. *O critério de bonificação será conferido por meio da análise das comprovações de ações ou atividades realizadas em unidades prisionais e/ou centros socioeducativos.	5 pontos

Os Pontos ou Pontões de Cultura localizados em municípios que não destinaram valores para a PNCV, conforme o **Anexo 10**, receberão o acréscimo de **20 (vinte) pontos** na sua pontuação.

Os Pontos ou Pontões de Cultura que se enquadrarem nos critérios indicados acima poderão solicitar bonificação por meio de pontuação extra, devendo selecionar apenas **01 (um)** dos critérios da tabela na Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Turismo, Esporte e Lazer que deve ser apresentado por meio do e-mail cultura.pmsm@gmail.com, conforme prazo estipulado no Edital referente no ato da inscrição.
As pontuações serão previamente atribuídas na Etapa de Seleção e serão conferidas na Etapa de Habilitação, a partir dos documentos indicados na tabela para cada um dos critérios. Caso não seja possível aferir as comprovações, as notas atribuídas serão retiradas na Etapa de Habilitação.
A pontuação máxima de cada candidatura é de até **125 (cento e vinte e cinco) pontos** de acordo com as bonificações previstas.

ANEXO 03 - FORMULÁRIO DE INSCRIÇÃO

CATEGORIA E CONCORRÊNCIA EM COTA (CONFORME ANEXO 01)

Marque a categoria para inscrição da entidade ou coletivo cultural (observar quais as categorias previstas e exigências para comprovação no Anexo 02 e no Edital):
( ) Pontos e Pontões de Cultura (coletivos sem CNPJ)
( ) Pontos e Pontões de Cultura (entidades com CNPJ)

Marque a cota a qual a entidade ou coletivo cultural entende se enquadrar (observar quais as cotas previstas e exigências para comprovação no Anexo 1 e no Edital):
( ) Pessoa negra (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança negras)
( ) Pessoa indígena (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança indígenas)
( ) Pessoa com deficiência (entidade ou coletivo com maioria de dirigentes ou pessoas em posição de liderança com deficiência)
( ) Entidades e coletivos com trajetórias ligadas às culturas populares e tradicionais
( ) Ampla concorrência

A entidade ou coletivo tem trajetória comprovadamente ligada às culturas tradicionais e populares, considerando pertinente concorrer pela reserva de vagas, conforme item 7.8 do edital?*
( ) Sim
( ) Não

*A Comissão de Seleção analisará as comprovações enviadas pela entidade na inscrição para avaliar se conta com trajetória comprovadamente ligada às culturas tradicionais e populares.

INFORMAÇÕES BÁSICAS DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

2.1. Nome da entidade ou coletivo cultural:		
2.2. CNPJ (se entidade):		
2.3. Endereço:		
2.3.1. Cidade:	2.3.2. UF:	
2.3.3 Bairro:	2.3.4 Número:	2.3.5 Complemento:
2.3.6 CEP:		
2.4. DDD / Telefone:		
2.5. E-mail da entidade ou coletivo cultural:		
2.6. Página da internet e redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, site, canal no Youtube, etc.):		
2.7. A entidade ou coletivo já é certificada pelo Ministério da Cultura, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura? ( ) Sim, como Ponto de Cultura ( ) Sim, como Pontão de Cultura ( ) Não, a entidade ou coletivo pretende ser certificada como Ponto de Cultura por meio do presente Edital OBS: Caso a entidade ou coletivo concorrente informe já ser certificada, a certificação será verificada pelo Ente Federado na Plataforma Cultura Viva. Caso não seja localizada a certificação, a entidade ou coletivo passará pelos mesmos regramentos e procedimentos que as entidades e coletivos não certificadas, podendo, ou não, ser certificada por meio deste Edital (sendo possível a apresentação de recurso, na Fase de Seleção).		
2.8. Caso a entidade ou coletivo já seja certificada pelo Ministério da Cultura, estando inscrita no Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, coloque o link do certificado ou envie comprovante (não obrigatório):		

3. INFORMAÇÕES BÁSICAS DA REPRESENTAÇÃO DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

3.1. Nome (identidade / nome social):			
3.2. Apelido/Nome Artístico, se houver:			
3.3. Cargo:			
3.4. Identidade de gênero: ( ) Mulher cisgênera ( ) Homem cisgênero ( ) Mulher transgênera ( ) Homem transgênero ( ) Pessoa não binária ( ) Travesti ( ) Não desejo informar ( ) Outra _____			
3.5. Orientação Sexual: ( ) Lésbica ( ) Gay ( ) Bissexual ( ) Assexual ( ) Pansexual ( ) Heterosexual ( ) Não desejo informar ( ) Outros _____			
3.6. Trata-se de pessoa negra ou de matriz africana ou de terreiro? SIM ( ) NÃO ( )			
3.7. Trata-se de pessoa indígena ou de povos e comunidades tradicionais? SIM ( ) NÃO ( )			
3.8. Trata-se de pessoa com deficiência? SIM ( ) NÃO ( ) 3.8.1. Caso tenha marcado "sim", indique o tipo de deficiência: ( ) Auditiva ( ) Física ( ) Intelectual ( ) Múltipla ( ) Visual			
3.9. Endereço:			
3.9.1. Cidade:	3.9.2. UF:		
3.9.3. Bairro:	3.9.4. Número:	3.9.5. Complemento:	
3.9.6. CEP:	3.10. DDD / Telefone:		
3.11. Data de Nascimento:	3.12. RG:	3.13. CPF:	
3.14. E-mail:			
3.15. Página da internet e redes sociais (exemplo: Facebook, Instagram, site, canal no Youtube, etc.):			

3.16. Sua principal fonte de renda é por meio de atividade cultural? ( ) Sim ( ) Não
3.17. Qual sua ocupação dentro da cultura?
3.18. Há quanto tempo você trabalha neste setor cultural? ( ) até 2 anos ( ) de 2 a 5 anos ( ) de 5 a 10 anos ( ) mais de 10 anos

4. EXPERIÊNCIAS DA ENTIDADE OU COLETIVO CULTURAL

4.1. Há quanto tempo a entidade ou coletivo cultural atua no setor cultural?

( ) menos de 3 anos ( ) de 3 a 5 anos ( ) de 6 a 10 anos ( ) de 10 a 15 anos ( ) mais de 15 anos

4.2. Os espaços, os ambientes e os recursos disponíveis são suficientes para a manutenção das atividades da iniciativa cultural?

( ) SIM ( ) NÃO

4.3. Quais são os principais desafios/dificuldades que a entidade ou coletivo cultural enfrenta na atuação dentro do seu setor cultural e para manter as atividades?

( ) Administrativos
( ) Estruturais
( ) Geográficos / de localização
( ) Econômicos
( ) Políticos
( ) Sociais
( ) Saúde
( ) Parcerias
( ) Formação
( ) Desinteresse do público
4.3.1. ( ) Outro: _____

As atividades culturais realizadas pela candidatura acontecem em quais dessas áreas?

( )	zona urbana central	( )	áreas atingidas por barragem
( )	zona urbana periférica	( )	territórios indígenas (demarcados ou em processo de demarcação)
( )	zona rural	( )	comunidades quilombolas (terra intitulada ou em processo de titulação, com registro na Fundação Cultural Palmares)
( )	regiões de fronteira	( )	território de povos e comunidades tradicionais (ribeirinhos, louceiros, cipozeiros, pequizeiros, vazanteiros, povos do mar etc)
( )	área de vulnerabilidade social	( )	regiões com baixo Índice de Desenvolvimento Humano – IDH
( )	unidades habitacionais	( )	regiões de alto índice de violência

A candidatura atua com quais ações estruturantes da Política Nacional Cultura Viva definidas no art. 5º da Lei nº 13.018/2014?			
( )	intercâmbio e residências artístico-culturais	( )	livro, leitura e literatura
( )	cultura, comunicação e mídia livre	( )	memória e patrimônio cultural
( )	cultura e educação	( )	cultura e meio ambiente
( )	cultura e saúde	( )	cultura e juventude
( )	conhecimentos tradicionais	( )	cultura, infância e adolescência
( )	cultura digital	( )	agente cultura viva
( )	cultura e direitos humanos	( )	cultura circense
( )	economia criativa e solidária		
4.5.1 Serão atendidas outras ações estruturantes definidas para as políticas, ações e programas da Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural do Ministério da Cultura?			
( )	Culturas indígenas	( )	Culturas de Matriz Africana
( )	Culturas Populares	( )	Mestres e Mestras das Culturas Tradicionais e Populares
( )	Cultura e Mulheres	( )	Cultura Hip Hop
( )	Linguagens Artísticas	( )	Culturas Tradicionais
( )	Gênero e Diversidade	( )	Acessibilidade Cultural e Equidade
( )	Cultura e Territórios Rurais	( )	Cultura Alimentar
( )	Cultura Urbana e Direito à Cidade	( )	Cultura, Territórios de Fronteira e Integração Latino-americana
( )	Outra. Qual?		

A candidatura atua com quais áreas e temas de conhecimento que podem ser compartilhados?

( )	Antropologia	( )	Cultura Popular	( )	Meio Ambiente
( )	Arqueologia	( )	Dança	( )	Mídias Sociais
( )	Arquitetura-Urbanismo	( )	Design	( )	Moda
( )	Arquivo	( )	Direito Autoral	( )	Museu
( )	Arte de Rua	( )	Economia Criativa	( )	Música
( )	Arte Digital	( )	Educação	( )	Novas Mídias
( )	Artes Visuais	( )	Esporte	( )	Patrimônio Imaterial
( )	Artesanato	( )	Filosofia	( )	Patrimônio Material
( )	Audiovisual	( )	Fotografia	( )	Pesquisa
( )	Cinema	( )	Gastronomia	( )	Produção Cultural
( )	Circo	( )	Gestão Cultural	( )	Rádio
( )	Comunicação	( )	História	( )	Saúde
( )	Cultura Cigana	( )	Jogos Eletrônicos	( )	Sociologia
( )	Cultura Digital	( )	Jornalismo	( )	Teatro
( )	Cultura Estrangeira (imigrantes)	( )	Leitura	( )	Televisão
( )	Cultura Indígena	( )	Literatura	( )	Turismo
( )	Cultura LGBT	( )	Livro	( )	4.6.1. Outro. Qual?
( )	Cultura Negra				

A candidatura atua diretamente com qual público?

( )	Afro-Brasileiros	( )	Mulheres	( )	População de Baixa Renda
( )	Ciganos	( )	Pescadores	( )	Grupos assentados de reforma agrária
( )	Estudantes	( )	Pessoas com deficiência	( )	Mestres, praticantes, brincantes e grupos culturais populares, urbanos e rurais
( )	Agentes culturais, artistas e grupos artísticos e culturais independentes	( )	Pessoas em situação de sofrimento psíquico	( )	Pessoas ou grupos vítimas de violência
( )	Idosos	( )	População de Rua	( )	População sem teto

( )	Imigrantes	( )	População em regime prisional, em privação de liberdade	( )	Populações atingida por barragens
( )	Indígenas	( )	Povos e Comunidades Tradicionais de Matriz Africana e de Terreiro	( )	Populações de regiões fronteiriças
( )	Crianças e Adolescentes	( )	Quilombolas	( )	Populações em áreas de vulnerabilidade social
( )	Juventude	( )	Ribeirinhos	( )	4.7.1. Outro. Qual?
( )	LGBTQIA+	( )	População Rural		

Indique a faixa etária do público atendido diretamente:

( )	Primeira Infância: 0 a 6 anos
( )	Crianças: 7 a 11 anos
( )	Adolescentes e Jovens: 12 a 29 anos
( )	Adultos: 30 a 59 anos
( )	Idosos: maior de 60 anos

Qual é a quantidade aproximada de público atendida diretamente por ano?

( )	até 50 pessoas
( )	de 51 a 100 pessoas
( )	de 101 a 200 pessoas
( )	de 201 a 400 pessoas
( )	de 401 a 600 pessoas
( )	mais de 601 pessoas

Descreva as atividades desenvolvidas pela entidade ou coletivo cultural. (até 800 caracteres)
Quais estratégias a entidade ou coletivo cultural adota para promover a criação e a produção artística e cultural? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural estimula a exploração de espaços públicos e privados para serem disponibilizados para a ação cultural? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural promove a diversidade cultural brasileira, garantindo diálogos interculturais? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural promove a inclusão cultural da população idosa, de mulheres, jovens, pessoas negras, com deficiência, LGBTQIAP+ e/ou de baixa renda, combatendo as desigualdades sociais? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural contribui para o fortalecimento da autonomia social das comunidades? Se sim, como? (até 800 caracteres)

A entidade ou coletivo cultural promove o intercâmbio entre diferentes segmentos da comunidade? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural estimula a articulação das redes sociais e culturais e dessas com a educação? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural adota princípios de gestão compartilhada entre atores culturais não governamentais e o Estado? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural fomenta as economias solidária e criativa? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural protege o patrimônio cultural material, imaterial e/ou promove as memórias comunitárias? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural apoia e incentiva manifestações culturais tradicionais e populares? Se sim, como? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural realiza atividades culturais gratuitas e abertas com regularidade na comunidade? Se sim como? (até 800 caracteres)
As ações da entidade ou coletivo cultural estão relacionadas aos eixos estruturantes da Política Nacional de Cultura Viva (PNCV), por meio de ações nas áreas de formação, produção e/ou difusão sociocultural de maneira continuada? (até 800 caracteres)
A entidade ou coletivo cultural possui articulação com outras organizações, compondo Frentes, Redes, Conselhos, Comissões, dentre outros espaços de participação e incidência política em áreas sinérgicas a Política Nacional Cultura Viva? Se sim, quais? (até 800 caracteres)

5. DECLARAÇÕES

Eu, _____, responsável legal pela entidade ou coletivo cultural ora concorrente, DECLARO, para os devidos fins, e sob as penas da lei que:
Estou ciente dos meus direitos, deveres e procedimentos definidos pelos atos normativos que regem o Edital de Seleção, zelando pela observância das suas determinações;
Estou ciente de todos os regramentos e obrigações previstas no edital, seja nas fases de seleção e habilitação, seja na eventual premiação.
Estou ciente de que as informações e documentos apresentados neste processo seletivo são de minha inteira responsabilidade, sendo a expressão da verdade;
Não me enquadro em quaisquer das vedações dispostas no Edital de Seleção;
Não existe plágio no projeto apresentado, assumindo integralmente a autoria e respondendo exclusivamente por eventuais acusações ou pleitos nesse sentido;
Autorizo a Secretaria de Estado da Cultura do Rio Grande do Norte e o Ministério da Cultura a publicar e divulgar, mediante reprodução, distribuição, comunicação ao público e quaisquer outras modalidades de utilização, sem quaisquer ônus, por tempo indeterminado, os conteúdos da inscrição;
Estou ciente e de acordo que a publicação e divulgação das matérias poderão ser realizadas inclusive em universidades, escolas, seminários, congressos, outros eventos e na mídia em geral, no Brasil e no exterior, observadas as legislações vigentes de cada país;
Por esta ser a expressão da minha vontade, declaro que assumo total responsabilidade pela veracidade das informações e pelos documentos apresentados, cujos direitos autorais estejam protegidos pela legislação vigente.

ANEXO 04 - DECLARAÇÃO DE REPRESENTAÇÃO DO GRUPO/COLETIVO CULTURAL

Nós, membros do Grupo/Coletivo Cultural _____ (nome do Grupo/Coletivo Cultural), declaramos que, em reunião realizada em __ de _____ de _____ (dia/mês/ano), fica decidido apresentar a inscrição no Edital de Premiação Cultura Viva, para reconhecimento, valorização e fortalecimento da cultura brasileira.
Nesta reunião, nomeia-se _____ (Representante do Grupo/Coletivo Cultural), portador(a) da Carteira de Identidade n° _____ (nº do RG) e CPF n° _____ (nº do CPF), como representante e responsável por este Grupo/Coletivo Cultural e pela inscrição da candidatura mencionada.
Assim **AUTORIZAMOS**:
o recebimento do prêmio, no valor integral bruto de R$ XXXXXX (XXXXX reais), de acordo com as informações indicadas no Formulário de Inscrição.
Além disso, **DECLARAMOS** estar cientes de que:

O valor do prêmio concedido aos coletivos informais representados por pessoas físicas não terá retenção na fonte do Imposto de Renda, sendo o valor a ser depositado por meio de ordem bancária na conta corrente ou poupança indicada no Formulário de Inscrição (Anexo 03).
A Secult/RN, a Secretaria de Cidadania e Diversidade Cultural e o Ministério da Cultura não se responsabilizarão por eventuais irregularidades praticadas pelas candidaturas, acerca da destinação dos recursos do Prêmio.
É de total responsabilidade do Grupo/Coletivo Cultural acompanhar a atualização das informações do Edital.
O Grupo/Coletivo Cultural cumprirá as regras do Edital, estando de acordo com seus termos e vedações.
Caso a candidatura seja selecionada, será necessário o envio das cópias do RG e do CPF de todos os membros integrantes do Grupo/Coletivo Cultural – apenas maiores de 18 (dezoito) anos - para premiação, na Fase de Habilitação:

1.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

2.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

3.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

4.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

5.Nome:	
RG:	Órgão emissor:
Data de Nascimento: / /	CPF:
Assinatura (eletrônica, de próprio punho ou impressão digital):	

(Acrescentar ou retirar tabela referente aos membros integrantes, conforme composição do Coletivo Cultural)
(Local e data) _____,_____/_____/ 2026.

ANEXO 05 – AUTODECLARAÇÃO PARA POLÍTICAS AFIRMATIVAS
O documento deverá ser enviado em único arquivo impresso

Eu, [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], **DECLARO**, para fins de participação no [NOME E NÚMERO DO EDITAL], que sou pessoa: [SE É PESSOA NEGRA (PRETA OU PARDA), PESSOA INDÍGENA OU PESSOA COM DEFICIÊNCIA - INDICAR QUAL].
Estou ciente de que, se for comprovada falsidade desta declaração, estarei sujeito às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, bem como a classificação será tornada sem efeito, o que implicará em cancelamento da opção para as cotas ou pontuações extras direcionadas às políticas afirmativas.
Esta declaração tem validade apenas para o processo seletivo acima indicado.

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura
Nome: [NOME COMPLETO]

ANEXO 06 – DECLARAÇÃO COMPROBATÓRIA DE PERTENCIMENTO DE POVOS ORIGINÁRIOS
O documento deverá ser enviado em único arquivo PDF de até 10 MB

Nós, lideranças da [NOME DA COMUNIDADE, POVO OU ALDEIA], localizada no [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO] e [ESTADO] DECLARAMOS que [NOME COMPLETO DO AGENTE CULTURAL], sob o RG de n.º [INSERIR N.º DO RG E ÓRGÃO EXPEDIDOR], CPF de n.º [INSERIR N.º DO CPF], residente e domiciliado no endereço [ENDEREÇO COMPLETO COM CEP], [MUNICÍPIO], [ESTADO], é uma pessoa INDÍGENA, pertencente nesta comunidade e mantendo laços familiares, econômicos, sociais e/ou culturais com a referida comunidade.

Estamos cientes de que, se as informações prestadas forem falsas, estamos sujeitos às sanções civis e penais eventualmente cabíveis, assim como o proponente pode sofrer eliminação caso o seu projeto cultural seja selecionado ou devolver o apoio financeiro ou premiação caso tenha recebido.

Esta declaração é reconhecida e assinada por duas lideranças do povo e comunidade [NOME DA COMUNIDADE, POVO OU ALDEIA]. Por ser verdade, assinamos a presente declaração.

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura da Liderança 1
Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]

Assinatura da Liderança 2

Nome: [NOME COMPLETO]
RG: [N.º DO RG] e CPF: [N.º DO CPF]

ANEXO 07: ORIENTAÇÕES DAS FOTOS QUE SERÃO ANALISADAS PELA BANCA DE HETEROIDENTIFICAÇÃO;

ANEXO 08 – MINUTA DO TERMO DE PREMIAÇÃO CULTURAL

Edital: [INSERIR O NOME E NO NÚMERO DO EDITAL]
Categoria: [INSERIR O NOME DA CATEGORIA]
Proposta: [INSERIR O NOME DA PROPOSTA]
Número da Inscrição: [INSERIR Nº DA INSCRIÇÃO]
Nome: [NOME COMPLETO DO PROPONENTE]
CPF ou CNPJ: : [INDICAR N.º DO CPF OU CNPJ DO PROPONENTE]
Dados bancários (a conta bancária deverá ser de titularidade do proponente).
Banco: [NOME DO BANCO]
Agência: [INDICAR AGÊNCIA]
Conta Corrente: [INDICAR CONTA]

DECLARO que recebi a quantia de R$ [INDICAR VALOR EM NÚMEROS (INDICAR VALOR POR EXTENSO)] reais), na presente data, relativa ao Edital [INSERIR O NOME E NÚMERO DO EDITAL].

[LOCAL], [INDICAR DIA/MÊS/ANO].

Assinatura Nome: [NOME COMPLETO]

Publicado por:
Marcio Adriano Xavier da Silva
Código Identificador:FA0BF1FE

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 01073/2026 – PMSF/RN

ABERTURA DE CRÉDITO SUPLEMENTAR PARA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA, CONFORME DETALHAMENTO.

O PREFEITO MUNICIPAL DE SÃO FERNANDO, no uso de suas atribuições legais, notadamente o que lhe confere a lei orgânica municipal e em conformidade com a Lei 0973/2025.

CONSIDERANDO, Art. 42. Os créditos suplementares e especiais serão autorizados por lei e abertos por decreto executivo;

CONSIDERANDO, Art. 43. § 1º Consideram-se recursos para o fim deste artigo, desde que não comprometidos: I - o superávit financeiro apurado em balanço patrimonial do exercício anterior; II - os provenientes de excesso de arrecadação; III - os resultantes de anulação parcial ou total de dotações orçamentárias ou de créditos adicionais, autorizados em Lei*;*

D E C R E T A

Art. 1º. - Fica aberto no corrente mês um crédito Suplementar no valor R$ 110.376,71 (cento e dez mil e trezentos e setenta e seis reais e setenta e um centavos), à dotação especificada a seguir:

Fonte de Suplementação: Anulação de Despesa				
	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
		2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis		
		1018 - 3.3.90.31.00 - Premiações Culturais, Artísticas, Científicas, Desportivas e Outras	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:				**R$ 3.000,00**
		2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%		
		925 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15021001	R$ 51.376,71
Total da Ação:				**R$ 51.376,71**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 54.376,71**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
		2.31 - Manut. Ensino Infantil/ CRECHE 40 % FUNDEB		
		1060 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 56.000,00
Total da Ação:				**R$ 56.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 56.000,00**

Art. 2º - Os recursos necessários à abertura do crédito de que trata o artigo anterior, será oriundo da anulação total ou parcial da dotação a seguir:

	2 - Prefeitura Municipal de São Fernando			
	19001 - Secretaria Municipal de Educação, Cultura e Lazer			
		2.22 - Manut. Sev. Culturais, Artísticos e Turis		
		1017 - 3.3.90.30.00 - Material de Consumo	Fonte: 15000000	R$ 3.000,00
Total da Ação:				**R$ 3.000,00**
		2.52 - Manut. Ens. Fundamental - Educação 5%		
		924 - 3.1.90.11.00 - Vencimentos e Vantagens Fixas - Pessoal Civil	Fonte: 15021001	R$ 1.376,71
Total da Ação:				**R$ 1.376,71**

Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 4.376,71**
	19002 - Secretaria Municipal de Educação-FUNDEB			
	2.118 - Manut .Ens . Infant i l/ PRE - ESCOLA - 40 % FUNDEB			
		1075 - 3.1.90.13.00 - Obrigações Patronais	Fonte: 15400000	R$ 56.000,00
Total da Ação:				**R$ 56.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 56.000,00**
	20001 - Secretaria Municipal de Agricultura, Meio Ambiente e Abastecimento.			
	2.75 - Prog . Abast .Dágua Zona Rural / u rb ana			
		1150 - 3.3.90.39.00 - Outros Serviços de Terceiros - Pessoa Jurídica	Fonte: 15000000	R$ 50.000,00
Total da Ação:				**R$ 50.000,00**
Total da Unidade Orçamentária:				**R$ 50.000,00**

Art. 3º. - Este decreto entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

São Fernando/RN, 17 de agosto de 2026.

GENILSON MEDEIROS MAIA
Prefeito do Município de São Fernando/RN

Publicado por:
Caio César de Medeiros
Código Identificador:53C9F296

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DO SABUGI

GABINETE DO PREFEITO
DECRETO Nº 6.639

Dispõe sobre a reterritorialização da Atenção Primária à Saúde, a reorganização das áreas e microáreas das Estratégias Saúde da Família, a vinculação territorial dos Agentes Comunitários de Saúde e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE SÃO JOÃO DO SABUGI-RN, no uso das atribuições que lhe confere a Lei Orgânica Municipal,
CONSIDERANDO que a saúde é direito de todos e dever do Estado e que as ações e os serviços públicos de saúde integram uma rede regionalizada e hierarquizada, organizada segundo as diretrizes previstas nos arts. 196 e 198 da Constituição Federal;
CONSIDERANDO os princípios e diretrizes do Sistema Único de Saúde, especialmente a universalidade de acesso, a integralidade da assistência, a igualdade, a descentralização, a regionalização, a hierarquização e a capacidade de resolução dos serviços, previstos na Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990;
CONSIDERANDO que compete à direção municipal do SUS planejar, organizar, controlar, avaliar, gerir e executar os serviços públicos de saúde no âmbito local, nos termos do art. 18 da Lei Federal nº 8.080, de 1990;
CONSIDERANDO a Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, especialmente os arts. 3º e 6º, que disciplinam as atividades do Agente Comunitário de Saúde em sua área geográfica de atuação e atribuem ao ente federativo responsável a definição dessa área, observados os parâmetros do Ministério da Saúde, a geografia, a demografia, a distinção entre zonas urbana e rural, a acessibilidade e a vulnerabilidade da comunidade;
CONSIDERANDO a Política Nacional de Atenção Básica, constante do Anexo XXII da Portaria de Consolidação GM/MS nº 2, de 28 de setembro de 2017, e suas alterações, que reconhece a territorialização, a população adscrita, o vínculo, a continuidade e a coordenação do cuidado como elementos estruturantes da Atenção Primária à Saúde;
CONSIDERANDO que a Estratégia Saúde da Família constitui modelo prioritário de organização da Atenção Primária, devendo atuar como porta de entrada preferencial do SUS, com acesso facilitado, proximidade territorial, responsabilização sanitária e acompanhamento longitudinal das pessoas e famílias;
CONSIDERANDO a necessidade de atualizar os limites das áreas e microáreas em razão das mudanças demográficas, urbanas, rurais, sociais e epidemiológicas ocorridas no Município, corrigir sobreposições e vazios assistenciais e promover distribuição mais equitativa da população entre as equipes e os Agentes Comunitários de Saúde;
CONSIDERANDO o diagnóstico territorial elaborado pela Secretaria Municipal de Saúde, consolidado no Processo de Reterritorialização com mapas, cadastros, estimativas populacionais e análise de acessibilidade e vulnerabilidade;
CONSIDERANDO a necessidade de assegurar que cada pessoa esteja vinculada à equipe de referência mais próxima e adequada ao seu território, sem interrupção do acompanhamento e com preservação dos vínculos assistenciais durante a transição;

DECRETA:
Art. 1º Fica aprovada a reterritorialização da Atenção Primária à Saúde do Município de São João do Sabugi-RN, com a redefinição das áreas de abrangência das Estratégias Saúde da Família, de suas microáreas e da correspondente vinculação territorial dos Agentes Comunitários de Saúde, conforme este Decreto e seus Anexos.
§ 1º A reterritorialização tem por finalidade aproximar a população de sua unidade e equipe de referência, facilitar o acesso, fortalecer a Atenção Primária como porta de entrada preferencial do SUS, equilibrar a distribuição da população adscrita e qualificar a continuidade, a coordenação e a integralidade do cuidado.
§ 2º Os mapas, memoriais descritivos, relação de logradouros e localidades, quantitativos populacionais e demais documentos técnicos integrantes do Processo de Reterritorialização constituem a base técnica deste Decreto.
Art. 2º As áreas de abrangência das Estratégias Saúde da Família e as microáreas passam a ter a denominação, a numeração, a vinculação à Unidade Básica de Saúde, à equipe e ao Agente Comunitário de Saúde indicadas no Anexo I.
Parágrafo único. Cada microárea será individualizada por mapa e memorial descritivo contendo, sempre que possível, seus limites, quantitativo estimado de pessoas e famílias e demais elementos necessários à identificação inequívoca do território.
Art. 3º Para fins de registro e execução da reterritorialização, o Anexo I indicará, para cada microárea, a correlação entre a numeração anterior e a nova numeração, a unidade e a equipe de referência e o Agente Comunitário de Saúde territorialmente vinculado.
Art. 4º Para fins exclusivamente de atualização da terminologia e de correlação entre a organização territorial existente à época dos processos seletivos públicos e a atual organização da Atenção Primária à Saúde, sem alteração das condições materiais de ingresso, as referências constantes

dos respectivos editais a "Programa Saúde da Família – PSF", equipe, setor, área ou microárea serão compatibilizadas com a organização vigente da Estratégia Saúde da Família – ESF e com a delimitação territorial estabelecida neste Decreto.

§ 1º A reterritorialização prevista neste Decreto não extingue o conceito técnico, territorial e cadastral de microárea, utilizado na organização da Atenção Primária à Saúde e nos sistemas oficiais de informação, passando a prevalecer, para todos os efeitos administrativos e operacionais, as novas denominações, numerações e delimitações territoriais estabelecidas neste Decreto e em seus Anexos.

§ 2º A alteração da nomenclatura da equipe, do número ou da identificação da microárea, da unidade de referência, dos códigos administrativos ou da forma de organização territorial não caracteriza, por si só, mudança da área para a qual o Agente Comunitário de Saúde foi selecionado, desde que preservada sua atuação na área da comunidade em que reside.

§ 3º A vinculação territorial do Agente Comunitário de Saúde observará, como requisito essencial, sua residência na área da comunidade em que exercerá suas atividades, nos termos do art. 6º, inciso I, da Lei Federal nº 11.350, de 5 de outubro de 2006, desde a data da publicação do edital do processo seletivo público, ressalvadas as exceções legalmente admitidas.

§ 4º Para efeito do disposto neste artigo, será considerada a área geográfica atualmente delimitada pelo Município, e não exclusivamente a numeração, nomenclatura ou subdivisão territorial constante do edital originário, desde que a nova delimitação mantenha o Agente Comunitário de Saúde no território da comunidade em que reside.

§ 5º A reterritorialização poderá promover a reorganização, ampliação, redução, renumeração, unificação ou subdivisão das áreas de atuação, bem como alterar a equipe ou a Unidade Básica de Saúde de referência, quando necessária à organização da Atenção Primária, desde que o Agente Comunitário de Saúde permaneça residindo e atuando na área da comunidade correspondente ao novo território.

Art. 5º Compete à Secretaria Municipal de Saúde, por intermédio da Coordenação da Atenção Primária:

I – coordenar a implantação da nova territorialização e manter atualizados os mapas e memoriais descritivos;

II – promover reuniões de alinhamento com as equipes e os Agentes Comunitários de Saúde;

III – organizar a transferência segura de cadastros, prontuários, acompanhamentos prioritários e informações indispensáveis à continuidade do cuidado;

IV – orientar a população sobre sua unidade, equipe e Agente Comunitário de Saúde de referência;

V – atualizar, no prazo tecnicamente necessário, o e-SUS APS, o Cadastro Nacional de Estabelecimentos de Saúde e os demais sistemas aplicáveis;

VI – monitorar cobertura, acesso, visitas, cadastros, população adscrita, áreas descobertas e eventuais inconsistências; e

VII – propor ajustes técnicos sempre que alterações territoriais ou assistenciais os tornarem necessários.

Art. 6º A implantação operacional da nova territorialização observará período de transição de 15 (quinze) dias, contado da publicação deste Decreto, destinado à atualização dos sistemas, transferência de cadastros, compartilhamento de informações, orientação das equipes e comunicação à população.

Parágrafo único. Durante o período de transição, as equipes de origem e de destino atuarão de forma articulada, de modo a evitar descontinuidade assistencial, duplicidade de registros ou ausência de acompanhamento.

Art. 7º A nova vinculação territorial e cadastral dos usuários observará a área correspondente ao endereço de residência, conforme a delimitação estabelecida nos anexos deste Decreto, sem prejuízo da continuidade dos tratamentos e acompanhamentos assistenciais já iniciados.

§ 1º À gestante que, na data da implantação da reterritorialização, estiver em acompanhamento pré-natal, será facultada, mediante manifestação registrada em prontuário, a continuidade do atendimento com a equipe de origem até a realização do parto e a conclusão do acompanhamento puerperal, segundo os protocolos assistenciais vigentes, salvo se optar pela transferência antecipada para a equipe responsável pelo novo território.

§ 2º Ao usuário em tratamento continuado ou acompanhamento de saúde já iniciado poderá ser assegurada a manutenção temporária do atendimento com a equipe de origem, pelo prazo de até 120 (cento e vinte) dias, quando a transferência imediata puder comprometer a segurança, a continuidade ou o resultado terapêutico, mediante avaliação e registro fundamentado do profissional responsável.

§ 3º A permanência temporária prevista nos §§ 1º e 2º refere-se exclusivamente à continuidade do acompanhamento assistencial, não impedindo a atualização da vinculação territorial e cadastral do usuário para a equipe responsável pelo seu endereço de residência.

§ 4º A prorrogação do prazo previsto no § 2º somente poderá ocorrer excepcionalmente, por prazo determinado, mediante justificativa clínica registrada em prontuário e autorização da Coordenação da Atenção Primária à Saúde, com indicação da nova data de reavaliação.

§ 5º Durante o período de transição assistencial, as equipes de origem e de destino deverão compartilhar as informações necessárias e adotar as providências destinadas a assegurar a continuidade, a segurança e a integralidade do cuidado.

Art. 8º Os ajustes meramente cadastrais, cartográficos ou de descrição de limites que não alterem substancialmente a área de abrangência poderão ser formalizados por portaria da Secretaria Municipal de Saúde, acompanhada de nota técnica e mapa atualizado.

Parágrafo único. Alterações substanciais de área, mudança de vinculação entre Estratégias Saúde da Família ou redefinições que afetem os requisitos legais de atuação dos Agentes Comunitários de Saúde deverão ser formalizadas por ato de igual hierarquia, precedido de análise técnica e jurídica.

Art. 9º A Secretaria Municipal de Saúde avaliará os resultados da reterritorialização decorridos 120 (cento e vinte) dias do término do período de transição previsto no art. 6º, considerando, entre outros elementos, cobertura territorial, acessibilidade, distribuição populacional, continuidade do cuidado, satisfação dos usuários e condições de trabalho das equipes.

Art. 10. Os casos omissos serão resolvidos pela Secretaria Municipal de Saúde, mediante manifestação da Assessoria Jurídica Municipal quando houver repercussão funcional ou jurídica.

Art. 11. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito Municipal de São João do Sabugi-RN
13 de agosto de 2026

ANÍBAL PEREIRA DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

FRANCISCO RAFAEL DE MORAIS FERNANDES
Secretário Municipal de Saúde

ANEXO I
QUADRO DE RETERRITORIALIZAÇÃO DAS MICROÁREAS E VINCULAÇÃO DOS ACS

MICROÁREA ANTERIOR	MICROÁREA NOVA	UNIDADE DE SAÚDE/ESF DE REFERÊNCIA	ACS
12	01	MARIA SONIA DE MEDEIROS GALVÃO E FERNANDES	KATIA REJANE DE ARAUJO MEDEIROS
38	02	MARIA SONIA DE MEDEIROS GALVÃO E FERNANDES	NELMA DE SOUSA
11	03	MARIA SONIA DE MEDEIROS GALVÃO E FERNANDES	CLELIA SILVA
36	05	MARIA SONIA DE MEDEIROS GALVÃO E FERNANDES	MARLEIDE DE MEDEIROS SOUZA SANTOS

35	06	MARIA SONIA DE MEDEIROS GALVÃO E FERNANDES	MARIA IRAIDE DE MEDEIROS MARIZ
24	07	DRA. NUBIA JUCÁ DANTAS	GEIZA MARIA DE ARAUJO
23	08	DRA. NUBIA JUCÁ DANTAS	LYGIA DE MEDEIROS GORGONIO
33	09	DRA. NUBIA JUCÁ DANTAS	CIRO DE AZEVEDO GOMES
22	10	DRA. NUBIA JUCÁ DANTAS	CENISE MARIZ DE SOUZA
25	11	DRA. NUBIA JUCÁ DANTAS	HIGNO RUMENIGGUE SOUZA DOS SANTOS
31	12	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	RAIMUNDA JAICE MEDEIROS DE ARAUJO
34	13	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	LIDIANA ANDRADE DE MEDEIROS
32	14	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	EDINALDO ARAUJO DE LUCENA
37	15	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	EDNA FERNANDES DE BRITO
13	16	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	POLIANA MEDEIROS FONSECA
14	17	MARIA DE LOURDES MEDEIROS	RADILSON LOUCENA PEREIRA

ANEXO II
RELAÇÃO DE LOGRADOUROS, LOCALIDADES E LIMITES TERRITORIAIS POR MICROÁREA

Microárea 01 – ESF Maria Sônia de Medeiros Galvão e Fernandes	Rua Ananias Dantas, Rua Cicero Agostinho de Morais, Rua Eva Geracina, Rua Francisco Quinino, Rua Andrade Santana de Sousa, Rua Custódio José de Medeiros, Rua Jovelina Maria da Conceição, Rua Manoel Garcia, Rua Manoel Santana, Rua Sebastiana Nunes, Rua Severino Soares Pereira, Rua Cícero Caboclo de Morais, Rua Deodoro de Brito, Rua Ermita Santos de Assis, Rua Isabel Idalina de Azevedo, Rua João Batista de Oliveira, Travessa Joaquim Tobias de Lucena, Rua Juvenal Antônio de Medeiros, Rua Sebastiao Antônio Fernandes
Microárea 02 ESF – Maria Sônia de Medeiros Galvão e Fernandes	Rua Ananias Dantas, Rua Deodoro de Brito, Rua Eva Geracina, Rua Francisco Lins, Rua Francisco Quinino, Rua João Manoel, Rua João Vieira, Rua José Maria, Travessa José Maria, Rua Marinheiro José Lucena, Travessa Marinheiro José Lucena, Rua Sebastião Isidro de Morais, Rua Cipriano Alves da Costa
Microárea 03 ESF – Maria Sônia de Medeiros Galvão e Fernandes	Rua Antônio Gentil de Araujo, Rua Deodoro de Brito, Rua Francisco de Assis Dantas, Rua Francisco Lins, Rua Francisco Quinino, Rua João Fernandes de Lucena, Rua Joaquim Sabino de Azevedo, Rua Joaquim Tobias de Lucena, Rua Leão Fernandes de Brito, Rua Manoel Filadelfo Galvão, Rua Maria Generosa, Rua Emiller Raiane Mariz de Medeiros, Rua Gerônimo Quinino, Rua José da Costa, Rua Newton Morais, Rua Severino de Assis Dantas, Rua Isabel Idalina de Azevedo, Rua João Batista de Oliveira, Rua Sebastiao Antonio Fernandes
Microárea 05 ESF – Maria Sônia de Medeiros Galvão e Fernandes	Sítio Barra do Pau a Pique, Sítio Boa Vista, Sítio Bonito, Sítio Campo Grande, Sítio Mundo Novo, Sítio Pedras Pretas, Sítio Riacho do Salgado, Sítio Salgado dos Medeiros, Sítio Vaca Brava, Sítio Volta do Rio
Microárea 06 ESF – Maria Sônia de Medeiros Galvão e Fernandes	Sítio Barra do Logradouro, Sítio Caiçaras, Sítio Jatobá, Sítio Jerusalém, Sítio Macambira, Sítio Melado, Sítio Riacho do Melado, Sítio Vaca Brava
Microárea 07 ESF – Dra. Núbia Jucá Dantas	Rua Agostinho Santiago de Medeiros Brito, Rua Antônio Maciel de Medeiros, Rua Antônio Salviano de Souza, Rua Francisco Pereira Mariz, Rua Manoel Leandro de Araujo, Rua Maria Vasconcelos de Lima, Rua Moises Quinino, Rua Serafina Azevedo de Araújo, Rua Joaquim José de Lima, Rua Severino Martins, Rua Manoel Lucas de Araujo, Rua Rita Lustrosa Cabral, Rua Serafina de Azevedo, Rua Tobias Vieira de Medeiros, Rua José Candido de Morais, Rua Ezequiel Paulino de Lucena, Rua Lucas de Brito Filho, Rua Sebastião de Medeiros Brito
Microárea 08 ESF – Dra. Núbia Jucá Dantas	Rua Ana Paulina de Medeiros, Rua Ezequiel Paulino de Lucena, Rua Francisco Quinino, Avenida Honorio Maciel, Rua João Adelino de Souza, Rua José Lucas de Medeiros, Rua Manoel da Silva Braga, Rua Manoel Silvano de Medeiros, Rua Maria Vasconcelos Lima, Rua Moisés Quinino, Rua Padre José Salviano de Souza, Rua Padre Natanael, Rua Professor Antônio Carlos, Rua Sebastião de Medeiros Brito, Rua Tobias Vieira de Medeiros, Rua Geraído de Souza, Rua João Batista Fernandes Galvão, Rua Wilson Pereira Mariz
Microárea 09 ESF – Dra. Núbia Jucá Dantas	Rua Antônio Clementino de Morais, Rua Francisco Quinino, Avenida Honório Maciel, Rua João Januário, Rua João Manoel, Rua João Vieira, Rua José Maria, Rua José Perminio, Rua Marinheiro José Lucena, Rua Moisés Quinino, Rua Padre José Salvino de Souza, Rua Padre Natanael, Rua Professor Antônio Carlos, Rua Virgílio Carlos, Sítio Barragem do Cipó, Sítio Carcará, Sítio Dois Corações, Sítio Volta do Rio.
Microárea 10 ESF – Dra. Núbia Jucá Dantas	Rua Antônio Maciel de Medeiros, Rua Antônio Salviano de Souza, Rua Francisco Carneiro de Lucena, Rua Francisco Pereira Mariz, Rua João Paulino de Araujo, Rua Joaquim José de Lima, Rua Luiz Antônio de Medeiros, Rua Manoel Leandro de Araújo, Rua Projetada, Rua Rita Lustrosa Cabral, Rua Serafina Azevedo de Araújo, Rua Severino Martins, Rua Agostinho Santiago de Medeiros Brito.
Microárea 11 ESF – Dra. Núbia Jucá Dantas	Rua Izabel Idalina de Azevedo, Rua João Adelino de Souza, Rua Manoel da Silva Braga, Rua Manoel Lucas de Araujo, Rua Massilon Vieira de Medeiros, Rua Padre Natanael, Rua Pedro Nolasco Cavalcante, Rua Professor Antônio Carlos, Rua Sebastião de Medeiros Brito, Avenida Aldo Medeiros Filho, Rua Celina Neci de Medeiros Brito, Rua Gerônimo Quinino, Rua Jonas Alencar de Medeiros, Rua José Ribeiro, Rua Newton Morais, Rua Severino Salvino de Medeiro, Rua Antônio Gentil de Araujo, Rua Hercina Maria de Souza, , Rua Hugo Lino Nunes de Figueiredo, Rua João Adelino de Souza, , Rua Leodegário Irineu da Silva, Rua Lucas de Brito Filho, Rua Manoel da Silva Braga, Rua Manoel Lucas de Araujo, Rua Massilon Vieira de Medeiros.
Microárea 12 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Rua Flavio Gorgônio, Rua Francisco Quinino, Rua João Bernardino Diniz, Rua João Manoel, Rua José Maria, Rua Lidio Alves do Nascimento, Rua Luiz Amâncio de Morais, Rua Maria do Patrocinio Fernandes, Rua Marinheiro José Lucena, Rua Projetada, Rua Sebastião Isidro de Morais, Rua Cipriano Alves da Costa, Rua Marinheiro José Lucena, Sítio Cachoerinha, Sítio Fazenda Velha, Sítio Jardim de Baixo, Sítio João Pinto de Cima, Sítio Pedras Pretas, Sítio Projetada, Sítio São João de Baixo, Sítio São João de Cima, Sítio São Pedro, Sítio Serrote Agudo.
Microárea 13 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Sítio Acampamento, Sítio Barra, Sítio Cachos, Sítio Carnaubinha, Sítio Marrecas, Sítio Quitéria, Sítio Riacho do Cipó, Sítio Santo Antônio, Sítio Saquinho, Sítio Várzea do Serrote, Sítio Vila da Barra.
Microárea 14 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Sítio Barro Vermelho, Sítio Brejinho, Sítio Carcanjo, Sítio Cacimba da Ilha, Sítio Caeira, Sítio Campos Alegres, Sítio Cordeiro, Sítio Fidelis, Sítio Juá, Sítio Lagoa do Alto, Sítio Mata Fome, Sítio Matinha, Sítio Mossoró, Sítio Mulungu, Sítio Pau D'arco, Sítio Poço do Cercado, Sítio Riacho das Pedras, Sítio Riacho de Fora, Sítio Sacramento, Sítio Valentino Gomes.
Microárea 15 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Rua Basílio Gorgônio, Rua Doutor Gorgônio Artur, Rua Doutor João de Brito, Rua Eva Geracina, Rua Flavio Gorgônio, Rua Francisco Lins, Rua João Manoel, Travessa Professor José Quintino, Rua Severino Ramos, Rua Tenente Antônio de Medeiros, Rua Valmira Morais
Microárea 16 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Rua Agostinho de Medeiros Rocha, Largo Ana de Souza, Praça Antônio Quintino de Araujo, Rua Basílio Gorgônio, Avenida Honório Maciel, Rua João Manoel, Travessa José Horácio, Rua Expedicionário Luiz Agatangelo Neto, Rua Manoel Mafra, Travessa Manoel Marcelino, Rua Padre Joaquim Felix, Rua Professor Antônio Carlos, Rua Professor Manoel Martiniano, Avenida Tenente Antônio de Medeiros, Rua Virgílio Carlos
Microárea 17 ESF – Maria de Lourdes Medeiros	Rua Antônio Basilio, Rua Doutor Gorgônio Artur, Rua Doutor João de Brito, Rua Francisco Lins, Rua Francisco Quinino, Avenida Honório Maciel, Rua João Manoel, Rua João Vieira, Rua José Maria, Travessa Marinheiro José Lucena, Rua Professor Manoel Martiniano, Avenida Tenente Antônio de Medeiros

Publicado por:
Alexandre Medeiros Dos Santos
Código Identificador:681ECB44

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO PAULO DO POTENGI

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-SRP

Processo Administrativo nº 1016/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fardamento, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e dos demais órgãos da Administração do Município de São Paulo do Potengi/RN..

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA ME**		
CNPJ: **11.886.312/0001-60**	Telefone: **84-3214-4489**	Email: **mf.comercio@hotmail.com**
Endereço: **Rua dos colibris, 33, Conj. Alameda Pototiguar, São Gonsalo do Amarante/RN, CEP: 59.296-545**		
Representante: **Maria de Fátima Araújo Silva** - CPF: **652.XXX.XXX-68**		

AGRUPAMENTO 02

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0002639 - CAMISETA GOLA POLO PIQUET: modelos masculina, feminina e babylook, em TECIDO PIQUET, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (Com serigrafia), cores a definir.	MF	Unidade	845,000000	35,720	30.183,40
10	0002638 - CAMISETA GOLA POLO MALHA PV: modelos masculina, feminina e babylook, em malha PV, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria(com serigrafia), cores a definir.	MF	Unidade	902,000000	34,540	31.155,08
14	0002636 - CAMISETA GOLA PÓLO MANGA LONGA: modelos masculina e feminina em tecido piquet, com serigrafia, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG, conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (sublimação frente, costa e do lado direito da manga), cores a definir.	MF	Unidade	140,000000	38,400	5.376,00
20	0015376 - CAMISA GOLA PÓLO MANGA LONGA 50% algodão e 50% poliéster, em malha pique, cor azul, gola e ponta da manga em amarelo, tamanhos PP, P, M, G, GG, extra GG, com logos de dimensão altura x largura: Vigilância Ambiental de 6 cm x 8 cm no bolso frontal. Nas costas: Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN de 12 cm x 12 cm, da Secretaria Municipal de Saúde de 8 cm x 8 cm e do SUS de 6 cm x 14 cm. ACE	MF	Unidade	100,000000	43,820	4.382,00
VALOR GLOBAL						**71.096,48**

AGRUPAMENTO 05

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0002637 - CALÇA JEANS: Tamanho variado e confeccionado sob medida do tamanho 34 a 46. com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (sublimação no bolso traseiro do lado direito).	MF	Unidade	100,000000	80,870	8.087,00
22	0015378 - CAMISA DRY UV: gola U, manga longa, 100% poliéster, unissex, cores variadas, tamanhos PP, P, M, G, GG, extra GG, conforme solicitação da Secretaria.	MF	Unidade	100,000000	68,940	6.894,00
23	0008316 - CALÇA JOGGER CARGO CORTA VENTO : cor preta, 100% poliéster, elástica na cintura, cordão para ajuste na cintura, com bolsos na parte da frente, lateral e traseira, Tamanhos variados.	MF	Unidade	40,000000	152,940	6.117,60
VALOR GLOBAL						**21.098,60**

Importa a presente em R$ 92.195,08, (noventa e dois mil, cento e noventa e cinco reais e oito centavos). VIGÊNCIA: 17/08/2027.

São Paulo do Potengi/RN, 17 de agosto de 2026.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Maria de Fátima Araújo Silva –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:DDAF5389

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 030/2026 - PREGÃO ELETRÔNICO Nº 008/2026-SRP

Processo Administrativo nº 1016/2026

OBJETO: Registro de Preços para futura e eventual aquisição de fardamento, destinada a atender às necessidades da Secretaria Municipal de Educação e dos demais órgãos da Administração do Município de São Paulo do Potengi/RN..

ÓRGÃO GERENCIADOR: MUNICIPIO DE SÃO PAULO DO POTENGI/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MARIA DE FATIMA ARAÚJO SILVA ME**		
CNPJ: **11.886.312/0001-60**	Telefone: **84-3214-4489**	Email: **mf.comercio@hotmail.com**
Endereço: **Rua dos colibris, 33, Conj. Alameda Pototiguar, São Gonsalo do Amarante/RN, CEP: 59.296-545**		
Representante: **Maria de Fátima Araújo Silva** - CPF: **652.XXX.XXX-68**		

AGRUPAMENTO 02

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
7	0002639 - CAMISETA GOLA POLO PIQUET: modelos masculina, feminina e babylook, em TECIDO PIQUET, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (Com serigrafia), cores a definir.	MF	Unidade	845,000000	35,720	30.183,40
10	0002638 - CAMISETA GOLA POLO MALHA PV: modelos masculina, feminina e babylook, em malha PV, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria(com serigrafia), cores a definir.	MF	Unidade	902,000000	34,540	31.155,08
14	0002636 - CAMISETA GOLA PÓLO MANGA LONGA: modelos masculina e feminina em tecido piquet, com serigrafia, tamanhos PP, P, M,G,GG, extra GG, conforme solicitação da Secretaria, com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (sublimação frente, costa e do lado direito da manga), cores a definir.	MF	Unidade	140,000000	38,400	5.376,00
20	0015376 - CAMISA GOLA PÓLO MANGA LONGA 50% algodão e 50% poliéster, em malha pique, cor azul, gola e ponta da manga em amarelo, tamanhos PP, P, M, G, GG, extra GG, com logos de dimensão altura x largura: Vigilância Ambiental de 6 cm x 8 cm no bolso frontal. Nas costas: Prefeitura Municipal de São Paulo do Potengi/RN de 12 cm x 12 cm, da Secretaria Municipal de Saúde de 8 cm x 8 cm e do SUS de 6 cm x 14 cm. ACE	MF	Unidade	100,000000	43,820	4.382,00
VALOR GLOBAL						**71.096,48**

AGRUPAMENTO 05

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0002637 - CALÇA JEANS: Tamanho variado e confeccionado sob medida do tamanho 34 a 46. com logotipos silcado de acordo com a necessidade da secretaria (sublimação no bolso traseiro do lado direito).	MF	Unidade	100,000000	80,870	8.087,00

22	0015378 - CAMISA DRY UV: gola U, manga longa, 100% poliéster, unissex, cores variadas, tamanhos PP, P, M, G, GG, extra GG, conforme solicitação da Secretaria.	MF	Unidade	100,000000	68,940	6.894,00
23	0008316 - CALÇA JOGGER CARGO CORTA VENTO : cor preta, 100% poliéster, elástica na cintura, cordão para ajuste na cintura, com bolsos na parte da frente, lateral e traseira, Tamanhos variados.	MF	Unidade	40,000000	152,940	6.117,60
VALOR GLOBAL						**21.098,60**

Importa a presente em R$ 92.195,08, (noventa e dois mil, cento e noventa e cinco reais e oito centavos). VIGÊNCIA: 17/08/2027.

São Paulo do Potengi/RN, 17 de agosto de 2026.

ASSINATURAS: Eugênio Pacelli Araújo Souto /Pelo Órgão Gerenciador e Maria de Fátima Araújo Silva –Titular/pelo Fornecedor.

Publicado por:
Silmax Lei Fonseca de Souza
Código Identificador:60F097BF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SÃO VICENTE

SECRETARIA MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
RESOLUÇÃO Nº 003, DE 17 DE AGOSTO DE 2026

Dispõe sobre a aprovação, em caráter preliminar, de Projetos de Organizações da Sociedade Civil (OSCs) que poderão ser financiados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA do município de São Vicente/RN, em conformidade com o Edital de Chamamento Público 002/2026 – CMDCA.

O CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE de São Vicente/RN, conforme reunião da Comissão de Seleção realizada no dia 17 de agosto de 2026, no uso de suas atribuições legais que lhe confere a Lei Municipal nº 538/2015 e complementares,

RESOLVE:

Art. 1º Aprovar o Projetos descritos a seguir, que serão financiados pelo Fundo Municipal para a Infância e Adolescência - FIA do município de São Vicente/RN no valor de R$ 18.000,00, na forma do Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – CMDCA, tendo sido considerada a sua viabilidade após análise dos membros do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente, em conformidade com os critérios do Item 5 do Edital, por ordem de classificação:

CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
1º	**Natação que transforma: esporte, inclusão e cidadania**	**Associação de Desenvolvimento Comunitário da Baixa do Sítio**	**10**	**Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	- O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo público amplo, sendo a proposta em indicadores, além de ter sido considerado um projeto inovador para a área rural do município, que é tão pouco assistida com esse tipo de ação.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 - O projeto atingiu os eixos 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5 do Edital 002/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 - A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
2º	**De volta ao primeiro amor**	**Paróquia de São Vicente Férrer**	**10**	**Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	- O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta considerado importante na promoção do Protagonismo juvenil, liderança, do fortalecimento de vínculos familiares e comunitários, do desenvolvimento ético dos jovens e participação solidária em sociedade, além de ofertar atividades voltadas ao socioemocional dos jovens.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 - O Projeto atingiu os eixos 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.5 do Edital 002/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0).	2,0		

CRITÉRIO "E"	- Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	- A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
3º	**Polícia Mirim: missão continuada**	**ONG Força da Luiza**	**10**	**Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta, por no mínimo 12 meses, com projeção de utilização contínua para anos subsequentes, sendo uma oportunidade de promover valores, educação, saúde, esporte, afastamento de crianças e adolescentes de situações de riscos.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 - O Projeto atingiu todos os eixos do Edital 002/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 - A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
4º	**Crescer com direitos: esporte, educação, cidadania e proteção**	**Associação Desportiva e Cultural Sevilha**	**10**	**Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 - O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta, por no mínimo 12 meses, com projeção de utilização contínua e ofertando para além do esporte, práticas educativas, de inclusão social, fortalecimento de vínculos e prevenção de violações de direitos.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 - O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo aos eixos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3 e 4.5.4 do Edital 002/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 - A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
5º	**Jiu-jitsu e Cidadania – Etapa II: continuidade, permanência e graduação**	**Associação Jovens no Tatame**	**10**	**Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 - O Projeto atingiu nota máxima neste item, sendo o desenvolvimento da proposta de suma importância para a continuidade da promoção do desenvolvimento integral de crianças e adolescentes envolvendo desenvolvimento escolar, disciplina e cidadania, para além do esporte.		
CRITÉRIO "B"	- Grau pleno de adequação (2,0) - Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	2,0 - O Projeto atingiu os eixos 4.5.1, 4.5.2, 4.5.3, 4.5.4 e 4.5.6 do Edital 002/2026 - CMDCA		
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho.		
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.		
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 - A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.		
CLASSIFICAÇÃO	**NOME DO PROJETO**	**INSTITUIÇÃO EXECUTORA**	**PONTUAÇÃO**	**ANÁLISE**
6º	**Pequenos Empreendedores Grandes Ideias**	**Avance Jr .Consultoria**	**9**	**Não Selecionado**
JUSTIFICATIVA CONFORME CRITÉRIOS DE JULGAMENTO (Item 5.3.2 do Edital)				
CRITÉRIO "A"	- Grau pleno de atendimento (4,0 pontos) - Grau satisfatório de atendimento (2,0 pontos) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	4,0 - O Projeto atingiu nota máxima neste item, atendendo público amplo, sendo a proposta bem		
	- Grau pleno de adequação (2,0)	1,0		

CRITÉRIO "B"	- Grau satisfatório de adequação (1,0) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de adequação (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica a eliminação da proposta.	- O Projeto atingiu pontuação referente ao Grau satisfatório neste item, atendendo apenas os eixos 4.5.2, 4.5.3, e 4.5.4 do Edital 002/2026 - CMDCA
CRITÉRIO "C"	- Grau pleno da descrição (1,0) - Grau satisfatório da descrição (0,5) - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	1,0 - Atendeu em grau pleno apresentando nexo entre a descrição da realidade territorial com o projeto conforme plano de trabalho e diagnóstico apresentado na justificativa.
CRITÉRIO "D"	- O valor global proposto é coerente com o valor de referência (1,0). - O valor global proposto é superior ao valor de referência (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério NÃO implica a eliminação da proposta, haja vista que, o valor estimado é apenas uma referência.	1,0 - O valor global proposto foi coerente com o projeto apresentado.
CRITÉRIO "E"	- Grau pleno de capacidade técnico-operacional (2,0). - Grau satisfatório de capacidade técnico-operacional (1,0). - O não atendimento ou o atendimento insatisfatório do requisito de capacidade técnico-operacional (0,0). OBS.: A atribuição de nota "zero" neste critério implica eliminação da proposta.	2,0 - A instituição possui capacidade técnico-operacional para execução do projeto conforme regularidade da entidade e o anexo apresentado.

Art. 2º Deliberar pelo repasse de recursos do FIA às 05 (cinco) primeiras entidades classificadas acima, no valor de R$ 18.000,00 (dezoito mil reais) para cada instituição que se inscreveu no Edital de Chamamento Público nº 002/2026 – CMDCA apresentando projetos de atendimento a crianças e adolescentes neste município.

Art. 3º Considerar APTAS as instituições acima mencionadas, cuja documentação apresentada foi analisada e considerada regular pelos membros deste Conselho.

Art. 4º Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação.

São Vicente/RN, 17 de agosto de 2026.

CILLANE MAYARA DE MEDEIROS LOPES FURTADO
Presidente do CMDCA

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:052C100F

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 272/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 82

CONTRATO Nº.....: 272

ORIGEM.....: Inexigibilidade - 40/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA CNPJ: 01.146.871/0001-80 ENDEREÇO rua Zanzibar,, 322 , Casa Verde, São Paulo/SP CEP:02512010

OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE PROJETOS PEDAGÓGICOS DESTINADOS A TODAS AS UNIDADES ESCOLARES DA REDE MUNICIPAL
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	Projeto Pedagógico - Babyteca - Acervo de livros para faixa etária de 6 meses a 6 anos incompletos, composta por 45 livros classificados em: Livros pop-ups, livros 3-D, livros com DVD, livros sonoros, livros de toque e sinta, livros com dedoches, livros de pano e histórias, acondicionados em contêiner com rodinhas, para facilitar o transporte dos livros e o acesso as crianças.	Kit	02	4.150,00	8.300,00
2	Projeto Pedagógico - Gibiteca - Acervo composto por 150 gibis com os principais personagens das histórias em quadrinhos, leitura agradável para todos os alunos. Acompanha estante confeccionado em madeira prensada (MDF) e madeira maciça, impresso em silk-screen. Medidas: altura:1,10mlargura: 0,55m. Atende o Ensino Fundamental I e II.	Kit	01	2.690,00	2.690,00
3	Projeto Pedagógico - Jogando e Aprendendo - Acervo de jogos pedagógicos que estimulam a aprendizagem na área motora, matemática e alfabetização. Composto por 16 jogos em madeiras MDF, mais acervo de 8 livros técnico-pedagógico que orientam o uso de jogos na aprendizagem. Atende Ensino fundamental I.	Kit	01	3.290,00	3.290,00
4	Espaço Lúdico Montessoriano - Faz de Conta espaço lúdico montessoriano para crianças da educação infantil, ambiente especialmente projetado para estimular o desenvolvimento da educação infantil dentro dos pilares da educação montessoriana autoeducação, educação como ciência, educação cósmica, ambiente preparado, criança equilibrada e adulto preparado formado por: móveis de brincar, organizadores de livros e brinquedos, acervo com 120 livros, jogos e brinquedos de madeira, brinquedos faz de conta, mesa com cadeiras e tapete sensorial	UND	01	36.990,00	36.990,00
5	Projeto Pedagógico - Alfabetização no Tempo Certo conjunto pedagógico específico para alfabetização escolar de crianças da educação infantil e anos iniciais da educação fundamental, ambiente especialmente projetado para estimular o desenvolvimento da alfabetização das crianças, promovendo a alfabetização na idade certa	Conjunto	01	58.900,00	58.900,00

VALOR TOTAL.....: R$ 110.170,00 (cento e dez mil, cento e setenta reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa:
• 12.365.0025.2023 – Manutenção da Educação Infantil;
• 12.122.0027.2015 – Manutenção da Secretaria de Educação;
Elemento de despesa:

• 44.90.52.00 – Equipamentos e Material Permanente.
Subelemento de despesa:
• 44.90.52.99 – Outros Equipamentos e Material Permanente.
Fonte:
• 1500100100 - Receita e Impostos de Transferência – Educação;
• 1542000000 – Transferência do FUNDEB, Complemento União VAAT

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 11 de agosto de 2027, contados do(a) da de assinatura do contrato, improrrogável, na forma da Lei n° 14.133/2021.

DATA DA ASSINATURA ELETRONICA.....:

PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 14/08/2026 08:05:29

PELA CONTRATADA: PAE EDITORA E DISTRIBUIDORA DE LIVROS LTDA - CNPJ: 01.XXX.XXX/XXXX-80 - Assinado em: 14/08/2026 10:14:45

FISCAL DO CONTRATO: GEOVANNA EMÍLIA SILVA SANTANA - CPF: 121.XXX.XXX-06 - Assinado em: 14/08/2026 09:21:21

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:6581FBC3

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 273/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 24

CONTRATO Nº.....: 273

ORIGEM.....: Dispensa - 5/2026

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: PALOMA ANTONIELLE ARRUDA CARNEIRO LTDA CNPJ: 57.405.254/0001-07 ENDEREÇO EST DAS CORUJAS, 9997 POVOADO CORUJA, ZONA RURAL, GUANAMBI/BA CEP:46430000

OBJETO.....: AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA ACADEMIAS AO AR LIVRE.
ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	APARELHO PRESSÃO DE PERNAS DUPLO Fortalece a musculatura das coxas e quadris. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 4 x 3 mm: 3 1 x 3,75; 2 x 2 mm; 2 x 3 mm; Chapas de aço carbono de no mínimo 4.75 mm para reforço de estrutura do equipamento e 2 mm para banco e encosto com dimensões de 335 mm x 315 mm e estampados com bordas arredondadas. Tubo de aco carbono trefilado 2 x UND 04 5.50 mm SCHEDULE 80 (60.30 mm x 49.22 mm). De cor azul e verde.	UND	02	2.100,0000	4.200,00
2	MULTIEXERCITADOR: Seis Funcões: 1°) Flexor de Pernas; 2°) Extensor de Pernas; 3°) Supino reto sentado: 4°) Supino inclinado sentado: 5°) Rotacão Vertica Individual: 6°) Puxada Alta. Fortalece, alonga, e aumenta a flexibilidade dos membros superiores e inferiores. Fabricado com tubos de aco carbono de no mínimo 2 % x 2 mm: 2 x 2 mm: 1 %2 x 3 mm: 1 %2 x 1.50 mm: 1 x 1.50 mm 34 x 3.00: 3%4 x 1.20; oblongo de no mínimo 20mm x 48mm x 1.20mm. Barra redonda 1/ Chapas de aco carbono de no mínimo 9.52mm: 6.35mm: 4.75mm: 3mm: 1.90mm: Barra chata 3/16 x 1 ¥4 : 1/8 x UND 34. Tubo de aco carbono trefilado 2 x 5.50 mm SCHEDULE 80 (60,30x49,22). Utiliza-se pinos macicos. todos rolamentados (rolamentos duplos). tratamento de superficie a base de fosfato; película protetiva de resina de poliéster termo-endurecível colorido com sistema de deposição de pó eletrostático, batentes redondos de borracha flexível (53mm x 30mm). solda mig, bucha acetal, chumbador parabout de no mínimo 3/8. parafusos zincados. arruelas e porcas fixadoras; tampão em embutido externo de metal de 2 /4. De cor azul e verde.	UND	02	3.000,0000	6.000,00
3	REMADA SENTADA CONVERGENTE: remada articulada - linha lander (tubo 3' polegadas), tubos de aço carbono com espessura mínima de 2,25m, chapas em aço carbono cortadas em laser de alta precisão, pintura eletrostática a pó com tratamento anticorrosivo, estofados confeccionados em Éva e revestidos com courvim anti-mofo e anti-chamas, regulagem de altura do assento, regulagem da profundidade do apoio do peito, pedal para iniciar o exercício, trazendo as pegadas para trás, evitando assim lesões para retirar os braços do aparelho da posicão inicial e traze-los de volta após o exercício, pegada fixa no centro do equipamento para realizar movimentos unilaterais. sapatas emborrachadas reforçadas que deixa o aparelho sem contato direto com o chão, e protege os tubos da base. De cor azul e verde.	UND	02	1.500,0000	3.000,00
4	ROTACÃO VERTICAL COM DUPLO DIAGONAL: Fortalece os membros superiores. melhorando a coordenação motora e a mobilidade das articulações e cotovelos. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3 12 x 2 mm; 2 x 2 mm; 1 x 1,50 mm; 34 x 1,20 mm. Tubo trefilado redondo DIN (55 mm x 44 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 3 mm para reforço de estrutura. De cor azul e verde.	UND	02	1.700,0000	3.400,00
5	SIMULADOR DE CAMINHADA DUPLO: Tubos redondo de aco inox 304 de no mínimo 2 12 x 2,00 mm: 2 x 2.00 mm: 1%2 x 1,50 mm. Chapas de aço carbono de no mínimo 4.75 mm e 1.90 mm. SOLDA: Tipo TIG. ACABAMENTOS: Utiliza-se rolamentos blindados. Tampão embutido interno em plástico injetado de no mínimo 2 com acabamento esférico acompanhando a dimensão externa do tubo, acabamentos em plástico inietado e/ou emborrachado. Pisantes confeccionados em plástico (injetado). Parafusos, arruelas e porcas fixadoras em aço inox. De cor azul e verde.	UND	02	2.400,0000	4.800,00
6	SURF DUPLO: Melhora a flexibilidade e agilidade dos membros inferiores, quadris e região lombar. Fabricado com tubos de aço carbono de no mínimo 3 %2 x 3,75 mm; 2 x 2 mm; 1 12 x 1,50 mm; 1 x 1,50 mm. Tubo em aco carbono trefilado SCHEDULE 80 (73 mm x 58,98 mm). Chapas de aço carbono de no mínimo 4,75mm para reforço da estrutura e 1,90 mm para apoio de pé. De cor azul e verde.	UND	02	1.900,0000	3.800,00

VALOR TOTAL.....: R$ 25.200,00 (vinte e cinco mil e duzentos reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....: As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do Município deste exercício, na dotação abaixo discriminada:
Programa: 15.452.0009.2055 – Manutenção da Secr. Mun. de Obras e Serviços Urbanos; Elemento de despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e materiais permanentes Subelemento de despesa: 44.90.52.99 – Outros Equipamentos e materiais permanentes Fonte: 15000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação será de 12 (doze) meses a contar da assinatura do contrato, por se tratar de um serviço não continuado não há o que falar em prorrogação, de acordo com a lei 14.133/2021, Art. 105 e 206.

DATA DA ASSINATURA ELETRONICA.....:

PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 12/08/2026 14:30:46
PELA CONTRATADA: Paloma Antonielle Arruda Carneiro - CPF: 012.XXX.XXX-79 - Assinado em: 12/08/2026 16:01:50
FISCAL DO CONTRATO: Stepherson David Araújo Soares - CPF: 093.XXX.XXX-70 - Assinado em: 12/08/2026 15:07:32

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:60347651

SETOR DE LICITAÇÕES E CONTRATOS
EXTRATO DE CONTRATO Nº 280/2026

PROCESSO ADMINISTRATIVO: 125/2025

CONTRATO Nº.....: 280/2026

ORIGEM.....: Pregão Eletrônico - 15/2025

CONTRATANTE.....: MUNICIPIO DE SAO VICENTE CNPJ: 08.308.470/0001-29 ENDEREÇO PRACA JOAQUIM ARAUJO FILHO, 84 , CENTRO, SÃO VICENTE/RN CEP:59340000

CONTRATADA(O).....: NILDO FREITAS DANTAS CNPJ: 01.034.997/0001-63 ENDEREÇO Rua Juarez Távora, 232 Loja, Pombal, Pombal/PB CEP:58840000

OBJETO.....: AQUISIÇÃO FUTURA E EVENTUAL DE ELÉTRICOS E ELETROELETRÔNICOS.

ITENS:

Seq.	Descrição	Unidade	Marca	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
4	AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO-TETO 30.000 BTUS AR CONDICIONADO TIPO SPLIT PISO-TETO 30.000 BTUs: Capacidade de Refrigeração (BTUs): ì30.000 BTUs, Voltagem: 220 V, Compressor: Rotativo, Cor: Branco, Baixo ruído, Controle ìde temperatura, Display Digital, Função Sleep, Função Swing, Velocidades Low, Med e ìHigh, Composto de 01 unidade interna (evaporadora) e 01 unidade externa ì(condensadora), Serpentina de Cobre, Filtro Anti-pó, Controle remoto, Com selo Procel ìpadrão A, Garantia mínima de 12 meses.	UN	Philco/Britânia	02	R$ 4.200,00	R$ 8.400,00
8	ESPREMEDOR DE FRUTAS ESPREMEDOR DE FRUTAS: capacidade mínima da jarra de 1,25 litros, dimensões aproximada ìAltura: 22 cm - Largura: 24 cm , com peso aproximado de 800g, com seletor de polpa e ìtampa, na cor branco. 220 Volts. Potência no mínimo de 30watts. Garantia de no mínimo ì6 meses.	UN	Mondial	02	R$ 100,00	R$ 200,00
13	REFRIGERADOR, com duas portas (dúplex); REFRIGERADOR, com duas portas (dúplex), capacidade interna total de armazenagem igual ìou superior a 405 (quatrocentos e CINCO) litros, sistema "frost free", que impeça a iformação de gelo no interior do equipamento, compartimento extra frio na parte ìsuperior do refrigerador, gaveta interna para legumes na parte inferior do ìrefrigerador, com pelo menos duas prateleiras removíveis e reguláveis em diferentes ìalturas, além da tampa da gaveta de legumes e das prateleiras das portas, desprovido ìde dispenser de água,com gaveta para cubos de gelo no congelador, função ?congelamento ìrápido?, ajuste de temperatura do refrigerador com pelo menos três níveis, lâmpadas ìinternas para iluminação ,alarme de porta aberta, com pés niveladores, com gás ìecológico, isento de CFC TENSÃO/FREQUÊNCIA: 220 V/60 Hz direta (sem uso de ìtransformador), com tomada compatível com padrão ABNT NBR 14136: 2012, .MEDIDA(S): 72 ìcm x 195 cm x 76 cm, de largura x altura x profundidade (medidas máximas). COR(ES): ìbranca, preferencialmente. GARANTIA MÍNIMA: 12 (doze) meses, contados da data do ìrecebimento definitivo. ACONDICIONAMENTO: embalagem original de fábrica, com ìidentificação e origem do material. OBSERVAÇÃO (ÕES): certificação pelo IN ìMETRO/PROCEL com o padrão "A" de consumo de eletricidade.	UN	Midea	01	R$ 3.189,00	R$ 3.189,00

VALOR TOTAL.....: R$ 11.789,00 (onze mil, setecentos e oitenta e nove reais)

PROGRAMA DE TRABALHO.....:. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral do município deste exercício, na dotação abaixo discriminada: Programa: 04.122.0005.2004 – Manutenção da Secr. Mun. de Administração e Recursos Humanos; Elemento de despesa: 44.90.52.00 – Equipamentos e Materiais Permanentes; Subelemento de despesa: 44.90.52.99 – Outros Equipamentos e Materiais Permanentes; Fonte: 150000000 - Recursos não vinculados de Impostos

VIGÊNCIA.....: O prazo de vigência da contratação é até 13 de agosto de 2027 contados do(a) da de assinatura do contrato

ASSINAM:.....:
PELA CONTRATANTE: Jane Maria Soares de Medeiros - CPF: 031.XXX.XXX-06 - Assinado em: 14/08/2026 08:05:28
FISCAL DO CONTRATO: Eric Yan da Silva - CPF: 142.XXX.XXX-07 - Assinado em: 13/08/2026 17:52:22
PELA CONTRATADA: Nildo Freitas Dantas ME - CNPJ: 01.XXX.XXX/XXXX-63 - Assinado em: 17/08/2026 14:02:01

Publicado por:
Jose Taliz da Silva
Código Identificador:CBA140FF

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR ELÓI DE SOUZA

COMISSÃO DE CONTRATAÇÃO
TERMO DE ADESÃO N° 011/2026

O Prefeito Municipal de Senador Elói de Souza/RN, no uso de suas atribuições**, RESOLVE:**

DECLARAR, para todos os fins, que através do Processo nº 078/2026, da Adesão a Ata de Registro de Preço - ARP nº 025/2025, relativo ao Pregão Eletrônico (SRP) nº 016/2025 – Prefeitura Municipal de Lagoa Salgada/RN, destinada a ***"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E TRATORES, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO...",*** de acordo com as normas estabelecidas pelo edital de contrato e no item de especificação e quantidade abaixo discriminada.

DECLARA, ainda que todos os atos do Órgão Gerenciador da Ata de "Registro de Preços, subsequentes a esta anuência fica desde já RATIFICADOS, salvo aqueles que alterem substancialmente o objeto e o quantitativo.

EMPRESA: G&B COMERCIO E SERVIÇOS LTDA
CNPJ: 33.133.378/0001-12
ENDEREÇO: Avenida Paulo Afonso, 4078, Nova Esperança, Parnamirim/RN – CEP: 59.144-000

OBJETO

"CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA NA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE VEÍCULOS, MÁQUINAS E TRATORES, COM FORNECIMENTO E SUBSTITUIÇÃO DE PEÇAS PERTENCENTES A FROTA DO MUNICÍPIO DE SENADOR ELÓI DE SOUZA/RN, MEDIANTE MAIOR PERCENTUAL DE DESCONTO."

ESPECIFICAÇÃO / DETALHAMENTO TÉCNICO / VALOR

GRUPO 01 – VEÍCULOS LEVES						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT.**	**UNIDADE**	**VALOR**	**%**	**VALOR ESTIMADO**
01	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	1	UNIDADE	-	15%	R$125.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA.	500	HORA	R$191,50	2%	R$187,67
03	SERVIÇO DE REBOQUE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	500	KM	R$8,00	2%	R$7,84
					19%	**R$222.755,00**

GRUPO 02 – VEÍCULOS MÉDIOS						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT.**	**UNIDADE**	**VALOR**	**%**	**VALOR ESTIMADO**
01	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	1	UNIDADE	-	15%	R$125.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA.	500	HORA	R$179,00	2%	R$175,42
03	SERVIÇO DE REBOQUE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	500	KM	R$11,50	2%	R$11,27
					19%	**R$218.345,00**

GRUPO 03 – VEÍCULOS PESADOS						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT.**	**UNIDADE**	**VALOR**	**%**	**VALOR ESTIMADO**
01	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	1	UNIDADE	-	15%	R$150.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA.	500	HORA	R$199,73	2%	R$195,73
03	SERVIÇO DE REBOQUE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	500	KM	R$15,62	2%	R$15,30
					19%	**R$255.515,00**

GRUPO 04 – MÁQUINAS PESADAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS						
ITEM	**ESPECIFICAÇÃO**	**QUANT**	**UNIDADE**	**VALOR**	**%**	**VALOR ESTIMADO**
01	FORNECIMENTO DE PEÇAS E ACESSÓRIOS	1	UNIDADE	-	16%	R$150.000,00
02	PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO, INCLUINDO-SE TODOS OS SERVIÇOS DE MECÂNICA PREVENTIVA.	500	HORA	R$190,90	2%	R$187,08
03	SERVIÇO DE REBOQUE EM TODO TERRITÓRIO NACIONAL	500	KM	R$16,88	2%	R$16,54
					20%	**R$251.810,00**

VALOR TOTAL DOS LOTES	**R$948.425,00**

Senador Elói de Souza/RN, 17 de agosto de 2026.

KERGINALDO MEDEIROS DE ARAÚJO JUNIOR
Prefeito Municipal
Senador Elói de Souza/RN
Contratante

FERNANDA BERNARDINO DA SILVA
CPF: 099.512.604-62
Representante Da Empresa:
G&B Comercio E Serviços LTDA
CNPJ: 33.133.378/0001-12
Contratada

Publicado por:
Jose Lucio Junior da Silva
Código Identificador:D60EE26D

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO

GABINETE DO PREFEITO
PORTARIA Nº 96/2026 – GAB.

PORTARIA Nº 96/2026 – GAB.

Altera o "Quadro de Detalhamento das Despesas - QDD" da Unidade Orçamentária que especifica e dá outras providências.

O Prefeito MUNICIPAL DE SENADOR GEORGINO AVELINO/RN, no uso de suas atribuições legais que lhes são conferidas na Lei Orgânica desde Município e na Lei Orçamentária vigente.

RESOLVE:

Art. 1º - Remanejar o valor de R$ 1.908.000,00 (um milhão, novecentos e oito mil reais) constante no QDD - Quadro de Detalhamento das Despesas aprovado desta prefeitura, para reforço da dotação orçamentária especificada no Anexo I desta Portaria.
Art. 2º - Constitui fonte de recursos para efetivação do remanejamento de que trata o artigo anterior, a anulação de igual importância da dotação orçamentária discriminada no Anexo II desta Portaria.
Art. 3º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Senador Georgino Avelino/RN, 01 de junho de 2026.

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito do Município de Senador Georgino Avelino/RN.

Unidade Orçamentária	Ação	Natureza	Fonte	Região	Valor
Anexo I (Acréscimo)					**1.908.000,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**4.000,00**
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
	2008 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**2.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	2.000,00
03 .001 Sec.Mun.de Planejamento e Administração					**64.000,00**
	2012 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planej. e Administração				**59.000,00**
		3.1.90.91 SENTENÇAS JUDICIAIS	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	24.000,00
	2013 Contribuição à AMLAP, FEMURN e a CNM				**5.000,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15000000	0001	5.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**49.000,00**
	1008 Amortização da Dívida junto ao INSS				**29.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	29.000,00
	2017 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Finanças				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	16.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	4.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**50.000,00**
	2020 Manut. das ações que visem o cumprimento das metas do PME do ensino fundamental				**3.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001001	0001	3.000,00
	2024 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação				**47.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001001	0001	32.000,00
		3.3.90.48 OUTROS AUXÍLIOS FINANCEIROS A PESSOAS FÍSICAS	15001001	0001	5.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001001	0001	6.000,00
06 .002 Fundo de Man e Des da Educação Básica					**350.000,00**
	1020 Ampliação e Reforma da Escola Municipal Jessé Pinto Freire.				**57.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	57.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%				**56.000,00**
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15400000	0001	56.000,00
	2035 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%				**80.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	80.000,00
	2038 Manutenção do Ensino em Tempo Integral - Fundamental				**33.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	33.000,00
	2040 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - FUNDEB 70%				**24.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	2.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	5.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	17.000,00
	2041 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - VAAT/VAAF/VAAR				**80.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15420000	0001	80.000,00
	2042 Manutenção do Ensino em Tempo Integral - Infantil.				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15400000	0001	9.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Programa de Jovens e Adultos - EJA - FUNDEB 70%				**11.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15431070	0001	11.000,00
07 .001 Sec. Mun. de Infra Estrut. e Proj Especiais					**330.000,00**
	1026 Construção e Recuperação de Pavimentação de Ruas.				**240.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15703110	0001	240.000,00
	2045 Manutenção das Ações da Secretaria de Infraestrutura e Proj. Especiais				**70.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	70.000,00
	2048 Manutenção das Ações da Coordenadoria de Limpeza Pública				**20.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**672.000,00**
	1043 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel.				**200.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	16013110	0001	200.000,00
	2054 Manutenção das Ações da Programa de Atenção Primária em Saúde - PACS				**3.000,00**

		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	3.000,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**374.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001002	0001	34.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	84.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15001002	0001	15.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16000000	0001	25.000,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	16003110	0001	38.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16003110	0001	148.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16050000	0001	21.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
	2056 Manutenção das Ações do Incentivo Financeiro da APS - Desempenho				**3.000,00**
		3.1.90.16 OUTRAS DESPESAS VARIÁVEIS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	3.000,00
	2061 Manutenção das Ações de Saúde da População para Procedimentos no MAC.				**89.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001002	0001	89.000,00
	2064 Manutenção das Ações da Assistência para Agentes de Combate as Endemias.				**3.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16040000	0001	3.000,00
09 .001 Sec. Mun. de Trab. Hab. e Assistência Social					**314.000,00**
	2067 Manutenção das Ações da Secretaria Mun. de Trabalho Hab. e Assistência Social				**3.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	3.000,00
	2070 Desenv. das Ações de Construção e Reforma de Habitação de Interesse Social				**311.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	311.000,00
09 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**6.000,00**
	2075 Primeira Infância no SUAS - Criança Feliz				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	2.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16600000	0001	3.000,00
	2080 Bloco da Proteção Social Básica				**1.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16600000	0001	1.000,00
10 .001 Sec. Mun. de Turismo e Desenv. Econômico					**1.000,00**
	2085 Manutenção das Ações da Secretaria Munic. de Turismo e Desenvolvimento Econômico				**1.000,00**
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	1.000,00
14 .001 Sec. Mun. de Cultura, Esporte e Lazer					**68.000,00**
	1060 Manutenção do Ginásio Poliesportivo.				**40.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15000000	0001	40.000,00
	2089 Manutenção das Ações da Secretaria Munic. de Cultura, Esporte e Lazer				**21.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	20.000,00
	2090 Apoio a Eventos Culturais				**7.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	7.000,00
Anexo II (Redução)					**1.908.000,00**
02 .001 Gabinete do Prefeito					**107.000,00**
	2002 Manutenção das Ações da Procuradoria Jurídica				**14.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
	2003 Manutenção das Ações do Gabinete do Prefeito				**91.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	17.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	64.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	5.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	2.000,00
	2007 Manutenção das Ações da Controladoria Municipal				**1.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
	2008 Manutenção das Ações do Conselho Tutelar da Criança e do Adolescente				**1.000,00**
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
03 .001 Sec.Mun.de Planejamento e Administração					**64.000,00**
	2011 Contribuição para Formação do Patrimônio do Servidor Público - PASEP				**5.000,00**
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	5.000,00
	2012 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Planej. e Administração				**59.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	35.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	14.000,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	9.000,00
04 .001 Secretaria Municipal de Finanças					**94.000,00**
	1007 amortização da Dívida junto a CAERN				**29.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	29.000,00
	1008 Amortização da Dívida junto ao INSS				**1.000,00**
		3.2.90.21 JUROS SOBRE A DÍVIDA POR CONTRATO	15000000	0001	1.000,00
	1010 Amortização da Dívida junto ao TJ-RN				**40.000,00**
		4.6.90.71 PRINCIPAL DA DÍVIDA CONTRATUAL RESGATADO	15000000	0001	40.000,00
	2017 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Finanças				**24.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	1.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	9.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	2.000,00
		3.3.90.14 DIÁRIAS - CIVIL	15000000	0001	500,00
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15000000	0001	1.900,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15000000	0001	500,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15000000	0001	950,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15000000	0001	950,00
		3.3.90.40 SERVIÇOS DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	2.900,00
		3.3.90.47 OBRIGAÇÕES TRIBUTÁRIAS E CONTRIBUTIVAS	15000000	0001	150,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	150,00
		3.3.90.93 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES	15000000	0001	4.000,00
06 .001 Secretaria Municipal de Educação					**529.000,00**
	1018 Construção, Reforma e ampliação de Escolas.				**349.000,00**

		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15690000	0001	29.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17540000	0001	320.000,00
	2020 Manut. das ações que visem o cumprimento das metas do PME do ensino fundamental				**3.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15001001	0001	3.000,00
	2024 Manutenção das Ações da Secretaria Municipal de Educação				**177.000,00**
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	15001001	0001	5.000,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15001001	0001	166.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001001	0001	6.000,00
06 .002 Fundo de Man e Des da Educação Básica					**452.000,00**
	1021 Aquisição de Veículos e Outros Equipamentos				**57.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15690000	0001	57.000,00
	1022 Construção, Ampliação e Reforma de Escol a de Ensino Fundamental - FUNDEB-30%				**99.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15400000	0001	99.000,00
	2034 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 30%				**59.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	35.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15400000	0001	20.000,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15400000	0001	1.000,00
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15400000	0001	3.000,00
	2035 Manutenção das Ações do Ensino Fundamental - FUNDEB 70%				**122.650,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	4.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	116.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	750,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15401070	0001	1.900,00
	2039 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - FUNDEB 30%				**80.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15400000	0001	19.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15400000	0001	30.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15400000	0001	31.000,00
	2040 Manutenção das Ações do Ensino Infantil - FUNDEB 70%				**7.800,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	1.700,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	600,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	5.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	100,00
		3.1.90.94 INDENIZAÇÕES E RESTITUIÇÕES TRABALHISTAS	15401070	0001	400,00
	2042 Manutenção do Ensino em Tempo Integral - Infantil.				**9.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15690000	0001	9.000,00
	2043 Manutenção das Ações do Programa de Jovens e Adultos - EJA - FUNDEB 70%				**17.550,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15401070	0001	2.900,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15401070	0001	13.900,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15401070	0001	450,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15401070	0001	300,00
07 .001 Sec. Mun. de Infra Estrut. e Proj Especiais					**190.000,00**
	1026 Construção e Recuperação de Pavimentação de Ruas.				**100.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	17000000	0001	100.000,00
	1031 Manutenção dos Cemitérios Públicos				**8.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	8.000,00
	1032 Construção e Manutenção de Calçadas				**11.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	11.000,00
	1034 Urbanização de Acessos.				**1.000,00**
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	15000000	0001	1.000,00
	2045 Manutenção das Ações da Secretaria de Infraestrutura e Proj. Especiais				**70.000,00**
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	15000000	0001	70.000,00
08 .002 Fundo Municipal de Saúde					**434.000,00**
	1041 Ampliação e Reforma das Unidades Básicas de Saúde - UBS				**25.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16310000	0001	25.000,00
	1042 Construção, Reforma e Ampliação de Polo de Academia da Saúde.				**19.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	11.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16010000	0001	8.000,00
	1043 Aquisição de Veículos e Unidade Móvel.				**8.000,00**
		4.4.90.52 EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	15001002	0001	8.000,00
	1045 Construção e Instalação do Centro de Especialidades Medicas.				**156.000,00**
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	15001002	0001	49.000,00
		4.4.90.51 OBRAS E INSTALAÇÕES	16013110	0001	107.000,00
	2054 Manutenção das Ações da Programa de Atenção Primária em Saúde - PACS				**63.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16040000	0001	55.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16040000	0001	4.000,00
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	16040000	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	16040000	0001	300,00
		3.3.90.33 PASSAGENS E DESPESAS COM LOCOMOÇÃO	16040000	0001	900,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	16040000	0001	900,00
		3.3.90.39 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA JURÍDICA	16040000	0001	900,00
	2055 Manutenção das Ações do Fundo Municipal de Saúde				**116.900,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	49.000,00
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16000000	0001	3.000,00
		3.1.90.13 OBRIGAÇÕES PATRONAIS	16050000	0001	21.000,00
		3.3.30.41 CONTRIBUIÇÕES	15001002	0001	1.000,00
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15001002	0001	6.000,00
		3.3.90.35 SERVIÇOS DE CONSULTORIA	15001002	0001	9.000,00
		3.3.90.36 OUTROS SERVIÇOS DE TERCEIROS - PESSOA FÍSICA	15001002	0001	20.000,00
		3.3.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15001002	0001	7.900,00
	2062 Manutenção das Ações dos Serviços de Assistência Farmacêutica do SUS.				**9.000,00**
		3.3.90.30 MATERIAL DE CONSUMO	15001002	0001	9.000,00
	2063 Manutenção das Ações do Programa da Vigilância Sanitária				**19.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15001002	0001	19.000,00
	2105 Manutenção das Ações Junto a COPIRN				**18.100,00**
		3.3.71.70 RATEIO PELA PARTICIPAÇÃO EM CONSÓRCIO PÚBLICO	15001002	0001	18.100,00
09 .001 Sec. Mun. de Trab. Hab. e Assistência Social					**3.000,00**
	2067 Manutenção das Ações da Secretaria Mun. de Trabalho Hab. e Assistência Social				**3.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	15000000	0001	3.000,00
09 .002 Fundo Municipal de Assistência Social					**6.000,00**

	2078 Bloco de Gestão do SUAS - IGD/SUAS				**1.000,00**
		3.1.90.04 CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO	16600000	0001	1.000,00
	2079 Gestão Administrativa do Fundo de Assistência Social				**5.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	16600000	0001	5.000,00
10 .001 Sec. Mun. de Turismo e Desenv. Econômico					**1.000,00**
	2085 Manutenção das Ações da Secretaria Munic. de Turismo e Desenvolvimento Econômico				**1.000,00**
		3.1.90.92 DESPESAS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	15000000	0001	1.000,00
14 .001 Sec. Mun. de Cultura, Esporte e Lazer					**28.000,00**
	2089 Manutenção das Ações da Secretaria Munic. de Cultura, Esporte e Lazer				**21.000,00**
		3.1.90.11 VENCIMENTOS E VANTAGENS FIXAS - PESSOAL CIVIL	15000000	0001	20.000,00
		3.3.90.31 PREMIAÇÕES CULTURAIS, ARTÍSTICAS, CIENTÍFICAS, DESPORTIVAS E OUTRAS	15000000	0001	1.000,00
	2090 Apoio a Eventos Culturais				**7.000,00**
		3.3.90.32 MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA	15000000	0001	7.000,00

ANTONIO MARCOS FREIRE
Prefeito do Município de Senador Georgino Avelino/RN.

Publicado por:
Larissa Medeiros Freire Ferreira
Código Identificador:3FD6558F

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE SEVERIANO MELO

SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO
ANEXO À LEI MUNICIPAL Nº 800/2026

Prefeitura Municipal de Severiano Melo						
AV BENVENUTO HOLANDA, 209 - CENTRO - 59.856-000 - Severiano Melo/ RN						
CNPJ: 08.358.046/0001-99	compraspmsmrn@severianomelo.		**Usuário:** Hugo Ricardo	**Chave de Autenticação Digital**		
				1763-2679-468		
Proposta de Alteração Orçamentária						
				Valores em R$		
Número: 2/2026						
Data: 11/02/2026						
Autoriza o Poder Executivo Municipal a abrir crédito adicional do por superavit e suplementação ao orçamento vigente e dá outras providências.						
Despesas a Reduzir:						
Unidade Gestora			**Despesa LOA**			**Valor**
2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo			604			250.000,00
Total a Reduzir:						**250.000,00**
Despesas a Acrescer:						
Unidade Gestora	**Despesa LOA**	**Valor**	**Movimento**	**Fonte de Suplementação**		
				Tipo	**Origem**	**Convenio**
4 - Fundo Municipal de Assistência Social	836	250.000,00	Suplementação de despesa	Anulação de Despesa	Outras origens	
4 - Fundo Municipal de Assistência Social	836	258.000,00	Suplementação de despesa	Superavit Financeiro	Outras origens	
Total a Acrescer:						**508.000,00**
Complemento: DESPESA A SER REDUZIDA						
Unidade gestora: 2 - Prefeitura Municipal de Severiano Melo						
Órgão orçamentário: 2000 - Poder Executivo						
Unidade orçamentária: 2007 - Sec Mun de Obras, Transporte e Urbanismo						
Função: 26 - Transporte						
Subfunção: 782 - Transporte Rodoviário						
Programa: 15 - Infraestrutura em Ordem						
Ação: 1.10 - Políticas voltadas ao sistema viário, trânsito e ciclovias						
Despesa 604 4.4.90.51.00 Obras e Instalações						
Valor a ser reduzido R$ 250.000,00						
DESPESA A SER ACRESCIDA						
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Função: 16 - Habitação						
Subfunção: 481 - Habitação Rural						
Programa: 8 - Habitação Cidadã						
Ação: 1.15 - Construção de moradias populares						
Despesa 836 4.4.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas						
Valor a ser acrescido R$ 250.000,00						
Unidade gestora: 4 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Órgão orçamentário: 4000 - Fundo Municipal de Assistência Social						
Unidade orçamentária: 4001 - SECRETARIA MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO E ASSISTÊNCIA SOCIAL						
Função: 16 - Habitação						
Subfunção: 481 - Habitação Rural						
Programa: 8 - Habitação Cidadã						
Ação: 1.15 - Construção de moradias populares						
Despesa 836 4.4.90.48.00 Outros Auxílios Financeiros a Pessoas Físicas						
Valor a ser acrescido por superávit financeiro R$ 250.000,00						

Publicado por:
José Hudson de Almeida
Código Identificador:93DC0422

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 37/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Processo Administrativo nº 608201/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**		
CNPJ: **12.559.500/0001-47**	Telefone: **(004) 73278-1661**	Email:
Endereço: **Rua Toríbio Soares Pereira, 678 Sala 01, Iririú, Joinville/SC, CEP: 89227-200**		
Representante: **Aldo Machado de Souza Neto** - CPF: **584.824.079-53**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0032733 - FLAUTA TRANSVERSAL: nova, com afinação em Dó, corpo com acabamento prateado, estojo com kit de limpeza e chave de manutenção.	STANFORD	UNIDADE	30,000000	599,000	17.970,00
5	0032737 - CLARINETE COM 17 CHAVES: novo, afinação em Si bemol, chaves niqueladas, parafusos em aço inoxidável, estojo com alças de mão, tipo mochila, boquilha, braçadeira, palheta e itens para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	2,000000	530,000	1.060,00
6	0032738 - SAXOFONE RETO: novo, com corpo laqueado e chaves de latão, afinação em Si bemol, parafusos em aço inoxidável, tudel curvo ou reto, chave Bb grave articulada, estojo com alças de mão, tipo mochila, boquilha, braçadeira palheta e itens para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	2,000000	1.735,000	3.470,00
7	0032739 - SAXOFONE ALTO NOVO: laqueado, em latão, afinação em Mi bemol, parafusos em aço inoxidável, tudel curvo, estojo com alças de mão, tipo mochila, boquilha, braçadeira, palheta, itens para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	4,000000	1.610,000	6.440,00
8	0032740 - SAXOFONE TENOR NOVO: laqueado, em latão, afinação em Si bemol, parafusos em aço inoxidável, tudel curvo, estojo com alças de mão, tipo mochila, boquilha, braçadeira, palheta, itens para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	4,000000	2.090,000	8.360,00
9	0032741 - TROMPA DE HARMONIA: nova, laqueada, afinação Fá/ Si bemol, calibre 12mm, campana 310 mm, 04 rotores com válvulas rotativas, estojo com alças de mão, tipo mochila, bocal e materiais para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	2,000000	3.110,000	6.220,00
10	0032742 - TROMPETE NOVO: laqueado, com afinação em Si bemol, botões perolizados, anel fixo na terceira pompa, calibre 11,70 mm, campana 124 mm, curva da terceira pompa removível, válvulas em aço inoxidável, gatilho na 1ª e 3ª pompa, com estojo com alças de mão tipo mochila, bocal e materiais para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	3,000000	600,000	1.800,00
11	0032743 - TROMBONE DE VARA: novo, niquelado, afinação Si bemol/Fá, com rotor, calibre 13,9 mm, estojo com alças de mão, tipo mochila, bocal e materiais para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	11,000000	1.210,000	13.310,00
12	0032744 - BOMBARDINO NOVO: niquelado, 3pistos, afinação Si bemol, campana com 280 mm, calibre 13,4 mm, estojo com alças de mão, tipo mochila, bocal e materiais para limpeza e manutenção	STANFORD	UNIDADE	2,000000	2.048,320	4.096,64
32	0032780 - Quadriton 8" 10" 12" 13" Form Branca Aro Chapa Preto Pele	STANFORD	Unid	1,000000	863,710	863,71
35	0032783 - Caixa tenor de marcha com colete - dimensões de 14"x12"	STANFORD	Unid	1,000000	527,570	527,57

Importa a presente em R$ **64.117,92 (sessenta e quatro mil, cento e dezessete reais e noventa e dois centavos)**.
VIGÊNCIA: **03 de agosto de 2027**.

TANGARÁ/RN, **03 de agosto de 2026**.

ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador **GS COMERCIO DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**. CNPJ Nº **12.559.500/0001-47** Aldo Machado de Souza Neto CPF de número **584.824.079-53** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:2B2CA804

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 39/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Processo Administrativo nº 608201/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**		
CNPJ: **46.700.625/0002-48**	Telefone: **27997711600**	Email:
Endereço: **Rua Doutor Moacyr Leite, 131 -, Treze de Julho, Aracaju/SE, CEP: 49020-285**		
Representante: **PAULO SERGIO RORIZ** - CPF: **101.014.201-10**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
3	0032735 - FLAUTA DOCE CONTRALTO-PROFISSIONAL: Fabricada em resina ABS com acabamento similar às madeiras Ébano ou Rosewood. A cabeça da flauta (Apito) deve ter canal de ar arqueado e o dedilhado (digitação) Barroco. Afinação em Fá. Estojo incluso.	Quasar	UNIDADE	30,000000	179,400	5.382,00
4	0032736 - FLAUTA DOCE TENOR-PROFISSIONAL: Fabricada em resina ABS com acabamento similar às madeiras Ébano ou Rosewood. A cabeça da flauta (Apito) deve ter canal de ar arqueado e o dedilhado (digitação) Barroco. Afinação em Dó. Estojo incluso.	Quasar	UNIDADE	30,000000	645,990	19.379,70
13	0032745 - ESTANTE DE FERRO PARA PARTITURA: retrátil, dobrável, com três pés emborrachados, altura 28 cm, comprimento 41 cm e profundidade 2,6 cm.	Quasar	UNIDADE	20,000000	46,460	929,20

Importa a presente em R$ **25.690,90 (vinte e cinco mil, seiscentos e noventa reais e noventa centavos)**.
VIGÊNCIA: **03 de agosto de 2027**. TANGARÁ/RN, **03 de agosto de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal/**Pelo Órgão Gerenciador **BR3 COMERCIO E DISTRIBUICAO LTDA**. CNPJ Nº **46.700.625/0002-48** PAULO SERGIO RORIZ CPF de número **101.014.201-10** cargo **Representante** – Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:2FF03BC4

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 40/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 20/2026

Processo Administrativo nº 608201/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **ARTE MUSICAL DISTRIBUIDORA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**		
CNPJ: **42.676.495/0001-13**	Telefone: **(084) 98880-8778**	Email:
Endereço: **Rua Nossa Senhora de Lourdes, 218 , Tirol, Natal/RN, CEP: 59015-260**		
Representante: **Djissonah Shin De Souza** - CPF: **076.273.024-20**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
15	0032747 - CAPA PARA VIOLÃO CLÁSSICO: Capa do tipo Semi case, bem acolchoada, com espuma isomanta de no mínimo 10mm, confeccionado em nylon 600, nylon 900 ou cordura 500, com isolamento térmico e bolsos	SONATA	UNIDADE	10,000000	64,000	640,00
16	0032748 - ENCORDOAMENTO VIOLÃO NYLON: Encordoamento com 6 cordas, de tensão média, timbre suave, cordas graves com revestimento cobre prateado. Sem bolinha.	SAO GONÇALO	UNIDADE	100,000000	17,000	1.700,00
17	0032749 - TAMBOR TIPO "SURDO DE FANFARRA" ARO 14: Medidas: 14" x 30cm; Peso aproximado: 2,6 kg; Peles: leitosas; 6 afinadores em tirante; Corpo em alumisteel reforçado; Ferragens pretas; Aros tipo chapa, pretos.	LUEN	UNIDADE	6,000000	234,000	1.404,00
18	0032750 - CAIXA TIPO "TAROL DE FANFARRA" ARO 14: Medidas: 14" x 6cm; Pele batedeira leitosa super grossas P3 de 250 microns; Pele de resposta P0 de 75 microns; Esteira com 5 fios; 6 afinadores em tirante; Corpo em alumínio polido de alta resistência; Ferragens cromadas.	LUEN	UNIDADE	16,000000	193,000	3.088,00
19	0032751 - REPIQUE/REPINIQUE DE MÃO-REPIQUE: de 12 polegadas x 30 centímetros; e alumínio; com pele leitosa; repique de mão em alumínio polido; 12" x 30cm; 6 tarraxas de afinação pele em nylon (com chave de afinação); Com capa reforçada para proteção; Garantia mínima de um ano.	LUEN	UNIDADE	10,000000	209,000	2.090,00
20	0032752 - PRATOS - PAR DE 14 EM LATÃO: Para fanfarra, material: liga de latão, pratos com som brilhantes e grande projeção. Especificação: Diâmetro 14, 2 pratos (par) com 2 alças em algodão cada prato.	VANGUARDA	UNIDADE	13,000000	176,000	2.288,00
21	0032753 - BUMBO FUZILEIRO: Diâmetro 22 "(polegadas) = 56cm x 30cm largura; deve vim acompanhado de 01 par de maçanetas de Pelúcia; 01 Par de talabarte de nylon 2 ganchos.	LUEN	UNIDADE	10,000000	432,000	4.320,00
22	0032754 - PELE PARA FUZILEIRO 22" LEITOSA	IZZO	UNIDADE	32,000000	44,000	1.408,00
23	0032755 - BAQUETAS (MAÇANETAS) FUZILEIRO.	MASTER LIVERPOOL	UNIDADE	20,000000	17,600	352,00
24	0032756 - INSTRUMENTO MUSICAL – CAIXA: para fanfarra de 14 x25cm, fuste em alumínio náutico, aros em aço inox, com 08 afinadores, automático de esteira com 16 fios, lugs em poliamida reforçada com parafuso afinador em aço niquelado de rosca 7/32x45mm, equipado com pele de poliéster de 190 micra. Com baquetas.	LUEN	UNIDADE	10,000000	204,800	2.048,00
26	0032758 - PELE PARA REPIQUE Nº 08 LEITOSA	IZZO	UNIDADE	20,000000	12,000	240,00
27	0032759 - PELE PARA REPIQUE Nº 06 LEITOSA	IZZO	UNIDADE	20,000000	12,000	240,00
28	0032760 - BAQUETAS PARA CAIXA	MASTER LIVERPOOL	UNIDADE	40,000000	4,800	192,00
29	0032761 - BAQUETAS PARA SURDO	MASTER LIVERPOOL	UNIDADE	19,000000	10,000	190,00
30	0032762 - TALABÁS	SONATA	UNIDADE	40,000000	15,300	612,00
33	0032781 - Óleo Lubrificante V260 Para Trompete E Trombone 60ml	SCOTT	Unid	3,000000	27,000	81,00
34	0032782 - Pele 14" Resposta Leitosa Caixa Tarol Novo	IZZO	Unid	10,000000	17,600	176,00
36	0032785 - TIMBA TIPO MADEIRA VERNIZ 35X10 ARO PRETO	PHX	Unid	2,000000	187,000	374,00

Importa a presente em R$ **21.443,00 (vinte e um mil, quatrocentos e quarenta e três reais)**.
VIGÊNCIA: **03 de agosto de 2027**. TANGARÁ/RN, **03 de agosto de 2026**.
ASSINATURAS: Ana Lourdes Viana da Silva **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **ARTE MUSICAL DISTRIBUIDORA DE INSTRUMENTOS MUSICAIS LTDA**. CNPJ Nº **42.676.495/0001-13** Djissonah Shin De Souza CPF de número **076.273.024-20** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:2450395D

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 41/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

Processo Administrativo nº 608201/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA**		
CNPJ: **71.107.320/0001-93**	Telefone: **62982259866**	Email:
Endereço: **R FREI HENRIQUE, 618 APT 201, DA PROVIDENCIA, Pará de Minas/MG, CEP: 35660-970**		
Representante: **Marcelo Araújo Silva** - CPF: **039.081.586-13**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
2	0032734 - FLAUTA DOCE SOPRANO-PROFISSIONAL: Fabricada em resina ABS com acabamento similar às madeiras Ébano ou Rosewood. A cabeça da flauta (Apito) deve ter canal de ar arqueado e o dedilhado (digitação) Barroco. Afinação em Dó. Estojo incluso.	MEM	UNIDADE	100,000000	14,600	1.460,00

Importa a presente em R$ **1.460,00 (um mil, quatrocentos e sessenta reais)**.
VIGÊNCIA: **12 de agosto de 2027**. TANGARÁ/RN, **12 de agosto de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **MARCELO ARAUJO SILVA E CIA LTDA**. CNPJ Nº **71.107.320/0001-93** Marcelo Araújo Silva CPF de número **039.081.586-13** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:9106A0EA

CPL - COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 42/2026-PREGÃO ELETRÔNICO Nº 020/2026

Processo Administrativo nº 608201/2026
OBJETO: Aquisição de instrumentos musicais para as oficinas de música das escolas municipais vinculadas à Secretaria Municipal de Educação de Tangará/RN, destinados à promoção de atividades pedagógicas, culturais e socioeducativas, com o objetivo de estimular o desenvolvimento artístico, a criatividade e a formação integral dos alunos..
ÓRGÃO GERENCIADOR: PREFEITURA MUNICIPAL DE TANGARÁ/RN.

PRODUTOS – QUANTIDADES E PREÇOS REGISTRADOS E FORNECEDOR

Fornecedor: **CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA**		
CNPJ: **05.607.287/0001-36**	Telefone: **(043) 99918-7081**	Email:
Endereço: **RUA RIBEIRAO PRETO, 60 loja, centro, Ivaiporã/PR, CEP: 86870-000**		
Representante: **GILSON APARECIDO DOS SANTOS QUINTINO** - CPF: **018.021.409-80**		

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
14	0032746 - VIOLÃO CLÁSSICO NYLON ELÉTRICO – ESTUDANTE: Com tampo em Abeto ou Tilia (Basswood), fundo e lateral em Sapele ou Tilia e braço em Mogno ou Tilia. Com captação elétrica. Para uso destro. Os instrumentos deverão ser entregues regulados, prontos para uso.	giannini	UNIDADE	10,000000	686,000	6.860,00

Importa a presente em R$ **6.860,00 (seis mil, oitocentos e sessenta reais)**.
VIGÊNCIA: **12 de agosto de 2027**. TANGARÁ/RN, **12 de agosto de 2026**.
ASSINATURAS: AUGUSTO CÉSAR EMMANUEL PINHEIRO E ALVES **Prefeito Municipal**/Pelo Órgão Gerenciador **CENTRO MUSICAL IVAIPORA LTDA**. CNPJ Nº **05.607.287/0001-36** GILSON APARECIDO DOS SANTOS QUINTINO CPF de número **018.021.409-80** cargo **Representante** –Titular/pelo Fornecedor

Publicado por:
Luiz Antonio de Lima Neto
Código Identificador:B00A0CA1

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS

GABINETE CIVIL
EXTRATO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº 83/2026; PREGÃO ELETRÔNICO Nº 29/2026; PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº: 17100.000012/2026;

MODALIDADE: Pregão Eletrônico – Registro de Preços
OBJETO: Registro de Preços para eventual e futura aquisição de**pneus, câmaras de ar e protetores para pneus**, destinados à manutenção preventiva e corretiva da frota veicular da Prefeitura Municipal de Touros/RN, conforme especificações e quantitativos estimativos constantes no edital e neste extrato.

CONTRATANTE:
PREFEITURA MUNICIPAL DE TOUROS;
CNPJ: 08.234.155/0001-02.
CONTRATADA:
PNEUS SHOP LTDA
CNPJ: 09.524.685/0001-40.
Endereço: Avenida Bernardo Vieira, 216, Centro, Natal/RN, CEP: 59.051-000
Representante Legal: José Aurino Asevedo Lopes
CPF: 092.***.523-04.
ITENS REGISTRADOS

Item	Descrição	Marca	Unidade Medida	Quant.	Preço Unit.(R$)	Vlr. Total(R$)
1	0033730 - Câmara de Ar para Pneu 10.00-20 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	80	90,2	7.216,00
2	0033731 - Câmara de Ar para Pneu 12.4-24 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	40	135	5.400,00
3	0033732 - Câmara de Ar para Pneu 14.9-24 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	20	203	4.060,00
4	0033733 - Câmara de Ar para Pneu 18.4-30 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	20	308,5	6.170,00
5	0033734 - Câmara de Ar para Pneu 90/90-18 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	RINALDI	UND	80	56	4.480,00
6	0033735 - PNEU – 10.00-20 Dados Técnicos: Medida: 10.00-20	WESTLAKE	UND	80	1.249,00	99.920,00

	Largura: 10.00” Aro: 20 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.					
7	0033736 - PNEU – 12 16-5 Dados Técnicos: Medida: 12-16.5 Largura: 12” Aro: 16,5 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	20	898	17.960,00
8	0033737 - PNEU – 12.4-24 Dados Técnicos: Medida: 12,4-24 Largura: 12,4” Aro: 24 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	40	1.438,50	57.540,00
9	0033738 - PNEU – 14.00 - 24 Dados Técnicos: Medida: 14.00-24 Largura: 14.00” Aro: 24 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	BRASPLUS	UND	20	2.360,00	47.200,00
10	0033739 - PNEU – 14.9-24 Dados Técnicos: Medida: 14,9-24 Largura: 14,9” Aro: 24 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	20	2.030,39	40.607,80
11	0033740 - PNEU – 17,5-25 Dados Técnicos: Medida: 17,5-25 Largura: 17,5” Aro: 25 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	40	3.063,00	122.520,00
12	0033741 - PNEU – 175/70 R13 Dados Técnicos: Medida: 175/70 R13 Largura: 175 mm Perfil: 70% Aro: 13 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	DELMAX	UND	80	380	30.400,00
13	0033742 - PNEU – 175/70 R14 Dados Técnicos: Medida: 175/70 R14 Largura: 175 mm Perfil: 70% Aro: 14 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	FERRENTINO	UND	300	465	139.500,00
14	0033744 - PNEU – 18.4-30 Dados Técnicos: Medida: 18,4-30 Largura: 18,4” Aro: 30 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	20	3.143,00	62.860,00
15	0033745 - PNEU – 18.4-34 Dados Técnicos: Medida: 18.4-34 Largura: 18,4” Aro: 34 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	GRIPMASTER	UND	20	3.375,00	67.500,00
16	0033746 - PNEU – 185 R14 102/100P Dados Técnicos: Medida: 185/ R14 Largura: 185 mm Perfil: 80% Aro: 14 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	25	585	14.625,00
17	0033747 - PNEU – 185/65 R14 Dados Técnicos: Medida: 185/65 R14 Largura: 185 mm Perfil: 65% Aro: 14 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	80	495	39.600,00
18	0033748 - PNEU – 185/70 R14 Dados Técnicos: Medida: 185/70 R14 Largura: 185 mm Perfil: 70% Aro: 14 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	80	522	41.760,00
19	0033750 - PNEU – 19.5L- 24 Dados Técnicos: Medida: 19.5L R24 Largura: 19,5L” Aro: 24 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	GRIPMASTER	UND	30	4.918,00	147.540,00
20	0033751 - PNEU – 195/55 R15 Dados Técnicos: Medida: 195/55 R15 Largura: 195 mm Perfil: 55% Aro: 15 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	60	513	30.780,00
21	0033752 - PNEU – 195/65 R15 Dados Técnicos: Medida: 195/65 R15 Largura: 195 mm Perfil: 65% Aro: 15 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	100	339	33.900,00
22	0033753 - PNEU – 2.75-18 Dados Técnicos: Medida: 2.75-18 Largura: 2.75” Aro: 18 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	VIPAL	UND	40	141,5	5.660,00
23	0033754 - PNEU – 205/60 R15 Dados Técnicos: Medida: 205/60 R15 Largura: 2055 mm Perfil: 60% Aro: 15 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	50	314,5	15.725,00
24	0033755 - PNEU – 205/60 R16 Dados Técnicos: Medida: 205/60 R16 Largura: 205 mm Perfil: 60% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	100	338	33.800,00
25	0033756 - PNEU – 215/65 R16 Dados Técnicos: Medida: 215/65 R16 Largura: 215 mm Perfil: 65% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	60	349	20.940,00
26	0033757 - PNEU – 215/75 R16 Dados Técnicos: Medida: 215/75 R16 Largura: 215 mm Perfil: 75% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	40	534,16	21.366,40
27	0033758 - PNEU – 215/75 R17,5 Dados Técnicos: Medida: 215/75 R17,5 Largura: 215 mm Perfil: 75% Aro: 17,5 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	100	623,5	62.350,00
28	0033759 - PNEU – 225/65 R16 Dados Técnicos: Medida: 225/65 R16 Largura: 225 mm Perfil: 60% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAXTREK	UND	60	466,5	27.990,00
29	0033760 - PNEU – 225/75 R16 Dados Técnicos: Medida: 225/75 R16 Largura: 225 mm Perfil: 75% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	XBRI	UND	60	499	29.940,00
30	0033761 - PNEU – 235/75 R17.5 Dados Técnicos: Medida: 235/75 R17.5 Largura: 235 mm Perfil: 75% Aro: 17.5 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	150	785	117.750,00
31	0033762 - PNEU – 245/70 R16 Dados Técnicos: Medida: 245/70 R16 Largura: 245 mm Perfil: 70% Aro: 16 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	DURABLE	UND	50	546,1	27.305,00

32	0033765 - PNEU – 275/80 R22,5 Dados Técnicos: Medida: 275/80 R22,5 Largura: 275 mm Perfil: 80% Aro: 22,5 Tipo de Construção: Radial Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	MAGNUM	UND	500	1.249,50	624.750,00
33	0033766 - PNEU – 90/90-18 Dados Técnicos: Medida: 90/90-18 Largura: 90 mm Aro: 18 Tipo de Construção: Diagonal Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	VIPAL	UND	40	162,5	6.500,00
34	0033767 - Protetor para Pneu 10.00-20 Obs. Produto Novo, com garantia de 5(cinco)anos Contra Defeito de Fabricação e Certificado pelo IMETRO.	ABC VALADARES	UND	80	76	6.080,00

FUNDAMENTAÇÃO LEGAL: Lei Federal nº 14.133/2021 e legislação municipal correlata.
VIGÊNCIA:17 de agosto de 2026 a 17 de agosto de 2027.
DATA DA ASSINATURA: Touros/RN, 17 de agosto de 2026.
ASSINATURAS:
PEDRO FERREIRA DE FARIAS FILHO
Órgão Gestor – Prefeitura Municipal de Touros
JOSÉ AURINO ASEVEDO LOPES
Contratada – PNEUS SHOP LTDA

Publicado por:
Girlandio Dos Santos Nascimento
Código Identificador:ECF10677

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
CONTRATO DE FORNECIMENTO DE BENS Nº 047/2026

PROCESSO LICITATÓRIO. Nº 077/2026
ORIGEM: DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº. 038/2026

CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM A PREFEITURA MUNICIPAL DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA 32.013.412 IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO, PARA O FORNECIMENTO DE BENS CONFORME DISCRIMINADO NESTE INSTRUMENTO NA FORMA ABAIXO.

Pelo Presente instrumento, sendo de um lado como **CONTRATANTE**, a **Prefeitura Municipal de VÁRZEA/RN**, inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 08.168.940/0001-04, estabelecida na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea-RN, CEP: 59185 - 000, neste ato representado pelo **Prefeito Municipal**, **Senhor Getúlio Luciano Ribeiro, inscrito no CPF (MF) sob o nº 188.309.604-97, brasileiro, casado, economista, residente e domiciliado na Fazenda Várzea, Zona Rural, Várzea/RN** e do outro lado como **CONTRATADA**, a Empresa **32.013.412 IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO,** inscrita no CNPJ sob nº. **32.013.412/0001-52**, com sede na Rua Claudino do Rego, 03, Centro, VÁRZEA/RN, CEP: 59.185-000**,** neste ato, representada pelo, Sr. **IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO**, portador do CPF nº. 914.354.984-53, firmam o presente contrato, conforme especificações a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - DOS FUNDAMENTOS:

1.1. Este contrato decorre da Dispensa de Licitação nº. 038/2026, processada nos termos da Lei Federal nº 14.133, de 01 de abril de 2021; Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006 e demais legislação pertinente, consideradas as alterações posteriores das referidas normas, às quais os contratantes estão sujeitos como também às cláusulas deste contrato.

CLÁUSULA SEGUNDA - DO OBJETO:

2.1 O presente contrato, cuja lavratura foi autorizada, tem por objeto a Contratação de empresa especializada para o fornecimento de itens destinados à composição do Kit Natalidade, a ser concedido às gestantes acompanhadas pelo Grupo "Bem Gestar", vinculado à Secretaria Municipal de Assistência Social do Município de Várzea/RN, conforme especificações abaixo:

ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT	VLR UNT	VLR TOTAL
	BANHEIRA UNISSEX 20 LITROS EM POLIPROPILENO, **73,5 × 41,5 × 23,0 cm (C × L × A)**, capacidade de **20 litros**, fabricado em polipropileno livre de BPA	UND	60	R$45,69	R$2.741,40
	BOLSA MATERNIDADE UNISSEX COM 2 BOLSOS, ZIPER 30X41(AxL) COURO SINTETICO IMPERMEAVEL COM ALÇA	UND	60	R$96,55	R$5.793,00
	COLÔNIA INFANTIL 100 ML, Dermatologicamente testada, hipoalergênica, fragrância suave, indicada para uso infantil, contendo água, fragrância, álcool etílico (quando aplicável), umectantes e conservantes permitidos pela ANVISA, acondicionada em embalagem original, com prazo de validade mínimo de 12 meses na data da entrega. Marcas de referência: Turma da Mônica Baby, Muriel Baby, Biotropic Baby, Flora Neném ou equivalente.	UND	60	R$12,86	R$771,60
	FIO LÃ INDICADO PARA PARA SAPATINHO DE BEBÊ – BRANCO, ROSA BEBÊ, AZUL CLARO- 500 M - Fio de lã para tricô/crochê, indicado para confecção de sapatinhos e peças para bebê, composição 100% acrílico, novelo com aproximadamente 100 g e 500 metros de comprimento, toque macio, nas cores branco, rosa bebê e azul claro, de qualidade igual ou superior às marcas Círculo (Mais Bebê), Pingouin (Petit Bebê) ou Cisne (Super Bebê)	ROLO	6	R$16,64	R$99,84
	KIT 3 MAMADEIRAS UNISSEX BICO DE SILICONE 01 mamadeira de aproximadamente 50 a 80 mL; 01 mamadeira de aproximadamente 120 a 150 mL; 01 mamadeira de aproximadamente 240 a 330 mL; Frascos em polipropileno (PP), atóxico e livre de BPA; Bicos em silicone, macios, atóxicos e livres de BPA; Tampas protetoras com sistema antivazamento; Gargalo de fácil higienização; Adequadas para esterilização; Produto certificado conforme normas do INMETRO; Cor unissex (transparente, branca, neutra ou com estampas neutras).	UND	60	R$88,11	R$5.286,60
	KIT CAMISETA E CALÇA UNISSEX EM ALGODÃO Kit composto por 01 camiseta e 01 calça unissex para bebê, confeccionados em tecido 100% algodão, antialérgico, toque macio, costuras reforçadas, acabamento em viés, cores neutras (branco, amarelo, verde claro ou estampas unissex), tamanho RN ou P, adequado para recém-nascidos. P – 32-34 X 21-23 cm / 34-36 x 17-19	UND	60	R$31,18	R$1.870,80
	KIT COM 3 CALÇAS (MIJÃO) UNISSEX EM ALGODÃO - Kit composto por 03 (três) calças tipo mijão unissex para bebê, confeccionadas em tecido 100% algodão,	UND	60	R$33,98	R$2.038,80

	malha macia, antialérgica, com cós em elástico revestido, costuras reforçadas, acabamento de qualidade, tamanho RN ou P, nas cores branco, amarelo, verde-claro ou estampas neutras, podendo ser modelo com pé ou sem pé, conforme especificação do órgão.				
	KIT COM 3 CAMISETAS UNISSEX EM ALGODÃO - Tamanho 0 a 6 meses.	UND	60	R$22,24	R$1.334,40
	KIT COM 3 MEIAS UNISSEX EM ALGODÃO - Tamanho 0 a 6 meses.	UND	60	R$26,51	R$1.590,60
	JOGO DE TOALHA ADULTO 2PÇ ALGODÃO - 1 toalha de banho 70 x 140 cm e 1 toalha de rosto 45 x 70 cm, 100% algodão.	KIT	60	R$83,71	R$5.022,60
	KIT ESCOVA E PENTE UNISSEX 2 PEÇAS Material: polipropileno, cerdas macias em nylon. Escova aprox. 15 cm, pente aprox. 13 cm.	KIT	60	R$25,93	R$1.555,80
	CONJUNTO PAGÃO UNISSEX EM ALGODÃO - Composto por camiseta, calça (mijão), casaquinho e par de luvas (ou conforme o padrão adotado pelo município).	KIT	60	R$32,76	R$1.965,60
	NECESSAIRE UNISSEX COM ZÍPER, ALÇA, 3 DIVISÓRIAS INTERNAS MATERIAL PU	UND	60	R$46,99	R$2.819,40
	SABONETE EM BARRA GLICERINADO - 90 g. Marcas de referência: Granado Bebê, Johnson's Baby, Pom Pom, Turma da Mônica Baby ou equivalente.	UND	60	R$11,45	R$687,00
	SABONETEIRA UNISSEX - Material: plástico PP, dimensões aproximadas 11 x 8 x 4 cm, para sabonete em barra.	UND	60	R$4,87	R$292,20
	SHAMPOO GLICERINADO SEM LÁGRIMAS 200 ml. Marcas de referência: Johnson's Baby, Granado Bebê, Pom Pom, Turma da Mônica Baby ou equivalente.	UND	60	R$26,84	R$1.610,40
	TECIDO BRANCO PARA MANTA TRICOLINE Tricoline 100% algodão, largura 1,50 m.	METRO	100	R$40,51	R$4.051,00
	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADO para menina - Tricoline 100% algodão, largura 1,50 m.	METRO	30	R$41,90	R$1.257,00
	TECIDO TRICOLINE ESTAMPADA para menino - Tricoline 100% algodão, largura 1,50 m.	METRO	30	R$45,72	R$1.371,60
	TECIDO FLANELADO ESTAMPADO INFANTIL UNISSEX PEÇA COM 30 METROS - 20. Flanelado estampado Largura 1,50 m.	PEÇA	2	R$484,85	R$969,70
	TECIDO FLANELADO LISO INFANTIL UNISSEX PEÇA COM 30 METROS - Flanelado liso Largura 1,50 m.	PEÇA	2	R$384,93	R$769,86
	TECIDO PARA FRALDA PINTE E BORDE – BRANCO 70X70 50M - 100% algodão, 70 fios (ou 68/70 fios, conforme padrão do fornecedor).	PEÇA	8	R$602,04	R$4.816,32
	TECIDO PINTE E BORDE PARA TOALHA DE BEBÊ – BRANCO 70X120 50M - 100% algodão, 70 fios.	PEÇA	4	R$582,03	R$2.328,12
	TOALHA CAPUZ UNISSEX - Material 100% algodão felpudo, forro em fralda.	UND	60	R$29,16	R$1.749,60
	TROCADOR UNISSEX 65cmx39cm MATERIAL COURANO E ESPUMA	UND	60	R$39,93	R$2.395,80
VALOR TOTAL: R$55.189,04 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS).					

2.2 O fornecimento dos bens deverá ser realizado rigorosamente de acordo com as condições expressas neste instrumento, proposta apresentada, especificações técnicas correspondentes, processo de Dispensa de Licitação nº 038/2026 e instruções do CONTRATANTE, documentos que passam a integrar o presente contrato, independentemente de transcrição.

CLÁUSULA TERCEIRA - DO VALOR:

3.1 O valor total estimado deste contrato, a base do preço proposto, é de R$**55.189,04 (CINQUENTA E CINCO MIL CENTO E OITENTA E NOVE REAIS E QUATRO CENTAVOS).**

CLÁUSULA QUARTA – DO REAJUSTAMENTO EM SENTIDO ESTRITO:

4.1 Os preços contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de um ano.

4.2 Dentro do prazo de vigência do contrato e mediante solicitação do Contratado, os preços poderão sofrer reajuste após o interregno de um ano, na mesma proporção da variação verificada no IPCA acumulado, tomando–se por base o mês do orçamento estimado, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

4.3 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o intervalo mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

4.4 No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo. Fica o Contratado obrigado a apresentar memória de cálculo referente ao reajustamento de preços do valor remanescente, sempre que este ocorrer.

4.5 Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

4.6 Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

4.7 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

4.8 O reajuste poderá ser realizado por apostilamento.

4.9 O prazo para resposta ao pedido de restabelecimento do equilíbrio econômico–financeiro, quando for o caso, será de até 1 (um) mês, contado da data do fornecimento da documentação comprobatória do fato imprevisível ou previsível de consequência incalculável, observadas as disposições dos arts. 124 a 136, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO:

5.1 As despesas correrão por conta da seguinte dotação, constante do orçamento vigente,
Orçamento Geral da Prefeitura Municipal de Várzea-RN:

UNIDADE: 10.001 - FUNDO MUN.DE ASSISTÊNCIA SOCIAL
PROJETO ATIVIDADE: 21890 – MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO CRAS/SERVIÇO DE PROTEÇÃO E ATENDIMENTO INTEGRAL À FAMÍLIA/PAIF
NATUREZA DA DESPESA: 33.90.32 - MATERIAL, BEM OU SERVIÇO PARA DISTRIBUIÇÃO GRATUITA
FONTE DE RECURSO:
15000000 - Recursos não Vinculados de Impostos
16600000 - Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

6.1 O pagamento será efetuado mediante processo regular e em observância às normas e procedimentos adotados pelo Contratante, bem como às disposições dos Arts. 141 a 146 da Lei nº 14.133/21, no prazo de até 30 (trinta) dias, contado do adimplemento da obrigação, após o recebimento definitivo dos bens e a apresentação da respectiva Nota Fiscal/Fatura, devidamente atestada pelo setor competente.

CLÁUSULA SÉTIMA - DA LIQUIDAÇÃO:

7.1 O prazo de liquidação será de até 10 (dez) dias úteis a contar do recebimento da nota fiscal.

7.2 Para fins de liquidação, o setor competente deve verificar se a Nota Fiscal ou Fatura apresentada expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como: prazo de validade, data da emissão, dados do contrato e do órgão contratante, a descrição e quantidade dos bens fornecidos, o valor a pagar e eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

7.3 Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal/Fatura, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que a CONTRATADA providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao CONTRATANTE.

7.4 No caso de controvérsia sobre o fornecimento do objeto, quanto à quantidade, qualidade, especificações ou conformidade dos bens entregues, deverá ser observado o teor do Art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertinente à parcela incontroversa do fornecimento, para efeito de liquidação e pagamento.

CLÁUSULA OITAVA – DOS PRAZOS E DA VIGÊNCIA:

8.1 O prazo para entrega dos bens objeto deste contrato, admitida prorrogação nas condições e hipóteses previstas na Lei nº 14.133/21, será contado da assinatura do contrato, observadas as condições e especificações estabelecidas neste instrumento:

8.1.1 Início do fornecimento: imediato;

8.1.2 A vigência do presente contrato se inicia em 17/**08/2026 até 17/08/2027**, considerada da data de sua assinatura, podendo ser prorrogada, nas hipóteses e nos termos dos Arts. 105 a 114, da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA NONA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE:

9.1 Efetuar o pagamento relativo aos bens efetivamente fornecidos e recebidos em conformidade com as respectivas cláusulas do presente contrato;

9.2 Proporcionar à CONTRATADA as condições necessárias para a entrega dos bens, observadas as disposições deste contrato;

9.3 Notificar a CONTRATADA sobre qualquer irregularidade encontrada quanto à qualidade, quantidade, especificações ou condições dos bens fornecidos, exercendo a mais ampla e completa fiscalização, o que não exime a CONTRATADA de suas responsabilidades contratuais e legais;

9.4 Designar representantes com atribuições de Gestor e Fiscal deste contrato, nos termos da norma vigente, especialmente para acompanhar e fiscalizar a sua execução, respectivamente, permitida a contratação de terceiros para assistência e subsídio de informações pertinentes a essas atribuições;

Segue relação abaixo, Gestores e Fiscais do Contrato;

GESTORES DE CONTRATOS	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Matheus Florencio da Silva Leocadio, Coordenador de Programa Saúde da Família. Mat. nº.8842.	Secretaria de Assistencia Social
FISCAIS DE CONTRATO	**SECRETARIAS DE ATUAÇÃO**
Sr. Iranildo Pereira Rodrigues, Cozinheiro. Mat. nº. 006	Secretaria de Assistencia Social,Gabinete do prefeito, Meio Ambiente e Educação.

9.6 Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA – DAS OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO:

10.1 Fornecer e entregar devidamente os bens descritos na Cláusula Segunda do presente contrato, em estrita conformidade com as especificações, quantidades, padrões de qualidade e demais condições estabelecidas neste instrumento, observando os prazos estipulados;

10.2 Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação fiscal, civil, tributária e trabalhista, bem como por todas as despesas e compromissos assumidos, a qualquer título, perante seus fornecedores ou terceiros em razão do fornecimento e entrega dos bens objeto deste contrato;

10.3 Manter representante capacitado e idôneo, aceito pelo Contratante, durante a vigência do contrato, para representá-la perante a Administração em todos os atos relacionados ao fornecimento dos bens;

10.4 Permitir e facilitar a fiscalização do Contratante devendo prestar os informes e esclarecimentos solicitados;

10.5 Será responsável pelos danos causados diretamente ao Contratante ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pelo órgão interessado;

10.6 Não ceder, transferir ou subcontratar, no todo ou em parte, o objeto deste instrumento, sem o conhecimento e a devida autorização expressa do Contratante;

10.7 Manter, durante a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de regularidade e qualificação exigidas no respectivo processo de contratação direta, apresentando ao Contratante os documentos necessários, sempre que solicitado;

10.8 Cumprir a reserva de cargos prevista em Lei nº **8.213/1991**, art. 93 para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas em outras normas específicas, ao longo de toda a execução do contrato, e sempre que solicitado pelo Contratante, deverá comprovar o cumprimento dessa reserva de cargos, com a indicação dos empregados que preencherem as referidas vagas;

10.9 Observar, em compatibilidade com o objeto deste contrato, as disposições dos Arts. 115 a 123 da Lei nº 14.133/21.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DA ALTERAÇÃO E EXTINÇÃO:

11.1 Este contrato poderá ser alterado com a devida justificativa, unilateralmente pelo Contratante ou por acordo entre as partes, nos casos e condições previstas nos Arts. 124 a 136 e sua extinção, formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, ocorrerá nas hipóteses e disposições dos Arts. 137 a 139, todos da Lei nº 14.133/21

11.2 Nas alterações unilaterais a que se refere o inciso I do caput do art. 124 da Lei nº 14.133/21, a CONTRATADA será obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem no fornecimento dos bens, até o respectivo limite fixado no art. 125 do mesmo diploma legal, do valor inicial atualizado do contrato. Nenhum acréscimo ou supressão poderá exceder o limite estabelecido, salvo as supressões resultantes de acordo celebrado entre os contratantes.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DO RECEBIMENTO:

12.1 Cumprida a presente contratação e observadas as condições de adimplemento das obrigações pactuadas, os procedimentos e condições para o recebimento dos bens pelo Contratante obedecerão às disposições do art. 140 da Lei nº 14.133/21.

12.2 Por se tratar de fornecimento de bens, o recebimento provisório ocorrerá no ato da entrega, mediante conferência inicial da quantidade e das condições aparentes dos bens, sem prejuízo da verificação posterior de sua conformidade com as especificações contratuais. O termo detalhado de recebimento provisório, quando necessário, será formalizado pelo responsável pelo recebimento.

12.3 O recebimento definitivo dos bens ocorrerá após a conferência de sua quantidade, qualidade, especificações e demais condições previstas neste contrato, mediante atesto do responsável pelo recebimento, no prazo de até 15 (quinze) dias úteis, salvo necessidade de prazo diverso devidamente justificada em razão das características do objeto.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DAS PENALIDADES:

13.1 O Contratado será responsabilizado administrativamente, facultada a defesa no prazo legal do interessado, pelas infrações previstas no art. 155, da Lei nº 14.133/21 e serão aplicadas, na forma, condições, regras, prazos e procedimentos definidos nos arts. 156 a 163, do mesmo diploma legal, as seguintes sanções: a – advertência aplicada exclusivamente pela infração administrativa de dar causa à inexecução parcial do contrato, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave; b – multa de mora de 0,5% (zero vírgula cinco por cento) aplicada sobre o valor do contrato, por dia de atraso injustificado na entrega dos bens objeto da contratação; c – multa de 10% (dez por cento) sobre o valor do contrato por qualquer das infrações administrativas previstas no referido Art. 155; d – impedimento de licitar e contatar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado à sanção, pelo prazo de até três anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do referido Art. 155. e – declaração de inidoneidade para licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de três e máximo de seis anos, aplicada ao responsável pelas infrações administrativas previstas nos incisos VIII, IX, X, XI e XII do caput do referido art. 155, bem como pelas infrações administrativas previstas nos incisos II, III, IV, V, VI e VII do caput do mesmo artigo que justifiquem a imposição de penalidade mais grave que a sanção referida no § 4º do referido art. 156; f – aplicação cumulada de outras sanções previstas na Lei nº 14.133/21.

13.2 Se o valor da multa ou indenização devida não for recolhido no prazo de 15 dias após a comunicação ao Contratado, será automaticamente descontado da primeira parcela do pagamento a que o Contratado vier a fazer jus, acrescido de juros moratórios de 1% (um por cento) ao mês, ou, quando for o caso, cobrado judicialmente.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA PUBLICIDADE:

14.1 - Nos termos dos artigos 91 e 176 da Lei 14.133/2021, o contrato e seus aditamentos terão forma escrita e serão juntados ao processo que tiver dado origem à contratação, divulgados e mantidos à disposição do público em sítios eletrônicos oficiais aqui considerado os sítios: https://https://site.varzea.rn.gov.br ou http://www.diariomunicipal.com.br/femurn/pesquisar

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DO FORO:

15.1 Para dirimir as questões decorrentes deste contrato, as partes elegem o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN.

E, por estarem de pleno acordo, foi lavrado o presente contrato em 02 (duas) vias, o qual vai assinado pelas partes e por duas testemunhas.

Várzea/RN, 17 de agosto de 2026.

Município De Várzea-RN
GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Contratante
Prefeito Constitucional

32.013.412 Ivanaldo Quirino Do Nascimento
Contratada
IVANALDO QUIRINO DO NASCIMENTO
Representante Legal

Testemunhas:

1. _____
CPF nº

2. _____
CPF nº

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:33E61F1F

COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO / PREGOEIRO
PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2026
PROCESSO LICITATÓRIO Nº 015/2026
DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 007/2026

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2026, QUE ENTRE SI CELEBRAM O MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN E A EMPRESA VERA CRUZ AMBIENTAL LTDA, PARA ACRÉSCIMO QUANTITATIVO DE 25% (VINTE E CINCO POR CENTO) DO OBJETO CONTRATUAL, NOS TERMOS DA LEI FEDERAL Nº 14.133/2021.

Pelo presente instrumento, de um lado, o **MUNICÍPIO DE VÁRZEA/RN**, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ/MF sob o nº **08.168.940/0001-04**, com sede na Rua Coronel Felipe Jorge, nº 20, Centro, Várzea/RN, CEP 59.185-000, neste ato representado pelo Prefeito Municipal, **GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO**, doravante denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, a empresa **VERA CRUZ AMBIENTAL LTDA**, inscrita no CNPJ sob o nº **29.309.384/0001-00**, com sede na Estrada que liga Distrito do Papagaio a Vera Cruz, S/N, Zona Rural, Vera Cruz/RN, CEP 59.184-000, neste ato representada pelos Srs. **DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA, CPF nº 027.863.994-16, e RONDINELLI GUERRA DE OLIVEIRA, RG nº 9.900.300.4340, CPF nº 056.491.357-03**, ambos na qualidade de representantes legais da empresa, doravante denominada **CONTRATADA**, resolvem celebrar o presente **PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO Nº 015/2026**, decorrente da Dispensa de Licitação nº 007/2026, mediante as cláusulas e condições seguintes.

CLÁUSULA PRIMEIRA – DO FUNDAMENTO LEGAL

1.1. O presente Termo Aditivo fundamenta-se no **art. 124, inciso I, alínea "b", e no art. 125 da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021**, que autorizam a Administração Pública a promover alterações unilaterais nos contratos quando necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo quantitativo do objeto, observado o limite legal de até 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
1.2. O presente aditamento encontra fundamento, ainda, na **Cláusula Décima Primeira – Da Alteração e Extinção, item 11.2, do Contrato nº 015/2026**, que expressamente prevê a possibilidade de acréscimos ou supressões, nas mesmas condições contratuais, dentro dos limites estabelecidos no art. 125 da Lei Federal nº 14.133/2021.
1.3. O acréscimo ora formalizado observa o limite máximo legal de **25% (vinte e cinco por cento)**, não implicando alteração da natureza do objeto originalmente contratado.

CLÁUSULA SEGUNDA – DO OBJETO

2.1. O presente Termo Aditivo tem por objeto o **acréscimo quantitativo de 25% (vinte e cinco por cento)** ao objeto do Contrato nº 015/2026, cujo objeto consiste na contratação de empresa especializada para a prestação de serviços de recepção, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, gerados no Município de Várzea/RN, a serem realizados em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.
2.2. O acréscimo visa adequar o quantitativo contratado à necessidade efetivamente verificada pela Administração, assegurando a continuidade e regularidade da prestação dos serviços de destinação ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares produzidos no Município.

CLÁUSULA TERCEIRA – DO ACRÉSCIMO QUANTITATIVO

3.1. Em razão do presente Termo Aditivo, fica acrescido ao quantitativo originalmente contratado o equivalente a **105 (cento e cinco) toneladas**, correspondente a **25% (vinte e cinco por cento)** do quantitativo originalmente previsto de 420 (quatrocentas e vinte) toneladas.
3.2. O quantitativo contratual passa a ser o seguinte:

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT. ORIGINAL	ACRÉSCIMO 25%	QUANT. TOTAL
01	Serviços de recepção, tratamento e destinação final ambientalmente adequada de resíduos sólidos urbanos e domiciliares, gerados no Município de Várzea/RN, a serem realizados em aterro sanitário devidamente licenciado pelos órgãos ambientais competentes.	Tonelada	420	105	525

3.3. O acréscimo será executado **nas mesmas condições e pelo mesmo preço unitário originalmente contratado**, no valor de **R$ 115,00 (cento e quinze reais) por tonelada**.

CLÁUSULA QUARTA – DO VALOR DO ACRÉSCIMO

4.1. O valor inicial do Contrato nº 015/2026 é de **R$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais)**.
4.2. O acréscimo de 25% (vinte e cinco por cento) corresponde ao montante de **R$ 12.075,00 (doze mil e setenta e cinco reais)**, referente às 105 (cento e cinco) toneladas adicionais.
4.3. Em decorrência do presente Termo Aditivo, o valor global do contrato passa de:
R$ 48.300,00 (quarenta e oito mil e trezentos reais)
para: **R$ 60.375,00 (sessenta mil, trezentos e setenta e cinco reais).**
4.4. O acréscimo financeiro de **R$ 12.075,00** corresponde exatamente a **25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato**, estando, portanto, dentro do limite estabelecido pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA QUINTA – DA JUSTIFICATIVA DO ACRÉSCIMO

5.1. O presente acréscimo justifica-se pela necessidade de garantir a continuidade da prestação dos serviços de recepção, tratamento e destinação final ambientalmente adequada dos resíduos sólidos urbanos e domiciliares produzidos no Município de Várzea/RN.
5.2. A ampliação do quantitativo mostra-se necessária em razão da demanda verificada durante a execução contratual, sendo medida destinada a evitar a insuficiência do quantitativo inicialmente estimado e eventual interrupção da destinação adequada dos resíduos produzidos pelo Município.
5.3. O acréscimo preserva integralmente o objeto originalmente contratado, não implicando modificação de sua natureza, especificações ou finalidade, permanecendo mantidos o preço unitário, as condições de execução, as obrigações das partes e os demais termos estabelecidos no contrato originário.
5.4. A alteração encontra-se limitada ao percentual máximo de 25% (vinte e cinco por cento), conforme expressamente autorizado pelo art. 125 da Lei nº 14.133/2021.

CLÁUSULA SEXTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. As despesas decorrentes deste Termo Aditivo correrão à conta da dotação orçamentária prevista no orçamento vigente do Município, observada a disponibilidade orçamentária e financeira:
UNIDADE ADMINISTRATIVA: 07.001 – Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Urbanismo
PROJETO/ATIVIDADE: 22291 – Manutenção da Secretaria Municipal de Meio Ambiente
NATUREZA DA DESPESA: 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
FONTE DE RECURSOS: 15000000 – Recursos Não Vinculados de Impostos.

CLÁUSULA SÉTIMA – DA VIGÊNCIA

7.1. Permanecem inalterados os prazos e a vigência estabelecidos no Contrato nº 015/2026, cuja vigência compreende o período de **11 de fevereiro de 2026 a 11 de fevereiro de 2027**, salvo eventual alteração formal realizada nos termos da legislação vigente.

CLÁUSULA OITAVA – DA MANUTENÇÃO DAS DEMAIS CONDIÇÕES

8.1. Permanecem ratificadas todas as demais cláusulas e condições estabelecidas no Contrato nº 015/2026 que não tenham sido expressamente modificadas pelo presente Termo Aditivo.
8.2. O presente acréscimo não altera o preço unitário contratado, permanecendo o valor de **R$ 115,00 (cento e quinze reais) por tonelada**.

CLÁUSULA NONA – DA PUBLICIDADE

9.1. O presente Termo Aditivo será juntado aos autos do Processo Licitatório nº 015/2026 e divulgado na forma estabelecida pela Lei Federal nº 14.133/2021, especialmente quanto às regras de publicidade dos contratos administrativos e seus aditamentos.
9.2. A Administração providenciará a divulgação do presente instrumento no **Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP**, quando aplicável, e nos meios oficiais de publicidade adotados pelo Município, observados os prazos e requisitos previstos na legislação vigente.

CLÁUSULA DÉCIMA – DA RATIFICAÇÃO

10.1. Ficam integralmente ratificadas todas as demais cláusulas e condições do Contrato nº 015/2026 que não tenham sido modificadas pelo presente Termo Aditivo.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA – DO FORO

11.1. Fica mantido o Foro da Comarca de Santo Antônio/RN para dirimir quaisquer questões decorrentes deste Termo Aditivo, conforme estabelecido no instrumento contratual originário.
E, por estarem de pleno acordo, as partes firmam o presente Termo Aditivo, para que produza seus jurídicos e legais efeitos.

Várzea/RN, 01 de julho de 2026.

GETÚLIO LUCIANO RIBEIRO
Prefeito Municipal
Contratante

DIOGO HENRIQUE DOS SANTOS SILVA
Representante Legal
Vera Cruz Ambiental LTDA
Contratada

RONDINELLI GUERRA DE OLIVEIRA
Representante Legal
Vera Cruz Ambiental LTDA
Contratada

TESTEMUNHAS:

•

Nome:
CPF:

•

Nome:
CPF:

Publicado por:
Diego Avelino Ferreira
Código Identificador:AC445D23

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL FLORÂNIA

GABINETE DO PREFEITO
LISTA DE CREDENCIAMENTO 002/2026

CREDENCIADOS DO PROCESSO Prefeitura Municipal de Florânia

Prefeitura Municipal de Florânia Credenciamento - 2/2026

ALAN NOGUEIRA SANTOS | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 095.444.114-10 - Endereço: MANOEL ALVES DA SILVA - CEP: 58610000 - UF: PB - Município: São José do Sabugi - Telefone: (83) 99688-2954

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

AYLA PALOMA BEZERRA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 016.685.084-51 - Endereço: GUSTAVO CESAR ALVES DE MEDEIROS - CEP: 59335000 - UF: RN - Município: Florânia - Telefone: (84) 99615-5158

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO(FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30

TOTAL DO VENCEDOR R$ 103.032,80

EDMAR JOSE DA SILVA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 478.159.574-04 - Endereço: RUA DOUTOR MAURO DUARTE - CEP: 59360000 - UF: RN - Município: Parelhas - Telefone: (84) 99953-8237

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00

0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

EMANUEL PEDRO PEREIRA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 085.028.414-75 - Endereço: RUA SEVERINA PINTO DE CARVALHO - CEP: 59200000 - UF: RN - Município: Santa Cruz - Telefone: (84) 98851-4201

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

FELIPE FAGNER GOMES EVANGELISTA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 051.549.814-99 - Endereço: RUA MANOEL GALDINO DE ARAUJO - CEP: 59335000 - UF: RN - Município: Florânia - Telefone: (84) 99607-1135

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0006	0014533 - ARBITRO DE VOLEI - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 189,00	R$ 18.900,00
0007	0014534 - ARBITRO DE VOLEI MESARIO - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 43,44	R$ 2.172,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 129.899,12

FRANCISCO ASSIS DE MEDEIROS | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 066.450.254-75 - Endereço: RUA SEBASTIAO EVARISTO SOARES - CEP: 59340000 - UF: RN - Município: São Vicente - Telefone: (84) 99691-2626

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

ISMAR BENJAMIM DE SOUZA FILHO | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 041.949.814-13 - Endereço: RUA JOSE MORAIS - CEP: 59338000 - UF: RN - Município: Tenente Laurentino Cruz - Telefone: (84) 99869-5533

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0006	0014533 - ARBITRO DE VOLEI - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 189,00	R$ 18.900,00
0007	0014534 - ARBITRO DE VOLEI MESARIO - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 43,44	R$ 2.172,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00

0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 129.899,12

JOSIMAR DE OLIVEIRA ROCHA CONFESSOR | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 654.881.804-00 - Endereço: RUA LUIZA GONZAGA DO NASCIMENTO - CEP: 59200000 - UF: RN - Município: Santa Cruz - Telefone: (84) 98168-7719

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0006	0014533 - ARBITRO DE VOLEI - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	100,0000 JG	R$ 189,00	R$ 18.900,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBÍTRO	ARBÍTRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 127.727,12

JOSUE CAROLINO RIBEIRO | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 626.818.264-20 - Endereço: RUA JOAO BEZERRA - CEP: 59335000 - UF: RN - Município: Florânia - Telefone: (84) 99610-3250

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0006	0014533 - ARBITRO DE VOLEI - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 189,00	R$ 18.900,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 127.727,12

MARCOS MACIEL DE FRANÇA FREIRE | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 097.810.394-77 - Endereço: RUA MANOEL IDELFONSO DE AZEVEDO - CEP: 59380000 - UF: RN - Município: Currais Novos - Telefone: (84) 99932-1532

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

RIVONEIDE ARAUJO DOS SANTOS | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 035.405.754-56 - Endereço: RUA PROFESSORA NAIR COSTA - CEP: 59380000 - UF: RN - Município: Currais Novos - Telefone: (84) 99687-4693

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32

TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12

ROBSON JOSE DA SILVA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 037.494.054-17 - Endereço: RUA STENIO ALADIM - CEP: 59300000 - UF: RN - Município: Caicó - Telefone: (84) 99182-4444

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO,	ARBITRO	ARBITRO	50,0000	R$ 175,71	R$

	INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.			JG		8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32
	CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.					
TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12						

SEBASTIAO PEREIRA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 028.348.704-62 - Endereço: RUA JOAO DA MATA TOSCANO NETO - CEP: 59335000 - UF: RN - Município: Florânia - Telefone: (84) 99921-6667

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32
TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12						

SILVESTRE TRAJANO DA SILVA | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 053.283.194-27 - Endereço: RUA JOSE LUCIANO NETO - CEP: 59380000 - UF: RN - Município: Currais Novos - Telefone: (84) 99694-1106

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
	ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.					
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32
TOTAL DO VENCEDOR R$ 108.827,12						

TOMAZ HERCULES SILVA SANTOS | Tipo: CPF - LC123: Não - Documento 090.922.664-42 - Endereço: RUA MASSILON ALVES DE OLIVEIRA - CEP: 59360000 - UF: RN - Município: Parelhas - Telefone: (84) 98172-7336

Código	Produto	Modelo	Marca/Fabricante	Qtde	Valor Unitário	Valor Total
0001	0014528 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DE FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	400,0000 JG	R$ 144,00	R$ 57.600,00
0002	0014529 - ARBITRO AUXILIAR ARBITRO MESARIO SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	200,0000 JG	R$ 50,00	R$ 10.000,00
0003	0014530 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 175,71	R$ 8.785,50
0004	0014531 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 85,83	R$ 8.583,00
0005	0014532 - 4 ARBITRO - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO OS JOGOS DA FASE DE GRUPOS, OITAVAS E QUARTAS DE FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 57,86	R$ 2.893,00
0006	0014533 - ARBITRO DE VOLEI - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	100,0000 JG	R$ 189,00	R$ 18.900,00
0007	0014534 - ARBITRO DE VOLEI MESARIO - SERVICO DE ARBITRAGEM EM JOGOS DE VOLEI.	ARBITRO	ARBITRO	50,0000 JG	R$ 43,44	R$ 2.172,00
0008	0014538 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE SALAO (FUTSAL), INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	90,0000 JG	R$ 168,57	R$ 15.171,30
0009	0014544 - ARBITRO PRINCIPAL - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	12,0000 JG	R$ 240,00	R$ 2.880,00
0010	0014545 - ARBITRO AUXILIAR - SERVICO DE ARBITRAGEM ESPORTIVA PARA CAMPEONATO DE FUTEBOL DE CAMPO, INCLUINDO SEMIFINAIS E FINAIS.	ARBITRO	ARBITRO	24,0000 JG	R$ 121,43	R$ 2.914,32
TOTAL DO VENCEDOR R$ 129.899,12						

Publicado por:
Alex Silva de Azevedo
Código Identificador:26A86A67

ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE
PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ

CONTABILIDADE
LEI Nº 5.663 DE 17 DE AGOSTO DE 2026

PREFEITURA MUNICIPAL DE CAICÓ/RN
GABINETE DO PREFEITO
CNPJ nº 08.096.570/0001-39

LEI Nº 5.663, DE 17 DE AGOSTO DE 2026.

Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para o exercício financeiro de 2027 e dá outras providências.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CAICÓ/RN, Estado do Rio Grande do Norte, no uso de suas atribuições legais,
FAÇO SABER que a Câmara Municipal de Vereadores aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES
Art. 1° O orçamento do Município de Caicó, referente ao exercício de 2027, será elaborado e executado segundo as diretrizes estabelecidas na presente Lei, em cumprimento ao disposto no § 2° do art. 165 da Constituição Federal, no art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e artigo 71, Inciso II, Parágrafo 2º da Lei Orgânica Municipal compreendendo:

I - as metas e as prioridades da administração pública municipal;
II - a organização e estrutura e dos orçamentos;
III – da avaliação de controle de custos;
IV - disposições sobre a dívida pública municipal;
V – das transferências para o setor público e privado;
VI – disposições inerentes às despesas com pessoal e encargos sociais;
VII - disposições sobre as alterações na legislação tributária municipal;
VIII - disposições gerais.
CAPÍTULO I
DAS METAS E DAS PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2027, bem como a execução da respectiva Lei deverão ser compatíveis com as metas fiscais para o

exercício de 2027 constantes do Anexo de Metas Fiscais e Anexos de Riscos Fiscais da presente Lei.
Parágrafo Único. As metas fiscais poderão ser ajustadas no Projeto de Lei Orçamentária de 2027, se verificadas, quando da sua elaboração, alterações da conjuntura nacional, estadual e dos parâmetros macroeconômicos utilizados na estimativa das receitas e despesas, do comportamento da execução do orçamento de 2026 e de modificações na legislação que venham a afetar esses parâmetros.
Art. 3º A receita total prevista no orçamento geral do Município de Caicó será programada de acordo com as seguintes prioridades:

I - Educação, saúde e serviços urbanos, com ênfase para:
a) Melhoria dos atendimentos de saúde e ações preventivas;
b) Saneamento básico;
c) Proteção à criança e ao adolescente;
d) Educação fundamental (educação infantil, ensino fundamental e educação de jovens e adultos – EJA);
e) Limpeza urbana;
f) Ações de enfrentamento à seca;
II - Planejamento, urbanismo, infraestrutura e turismo;
III - Preservação, recuperação e conservação do meio ambiente, rural e urbano;
IV - Incentivo à produção agropecuária e apoio ao homem do campo;

V – A execução das Ações da Política Municipal de Assistência Social, no âmbito do Sistema Único de Assistência Social – SUAS, assegurando a manutenção, ampliação e qualificação dos serviços, programas, projetos e benefícios socioassistenciais, assim como os programas voltados para a área de assistência e promoção social;
VI - Fomento ao desenvolvimento econômico sustentável e a promoções culturais e turísticas.
VII - custeio de pessoal e encargos sociais, inclusive as contribuições do município ao sistema de seguridade social;
VIII - garantia do cumprimento dos princípios constitucionais, em especial no que se refere ao piso de custeio destinado ao desenvolvimento da educação básica e da saúde;
IV - pagamento de sentenças judiciais;
X - contrapartidas dos convênios, dos programas objetos de financiamentos nacionais e das operações de crédito;
XI - custeio administrativo e operacional;
XII - reserva de contingência para fazer face aos passivos contingentes.

§ 1º as prioridades definidas no artigo anterior terão precedências na alocação de recursos nos orçamentos de 2027.

Art. 4° Atendidas as prioridades de que trata o art. 3º, o Projeto da Lei do Orçamento do Município de Caicó para o exercício de 2027 abrangerá ações e metas de Programas Temáticos constantes no Plano Plurianual para o período de 2026/2029, discriminados em ações e seus respectivos produtos e metas indicados no Anexo de Metas e Prioridades.

§ 1º Os investimentos deverão apresentar viabilidade técnica, econômica, financeira e ambiental;
§ 2º Na elaboração do orçamento da Administração Pública Municipal buscar-se-á a contribuição de toda a sociedade em um processo de democracia participativa, voluntária e universal, em atendimento ao disposto no art. 44 da Lei Federal no 10.257, de 10 de julho de 2001 (Estatuto da Cidade).

CAPÍTULO II
DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

SEÇÃO I DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 5º A elaboração e a aprovação do Projeto de Lei Orçamentária de 2027 e a execução dos orçamentos fiscal e da seguridade social integrantes da respectiva Lei serão orientadas para:
I - buscar o **equilíbrio fiscal** por meio do atingimento das metas fiscais relativas às receitas, despesas, resultados primário e nominal e montante da dívida pública estabelecidas no Anexo II desta Lei, conforme previsto nos §§ 1º e 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
II - promover a **transparência** na definição e na gestão do orçamento público, mediante o acesso às informações relativas ao orçamento anual, inclusive por meios eletrônicos, e por meio da realização de audiências ou consultas públicas;
III - Evidenciar a responsabilidade da gestão fiscal, compreendendo uma ação planejada para o atendimento do piso de custeio destinado ao desenvolvimento da educação básica e da saúde, bem como o limite de despesas com pessoal;
IV - aumentar a eficiência na utilização dos recursos públicos disponíveis e elevar a eficácia dos programas por eles financiados;
V - garantir o atendimento de passivos contingentes e outros riscos fiscais capazes de afetar as contas públicas.

SEÇÃO II
DO EQUILÍBRIO DAS CONTAS PÚBLICAS MUNICIPAIS

Art. 6º Para obtenção do equilíbrio das contas públicas municipais, exigido pela Lei Complementar Federal nº 101/2000, serão adotadas, dentre outras, as medidas e os procedimentos indicados nesta Seção.
Art. 7º As previsões de receita observarão as normas técnicas e legais, considerarão os efeitos das alterações na legislação, da variação do índice de preços, do crescimento econômico ou de qualquer outro fator relevante e serão acompanhadas do balancete de receita dos últimos três exercícios, além do em curso, da projeção para os dois seguintes àquele a que se referirem, e da metodologia de cálculo e premissas utilizadas.

Art. 8º As estimativas das despesas, além dos aspectos considerados no artigo anterior, deverão adotar metodologia de cálculo compatível com a legislação aplicável, considerando o seu comportamento em anos anteriores e os efeitos decorrentes das decisões judiciais.
Art. 9º Na elaboração da Lei Orçamentária e em sua execução, a Administração buscará ou preservará o equilíbrio das finanças públicas, por meio da gestão das receitas e das despesas, dos gastos com pessoal, da dívida e dos ativos, sem prejuízo do cumprimento das vinculações constitucionais e legais e da necessidade de prestação adequada dos serviços públicos, tudo conforme os objetivos programáticos estabelecidos no Plano Plurianual vigente em 2027.

SEÇÃO III
DA TRANSPARÊNCIA DA GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

Art. 10. A transparência na definição e na gestão dos orçamentos municipais será buscada mediante a adoção dos procedimentos indicados na própria Lei Complementar Federal nº 101/2000, especialmente:
I - divulgação das peças orçamentárias com todos os anexos;
II - divulgação das atas de audiências públicas;
III - divulgação do quadro de detalhamento de pessoal;
IV - divulgação dos relatórios resumidos de execução orçamentária;
V - divulgação dos relatórios de gestão fiscal;
VI - divulgação das prestações de contas;
VII - adoção de sistema integrado de administração financeira e controle, que permita o pleno conhecimento e acompanhamento da sociedade, em tempo real, de informações pormenorizadas sobre a execução orçamentária e financeira;

SEÇÃO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 11. A lei Orçamentária Anual compor-se-á de:
I - Orçamento Fiscal: compreenderão os Poderes do Município, seus fundos, órgãos e entidades da administração direta e indireta, inclusive fundações instituídas e mantidas pelo Poder Público;
II - Orçamento da Seguridade Social: compreenderão as unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta Municipal, inclusive os fundos especiais instituídos, que desenvolvam ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.
Art. 12. A Lei Orçamentária Anual apresentará conjuntamente a programação do orçamento fiscal e da seguridade social, que discriminarão as despesas por classificação institucional, classificação funcional, estrutura programática, categoria econômica, grupo de natureza de despesa, modalidade de aplicação, regionalização, fonte de recursos, produto, unidade de medida e meta física e respectivas dotações.

Art. 13. O Orçamento da Seguridade Social compreenderá todos os projetos, atividades e operações especiais das unidades orçamentárias da Administração Direta e Indireta Municipal, inclusive os fundos especiais instituídos, que desenvolvam ações nas áreas de saúde, previdência e assistência social.
Art. 14. O Orçamento do Município incluirá os recursos necessários ao atendimento da aplicação mínima em ações de saúde, em cumprimento ao disposto na Emenda Constitucional nº 29/2000.

Parágrafo Único. As ações de saúde do Município de Caicó, financiadas com recursos do Fundo Municipal, serão consignadas na unidade gestora: Fundo Municipal de Saúde de Caicó, podendo ser executadas diretamente ou por descentralização de crédito às unidades administrativas.
Art. 15. Para efeito de comprovação dos limites constitucionais nas áreas de educação e da saúde serão consideradas as despesas inscritas em restos a pagar em 2026 que forem pagas até 30 de novembro do ano subsequente.

Art. 16. A lei orçamentária anual será encaminhada ao Poder Legislativo, composta
de:
I – Mensagem;
II – Texto do Projeto de Lei Orçamentária;

III – Tabelas explicativas das estimativas da receita e previsão da despesa;
IV – Orçamento fiscal e da seguridade social.

Art. 17. A mensagem que encaminhar o projeto de lei orçamentária conterá a análise:

I - do comportamento da arrecadação de receitas do exercício anterior, analisando a receita prevista e arrecadada;
II - do demonstrativo, por órgão, da despesa efetivamente executada no ano anterior em contraste com a despesa autorizada;
III - da situação observada no exercício de 2025 em relação aos limites de gasto com pessoal, de que tratam os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
IV - do demonstrativo do cumprimento da legislação que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos na manutenção e desenvolvimento do ensino;
V - do demonstrativo que dispõe sobre a aplicação de recursos resultantes de impostos em saúde, em cumprimento à Emenda Constitucional no 29/2000;
VI - dos demonstrativos da receita de cada fundo.

Art. 18. O Projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará ao Poder Legislativo será constituído na forma discriminada nos incisos abaixo:

I - **texto do projeto de lei** de orçamento, dispondo sobre o orçamento fiscal e orçamento da seguridade social, bem como:
a) sumário geral da receita (por fontes) e da despesa (por funções de governo);
b) quadro demonstrativo da receita e da despesa segundo categoria econômica, segundo esfera orçamentária (fiscal ou seguridade), conforme Anexo 1 da Lei nº 4.320/64;

c) quadro discriminativo da receita por fontes e respectiva legislação;
d) quadro das dotações por órgãos do Governo e da Administração segundo esfera orçamentária (fiscal ou seguridade social);
e) autorização para abertura de crédito adicional suplementar até o limite de 30% (trinta por cento) do valor fixado no orçamento para o exercício de 2027.
II - quadros orçamentários consolidados, incluindo os complementos referenciados nos incisos I, II, III e IV do § 1º e incisos I, II e III do § 2º do art. 2º e no inciso III e parágrafo único, ambos do art. 22 da Lei Federal nº 4.320/1964, e incisos I, II, III, art. 5º, da LC nº 101/2000, na forma dos seguintes demonstrativos:
a) receita arrecadada nos três últimos exercícios anteriores àquele em que se elaborou a proposta.
b) receita prevista para o exercício em que se elabora a proposta.
c) receita prevista para o exercício a que se refere a proposta.
d) despesa realizada no exercício imediatamente anterior.

e) despesa fixada para o exercício em que se elabora a proposta.
f) despesa prevista para o exercício a que se refere a proposta.
g) demonstrativo da receita consolidada segundo a fonte e categoria econômica.
h) demonstrativo da despesa consolidada segundo a categoria econômica e o grupo de natureza da despesa, conforme Anexo 2 da Lei nº 4.320/64.
i) quadros demonstrativos da receita por planos de aplicação dos fundos especiais.
j) Programa de Trabalho – Quadro demonstrativo da despesa por ação governamental segundo tipos de ação (projetos e atividades), conforme Anexo 06 da Lei nº 4.320/1964.
l) Programa de Trabalho de Governo – Quadro demonstrativo da despesa por funções e programas segundo tipo de ação (projetos ou atividades), conforme Anexo 07 da Lei nº 4.320/1964.
m) quadro demonstrativo da despesa por funções e programas segundo o vínculo (ordinário ou vinculado) com os recursos, conforme Anexo 08 da Lei nº 4.320/1964.
n) quadro demonstrativo da despesa por órgãos segundo as funções de governo, conforme Anexo 09 da Lei nº 4.320/1964.
o) quadro demonstrativo do programa anual de trabalho do Governo, em termos de realização de obras e de prestação de serviços.
p) especificação dos programas especiais de trabalho (plano de aplicação de investimentos em regime especial de aplicação); se houver.
q) descrição sucinta das principais finalidades, com indicação da respectiva legislação, de cada unidade administrativa.
r) quadro demonstrativo da compatibilidade da programação dos orçamentos com o Anexo de Metas Fiscais.
s) demonstrativo regionalizado do efeito decorrente de renúncias (isenções, anistias, remissões, subsídios e benefícios de natureza financeira, tributária e creditícia) sobre as receitas e despesas.
t) demonstrativo das medidas de compensação à renúncia de receita e ao aumento de despesas obrigatórias de caráter continuado.
u) conterá reserva de contingência.

Art. 19. A receita orçamentária consignada nos orçamentos fiscal e da seguridade social será discriminada pelos seguintes níveis:

I - Categoria Econômica;
II - Origem;
III - Espécie;
IV - Alínea; e
V - Tipo.
§ 1º A Categoria Econômica da receita, primeiro dígito de classificação, está assim detalhada: I – Receitas Correntes – 1; e II – Receitas de Capital – 2;

§ 2º A Origem, segundo dígito da classificação das receitas, identifica a procedência dos recursos públicos em relação ao fato gerador no momento em que os mesmos ingressam no patrimônio público;
§ 3º A Espécie, terceiro dígito, que possibilita uma qualificação mais detalhada dos fatos geradores dos ingressos de tais recursos;
§ 4º A Alínea, quarto ao sétimo dígito, tem o objetivo de identificar as particularidades de cada receita;
§ 5º O Tipo, oitavo dígito, tem a finalidade de identificar o tipo de arrecadação a que se refere aquela natureza, sendo: I – "0", quando se tratar de natureza de receita não valorizável ou agregadora; II – "1", quando se tratar da arrecadação Principal da receita; III – "2", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da respectiva receita; IV – "3", quando se tratar de Dívida Ativa da respectiva receita; e V – "4", quando se tratar de Multas e Juros de Mora da Dívida Ativa da respectiva receita.
Art. 20. O orçamento fiscal e da seguridade social discriminarão a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, com suas respectivas dotações, especificando a esfera orçamentária, o grupo de natureza de despesa, a modalidade de aplicação e a fonte de recurso.
§ 1º As categorias de programação dos créditos orçamentários de que trata esta Lei serão identificadas no projeto de lei orçamentária anual por programas, desdobrados em projetos e atividades.

§ 2º A estrutura programática da despesa será discriminada por:
I - Órgão orçamentário;
II - Unidade orçamentária;
III - Função;
IV - Subfunção;

V - Programa;
VI – Projeto, atividade ou ação;
VII - Categoria econômica;
VIII - Grupo de natureza da despesa;
IX - Modalidade de aplicação;
X - Elemento de despesa; e
XI - Fonte de recursos;
XII - Valor da dotação.
§ 3º Para efeito desta Lei, entende-se por:

I - **esfera orçamentária**: tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal (F) ou da seguridade social (S); atribuído os créditos orçamentários para respectiva execução;
II - **classificação institucional**: a estrutura organizacional de alocação dos créditos orçamentários discriminada em órgãos e unidades orçamentárias, desdobrando-se em:

a) órgão orçamentário: o maior nível da classificação institucional, correspondendo ao agrupamento de unidades orçamentárias;
b) unidade orçamentária: o menor nível da classificação institucional, agrupada em órgãos orçamentários;
III - **classificação funcional**: agrega os gastos públicos por área de ação governamental, cuja composição permite indicar a área de ação governamental em que a despesa deverá ser realizada, desdobrando-se em:
a) função: o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público;
b) subfunção: representa uma partição da função, visando a agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
IV – **classificação programática**: agrega os gastos por programas de governo, cujos objetivos são desdobrados em ações;
a) programa temático: o instrumento de organização da ação governamental estruturado em diretrizes, objetivos e metas, visando à concretização dos objetivos pretendidos pela mensuração de indicadores estabelecidos no Plano Plurianual;
b) programa de gestão: o instrumento de organização da ação governamental estabelecido no Plano Plurianual e visando a manutenção das ações de governo;
c) ação orçamentária: instrumento de programação que pode ter a forma de atividade, projeto ou operação especial;
d) atividade: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
e) projeto: o instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo;
f) operação especial: as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não gera contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços;
V – natureza de despesa: classificação da despesa orçamentária por natureza, de acordo com a Portaria Interministerial nº 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional e da Secretaria de Orçamento Federal, desdobrando-se em:
a) categoria econômica: subdividida em despesa corrente e despesa de capital;
b) grupo de natureza da despesa: é um agregador de elemento de despesa com as mesmas características quanto ao objeto de gasto, conforme discriminado a seguir: 1 - Despesas com Pessoal e Encargos Sociais; 2 - Juros e Encargos da Dívida; 3 - Outras Despesas Correntes; 4 - Investimentos; 5 - Inversões Financeiras; 6 - Amortização da Dívida;
c) modalidade de aplicação: tem por finalidade indicar se os recursos serão aplicados diretamente por órgãos ou entidades no âmbito da mesma esfera de Governo ou por outro ente da Federação e suas respectivas entidades;

d) elemento de despesa: identificam, na execução orçamentária, os objetos de gastos, podendo ter desdobramentos facultativos, dependendo da necessidade da execução orçamentária e da escrituração contábil;
VI - **fonte de recursos**: representa a destinação da natureza da receita e a origem dos recursos para a despesa;
VII - **dotação**: o limite de crédito consignado na lei de orçamento ou crédito adicional para atender determinada despesa;
§ 1º A esfera orçamentária tem por finalidade identificar se o orçamento é fiscal, da seguridade social ou de investimentos, conforme o disposto no § 5º do art. 165, da Constituição Federal.
§ 2° A classificação funcional-programática seguirá o disposto na Portaria nº 42/99-MPOG;
§ 3º Os programas e ações governamental, pelos quais os objetivos da administração se exprimem, serão aqueles constantes do Plano Plurianual 2026/2029 e suas modificações.
§ 4º Cada projeto constará somente de uma esfera orçamentária e de um programa.
§ 5º A lei orçamentária conterá, em nível de categoria de programação, a identificação das fontes de recursos.
§ 6º As metas serão consideradas para projetos e atividades integrantes de programas finalísticos e nos demais sempre que possível.

Art. 21. A lei orçamentária discriminará em programas de trabalho, ações específicas consignando dotações destinadas:
I - a manutenção das atividades - precatório, indenizações, restituições e PASEP;
II - ao pagamento dos juros, encargos e amortização da dívida interna.
Art. 22. A execução orçamentária dos órgãos da administração direta e indireta constantes do orçamento fiscal será processada por meio de sistema informatizado único.

SEÇÃO V
DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS PARA A CÂMARA MUNICIPAL

Art. 23. O total da despesa do Poder Legislativo Municipal, incluídos os subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar o percentual de 7% (sete por cento), relativo ao somatório da receita tributária com as transferências previstas nos artigos 153, § 5º, 158 e 159, da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior, em conformidade com as Emendas Constitucionais nº 25/2000 e nº 58/2009.
§ 1º O duodécimo devido ao Poder Legislativo será repassado até o dia 20 (vinte) de cada mês, sob a pena de crime de responsabilidade do Prefeito, conforme disposto no art. 29-A, § 2º, inciso II, da Constituição Federal.
§ 2º A despesa total com folha de pagamento do Poder Legislativo, incluídos os gastos com subsídios dos Vereadores, não poderá ultrapassar a 70% (setenta por cento) de sua receita, de acordo com o estabelecido no art. 29-A, § 1º, da Constituição Federal.
Seção VI DESPESAS VEDADAS

Art. 24. Na programação das despesas, será vedado:
I - Promoção pessoal de autoridades e servidores públicos;
II - Pagamento, a qualquer título, a empresas privadas que tenham em seu quadro societário servidor municipal em atividade;
III - Pagamento de salários, subsídios, proventos e pensões maiores que o subsídio do Prefeito;
IV - Pagamento de horas extras a ocupantes de cargos em comissão;
V - Pagamento de sessões extraordinárias aos Vereadores;
VI - Pagamento de anuidade de servidores em conselhos profissionais como OAB, CREA, CRC E CRA, entre outros;
VII - Custeio de pesquisas de opinião pública.
SEÇÃO VII
QUADRO DE DETALHAMENTO DE DESPESA
Art. 25. O Poder Executivo disponibilizará em seu Portal da Transparência, no prazo de trinta dias após a publicação da lei orçamentária anual, o quadro de detalhamento da Despesa (QDD), discriminando a despesa por unidade orçamentária, classificação funcional programática, modalidade de aplicação, natureza da despesa e fonte de recurso.
Parágrafo Único. As alterações decorrentes da abertura e reabertura de créditos adicionais, bem como a transferência, transposição e remanejamento integrarão os quadros de detalhamento de despesa, os quais serão atualizados independentemente de nova publicação.
SEÇÃO VIII
DAS ALTERAÇÕES DA LEI ORÇAMENTÁRIA

Art. 26. A Lei Orçamentária Anual de 2027 conterá dispositivo legal autorizando o Poder Executivo a abrir créditos adicionais suplementares indicando as fontes de recursos a serem utilizadas no limite de até 30% (trinta por cento) do valor fixado para as despesas do exercício de 2027.
§ 1º. O limite autorizado no caput do artigo não será onerado quando o crédito se destinar a:

I – As despesas que forem financiadas com recursos de convênios, contratos de repasses, programas, auxílios, contribuições ou outras formas de captação, oriundos de esferas de governo ou entidade, não serão computados no limite de que trata o "caput" deste artigo, podendo serem abertos com cobertura dos próprios recursos que lhe derem causa;

II – Atender as insuficiências de dotações do grupo de pessoal e encargos sociais, mediante a utilização de recursos da anulação de despesas, consignadas no mesmo grupo;
III – Atender ao pagamento de despesas correntes de precatórios judiciais, amortização e juros da dívida, mediante a utilização de recursos provenientes de anulação de dotações;
IV – Incorporar os saldos financeiros, apurados em 31 de dezembro de 2026 ou repasses efetuados em atraso e o excesso de arrecadação de recursos vinculados do Fundo Municipal de Saúde, Fundo Municipal de Assistência Social, Fundo da Criança e do Adolescente, Fundo Municipal dos Direitos do Idoso de Caicó, do FUNDEB e Convênios, quando se configurar receita do exercício, superior às previsões de despesas, fixadas na Lei Orçamentária;
V – Incorporar recursos oriundos de operações de créditos ou financiamentos;
§ 2º. O Poder Executivo fica autorizado, nas hipóteses de despesas financiadas com recursos de convênios, a incorporar os recursos e a realizar as despesas relativas a contrapartidas, conforme estabelecido em contrato e de acordo com o cronograma de desembolso originalmente estabelecido no convênio.
§ 3º. As alterações quantitativas na Lei Orçamentária Anual de 2027 serão efetuadas por meio de Decreto.
Art. 27. O Poder Executivo fica autorizado, mediante decreto remanejar, transpor, transferir ou utilizar total ou parcialmente, as dotações orçamentárias aprovadas na Lei Orçamentária de 2027 e em seus créditos adicionais, em decorrência da extinção, transformação, transferência, incorporação ou desmembramento de órgãos e entidades, bem como de alterações de suas competências ou atribuições, mantida a estrutura programática expressa por categoria de programação, inclusive os títulos, metas e objetivos, assim como o respectivo detalhamento por esfera orçamentária, grupos de natureza da despesa, fontes de recursos e modalidades de aplicação.
§ 1º Entende-se por:

I – Remanejamento: a realocação de recursos entre mesma Unidade Gestora, Ação, Categoria Econômica, Grupo de natureza da despesa dentro da mesma fonte de recursos;

II – Transposição: a realocação de recursos entre programas de trabalho, dentro de um mesmo órgão, mesma categoria econômica da despesa e mesma fonte de recursos.
III – transferência: a realocação de recursos entre categorias econômicas da despesa, dentro do mesmo órgão, mesmo programa de trabalho e mesma fonte de recursos.

§ 2º As alterações qualitativas serão realizadas por meio de Decreto.
Art. 28. As alterações quantitativas ou qualitativas dos orçamentos dos fundos especiais serão regidas pela legislação própria.

Art. 29. O Poder Executivo Municipal fica autorizado a **alterar a codificação de modalidades de aplicação e de fontes de recursos** aprovadas na lei orçamentária anual de 2027 e em seus créditos adicionais em razão de ato da esfera federal ou do Tribunal de Contas Estadual.
Parágrafo Único. A adequação da codificação prevista no *caput* deste artigo será efetuada por meio de Decreto do Chefe do Poder Executivo.

SEÇÃO IX
DA EXECUÇÃO PROVISÓRIA DO PROJETO DE LEI ORÇAMENTÁRIA
Art. 30. O Projeto de Lei Orçamentária Anual de 2027 deverá ser aprovado até o término da Sessão Legislativa do exercício de 2026.

Parágrafo Único: Caso a LOA de 2027 não seja devolvido para sanção até o início do exercício financeiro de 2027, a sua programação poderá ser executada para atender despesas inadiáveis em cada mês, até que a Lei Orçamentária passe a vigorar, sempre no limite de 1/12 (um doze avos) do total de cada dotação constante do referido projeto de lei.
SEÇÃO X
DOS DÉBITOS JUDICIAIS
Art. 31. A Procuradoria Geral do Município encaminhará a Secretaria Municipal de Finanças e a Secretaria Municipal de Planejamento e Tributação, até 1º de julho de 2026, a relação dos débitos constantes de precatórios judiciários e a previsão dos débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor, a serem incluídos na proposta orçamentária para o exercício de 2027, nos termos do § 5º do artigo 100 e do artigo 87 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias - ADCT, ambos da Constituição Federal, discriminados por órgão e entidade da Administração Pública Municipal, especificando:
I - Quanto à previsão relacionada aos precatórios:
a) número do precatório, Tribunal de origem e natureza do pagamento;
b) número do processo originário;
c) nome do beneficiário;
d) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
e) tipo de causa; e
f) órgão ou entidade responsável pelo pagamento;
II - Quanto à previsão dos débitos judiciais transitados em julgado relacionados às requisições de pequeno valor (RPV):

a) número do processo originário e Tribunal de origem;
b) nome do beneficiário;
c) valor condenatório homologado ou corrigido conforme sentença;
d) tipo de causa; e
e) órgão ou entidade responsável pelo pagamento.

§ 1º No decorrer do exercício de 2026, os débitos judiciais transitados em julgado de pequeno valor e as despesas decorrentes das condenações judiciais a que, o município for condenado após a elaboração do orçamento anual serão encaminhados aos respectivos órgãos e entidades para pagamento mediante suplementação; caso necessário, priorizando aqueles de caráter alimentar nos termos dos §§ 1º e 2º do artigo 100 da Constituição Federal.

§ 2º As requisições de pequeno valor de que trata o inciso II do caput deste artigo estão definidas na Lei Municipal nº 4.408 de 07 de julho de 2010.
§ 3º Por determinação da Lei Complementar Federal nº 101/2000 e suas alterações, os precatórios não pagos tempestivamente comporão a Dívida Fundada do Município.
Art. 32. As despesas relacionadas com o pagamento de precatórios da Administração Direta serão alocadas no orçamento da Secretaria Municipal de Administração em uma ação específica para pagamento dos precatórios e para pagamento de RPVs.
Parágrafo Único. Os pagamentos de precatórios serão corrigidos e efetuados conforme disposição contida nas sentenças judiciais transitadas em julgado ou conforme orientação normativa ou jurisprudencial.

SEÇÃO XI
DA COORDENAÇÃO DOS TRABALHOS DE ELABORAÇÃO DO ORÇAMENTO

Art. 33. Cabe a Secretaria Municipal de Finanças e a Secretaria Municipal de Planejamento e Tributação a responsabilidade pela coordenação da elaboração e da consolidação do Projeto de Lei Orçamentária, de que trata esta Lei, que determinará sobre:

I - calendário de atividades para elaboração dos orçamentos;
II - elaboração e distribuição dos quadros que compõem as propostas parciais do orçamento anual dos Poderes Executivo e Legislativo, seus órgãos, fundos e autarquias;
III - instruções para o devido preenchimento das propostas parciais dos orçamentos.

SEÇÃO XII
DAS DESPESAS IRRELEVANTES

Art. 34. Entende-se como despesas irrelevantes, para efeito § 3° do art. 16 da Lei Complementar nº 101/2000, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 75 da Lei 14.133/2021.

SEÇÃO XIII
DO REGIME DE EXECUÇÃO, TRANSPARÊNCIA E RASTREABILIDADE DAS EMENDAS PARLAMENTARES
Subseção I
Das Disposições Gerais e da Transparência

Art. 35. A execução orçamentária e financeira das emendas parlamentares impositivas, individuais e de bancada, dar-se-á de forma equitativa e deverá observar rigorosamente os princípios constitucionais da transparência, da publicidade e da rastreabilidade.

Art. 36. O Poder Executivo Municipal instituirá e manterá plataforma digital unificada em seu Portal da Transparência, com dados abertos e de amplo acesso público, especificamente destinada ao acompanhamento das emendas parlamentares.

§ 1º A divulgação na plataforma digital ocorrerá, preferencialmente, antes da execução orçamentária e financeira, e deverá conter, no mínimo, os seguintes elementos:

I - A origem dos recursos de forma distinta (municipal, estadual ou federal);
II - A identificação completa do parlamentar proponente;
III - O número de referência ou código único da emenda no orçamento;
IV - O plano de trabalho aprovado, com a descrição detalhada do objeto da despesa, metas e finalidade;
V - O valor alocado;
VI - O órgão ou entidade executora e o beneficiário final;
VII - A localidade ou bairro beneficiado;
VIII - O cronograma físico-financeiro de execução;
IX - Os dados completos da execução da emenda, incluindo empenho, liquidação, pagamento, contratações, notas fiscais e demais evidências comprobatórias;
X - A referência a instrumentos vinculados, como convênios e processos administrativos correspondentes;
XI - A identificação da conta bancária específica para a movimentação dos recursos.

§ 2º O Poder Executivo Municipal assegurará a integração e a interoperabilidade de seus sistemas com bases e plataformas federais e estaduais pertinentes, inclusive o Transferegov.br, garantindo a consistência e a sincronização dos dados.
Art. 37. Fica o Poder Executivo, através da unidade responsável pela governança das informações, obrigado a incorporar identificadores contábeis específicos para as emendas parlamentares em seus sistemas orçamentários e financeiros.
Parágrafo único. A codificação padronizada no Plano de Contas (fontes de recurso, códigos ou identificadores únicos) deverá associar, de forma clara e rastreável, cada despesa executada às respectivas emendas que lhe deram origem, desde a alocação até o beneficiário final.

Art. 38. A efetiva liberação financeira e a execução orçamentária das emendas parlamentares impositivas ficarão estritamente condicionadas à vigência da Certidão de Regularidade emitida pelo Tribunal de Contas do Estado (TCE/RN), atestando a conformidade da plataforma digital e dos sistemas orçamentários do Município, conforme as resoluções da Corte de Contas.
Parágrafo único. A suspensão ou revogação da Certidão de Regularidade pelo TCE/RN constituirá fator de força maior, autorizando o Poder Executivo a sobrestar imediatamente o repasse e a execução das emendas até a devida regularização.

Subseção II

Da Proposição, Racionalização e Valor Mínimo

Art. 39. Para o fiel cumprimento das determinações do Supremo Tribunal Federal (STF) referentes à transparência e rastreabilidade, a proposição de emendas parlamentares individuais ou de bancada ao Projeto de Lei Orçamentária Anual (LOA) deverá conter, obrigatoriamente, sob pena de inabilitação ou impedimento de ordem técnica, os seguintes requisitos em sua justificação e detalhamento:
I - Indicação clara e detalhada do objeto da despesa, especificando o propósito do gasto, a ação governamental e as metas a serem alcançadas;
II - Indicação da área temática vinculada à emenda, compatível com a classificação funcional da despesa pública;
III - Identificação do beneficiário final dos recursos ou do órgão/entidade pública responsável pela execução da despesa;
IV - Indicação precisa da localidade beneficiada, especificando a região, bairro, comunidade ou logradouro onde os recursos serão aplicados;
V - Modalidade da emenda e forma de repasse sugerida (transferência especial, com finalidade definida, fundo a fundo, etc.).

§ 1º A destinação de recursos referentes às emendas individuais impositivas observará o percentual mínimo de 50% (cinquenta por cento) para ações e serviços públicos de saúde, conforme determinação constitucional.
Art. 40. A Câmara Municipal, ao encaminhar o autógrafo do Projeto de Lei Orçamentária Anual aprovado ao Poder Executivo, deverá anexar relatório estruturado contendo a relação de todas as emendas aprovadas, com seus respectivos autores, valores, objetos e beneficiários, a fim de viabilizar a tempestiva criação dos identificadores contábeis específicos nos sistemas orçamentários do Município.

Art. 41. Visando assegurar a eficiência administrativa, a economicidade, a viabilidade operacional e a adequada execução das emendas parlamentares individuais, fica estabelecido que sua proposição deverá observar os critérios e requisitos previstos na legislação aplicável, de modo a garantir sua exequibilidade técnica e financeira.
§ 1º As emendas parlamentares individuais deverão atender aos requisitos estabelecidos na Lei Orgânica do Município, nesta Lei e nas demais normas aplicáveis.
§ 2º O descumprimento dos requisitos previstos no § 1º deste artigo, inclusive daqueles relacionados à viabilidade técnica, financeira e operacional da execução da emenda, configurará impedimento de ordem técnica, na forma da legislação vigente.
§ 3º Para otimizar a execução e reduzir a multiplicidade de contas bancárias e licitações, recomenda-se a unificação de cotas por meio de emendas coletivas ou de bancada.
§ 4º Emendas individuais de parlamentares distintos que se destinem a idêntico objeto, finalidade e beneficiário poderão ser aglutinadas na execução pelo Poder Executivo, tramitando em processo administrativo único e conta bancária específica unificada, desde que haja a expressa anuência dos autores e garantida a rastreabilidade individualizada na plataforma digital.
§ 5º Os custos operacionais, incluindo tarifas bancárias sobre a conta específica destinada à execução, deverão ser previstos e absorvidos no respectivo Plano de Trabalho e poderão ser deduzidos dos rendimentos de aplicações financeiras do recurso.
Subseção III

Da Execução, Controle e Integridade

Art. 42. Fica estabelecido o prazo de até 120 (cento e vinte) dias, contados da publicação da Lei Orçamentária Anual, para que o Poder Executivo regulamente o fluxo interno de recebimento, análise de viabilidade e cadastramento das emendas na plataforma digital de transparência.

Art. 43. A execução orçamentária e financeira das emendas aprovadas ficará condicionada à apresentação e aprovação prévia de Plano de Trabalho.

§ 1º O Plano de Trabalho deverá ser submetido pelo órgão executor ou pela entidade beneficiária ao Poder Executivo e conterá, no mínimo, a descrição da finalidade, as metas e o cronograma físico-financeiro de execução.
§ 2º É dever do proponente da emenda certificar-se de que a entidade privada indicada como beneficiária possui regularidade fiscal, jurídica e capacidade técnica para executar o objeto, bem como infraestrutura para prestar contas e garantir a rastreabilidade.
§ 3º O Poder Executivo Municipal, através de seus órgãos técnicos, terá o prazo de 30 (trinta) dias, contados da data de recebimento do Plano de Trabalho, para emitir parecer técnico de aprovação, diligência ou rejeição.

Art. 44. Na execução financeira dos recursos oriundos de emendas parlamentares, aplicam-se as seguintes regras de integridade:
I - Os recursos deverão ser movimentados exclusivamente em contas bancárias específicas para a execução do respectivo objeto;
II - Fica terminantemente vedado o uso de contas bancárias intermediárias ou contas "de passagem";
III - São proibidos saques em espécie dos recursos vinculados às emendas, visando não comprometer a identificação do fornecedor, prestador de serviço ou beneficiário final.
Art. 45. Na execução de emendas parlamentares por meio de transferências a entidades privadas sem fins lucrativos, fica terminantemente vedada a utilização dos recursos para:
I - Pagamento de taxas de administração, gerência ou similar;
II - Pagamento de despesas com pessoal ativo, inativo e pensionistas da própria entidade, que não estejam estrita e exclusivamente vinculados à execução direta do objeto do Plano de Trabalho;
III - Pagamento de juros, multas, atualizações monetárias ou despesas de mesma natureza decorrentes de inadimplência da entidade.

Art. 46. É vedada a destinação e a transferência de recursos para entidades privadas sem fins lucrativos que se encontrem em situação de inadimplência, mora ou irregularidade em relação a prestações de contas de repasses anteriores.
Parágrafo único. A regularidade da entidade beneficiária deverá ser comprovada previamente à assinatura do instrumento de repasse e à liberação financeira.

Subseção IV
Dos Impedimentos de Ordem Técnica, Contingenciamento e Restos a Pagar Art. 47. As programações de que trata esta Seção não serão de execução obrigatória nos casos de impedimentos de ordem técnica ou legal, devendo ser apresentada justificativa ao Poder Legislativo.
§ 1º Configura-se, entre outros, impedimento de ordem técnica:

I - A não adequação das entidades privadas sem fins lucrativos aos parâmetros exigidos de transparência, rastreabilidade e prestação de contas;
II - A ausência de apresentação tempestiva do Plano de Trabalho ou sua reprovação técnica definitiva;
III - A incompatibilidade do objeto proposto com o programa de governo ou com as políticas públicas setoriais aplicáveis.
Art. 48. Constatado o impedimento de ordem técnica ou jurídica na execução da emenda, o Poder Executivo notificará o autor da proposição, que terá o prazo improrrogável de 30 (trinta) dias para apresentar proposta de remanejamento, indicando novo beneficiário ou novo objeto, desde que compatível com a dotação orçamentária original.
Parágrafo único. Findo o prazo estipulado no caput sem a regularização ou o pedido de remanejamento pelo parlamentar, o Poder Executivo ficará desobrigado da execução da referida emenda, podendo anular o empenho ou remanejar o saldo para outras despesas do Município.

Art. 49. Caso seja necessária a limitação de empenho e movimentação financeira em decorrência de frustração de receitas, para cumprimento das metas de resultado primário ou nominal previstas nesta lei, as dotações orçamentárias originárias de emendas parlamentares impositivas poderão ser reduzidas em até a mesma proporção da limitação incidente sobre o conjunto das demais despesas discricionárias do Município.

Art. 50. As dotações orçamentárias correspondentes às emendas parlamentares impositivas não executadas financeiramente até o final do exercício de 2027 somente poderão ser inscritas em Restos a Pagar caso o respectivo Plano de Trabalho tenha sido devidamente aprovado e os recursos formalmente empenhados antes de 31 de dezembro.

SEÇÃO XIV
DA RESERVA DE CONTIGÊNCIA

Art. 51. A lei orçamentária anual conterá dotação consignada à:
I - reserva de contingência para atender aos passivos contingentes e a outros riscos e eventos fiscais imprevistos, de acordo com o inciso III, do art. 5º da Lei Complementar Federal n° 101/2000;
§ 1º A reserva de contingência prevista no *caput* será constituída, exclusivamente, com recursos do orçamento fiscal e pelas fontes de recursos 15000000 (Recursos Não Vinculados de Impostos – Livres).
§ 2º A não utilização dos créditos consignados à Reserva e Contingência nos fins previstos no "caput" até 31 de julho de 2027, poderá dar cobertura a créditos adicionais para suprir insuficiência orçamentária.
§ 3º Para fins de utilização dos recursos a que se refere o *caput*, considera-se como eventos fiscais imprevistos, a que se refere a alínea "b" do inciso III do caput do art. 5º da Lei de Responsabilidade Fiscal, a abertura de créditos adicionais para o atendimento de despesas não previstas ou insuficientemente dotadas na lei orçamentária de 2027.
Art. 52. Para os fins da mensuração dos **passivos contingentes**, deve-se considerar:

I - Em relação às demandas judiciais, avaliar a série histórica de bloqueios judiciais;
II - Em relação às dívidas em processos de reconhecimento, deve-se avaliar processo em trâmite, o estoque de restos a pagar cancelados e a série histórica dos pagamentos em forma de indenização.
Parágrafo Único. Cada unidade orçamentária deve avaliar a possibilidade de transformar demandas judiciais repetitivas em políticas públicas a serem executadas voluntariamente.

Art. 53. Fica o Poder Executivo autorizado a indicar como **recurso de contrapartida** a reserva de contingência quando da formulação de convênios e contratos de repasse firmados com outas esferas de governo, conforme Portaria Interministerial MPOG/MF/CGU nº 424/2016.
Parágrafo Único. Os recursos da reserva de contingência indicados na formulação de convênios e contratos de repasse deverão ser substituídos quando foram autorizados os créditos adicionais.
SEÇÃO XV
DA PROGRAMAÇÃO FINANCEIRA E DO CRONOGRAMA MENSAL DE DESEMBOLSO

Art. 54. Até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária para o exercício de 2027, o Executivo estabelecerá a **programação financeira e o cronograma mensal de desembolso**, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.
§ 1º Integrarão a programação financeira as transferências financeiras de caixa para caixa, do Tesouro Municipal para as pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal Indireta e destas para o Tesouro Municipal.
§ 2º O repasse de recursos financeiros do Executivo para o Legislativo fará parte da programação financeira e do cronograma de que trata este artigo, devendo ocorrer na forma de duodécimos a serem pagos até o dia 20 (vinte) de cada mês.

SEÇÃO XVI
DAS METAS BIMESTRAIS DE ARRECADAÇÃO E DOS CRITÉRIOS DE LIMITAÇÃO DE EMPENHO

Art. 55. Também no prazo de até 30 (trinta) dias após a publicação da lei orçamentária para o exercício de 2027, a Administração Pública Municipal Direta e as pessoas jurídicas da Administração Pública Municipal Indireta estabelecerão metas bimestrais de arrecadação para a realização das respectivas receitas estimadas.
Art. 56. Na hipótese de ser constatada, após o encerramento de cada bimestre, frustração na arrecadação de receitas capaz de comprometer a obtenção dos resultados nominal e primário, fixados no Anexo I - Metas Fiscais desta Lei, por atos a serem adotados nos 30 (trinta) dias subsequentes, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão, de maneira proporcional, a limitação de empenho e movimentação financeira, em montantes necessários à preservação dos resultados fiscais almejados.
§ 1º Se for necessário efetuar a limitação de empenho e movimentação financeira, o Poder Executivo apurará o montante necessário e informará ao Poder Legislativo até o vigésimo segundo dia após o encerramento do bimestre, acompanhado da devida memória de cálculo.
§ 2º Os Poderes Executivo e Legislativo, com base na informação a que se refere o *caput*, editarão ato, até o trigésimo dia subsequente ao encerramento do respectivo bimestre, que evidencie a limitação de empenho e a movimentação financeira.
§ 3º Em face do disposto nos §§ 9º, 11 e 17 do art. 166 da Constituição, a limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o § 1º deste artigo também incidirá sobre o valor das emendas individuais eventualmente aprovadas na Lei Orçamentária anual.

§ 4º Na limitação de empenho e movimentação financeira, serão adotados critérios que produzam o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente nas que envolvam criança e adolescente, educação, saúde e assistência social, e na compatibilização dos recursos vinculados, bem como na busca da continuidade das obras e reformas em andamento.
§ 5º Não serão objeto de limitação de empenho e movimentação financeira as dotações destinadas:
I - ao custeio dos direitos das crianças e dos adolescentes;
II - ao atingimento dos percentuais mínimos de aplicação na saúde e no ensino e as decorrentes de outros recursos vinculados.
III - ao pagamento do serviço da dívida e de precatórios judiciais;
IV - às contrapartidas requeridas em convênios firmados com a União e o Estado.
V - às despesas de pessoal e seus respectivos encargos.
§ 6º Na limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada, na hipótese de ser necessária, a redução de eventual excesso da dívida consolidada, obedecendo-se ao que dispõe o artigo 31 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 7º Na ocorrência de calamidade pública, desde que reconhecida pela Câmara Municipal, serão dispensadas a obtenção dos resultados fiscais programados e a limitação de empenho enquanto perdurar essa situação, nos termos do disposto no artigo 65 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 8º A limitação de empenho e movimentação financeira poderá ser suspensa, no todo ou em parte, caso a situação de frustração na arrecadação de receitas se reverta nos bimestres seguintes.
Art. 57. Os critérios e a forma de limitação de empenho de que trata a alínea "b" do inciso I do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000, serão processados mediante os seguintes procedimentos operacional e contábil:
I - revisão física e financeira contratual, adequando-se aos limites definidos por órgãos responsáveis pela política econômica e financeira do Município, formalizadas pelo respectivo aditamento contratual; e
II - contingenciamento do saldo de empenho a liquidar, ajustando-se à revisão contratual determinada pelo inciso I do caput deste artigo.

CAPÍTULO III
DA AVALIAÇÃO E CONTROLE DE CUSTOS

Art. 58. Para atender ao disposto no inciso I do artigo 4º da Lei Complementar nº 101/2000 e suas alterações, os Chefes dos Poderes Executivo e Legislativo adotarão providências perante os respectivos setores de contabilidade e orçamento para, com base nas despesas liquidadas, apurarem os custos e resultados das ações e programas estabelecidos no Plano Plurianual do Município.

§ 1º Os custos e resultados apurados serão apresentados em relatórios elaborados na forma dos artigos 52 a 55 da Lei Complementar nº 101/2000.
§ 2º Os relatórios de que trata o § 1º deste artigo conterão, ainda, avaliação dos resultados alcançados e sua comparação com as metas previstas nas peças orçamentárias para o período.
§ 3º Merecerá destaque o aprimoramento da gestão orçamentária, financeira e patrimonial, por intermédio da modernização dos instrumentos de planejamento, execução, avaliação e controle interno.
§ 4º O Poder Executivo promoverá amplo esforço de redução de custos, otimização de gastos e reordenamento de despesas do setor público municipal, sobretudo pelo aumento da produtividade na prestação de serviços públicos e sociais.
§ 5º As políticas públicas e metas alinhadas com os Planos Nacional e Municipal de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino e Ações e Serviços Públicos de Saúde serão consideradas pelos respectivos órgãos durante seus respectivos planejamentos para elaboração da Lei Orçamentária.
§ 6º As políticas públicas municipais serão alinhadas com as diretrizes principais da União e do Estado exaradas nos seus respectivos projetos de lei de diretrizes orçamentárias e deverão ser implementadas sob as premissas da eficácia, eficiência e efetividade.

CAPÍTULO IV
DAS DISPOSIÇÕES SOBRE A DÍVIDA PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 59. A Lei Orçamentária de 2027 poderá conter autorização para contratação de operações de crédito para atendimento à despesas de capital, observado o limite de endividamento, de até 50% da receita corrente líquidas apuradas até o final do semestre anterior a assinatura do contrato, na forma estabelecida na LRF, art. 30, 31 e 32.

Art. 60. O ente interessado formalizará seu pleito, fundamentando-o em parecer de seus órgãos técnicos e jurídicos, demonstrando a relação custo-benefício, o interesse econômico e social da operação de crédito a ser contratada.

Art. 61. Ultrapassado o limite de endividamento definido na legislação pertinente e enquanto perdurar o excesso, o Poder Executivo obterá resultado primário necessário por meio da limitação de empenho e movimentação financeira.

CAPÍTULO V
DAS TRANSFERÊNCIAS PARA O SETOR PÚBLICO E PRIVADO

Art. 62. Observadas as normas estabelecidas pelo art. 26 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, para dar cumprimento aos programas e às ações aprovadas pelo Legislativo na Lei Orçamentária, fica o Executivo autorizado a destinar recursos para cobrir, direta ou indiretamente, necessidades de **pessoas físicas**, desde que constantes de programas sociais previstos em lei municipal, observando o disposto no § 10º, do art. 73, da Lei nº 9.504/1997.
Parágrafo Único. Para fins do disposto neste artigo, entende-se por:
I - **auxílios financeiros a pessoas físicas**: dotações destinadas a atender despesas de concessão de auxílio financeiro diretamente a pessoas físicas, sobre diferentes modalidades, como ajuda ou apoio financeiro e subsídio ou complementação na aquisição de bens; e
II - **material de distribuição gratuita**: dotações destinadas a atender despesa com a aquisição de materiais de distribuição gratuita, tais como livros didáticos, gêneros alimentícios, materiais de construção e outros materiais ou bens que possam ser distribuídos gratuitamente, exceto os destinados a premiações culturais, artísticas, científicas, desportivas e outras.

Art. 63. Será permitida a transferência de recursos a **entidades privadas sem fins lucrativos**, por meio de auxílios, subvenções ou contribuições, desde que observadas às exigências da Lei nº 4.320/64, da Lei nº 13.019/14 e as que vierem a ser estabelecidas pelo Poder Executivo, além de:
I - apresentação de programa de trabalho a ser proposto pela beneficiária ou indicação das unidades de serviço que serão objeto dos repasses concedidos;
II - demonstrativo e parecer técnico evidenciando que a transferência de recursos representa vantagem econômica para o órgão concessor, em relação a sua aplicação direta;
III - justificativas quanto ao critério de escolha do beneficiário;
IV - em se tratando de transferência de recursos não contemplada inicialmente na Lei Orçamentária, declaração quanto à compatibilização e adequação aos artigos 15 e 16 da Lei Complementar Federal nº 101/2000;
V - vedação à redistribuição dos recursos recebidos a outras entidades, congêneres ou não;
VI - apresentação da prestação de contas de recursos anteriormente recebidos, nos prazos e condições fixados na legislação e inexistência de prestação de contas rejeitada;
VII - cláusula de reversão patrimonial, válida até a depreciação integral do bem ou a amortização do investimento, constituindo garantia real em favor do concedente em montante equivalente aos recursos de capital destinados à entidade, cuja execução ocorrerá caso se verifique desvio de finalidade ou aplicação irregular dos recursos;

§ 1º A transferência de recursos a título de **subvenções sociais**, nos termos da Lei nº 4.320/64, atenderá as entidades privadas sem fins lucrativos que exerçam atividades de natureza continuada nas áreas de assistência social, saúde, educação ou cultura.
§ 2º As **contribuições** somente serão destinadas a entidades sem fins lucrativos que não atuem nas áreas de que trata o parágrafo primeiro deste artigo.
§ 3º A transferência de recursos a título de **auxílios**, previstos no art. 12, § 6º, da Lei nº 4.320/64, somente poderá ser realizada para entidades privadas sem fins lucrativos e desde que sejam de atendimento direto e gratuito ao público.
§ 4º As transferências que trata o *caput* do artigo serão efetivadas por meio de convênios, termos de colaboração ou termos de fomento.
§ 5º O órgão ou entidade concedente deverá providenciar para que seja mantida atualizada no Portal de Transparência a relação das entidades beneficiadas com subvenções sociais, auxílios e contribuições, contendo, pelo menos:
I - nome e CNPJ;
II - nome, função e CPF dos dirigentes;
III - área de atuação;
IV - endereço da sede;
V - data, objeto, valor e número do convênio, parceria ou instrumento congênere;
VI - valores transferidos e respectivas datas.

CAPÍTULO VI
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA DE PESSOAL

Art. 64. Os Poderes Executivo e Legislativo terão como limites na elaboração de suas propostas orçamentárias para pessoal e encargos sociais para o exercício de 2027 o art. 169, § 1°, II e art. 37, X, ambos da Constituição Federal, os artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000 e na legislação municipal em vigor.
§ 1º Será utilizada como base de projeção do limite para elaboração de sua proposta orçamentária de despesas com pessoal e encargos sociais as despesas com folha de pagamento no mês de março de 2026.

§ 2º Na projeção das despesas de que trata o *caput* deste artigo, serão considerados valores referente a férias, 13° mês de vencimentos, eventuais acréscimos legais, alterações de planos de carreira, impactos do salário mínimo, revisão geral anual das remunerações, admissões para preenchimento de cargos e outras variáveis que afetam as despesas de pessoal e encargos sociais.

Art. 65. Nos termos do artigo 37, inciso X da Constituição Federal, a concessão de **revisão geral anual** das remunerações dos servidores públicos, a criação de cargos, empregos e funções, a alteração de estrutura de carreiras, a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título e qualquer vantagem ou aumento de remuneração dos servidores e agentes políticos, pelos Poderes Executivo e Legislativo, somente serão admitidos:
I - se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às projeções de despesas de pessoal e encargos sociais e aos acréscimos dela decorrentes;
II - se observado o limite de gastos com pessoal estabelecido nos artigos 18, 19 e 20 da Lei Complementar nº 101/2000;
III - sejam respeitadas as vedações contidas no artigo 8º, da Lei Complementar nº 173/2020; e
IV - se observada à margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado;
Art. 66. A **contratação de pessoal por tempo determinado**, conforme art. 37, Inciso IV, da Constituição Federal, para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos da:
I - previsão na lei orçamentária anual;
II - lei especifica autorizando a contratação com base em necessidade temporária de excepcional interesse público;
III - sejam respeitadas as vedações contidas no artigo 8º, da Lei Complementar nº 173/2020;
IV - processo seletivo;
V - contrato individual com prazo predeterminado.

Parágrafo Único Considera-se necessidade temporária de excepcional interesse público:
I - assistência a situações de calamidade pública;
II - assistência a emergências em saúde pública;
III - admissão para suprir a falta de servidor ocupante de cargo efetivo decorrente de licença.

Art. 67. Para efeito desta Lei e registros contábeis, entende-se como **terceirização de mão-de-obra** referente substituição de servidores de que trata o art. 18, § 1° da LRF/2000, a contratação de mão-de-obra cujas atividades ou funções guardem relação com atividades ou funções previstas no Plano de Cargos da Administração Municipal, ou ainda, atividades próprias da Administração Pública, desde que, em ambos os casos, não haja utilização de materiais ou equipamentos de propriedade do contratado ou de terceiros.
Parágrafo Único Não se considera como substituição de servidores públicos, para efeito do *caput* deste artigo, os contratos de terceirização que tenham por objeto a execução indireta de atividades que preencham simultaneamente as seguintes condições:

I - sejam acessórias, instrumentais ou complementares aos assuntos que constituem área de competência legal e regulamentar do órgão ou entidade; e
II - não sejam inerentes às categorias funcionais abrangidas por plano de cargos e vencimentos do quadro de pessoal do órgão ou entidade, salvo expressa disposição legal em contrário, ou quando se tratar de cargo ou categoria em extinção.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À POLÍTICA TRIBUTÁRIA

Art. 68. O Poder Executivo submeterá à Câmara Municipal projetos de lei que alterem o sistema tributário, promovendo medidas de justiça fiscal, de combate à evasão fiscal e que contribuam para elevação da capacidade de investimento do Município.
Art. 69. Na estimativa das receitas do projeto de lei orçamentária, poderão ser considerados os efeitos das propostas de alterações na legislação tributária e das contribuições que sejam objeto de projetos de lei que estejam em tramitação no Poder Legislativo.
Art. 70. Os projetos de lei de concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, isenção em caráter não geral, de alteração de alíquota ou de modificação de base de cálculo que impliquem redução discriminada de tributos ou contribuições e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado deverão atender ao disposto no art. 14 da Lei Complementar Federal nº 101/2000, devendo ser instruídos com demonstrativo evidenciando que não serão afetadas as metas de resultado nominal e primário.
Parágrafo Único. Excluem-se os atos relativos ao cancelamento de créditos inferiores aos custos de cobrança, bem como o desconto para pagamento à vista do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU), desde que os respectivos valores tenham composto a estimativa da receita orçamentária.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

Art. 71. Cabe à Secretaria Municipal de Finanças a responsabilidade pela apuração dos resultados primário e nominal para fins de avaliação do cumprimento das metas fiscais previstas nesta Lei, em atendimento ao art. 9º e seus parágrafos da Lei Complementar no 101/2000.

Art. 72 A proposição de dispositivo legal que crie órgãos, fundos, programas especiais, vinculando receita ou originando nova despesa, deverá, obrigatoriamente, atender ao disposto nos artigos. 16 e 17, da Lei Complementar nº 101/2000.

Art. 73. O projeto de lei orçamentária anual de 2027 poderá incluir modificações nas estimativas de receita, despesas e metas programáticas presentes nesta Lei, de modo a atender os objetivos e as ações constantes do Plano Plurianual em vigor até 2029.
Art. 74. Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação.

Gabinete do Prefeito, 17 de agosto de 2026.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó/RN

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2027
ANEXO I
PROGRAMAÇÃO DE PRIORIDADES PARA 2027

1. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E TURISMO:

1.1 DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO:
1.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria;
1.1.2 Revitalização do Castelo de Engady, através de parcerias com instituições públicas e privadas;
1.1.3 Promoção de cursos profissionalizantes para trabalhadores das diversas categorias econômicas – artesanato, comércio, indústria e serviços;
1.1.4 Construção do Centro Tecnológico Têxtil do Seridó;
1.1.5 Implantação do SISCOM (Complexo Industrial, Serviço e Comércio do Seridó Empresarial;
1.1.6 Fortalecimento da Caicó Mostra Caicó, da Feira de Artesanato dos Municípios do Seridó e de outros eventos de negócios;
1.1.7 Apoio aos eventos universitários e empresariais promovidos no município;
1.1.8 Apoio aos processos de Indicação Geográfica do Queijo e do Bordado;
1.1.9 Convênio com a ADESE - Agencia de Desenvolvimento Sustentável do Seridó;
1.1.10 Apoio às ações que visem à instalação de empreendimentos industriais e comerciais no Município;
1.1.11 Aquisição de veículo para atender a Secretaria de Desenvolvimento Econômico e Turismo e a Coordenação de Cultura;
1.1.12 Realizar publicações que divulguem a cadeia produtiva e as vocações econômicas caicoenses;
1.1.13 Execução do Programa de Desenvolvimento Econômico Local – DEL, em parceria com o SENAC;
1.1.14 Consolidar Caicó como destino turístico de lazer e de negócios.
1.2 TURISMO:
1.2.1 Manutenção do Conselho Municipal de Turismo;
1.2.2 Elaboração do Inventário de Ofertas Turísticas de Caicó;
1.2.3 Elaboração do Plano Municipal de Desenvolvimento Turístico;
1.2.4 Elaboração e promoção de Roteiros Turísticos de Caicó, como o Roteiro Geoturístico, o Roteiro Gastronômico e o Roteiro Religioso;
1.2.5 Criação do Centro de Informações Turísticas;
1.2.6 Ampliação e melhoria da infraestrutura e sinalização turística;
1.2.7 Participação do Município em eventos culturais, turísticos e de negócios, como Festas Populares, Feiras de Negócios e Festivais;
1.2.8 Elaboração e promoção do Calendário de Eventos do Município;
1.2.9 Execução do Projeto Educação Patrimonial envolvendo professores e estudantes da rede pública municipal;
1.2.10 Catalogação e Valorização do Patrimônio Material e Imaterial do Município;
1.2.11 Estruturação dos equipamentos turísticos do município como o Complexo Turístico Ilha de Sant'Ana;
1.2.12 Valorização do Turismo Rural, a partir dos geossítios, do artesanato e da gastronomia, por meio de ação articulada com outras instituições e secretarias para promoção de cursos profissionalizantes;
1.2.13 Realização do Fórum de Turismo;
1.2.14 Realização do festival da carne e queijo;
1.2.15 Organização e Apoio em Cursos Profissionalizantes;
1.2.16 Aquisição de Equipamentos para a SEDETUR;
1.2.17 Realização do Carnaval Multicultural de Caicó, em parceria com associações carnavalescas;

1.2.18 Pactuação de Termos de Parceria, através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil – MROSC para oferta de Serviços;
1.2.19 Criação do Projeto Cultural Pôr do Sol do Cuó;
1.2.20 Revitalização e valorização do Poço de Sant'Ana;
1.2.21 Promoção da Filarmônica Recreio Caicoense e Banda na Praça (Festa de Sant'Ana e Festa do Rosário);
1.2.22 Projeto ILHA JUNINA (Festival de Quadrilhas Juninas e Vila de Comidas Típicas e Forró Pé de Serra);

1.2.23 Realização do Projeto Sonífera Ilha (Ginástica, brincadeira e apresentações culturais no Anfiteatro da Ilha de Sant'Ana);
1.2.24 Consolidar parcerias com as associações e coletivos para dinamizar ações e atividades culturais em todo município;
1.2.25 Estabelecer parceria com o Sistema S para fortalecimento de atividades culturais na cidade bem como ampliação de capacitações na área de artes;
1.2.26 Realização do Encontro do Queijo em parceria com o Sebrae;
1.2.27 Participação no projeto Turismo Religioso em parceria com ADESE;
1.2.28 Apoio e incentivo em festas culturais nos bairros no Município de Caicó/RN;
1.2.29 Apoio as festividades culturais dos Distritos Palma e Laginhas.

2. TRABALHO, HABITAÇÃO E ASSISTÊNCIA SOCIAL:

2.1 ASSISTÊNCIA SOCIAL:
2.1.1 Manutenção e funcionamento da secretaria;
2.1.2 Formação continuada aos trabalhadores e trabalhadoras do SUAS;
2.1.3 Aquisição de equipamentos e material de uso permanente para SEMTHAS;
2.1.4 Manutenção do Fundo Municipal de Assistência Social;
2.1.5 Avaliação e monitoramento de políticas de assistência social;
2.1.6 Apoio à gestão e aos serviços de vigilância sócio assistencial no território do SUAS;
2.1.7 Manutenção do Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
2.1.8 Alocação de recursos no Fundo Municipal da Criança e do Adolescente;
2.1.9 Apoio a projetos sociais voltados para a criança e adolescente;
2.1.10 Manutenção e alocação de recursos no Fundo Municipal dos Direitos dos Idosos;
2.1.11 Apoio à gestão descentralizada do SUAS – Sistema Único da Assistência Social
2.1.12 Apoio à gestão descentralizada do programa Bolsa Família;
2.1.13 Manutenção do Conselho Tutelar;
2.1.14 Reestruturação do Conselho Tutelar;
2.1.15 Fortalecer a Gestão da Informação por meio da Vigilância Sócio assistencial com a implantação do Sistema de Informação Municipal do SUAS;

2.1.16 Apoio a Política Pública para Juventude;
2.1.17 Apoio ao Sistema de Gestão de Transferência Voluntária SIGTV;
2.1.18 Apoio ao Escritório Social;
2.1.19 Apoio a Gestão de Segurança Alimentar e Nutricional – SISAN;
2.1.20 Implementação de Políticas voltadas aos Direitos da Criança e do Adolescente;
2.1.21 Fortalecimento das Ações de Segurança Alimentar e Nutricional e Combate à Fome;
2.1.22 Apoio a Política de Direitos Humanos e Diversidade Racial.

2.2 PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA:
2.2.1 Acompanhamento familiar ao PAIF;
2.2.2 Manutenção e ampliação do Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos – SCFV, nas zonas urbana e rural;
2.2.3 Ampliação e melhoria da estrutura física;
2.2.4 Estruturação da rede de proteção social básica;
2.2.5 Construção de unidades públicas de Proteção Social Básica – PSB, nas áreas descobertas;
2.2.6 Manutenção das ações dos serviços de Proteção Social Básica - PSB;
2.2.7 Pactuação de convênios para a oferta de serviços de PSB;
2.2.8 Garantia de condições de trabalho adequadas;
2.2.9 Formação continuada;

2.2.10 Aprimorar a articulação em rede;
2.2.11 Ampliação dos recursos humanos;
2.2.12 Desenvolver ações intersetoriais;
2.2.13 Ampliação dos Serviços Socioassistenciais;
2.2.14 Pactuação de Termos de parceria na oferta de Serviços do PSB;
2.2.15 Apoio as Organizações da Sociedade Civil, por meio do MROSC;
2.2.16 Implementar equipe técnica para acompanhamento das famílias que encontram-se em área descoberta da PSB.

2.3 PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL:
2.3.1 Ampliação e melhoria da estrutura física;
2.3.2 Garantia de condições de trabalho adequadas;
2.3.3 Buscar junto ao Estado a ampliação da rede de atendimento da PSE;
2.3.4 Estruturação da rede de Proteção Social Especial;
2.3.5 Construção de unidades públicas de Proteção Social Especial de Média Complexidade - PSEMC;
2.3.6 Manutenção das ações dos serviços de Proteção Social Especial de Média Complexidade - PSEMC;
2.3.7 Manutenção dos Serviços de atendimento à População em situação de rua;
2.3.8 Pactuação de Termos de Parceria, através do Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil - MROSC para a oferta de serviços de PSEMC E PSEAC (Alta Complexidade);
2.3.9 Pactuação consórcios para a oferta partilhada de serviços de PSEMC E PSEAC;
2.3.10 Funcionamento das atividades de Proteção Social Especial a Criança e ao Adolescente;
2.3.11 Formação de equipe para oferta de serviços de abordagem social a população em situação de rua;
2.3.12 Funcionamento do acompanhamento pelo PAEFI das famílias com violação de direitos em decorrência do uso de substâncias psicoativas;
2.3.13 Garantir a formação continuada das equipes da PSE;
2.3.14 Implantar o Serviço Especializado em Abordagem Social;
2.3.15 Formar e manter a equipe de referência a Pessoas em situação de rua;
2.3.16 Formar equipe de referência do AEPETI para a efetivação das ações estratégicas do Programa.

2.4 BENEFÍCIOS EVENTUAIS:
2.4.1 Concessão de auxílio funeral;
2.4.2 Concessão de auxílio natalidade;
2.4.3 Concessão de cestas básicas;
2.4.4 Oferta de serviços e benefícios de proteção às famílias em situação de vulnerabilidade temporária;
2.4.5 Oferta de serviço de proteção em situações de calamidade pública e de emergência;

2.4.6 Pactuação de Termo de Parceria com o Estado para concessão de benefícios eventuais;
2.4.7 Ampliação de recursos para concessão de Benefícios Eventuais.

2.5 PROGRAMAS SÓCIOASSISTENCIAIS:
2.5.1 Implantação de programa sócio assistencial municipal, estadual ou federal;
2.5.2 Manutenção do programa primeira infância no SUAS - Criança Feliz;
2.5.3 Manutenção do programa BPC na Escola;
2.5.4 Manutenção das ações estratégicas de erradicação do trabalho infantil;
2.5.5 Funcionamento do Programa de Primeira Infância – Criança Feliz;
2.5.6 Funcionamento do Programa CREAS;
2.5.7 Fortalecimento no serviço de Proteção Social Especial as Mulheres vítimas de violência;
2.5.8 Funcionamento dos Serviços de Convivência e Fortalecimento de Vínculos SCFV.
2.5.9 Fortalecimento do serviço de atendimento as pessoas egressas do sistema prisional, através do Escritório Social

2.6 CONTROLE SOCIAL
2.6.1 Aquisição de equipamentos e material de uso permanente para conselhos da política de assistência social;
2.6.2 Apoiar a formação continuada;
2.6.3 Capacitação continuada para os conselheiros da política de assistência social;

2.6.4 Manutenção do Conselho Municipal de Direitos da Criança e do Adolescente;
2.6.5 Manutenção do Conselho Municipal de Direitos do Idoso;
2.6.6 Manutenção do Conselho Municipal de Assistência Social;
2.6.7 Realização de conferências, fóruns e debates para ampliação do controle social;
2.6.8 Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos das Pessoas com Deficiência;
2.6.9 Construção e Manutenção do Conselho Municipal dos Direitos da Mulher;
2.6.10 Manutenção do Conselho Municipal de Habitação de Interesse Social;
2.6.11 Manutenção do Conselho Municipal de Políticas sobre Drogas;
2.6.12 Apoio ao Fórum dos usuários do SUAS;
2.6.13 Construção/Manutenção do Conselho Municipal de Juventude.

2.7 HABITAÇÃO E INTERESSE SOCIAL:
2.7.1 Reforma, ampliação e construção de unidades habitacionais;
2.7.2 Construção e ampliação de unidades sanitárias;
2.7.3 Regularização fundiária de moradias para população em vulnerabilidade social;
2.7.4 Desapropriação de terrenos para construção de unidades habitacionais de interesse social;
2.7.5 Implantação do Fundo Municipal de Habitação e Interesse Social;
2.7.6 Apoio ao Trabalho Social com família em Programa de Habitação de Interesse Social.

2.8 GERAÇÃO DE TRABALHO E RENDA:
2.8.1 Fomentar cursos de geração de trabalho, renda e qualificação profissional para pessoas em situação de vulnerabilidade social;
2.8.2 Pactuação de Termos de parcerias para o fortalecimento das cadeias de produção e transformação;
2.8.3 Incentivo às ações de geração de emprego, trabalho e renda para pessoas com deficiência;
2.8.4 Incremento à cadeia produtiva do artesanato e da culinária;
2.8.5 Desenvolvimento de ações de inserção/reinserção no mercado de trabalho;
2.8.6 Desenvolvimento de ações para a criação de cooperativas de produção e fortalecimento do associativismo;
2.8.7 Apoio à estruturação da produção e inclusão produtiva.

3. INFRAESTRUTURA E SERVIÇOS URBANOS:

3.1 DRENAGEM E PAVIMENTAÇÃO:
3.1.1 Construção e manutenção de galerias de águas pluviais e águas servidas nos bairros;
3.1.2 Construção e Manutenção de Pavimentação e Drenagem de águas servidas e pluviais nas vias públicas;
3.1.3 Construção e Manutenção dos anéis viários para interligar os bairros do município;

3.1.4 Capeamento e recapeamento asfáltico das vias públicas;
3.1.5 Construção e manutenção de passagens molhadas, pontilhões e pontes na zona urbana;
3.1.6 Ampliação e manutenção do programa de pavimentação comunitária;
3.1.7 Desobstrução de vias públicas, com aberturas de ruas;
3.1.8 Construção e manutenção de trechos das estradas.

3.2 COLETA DE LIXO E SANEAMENTO:
3.2.1 Aquisição e Manutenção de veículos, máquinas e equipamentos para atender as demandas desta secretaria;
3.2.2 Revisão do Plano de Saneamento Básico.

3.3 ILUMINAÇÃO PÚBLICA:
3.3.1 Expansão e manutenção dos serviços de iluminação pública urbana, rural e prédios públicos;
3.3.2 Implantação de energias renováveis na iluminação pública e prédios públicos;
3.3.3 Decoração luminosa para datas comemorativas e eventos públicos.

3.4 OBRAS PÚBLICAS DA ZONA URBANA:

3.4.1 Manutenção, Ampliação e Aquisição de equipamentos da Nova Estação Rodoviária;
3.4.2 Construção de um cemitério público;
3.4.3 Construção da infraestrutura necessária para implantação do Distrito Industrial;
3.4.4 Construção de mercado popular e camelódromo;
3.4.5 Construção de pórticos de entrada do município;
3.4.6 Construção de um Centro Administrativo;
3.4.7 Construção, Restauração, Manutenção e reforma dos prédios das secretarias municipais;
3.4.8 Obras de acessibilidade nas praças, prédios públicos e logradouros;
3.4.9 Construção, Reforma, Manutenção, Conservação e Revitalização de Praças e Jardins no Município;
3.4.10 Restauração, ampliação e Manutenção da Antiga Prefeitura;
3.4.11 Restauração e Manutenção da Rodoviária Manoel de Neném;

3.4.12 Construção e manutenção de parques infantis, academias e áreas de lazer nos bairros;
3.4.14 Restauração e manutenção dos Cemitérios Públicos;
3.4.15 Restauração e Manutenção do Mercado Municipal;
3.4.16 Restauração e Manutenção das Lavanderias Públicas;
3.4.17 Restauração e Manutenção do Centro Administrativo.

3.5 ENFRENTAMENTO DA SECA – ZONA URBANA:
3.5.1 Construção de Cisternas na Zona Urbana;
3.5.2 Construção e Manutenção de Poços Tubulares na zona urbana;
3.5.3 Construção de adutoras para abastecimento de água.
3.6 FUNCIONAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA SECRETARIA:
3.6.1 Construção e manutenção da sede própria da secretaria;
3.6.2 Revisão do Código de Obras;
3.6.3 Regularização Fundiária Urbana;
3.6.4 Reformulação e revisão do Plano diretor do municipio;
3.6.5 Aquisição e desapropriação de imóveis.

4. MEIO AMBIENTE:

4.1 INFRAESTRUTURA DA SECRETATIA:
4.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria do Meio Ambiente;
4.1.2 Ampliação da estrutura da Secretaria do Meio Ambiente;
4.1.3 Manutenção do Conselho Municipal do Meio Ambiente;
4.1.4 Manutenção das ações de Coleta Seletiva;
4.1.5 Aquisição de equipamento e veículos para recolhimento de podas e suporte da Secretaria;
4.1.6 Ampliação e Manutenção do Horto Florestal do Município;
4.1.7 Implantação de fiscalização de impactos ambientais;
4.1.8 Manutenção de ações de Educação Ambiental;

4.1.9 Manutenção do Consórcio Intermunicipal Multifinalitário da Região do Seridó (CIM SERIDÓ RN);
4.1.10 Manutenção do Fundo Municipal de Meio Ambiente.

4.2 PRESERVAÇÃO:
4.2.1 Execução de ações de desassoreamentos dos Rios e Açudes;
4.2.2 Recuperação da Mata Ciliar das Áreas de Preservação Permanente – APP;
4.2.3 Promoção de oficinas de Educação Ambiental nas Escolas e Comunidades;
4.2.4 Intensificar a doação de mudas à população;
4.2.5 Execução de melhorias da arborização urbana;
4.2.6 Criação do Plano de Arborização;

4.2.7 Execução do projeto “Viva Caicó – Adote uma Árvore”;
4.2.8 Criação de Unidades de Conservação;
4.2.9 Implantação de coletores de Materiais Recicláveis e de Resíduos Perigosos;
4.2.10 Conservação e manutenção da APP do Açude Recreio;
4.2.11 Revitalização do Poço de Sant’Ana;
4.2.12 Ações de limpeza dos Rios Seridó, Barra Nova e Sabugi;
4.2.13 Criação e implantação do Departamento de Licenciamento Ambiental;
4.2.14 Elaboração do Zoneamento Ambiental;
4.2.15 Criação do Sistema de Informações Municipais;
4.2.16 Execução da fiscalização Ambiental e aplicação de penalidades.

5. AGRICULTURA, PECUÁRIA E ABASTECIMENTO:

5.1 INFRAESTRUTURA DA SECRETARIA:
5.1.1 Funcionamento dos serviços da secretaria;
5.1.2 Manutenção do Parque de Exposições Walfredo Gurgel para feiras e eventos;
5.1.3 Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos para o Matadouro Público;
5.1.4 Implantação de sistema de saneamento básico nos Distritos Palma, Laginhas, Perímetro Irrigado, Sabugi e outras comunidades;

5.1.5 Programas de enfrentamento aos efeitos da seca;
5.1.6 Construção e reforma de cisternas na zona rural;
5.1.7 Construção de poços tubulares e amazonas na zona rural;
5.1.8 Instalação e recuperação de dessalinizadores;
5.1.9 Construção, reforma, ampliação e desassoreamento de reservatórios, açudes e barragens;
5.1.10 Aquisição de equipamentos, veículos, máquinas pesadas e carros-pipa;
5.1.11 Cortes de terras para a produção agrícola;
5.1.12 Reforma, ampliação e aquisição de equipamentos da Feira Livre de Caicó;
5.1.13 Apoio ao pequeno produtor rural através da oferta de cursos e treinamentos;
5.1.14 Realização de eventos agropecuários no município;
5.1.15 Implementação do Serviço de Inspeção Municipal;
5.1.16 Construção de silagens;
5.1.17 Aquisição e distribuição de sementes;
5.1.18 Construção e restauração de travas espaçadas para impedir o trânsito de animais;
5.1.19 Construção e recuperação de passagens molhadas na zona rural;
5.1.20 Construção, recuperação e melhoria das estradas vicinais;
5.1.21 Reforma, ampliação e equipamentos para o Açougue Público.

6. EDUCAÇÃO:

6.1 TRANSPORTE ESCOLAR:
6.1.1 Funcionamento do Programa de Transporte Escolar;
6.1.2 Aperfeiçoar a oferta de transporte aos estudantes da zona urbana e rural;
6.1.3 Aquisição de micro-ônibus e ônibus escolares;

6.2 INFRAESTRUTURA DAS ESCOLAS:
6.2.1 Construção, ampliação, restauração e adequação de unidades de ensino e creches;
6.2.2 Aquisição de equipamentos de informática e implantação de Laboratórios nas escolas municipais;

6.2.3 Aquisição e/ou desapropriação de imóveis para melhoria da infraestrutura de ensino;
6.2.4 Garantir manutenção/funcionamento das unidades de ensino com material de consumo e expediente; bem como, utensílios e equipamentos;

6.2.5 Construção e reforma de quadras esportivas;
6.2.6 Manutenção, revitalização, aquisição de acervo e informatização para a Biblioteca Pública Municipal Olegário Vale e Chico Mota;
6.2.7 Manutenção da Escola Profissional Júlia Medeiros;
6.2.8 Aquisição de veículos para suporte da Secretaria;
6.2.9 Aquisição de parquinhos para creches e escolas municipais.

6.3 REORGANIZAÇÃO ADMINISTRATIVA DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO:
6.3.1 Promover de forma descentralizada, planejada e dialogada com a base educacional uma reforma administrativa na SEMECE e unidades escolares a fim de promover a modernização da Rede Municipal de Ensino, a partir de princípios como a proatividade, resolutividade, proximidade, coletividade, inclusão e humanização do nosso Sistema Educacional de forma articulada, dinâmica e atuante;
6.3.2 Implantar o Padrão Municipal de Ensino – PAME, para Educação Básica, estruturando novos currículos, integrando a Rede e articulando-a com novas tecnologias de ensino;
6.3.3 Estruturar uma política de oferta de vagas para a rede municipal de ensino, a partir de critérios transparentes e construídos com o coletivo educacional;
6.3.4 Reorganizar o setor pedagógico da SEMED e das unidades escolares, criando o cargo de Apoio Pedagógico nas unidades escolares fortalecendo uma rede de proximidade, conexões e apoios para fortalecer as atividades de planejamento e orientações à gestão e aos docentes;
6.3.5 Ampliar e melhorar o sistema de informatização da rede de ensino, interligando a SEMED com as unidades escolares, criando o Sistema Municipal Integrado de Informação Escolar (SIMIE);
6.3.6 Implantar uma gestão plena na SEMED, afim de garantir mais autonomia e dinamicidade ao órgão central;
6.3.7 Fortalecer a política de Educação Inclusiva com a formação de equipes multidisciplinares (psicólogos educacionais, assistentes sociais, psicopedagogos, professores auxiliares especializados e cuidadores) nas unidades escolares, em conexão com a SEME;
6.3.8 Apoiar as escolas municipais na realização de eventos em datas comemorativas como o dia das mães/pais/família, dia do estudante e semana da criança;
6.3.9 Mapear a demanda reprimida na Educação Infantil;
6.3.10 Ampliar a oferta de vagas da Educação Infantil, especialmente de Creche;
6.3.11 Garan r uma polí ca municipal de formação con nuada.
6.4 PROGRAMAS E EVENTOS:
6.4.1 Funcionamento do Programa de Merenda Escolar: PNAE Creche; PNAE Pré-Escola; PNAE
EJA, PNAE Ensino Fundamental e PNAE AEE;
6.4.2 Funcionamento do Programa de Educação de Jovens e Adultos – EJA e NOVO MAIS EDUCAÇÃO;
6.4.3 Funcionamento do Ensino Fundamental e Educação Infan l com Recursos do Salário Educação;
6.4.4 Funcionamento do Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE;
6.4.5 Funcionamento do Programa Saúde na Escola – PSE;
6.4.6 Ampliar, fortalecer e democra zar os conselhos de controle social: Fundeb, Conselho Municipal de Educação, Conselho da Alimentação Escolar e Conselhos Escolares com o obje vo de fomentar o controle social através do debate crí co, poli zado, transparente, autônomo e consciente, que envolva a comunidade escolar no sen do de promover a qualidade do sistema de ensino do município;
6.4.7 Funcionamento do Programa Brasil Carinhoso;
6.4.8 Fortalecer o programa de educação no campo em todos os níveis de atendimento da
Educação Infan l, Ensino Fundamental, Ensino de Jovens e Adultos;
6.4.9 Funcionamento das ações complementares ao ensino com ênfase na prevenção à saúde sica e mental;
6.4.10 Funcionamento do Programa Tempo de Aprender;
6.4.11 Funcionamento e ampliação do Programa de Alfabe zação e Letramento (PROALE);
6.4.12 Funcionamento do Programa Primeira Infância;
6.4.13 Criação de espaços que promovam a cultura e a arte, tais como: mostras culturais e exposições, lançamentos de livros, cordel, concursos sobre a cultura regional, bem como eventos que promovamo artesanato, a culinária e o patrimônio histórico e cultural do nosso município;
6.4.14 Fomentar a Cultura através da publicação de editais, chamadas públicas para a elaboração de projetos, eventos e a promoção de ar stas locais em diferentes modalidades;
6.4.15 Funcionamento do Atendimento Educacional Hospitalar e Domiciliar.
6.4.16 Manutenção e funcionamento do Setor de Cultura em relação ao apoio logísi co, técnico e de equipamentos para realização de eventos culturais;
6.4.17 Execução do Projeto Formação Cidadã;
6.4.18 Criação do Projeto Sarau Literário;
6.4.19 Fomento a leitura através de concursos de leitura e desenho;
6.4.20 Desenvolvimento do Projeto de fomento a par cipação nas Olimpíadas Nacionais de componentes curriculares;
6.4.21 Apoio a Cultura e as artes em suas diferentes modalidades;
6.4.22 Fortalecer a implantação da Educação empreendedora, patrimonial, ecológica e sexual como meio de desenvolvimento das competências para a formação cidadã dos estudantes na rede municipal;
6.4.23 Funcionamento do Programa Escola em Tempo Integral, ins tuido pela Lei nº 14.640 de 31 de julho de 2023, visa fomentar a criação de matrículas em tempo integral em todas as etapas e modalidades da educação básica, na perspec va da educação integral. Esse programa busca o cunprimento da Meta 6 do Plano Nacional de Educação (PNE) 2014-2024;
6.4.24 Desenvolvimento de açõespedagógicas que visem mi gar as dificuldades de aprendizagens, estabelecendo reforço escolare fortalecendo a Progressão Parcial;

6.4.25 Ampliar o funcionamento dos CERAps (Centro de Referência e Apoio às aprendizagens), como forma de trabalhar as dificuldades pedagógicas de aprendizagem com a presença de Psicólogos, Assistentes Sociais e Professores pedagogos e psicopedagogos;
6.4.26 Consolidar uma educação estratégica, inclusiva e transformadora, com foco na qualidade e na equidade, abrangemdo a Educação Infan l, o Ensino Fundamental e a EJA;
6.4.27 Promover a qualidade alimentar e a segurança nutricional nas unidades escolares do Município;
6.4.28 Fortalecer as ações que promovam ambientes escolares mais seguros, acolhedores e que incen ve a permanência dos estudantes.
7. SAÚDE:
7.1 ATENDIMENTO AMBULATORIAL, EMERGENCIAL E HOSPITALAR DE MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE:
7.1.1 Aquisição de Ambulâncias Básicas;
7.1.2 Manter, fortalecer, implementar e reformar o Hospital do Seridó;
7.1.3 Manter e fortalecer a contratualização e regulação da Assistência Ambulatorial e Hospitalar de Média e Alta Complexidade do SUS;
7.1.4 Manter e fortalecer o Serviço de Urgência Pediátrica do Hospital do Seridó;
7.1.5 Implementar as Ações de Atenção à Saúde do Trabalhador e manter e fortalecer os serviços do CEREST;
7.1.6 Manter e fortalecer a Rede de Saúde Mental, através da manutenção dos serviços: CAPS III, CAPS AD e Residência Terapêu ca;
7.1.7 Manter e fortalecer o Serviço Móvel de Urgência e Emergência;
7.1.8 Regulamentar os vínculos dos Servidores do Hospital do Seridó;
7.1.9 Manter e fortalecer o apoio aos pacientes em tratamento fora do domicílio;
7.1.10 Adquirir equipamentos hospitalares, móveis de escritório, eletrodomés cos e refrigeração para as Unidades de Saúde;
7.1.11 Manutenção da Policlínica, através da par cipação de consórcios públicos;
7.1.12 Manter e fortalecer a Central de Ambulância;
7.1.13 Manter, fortalecer e implementar os serviços do Centro Especializado em Reabilitação – CER III
7.1.14 Manter e fortalecer as Ações de Assistência Obstétrica e Pediátrica do Município;
7.1.15 Implantar um “CAPSi” Regional;
7.1.16 Adquirir equipamentos hospitalares, móveis de escritório, eletrodomés cos e refrigeração para o Hospital do Seridó;
7.1.17 Manter e fortalecer as ações para enfrentamento da COVID;
7.1.18 Aquisição de Unidade Móvel em Saúde para atendimentos i nerantes na zona urbana e rural no Município de Caicó.
7.2 ATENÇÃO BÁSICA:
7.2.1 Construir, reformar e ampliar as Unidades de Saúde na zona rural e urbana;
7.2.2 Manter e Adequar a Rede de Atenção à Saúde;
7.2.3 Manter, implementar e fortalecer a atenção básica;
7.2.4 Adquirir equipamentos hospitalares, móveis de escritório, eletrodomés cos e refrigeração para funcionamento das Unidades Básicas de Saúde;
7.2.5 Manter e fortalecer o Programa Saúde na Escola – PSE;
7.2.6 Realizar processos licitatórios para adquirir e/ou locar veículos para as a vidades diárias da Secretaria Municipal de Saúde;
7.2.7 Manter e fortalecer as ações do Pronto Atendimento Odontológico;
7.2.8 Concluir, Manter e fortalecer os Polos de Academia da Saúde;
7.2.9 Implantar, manter e fortalecer as equipes de Saúde Prisional;
7.2.10 Implementar e promover amanutenção da Integração ensino-serviço no tocante à residência médica e respec va preceptora em medicina geral de família e comunidade;
7.2.11 Implantar, manter e fortalecer a informa zação das Unidades de Saúde, priorizando a implantação do prontuário eletrônico - PET
7.2.12 Manter, fortalecer e implementar as a vidades de saúde bucal e o programa de prótese dentária;
7.2.13 Qualificar e fortalecer as prá cas de trabalho e formação dos profissionais do SUS;
7.2.14 Implantar, manter e fortalecer o atendimento estendido em unidades polos na zona urbana;
7.2.15 Implantar coleta laboratorial descentralizada em unidades polos na zona urbana.
7.3 ASSISTÊNCIA FARMACÊUTICA:
7.3.1 Garan r a Assistência Farmacêu ca com Apoio Profilá co e Terapêu co;
7.3.2 Manter, fortalecer e implementar a Central de Abastecimento Farmacêu co;
7.3.3 Manter e fortalecer o abastecimento das Farmácias Básicas descentralizadas.
7.4 VIGILÂNCIA EM SAÚDE:
7.4.1 Implementar, fortalecer o funcionamento da Vigilância em Saúde Incluindo a Vigilância Sanitária, Epidemiológica e Ambiental, garan ndo a prevenção e o controle das doenças e agravos;
7.4.2 Adquirir material permanente e de consumo para castração de cães e gatos;
7.4.3 Realizar processo licitatório para contratualizar profissionais para castração de animais;
7.4.4 Desenvolver e fortalecer os hábitos de vida saudáveis;
7.4.5 Implantar uma Unidade de Serviço de Verificação de Óbitos Regional CVO;

7.5 SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE:
7.5.1 Manter, fortalecer e implementar as a vidades de Planejamento e Orçamento;
7.5.2 Manter, fortalecer e implementar as a vidades da Secretaria Municipal de Saúde;
7.5.3 Manter, fortalecer e implementar as a vidades do Controle Social do SUS;
7.5.4 Manter, fortalecer e implementar as a vidades da Ouvidoria do SUS;
7.5.5 Manter, fortalecer e implementar as a vidades do Complexo Regulador do SUS.
7.5.6 Fortalecer a polí ca de educação permanente e gestão do trabalho;
7.5.7 Manter, preservar e conservar o patrimônio público.
8. CULTURA:
8.1.1 Criação e Manutenção da Secretaria Municipal de Cultura;
8.1.2 Criação e Manutenção do Conselho Municipal de Cultura;
8.1.3 Criação de editais de apoio à produção Cultural, beneficiando projetos de música, dança, literatura, artes plás cas e cênicas, áudio visual, entre outros;
8.1.4 Conservação de equipamentos culturais em parcerias com Governo do Estado, Governo Federal e Autarquias;
8.1.5 Realização de carnaval mul cultural de Caicó, em parceria com associações carnavalescas;
8.1.6 Realização da festa de Sant'Ana de Caicó, em parceria com a paróquia de Sant'Ana e outras associações, incluindo na programação o Espetáculo Auto de Sant'Ana e o Projeto Banda na Praça;
8.1.7 Realização de Mostra Cultural durante as fes vidades da Emancipação polí ca;
8.1.8 Realização de eventos culturais como: feira de Colecionismo e Raridades, Mostra de Dança, Fes val Gastronômico e Cultural, Encontro de Bonequeiros, Festa do Rosário, Encontro do Clube dos Trovadores, Fes val de Cinema de Caicó, bem como a Feira de Cultura Cristã e a Marcha para Jesus;
8.1.9 Realização de diagnós co do Acervo Culturale Ar s co do Município;
8.1.10 Apoio às manifestações e eventos culturais;
8.1.11 Realização do Fórum de Cultura;
8.1.12 Realização do Natal em Caicó;
8.1.13 Mostra de arte, cultura e conhecimento de Caicó;
8.1.14 Criação do projeto Domingo Cultural;
8.1.15 Criação e Implementação do Conselho Municipal de Polí cas Culturais;
8.1.16 Execução da Lei Artur Ribas de Incen vo a Cultura;
8.1.17 Criação do Fundo Municipal de Cultura;
8.1.18 Estabelecer parceria com o Sistema S para fortalecimento de a vidades culturais na cidade bem como ampliação de capacitações na área das artes;
8.1.19 Consolidar parcerias com as associações e cole vos culturais da cidade para dinamizar ações e eventos em todo o município e em todas as áreas;
8.1.20 Discu r com a comunidade ar s ca e com a Fundação José Augusto a municipalização do Centro Cultural Adjuto Dias;
8.1.21 Criação de órgão específico para Cultura;
8.1.22 Levar arte para todos os bairros, distritos e comunidades rurais de Caicó, atravésde oficinas permanentes (escolhidas pela própria comunidade) e gratuitas para a população;
8.1.23 O mizar e oferecer espaços culturais para a população em edi cios fechados do município;
8.1.24 Desenvolvimento do projeto A ESCOLA VAI AO TEATRO: oferecer espetáculos gratuitos para alunos da rede municipal de ensino no Centro Cultural Adjuto Dias, disponibilizando para os alunos e docentes os ingressos e o transporte;
8.1.25 Criar edital para a montagem do Auto de Sant'Ana com grupo e ar stas locais;
8.1.26 Criar edital de eventos que disponibilize recursos financeiros para a realização de eventos em toda a cidade;
8.1.27 Dinamizar espaços culturais já existentes, como o Mercado Público e a Feira de Artesanato Caicó Mostra Caicó, disponibilizando a vidades ar s cas como música ao vivo e intervenções ar s cas;
8.1.28 Dinamizar a Biblioteca Olegário Vale através de SarausLiterários e de Contação de Histórias para crianças;
8.1.29 Criar o Memorial da Cultura Popular de Caicó.
8.1.30 Manutenção da sede da Filarmônica Recreio Caicoense
8.1.31 Conclusão da reforma do prédio da sede da Filarmônica Recreio Caicoense;
8.1.32 Aquisição de instrumentos para a Filarmônica Recreio Caicoense;
8.1.33 Fortalecer a a vidade da Filarmônica Recreio Caicoense e sua circulação pelos bairros, distritos e comunidades rurais de Caicó.
9. ADMINISTRAÇÃO GERAL:
9.1 INFRAESTRUTURA:
9.1.1 Gestão, manutenção e funcionamento das Secretarias Municipais;
9.1.2 Informa zação das Secretarias Municipais, com aquisição e locação de so wares diversos;
9.1.3 Aquisição de equipamentos de informá ca, comunicação, eletrodomés cos, e mobiliário para a Secretaria;
9.1.4 Aquisição de materiais de expediente e materiais permanentes;
9.1.5 Aquisição de veículos para Secretaria;

9.1.6 Reforma, ampliação,organização e informa zação do Arquivo Geral do Município;
9.1.7 Reforma e adequação das instalações sicas do Centro Administra vo;
9.1.8 Construção, restauração, reforma, instalação e manutenção de prédios públicos e sede da Prefeitura;
9.1.9 Manutenção, restauração,adequação e reforma de prédios cedidos e alugados;
9.1.10 Melhoramento nas instalações do almoxarifado do Centro Administra vo;
9.1.12 Desenvolvimento de uma polí ca documental.
9.2 PESSOAL:
9.2.1 Realização de Concurso Público;
9.2.2 Realização de Processo Sele vo para contratação temporária de servidores;
9.2.3 Treinamento, capacitação e qualificação de servidores;
9.2.4 Terceirização de serviços;
9.2.5 Remuneração de servidores.
9.3 GESTÃO E PARCERIAS:
9.3.1 Realização de reforma administra va;
9.3.2 Contribuição à Associação dos Municípios do Seridó;
9.3.3 Funcionamento da Junta Militar;
9.3.4 Manter e fortalecer as a vidades dos Conselhos Municipais;
9.3.5 Manter, custear e fortalecer as a vidades das Comissões Municipais;
9.3.6 Cons tuir Reserva de Con ngência;
9.3.7 Realização de Conferências, Seminários, Campanhas e Congressos;
9.3.8 Realização de Convênios com En dades Filantrópicas e Privadas;
9.3.9 Realização de Convênios com Entes Federados, En dades e Órgãos Públicos.
10. PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO:
10.1 GESTÃO:
10.1.1 Implementar o planejamento estratégico em toda administração, incen vando o uso do planejamento nas unidades como prá ca de gestão;
10.1.2 Estruturação do departamento de convênios por meio da aquisição de equipamentos e de qualificação de servidores públicos, buscando a efe vidade do planejamento de polí cas públicas.
10.1.3 Manutenção e funcionamento da Secretaria de Planejamento e Tributação;
10.1.4 Implementação de Programa de Educação Fiscal em parceria com as demais Secretarias;
10.1.5 Implantação de Programa de Geoprocessamento da Área Terrestre dos Imóveis Urbanos;
10.1.6 Georreferenciamento a atualização do cadastro imobiliário;
10.1.7 Revisão da Planta de Valores Genéricos;
10.1.8 Reformulação e revisão do Plano Diretor da Cidade;
10.1.9 Implantação de Cadastro Técnico Mu finalitário;
10.1.10Programa de Incen vo Fiscal às Pessoas Jurídicas;
10.1.11Programa de Recuperação Fiscal dos Tributos Municipais;
10.1.12Implementação e aperfeiçoamento do Módulo de Fiscalização de Tributos;
10.1.13Reformulação e Revisão do Código Tributário Municipal;
10.1.14Capacitação e treinamento dos servidores
10.1.15Criação e manutenção do Conselho Municipal de Desenvolvimento, Pesquisa e Inovação;
10.1.16Manutenção da Sala do Empreendedor;
10.1.17Publicidade e comunicação das ações a campanhas de arrecadação;
10.1.18Campanha do REFIS;
10.1.19Elaboração dos instrumentos de planejamento orçamentário;
10.1.20Acompanhamento de convênios, programas e projetos da União e Estado;
10.1.21Programa de incen vo a Nota Fiscal Eletrônica (NF-e);
10.1.22Implementação de um sistema de atendimento online com IA – Inteligência Ar ficial;
10.1.23Parceria com Universidades para pesquisas sobre tributação e desenvolvimento.
11. FINANÇAS:
11.1 GESTÃO:
11.1.1 Manutenção e Funcionamento da Secretaria de Finanças;
11.1.2 Modernizar administra va e operacionalmente a Secretaria Municipal de Finanças;

11.1.3 Manutenção do setor de contabilidade do Município.
12. PROCURADORIA JURÍDICA:
12.1.1 Manutenção e funcionamento da Procuradoria Jurídica;
12.1.2 Modernização administra va e operacional da Procuradoria Jurídica;
12.1.3 Oferecer assistência jurídica a todas as Secretarias Municipais;
12.1.4 Manutenção do Núcleo de Cobrança Extrajudicial conjuntamente com a Secretaria Municipal de Planejamento e Tributação.
13. CONTROLADORIA GERAL:
13.1.1 Manutenção e funcionamento da Controladoria Geral;
13.1.2 Modernização administra va e operacional da Controladoria Geral;
13.1.3 Implementação de sistemá ca organizacional de processos internos em conformidade com as Leis, Resoluções e Normas de Contabilidade Aplicadas ao Setor Público;
13.1.4 Fortalecimento e aperfeiçoamento do Controle Social.
14. GABINETE DO PREFEITO E GABINETE DO VICE PREFEITO:
14.1 GESTÃO:
14.1.1 Manutenção e funcionamento do Gabinete do Prefeito e do Gabinete do Vice Prefeito;
14.1.2 Modernização administra va e operacional do Gabinete do Prefeito;
14.1.3 Desenvolvimento das a vidades de cerimonial e solenidades;
14.1.4 Manutenção e funcionamento das subprefeituras de Laginhas, Palma e do Perímetro Irrigado do Sabugi;
14.1.5 Ar cular convênios e programas nas várias instâncias de órgãos governamentais;
14.1.6 Funcionamento da Ouvidoria do Município;
14.1.7 Implementação e gestão de ações de enfrentamento à seca;
14.1.8 Desenvolvimento das a vidades do projeto Prefeitura nos Bairros;
14.1.9 Promover a publicação,a preservação e a divulgação dos atos oficiais, viabilizando a aproximação entre a população e o PoderExecu vo;
14.1.10Exercer as a vidades de representação polí ca, civil e social do Prefeito;
14.1.11Agendar as audiências e os compromissos do Chefe do Poder Execu vo;
14.1.12Avaliar e monitorar a ação governamental e a gestão dos órgãos e en dades da administração municipal, direta e indiretamente;
14.1.13Conceder subvenções sociais;
14.1.14Manutenção e funcionamento da coordenadoria da Defesa Civil do Município.
14.2 DEFESA CIVIL:
14.2.1 Manutenção e funcionamento da Defesa Civil;
14.2.2 Construção da sede da defesa civil;
14.2.3 Aquisição de material permanente para o funcionamento da defesa civil;
14.2.4 Aquisição de veículo com tração 4x4;
14.2.5 Aquisição de carro pipa;
14.2.6 Capacitação dos membros da COMDEC;
14.2.7 Locação de veículo com tração 4X4;
14.2.8 Locação de carro pipa.
15. TRÂNSITO, MOBILIDADE URBANA E TRANSPORTES:
15.1 GESTÃO DO TRÂNSITO:
15.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria;

15.1.2 Aquisição de veículo com caçamba para atender a Secretaria Municipal de Mobilidade Urbana, Trânsito e Transportes Urbanos;
15.1.3 Aquisição e Manutenção de veículos, máquinas e equipamentos para atender as demandas desta secretaria;
15.1.4 Expansão e Manutenção dos serviços de semáforos;
15.1.5 Ampliação e melhoria da infraestrutura de sinalização viária;
15.1.6 Garantia de condições de trabalho adequadas;
15.1.7 Fomentar curso de capacitação e atualização para os moto-taxis e captação de recursos para fardamentos dos mesmos;
15.1.8 Restauração e manutenção da Rodoviária Manoel de Neném, para utilização como ponto de embarque, desembarque e estacionamento de vans intermunicipais;
15.1.9 Construção, recuperação e melhoria das vias urbanas;
15.1.10 Implantação, ampliação, revisão e manutenção da sinalização de logradouros municipais e do trânsito;
15.1.11 Construção e manutenção de abrigos para passageiros de transportes públicos;
15.1.12 Construção e manutenção de paradas de ônibus e transportes alternativos em diversos bairros do município;

15.1.13 Reativação e restruturação dos projetos “Habilitação para Todos” e “É lendo que se dirige, de forma a incentivar a obtenção da carteira de habilitação;
15.1.14 Informatização da Secretaria, com aquisição e locação de softwares diversos;
15.1.15 Aquisição de equipamentos de informática, comunicação, eletrodomésticos e mobiliário para a secretaria;
15.1.16 Aquisição de materiais de expediente e materiais permanentes;
15.1.17 Realização de Concurso Público para Agente de Trânsito/Guarda Municipal com o intuito de formação do quadro de funcionários;
15.1.18 Realização de Processo Seletivo para contratação temporária de servidores;

15.2 SEGURANÇA PÚBLICA:
15.2.1 Implantação da Guarda Municipal para defesa do patrimônio público, do meio ambiente, do cidadão, formando grupos específicos para áreas de trânsito e de locais de grande visitação de interesse turístico e cultural;

15.2.2 Estruturação do Gabinete de Gestão Integrada Municipal – GGI-M, tendo por finalidade articulação interna e externa, visando à implantação de programas transversais de redução de violência;
15.2.3 Implantação e manutenção do Centro Integrado de Operações de Segurança Pública - CIOSP, implementando o serviço de monitoramento da cidade com câmeras;
15.2.4 Incentivo aos programas “Patrulheiro Mirim” e “Bombeiro Mirim”, objetivando atrair jovens para um modelo de formação sadio, ético, com ênfase na cidadania e na disciplina;
15.2.5 Criação da Coordenadoria Municipal de Prevenção, Enfrentamento e Erradicação das Drogas, que terá por objetivo desenvolver ações educativas e preventivas no âmbito das drogas, além de atuar na gestão das políticas públicas de prevenção e repressão às drogas;
15.2.6 Aquisição de equipamentos, de armamento e de viaturas destinados à Guarda Municipal.

16. ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL:

16.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria de Articulação Institucional;
16.1.2 Implantar uma política de articulação entre as entidades da administração, visando a melhoria da qualidade da gestão municipal.

17. JUVENTUDE:

17.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria de Juventude, Esporte e Lazer;
17.1.2 Institucionalizar a política de juventude no Município.

17.2 ESPORTE E LAZER:
17.2.1 Apoio e contribuição ao esporte em suas diversas modalidades;
17.2.2 Apoio ao esporte profissional e amador;
17.2.3 Apoio aos atletas profissionais que representam Caicó em eventos estaduais, regionais e nacionais;
17.2.4 Realização de eventos esportivos como a Corrida de Sant’Ana e a Mostra Esportiva, entre outros;
17.2.5 Apoio a eventos esportivos regionais e estaduais que sejam atraídos para o Município;

17.2.6 Construção de quadras e outros equipamentos esportivos em bairros e distritos do Município;
17.2.7 Incentivo as instituições esportivas legalizadas e/ou licenciadas oficialmente que atuem com programas esportivos de inclusão social;
17.2.8 Formação e capacitação de professores, gestores e agentes comunitários esportivos;
17.2.9 Elaboração e execução de programas voltados à qualidade de vida da população;
17.2.10 Promover e incentivar as atividades esportivas relacionadas aos desportivos escolares e paradesportivos escolares;
17.2.11 Criar e manter espaços esportivos nos bairros e comunidades rurais do Município de Caicó;
17.2.12 Manutenção e funcionamento do Setor Esportivo em relação ao apoio logísitico, técnico e de equipamentos para realização de eventos desportivos;
17.2.13 Promover o protagonismo juvenil e ampliar oportunidades para a juventude caicoense por meio de políticas integradas de educação, cultura, esporte, saúde, empreendedorismo e participação cidadã.

18. COMUNICAÇÃO SOCIAL:

18.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria de Comunicação Social e Eventos;
18.1.2 Eficientizar a estrutura de serviços e comunicação de dados, voz, imagem, videoconferência e outros;
18.1.3 Realizar a divulgação institucional, comunicação social e atividades de cerimonial do Município.

19. AGRICULTURA FAMILIAR:

19.1.1 Manutenção e funcionamento da Secretaria de Agricultura Familiar;
19.1.2 Fortalecer a agricultura familiar, melhorando as condições sócio-econômicas da população rural e difundir tecnologias de plantio, manejo e aproveitamento.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS
Prefeito Municipal de Caicó/RN

Prefeitura Municipal de Caíco												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2027												
R$ 1,00												
AMF - Demonstrativo I (LRF, art. 4º, § 1º)												
ESPECIFICAÇÃO	2027				2028				2029			
	Valor Corrente (a)	Valor Constante	% PIB (a/PIB) X 100	% RCL (a/RCL) X 100	Valor Corrente (b)	Valor Constante	% PIB (b/PIB) X 100	% RCL (b/RCL) X 100	Valor Corrente (c)	Valor Constante	% PIB (c/PIB) X 100	% RCL (c/RCL) X 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	565.003.399,00	332.354.940,61	32.550,0	121,740	610.204.829,00	339.002.682,78	35.154,1	119,600	655.732.989,00	385.725.287,63	37.777,0	118,730
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	565.003.399,00	332.354.940,61	32.550,0	121,740	610.204.829,00	339.002.682,78	35.154,1	119,600	655.732.989,00	385.725.287,63	37.777,0	118,730
Receitas Primárias Correntes	502.711.399,00	295.712.587,67	28.961,4	108,320	552.640.829,00	307.022.682,78	31.837,8	108,320	598.245.989,00	351.909.405,28	34.465,2	108,320
Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	86.166.350,00	50.686.088,24	4.964,08	18,570	96.049.700,00	53.360.944,45	5.533,46	18,830	105.984.300,00	62.343.705,88	6.105,80	19,190
Transferências Correntes	378.177.185,00	222.457.167,66	21.786,9	81,490	421.755.829,00	234.308.793,89	24.297,5	82,670	459.581.389,00	270.341.993,52	26.476,6	83,210
Demais Receitas Primárias Correntes	38.367.864,00	22.569.331,77	2.210,39	8,270	34.835.300,00	19.352.944,44	2.006,88	6,830	32.680.300,00	19.223.705,88	1.882,73	5,920
Receitas Primárias de Capital	62.292.000,00	36.642.352,94	3.588,67	13,420	57.564.000,00	31.980.000,00	3.316,29	11,280	57.487.000,00	33.815.882,35	3.311,85	10,410
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	565.003.399,00	332.354.940,59	32.550,0	121,740	610.204.829,00	339.002.682,78	35.154,1	119,600	655.732.989,00	385.725.287,65	37.777,0	118,730
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	535.503.399,00	315.001.999,41	30.850,5	115,380	580.704.829,00	322.613.793,89	33.454,6	113,820	625.232.989,00	367.784.111,18	36.019,9	113,210
Despesas Primárias Correntes	450.490.811,00	264.994.594,70	25.952,9	97,070	496.073.791,00	275.596.550,56	28.579,0	97,230	540.215.801,00	317.774.000,59	31.122,0	97,810
Pessoal e Encargos Sociais	256.775.693,00	151.044.525,29	14.792,9	55,330	286.038.973,00	158.910.540,56	16.478,8	56,060	315.234.433,00	185.432.019,41	18.160,7	57,080
Outras Despesas Correntes	193.715.118,00	113.950.069,41	11.160,0	41,740	210.034.818,00	116.686.010,00	12.100,1	41,170	224.981.368,00	132.341.981,18	12.961,2	40,740
Despesas Primárias de Capital	85.012.588,00	50.007.404,71	4.897,61	18,320	84.631.038,00	47.017.243,33	4.875,63	16,590	85.017.188,00	50.010.110,59	4.897,88	15,390
Pagamento de Restos a Pagar de Despesas Primárias	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	29.500.000,00	17.352.941,20	1.699,51	6,360	29.500.000,00	16.388.888,89	1.699,51	5,780	30.500.000,00	17.941.176,45	1.757,12	5,520
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	29.500.000,00	17.352.941,20	1.699,51	6,360	29.500.000,00	16.388.888,89	1.699,51	5,780	30.500.000,00	17.941.176,45	1.757,12	5,520
Juros, Encargos e Variações Monetárias Ativos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000
Juros, Encargos e Variações Monetárias Passivos (Exceto RPPS)	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

Prefeitura Municipal de Caíco												
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS												
ANEXO DE METAS FISCAIS												
METAS ANUAIS												
2027												
R$ 1,00												
Dívida Pública	138.359.759,46	81.388.093,80	7.970,96	29,810	129.737.759,46	72.076.533,03	7.474,25	25,430	121.115.759,46	71.244.564,39	6.977,53	21,930

Consolidada (DC)												
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	105.708.762,46	62.181.624,98	6.089,93	22,780	96.035.465,24	53.353.036,24	5.532,64	18,820	87.380.290,59	51.400.170,94	5.034,01	15,820
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da linha	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000	0,00	0,00	0,000	0,000

FONTE: Sistema e-Pública (1477-0196-837). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 10:47.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

R$ 1,00

Parâmetros	2027	2028	2029
PIB nominal	1.735.797,34	1.735.797,34	1.735.797,344
Receita Corrente Líquida - RCL	464.103.163,56	510.198.013,34	552.300.697,050

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80
		CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caíco

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

2027

AMF - Demonstrativo II (LRF, art. 4º, § 2º, inciso I) R$ 1,00

ESPECIFICAÇÃO	Metas Previstas em 2025 (a)	% PIB	% RCL	Metas Realizadas em 2025 (b)	% PIB	% RCL	Variação	
							Valor (c) = (b-a)	% (c/a) x 100
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	323.118.650,00	27.279,76	119,45	66.684.906,12	5.629,97	25,82	(256.433.743,88)	(79,36)
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	323.118.650,00	27.279,76	119,45	66.684.906,12	5.629,97	25,82	(256.433.743,88)	(79,36)
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	323.118.650,00	27.279,76	119,45	117.794.254,03	9.944,95	45,61	(205.324.395,97)	(63,54)
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	308.068.650,00	26.009,14	113,89	110.422.083,39	9.322,54	42,75	(197.646.566,61)	(64,16)
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	15.050.000,00	1.270,62	5,56	(43.737.177,27)	(3.692,57)	(16,93)	(58.787.177,27)	(390,61)
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	15.050.000,00	1.270,62	5,56	(43.737.177,27)	(3.692,57)	(16,93)	(58.787.177,27)	(390,61)
Dívida Pública Consolidada (DC)	79.825.273,31	6.739,36	29,51	79.825.273,31	6.739,36	30,91	0,00	0,00
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	79.825.273,31	6.739,36	29,51	79.825.273,31	6.739,36	30,91	0,00	0,00
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	58.733.373,86	4.958,65	21,71	(5.186.897,83)	(437,91)	(2,01)	(63.920.271,69)	(108,83)

FONTE: Sistema e-Pública (7950-1033-71). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 10:49.

NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

Parâmetros	Valor Previsto 2025	Valor Realizado 2025
PIB Nominal	1.184.463,00	1.183.870,77
Receita Corrente Liquida – RCL	270.503.064,00	258.272.976,59

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80
		CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caíco

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE METAS FISCAIS

METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

2027

AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)											**R$ 1,00**
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CORRENTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	267.606.485,00	323.118.650,00	20,74	520.326.449,00	61,03	565.003.399,00	8,59	610.204.829,00	8,00	655.732.989,00	7,46
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	267.606.485,00	323.118.650,00	20,74	520.326.449,00	61,03	565.003.399,00	8,59	610.204.829,00	8,00	655.732.989,00	7,46
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	267.606.485,00	323.118.650,00	20,74	520.326.449,00	61,03	565.003.399,00	8,59	610.204.829,00	8,00	655.732.989,00	7,46
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	259.906.485,00	308.068.650,00	18,53	492.826.449,00	59,97	535.503.399,00	8,66	580.704.829,00	8,44	625.232.989,00	7,67
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	7.700.000,00	15.050.000,00	95,45	27.500.000,00	82,72	29.500.000,00	7,27	29.500.000,00	-	30.500.000,00	3,39
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	7.700.000,00	15.050.000,00	95,45	27.500.000,00	82,72	29.500.000,00	7,27	29.500.000,00	-	30.500.000,00	3,39
Dívida Pública Consolidada (DC)	21.091.899,45	79.825.273,31	278,46	74.249.523,65	(6,98)	138.359.759,46	86,34	129.737.759,46	(6,23)	121.115.759,46	(6,65)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	21.091.899,45	79.825.273,31	278,46	74.249.523,65	(6,98)	105.708.762,46	42,37	96.035.465,24	(9,15)	87.380.290,59	(9,01)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(2.722.735,28)	58.733.373,86	(2.257,1	(5.575.749,66)	(109,49)	31.459.238,81	(664,22)	(9.673.297,22)	(130,75)	(8.655.174,65)	(10,53)
ESPECIFICAÇÃO	VALORES A PREÇOS CONSTANTES										
	2024	2025	%	2026	%	2027	%	2028	%	2029	%
Receita Total (EXCETO FONTES RPPS)	259.812.121,36	313.707.427,20	20,74	505.171.309,72	61,03	332.354.940,61	(34,21)	339.002.682,78	2,00	385.725.287,63	13,78
Receitas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (I)	259.812.121,36	313.707.427,20	20,74	505.171.309,72	61,03	332.354.940,61	(34,21)	339.002.682,78	2,00	385.725.287,63	13,78
Despesa Total (EXCETO FONTES RPPS)	259.812.121,36	283.437.412,27	9,09	379.800.327,74	34,00	332.354.940,59	(12,49)	339.002.682,78	2,00	385.725.287,65	13,78
Despesas Primárias (EXCETO FONTES RPPS) (II)	252.336.393,20	270.235.657,89	7,09	359.727.335,04	33,12	315.001.999,41	(12,43)	322.613.793,89	2,42	367.784.111,18	14,00
Receita Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Receitas Primárias (COM FONTES RPPS) (III)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesa Total (COM FONTES RPPS)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Despesas Primárias (COM FONTES RPPS) (IV)	0,00	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-	0,00	-
Resultado Primário (SEM RPPS) - Acima da Linha (V) = (I – II)	7.475.728,16	43.471.769,31	481,51	145.443.974,68	234,57	17.352.941,20	(88,07)	16.388.888,89	(5,56)	17.941.176,45	9,47
Resultado Primário (COM RPPS) - Acima da Linha (VI) = (V) + (III – IV)	7.475.728,16	43.471.769,31	481,51	145.443.974,68	234,57	17.352.941,20	(88,07)	16.388.888,89	(5,56)	17.941.176,45	9,47
Dívida Pública Consolidada (DC)	20.477.572,28	70.022.169,57	241,95	54.196.732,59	(22,60)	81.388.093,80	50,17	72.076.533,03	(11,44)	71.244.564,39	(1,15)
Dívida Consolidada Líquida (DCL)	20.477.572,28	70.022.169,57	241,95	54.196.732,59	(22,60)	62.181.624,98	14,73	53.353.036,24	(14,20)	51.400.170,94	(3,66)
Resultado Nominal (SEM RPPS) - Abaixo da Linha	(2.756.217,70)	49.544.597,29	(1.897,5	(15.825.436,98)	(131,94)	7.984.892,39	(150,46)	(8.828.588,74)	(210,57)	(1.952.865,30)	(77,88)
FONTE: Sistema e-Pública (8997-2703-04). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 10:51.											

Prefeitura Municipal de Caíco	
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS	
ANEXO DE METAS FISCAIS	
METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES	
2027	
AMF - Demonstrativo III (LRF, art. 4º, § 2º, inciso II)	**R$ 1,00**
NOTA: A elaboração desse demonstrativo deve seguir a metodologia de cálculo disposta no item 03.06.00 - Anexo 6 da Parte III do MDF. Portanto, não devem ser consideradas as receitas e despesas com as fontes do RPPS no cálculo acima da linha. Também não devem ser consideradas as dívidas, disponibilidade de	

caixa e haveres financeiros do RPPS no cálculo abaixo da linha.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80
		CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caíco						
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS						
ANEXO DE METAS FISCAIS						
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						
2027						
AMF - Demonstrativo IV (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)						R$ 1,00
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio/Capital	-58.417.678,17	100,00	3.487.898,36	100,00	-22.619.749,66	100,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Resultado Acumulado	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	-58.417.678,17	100,00	3.487.898,36	100,00	-22.619.749,66	100,00
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMÔNIO LÍQUIDO	2025	%	2024	%	2023	%
Patrimônio	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Reservas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Lucros ou Prejuízos Acumulados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
FONTE: Sistema e-Pública (1561-7434-500). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 10:59.						

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80
		CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caíco			
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS			
ANEXO DE METAS FISCAIS			
ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS			
2027			
AMF - Demonstrativo V (LRF, art. 4º, § 2º, inciso III)			R$ 1,00
RECEITAS REALIZADAS	2025 (a)	2024 (b)	2023 (c)
RECEITAS DE CAPITAL - ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Móveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens Intangíveis	0,00	0,00	0,00
Rendimentos de Aplicações Financeiras	0,00	0,00	0,00
DESPESAS EXECUTADAS	2025 (d)	2024 (e)	2023 (f)
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	15.198.368,41	26.484.856,49	15.494.481,02
DESPESAS DE CAPITAL	15.198.368,41	26.484.856,49	15.494.481,02
Investimentos	8.645.012,83	13.269.014,39	9.365.839,36
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	6.553.355,58	13.215.842,10	6.128.641,66
DESPESAS CORRENTES DOS REGIMES DE PREVIDÊNCIA	0,00	0,00	0,00
Regime Geral de Previdência Social	0,00	0,00	0,00
Regime Próprio de Previdência dos Servidores	0,00	0,00	0,00
SALDO FINANCEIRO	2025	2024	2023
	(g) = ((Ia - IId) + IIIh)	(h) = ((Ib - IIe) + IIIi)	(i) = (Ic - IIf)
VALOR (III)	(57.177.705,92)	(41.979.337,51)	(15.494.481,02)
FONTE: Sistema e-Pública (9261-6423-10). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 11:01.			

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	*SALMO BATISTA DE ARAÚJO*	*NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA*
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80
		CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:**1912-3024-104

Metas da Dívida Pública

Descrição	**2023**			**LDO 2027 - Valores em R$ 2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**1,30000**			**1,03000**		
Dívida consolidada	**23.814.634,73**	**23.233.789,98**	**7.938.211,57**	**21.091.899,45**	**20.477.572,28**	**85.012.171,14**
Divida mobiliária						
Outras dívidas	23.814.634,73	23.233.789,98	7.938.211,57	21.091.899,45	20.477.572,28	85.012.171,14
Deduções						
Ativo disponível						
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados						
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:**1912-3024-104

Metas da Dívida Pública

LDO 2027 - Valores em R$

Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**1,14000**			**1,37000**		
Dívida consolidada	**79.825.273,31**	**70.022.169,57**	**79.825.273,31**	**74.249.523,65**	**54.196.732,59**	
Divida mobiliária						
Outras dívidas	79.825.273,31	70.022.169,57	79.825.273,31	74.249.523,65	54.196.732,59	
Deduções						
Ativo disponível						
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados						
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira **Página**

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:**1912-3024-104 3

Metas da Dívida Pública

LDO 2027 - Valores em R$

Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação	**1,70000**		**1,80000**		**1,70000**	
Dívida consolidada	**138.359.759,46**	**81.388.093,80**	**129.737.759,46**	**72.076.533,03**	**121.115.759,46**	**71.244.564,39**
Divida mobiliária						
Outras dívidas	138.359.759,46	81.388.093,80	129.737.759,46	72.076.533,03	121.115.759,46	71.244.564,39
Deduções	**32.650.997,00**	**19.206.468,82**	**33.702.294,22**	**18.723.496,79**	**33.735.468,87**	**19.844.393,45**
Ativo disponível	22.083.147,00	12.990.086,47	24.589.836,22	13.661.020,12	25.321.479,87	14.894.988,16
Haveres financeiros						
(-) Restos a pagar processados	10.567.850,00	6.216.382,35	9.112.458,00	5.062.476,67	8.413.989,00	4.949.405,29
Receita de privatizações						
Passivos reconhecidos						

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	*SALMO BATISTA DE ARAÚJO*	*NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA*
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira **Página**

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br | **Chave de autenticação:**2028-7358-170

Metas da Receita

LDO 2027 - Valores em R$

Descrição	2023			2024		
	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado	Valor previsto	Valor constante	Valor realizado
Índice de deflação	**1,30000**			**1,03000**		
Receita Corrente Líquida (RCL)	**230.954.477,10**	**177.657.290,08**	**202.863.507,64**	**237.283.389,52**	**230.372.222,83**	**249.620.215,40**
Receitas correntes	**230.954.477,10**	**178.031.754,01**	**115.659.491,94**	**246.825.487,00**	**239.636.395,15**	**249.620.215,40**
Receita tributária	**53.495.522,05**	**41.150.401,58**	**32.801.078,54**	**55.264.236,62**	**53.654.598,66**	**42.177.015,53**
Impostos	46.333.153,80	35.640.887,54	28.527.196,25	47.711.868,37	46.322.202,30	36.856.810,63
Taxas	7.162.368,25	5.509.514,04	4.273.882,29	7.552.368,25	7.332.396,36	5.320.204,90
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições	**6.242.347,88**	**4.801.806,06**	**4.903.859,21**	**6.146.600,00**	**5.967.572,82**	**4.917.045,84**
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	6.242.347,88	4.801.806,06	4.903.859,21	6.146.600,00	5.967.572,82	4.917.045,84
Receita patrimonial	**746.513,21**	**599.761,75**	**2.254.908,09**	**1.436.438,21**	**1.394.600,20**	**2.961.243,07**
Receitas imobiliárias	217.260,64	167.123,57	230.771,70			
Receitas de valores mobiliários	**529.252,57**	**432.638,18**	**2.024.136,39**	**1.436.438,21**	**1.394.600,20**	**2.961.243,07**
Aplicações financeiras	123.660,00	120.643,90	2.024.136,39			
Outras receitas de valores mobiliários	405.592,57	311.994,28		1.436.438,21	1.394.600,20	2.961.243,07
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	1.126.346,00	866.420,00		1.126.346,00	1.093.539,81	
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**167.652.959,96**	**128.963.815,35**	**73.693.125,81**	**181.061.078,17**	**175.787.454,53**	**199.353.421,25**
Transferências intergovernamentais	**167.419.959,96**	**128.784.584,58**	**73.572.658,28**	**175.626.203,07**	**170.510.876,76**	**199.007.004,55**
Transferências da união	**104.995.384,98**	**80.765.680,75**	**13.101.254,69**	**109.371.562,87**	**106.185.983,36**	**133.789.070,28**
Cota parte do FPM	49.068.161,80	37.744.739,85		54.053.666,67	52.479.288,03	53.013.341,98
Complementação cota-parte do FPM	3.916.200,00	3.012.461,54	4.975.888,40	3.916.200,00	3.802.135,92	6.841.057,97
Cota-parte do ITR	9.656,20	7.427,85	16.855,59	9.956,20	9.666,21	20.011,21
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos	95.000,00	73.076,92	1.240.032,02	95.000,00	92.233,01	48.659,95
Cota-parte do FEP	472.200,00	363.230,77	1.231.374,58	472.000,00	458.252,43	1.320.763,13
Transferências de recursos do SUS	41.179.017,00	31.676.166,92		45.229.077,00	43.911.725,24	61.198.745,76
Transferências de recursos FNAS	3.313.816,98	2.549.089,98	1.328.111,97	2.625.480,00	2.549.009,71	1.755.192,63
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**6.941.333,00**	**5.339.486,92**	**4.308.992,13**	**2.970.183,00**	**2.883.672,81**	**9.591.297,65**
Transferências do salário educação	1.316.309,00	1.012.545,38	670.551,35	1.265.909,00	1.229.037,86	2.333.723,66
Demais transferências de recursos do FN	2.970.583,00	2.285.063,85	994.226,87	1.704.274,00	1.654.634,95	2.617.654,15
Demais transferências da União	2.654.441,00	2.041.877,69	2.644.213,91			4.639.919,84
Transferências do Estado	**26.351.560,20**	**20.270.430,92**	**30.215.072,48**	**29.110.752,20**	**28.262.866,22**	**31.017.558,06**
Cota-parte do ICMS	17.291.079,20	13.300.830,15	20.399.176,77	18.848.406,20	18.299.423,50	18.988.240,17
Cota-parte do IPVA	8.265.598,40	6.358.152,62	7.394.721,30	9.467.463,40	9.191.712,04	7.297.593,38
Cota-parte do IPI	494.882,60	380.678,92	41.193,66	494.882,60	480.468,54	37.760,02
Cota-parte da CIDE	100.000,00	76.923,08	46.064,98	100.000,00	97.087,38	31.638,94
Demais transferências dos Estados	200.000,00	153.846,15	2.333.915,77	200.000,00	194.174,76	4.662.325,55

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN | **Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br | **Chave de autenticação:**2028-7358-170

Metas da Receita

LDO 2027 - Valores em R$

Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**36.073.014,78**	**27.748.472,91**	**30.256.331,11**	**37.143.888,00**	**36.062.027,18**	**34.200.376,21**
Transferências de recursos do FUNDEB	35.931.614,78	27.639.703,68	30.256.331,11	37.002.888,00	35.925.133,98	34.173.594,73
Demais transferências multigovernamentais	141.400,00	108.769,23		141.000,00	136.893,20	26.781,48

Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas	233.000,00	179.230,77	120.467,53	173.000,00	167.961,17	
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes				5.261.875,10	5.108.616,60	346.416,70
Outras receitas correntes	**1.690.788,00**	**1.649.549,27**	**2.006.520,29**	**1.790.788,00**	**1.738.629,13**	**211.489,71**
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes	1.690.788,00	1.649.549,27	2.006.520,29	1.790.788,00	1.738.629,13	211.489,71
Receita de capital	**27.716.548,00**	**21.320.421,54**	**13.671.727,99**	**20.780.998,00**	**20.175.726,21**	**1.748.507,13**
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital	**15.414.054,00**	**11.856.964,62**	**13.671.727,99**			
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios	12.300.500,00	9.461.923,08				
Demais transferências de capital	3.113.554,00	2.395.041,54	13.671.727,99			
Outras receitas de capital	12.302.494,00	9.463.456,92		20.780.998,00	20.175.726,21	1.748.507,13
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira **P**	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170 4/9	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**1,14000**			**1,37000**		
Receita Corrente Líquida (RCL)	**270.503.064,00**	**237.283.389,47**	**258.272.976,59**	**278.618.155,00**	**270.503.063,11**	**262.238.646,55**
Receitas correntes	**292.512.052,00**	**283.992.283,51**	**66.683.758,30**	**452.407.835,00**	**439.230.907,78**	**109.200.113,92**
Receita tributária	**60.439.968,11**	**58.679.580,69**	**12.605.156,51**	**77.105.500,00**	**74.859.708,74**	**40.038.166,28**
Impostos	51.686.532,11	50.181.099,14	11.212.480,02	62.230.500,00	60.417.961,17	31.097.172,40
Taxas	8.753.436,00	8.498.481,55	1.392.676,49	14.875.000,00	14.441.747,57	8.940.993,88
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições	**7.030.000,00**	**6.825.242,72**	**1.186.262,71**	**9.050.000,00**	**8.786.407,77**	**4.428.501,68**
Contribuições Sociais						

Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação 7.030.000,00		6.825.242,72	1.186.262,71	9.050.000,00	8.786.407,77	4.428.501,68
Receita patrimonial	**3.623.090,21**	**3.517.563,31**	**635.037,42**	**9.467.000,00**	**9.191.262,14**	**1.653.152,36**
Receitas imobiliárias						259.940,32
Receitas de valores mobiliários	**3.623.090,21**	**3.517.563,31**	**635.037,42**	**9.467.000,00**	**9.191.262,14**	**1.393.212,04**
Aplicações financeiras						1.393.212,04
Outras receitas de valores mobiliários	3.623.090,21	3.517.563,31	635.037,42	9.467.000,00	9.191.262,14	
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	1.126.346,00	1.093.539,81	11,96	3.552.300,00	3.448.834,95	
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**215.092.647,68**	**208.827.813,29**	**52.210.860,12**	**330.133.035,00**	**320.517.509,71**	**59.575.719,36**
Transferências intergovernamentais	**209.642.647,68**	**203.536.551,15**	**52.210.860,12**	**327.883.035,00**	**318.333.043,69**	**59.575.719,36**
Transferências da união	**135.999.301,68**	**132.038.156,97**	**34.316.803,53**	**236.481.035,00**	**229.593.237,86**	**12.799.276,40**
Cota parte do FPM	70.039.484,48	67.999.499,50	17.320.823,16	104.749.985,00	101.699.014,56	
Complementação cota-parte do FPM	5.000.000,00	4.854.368,93		10.000.000,00	9.708.737,86	
Cota-parte do ITR	9.656,20	9.374,95	7.542,05	40.000,00	38.834,95	2.384,12
Cota-parte da compensação financeira de re						
Cota-parte compensação financeira recursos	95.000,00	92.233,01	507.236,07	95.000,00	92.233,01	2.109.621,04
Cota-parte do FEP	511.200,00	496.310,68	496.216,38	2.160.000,00	2.097.087,38	2.016.894,60
Transferências de recursos do SUS	53.403.660,00	51.848.213,59	11.883.554,44	97.899.650,00	95.048.203,88	
Transferências de recursos FNAS	2.625.480,00	2.549.009,71	196.306,63	3.556.900,00	3.453.300,97	1.167.778,32
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**4.314.821,00**	**4.189.146,60**	**3.905.124,80**	**17.979.500,00**	**17.455.825,25**	**7.502.598,32**
Transferências do salário educação	1.288.909,00	1.251.367,96	827.590,54	3.700.000,00	3.592.233,01	2.630.937,68
Demais transferências de recursos do FN	3.025.912,00	2.937.778,64	213.233,48	3.449.500,00	3.349.029,13	436.411,00
Demais transferências da União			2.864.300,78	10.830.000,00	10.514.563,11	4.435.249,64
Transferências do Estado	**33.034.458,00**	**32.072.289,32**	**6.918.458,54**	**38.183.500,00**	**37.071.359,23**	**18.592.359,04**
Cota-parte do ICMS	17.500.000,00	16.990.291,26	5.684.645,42	22.400.000,00	21.747.572,82	15.447.327,00
Cota-parte do IPVA	14.933.600,40	14.498.641,17	1.174.143,46	10.400.000,00	10.097.087,38	1.454.985,56
Cota-parte do IPI	398.176,60	386.579,22	21.134,91	280.000,00	271.844,66	28.245,52
Cota-parte da CIDE	100.000,00	97.087,38	38.534,75	150.000,00	145.631,07	101.800,96
Demais transferências dos Estados	102.681,00	99.690,29		4.953.500,00	4.809.223,30	1.560.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**40.608.888,00**	**39.426.104,86**	**10.975.598,05**	**53.218.500,00**	**51.668.446,60**	**28.184.083,92**
Transferências de recursos do FUNDEB	40.487.888,00	39.308.629,13	10.975.598,05	53.118.500,00	51.571.359,22	28.184.083,92
Demais transferências multigovernamentais	121.000,00	117.475,73		100.000,00	97.087,38	
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas	350.000,00	339.805,83				
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes	5.100.000,00	4.951.456,31		2.250.000,00	2.184.466,02	
Outras receitas correntes	**5.200.000,00**	**5.048.543,69**	**46.429,58**	**23.100.000,00**	**22.427.184,47**	**3.504.574,24**
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes	5.200.000,00	5.048.543,69	46.429,58	23.100.000,00	22.427.184,47	3.504.574,24
Receita de capital	**30.606.598,00**	**29.715.143,69**	**1.147,82**	**67.918.614,00**	**65.940.401,94**	**108.888,28**
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						

Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital						**108.888,28**
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						108.888,28
Outras receitas de capital	30.606.598,00	29.715.143,69	1.147,82	67.918.614,00	65.940.401,94	
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						
Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170	
Metas da Receita						
LDO 2027 - Valores em R$						
Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação	**1,70000**		**1,80000**		**1,70000**	
Receita Corrente Líquida (RCL)	**464.103.163,56**	**273.001.860,92**	**510.198.013,34**	**283.443.340,74**	**552.300.697,05**	**324.882.762,97**
Receitas correntes	**502.711.399,00**	**295.712.587,67**	**552.640.829,00**	**307.022.682,78**	**598.245.989,00**	**351.909.405,28**
Receita tributária	**86.166.350,00**	**50.686.088,24**	**96.049.700,00**	**53.360.944,45**	**105.984.300,00**	**62.343.705,88**
Impostos	68.641.350,00	40.377.264,71	75.974.700,00	42.208.166,67	83.359.300,00	49.034.882,35
Taxas	17.525.000,00	10.308.823,53	20.075.000,00	11.152.777,78	22.625.000,00	13.308.823,53
Contribuição de melhorias						
Receita de contribuições	**9.550.000,00**	**5.617.647,06**	**10.100.000,00**	**5.611.111,11**	**10.500.000,00**	**6.176.470,59**
Contribuições Sociais						
Contribuições de intervenção no domínio econômico						
Contribuição para custeio do serviço de iluminação	9.550.000,00	5.617.647,06	10.100.000,00	5.611.111,11	10.500.000,00	6.176.470,59
Receita patrimonial	**9.821.500,00**	**5.777.352,94**	**11.758.000,00**	**6.532.222,22**	**12.053.000,00**	**7.090.000,00**
Receitas imobiliárias						
Receitas de valores mobiliários	**9.821.500,00**	**5.777.352,94**	**11.758.000,00**	**6.532.222,22**	**12.053.000,00**	**7.090.000,00**
Aplicações financeiras						
Outras receitas de valores mobiliários	9.821.500,00	5.777.352,94	11.758.000,00	6.532.222,22	12.053.000,00	7.090.000,00
Receita de concessões e permissões						
Outras receitas patrimoniais						
Receitas agropecuárias						
Receita industrial						
Receita de serviços	3.552.300,00	2.089.588,24	3.827.300,00	2.126.277,78	3.827.300,00	2.251.352,94
Receitas correntes do RPPS						
Transferências correntes	**378.177.185,00**	**222.457.167,66**	**421.755.829,00**	**234.308.793,89**	**459.581.389,00**	**270.341.993,52**

Transferências intergovernamentais	**375.337.185,00**	**220.786.579,42**	**419.015.829,00**	**232.786.571,67**	**456.876.389,00**	**268.750.817,05**
Transferências da união	**272.729.335,00**	**160.429.020,60**	**305.392.799,00**	**169.662.666,12**	**331.502.359,00**	**195.001.387,64**
Cota parte do FPM	129.365.685,00	76.097.461,76	146.404.729,00	81.335.960,56	158.200.089,00	93.058.875,88
Complementação cota-parte do FPM	11.000.000,00	6.470.588,24	12.000.000,00	6.666.666,67	13.000.000,00	7.647.058,82
Cota-parte do ITR	60.000,00	35.294,12	80.000,00	44.444,44	100.000,00	58.823,53
Cota-parte da compensação financeira de re	10.000,00	5.882,35	10.000,00	5.555,56	10.000,00	5.882,35
Cota-parte compensação financeira recursos	110.000,00	64.705,88	130.000,00	72.222,22	150.000,00	88.235,29
Cota-parte do FEP	2.400.000,00	1.411.764,71	2.615.000,00	1.452.777,78	2.805.000,00	1.650.000,00
Transferências de recursos do SUS	106.163.250,00	62.448.970,59	117.091.170,00	65.050.650,00	126.334.170,00	74.314.217,65
Transferências de recursos FNAS	3.552.400,00	2.089.647,06	4.224.900,00	2.347.166,67	4.377.100,00	2.574.764,71
Transferências financeiras do ICMS - LC n 87						
Transferências de recursos do FNDE	**20.068.000,00**	**11.804.705,89**	**22.837.000,00**	**12.687.222,22**	**26.526.000,00**	**15.603.529,41**
Transferências do salário educação	4.200.000,00	2.470.588,24	4.700.000,00	2.611.111,11	5.200.000,00	3.058.823,53
Demais transferências de recursos do FN	3.868.000,00	2.275.294,12	4.347.000,00	2.415.000,00	4.766.000,00	2.803.529,41
Demais transferências da União	12.000.000,00	7.058.823,53	13.790.000,00	7.661.111,11	16.560.000,00	9.741.176,47
Transferências do Estado	**41.068.350,00**	**24.157.852,94**	**43.957.530,00**	**24.420.850,00**	**47.482.530,00**	**27.930.900,00**
Cota-parte do ICMS	24.000.000,00	14.117.647,06	25.600.000,00	14.222.222,22	28.000.000,00	16.470.588,24
Cota-parte do IPVA	11.200.000,00	6.588.235,29	12.000.000,00	6.666.666,67	12.800.000,00	7.529.411,76
Cota-parte do IPI	358.400,00	210.823,53	430.080,00	238.933,33	430.080,00	252.988,24
Cota-parte da CIDE	185.000,00	108.823,53	200.000,00	111.111,11	225.000,00	132.352,94
Demais transferências dos Estados	5.324.950,00	3.132.323,53	5.727.450,00	3.181.916,67	6.027.450,00	3.545.558,82

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:** 2028-7358-170

Metas da Receita

					LDO 2027 - Valores em R$	
Transferências dos Municípios						
Transferências de recursos do SUS						
Transferências a consórcios públicos						
Outras transferências dos Municípios						
Transferências dos Multigovernamentais	**61.539.500,00**	**36.199.705,88**	**69.665.500,00**	**38.703.055,55**	**77.891.500,00**	**45.818.529,41**
Transferências de recursos do FUNDEB	61.439.500,00	36.140.882,35	69.515.500,00	38.619.722,22	77.741.500,00	45.730.294,12
Demais transferências multigovernamentais	100.000,00	58.823,53	150.000,00	83.333,33	150.000,00	88.235,29
Transferências de instituições privadas						
Transferências de pessoas						
Transferências de convênios						
Demais transferencias correntes	2.840.000,00	1.670.588,24	2.740.000,00	1.522.222,22	2.705.000,00	1.591.176,47
Outras receitas correntes	**15.444.064,00**	**9.084.743,53**	**9.150.000,00**	**5.083.333,33**	**6.300.000,00**	**3.705.882,35**
Multa e juros de mora						
Receita de dívida ativa						
Divida ativa tributária						
Divida ativa não tributária						
Demais receitas correntes	15.444.064,00	9.084.743,53	9.150.000,00	5.083.333,33	6.300.000,00	3.705.882,35
Receita de capital	**62.292.000,00**	**36.642.352,94**	**57.564.000,00**	**31.980.000,00**	**57.487.000,00**	**33.815.882,35**
Operações de crédito						
Amortização de empréstimos						
Alienação de bens, direitos e ativos						
Alienação de bens móveis						
Alienação de bens imoveis						
Alienação de Bens Intangíveis						
Rendimentos de Aplicações Financeiras						
Transferência de capital						
Transferências intergovernamentais						
Transferências de convênios						
Demais transferências de capital						
Outras receitas de capital	62.292.000,00	36.642.352,94	57.564.000,00	31.980.000,00	57.487.000,00	33.815.882,35
Receitas capital do RPPS						
Receitas primárias advindas de PPP						
Receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas tributárias intra orçamentárias						

Receita de contribuições intra orçamentárias						
Receita patrimonial intra orçamentárias						
Receitas agropecuárias intra orçamentárias						
Receita industrial intra orçamentárias						
Receita de serviços intra orçamentárias						
Transferencias correntes intra orçamentárias						
Outras receitas correntes intra orçamentárias						
Receitas de capital intra orçamentárias						
Operações de crédito intra orçamentárias						
Alienação de bens, direitos e ativos intra orçamentárias						
Amortização de empréstimos intra orçamentárias						
Transferência de capital intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**2028-7358-170	
Metas da Receita						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Outras receitas de capital intra orçamentárias						
JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***				
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal				
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2				
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**1375-5063-227	
Metas da Despesa						
					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2023**			**2024**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**1,30000**			**1,03000**		
Despesas correntes	**213.542.240,49**	**164.263.261,91**	**199.807.918,10**	**230.560.480,00**	**223.845.126,22**	**230.259.032,47**
Pessoal e encargos sociais	120.321.615,00	92.555.088,46	110.525.477,48	142.337.155,00	138.191.412,62	139.064.153,21
Juros e encargos da dívida	1.265.000,00	973.076,92	791.965,56	1.000.000,00	970.873,79	924.945,14
Outras despesas correntes	91.955.625,49	70.735.096,53	88.490.475,06	87.223.325,00	84.682.839,81	90.269.934,12
Despesas de capital	**43.928.784,61**	**33.791.372,78**	**15.494.481,02**	**36.546.005,00**	**35.481.558,25**	**26.484.856,49**
Investimentos	**38.588.784,61**	**29.683.680,47**	**9.365.839,36**	**29.846.005,00**	**28.976.703,88**	**13.269.014,39**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	38.588.784,61	29.683.680,47	9.365.839,36	29.846.005,00	28.976.703,88	13.269.014,39
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**5.340.000,00**	**4.107.692,31**	**6.128.641,66**	**6.700.000,00**	**6.504.854,37**	**13.215.842,10**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	5.340.000,00	4.107.692,31	6.128.641,66	6.700.000,00	6.504.854,37	13.215.842,10
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência	1.200.000,00	923.076,92		500.000,00	485.436,89	
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						
Prefeitura Municipal de Caicó						
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN					**Usuário:**Necésio Medeiros de Oliveira	
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br					**Chave de autenticação:**1375-5063-227	

Metas da Despesa

					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2025**			**2026**		
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor realizado**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor realizado**
Índice de deflação	**1,14000**			**1,37000**		
Despesas correntes	**264.312.245,00**	**231.852.846,49**	**102.595.885,62**	**409.005.164,00**	**298.543.915,34**	**141.438.985,04**
Pessoal e encargos sociais	162.599.755,00	142.631.364,04	60.640.055,02	230.395.281,00	168.171.737,96	96.771.049,20
Juros e encargos da dívida	1.050.000,00	921.052,63	818.815,06	2.300.000,00	1.678.832,12	674.983,00
Outras despesas correntes	100.662.490,00	88.300.429,82	41.137.015,54	176.309.883,00	128.693.345,26	43.992.952,84
Despesas de capital	**56.806.405,00**	**49.830.179,82**	**15.198.368,41**	**101.321.285,00**	**73.957.142,33**	**10.438.916,56**
Investimentos	**42.806.405,00**	**37.549.478,07**	**8.645.012,83**	**76.121.285,00**	**55.562.981,75**	**4.586.871,16**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	42.806.405,00	37.549.478,07	8.645.012,83	76.121.285,00	55.562.981,75	4.586.871,16
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**14.000.000,00**	**12.280.701,75**	**6.553.355,58**	**25.200.000,00**	**18.394.160,58**	**5.852.045,40**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	14.000.000,00	12.280.701,75	6.553.355,58	25.200.000,00	18.394.160,58	5.852.045,40
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência	2.000.000,00	1.754.385,96		10.000.000,00	7.299.270,07	
Despesas correntes do regime geral de previdência						
Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:** 1375-5063-227

Metas da Despesa

					LDO 2027 - Valores em R$	
Descrição	**2027**		**2028**		**2029**	
	Valor previsto	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**	**Valor previsto**	**Valor constante**
Índice de deflação	**1,70000**		**1,80000**		**1,70000**	
Despesas correntes	**452.790.811,00**	**266.347.535,88**	**498.373.791,00**	**276.874.328,34**	**542.515.801,00**	**319.126.941,77**
Pessoal e encargos sociais	256.775.693,00	151.044.525,29	286.038.973,00	158.910.540,56	315.234.433,00	185.432.019,41
Juros e encargos da dívida	2.300.000,00	1.352.941,18	2.300.000,00	1.277.777,78	2.300.000,00	1.352.941,18
Outras despesas correntes	193.715.118,00	113.950.069,41	210.034.818,00	116.686.010,00	224.981.368,00	132.341.981,18
Despesas de capital	**106.561.374,00**	**62.683.161,18**	**106.190.624,00**	**58.994.791,11**	**108.452.874,00**	**63.795.808,23**
Investimentos	**79.361.374,00**	**46.683.161,18**	**78.990.624,00**	**43.883.680,00**	**80.252.874,00**	**47.207.572,94**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	79.361.374,00	46.683.161,18	78.990.624,00	43.883.680,00	80.252.874,00	47.207.572,94
Inversões financeiras						
Concessão de empréstimos						
Aquisição de títulos de capital já integralizados						
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Demais inversões financeiras						
Amortização da dívida	**27.200.000,00**	**16.000.000,00**	**27.200.000,00**	**15.111.111,11**	**28.200.000,00**	**16.588.235,29**
Custeados com recursos de alienação de ativos						
Outros recursos	27.200.000,00	16.000.000,00	27.200.000,00	15.111.111,11	28.200.000,00	16.588.235,29
Despesas capital do RPPS						
Reserva de contingência	5.651.214,00	3.324.243,53	5.640.414,00	3.133.563,33	4.764.314,00	2.802.537,65
Despesas correntes do regime geral de previdência						

Despesas correntes do RPPS						
Despesas primárias advindas de PPP						
Despesas Correntes Intraorçamentárias						
Pessoal e encargos sociais intra orçamentários						
Juros e encargos da dívida intra orçamentários						
Outras despesas correntes intra orçamentárias						
Despesas de Capital Intraorçamentárias						
Inventimentos intra orçamentários						
Inversões financeiras intra orçamentárias						
Amortização da dívida intra orçamentárias						

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caíco

LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

DEMONSTRATIVO DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS

2027

ARF - (LRF, art. 4º, § 3º) — R$ 1,00

PASSIVOS CONTINGENTES		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Demandas Judiciais	5.000.000,00	Inclusão de dotação orçamentária na Lei Orçamentária Anual (LOA) para o pagamento de demandas judiciais com trânsito em julgado ou com alta probabilidade de perda (classificadas como risco provável).	5.000.000,00
Assistências Diversas	1.000.000,00		1.000.000,00
Assistência as consequências de enchentes, seca e outros eventos	1.000.000,00	Utilização da reserva de contingência.	1.000.000,00
SUBTOTAL	6.000.000,00	SUBTOTAL	6.000.000,00
DEMAIS RISCOS FISCAIS PASSIVOS		PROVIDÊNCIAS	
Descrição	Valor	Descrição	Valor
Frustação de Arrecadação	8.500.000,00		8.500.000,00
Frustração de Arrecadação de IPTU, ISS e outros Tributos	5.000.000,00	Contingenciamento das despesas/limitação de empenhos	5.000.000,00
Não arrecadação da dívida ativa	2.500.000,00	Contingenciamento das despesas/limitação de empenhos	2.500.000,00
Não recebimento de emendas parlamentares e recursos de convênios dos governos Estadual e Federal.	1.000.000,00	Contingenciamento das despesas/limitação de empenho de investimentos com fonte de emendas parlamentares e/ou convênios.	1.000.000,00
SUBTOTAL	8.500.000,00	SUBTOTAL	8.500.000,00
TOTAL	14.500.000,00	TOTAL	14.500.000,00

FONTE: Sistema e-Pública (1322-4640-634). Unidade Responsável: Prefeitura Municipal de Caíco. Data da emissão: 01/04/2026 e hora de emissão: 11:11.

JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:** 1854-7672-577

Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado

Receitas

Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
1	Receitas Correntes	502.711.399,00
1.1	Impostos, Taxas e Contribuições de Melhoria	85.666.350,00
1.1.1	Impostos	68.141.350,00
1.1.1.2	Impostos sobre o Patrimônio	29.481.350,00
1.1.1.2.50	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	27.583.750,00
1.1.1.2.50.0.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana	19.150.000,00
1.1.1.2.50.1	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.000.000,00
1.1.1.2.50.1.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Multas e Juros	2.000.000,00
1.1.1.2.50.2	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	6.250.000,00
1.1.1.2.50.2.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa	6.250.000,00
1.1.1.2.50.3	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	183.750,00
1.1.1.2.50.3.4	Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana - Dívida Ativa - Multas e Juros	183.750,00

1.1.1.2.53	Impostos sobre Transmissão “Inter Vivos” de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.897.600,00
1.1.1.2.53.0.1	Impostos sobre Transmissão "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis	1.885.000,00
1.1.1.2.53.1	Impostos sobre "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	12.600,00
1.1.1.2.53.1.3	Impostos sobre "Inter Vivos" de Bens Imóveis e de Direitos Reais sobre Imóveis - Dívida Ativa	12.600,00
1.1.1.3	Impostos sobre a Renda e Proventos de Qualquer Natureza	20.800.000,00
1.1.1.3.03	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte	20.800.000,00
1.1.1.3.03.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho	20.800.000,00
1.1.1.3.03.1.1	Imposto sobre a Renda - Retido na Fonte - Trabalho - Principal	20.800.000,00
1.1.1.4	Impostos sobre a Produção, Circulação de Mercadorias e Serviços	17.860.000,00
1.1.1.4.51	Impostos sobre Serviços	17.860.000,00
1.1.1.4.51.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	17.800.000,00
1.1.1.4.51.1.1	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN	17.800.000,00
1.1.1.4.51.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	30.000,00
1.1.1.4.51.3.2	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Multas e Juros	30.000,00
1.1.1.4.51.4	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	30.000,00
1.1.1.4.51.4.3	Imposto sobre Serviços de Qualquer Natureza - ISSQN - Dívida Ativa	30.000,00
1.1.2	Taxas	17.525.000,00
1.1.2.1	Taxas pelo Exercício do Poder de Polícia	8.600.000,00
1.1.2.1.04	Taxa de Controle e Fiscalização Ambiental	8.600.000,00
1.1.2.1.04.0.1	Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Outras	8.600.000,00
1.1.2.1.04.0.1.02	Taxa de Inspeção, Controle e Fiscalização - Trânsito	3.000.000,00
1.1.2.2	Taxas pela Prestação de Serviços	8.925.000,00
1.1.2.2.01	Taxas pela Prestação de Serviços	8.925.000,00
1.1.2.2.01.0.1	Taxa pela Prestação de Serviços em Geral	8.325.000,00
1.1.2.2.01.0.2	Taxa pela Prestação de Serviços em Geral - Vigilância Sanitária	600.000,00
1.2	Contribuições	9.550.000,00
1.2.4	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	9.550.000,00
1.2.4.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	9.550.000,00
1.2.4.1.00.0.1	Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública	9.550.000,00
1.3	Receita Patrimonial	9.821.500,00
1.3.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.500.000,00
1.3.1.1	Exploração do Patrimônio Imobiliário do Estado	3.500.000,00
1.3.1.1.01	Aluguéis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios, Tarifas de Ocupação	2.000.000,00
1.3.1.1.01.0.1	Alugueis, Arrendamentos, Foros, Laudêmios,Tarifas de Ocupação	2.000.000,00
1.3.1.1.99	Outras Receitas Imobiliárias	1.500.000,00
1.3.1.1.99.0.1	Outras Receitas Imobiliárias	1.500.000,00
1.3.2	Valores Mobiliários	6.321.500,00
1.3.2.1	Juros e Correções Monetárias	6.321.500,00
1.3.2.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	6.321.500,00
1.3.2.1.01.1	Remuneração de Depósitos Bancários em Geral	6.141.500,00
1.3.2.1.01.1.1	Remuneração de Depósitos Bancários em Geral	6.141.500,00
1.3.2.1.01.1.1.01	Remuneração de Depósitos Bancários	2.430.000,00
1.3.2.1.01.1.1.02	Remuneração de Depósitos Bancários - Trânsito	80.000,00
1.3.2.1.01.1.1.03	Remuneração de Depósitos Bancários - COSIP	400.000,00
1.3.2.1.01.1.1.04	Remuneração de Depósitos Bancários - Royalties	50.000,00
1.3.2.1.01.1.1.05	Remuneração de Depósitos Bancários - Educação 25%	10.000,00
1.3.2.1.01.1.1.06	Remuneração de Depósitos Bancários - FUNDEB	275.000,00
1.3.2.1.01.1.1.07	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE	125.000,00
1.3.2.1.01.1.1.08	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE - PDDE	2.000,00
1.3.2.1.01.1.1.09	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE - PNAE	8.000,00
1.3.2.1.01.1.1.10	Remuneração de Depósitos Bancários - FNDE - PNATE	4.000,00
1.3.2.1.01.1.1.11	Remuneração de Depósitos Bancários - Educação Convênio Estado	3.500,00
1.3.2.1.01.1.1.12	Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios Educação	60.000,00
1.3.2.1.01.1.1.13	Remuneração de Depósitos Bancários - Convênios	1.000.000,00
1.3.2.1.01.1.1.14	Remuneração de Depósitos Bancários - Aldir Blanc 2	50.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1854-7672-577
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**

1.3.2.1.01.1.1.15	Remuneração de Depósitos Bancários - Saúde 15%	250.000,00
1.3.2.1.01.1.1.16	Remuneração de Depósitos Bancários - SUS CUSTEIO	850.000,00
1.3.2.1.01.1.1.17	Remuneração de Depósitos Bancários - SUS INVESTIMENTO	120.000,00
1.3.2.1.01.1.1.18	Remuneração de Depósitos Bancários - SUS Estado	75.000,00
1.3.2.1.01.1.1.19	Remuneração de Depósitos Bancários - SUS Convênios	10.000,00
1.3.2.1.01.1.1.20	Remuneração de Depósitos Bancários - Assistência Social	150.000,00
1.3.2.1.01.1.1.21	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS	90.000,00
1.3.2.1.01.1.1.22	Remuneração de Depósitos Bancários - Fundos Estaduais Assitência Social	5.000,00
1.3.2.1.01.1.1.23	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS Convênios	5.000,00
1.3.2.1.01.1.1.24	Remuneração de Depósitos Bancários - FNAS Outros Recursos	5.000,00
1.3.2.1.01.1.1.25	Remuneração de Depósitos Bancários - FIA	80.000,00
1.3.2.1.01.1.1.26	Remuneração de Depósitos Bancários - Estado	4.000,00
1.3.2.1.01.2	Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação	180.000,00
1.3.2.1.01.2.1	Remuneração de Depósitos Bancários - Salário Educação	180.000,00
1.6	Receita de Serviços	3.552.300,00
1.6.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.575.000,00
1.6.1.1	Serviços Administrativos e Comerciais Gerais	1.575.000,00
1.6.1.1.02	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.575.000,00
1.6.1.1.02.0.1	Inscrição em Concursos e Processos Seletivos	1.575.000,00
1.6.9	Outros Serviços	1.977.300,00
1.6.9.9	Outros Serviços	1.977.300,00
1.6.9.9.00.0.1	Outros Serviços	1.977.300,00
1.7	Transferências Correntes	378.677.185,00
1.7.1	Transferências da União e de suas Entidades	273.819.335,00
1.7.1.1	Transferências Decorrentes de Participação na Receita da União	140.425.685,00
1.7.1.1.51	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - FPM	140.365.685,00
1.7.1.1.51.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	129.365.685,00
1.7.1.1.51.1.1	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cota Mensal	129.365.685,00
1.7.1.1.51.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	11.000.000,00
1.7.1.1.51.2.2	Cota-Parte do Fundo de Participação dos Municípios - Cotas Extraordinárias	11.000.000,00
1.7.1.1.52	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	60.000,00
1.7.1.1.52.0.1	Cota-Parte do Imposto Sobre a Propriedade Territorial Rural	60.000,00
1.7.1.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	2.510.000,00
1.7.1.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	110.000,00
1.7.1.2.51.0.1	Cota-Parte da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais - CFEM	110.000,00
1.7.1.2.52	Cota-parte da Compensação Financeira pela Produção de Petróleo	2.400.000,00
1.7.1.2.52.4	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo – FEP	2.400.000,00
1.7.1.2.52.4.1	Cota-Parte do Fundo Especial do Petróleo - FEP	2.400.000,00
1.7.1.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	106.163.250,00
1.7.1.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Repasses Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	106.163.250,00
1.7.1.3.50.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Primária	36.000.000,00
1.7.1.3.50.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	36.000.000,00
1.7.1.3.50.1.1.12	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária - ACS	11.000.000,00
1.7.1.3.50.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Atenção Especializada	54.397.000,00
1.7.1.3.50.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	50.000.000,00
1.7.1.3.50.2.2	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Piso Enfermagem	4.397.000,00
1.7.1.3.50.3	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Vigilância em Saúde	3.400.000,00
1.7.1.3.50.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	3.400.000,00
1.7.1.3.50.3.1.10	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde - ACE	2.100.000,00
1.7.1.3.50.4	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Assistência Farmacêutica	1.846.250,00
1.7.1.3.50.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	1.846.250,00
1.7.1.3.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	8.500.000,00
1.7.1.3.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	8.500.000,00
1.7.1.3.50.9	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Outros Programas	2.020.000,00
1.7.1.3.50.9.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	2.020.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1854-7672-577
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**

1.7.1.4	Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação – FNDE	8.068.000,00
1.7.1.4.50	Transferências do Salário-Educação	4.200.000,00
1.7.1.4.50.0.1	Transferências do Salário-Educação	4.200.000,00
1.7.1.4.51	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola – PDDE	150.000,00
1.7.1.4.51.0.1	Transferências Diretas do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola - PDDE	150.000,00
1.7.1.4.52	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar – PNAE	1.732.000,00
1.7.1.4.52.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Alimentação Escolar - PNAE	1.732.000,00
1.7.1.4.53	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar – PNATE	386.000,00
1.7.1.4.53.0.1	Transferências referentes ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar - PNATE	386.000,00
1.7.1.4.99	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.600.000,00
1.7.1.4.99.0.1	Outras Transferências Diretas do Fundo Nacional do Desenvolvimento da Educação - FNDE	1.600.000,00
1.7.1.5	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	12.500.000,00
1.7.1.5.50	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	8.500.000,00
1.7.1.5.50.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAT	8.500.000,00
1.7.1.5.51	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	1.080.000,00
1.7.1.5.51.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAF	1.080.000,00
1.7.1.5.52	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb - VAAR	2.920.000,00
1.7.1.5.52.0.1	Transferências de Recursos de Complementação da União ao Fundeb – VAAR	2.920.000,00
1.7.1.6	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	3.552.400,00
1.7.1.6.50	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social – FNAS	3.552.400,00
1.7.1.6.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS	3.452.400,00
1.7.1.6.50.0.2	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social	100.000,00
1.7.1.8	Outras Transferências da União	550.000,00
1.7.1.8.99	Outras Transferências da União	550.000,00
1.7.1.8.99.1	Outras Transferências da União	550.000,00
1.7.1.8.99.1.1	Outras Transferências da União - Principal	550.000,00
1.7.1.9	Outras Transferências de Recursos da União	50.000,00
1.7.1.9.59	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5 Inciso V EC 123/2022	50.000,00
1.7.1.9.59.0.1	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS - Art. 5 Inciso V EC 123/2022	50.000,00
1.7.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	41.068.350,00
1.7.2.1	Participação na Receita dos Estados e Distrito Federal	35.743.400,00
1.7.2.1.50	Cota-Parte do ICMS	24.000.000,00
1.7.2.1.50.0.1	Cota-Parte do ICMS	24.000.000,00
1.7.2.1.51	Cota-Parte do IPVA	11.200.000,00
1.7.2.1.51.0.1	Cota-Parte do IPVA	11.200.000,00
1.7.2.1.52	Cota-Parte do IPI - Municípios	358.400,00
1.7.2.1.52.0.1	Cota-Parte do IPI - Municípios	358.400,00
1.7.2.1.53	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	185.000,00
1.7.2.1.53.0.1	Cota-Parte da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico	185.000,00
1.7.2.2	Transferências das Compensações Financeiras pela Exploração de Recursos Naturais	10.000,00
1.7.2.2.51	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	10.000,00
1.7.2.2.51.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	10.000,00
1.7.2.2.51.1.1	Cota-parte da Compensação Financeira de Recursos Minerais - CFEM	10.000,00
1.7.2.3	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.000.000,00
1.7.2.3.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	1.000.000,00
1.7.2.3.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	1.000.000,00
1.7.2.4	Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	2.421.500,00
1.7.2.4.51	Transferências de Convênios dos Estados Destinadas a Programas de Educação	2.121.500,00
1.7.2.4.51.0.1	Transferências de Convênios dos Estados Destinados a Programas de Educação	2.121.500,00
1.7.2.4.99	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	300.000,00
1.7.2.4.99.0.1	Outras Transferências de Convênios dos Estados e DF e de Suas Entidades	300.000,00
1.7.2.9	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	1.893.450,00
1.7.2.9.00.0.1	Outras Transferências dos Estados e Distrito Federal	1.343.450,00
1.7.2.9.51	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	550.000,00
1.7.2.9.51.0.1	Transferências de Estados destinadas à Assistência Social	250.000,00
1.7.2.9.51.0.2	Trasnferências de Estados destinadas à Assistência Social	300.000,00
1.7.5	Transferências de Outras Instituições Públicas	61.539.500,00
1.7.5.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	61.439.500,00
1.7.5.1.50	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação – FUNDEB	61.439.500,00
1.7.5.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação - FUNDEB	61.439.500,00
1.7.5.9	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	100.000,00

1.7.5.9.99	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	100.000,00
1.7.5.9.99.0.1	Demais Transferências de Outras Instituições Públicas	100.000,00
1.7.9	Demais Transferências Correntes	2.250.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:**1854-7672-577
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
Receitas		
Natureza	**Especificação**	**LDO 2027 Valores em R$**
1.7.9.1	Transferências de Pessoas Físicas	2.250.000,00
1.7.9.1.01	Transferências de Pessoas Físicas para Órgãos e Entidades da União	650.000,00
1.7.9.1.01.0.1	Transferências recebidas por Órgãos e Entidades da União a partir de Convênios Celebrados com Pessoas Físicas	650.000,00
1.7.9.1.99	Outras Transferências de Pessoas Físicas	1.600.000,00
1.7.9.1.99.0.1	Outras Transferências de Pessoas Físicas	1.600.000,00
1.9	Outras Receitas Correntes	15.444.064,00
1.9.9	Demais Receitas Correntes	15.444.064,00
1.9.9.9	Outras Receitas Correntes	15.444.064,00
1.9.9.9.00.0.1	Outras Receitas Correntes	15.344.064,00
1.9.9.9.00.0.2	Outras Receitas Correntes	100.000,00
2	Receitas de Capital	62.292.000,00
2.4	Transferências de Capital	47.292.000,00
2.4.1	Transferências da União e de suas Entidades	44.742.000,00
2.4.1.0.00.1	Transferências da União e de suas Entidades	17.255.000,00
2.4.1.0.00.1.1	Transferências da União e de suas Entidades - Principal	17.255.000,00
2.4.1.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	3.950.000,00
2.4.1.1.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS – Fundo a Fundo - Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde	100.000,00
2.4.1.1.50.5	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	100.000,00
2.4.1.1.50.5.1	Transferências de Recursos do Bloco de Manutenção das Ações e Serviços Públicos de Saúde – Gestão do SUS	100.000,00
2.4.1.1.51	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS - Fundo a Fundo - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde	3.850.000,00
2.4.1.1.51.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	1.250.000,00
2.4.1.1.51.1.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Primária	1.250.000,00
2.4.1.1.51.2	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	2.000.000,00
2.4.1.1.51.2.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Atenção Especializada	2.000.000,00
2.4.1.1.51.3	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	200.000,00
2.4.1.1.51.3.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Assistência Farmacêutica	200.000,00
2.4.1.1.51.4	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	200.000,00
2.4.1.1.51.4.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Vigilância em Saúde	200.000,00
2.4.1.1.51.9	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	200.000,00
2.4.1.1.51.9.1	Transferências de Recursos do Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de Saúde - Outros Programas	200.000,00
2.4.1.9	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	23.537.000,00
2.4.1.9.00.0.1	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	8.417.000,00
2.4.1.9.00.0.2	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	1.120.000,00
2.4.1.9.00.0.3	Outras Transferências de Recursos da União e de suas Entidades	10.000.000,00
2.4.1.9.51	Transferência Especial da União	4.000.000,00
2.4.1.9.51.0.1	Transferência Especial da União	4.000.000,00
2.4.2	Transferências dos Estados e do Distrito Federal e de suas Entidades	2.550.000,00
2.4.2.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS dos Estados e DF	250.000,00
2.4.2.1.50	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS	250.000,00
2.4.2.1.50.0.1	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde - SUS	250.000,00
2.4.2.9	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.300.000,00
2.4.2.9.99	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.300.000,00
2.4.2.9.99.0.1	Outras Transferências de Recursos dos Estados	2.300.000,00
2.9	Outras Receitas de Capital	15.000.000,00
2.9.9	Demais Receitas de Capital	15.000.000,00
2.9.9.9	Outras Receitas de Capital	15.000.000,00
2.9.9.9.99	Outras Receitas de Capital	15.000.000,00
2.9.9.9.99.0.1	Outras Receitas de Capital	15.000.000,00
	Total geral	**565.003.399,00**

Prefeitura Municipal de Caicó	
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN	**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1854-7672-577
Valores Previstos na Receita LDO - Consolidado		
JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1522-6291-994
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
Projetos LDO 2027 Valores em R$		
1.1	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS E ÁGUAS SERVIDAS NOS BAIRROS	465.000,00
1.2	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PAVIMENTAÇÃO NAS VIAS PUBLICAS E DRENAGEM DE ÁGUAS SERVIDAS E PLUVIAS	6.715.000,00
1.5	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE UM MERCADO POPULAR E CAMELODROMO	140.000,00
1.6	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, VEÍCULOS, MÁQUINAS PESADAS E CARROS-PIPAS	455.000,00
1.7	AMPLIAÇÃO DO VIVEIRO FLORESTAL DO MUNICÍPIO	44.000,00
1.8	REFORMA, AMPLIAÇÃO E EQUIPAMENTOS PARA O AÇOUGUE PÚBLICO	755.000,00
1.9	REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA O MATADOURO PÚBLICO	5.420.000,00
1.10	CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS	217.000,00
1.11	CONSTRUÇÃO DE UMA USINA DE RECICLAGEM DE LIXO	275.000,00
1.23	CONSTRUÇÃO E RESTAURAÇÃO DE TRAVAS ESPAÇADAS PARA IMPEDIR O TRANSITO DE ANIMAIS	290.000,00
1.24	CAPACITAÇÃO CONTINUADA PARA OS CONSELHEIROS DA POLITICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	23.000,00
1.26	REFORMA E ADEQUAÇÃO DAS INSTALAÇÕES FÍSICAS DA PREFEITURA	170.000,00
1.30	IMPLANTAÇÃO DE ENERGIAS RENOVÁVEIS EM PRÉDIOS PÚBLICOS	570.000,00
1.32	CONSTRUÇÃO, REFORMA E MANUTENÇÃO, CONSERVAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRACAS E JARDINS NO MUNICIPIO	1.341.000,00
1.39	AQUISIÇÃO DE VEICULOS E EQUIPAMENTOS PARA ATENÇÃO BASICA	1.500.000,00
1.46	AQUISIÇÃO DE VEICULOS,MAQUINAS E EQUIPAMENTOS PARA ATENDER AS DEMANDAS DA SECRETARIA	1.120.000,00
1.52	CONSTRUÇÃO DE BARRAGENS SUBMERSAS AO LONGO DOS RIOS	175.000,00
1.53	REVITALIZAÇÃO DOS RIOS SERIDO E BARRA NOVA	61.000,00
1.54	CONSTRUÇÃO E ORGANIZAÇÃO DO ARQUIVO GERAL DA PREFEITURA	140.000,00
1.55	AQUISIÇÃO DE VEICULOS PARA SERVIÇOS DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	120.000,00
1.57	REFORMULAÇÃO E REVISÃO DO PLANO DIRETOR DA CIDADE E REVISÃO DE CÓDIGOS DE OBRAS	50.000,00
1.58	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE UNID. BASICAS DE SAÚDE E POLOS DE ACADEMIA	2.332.870,00
1.59	CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E REFORMA DOS PRÉDIOS DAS SECRETARIAS MUNICIPAIS	110.000,00
1.61	MODERNIZAÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ESTRUTURA DE INFORMÁTICA	80.000,00
1.63	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS,PONTILHÕES E PONTES NA ZONA URBANA	335.000,00
1.64	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE CISTERNAS NA ZONA RURAL	195.000,00
1.65	CONSTRUÇÃO DE POÇOS TUBULARES E AMAZONAS NA ZONA RURAL	165.000,00
1.69	CONSTRUÇÃO E MELHORAMENTO DE TRECHOS DAS ESTRADAS	140.000,00
1.78	CORTES DE TERRAS PARA A PRODUÇÃO AGRÍCOLA	135.000,00
1.79	REVITALIZAÇÃO DO AÇUDE RECREIO	51.000,00
1.89	INSTALAÇÃO E RECUPERAÇÃO DE DESSALINIZADORES	126.000,00
1.102	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS	372.789,00
1.105	REFORMA, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA FEIRA LIVRE DE CAICÓ	877.000,00
1.112	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE POÇOS TUBULARES E CISTERNAS NA ZONA URBANA	166.000,00
1.122	CONSTRUÇÃO, RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DAS LAVANDERIAS PÚBLICAS	150.000,00
	Total	**25.281.659,00**
Atividades		
2.1	GESTÃO E MANUTENÇÃO DA CÂMARA	12.242.211,00
2.2	FUNCIONAMENTO DO GABINETE	2.561.500,00
2.3	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ESTRATÉGICA DO PROGRAMA DE ERRADICAÇÃO DO TRABALHO	35.700,00
2.4	MANUTENÇÃO DO PAGAMENTO DE APOSENTADORIAS E PENSÕES	105.000,00
2.5	ADMINISTRAÇÃO DA UNIDADE	17.402.500,00
2.6	FUNCIONAMENTO DA JUNTA DO SERVIÇO MILITAR	292.500,00
2.20	ELABORAÇÃO DO PLANO ESTRATÉGICO DO TURISMO	40.000,00
2.23	MANUTENÇÃO DA PROCURADORIA JURIDICA	2.443.200,00
2.26	APOIO A EVENTOS TURISTICOS, CULTURAIS, UNIVERSITÁRIOS E DE NEGÓCIOS	6.095.000,00
2.27	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA	28.055.000,00
2.28	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA MUNICIPAL	27.803.000,00
2.29	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE ATENÇÃO PRIMÁRIA A SAÚDE - PAE	11.062.345,00
2.30	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA	7.809.000,00
2.31	FUNCIONAMENTO E MANUT. DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	3.151.600,00

2.32	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERVIÇOS DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	3.312.200,00
2.34	CONCESSÃO E OFERTA DE BENEFICIO EVENTUAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	760.000,00
2.36	GESTÃO E MANUT. SEC. MUN. DE DESENVOLV. ECON. E TURISMO	1.904.000,00
2.39	FUNCIONAMENTO DA SUB-PREFEITURA DE LAGINHA	663.900,00
2.40	FUNCIONAMENTO DA SUB-PREFEITURA DA PALMA	529.900,00
2.41	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA	2.861.900,00
2.42	REALIZAÇÃO DE CONFERÊNCIAS, FORUNS E DEBATES PARA AMPLIAÇÃO DO CONTROLE SOCIAL	6.000,00
2.44	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DOS SERV. DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	2.101.203,70
2.46	MANUT. DAS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	562.800,00
2.47	MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTOS CENTRO DE REFERÊNCIA EM SAÚDE DO TRABALHADOR - CEREST	978.400,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1522-6291-994
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
2.48	MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE SAÚDE MENTAL	10.393.290,00
2.49	ASSISTÊNCIA AOS PACIENTES PARA TRATAMENTO FORA DO DOMICÍLIO	1.893.000,00
2.50	MANUT. DO CONSELHO MUNICIPAL DE POLITICAS SOBRE DROGAS	8.400,00
2.51	MANUTENÇÃO DO HOSPITAL DO SERIDÓ	33.740.000,00
2.53	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE ASSISTENCIA FARMACEUTICA BASICA E QUALIFAR -SUS	3.257.175,00
2.54	MANUTENÇÃO DA ESTRATEGIA SAUDE DA FAMILIA	16.918.000,00
2.55	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AGENTE COMUNITARIO DE SAUDE	18.824.400,00
2.56	MANUTENÇÃO DAS ACOES DO PR0GRAMA DE VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA E AMBIENTAL	9.512.100,00
2.57	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE NA ESCOLA - PSE	486.400,00
2.58	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAUDE BUCAL	9.012.670,00
2.61	FUNCIONAMENTO DA CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	443.900,00
2.63	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTENCIA SOCIAL	14.400,00
2.64	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA DE CONTROLE DA AIDS E HEPATITES	629.600,00
2.66	IMPLEMENTAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO DE PRÓTESES ODONTOLÓGICAS - PROGRAMA REDE BRASIL SEM MISÉRIA	454.800,00
2.72	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	45.600,00
2.76	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO PROGRAMA PREVINE BRASIL	323.000,00
2.77	CONCESSÃO DE BOLSAS PARA OS MEDICOS RESIDENTES	2.600.000,00
2.78	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA ESPECIAL	58.200,00
2.80	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA DE IMPRENSA	54.100,00
2.81	DESENVOLVIMENTO DAS ATIVIDADES DA ASSESSORIA JURIDICA	148.100,00
2.82	FUNCIONAMENTO DA OUVIDORIA DO MUNICÍPIO	44.700,00
2.90	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DA PESSOA COM DEFICIÊNCIA	8.400,00
2.93	EDUCAÇÃO PERMANENTE EM SAÚDE	49.000,00
2.95	TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES MUNICIPAIS	94.000,00
2.99	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MAIS MEDICOS	360.000,00
2.101	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO MÓVEL DE URGÊNCIA - SAMU	3.247.000,00
2.102	FUNCIONAMENTO DA SUB-PREFEITURA DO PERIMETRO IRRIGADO SABUGI	63.400,00
2.103	MANUTENÇÃO E EQUIPAMENTO DO SETOR DE REGULAÇÃO, CONTROLE E AVALIAÇÃO DO SUS	99.600,00
2.105	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES ASSISTENCIAS HOSPITALARES E AMBULATORIAL	46.767.100,00
2.112	MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DO COMPLEXO TURISTICO SANTA COSTA - ILHA DE SANTANA	2.888.000,00
2.113	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DE PUBLICIDADE INSTITUCIONAL	128.400,00
2.117	MANUTENÇÃO DO CONSORCIO PUB REGIONAL DE RESIDUOS SOLIDOS DO SERIDO	200.000,00
2.118	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA DE ATENÇÃO BÁSICA PRISIONAL	1.146.000,00
2.121	MANUTENÇÃO DO ROGRAMA PRIMEIRA INFÂNCIA NO SUAS - CRIANÇA FELIZ	543.400,00
2.122	EXPANSÃO DA REDE E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS DE ILUMINAÇÃO PÚBLICA URBANA, RURAL E PRÉDIOS MUNICIPAIS	6.380.000,00
2.125	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DOS SERVIÇOS, PROGRAMAS E PROJETOS SOCIOASSISTENCIAIS	149.896,30
2.130	CASTRAÇÃO DE ANIMAIS -LEI Nº 4.890/2016	1.020.075,00
2.131	CAPEAMENTO E RECAPEAMENTO ASFÁLTICO DAS VIAS PÚBLICAS	3.125.000,00
2.132	IMPLEMENTAÇÃO E GESTÃO DE AÇÕES DE ENFRENTAMENTO À SECA	260.000,00
2.135	IMPLEMENTAÇÃO DO PLANO DE SANEAMENTO BÁSICO	75.000,00
2.136	AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PAVIMENTAÇÃO COMUNITÁRIA	600.000,00
2.138	REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA URBANA	60.000,00
2.139	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE PARADAS DE ÔNIBUS E TRANSPORTES ALTERNATIVOS EM DIVERSOS BAIRROS	200.000,00
2.140	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E DESASSOREAMENTO DE RESERVATÓRIOS, AÇUDES E BARRAGENS	100.000,00
2.141	APOIO A GESTÃO E AOS SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA SOCIAL NO TERRITORIO NO ÂMBITO DO SUAS	60.000,00
2.142	ESTRUTURA DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL BÁSICA	235.400,00
2.143	ESTRUTURAÇÃO DA REDE DE PROTEÇÃO SOCIAL ESPECIAL DE ALTA E MÉDIA COMPLEXIDADE	270.000,00

2.146	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO DE INTERESSE SOCIAL	73.800,00
2.147	DESENVOLVIMENTO DE AÇÕES DE CONSTRUÇÃO, REFORMA E REGULARIZAÇÃO FUNDIÁRIA DE HABIT. DE INTERESSE SOCI	2.223.600,00
2.148	FOMENTAR AÇÕES DE GERAÇÃO DE TRAB. EMPREGO, RENDA E VALORIZAÇÃO DO ARTESANATO	38.400,00
2.149	MANUTENÇÃO E FUNCIONAMENTO DA COORDENADORIA DE DEFESA CIVIL DE CAICÓ	165.000,00
2.161	PAGAMENTO DE ADICIONAIS DE APOSENTADORIA E PENSÕES DE SERVIDORES MUNICIPAIS	230.000,00
2.168	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PASSAGENS MOLHADAS NA ZONA RURAL	1.565.000,00
2.184	APOIO AO PEQUENO PRODUTOR RURAL ATRAVÉS DA OFERTA DE CURSOS E TREINAMENTOS	42.000,00
2.185	CONSTRUÇÃO, RECUPERAÇÃO E MELHORIA DAS ESTRADAS VICINAIS	1.695.000,00
2.186	REALIZAÇÃO DE EVENTOS AGROPECUÁRIOS NO MUNICÍPIO	246.200,00
2.187	IMPLEMENTAÇÃO DO SERVIÇO DE INSPEÇÃO MUNICIPAL	144.000,00
2.188	CONSTRUÇÃO DE SILAGENS	40.000,00
2.189	CONSTRUÇÃO DE PÓRTICOS DE ENTRADA DO MUNICIPIO	165.000,00
2.190	CONSTRUÇÃO DE ADUTORAS PARA O ABASTECIMENTO DE ÁGUA	227.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1522-6291-994
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
2.191	RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DO MERCADO PÚBLICO	200.000,00
2.192	RESTAURAÇÃO, AMPLIAÇÃO E MANUTENÇÃO DA ANTIGA PREFEITURA	160.000,00
2.195	CRIAÇÃO DO PLANO DE MOBILIDADE URBANA	50.000,00
2.196	RESTAURAÇÃO E MANUTENÇÃO DA RODOVIÁRIA MANOEL DE NÉNEM	110.000,00
2.197	MANUTENÇÃO DO CONSELHO DE MEIO AMBIENTE	8.500,00
2.198	IMPLEMENTAÇÃO DO PROCESSO DE LICENCIAMENTO AMBIENTAL	284.000,00
2.199	PACT. DE PARC P/ OFERTA DE SERVIÇOS DE PROT SOC ESP DE MED E ALTA COMPLEX	587.250,00
2.200	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES E PARCERIAS DO FUNDO DA INFÂNCIA E DA ADOLESCÊNCIA	1.415.400,00
2.203	PACTUAÇÃO DE PARCERIA SOCIOASSISTENCIAL COM ORGAN DA SOC. CIVIL - MROSC	188.000,00
2.204	PACTUAÇÃO DE PARC SOCIOASSISTENCIAL P/ CATADORES DE MAT. RECICLAVEIS - GRUPO PRIORITARIO	102.000,00
2.205	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE TURISMO	13.000,00
2.206	MANUTENÇÃO DO CENTRO ESPECIALIZADO DE REABILITAÇÃO - CER III	7.250.500,00
2.213	IMPLANT. DE SISTEMA DE SANEAMENTO BÁSICO NOS DIST. PALMA, LAGINHAS, PER. IRRIGADO, SABUGI E OUTRAS COMUNIDADES	270.000,00
2.214	AQUISIÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DE SEMENTES	20.000,00
2.227	DESENVOLVIMENTO DAS AÇOES DA POLITICA PUBLICA PRO-MULHER LEI MUNICIPAL Nº 5.024/2017	12.000,00
2.229	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA POLICLÍNICA	584.885,00
2.230	IMPLANTAÇÃO DO FUNDO MUNICIPAL DE POLÍTICAS SOBRE DROGAS	4.800,00
2.237	PARCELAMENTO E CONTRIB. AO PROGRAMA DE FORMAÇÃO DO PATRIM. D-SERVIDOR PUBLICO-PASEP	5.012.000,00
2.238	PAGAMENTOS DE SENTENÇAS JUDICIAIS TRANS EM JULGAMENTO DEVIDAS PELO MUNICÍPIO	5.000.000,00
2.240	PAGAMENTO DE ENCARGOS DE DÍVIDAS COM EMPRESAS DE TELECOMINCAÇÕES. COSERN E CAERN	600.000,00
2.245	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	20.800,00
2.259	RECONSTRUÇÃO E REVITALIZAÇÃO DO CASTELO DO ENGADY	130.000,00
2.263	RESERVA DE CONTIGENCIA	5.651.214,00
2.271	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL PARA JUVENTUDE	20.500,00
2.273	APOIO AO TURISMO RELIGIOSO	430.000,00
2.274	IMPLANTAÇÃO DO CISCOM - COMPLEXO INDUSTRIAL, SERVIÇO E COMÉRCIO DO SERIDÓ	4.380.000,00
2.275	PACTUAÇÃO DE PARCERIAS COM O SITEMA S	300.000,00
2.277	DESENVOLVIMENTO TURISTICO	1.302.000,00
2.279	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS E EQUIPAMENTOS PARA MÉDIA E ALTA COMPLEXIDADE	1.300.375,00
2.280	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA MÉDICOS PELO BRASIL	290.000,00
2.281	MANUTENÇÃO DA REDE MATERNO INFANTIL	57.500,00
2.282	MANUTENÇÃO DOS CONSÓRCIOS INTERMUNICIPAL E INTERFEDERATIVO DE SAÚDE	1.200.000,00
2.288	CONSTRUÇÃO DO ATERRO SANITÁRIO	4.210.000,00
2.293	MANUTENÇÃO DA SECRETARIA DE MOBILIDADE URBANA	4.194.000,00
2.294	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DE VIGILÂNCIA SANITÁRIA	1.723.500,00
2.300	MANUTENÇÃO, AMPLIAÇÃO E AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DA NOVA ESTAÇÃO RODOVIÁRIA	335.000,00
2.301	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA PESSOA IDOSA	10.800,00
2.302	MANUTENÇÃO DAS AÇÕES DO FUNDO MUNICIPAL DA PESSOA IDOSA	1.169.900,00
2.303	APOIO A GESTÃO DO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E CADASTRO ÚNICO	879.000,00
2.306	FUNCIONAMENTO DO GABINETE DO(A) VICE-PREFEITO(A)	509.900,00
2.307	PARCELAMENTO DE DÉBITOS DO FGTS, INSS E PGFN	22.500.000,00
2.308	ADMINISTRAÇÃO DA SECRETARIA DE FINANÇAS	1.642.000,00
2.309	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE CONTABILIDADE	1.517.000,00
2.310	FUNCIONAMENTO DO DEPARTAMENTO DE PLANEJAMENTO E TRIBUTAÇÃO	6.145.000,00

2.311	IMPLANTAÇÃO DE CADASTRO TÉCNICO MULTIFINALITÁRIO	165.000,00
2.312	IMPLEMENTAÇÃO DE PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FISCAL	95.000,00
2.313	MANUTENÇÃO DA SALA DO EMPREENDEDOR	18.000,00
2.314	CRIAÇÃO E MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO, PESQUISA E INOVAÇÃO	16.000,00
2.315	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE ARTICULAÇÃO INSTITUCIONAL	967.000,00
2.316	IMPLANTAÇÃO E MANUTENÇÃO DA GUARDA CIVIL MUNICIPAL E AGENTES MUNICIPAIS DE TRÂNSITO	528.000,00
2.317	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE JUVENTUDE, ESPORTE E LAZER	936.000,00
2.318	DESENVOLVIMENTO DO ESPORTE PROFISSIONAL E AMADOR	230.000,00
2.319	APOIO AS ENTIDADES ESPORTIVAS REGULARES E PROVAS ESPORTIVAS EM GERAL	560.000,00
2.320	CONSTRUÇÃO E MANUTENÇÃO DE GINÁSIOS ESPORTIVOS	915.000,00
2.321	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL E EVENTOS	613.300,00
2.322	REALIZAÇÃO DE ATIVIDADES DE CERIMONIAL E EVENTOS	37.000,00
2.323	FUNCIONAMENTO DAS BIBLIOTECAS PÚBLICAS OLEGÁRIO VALE E POETA CHICO MOTA	101.000,00
2.324	MANUTENÇÃO DO NÚCLEO TECNOLÓGICO MUNICIPAL	80.000,00
2.325	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL - FUNDEB 70%	27.071.000,00
2.326	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ENSINO FUNDAMENTAL	122.000,00
2.327	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E CONCLUSÃO DE QUADRAS ESPORTIVAS	1.265.000,00
2.328	CONSTRUÇÃO, REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DE UNIDADES DE ENSINO	1.062.000,00
2.329	AQUISIÇÃO DE MATERIAL DE INFORMÁTICA E IMPLANTAÇÃO DE LABORATÓRIOS NAS ESCOLAS MUNICIPAIS	185.000,00
Prefeitura Municipal de Caicó		
AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN		**Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira
CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br		**Chave de autenticação:** 1522-6291-994
Resumo dos Valores Previstos na Despesa LDO por Ações		
2.330	AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS	350.000,00
2.331	FUNCIONAMENTO DOS SERVIÇOS DA SECRETARIA	20.236.000,00
2.332	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA FUNDAMENTAL - FUNDEB 30%	13.612.000,00
2.333	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	160.000,00
2.334	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - FUNDAMENTAL	1.352.000,00
2.335	FUNCIONAMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL COM RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.423.000,00
2.336	MANUTENÇÃO DAS ESCOLAS MUNICIPAIS COM RECURSOS DO PROGRAMA DINHEIRO DIRETO NA ESCOLA	152.000,00
2.337	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE TRANSPORTE ESCOLAR	6.145.000,00
2.338	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - AEE	102.000,00
2.339	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MOBILIÁRIO PARA EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PAR	53.000,00
2.340	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - PAR	2.515.000,00
2.341	AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS E MICRO-ÔNIBUS ESCOLAR - PAR	1.010.000,00
2.342	APOIO A PROJETOS DE INCENTIVO AS OLIMPIADAS NACIONAIS	50.000,00
2.343	FUNCIONAMENTO DA ESCOLA PROFISSIONAL JÚLIA MEDEIROS	158.000,00
2.344	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL - FUNDEB 70%	31.634.000,00
2.345	REFORMA, AMPLIAÇÃO E ADEQUAÇÃO DAS ESCOLAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	290.000,00
2.346	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS PARA UNIDADES DE ENSINO INFANTIL	195.000,00
2.347	AQUISIÇÃO DE PARQUES INFANTIS	125.000,00
2.348	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO INFANTIL	204.500,00
2.349	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL - CRECHE	860.000,00
2.350	FUNCIONAMENTO DAS ATIVIDADES DA EDUCAÇÃO BÁSICA INFANTIL - FUNDEB 30%	7.922.500,00
2.351	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR EDUCAÇÃO INFANTIL - PRÉ-ESCOLAR	690.000,00
2.352	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO PROGRAMA BRASIL CARINHOSO - CRECHES	144.000,00
2.353	FUNCIONAMENTO DO ENSINO INFANTIL COM RECURSOS DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	740.000,00
2.354	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS, MOBILIÁRIO E UTENSÍLIOS PARA EDUCAÇÃO INFANTIL - PAR	155.000,00
2.355	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE ESCOLAS DE EDUCAÇÃO INFANTIL - PAR	2.075.000,00
2.356	MANUTENÇÃO DA EDUCAÇÃO INFANTIL - NOVAS TURMAS	100.000,00
2.357	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	1.559.500,00
2.358	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA DE MERENDA ESCOLAR - JOVENS E ADULTOS	56.000,00
2.359	FUNCIONAMENTO DA EDUCAÇÃO ESPECIAL	5.607.200,00
2.360	FORMAÇÃO CONTINUADA DE EDUCADORES E SERVIDORES DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO	105.000,00
2.361	FUNCIONAMENTO DO PROGRAMA ETI - ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL	1.130.000,00
2.362	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE CULTURA	823.900,00
2.363	FUNCIONAMENTO DA FILARMÔNICA RECREIO CAICOENSE	1.208.000,00
2.364	ELABORAÇÃO DE PROJETOS E AÇÕES PARA O SETOR CULTURAL - ALDIR BLANC 2	600.000,00
2.365	GESTÃO DA SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA FAMILIAR	726.900,00
2.366	SUPORTE AS ATIVIDADES VINCULADAS A AGRICULTURA FAMILIAR NO MUNICÍPIO	145.000,00
2.367	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BENEFÍCIO DE PRESTAÇÃO CONTINUADA - BPC NA ESCOLA	30.000,00

2.368	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	29.500,00
2.369	APOIO A GESTÃO DESCENTRALIZADA DO IGD SUAS	245.000,00
2.370	SERVIÇO DE ACOLHIMENTO - FAMÍLIA ACOLHEDORA	787.000,00
2.371	FORTALECIMENTO DAS AÇÕES DE SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL E COMBATE A FOME	423.000,00
2.372	APOIO A POLÍTICA DE DIREITOS HUMANOS E DIVERSIDADE RACIAL	331.250,00
2.373	IMPLEMENTAÇÃO DE POLÍTICAS VOLTADAS AOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	79.000,00
	Total	**539.721.740,00**
	Total geral	**565.003.399,00**
JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***	***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***
Prefeito	Secretário Municipal de Finanças	Contador Municipal
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31	CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2

Prefeitura Municipal de Caicó

AV.CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:** 1240-0137-208

Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos - Consolidado

LDO 2027 Valores em R$

Código	Fonte de recurso - Destinação	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)
15000000	Recursos Não Vinculados de Impostos -	161.287.114,00	161.287.114,00	0,00
15001001	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino -	36.937.200,00	36.937.200,00	0,00
15001002	Recursos não Vinculados de Impostos - Despesas com ações e serviços públicos em saúde -	100.862.485,00	100.862.485,00	0,00
15010000	Outros Recursos não Vinculados -	2.350.000,00	2.350.000,00	0,00
15401070	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica	46.860.000,00	46.860.000,00	0,00
15401071	Transferências do FUNDEB - Impostos e Transferências de Impostos - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica	14.854.500,00	14.854.500,00	0,00
15411070	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% -	750.000,00	750.000,00	0,00
15411072	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAF - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 30% -	330.000,00	330.000,00	0,00
15421070	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% -	5.950.000,00	5.950.000,00	0,00
15421073	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAT - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 30% -	2.550.000,00	2.550.000,00	0,00
15431070	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAR - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 70% -	1.470.000,00	1.470.000,00	0,00
15431074	Transferências do Fundeb - Complementação da União - VAAR - Pagamento dos Profissionais da Educação Básica - 30% -	1.450.000,00	1.450.000,00	0,00
15500000	Trasferência do Salário Educação -	4.380.000,00	4.380.000,00	0,00
15510000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE) -	152.000,00	152.000,00	0,00
15520000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Pograma Nacional de Alimentacao Escolar (PNAE) -	1.740.000,00	1.740.000,00	0,00
15530000	Transferências de Recursos do FNDE referentes ao Pograma Nacional de Apoio ao Transporte Escolar (PNATE) -	390.000,00	390.000,00	0,00
15690000	Outras Transferências de Recursos do FNDE -	7.642.000,00	7.642.000,00	0,00
15700000	Trasnferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	1.180.000,00	1.180.000,00	0,00
15710000	Transferências do Estado referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Educação -	2.125.000,00	2.125.000,00	0,00
15730000	Royalties do Petróleo e Gás Natural Vinculados à Educação -	400.000,00	400.000,00	0,00
16000000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Manut. das Ações e Serviços Públicos de	89.496.250,00	89.496.250,00	0,00
16010000	Transf. Fundo a Fundo de Rec. do SUS prov. do Governo Federal - Bloco de Estruturação da Rede de Serviços Públicos de	4.090.000,00	4.090.000,00	0,00
16040000	Transferências provenientes do Governo Federal destinadas ao vencimento dos agentes comunitários de saúde e dos	13.100.000,00	13.100.000,00	0,00
16050000	Assistência financeira da União destinada a complementação ao pagamento dos pisos salariais para profissionais da	4.397.000,00	4.397.000,00	0,00
16210000	Transferências Fundo a Fundo de Recursos do SUS provenientes do Governo Estadual -	2.096.450,00	2.096.450,00	0,00
16310000	Transferências do Governo Federal referentes a Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Saúde -	970.000,00	970.000,00	0,00
16350000	Royalties do Petróleo e Gás Natural vinculados à Saúde -	50.000,00	50.000,00	0,00
16590000	Outros Recursos Vinculados à Saúde -	100.000,00	100.000,00	0,00
16600000	Transferência de Recursos do Fundo Nacional de Assistencia Social - FNAS -	3.542.400,00	3.542.400,00	0,00
16610000	Transferência de Recursos dos Fundos Estaduais de Assistência Social -	255.000,00	255.000,00	0,00
16650000	Transferências de Convênios e Instrumentos Congêneres vinculados à Assistência Social -	2.505.000,00	2.505.000,00	0,00
16690000	Outros Recursos Vinculados à Assistencia Social -	405.000,00	405.000,00	0,00
17000000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres da União -	27.295.000,00	27.295.000,00	0,00
17010000	Outras Transferências de Convênios ou Instrumentos Congêneres dos Estados -	3.176.000,00	3.176.000,00	0,00
17040000	Transferência da União Referente a Royalties do Petróleo e Gás Natural -	2.000.000,00	2.000.000,00	0,00
17060000	Transferência Especial da União -	4.000.000,00	4.000.000,00	0,00
17180000	Auxílio Financeiro - Outorga Crédito Tributário ICMS -	50.000,00	50.000,00	0,00

Prefeitura Municipal de Caicó

AV. CEL. MARTINIANO, 993 - CENTRO - 59.300-000 - Caicó/ RN — **Usuário:** Necésio Medeiros de Oliveira

CNPJ: 08.096.570/0001-39 Fone: (84) 3421-2280 http://www.caico.rn.gov.br — **Chave de autenticação:** 1240-0137-208

Relação de Valores LDO por Fonte de Recursos - Consolidado

LDO 2027 Valores em R$

Código	Fonte de recurso - Destinação	Receita (a)	Despesa (b)	Diferença (a-b)

17500000	Recursos da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico - CIDE -	185.000,00	185.000,00	0,00
17510000	Recursos da Contribuição para o Custeio do Serviço de Iluminação Pública - COSIP -	9.950.000,00	9.950.000,00	0,00
17520000	Recursos Vinculados ao Trânsito -	3.080.000,00	3.080.000,00	0,00
19400000	Outras Vinculações de Transferências -	600.000,00	600.000,00	0,00
	Total geral	**565.003.399,00**	**565.003.399,00**	**0,00**
JUDAS TADEU ALVES DOS SANTOS	***SALMO BATISTA DE ARAÚJO***		***NECÉSIO MEDEIROS DE OLIVEIRA***	
Prefeito	Secretário Municipal De Finanças		Contador Municipal	
CPF: 092.598.714-09	CPF: 023.543.354-31		CPF: 051.357.754-80 CRC/RN 008749/O-2	

Publicado por:
Necésio Medeiros de Oliveira
Código Identificador:DAD4D752

